



INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata (eds.)



INCLUSÃO E EXCLUSÃO
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

INCLUSÃO E EXCLUSÃO
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
GONÇALO MELO DA SILVA
SARA PRATA
editores

Lisboa, 2019

Textos seleccionados das III Jornadas Internacionais de Idade Média “Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, de 11 a 13 de Outubro de 2018).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Alberto García Porras (Universidade de Granada)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Armando Luís de Carvalho Homem (Universidade do Porto/Universidade Autónoma de Lisboa)
Alfonso Vigil-Escalera (Universidade de Salamanca)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Eduardo Aznar Vallejo (Universidad de La Laguna)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
José Avelino Gutiérrez González (Univesidade de Oviedo)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Santiago Macias (Universidade Nova de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2019.

Título	Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem de capa	Vista de Castelo de Vide, Fabián Cuesta-Gómez.
Coleção	Estudos 19
ISBN	978-989-54529-0-3 (IEM) 978-972-9040-16-0 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	461221/19
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de Abertura	11
------------------------	----

António Pita

Apresentação.....	13
-------------------	----

Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata

PARTE I

A Intervenção dos Poderes

Exclusive Liberties, the Hallmark of the Ancien Régime	21
--	----

Wim Blockmans

<i>Prol comunal e bom regimento: política, governo e comunicação entre o rei e a cidade em Portugal no final da Idade Média</i>	41
---	----

Hermínia Vasconcelos Vilar

Faut-il réviser les notions d'inclusion et exclusion sociales dans la ville européenne médiévale? Le cas perturbant des communautés juives à travers les évolutions historiographiques françaises et allemandes	65
---	----

Jean-Luc Fray

Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações	87
---	----

Maria Filomena Barros

O estatuto jurídico dos judeus nas Ordenações Afonsinas	111
---	-----

Ricardo Rodrigues

PARTE II

Instituições e Processos

Living on the margins of society: coping with poverty in al-Andalus	139
---	-----

Ana María Carballeira Debas

Mecanismos de integración económica de una minoría religiosa ¿marginada?: el caso de la comunidad mudéjar de Madrid en la Baja Edad Media.....	159
--	-----

Pablo Ortego Rico

Contribuir para no ser excluído. Sistemas de tasación fiscal y estructura social en Sevilla y su tierra (S. XV)	197
---	-----

José Manuel Triano Milán

Inclusão ou Exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval	221
---	------------

Ana Rita Rocha

El Hospital de San Lázaro de Sevilla: un modelo institucionalizado de exclusión social.....	245
--	------------

Pablo Alberto Mestre Navas

PARTE III

Marcas de Exclusão no Urbanismo Medieval

Le quartier juif de Tolède: texte et archéologie de surface	271
--	------------

Jean Passini

Morfologias urbanas na Lisboa Medieval: o caso das Judiarias (1147-1325).....	289
--	------------

Manuel Fialho Silva

Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga	307
--	------------

Maria do Carmo Ribeiro

A Judiaria da Guarda – Textos e Contextos	333
--	------------

Tiago Ramos, Alcina Cameijo, Daniel Martins

PARTE IV

Inclusão e Exclusão no Registo Material. Perspectivas desde a Arqueologia

Cronología del entorno arqueológico del Arco de las Pesas (Granada). ¿Integración del Arrabal del Albayzín en la vida urbana granadina o segregación de las propiedades reales?	381
--	------------

Moisés Alonso Valladares, Alberto García Porras

Investigaciones arqueológicas en el yacimiento de La Mota de los Judíos, en Castrillo (Burgos).....	397
--	------------

Inés María Centeno Cea, María J. Negredo García,

Ángel L. Palomino Lázaro, Manuel Moratinos García

Fora das muralhas de Viseu: o caso do sítio arqueológico do Loteamento do Quintal	421
--	------------

Catarina Meira

PARTE V

Acolher ou Excluir: os Estrangeiros na Cidade

- Experts recherchés et réfugiés répudiés? Société urbaine, accueil
et expulsion de forains en France et en Allemagne à la fin
du Moyen Âge 443
Gisele Naegle
- Fiscalidad, intereses mercantiles locales y presencia extranjera:
un pleito de 1433 entre barceloneses y genoveses 475
Elena Maccioni
- Inclusión y exclusión de los navegantes del Norte de Castilla en las
sociedades portuarias irlandesas a finales de la Edad Media.
Estudio de caso de San Vicente de la Barquera y Laredo (España)..... 497
Javier Añilbarro Rodríguez
- Los extranjeros en los gobiernos de las ciudades de la Andalucía atlántica
a finales de la Edad Media..... 513
Enrique José Ruiz Pilares
- Al Servicio de la Corona. Los casos de Manuel Pessanha y
Egidio Bocanegra: una perspectiva comparada..... 537
Lorenzo Lage Estrugo

Nota de Abertura

No dia 31 de Março de 1492, poucos meses após a tomada do reino Nazarí de Granada, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela promulgam o Decreto de Alhambra, ordenando a expulsão da população judaica destes reinos, alegando que a convivência entre cristãos e judeus, e, principalmente, o efeito desta convivência sobre os cristãos-novos, constituíam uma ameaça à fé Católica.

No prazo de somente quatro meses, os judeus castelhanos e aragoneses foram forçados a decidir entre abandonar a sua fé e costumes ou conservá-los, mas deixando a sua terra. Podendo ficar mediante a conversão ao cristianismo, muitos escolheram partir.

Por questões de proximidade, Portugal surgiu como um local de refúgio natural para um grande número de judeus expulsos. A sua admissão foi autorizada por D. João II, que também viria a facultar navios para aqueles que desejassem seguir rumo para outros lugares, principalmente no Norte de África. As famílias a quem foi permitido permanecer em Portugal acabariam dispersas pelas cidades maiores do Reino, mas também pelas localidades próximas da fronteira com Castela.

Um dos pontos de entrada utilizados pelos judeus situava-se no sítio da Portagem, em Marvão. Terá sido deste ponto que algumas famílias se deslocaram até Castelo de Vide onde, à semelhança de outras localidades, existia uma comunidade judaica desde os princípios da Idade Média.

Localizada na encosta nascente do castelo, a Judiaria de Castelo de Vide ter-se-á expandido consideravelmente nesta época para albergar os novos residentes, cujos ofícios e saberes terão fomentado o desenvolvimento artesanal, comercial e cultural da povoação.

Mas o clima de tolerância religiosa seria breve e em Dezembro de 1496, na sequência do seu casamento com Isabel de Aragão e Castela, D. Manuel I assina o decreto de expulsão que acabará por resultar na conversão forçada dos judeus de Portugal e, finalmente, na redução ao criptojudaísmo.

Os membros da comunidade judaica que permaneceram em Castelo de Vide

como cristãos-novos integraram-se na comunidade local, continuando com os seus ofícios e profissões, e alguns terão seguramente continuado a praticar a sua religião e a observar as suas práticas em segredo.

Os testemunhos da herança judaica permanecem vivos nos dias de hoje, fazendo-se sentir na arquitectura das ruas da judiaria e na sua toponímia; nas marcas de *mezuzah* nas ombreiras das portas ogivais; em pratos típicos da gastronomia; nas tradições próprias da nossa Semana Santa... sinais de que Castelo de Vide terá sido ao longo dos séculos um lugar de inclusão e tolerância.

Actualmente, Castelo de Vide procura assumir-se cada vez mais como palco de novas dinâmicas culturais e um espaço propício à reflexão e ao debate histórico, uma ponte entre o passado e o presente, e por isso foi com enorme prazer que a Câmara Municipal apoiou esta publicação.

Um livro subordinado à análise das dinâmicas de inclusão e exclusão nos espaços urbanos medievais é especialmente pertinente neste ano em que comemoramos o 30º aniversário do discurso histórico do Presidente Mário Soares na Judiaria de Castelo de Vide, onde afirmou “em nome de Portugal quero pedir perdão aos judeus das perseguições que foram vítimas na nossa terra.”

Esta publicação é também um símbolo da colaboração crescente entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Honrando-se de acolher desde 2016 um conjunto crescente de iniciativas de divulgação e formação científica, o Município congratula ambas as instituições pelo sucesso e qualidade dos trabalhos conjuntos.

A dimensão do acolhimento que Castelo de Vide proporciona aos participantes das *Jornadas Internacionais de Idade Média* reflecte-se na afluência de novos investigadores em cada edição, motivados pela vigência no debate historiográfico dos temas propostos, e, principalmente, naqueles investigadores que regressam a Castelo de Vide a cada Outono para voltar a desfrutar do ambiente acolhedor que esta vila confere às actividades académicas.

Ciente da mais-valia que a investigação histórica supõe para a valorização do nosso património local, um reconhecimento profundo a todos aqueles cujo empenho garantiu o sucesso destas iniciativas e do livro que agora se publica.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Apresentação

Em Outubro de 2018 tiveram lugar em Castelo de Vide duas atividades em torno da Idade Média, a *2ª Escola de Outono para Mestrandos e Doutorandos* e as *3ªs Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo Vide*, ambas subordinadas ao tema *Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval*, que assim davam continuidade a uma iniciativa que teve o seu lançamento em 2016 com as *1ªs Jornadas*, às quais, no ano seguinte, se associou a *Escola de Outono*. O acolhimento da autarquia de Castelo de Vide e do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH proporcionava assim a feliz junção de uma acção de formação para jovens investigadores com um fórum internacional de debate e troca de conhecimento em torno da cidade medieval, capaz de congregar investigadores portugueses e estrangeiros, num cenário perfeito para a sua realização: a vila medieval de Castelo de Vide.

Hoje, esta «semana medieval», diferente das mais usuais, apresenta-se já consolidada pois no momento em que esta publicação é lançada a público, já decorreu a *3ª Escola de Outono* e estão a ter lugar as *4ªs Jornadas Internacionais de Idade Média*. Ao longo das edições anteriores foi possível trazer a Castelo de Vide uma plêiade de investigadores que incluiu académicos de renome internacional, investigadores experientes e outros, mais jovens, cujas investigações estão a abrir ou, a consolidar, perspectivas inovadoras no estudo da cidade medieval. Iniciativas que têm como timbre o fomento da interdisciplinaridade, juntando a História com a Arqueologia, com a Filologia, com a Heráldica, com a História do Direito ou, com a Arquitetura, entre outras. E que procura promover, entre os participantes, o conhecimento do património medieval de Castelo de Vide e da sua envolvente através da promoção de visitas de estudo, que integram o programa, quer da *Escola de Outono* quer das *Jornadas*.

Uma parte considerável das enriquecedoras vivências destas atividades faz apenas parte das memórias de quem as viveu: os debates, as trocas de ideias nos intervalos das sessões ou à mesa das refeições ou, as conversas que, pela noite fora, as ainda cálidas noites de Outubro de Castelo de Vide proporcionaram. Felizmente,

não tem acontecido o mesmo com as intervenções dos oradores convidados e dos comunicantes, pois uma seleção dos textos apresentados, depois de uma dupla avaliação por pares, tem sido regularmente publicada, tendo já dado origem a dois grossos volumes, disponibilizados não só aos especialistas mas também ao público em geral.

Este ano, os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o 3º volume de recolha desses textos cujo título retoma o das 3ªs *Jornadas: Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais, responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimento de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar - português, espanhol, francês e inglês - os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Este volume apresenta cinco secções: *Intervenção dos poderes, Instituições e processos, Marcas de exclusão no urbanismo medieval, Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia e Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, que procuram organizar os textos aqui reunidos de forma coerente. Contudo, a complexidade de algumas temáticas, cujo desenvolvimento implicou o recurso não só a fontes de informação diversificadas como a enfoques simultaneamente distintos mas complementares, dificultaram muito essa tarefa, que por isso aqui surge como uma proposta que, para outros, por certo podia adquirir uma outra estrutura.

Na secção intitulada a *Intervenção dos Poderes* agrupam-se os artigos que se assumem como abordagens mais globais e que pretendem refletir sobre questões abrangentes tais como o desenvolvimento de processos para a definição de sistemas de inclusão/exclusão política nas sociedades urbanas, a necessidade de rever pressupostos mais tradicionais em relação à coexistência das minorias judaicas com a maioria cristã, numa perspetiva comparativa e tendo como unidade de observação a pequena cidade, afinal o tipo mais dominante no sistema urbano da Cristandade europeia, ou sobre a pertinência, no caso ibérico, de se refletir de uma forma integrada, simultaneamente sobre as duas minorias religiosas, a islâmica e a judaica,

que estavam presentes num significativo número de núcleos urbanos medievais. Uma reflexão que passou ainda pela elucidação da forma como os monarcas se relacionavam com as sociedades políticas urbanas e como procuravam estabelecer quadros normativos sobre as minorias religiosas, sempre na busca do equilíbrio social que permitisse a paz urbana que competia aos monarcas assegurarem.

O apartado *Instituições e processos*, integra um conjunto de estudos que tendo uma clara diversidade de protagonistas – o pobre, o doente, o leproso, a minoria muçulmana vencida – abordam sobretudo a problemática da integração, refletindo não apenas sobre alguns dos processos utilizados para promover essa inclusão mas também sobre a atuação das instituições que a sociedade medieval criou para garantir esses mesmos processos, como era o caso, por exemplo, dos hospitais e/ou das leprosarias.

A secção denominada *Marcas de exclusão no urbanismo medieval* surge muito coesa, com quatro artigos que versam sobre a organização do espaço das judiarias medievais através de um exemplo castelhano – a judiaria de Toledo – e três exemplos portugueses: Braga, Lisboa e Guarda. Cobrem-se assim, recorrendo a perspetivas que cruzam a investigação documental, com a pesquisa arqueológica e com a leitura dos espaços própria da História da Arquitetura e do Urbanismo, espaços de observação que contemplam distintas escalas urbanas ou seja, cidades de pequena, média e grande dimensão, esclarecendo de que forma se manifestava essa poderosa marca de exclusão que era o espaço de uma judiaria. Estes estudos ganham particular importância quando recordamos o relevo que o património judaico assume em Castelo de Vide, podendo portanto constituir-se como importantes referências para o aprofundamento da interpretação da marca judaica no urbanismo de Castelo de Vide.

O 4º apartado intitulado *Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia*, integra um conjunto de estudos que, a partir dos dados materiais procuram apresentar a perspetiva da Arqueologia para um tema que se apresentava desafiante: a recuperação da materialidade dos sistemas de exclusão em contextos urbanos.

A última secção, *Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, é sem dúvida a que reúne os estudos que, tendencialmente, procuraram abordar, de forma, mais completa o tema das Jornadas uma vez que procuraram tratar, em simultâneo, as problemáticas de inclusão e de exclusão, através de um dos protagonistas com mais potencialidade para esse tipo de análise: o estrangeiro. Recorrendo a um conjunto diversificado de enfoques, os autores refletiram sobre a forma como as sociedades urbanas encaravam os estrangeiros, quer se tratasse de personagens excecionais quer de grupos profissionais, detectando processo de inclusão/exclusão, analisando conflitividades geradas bem como a forma como participavam na vida política das

idades onde se instalavam.

Um número considerável destes textos disponibilizam ainda aos leitores, materiais originais variados tais como extensas tabelas, gráficos, fotografias, reproduções de iconografia medieval e de documentos, plantas e/ou mapas, reveladores da diversidade de fontes de informação utilizados pelos seus autores. Especialmente interessantes, pelo carácter modelar das soluções cartográficas aplicadas, são os materiais inseridos nos estudos sobre judiarias de Jean Passini, Maria do Carmo Ribeiro e de Manuel Fialho Silva, sendo que estes dois últimos autores divulgam reconstituições inovadoras e detalhadas das judiarias de Braga e Lisboa, um contributo fundamental para o esclarecimento de uma problemática sobre a qual a medievística portuguesa ainda apresenta lacunas significativas e que podem ser replicados em outros estudos de caso para o Portugal medieval.

O volume agora lançado a público reúne então um conjunto de textos com abordagens distintas mas que não deixam de se complementarem no objetivo de esclarecer as problemáticas de inclusão e de exclusão que podem ser encontradas quando se analisa a cidade medieval, se bem que tenham sido mais glosados os temas associados à exclusão, uma vez que esta deixou traços mais evidentes não apenas na memória escrita como na expressão urbanística e material.

A complexidade do tema escolhido para as 3^{as} *Jornadas* e consequentemente para este volume -de grande atualidade nas sociedades contemporâneas- não ficou de modo algum esgotado nas páginas deste volume, uma vez que muitas outras temáticas podiam ter sido desenvolvidas como a exclusão política ou a exclusão resultante da doença, do sexo ou, a gerada pelo desempenho de certas atividades profissionais que a sociedade medieval desvalorizava, entre outras. O mesmo aconteceu com o estudo das estratégias concelhias de integração, que tanto preocupavam as sociedades urbanas quando confrontadas com fluxos migratórios, sobretudo de indivíduos desenraizados e solitários, que estas sociedades simultaneamente desejavam para mão de obra das suas atividades artesanais mas não deixavam de temer, pois lhes surgiam desenquadrados e sem suporte familiar. Mas o que tem de bom a investigação em História Medieval é que temos a certeza que, não tendo estado presentes nas 3^{as} *Jornadas*, tais temáticas estão, de certeza a merecer a atenção dos medievistas.

* * *

Uma vez mais, os editores querem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação deste volume – um êxito, garantindo a sua afirmação como uma referência para todos quantos se interessam pelo mundo medieval e pela cidade medieval, em particular.

Na pessoa do seu Presidente, Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016, tem acolhido estas iniciativas, pois de uma forma exemplar tem demonstrado que uma comunidade local e uma universidade podem trabalhar em conjunto tendo como objetivos, não apenas a promoção e divulgação de conhecimento científico mas também o de dar a conhecer um território cujo passado e o património medieval são especialmente ricos e fundamentais para compreender o Portugal atual.

Através da Dr.^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que durante estas distintas atividades nos acompanham, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof.^a Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, bem como a sua presença permanente durante a *Escola de Outono* e as *Jornadas Internacionais*, sempre pronta a promover o debate e a discussão científica e a criar pontes entre todos os participantes.

Os nossos agradecimentos ao Marcel Paiva do Monte que aceitou, num tempo escasso, a tarefa de paginar com cuidado e muito saber, as centenas de páginas que constituem este volume.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra, pois são eles os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que temos vindo a construir e que pretendemos que se caracterize pela qualidade e pela diversidade de perspetivas.

Aos habitantes de Castelo de Vide, cujo acolhimento pleno de simpatia tem sido uma das principais razões da vontade de regressar que muitos participantes nos têm manifestado. Bem Hajam!

Lisboa, Agosto de 2019

Amélia Aguiar Andrade

Catarina Tente

Gonçalo Melo da Silva

Sara Prata

PARTE I
A Intervenção dos Poderes

Exclusive Liberties, the Hallmark of the Ancien Régime

*Wim Blockmans*¹

Abstract

Ancien régime societies rested on the distinction of social orders with unequal rights. Membership of the two privileged orders was ascribed by birth or by merit. The clerical status was acquired by merit, nobility was transmitted by descentance. Walls and gates protected the privileges of those included against the envy of the excluded people. Other general patterns of exclusion were – and still are – related to gender, belief, ethnicity, nationhood, family or kinship, the sense of belonging to a particular community. Urbanization introduced a new principle of inclusion: that of citizenship, which in its origins rested on the double choice of the individual desiring to become included, and the in-group admitting the newcomer. The latter had to swear an oath of solidarity and pledge to submit to collective rules and to deliver services to the community, often including an entry fee. Not all town dwellers enjoyed the full rights of citizenship, such as protection and voice. This model became multiplied within and between towns in the form of guilds, brotherhoods, urban leagues and *hansas*. They all formed privileged communities, inclusive on reciprocal conditions, and exclusive. Society thus became a complex patchwork of status groups distinguished by social markers and codes.

Keywords

Privilege; order; code; marker; solidarity.

¹Leiden University.

Liberdades exclusivas: o símbolo do Antigo Regime

Resumo

As sociedades do Antigo Regime apoiavam-se na diferenciação de ordens sociais com direitos desiguais. A pertença às duas ordens privilegiadas era adscrita por nascimento ou por mérito. O estatuto clerical era adquirido por mérito e a nobreza transmitida por descendência. Muros e portas protegiam os privilégios daqueles incluídos contra a inveja dos excluídos. Outros padrões de exclusão eram, e continuam a ser, relacionáveis com género, crenças, etnicidade, nacionalidade, família ou parentesco, o sentimento de pertença a uma determinada comunidade. A urbanização introduziu um novo princípio de inclusão: o da cidadania, que nas suas origens residia numa dupla escolha, o desejo do individuo de ser incluído e a admissão por parte do grupo residente para com o recém-chegado. Este último tinha que fazer um juramento de solidariedade, prometer submeter-se às regras colectivas, e oferecer serviços à comunidade, muitas vezes incluindo uma taxa de entrada. Nem todos os moradores da cidade usufruíam de direitos plenos de cidadania, tal como a protecção e o direito de voz. Este modelo multiplicou-se dentro e entre as cidades na forma de associações, irmandades, ligas urbanas e hansas. Todas estas formavam comunidades privilegiadas, inclusivas em condições recíprocas, e exclusivas. A sociedade tornou-se então num complexo padrão de grupos diferenciados por marcadores e códigos sociais.

Palavras-chave

Privilégio; ordem; código; marcador; solidariedade.

European societies of the Ancien Régime rested fundamentally on privileges that awarded liberties, rights, obligations, and status to members, and denied them to other persons. Hierarchies were taught to be ordained by God and built into nature. By definition, each and every privilege was inclusive as well as exclusive since they were granted to particular persons and groups. Privileges could be attributed to individuals, to social categories and associations. Some were ascribed to persons by birth, such as the biologically determined features. Each person is born with physical characteristics, some of which are visible and difficult or even impossible

to change: they are naturally given by progeniture. Communities ascribe values to particular physical features, which are gendered, different between cultural contexts, and largely arbitrary.

The most general exclusion is that generally applied by all three monotheistic religions against women. This exclusion is so deep-rooted that it is still highly virulent, though in several respects implicit and largely unconscious, in present-day Western societies, even under the façade of the fairly recent equality for the law. The Catholic Church denies priesthood to women, thus making them dependent on male confessors and guardians and excluding them from high secular office. Women didn't have a personality before the law. Two exceptions became relevant in canon law from the twelfth century onwards: a woman's consent was required for marriage, and a widow enjoyed full rights. On the other hand, exclusion from most guilds, administration, university training, and government, extended women's exclusion imposed by the Church to most domains of public life. Some crafts requiring little skills were left to women as men considered them to be lowly, such as spinning. Saleswomen appeared in great numbers on local markets, and widows were entitled to carry on with their husband's trade. Midwives were allowed to become trained and to apply their expertise in a corporative context. But overall, women were the most numerous category of excluded people, on the basis of biological male domination, caught in religious and legal inhibitions. The cases of female lordship of a domain, or even in rulership positions as countess, duchess or queen, occurred only by default of a male heir; even then, it was excluded in the Holy Roman Empire and its dependencies, and in France. Where it occurred, mostly on the level of principalities and lordships, male competitors would always try to claim their priority. Even behind exclusion, female submission was the general rule ².

Ethnic markers can be related to a person's physical appearance as well as to the styling of the hair dress and various bodily ornamentations. Additionally, most human communities apply clothing traditions to express the membership of a particular community or a particular layer or section within it. Natives belong to that in-group, while persons born outside a particular community are being considered to be different, and therefore excluded. To these physical features and dress codes, more cultural characteristics are added by which the sense of belonging to a community is expressed, and by implication exclusion can be applied at the first contact. Language constitutes the most general bonding within a family, a kin-group, and a community of which the size can vary from face-to-face communities of a few hundreds of people to diversified societies of millions. Belief systems, values,

² SHAHAR, Shulamith – *The Fourth Estate. A History of Women in the Middle Ages*. London: Routledge, 2003.

customs, symbols, traditions, and all material as well as behavioural traditions constitute communities and nations that include those who are born (Latin *nasci*) within any particular community. Focusing on the differences between group characteristics, however subtle – the unparalleled expression in German: *die feine Unterschiede* – helps to consolidate the sense of belonging to the own community, be it on the level of a family, a kin-group, clan, village, nation or religious obedience. Negative identification, the lively awareness of otherness, is the first level a baby forms her/his conscience of the self. It remains a primitive reflex that time and again appears as easy to activate in communities and nations. Physical features may be applied to underline the cultural specificity, but that is a choice made under specific circumstances, not a general rule. Other features, real or imagined, can be applied to label other people as outsiders that ought to be excluded from privileges that an established group or category of people may consider as their prerogative³.

Socially differentiating markers, including and excluding people on the basis of largely arbitrary criteria, are thus given by birth, valued as more or less significant within the own community, or imposed by ascription by another community or by a dominant group, order or class. More differentiated societies developed distinctions and hierarchies on the basis of individual merits, which in the middle ages primarily were religious and military. Extraordinary achievements such as miracles qualified individuals for holiness, which in the early middle ages simply was a spontaneous popular and highly emotional recognition. Individuals might seek beatification by displaying an especially demanding lifestyle, such as the self-chosen exclusion of hermits and its milder variants in monasteries and cloisters (*claustra*, enclosures). Exceptional military performances were required to attain the rank of chivalry, a qualification that might imply a noble status or evolve into it, but did not coincide with it. The self-chosen inclusion into an exclusive community took many shapes in the course of the middle ages: think of the combination of the two mentioned before in the military orders that combined the vows of chastity and obedience with chivalric prowess.

The Church introduced the idea of exclusion to Christianity. That derived its inclusive character from the idea that the true believers observing the rules would become the beneficiaries of godly salvation which would be denied to non-believers. The persecution in the late Roman Empire must have strengthened the Christians' sense of belonging as members of the small communities. The other side of the coin was the use of exclusion as an ecclesiastical sanction: withholding the means of godly grace not only meant the threat of hell, it also implied the exclusion of the

³ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. – *The Established and the Outsiders*. Dublin: UCD Press, 2008.

punished individual from regular contact in his or her family and in the whole community.

When the European population growth started to lead to migrations, the reclaiming of land, and urbanization, the newcomers in the growing towns mostly came from relatively closed economic systems where they had been bound to a plot of land. They had been included in an exploitation system that limited their freedom and imposed upon them all kinds of duties in labour and products. On the other hand, they also enjoyed some customary rights, protection and secured means of subsistence, for themselves and their family as well as for their progeniture. When they left their village community or demesne, they lost their securities and became vulnerable, as they had to get acceptance in a new and hardly established environment. The emerging urban communities encountered new lords who tried to impose upon them the seigniorial rights they were entitled to levy on that territory. As these various individuals and groups of footloose people gradually were building up communes, collectivities of persons lacking an established status, they may have noted that they had in common in the first place the absence of a sense of belonging, which might have fostered a negative definition of their identity. Only then could they start forging 'friendships', confraternities, and a commune (*amicitia, fraternitas, communio*). All these bonds differed fundamentally from the domanial context they had left behind: it were self-chosen (sworn) unions of equals, eager to act as a collectivity because they were highly vulnerable as individuals. Only as groups could they obtain recognition and even liberties, in the sense of negative freedom: they had to be free from persecution by their former landlords and free from duties in labour, in money or in kind. In an early stage, the communes endeavoured to buy off the traditional tributes due to the lord. The oldest urban charters, such as that of Huy on the river Meuse, dated 1066, insist on the need for landlords to prove their claims on their former serfs⁴. The first stage of urban growth was characterised by the inclusion of great numbers of migrants who were attracted by new opportunities and personal freedom, the possibility to choose a place to live and a professional activity. Their sworn community remained open to newcomers as long as the population growth was accompanied by sufficient opportunities for economic development. In other words: communes were inclusive when the new citizens would find employment and contributed to the common wealth.

Medieval society was perceived in terms of orders to which specific rules of admission applied, but both privileged orders were clearly marked off by exclusion of the unqualified persons. The urban newcomers must have been aware of the dominant classes of people living behind walls that protected them from an

⁴JORIS, André – *La ville de Huy au moyen âge*. Paris: Les Belles Lettres, 1959, pp. 479-484.

environment that they looked upon as lowly, evil and/or threatening. Cloisters (*claustra*) typically were closed and enclosed communities, intended to preserve the purity and the security of the members. Exclusion was functional, as purity of the monks' lifestyle qualified them especially to pray for the salvation of the whole community. Originally, cloisters and monasteries were located at the outskirts of the cultivated land, if not in the outright desert. Access remained strictly limited, membership could only be acquired through years of apprenticeship, transition rituals and stages of socialisation. Membership was visualised in clothing codes and tonsure. Even if the secular clergy lived in urban communities, they also showed their distinction from the common men, and their rank in the hierarchy.

The second order, the men specialised in the art of warfare, was reproduced by birth rather than by merit. Though a family's status and its material foundations were inherited, its position was originally derived from military achievement and might further be enhanced by it, or even by success in its playground of tournaments and similar prowess. Individual merit might bring additional income, extension of property, and higher status. That might improve a man's position in the marriage market entailing further increase in the family's fortune. Structured hierarchically, as was the clergy, the aristocracy was inclusive on its particular level – marrying and socializing normally occurred with one's equals or 'peers'. However, the overall aim was getting higher up in the ranking. Partnerships between different ranks required negotiation and recognition to keep the distinction intact. That might include transition of the family name to that of the female partner, if her position was esteemed higher. The obsessive awareness of hierarchy and competition implied looking down upon all those on a lower step and excluding those not belonging to the right order and rank.

Aristocrats lived in moated castles surrounded by high and strong defensive walls and, depending on the location, high on a mountain offering a strategic outlook and making assault difficult because of the uphill battle. Their splendid isolation was intended as a physical defence as well as the manifestation of a distanced and superior social position. The buildings' military function also was a bare necessity in the period of competing feudal lords. Horse riding was one of the most advantageous ways to travel; a highly person would never ride alone but should be accompanied by followers, for his security in the first place, and their number would give an indication of the man's importance. A nobleman would be identifiable through the heraldic symbols on the horses' outfit, and his companions might be wearing his livery and showing off his colours. All these attributes also had military functions: cavalry was the most powerful formation on the battlefield. The

combination of superior strength, speed and elevation made horses an expensive and scarce resource, particularly fitting to mark a superior social position.

Each and every social marker of the two privileged orders were mimicked by the urban populations seeking recognition of their autonomy. This was not a matter of choice but a necessity, starting with protection from the widespread aristocratic use of violence against peasants and merchants. Horses, however, needed pasture, which was hardly available in built areas. That added to their exclusive character within the city walls. The communities of citizens and peasants sought the protection of kings, other princes and bishops, who fostered the concept of peace agreements by which aristocrats voluntarily swore oaths to curb their abuse of power⁵. Such conventions had to be repeated over and over again through the twelfth and thirteenth centuries, as many of the aristocrats did not comply to peaceful procedures and bluntly continued to use their military supremacy.

Since physical violence remained omnipresent in medieval society as a whole, urban dwellers developed the idea of collective protection of their communities by applying on a larger scale the same concept of the moated castle, encircling their whole built-up area, and even some extra green spaces, within walls. This enterprise required a huge effort by the young community, one they regarded as vital for their protection and as a rewarding investment. For many towns, it was the trigger for the creation of the urban fiscal system. The construction of the first walls around the new urban settlements can be observed in the tenth century in Cologne, Namur, Verdun (a *claustrum mercatorum*) and Liège. The fortification of the largest cities can be dated in Flanders (Douai, Ghent, Bruges, Ypres) and adjacent Tournai in the second half of the eleventh century or the early twelfth (Arras). In some cases, just ditches were cut in connection with existing fortifications⁶. In fifteenth century Leiden, fines were expressed in an amount of bricks for the city walls. Growing towns had to repeat the endeavour three or four times, at an ever larger scale. The enclosure was one of the most typical features of medieval cities, displayed on numerous seals, including increasingly sophisticated defensive systems, especially around the gates. After all, the system proved to be successful: in few cases medieval cities had to surrender under the sole pressure of siege, unless the population could be starved during many months. In the second half of the fifteenth century, the canon changed the balance in favour of the beleaguering army, as the Ottomans demonstrated in Constantinople in 1453 and Duke Charles of Burgundy in Liège 1468⁷. Five years

⁵ BISSON, Thomas N. – *The Crisis of the Twelfth Century. Power, Lordship, and the Origins of European Government*. Princeton: University Press, 2009, pp. 499-514.

⁶ GANSHOF, François-Louis – *Over stadsontwikkeling tusschen Loire en Rijn gedurende de middeleeuwen*. Antwerp: Standaard, 1941, pp. 35-36.

⁷ VAUGHAN, Richard – *Charles the Bold, the last duke of Burgundy*. London: Longman, pp. 32-35;

later, however, he failed to take the small town of Neuss, north of Cologne, after a long-lasting siege, although he had the most advanced artillery at hand⁸.

Not only the city walls, ditches, and gates were inspired by the model of the feudal castle. The same applies to other symbols of aristocratic power such as belfry towers, typical for northern France and Flanders, and many fortified patrician dwellings. The best preserved ones are to be found in Tuscany, especially in San Gimignano, where several of the dozens of towers belonging to private houses have been preserved. 'Before 1250 Florence was a veritable forest of family towers', says John Najemi, some of them reaching as high as 70 meters. The first '*popolo*' regime ordered them to be reduced to a maximum of 29 meters. This was meant to be a symbolic assertion of public over private power and logistically limiting street fighting between the parties⁹. Medieval Ghent and Utrecht also kept some examples of large patrician houses built in solid stone masonry, with battlements and loop-holes. Unfortunately, they demonstrate yet another urban imitation of aristocratic models: the feuding of patricians clans within the towns. In Northern and Central Italy, this pattern can be related to the incorporation of the landed nobility within the cities. They integrated well with the patrician elite but also transferred the aristocratic competitive attitude. Even without such an input, patricians in western Europe tended to imitate all aspects of the aristocratic life-style¹⁰.

The impressive population size and the extraordinary economic power concentrated in North- and Central Italian cities led there to the earliest mentions of class antagonism, through the emergence, already before 1200, of *societates populi* claiming a say in local government. Towards 1250 these movements imposed constitutional reforms in about two dozens of cities, from Como to Rome, allowing the military organisation and some political participation of the craftsmen organised in guilds. In their turn, they adopted the feudal symbols such as banners, arms, religious emblems and patron saints. In Florence, the first 'popular' regime lasted ten years. Its main endeavour was to curb the power of the knights or magnates and to impose peace on the rivalling parties and kindred clans. In Philip Jones's words, 'the true inspiration of the *popolo* was [...] not of class war or disfranchisement but of class peace: concord, community, general enfranchisement - the principle itself of the commune.' The second period, from 1292 to 1300, functioned with an even stronger anti-magnate fervour, excluding them as much as possible from

BOONE, Marc – "Destruction des villes et menaces de destruction, éléments du discours princier aux Pays-Bas bourguignons". In KÖRNER, Martin (ed.) – *Destruction and Reconstruction of Towns*. Vol. 2. Bern: Paul Haupt, 2000, pp. 97-117.

⁸ VAUGHAN, Richard – *Charles the Bold...*, pp. 319-345.

⁹ NAJEMI, John M. – *A History of Florence 1200-1575*. Malden / Oxford: Blackwell, 2008, p. 69.

¹⁰ HEERS, Jacques – *Parties and political life in the medieval West*. Amsterdam: North Holland, 1980; NAJEMI, John M. – *History of Florence...*, pp. 5-27.

office, without, however, banning them. The greatest merit of this regime was its constitutional effort to institutionalise broader social participation in government, and enhancing its legitimacy on the basis of the '*quod omnes tangit, ab omnibus approbetur*' principle, formulated by the numerous lawyers in their ranks. More than during the first *popolo*, the second included more members of the minor guilds. Both regimes were turned down by military force mobilised by the Guelf party led by fervent popes¹¹.

Let us return to the formation of the urban communes. The construction of walls and fortifications self-evidently had required the permission by the local lord and even from the territorial prince, because it was an usurpation of aristocratic privilege. In Northwestern Europe, urban charters offer testimony of the negotiations preceding the recognition of urban liberties, that were granted in return for financial contributions¹². Not only did the communes exist as vibrant centres of economic expansion long before they were granted the first charters in the twelfth century, it is equally clear that social differentiation existed at least one century earlier. Persons mentioned in charters concerning various transactions, and especially in judicial cases, were named as hereditary owners of parcels in the oldest commercial centre, sometimes also as '*legitimi homines*', trustworthy persons, before the first mentions of *scabini*, aldermen, towards the end of the eleventh century. This points to the following chronology of the earliest urban development in the region between Cologne and the North Sea. Since the later tenth century, the eastern part of this commercial axis followed the Roman road and developed seaward, boosting the development of Bruges as the main port and Ghent as the main centre of the textile industry. Local owners of land invested in this trade and physically occupied the oldest plots in the cities. The combination of land and commercial capital made these men the captains of industry and trade in northwest Europe. Within their cities, they emerged as the elite that became visible in the twelfth and thirteenth centuries, and which is referred to in the scholarly literature as the 'patriciate', the name for the propertied families of entrepreneurs and tradesmen who controlled the urban governments. They employed hundreds – thousands in the largest industrial cities such as Arras, Ypres and Ghent – of artisans in the textile industry, organised the long-distance trade and moreover they were the cities' administrators and judges¹³.

¹¹ JONES, Philip – *The Italian City-State. From Commune to Signoria*. Oxford: Clarendon, 1997, pp. 503-521, quote on 510; NAJEMI, John – *History of Florence...*, pp. 5-27, pp. 66-72, pp. 81-87.

¹² BLOCKMANS, Wim – "Constructing a sense of community in rapidly growing European cities in the eleventh to thirteenth centuries". *Historical Research* 83/222 (2010), pp. 575-587.

¹³ BLOCKMANS, Frans – *Het Gentsche stadspatriciaat tot omstreeks 1302*. Antwerp: De Sikkel, 1938, pp. 72-73, pp. 123-125.

They were the driving forces behind the ‘*hanses*’, associations of merchants dealing on particular routes, such as the connection between Cologne and England, which the Ghent *hansa* sought to control. The ‘confraternity’ of Saint-Omer, known through its statutes dated shortly after 1240 but reflecting an older reality, regulated wool imports from England, Scotland and Ireland as well as the trade towards cities in France south of the river Somme. The ‘Flemish *hanse* of London’ included merchants mainly from Flemish towns, directed by Bruges and Ypres, who controlled the trade with England and Scotland. These private organisations aimed at the protection of the traveling merchants, the acquisition of privileges overseas, and solving disputes between their members, also in British towns. The Latin word ‘*hansa*’ meant membership fee, the guarantee a new member had to pay to be included in the protected area of activities defined by the organisation. As collectives, the *hanses* negotiated with authorities in the region of their operations in order to obtain favourable conditions and to facilitate conflict resolution¹⁴. They aimed at acquiring exclusive rights on particular routes and in specific destinations, excluding competitors from other towns, or requiring them to pay a contribution called ‘*hansa*’. Around 1180, the count of Flanders protected newcomers, such as the merchants from the towns of Damme and Biervliet he had recently founded, against such levies by the organisations set up by merchants from older cities¹⁵. In the course of time, as the cities reached the apex of their growth, the merchant guilds themselves became highly exclusive even within their own citizenry, as the membership fee for newcomers raised to eleven times the amount required for a member’s son, which reflected the value of the guild’s collective protection. Each member was at risk abroad for any mischief a fellow countryman could have made. Mutual trust had to be guaranteed, by intergenerational continuity or by a fee that, in the later thirteenth century, represented an unskilled artisan’s salary for a whole year, or the price of a horse or of a barrel wine. The confraternity of Saint-Omer counted 542 members in 1241, among whom only eight were craftsmen. Merchants’ guilds were exclusive, but they reduced the risks and costs for their members¹⁶.

The best known of these organisations was the association of ‘aldermen from the XVII trading cities’ dealing at the fairs of Champagne. They are first mentioned

¹⁴ VAN WERVEKE, Hans – “Hansa” in Vlaanderen en aangrenzende gebieden”; “Das Wesen der Flandrischen Hansen”. In VAN WERVEKE, Hans – *Miscellanea Mediaevalia*. Ghent: Story-Scientia, 1968, pp. 60-87 and pp. 88-103, pp. 91-92.

¹⁵ ‘Voluntas etiam mea [Philippus Flandrie comes] est ut consuetudini, quam negociatores mei hansam vocant, nusquam subiaceant [i.e. burgenses mei de Dam]. Unde et omnibus mercatoribus et burgensibus terre mee artius inhihero ne quis eorum a prefatis burgensibus meis de Dam ubicumque terrarum eos invenerint hansam exigat.’ *De oorkonden der graven van Vlaanderen (juli 1128-september 1191). II/III (1178-1191)*. Eds. Thérèse de Hemptinne, Adriaan Verhulst, Lieve De Mey. Brussels: Académie royale, 2009, pp. 74-75, pp. 220-221.

¹⁶ WYFFELS, Carlos – “De Vlaamse hanzen opnieuw belicht”. *Academiae Analecta* 53 (1991), pp. 13-17.

in 1230 as they met to mediate in a dispute between merchants from Bologna and Cambrai, one of the 'XVII' members. The number of participating cities varied, but the core consisted of a group of ten Flemish cities, a few from Champagne, and further various places from adjacent territories. The logic was that long-distance trading routes crossed many principalities, which created uncertainty of legal status. The merchants' association organised itself the necessary legal framework for the merchants' protection, judicial assistance and mediation through experts in the trade. Cheating could be sanctioned by exclusion from the *hanse*, which meant the loss of any solidarity, factually implying the impossibility to carry on international trade¹⁷. The merchants' associations created trust between traders from various regions, they established rules of conduct in the common interest of all participants, improved the information about products and demand, facilitated commercial credit. All this contributed to the efficiency of the international trade and to the industries delivering the products¹⁸. Exclusivity was a necessary condition for the trust that constituted the fundament of the transactions; only trustworthy and expert partners could be relied upon in a time when public authority was still weak, anyhow incompetent in commercial affairs, and self-interested with regard to the conditions they tended to impose for their protection. Membership of *hanses*, merchants' guilds and confraternities fostered solidarity between merchants from various regions, north and south of the Alps, and a sense of belonging among those people who, within their own city, formed an elite excluding the vast majority of their fellow-citizens¹⁹.

The references made to the 'patricians' (as historians call them) make it clear that social differentiation was obvious from the earliest stage of urban development. The original landowners enjoyed an advantageous starting position which they exploited. They belonged to exclusive associations of merchants in which they developed close ties of solidarity to protect themselves against the many risks of their trade. They may well have been the only sworn citizens who had delivered an oath to the commune. Such oaths have been discussed recently for some larger English cities, where the formulas are preserved since the late fourteenth century. Even in the late stage of the fifteenth century, the freeman's oath, to be sworn in a

¹⁷ CAROLUS-BARRÉ, Louis – "Les XVII villes. Une hanse vouée au grand commerce de la draperie". *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 109 (1965), pp. 20-31.

¹⁸ BLOCKMANS, Wim – "Inclusiveness and exclusion: trust networks at the origin of European cities". *Theory and Society* 39 (2010), pp. 315-326; repr. in: HANAGAN, Michael & TILLY, Chris (eds.) – *Contention and Trust in Cities and States*. New York: Springer, 2011, pp. 199-210; OGILVIE, Sheilagh – *Institutions and European Trade. Merchant Guilds 1000-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011; my assessment of the merchant guilds' functions is somewhat more positive than hers, which is focusing on 'economic efficiency'.

¹⁹ SOLÓRZANO TELECHEO, Jesús Ángel, et alii (eds.) – *Exclusión y disciplina social en la ciudad medieval Europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018.

public session, still bore all the characteristics of the feudal oath of fealty and even the act of homage due to the local magistrate, after that to the lord, who was the king in cities such as London, York, Bristol and Norwich. The incoming freeman had to swear loyalty to the commune, its statutes and officials, to declare his endeavour to support the city by all means, to contribute to duties such as paying taxes and to fulfil tasks such as watches. He also had to be ready to serve in public office if he were chosen, not to refuse such tasks, and to perform them diligently. In return for the liberties and the protection citizenship entailed, the new freeman had to swear to offer his support to the commune. Such reciprocal obligations were very similar to those current in feudal oaths.

However, not all urban dwellers were freemen: only between a quarter and a third of the adult males in fourteenth-century York and fifteenth-century London held civic franchise, a proportion that seems to increase towards the sixteenth century, without, however, reaching the majority of the population²⁰. Citizenship was thus an exclusive social privilege, both within the city and vis-à-vis the outside world²¹.

In the course of the thirteenth century, the increasingly outspoken social distinction of the upper class of merchants, entrepreneurs and urban administrators tended to create class conflicts with the workers also in the most advanced cities in northwest Europe, especially in the principalities of Liège and Flanders. The patriciates' top layer sought to raise its status by imitating the aristocratic life style, seeking ennoblement by marriage or buying seigniorial rights, and closing off their ranks towards the lower levels. Conflicts first erupted in the form of strikes and workers collectively walking out of the city, and from the 1280s onwards they gradually evolved into violent revolts driven by the perception of a clear-cut class antagonism. Anyhow, the entrepreneurial and governing class reacted by agreements concluded by the magistrates of various industrial cities not to allow immigrant workers who had been banished from one of the other cities. The exclusive elite now applied its gradually fostered inter-urban solidarity as an instrument to maintain their exploitation of the labouring class²². That attitude, awarding priority to class conflict over local particularism, became very clear in the repeated inter-urban

²⁰ LIDDY, Christian D. – *Contesting the City. The Politics of Citizenship in English Towns, 1250-1530*. Oxford: University Press, 2017, pp. 22, 25-30.

²¹ For a discussion of definitions of this concept, see PRAK, Maarten – *Citizens without Nations. Urban Citizenship in Europe and the World, c.1000-1789*. Cambridge: University Press, 2018, pp. 5-23.

²² DUMOLYN, Jan; HAEMERS, Jelle – "Patterns of Urban Rebellion in Medieval Flanders". *Journal of Medieval History* 31 (2005), pp. 369-393; DUMOLYN, Jan; HAEMERS, Jelle – "Takehan, cokerulle, and mutemaque. Naming collective action in the later medieval Low Countries". In FIRNHABER-BAKER, Justine; SCHOENAERS, Dirk (eds.) – *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. London: Routledge, 2017, pp. 39-54.

leagues of the ruling class in the ecclesiastical principality of Liège during the thirteenth to fifteenth centuries²³. It was typical for the urban elites in northwest Europe as a whole.

Inclusive organisations multiplied, with various aims and dimensions, in West-European cities at the apex of their expansion. Larger cities became divided by quarters, sections, neighbourhoods, partly as a basis for the organisation of the urban militia, and otherwise as a basis for political participation and social control²⁴. Craft guilds conquered social and often also political rights in the course of the fourteenth and fifteenth centuries, in compositions and varieties depending on the size of the individual crafts within any particular city²⁵. In their turn, when in the mid-fourteenth century demographic and economic growth had ended in catastrophic decline, each craft became protectionist for their members, excluding outsiders and raising prohibitive entry fees for new newcomers from outside the town or principality. Only sons of masters got an easy access to stagnant trades for which the labour market was shrinking. Inclusion, on the other hand, implied various kinds of collective protection, from the apprenticeship within a master's shop to the recognition as a full master on the basis of established professional standards. Crafts' leaders negotiated with the urban magistrates about regulations, aiming at the maintenance of their acquired privileges and living standard. They didn't shy off from violent confrontations with colleagues within their city or in other towns and villages, or with trades claiming part of the work process they considered to be theirs. Crafts offered social support to sick, invalid, and elderly members as well as to their widows, and they created internal cohesion through religious services and festivities.

This kind of local association became applied to other purposes as well, such as religious confraternities that multiplied in the later middle ages around a particular devotion and a charitable purpose, including people seeking some kind of affinity with neighbours or persons of a similar status. Inclusiveness became apparent for groups living outside their home country such as groups of merchants settled under particular privileges acknowledging their different juridical status. Islamic cities created the model of the *funduq*, a restricted area in a commercial centre, where foreign traders were allowed to live temporarily along their own traditions,

²³ TÖPFER, Bernhard – “Die Rolle von Städtebünden bei der Ausbildung der Ständeverfassung in den Fürstentümern Lüttich und Brabant”. In TÖPFER, Bernhard (ed.) – *Städte und Ständestaat. Zur Rolle der Städte bei der Entwicklung der Ständeverfassung in europäischen Staaten vom 13. bis zum 15. Jahrhundert*, Berlin: Akademie-Verlag, 1980, pp. 113-154.

²⁴ OGILVIE, Sheilagh – *The European Guilds. An Economic Analysis*, Philadelphia: Princeton University Press, 2019; PRAK, Maarten – *Citizens without Nations...*, pp. 147-148; NAJEMI, John – *History of Florence...*, pp. 66-67.

²⁵ PRAK, Maarten – *Citizens without Nations...*, pp. 59-71, pp. 80-82.

and to settle internal disputes. They remained excluded from the local community but were tolerated because of their commercial functionality. Colonial Christian trading posts in the Levant and around the Black Sea were organised in a similar way because of the need to protect themselves, which in a way was a self-chosen exclusion just allowing functional exchanges with the local communities. A third type of welcomed foreign settlements were the university students who were organised in so-called 'nations' in foreign city. The concept of nation only vaguely referred to a region of origin, as the groupings were composed differently along the numbers of students. Membership evidently had a social function, besides providing juridical protection under the authority of the university²⁶.

Just as in the Catholic Church, governments of towns and cities applied exclusion as a sanction for heavy crimes, and in northern and central Italy in particular for political opponents. Town magistrates were entitled to impose banishment outside their own walls, but also outside the *contado* or principality. Regulated forms of exclusion were applied to lepers, who were correctly thought to endanger the population by (slow and relatively mild) infection; they became enclosed in special hospitals at the city's outskirts. If they were allowed to walk into the city, they had to wear recognisable cloths and move a clapper to warn the citizens of their dangerous appearance. Lepers might be associated with urban poor who deserved charity by the parish relief system and at the gate of monasteries. Both categories were in a way instrumental for the good Christians for whom charitable works belonged to their religious duties: they were expected to show up at the church doors around the mass and at celebrations such as marriages and inaugurations. Nevertheless, the better-off citizens preferred not to be harassed by lepers and poor and to keep their encounters limited to the formal occasions. In periods of extremely high food prices, town magistrates were quick to close their gates to villagers seeking relief in the more abundant urban institutions.

In conclusion, it may be assumed that inclusion is based on objective similarities in peoples' social position and aims, encouraged by communicative capacities to share their world-views and to come to agreements about their co-existence and about the possibility of actions in their common interest. Face-to-face relations facilitated communication, as did a shared language and belief systems. Overall conditions of growth, expansion and open opportunities enhanced the willingness to accept newcomers. Inclusive organisations helped to codify standards of behaviour, define the members' duties for the common good, and to determine sanctions for

²⁶ DE RIDDER-SYMOENS, Hilde – "Mobility". In DE RIDDER-SYMOENS, Hilde (ed.) – *A History of the University in Europe*. Vol. I. *Universities in the Middle Ages*. Cambridge: University Press, 1992, pp. 282-285.

transgressions²⁷. As urban growth was an unplanned process, settlements developed on the most advantageous locations and the inhabitants fought to free themselves from the constraints of the surrounding aggressive feudal society. They did so on a local and particular basis: each growing town negotiated or fought for its own privileges, including freedom from obligations traditionally imposed by landlords. All these arrangements were bilateral, even if several lords might be interested. The implication was that each European town assembled its own collection of privileges in the course of centuries, depending on the local geographic and economic conditions, and on the power relations with the lords and princes in the environment. This particularistic development contrasted fundamentally with the tradition of the Roman Empire, in which civil rights had gradually been extended to ever-larger populations. Since 212, the *Constitutio Antoniniana* awarded citizenship to all free men and women in the Empire; towns in the colonies became incorporated in the imperial administration that imposed overall legislation.

The medieval urban landscape was a patchwork of highly varied local privileges and that remained so until the end of the ancien régime. Ecclesiastical institutions, lordships, cities, and village communities all held particular privileges, granted at different moments under specific circumstances to each unit for itself. Even if some generic features existed such as the privileges of abbeys belonging to a specific order or congregation, or the filiations of towns founded under the law of Lübeck or that of Magdeburg in colonial areas in Central Europe, this doesn't deny the overall reality of the diversity of local rights. Privileges granted rights and obligations to individual persons, collectives and institutions, to each of them in particular, excluding all the others. So, towns and cities were inclusive for their citizens and excluded outsiders from these rights. On the basis of sheer power relations, dominant cities in the highly urbanised regions imposed their law court for all cases in which a citizen was involved, obliging the outsider to accept the urban law. Inversely, landowners might acquire nominal citizenship, which granted them immunity vis-à-vis local fiscal and judicial claims of the rural authorities. Sheer power relations explain this asymmetric 'inclusion'. Collaborative inclusion could function when and where only collective action might provide success.

Ongoing growth unavoidably led to social diversification, whereby the established groups tended to consolidate their advantageous position, from which newcomers were excluded. As face-to-face relations no longer were applicable in communities of thousands of inhabitants, objective power relations prevailed. Associations of merchant and patrician elites preserved their interactive and

²⁷ BLOCKMANS, Wim – "Regionale Vielfalt im Zunftwesen in den Niederlanden vom 13. bis zum 16. Jahrhundert". In SCHULZ, Knut (ed.) – *Handwerk in Europa*, Munich: Oldenbourg, 1999, pp. 51-63.

socially exclusive character by barring access to craftsmen. The latter erected their own corporations of men belonging to the same or similar trades, bargaining their military utility for the urban community in exchange for the improvement of their working conditions, and gradually also with some level of autonomy and political participation. Initially, craft guilds were emancipatory movements, inclusive to new members, as a numerous membership strengthened their collective social and economic position. Most craft guilds became recognized in the course of the fourteenth and fifteenth centuries, in a period generally characterized by catastrophes of warfare, famines and plague outbursts. Population losses of up to a third in whole regions meant that demand for manufactured products dropped dramatically, while the purchasing power of the remaining population increased per head. Reorganisation and regional redistribution of the production challenged the recently acquired positions of some sectors, while other centres grasped opportunities to reach new markets. In traditional sectors of cloth-making, the crafts became closed shops accessible only to masters' sons, while flourishing activities such as the building industry and the barrel-makers in Bruges continued to attract new members from various provenance²⁸.

Two fields of collective identification require special attention, as they included people on a far larger scale than any local community, namely the Catholic Church, and nationhood. From the thirteenth century onwards, states, beginning with the Iberian kingdoms and France, claimed the exclusive right to determine the level of religious toleration within their territory. In all these kingdoms, southward territorial expansion was legitimated by the claim of performing a crusade, against Muslims in Iberia, and against heterodox Christians in the Languedoc. The result was appropriation of land for the military aristocracy; in Iberia, the settled Muslim population retained religious and property rights, while the French massacred and eradicated the other Christians. The idea of the inclusive character of Christianity appeared to depend on the political agenda. The other overarching identification, with a nation, underwent a boost in northern France during the Hundred Years War, but later on and elsewhere the regional variation and local identification became predominant again. In England, on the other hand, the nation had been integrated in a much earlier period²⁹.

²⁸ BLOCKMANS, Wim; DE MUNCK, Bert; STABEL, Peter – "Economic Vitality: Urbanisation, Regional Complementary and European Interaction". In BLONDÉ, Bruno; BOONE, Marc; VAN BRUAENE, Anne-Laure (eds.) – *City and Society in the Low Countries, 1100-1600*. Cambridge: University Press, 2018, pp. 22-58.

²⁹ CHALLET, Vincent; FORREST, Ian – "The Masses". In FLETCHER, Christopher; GENET, Jean-Philippe; WATTS, John (eds.) – *Government and Political Life in England and France, c. 1300-c. 1500*. Cambridge: University Press, 2015, pp. 279-311.

If we try to formulate a theory of the inclusion/exclusion problematic, it shall be evident that medieval (and early modern) Europe was a patchwork of privileged communities of various sizes, all enjoying a different set of privileges and being denied (nearly) all the others. In the middle ages, inclusion was primarily a matter of face-to-face relations, common interest, and self-protection in an unsteady environment. Inclusive tendencies were strong in periods of growth and expansion, when opportunities were available and newcomers could be welcomed and assimilated. That worked at best in the dynamic, growing but still relatively small towns of a few thousand at most. Larger societies needed many more inclusive organisations on a face-to-face level of neighbourhoods, crafts, and confraternities to repeat the associative effort which the merchant guilds had performed centuries earlier. They could be inclusive as long as their opportunities were expanding, but the demographic and economic trends worked against them, which made them closing their ranks in many cases, and to repeat the endeavour to defend their established privileges for the included while excluding newcomers. This mechanism may well have the quality of a historical law, recurring at different times and places.

BIBLIOGRAPHY

- BISSON, Thomas N. – *The Crisis of the Twelfth Century. Power, Lordship, and the Origins of European Government*. Princeton: University Press, 2009, pp. 499-514.
- BLOCKMANS, Wim – “Regionale Vielfalt im Zunftwesen in den Niederlanden vom 13. bis zum 16. Jahrhundert”. In SCHULZ, Knut (ed.) – *Handwerk in Europa*, Munich: Oldenbourg, 1999, pp. 51-63.
- BLOCKMANS, Wim – “Constructing a sense of community in rapidly growing European cities in the eleventh to thirteenth centuries”. *Historical Research* 83/222 (2010), pp. 575-587.
- BLOCKMANS, Wim – “Inclusiveness and exclusion: trust networks at the origin of European cities”. *Theory and Society* 39 (2010), pp. 315-326; repr. in: HANAGAN, Michael & TILLY, Chris (eds.) – *Contention and Trust in Cities and States*. New York: Springer, 2011, pp. 199-210.

- BLOCKMANS, Wim; DE MUNCK, Bert; STABEL, Peter – “Economic Vitality: Urbanisation, Regional Complementary and European Interaction”. In BLONDÉ, Bruno; BOONE, Marc; VAN BRUAENE, Anne-Laure (eds.) – *City and Society in the Low Countries, 1100-1600*. Cambridge: University Press, 2018, pp. 22-58.
- BLOCKMANS, Frans – *Het Gentsche stadspatriciaat tot omstreeks 1302*. Antwerp: De Sikkel, 1938.
- BOONE, Marc – “Destruction des villes et menaces de destruction, éléments du discours princier aux Pays-Bas bourguignons”. In KÖRNER, Martin (ed.) – *Destruction and Reconstruction of Towns*. Vol. 2. Bern: Paul Haupt, 2000, pp. 97-117.
- CAROLUS-BARRÉ, Louis – “Les XVII villes. Une hanse vouée au grand commerce de la draperie”. *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 109 (1965), pp. 20-31.
- CHALLET, Vincent; FORREST, Ian – “The Masses”. In FLETCHER, Christopher; GENET, Jean-Philippe; WATTS, John (eds.) – *Government and Political Life in England and France, c. 1300-c. 1500*. Cambridge: University Press, 2015, pp. 279-311.
- DE RIDDER-SYMOENS, Hilde – “Mobility”. In DE RIDDER-SYMOENS, Hilde (ed.) – *A History of the University in Europe*. Vol. I. *Universities in the Middle Ages*. Cambridge: University Press, 1992, pp. 282-285.
- De oorkonden der graven van Vlaanderen (juli 1128-september 1191). II/III (1178-1191)*. Eds. Thérèse de Hemptinne; Adriaan Verhulst; Lieve De Mey. Brussels: Académie royale, 2009.
- DUMOLYN, Jan; HAEMERS, Jelle – “Patterns of Urban Rebellion in Medieval Flanders”. *Journal of Medieval History* 31 (2005), pp. 369-393
- DUMOLYN, Jan; HAEMERS, Jelle – “Takehan, cokerulle, and mutemaque. Naming collective action in the later medieval Low Countries”. In FIRNHABER-BAKER, Justine; SCHOENAERS, Dirk (eds.) – *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. London: Routledge, 2017, pp. 39-54.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. – *The Established and the Outsiders*. Dublin: UCD Press, 2008.

GANSHOF, François-Louis – *Over stadsontwikkeling tusschen Loire en Rijn gedurende de middeleeuwen*. Antwerp: Standaard, 1941, pp. 35-36.

HEERS, Jacques – *Parties and political life in the medieval West*. Amsterdam: North Holland, 1980.

JONES, Philip – *The Italian City-State. From Commune to Signoria*. Oxford: Clarendon, 1997.

JORIS, André – *La ville de Huy au moyen âge*. Paris: Les belles Lettres, 1959.

LIDDY, Christian D. – *Contesting the City. The Politics of Citizenship in English Towns, 1250-1530*. Oxford: University Press, 2017.

NAJEMI, John M. – *A History of Florence 1200-1575*. Malden / Oxford: Blackwell, 2008.

OGILVIE, Sheilagh – *Institutions and European Trade. Merchant Guilds 1000-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

OGILVIE, Sheilagh – *The European Guilds. An Economic Analysis*. Philadelphia: Princeton University Press, 2019.

PRAK, Maarten – *Citizens without Nations. Urban Citizenship in Europe and the World, c.1000-1789*. Cambridge: University Press, 2018.

SHAHAR, Shulamith – *The Fourth Estate. A History of Women in the Middle Ages*. London: Routledge, 2003.

SOLÓRZANO TELECHEO, Jesús Ángel, et alii (eds.) – *Exclusión y disciplina social en la ciudad medieval Europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018.

TÖPFER, Bernhard – “Die Rolle von Städtebünden bei der Ausbildung der Ständeverfassung in den Fürstentümern Lüttich und Brabant”. In TÖPFER, Bernhard (ed.) – *Städte und Ständestaat. Zur Rolle der Städte bei der*

Entwicklung der Ständeverfassung in europäischen Staaten vom 13. bis zum 15. Jahrhundert, Berlin: Akademie-Verlag, 1980, pp. 113-154.

VAN WERVEKE, Hans – “Hansa” in Vlaanderen en aangrenzende gebieden”; “Das Wesen der Flandrischen Hansen”. In VAN WERVEKE, Hans – *Miscellanea Mediaevalia*. Ghent: Story-Scientia, 1968.

VAUGHAN, Richard – *Charles the Bold, the last duke of Burgundy*. London: Longman, pp. 32-35.

WYFFELS, Carlos – “De Vlaamse hanzen opnieuw belicht”. *Academiae Analecta* 53 (1991), pp. 13-17.

Prol comunal e bom regimento: política, governo e comunicação entre o rei e a cidade em Portugal no final da Idade Média

Hermínia Vasconcelos Vilar¹

Resumo

No decurso do século XIV o espaço de interação e articulação entre reis e concelhos complexifica-se e ganha dimensão. A par dos artigos de Cortes, tanto a legislação régia como a produção da normativa ao nível local, evidenciam uma prática continuada de comunicação e de equilíbrio político.

Os discursos produzidos definem um quadro de convivência comum ao mesmo tempo que definem fronteiras e limites para a integração nesse mesmo espaço político. Partindo de um curioso codicilo redigido por D. Dinis e da análise da legislação régia incorporada no *Livro de Leis e Posturas* e nas *Ordenações de D. Duarte*, bem como da normativa local coligida nas posturas de Évora e de Lisboa e nas actas da Vereação do Porto de 1390-95, procuram-se identificar níveis de sobreposição e de confluência ao nível discursivo entre o rei e a cidade, com realce para os elementos de legitimação e de justificação das decisões tomadas e difundidas. Com esta análise procura-se reflectir sobre os processos de circulação e de diálogo entre poderes e realçar as implicações daí resultantes para a prática política.

Palavras chave

Política; Governação; Realeza; Governo Urbano.

¹ Universidade de Évora – CIDEHUS. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2019.

Prol comunal e bom regimento: politics, government and communication between the king and the city in Portugal in the late Middle Ages

In the course of the 14th century the space of interaction and articulation between kings and cities becomes more complex. Alongside with the Courts pleas, both the royal legislation and the production of regulations at the local level, evidence a continuous practice of communication and political balance. The discourses produced define a framework of common coexistence and, at the same time, they define boundaries and limits for integration in the same political space. Starting from a curious will written king Dinis and from the analysis of the royal legislation incorporated in *Livro de Leis e Posturas* and in *Ordenações de D. Duarte*, as well as of the local legislation collected in the “*posturas*” of Évora and Lisbon and in the council records of the city of Porto dated from 1390-95, we will try to identify levels of overlap and confluence at the discursive level between the king and the city, with emphasis on the elements of legitimation and justification of decisions taken and disseminated. This analysis seeks to reflect on processes of circulation and dialogue between powers and highlight the implications of it for political practice.

Keywords

Politics; Government; Royalty; Urban Council.

Em 1299 D. Dinis redigia um codicilo ao seu primeiro testamento datado de mesmo ano². Nesse documento, totalmente dedicado às questões da sucessão ao trono, o monarca preocupou-se em assegurar o modelo de regência que seria assumido até à maioridade do herdeiro, o Infante Afonso³, que então não teria mais do que oito anos⁴.

² Tanto o testamento como o codicilo foram publicados por Frei Francisco Brandão na sua obra *Monarquia Lusitana* datada de 1650. O testamento tem a data de 8 de abril de 1299 e terá sido feito em Santarém onde então o monarca estanciava. Já o chamado codicilo terá sido igualmente redigido em Santarém, mas dez dias mais tarde a 18 de Abril. BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana*. Parte quinta, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1976, pp. 328-331.

³ O rei começa por confirmar o conteúdo do testamento anteriormente feito, realçando que o pretende “acrescentar” com esta carta. E ao longo do texto vai estabelecendo, com acentuado pormenor, as condições que deveriam reger a regência, no caso de o rei morrer antes da maioridade do seu herdeiro

⁴ Porque nascido em Fevereiro de 1291. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2005, p. 18.

À partida as preocupações com a sucessão não pareceriam estranhas, nem mesmo a escolha pela elaboração de um documento especificamente dedicado à definição dos procedimentos que deveriam ser seguidos no caso do rei morrer prematuramente.

Como não surpreende a nomeação da rainha para tutora e regente até à maioridade do infante, tarefa para cujo desempenho deveria contar com o apoio de um conjunto de conhecidos do rei: o arcebispo de Braga, Martinho Pires e o bispo de Lisboa, João Martins de Soalhães, outrora procuradores e representantes do rei em Roma aquando do estabelecimento das concordatas de 1289, Mestre Pedro, bispo de Coimbra⁵, D. Pedro Nunes abade de Alcobaça, Frei Miguel, o seu confessor franciscano e um leigo seu colaborador de longa data: João Simão, meirinho mor.

A lealdade, a confiança e as provas dadas pelos diferentes nomeados sancionavam as escolhas então feitas, as quais surgem, na verdade, como pouco surpreendentes. Pelo contrário, elas parecem reafirmar a influência de um núcleo duro próximo ao monarca. Núcleo cuja presença e influência surgem como particularmente importantes nesta fase do reinado de Dinis⁶.

Desta forma, a surpresa reside na restante composição deste grupo.

Invocando a grande confiança que tinha na lealdade dos seus concelhos o rei dispõe que também estes participem na regência ou melhor apoiem a rainha no exercício dessa função e para tal propõe a escolha de um conjunto de homens bons oriundos de diferentes concelhos. Esta obrigação, presente no codicilo, foi já realçada por Bernardo Vasconcelos e Sousa na sua biografia sobre Afonso IV⁷ mas vale a pena determo-nos, um pouco mais, sobre as suas implicações e sobre o quadro mental que a ela subjaz.

Dinis impõe a escolha de seis homens bons provenientes de 4 regiões, identificadas nos seus limites e abrangência pelo próprio rei. Eram elas o Entre Tejo e Odiana ao qual juntou Moura e Serpa, ou seja, a margem esquerda do Guadiana, a Estremadura, o Entre Tejo e Mondego e Beira e o Entre Douro e Minho.

⁵ Sobre o percurso destes eclesiásticos veja-se HOMEM, Armando Carvalho – “Perspectivas sobre a prelazia do reino em tempos dionisinos”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. História série II – 15 (1998), pp. 1469-1477 e de VILAR, Hermínia Vasconcelos – “O episcopado no tempo de D. Dinis: trajetos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”. *Arquipélago*. História série II – 5 (2001), pp. 581-604 e VILAR, Hermínia Vasconcelos – “The “life and times” of Martinho Peres de Oliveira: from Évora to Braga”. In HERNÁNDEZ, Francisco J.; SÁNCHEZ AMEIJERAS, Rocío; FALQUE, Emma – *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*. Firenze: SISMEL - Edizioni del Galluzzo, 2018, pp. 323-344.

⁶ José Augusto Pizarro na sua biografia sobre D. Dinis dividiu este longo reinado em 4 fases sugestivamente identificadas como os anos da afirmação, o ciclo do apogeu, os anos da maturidade e, finalmente, os anos da guerra e da morte. O ano de realização deste testamento e codicilo seriam assim integrados no ciclo do apogeu delimitado entre 1288 e 1304 e logo correspondentes a um rei maduro, mas ainda relativamente jovem porque nascido em 1261. Fase igualmente marcada pela afirmação internacional do monarca português mas também pela consolidação do seu papel no interior do reino e no contexto das relações entre grupos sociais. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

⁷ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV...*, pp. 63-64.

De fora ficava o segundo reino, ou seja, o Algarve cuja posse tinha sido, até há pouco tempo, discutida entre Portugal e Castela⁸. E aparentemente também Trás os Montes. Dinis definia assim um mapa dificilmente enquadrável em qualquer mapa administrativo existente⁹ e cuja filiação parece apenas pode ser procurada numa demarcação que tinha tido em vista eixos e centros políticos.

Com efeito, mais importante do que as regiões assim identificadas eram possivelmente as cidades onde o rei impunha que os homens bons fossem escolhidos.

Na região do Entre Tejo e Odiana deveria ser escolhido um homem bom de Évora, na Estremadura um homem bom de Lisboa e outro de Santarém, na região do Entre Tejo e Mondego e Beira um homem bom de Coimbra e outro da Guarda, no Entre Douro e Minho um homem bom de Guimarães.

Desta vez evitavam-se as cidades de senhorio episcopal, ou seja Braga e Porto, não obstante a acentuada proximidade do rei ao arcebispo, mas cujas escolhas, a concretizarem-se, levariam talvez à nomeação de pessoas menos gratas ao poder real e identificavam-se as cidades e as elites onde o rei pretendia que fossem recrutados aqueles homens bons e entendidos que deveriam ser dados à rainha para “andarem em casa de D. Afonso nosso filho ou daquele filho nosso filho ou filha que for nosso herdeiro”¹⁰ e a ajudassem na difícil tarefa da regência e da gestão do património régio.

Assim deveriam ser chamados para opinar sobre o dissesse respeito ao estado do herdeiro, dos reinos e da terra a par dos demais eclesiásticos e nobres acima mencionados. O monarca parecia assim reconhecer e pretender impor uma aparente igualdade e legitimidade de todos os intervenientes no aconselhamento da rainha.

É óbvio que a maior parte das responsabilidades ficavam entregues a D. Isabel bem como ao arcebispo de Braga D. Martinho, a quem caberia a tutoria do infante herdeiro em caso de morte prematura da rainha regente. Contudo, nem por isso deixa de surpreender e de merecer atenção a escolha feita por Dinis de representantes dos concelhos para esta tarefa e, em particular, o mapa que então é desenhado.

As escolhas então feitas dificilmente podem ser encaradas como fortuitas. Correspondendo na sua maior parte a cidades que eram também sedes episcopais, com a exceção de Santarém e Guimarães, o conjunto de cidades escolhido aproxima-se das linhas tendenciais dos itinerários régios, correspondendo assim ao mapa da deambulação régia e como tal ao território reconhecido pelo rei na sua itinerância¹¹.

⁸ LEITÃO, André – “Do Garb al-Ândalus ao «segundo reino» da «Coroa de Portugal»: território, política e identidade”. *CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* 16/17 (2008), Lisboa, pp. 69-104.

⁹ Se tanto pode-se argumentar que o mapa assim apresentado se articulava com a geografia das comarcas, embora não de forma exclusiva. Geografia que compreendia grandes unidades administrativas como era o caso do Entre Douro e Minho, Trás os Montes, Beira, Estremadura, Além Tejo e Algarve.

¹⁰ BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana...*, p. 330.

¹¹ A representação gráfica dos itinerários dos monarcas compreendidos entre Afonso III e Fernando desenhada a partir de estudos monográficos pode ser consultada em MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves – *Atlas Histórico de Portugal e do ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos,

Por outro lado, as cidades onde os homens bons deviam ser escolhidos assumiam-se, de forma geral, como núcleos de reconhecida importância no reino, embora com diferentes passados e influências. Coimbra e Santarém representavam, sem dúvida, centros nevrálgicos do Portugal régio dos primeiros monarcas, tal como Lisboa e Évora corporizavam a expansão do reino e anunciavam já, em particular no que se refere a Lisboa, novas centralidades políticas e económicas.

Por último, se Guimarães surge como o espaço originário do condado e o centro urbano do rei num espaço senhorial por excelência, para o qual os inquiridores régios frequentemente se dirigiam, a Guarda é ainda um núcleo periférico, situado numa região de fronteira, retalhada pela presença de ordens militares mas não muito distante dos senhorios do infante Afonso, com quem Dinis de novo se confrontava neste ano de 1299.

Por outro lado, as ausências parecem ser tão significativas como as presenças.

Se as cidades de senhorio episcopal parecem ter sido explicitamente ignoradas, tal como o Algarve, este esquecimento parece deixar transparecer desconfiança ou pelo menos uma pretensa recusa em integrar estes núcleos no Portugal régio.

Portugal régio que surge reafirmado quando Dinis explicita que enquanto o seu filho não atingisse a maioridade, este não deveria sair das cidades e dos termos de Lisboa, Coimbra, Santarém e Leiria¹².

É verdade que a expedição militar que então se preparava contra o infante D. Afonso e que pode ter funcionado como factor impulsionador de elaboração do testamento e codicilo¹³, seria responsável por uma situação de imprevisibilidade militar e política. Contudo, os cuidados e os limites colocados à deambulação do

2003, pp. 101-105 e uma avaliação global desses percursos pode ser encontrada em *HOMEM*, Armando Carvalho – “Percorrer”. In *COELHO*, Maria Helena da Cruz; *HOMEM*, Armando Luís de Carvalho (dirs.) – *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado portugalense à crise do século XIV*. Vol. III. *NOVA História de Portugal*. Coord. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1996, pp. 147-148. Torna-se visível a partir destes estudos que quase todas as cidades mencionadas surgem como integrando os percursos de itinerância régia, os quais desenham aliás trajectos privilegiados. A exceção a este grupo de cidades percorridas é a Guarda que aqui surge mencionada, mas não incluída no contexto das deambulações dos monarcas da primeira dinastia. Embora se pudesse justificar a sua inclusão por ser sede de bispado e portanto ter sido este o critério dominante, a verdade é que tal critério não pode ser tido em conta como explicativo, não só porque as cidades de senhorio episcopal não são incluídas mas, sobretudo, porque Viseu, cidade episcopal desde há muito, não é igualmente considerada. A explicação deverá, pois, ser procurada a outro nível.

¹² A leitura deste codicilo coloca um conjunto de questões sobre a importância dos processos de apropriação e de representação do espaço político no contexto da afirmação do poder régio em Portugal no decurso dos séculos XIII e XIV. Mais do que uma referência directa aos espaços privilegiados de itinerância esta proibição parece reenviar para a representação de um espaço seguro, constituído por concelhos aos quais o rei confiava a segurança do seu herdeiro. Ainda sobre a importância política da itinerância e as mudanças ocorridas no contexto francês veja-se *BOVE*, Boris – “Les rois médiévaux sont-ils Parisiens? Essai de synthèse des itinéraires royaux médiévaux de Philippe Auguste à Louis XI (1180-1483)”. In *BOVE*, Boris; *GAUDE-FERRAGU*, Murielle; *MICHON*, Cédric (dir.) – *Paris ville de cour (XIIIe-XVIIIe siècle)*. Rennes : PUR, 2017, pp. 25-49, e como exemplo de análise do processo de construção e de representação do espaço político *DAUPHANT*, Léonard – *Le Royaume Des Quatre Rivières: L'espace Politique Français, 1380-1515*. Seyssel: Champ Vallon, 2012.

¹³ *PIZARRO*, José Augusto – *D. Dinis...*, pp. 126-127.

infante herdeiro desenham um mapa bem restrito do Portugal no qual Dinis parecia confiar de forma clara. Um Portugal ainda mais reduzido do que o traçado pelos concelhos que deveriam escolher os homens bons que apoiariam a regência.

Como sabemos tal não foi necessário. Dinis viveria ainda bastante tempo e assistiria ao crescimento do infante herdeiro. Viveria aliás o suficiente para que as pretensões do herdeiro viessem a chocar, de forma violenta, com a sua governação, quando era já um rei idoso.

Mas a importância e a relevância desta disposição não diminuem e merecem que a encaremos como ponto de partida da nossa análise.

Sem dúvida que Dinis pretendeu corresponsabilizar os concelhos no processo de regência. Acalmando hipotéticos ou temidos levantamentos, recompensando lealdades ou reforçando proximidades, a verdade é que a escolha de homens bons de 6 diferentes cidades por parte do rei evidencia uma necessidade ou estratégia de integração das oligarquias concelhias no processo de governação, em especial num período de fragilidade como o eram, normalmente, os períodos de regência, o que nos permite reflectir sobre a diversidade das formas de representação política em contexto medieval¹⁴.

Mas a inclusão que esta disposição revela parece-nos ser ainda paradigmática do reforço da ligação entre reis e concelhos e da forma como a realeza tentou, sobretudo a partir da segunda metade do século XIII, integrar o espaço concelhio e as oligarquias regionais no espaço da governação e numa restrita sociedade política.

A negociação e o equilíbrio, enquanto conceitos caros à caracterização das formas de governo desenvolvidos pelas realezas medievais, em particular ao longo dos séculos finais da Idade Média, parecem aqui surgir como elementos centrais para a compreensão desta disposição. A qual parece continuar a corporizar uma nova relação do rei com as comunidades locais, reordenando o seu espaço de intervenção.

Na verdade, o disposto não se concretizou, como atrás referimos.

E, no entanto, optámos por considerar uma pretensão não cumprida de Dinis, cuja efetividade e eficiência não foi, na verdade, nunca comprovada, como ponto de partida desta análise, porque a considerámos representativa da revisão das relações da realeza com as comunidades locais e das formas variadas como se processou a inclusão e possível participação das oligarquias regionais no espaço da governação.

¹⁴ Não sendo este o objectivo deste estudo a verdade é que este é um campo fértil de reflexão em diferentes historiografias e ainda passível de desenvolvimento no contexto da historiografia portuguesa. Dada a amplitude da bibliografia existente limito-me a indicar algumas reflexões mais recentes e que permitem integrar o quadro de questões em torno dos processos de representação e de participação política. WATTS, John – *The Making of polities. Europe, 1300-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, em especial a Introdução (pp. 1-42) e BLOCKMANS, Wim – “Who has a say? The conditions for emergence and maintenance of political representation in Europe before 1800”. In DAMEN, Mario; HAEMERS, Jelle; MANN, Alastair J. – “Political Representation Communities, Ideas and Institutions in Europe (c. 1200-c. 1690)”. *Later Medieval Europe*. Vol. 15. Leiden / Boston: Brill, 2018, pp. 285-308.

No caso vertente a nossa análise incidirá sobre um aspecto específico desta relação. A que tem a ver com a circulação de discursos e de conceitos caracterizadores da relação entre comunidades.

Adelaide Costa já o insinuou num artigo sobre a partilha da cultura política entre o rei e os concelhos a partir da análise dos capítulos de Cortes.¹⁵ O que aqui se procura num esforço ainda básico e pouco mais do que apriorístico é aferir sobre a partilha de elementos caracterizadores do poder entre o discurso régio e o discurso urbano para com as respectivas comunidades, num período que não vai além do século XIV e que se limita a algumas fontes aqui compulsadas.

Desta forma não se procurará reiterar ou completar abordagens já feitas sobre a consolidação do poder régio sobre os concelhos, através da análise da multiplicação do número de oficiais ou da definição progressiva da competência dos mesmos, nem mesmo reflectir sobre a importância dos processos de representatividade dos concelhos junto ao rei, vertidos, principalmente, no conjunto dos capítulos gerais e especiais das Cortes que a partir de Afonso IV pontuam a segunda metade do século XIV.

O que se procura aqui é aferir, a partir de uma análise que mais não é do que uma sondagem prévia e limitada na cronologia e nas fontes, da possibilidade de um movimento de circulação e de contaminação ao nível dos discursos de poder protagonizados pelo rei e pelas oligarquias políticas ao nível concelhio. Procurando-se através dessa sondagem, que deverá ser alargada e aprofundada, reflectir sobre a possibilidade da existência ou não de processos de influência mútua, ou seja, entre o nível central e local, e de apropriação de conceitos chave na forma de caracterizar a governação nos séculos finais da Idade Média.

E em paralelo aferir da sua importância no processo de integração das oligarquias concelhias não apenas na sociedade política, mas, sobretudo, nos mecanismos de exercício do poder, seja ao nível do rei, seja ao nível dos concelhos. Pressupondo assim que a composição do reino não implicou apenas um esforço administrativo, de definição de oficiais e níveis administrativos ou de alargamento e consolidação das áreas de intervenção régia, mas também a modelação e reprodução de fórmulas de caracterização do exercício do poder.

Subjacente a uma análise deste tipo está invariavelmente o conceito de cultura política, reintegrado no discurso historiográfico a partir de análises contemporâneas. Caberá, contudo, realçar que a este nível não perspectivamos o conceito de cultura política enquanto sinónimo de partilha de uma cultura uniforme por parte de todos os protagonistas da sociedade política. Pelo contrário o carácter multipolar da sociedade medieval implicava, ainda nos séculos finais da Idade Média, níveis

¹⁵ COSTA, Adelaide Millán da – “A cultura política em acção. Diálogos institucionais entre a Coroa e os centros urbanos em Portugal no século XIV”. *En la España medieval* 36 (2013), pp. 9-29.

distintos de cultura política ou pelo menos formas diferentes de participação e de perspectivar a participação nas formas de governo. A este nível as resistências locais, a manutenção de comunidades, a descontinuidade da aplicação legislativa facilitava essa variedade.

Desta forma, e apesar da tendência para ver estes processos como resultados de movimentos de sentido único e hipoteticamente descendente entre realza e concelhos, o que propomos é um acentuar do carácter dinâmico da relação, sem, contudo, secundarizar a importância da modelação do discurso político por parte do rei.

Desta forma, não propomos uma reflexão sobre o binómio integração/exclusão aplicado a uma cidade ou ao mundo urbano enquanto laboratório exclusivo de análise, nem mesmo aplicado aos fenómenos mais debatidos de integração e exclusão social. Neste caso a integração/exclusão radica no campo político e na capacidade ou não de integração dos concelhos e das oligarquias regionais nas lógicas e nos modelos de exercício do poder e do governo tendencialmente definidos ao nível da realza.

Definidos estes pressupostos cabe-nos reflectir antes de mais sobre as fontes consideradas.

1. Fontes.

Apesar da indiscutível e reiterada importância dos capítulos de Cortes enquanto fontes privilegiadas para o estudo das relações entre reis e concelhos, optámos, nesta reflexão, por tomar como base dois tipos de fontes com características similares, mas oriundas de dois centros de produção diferenciados.

Falamos, por um lado, da legislação régia e por outro das posturas e actas de vereação.

À partida pouco parece unir estes dois conjuntos. Poder-se-ia mesmo dizer que ao contrário do que acontece com os capítulos das Cortes, cujo registo sobrevivente resulta normalmente de uma recomposição feita a partir dos pedidos concelhios e das respostas régias, sendo difícil separar e identificar os níveis de intromissão régia no registo escrito dos textos chegados até nós, os dois grupos legislativos surgem separados tanto ao nível dos centros responsáveis pela sua produção como ao nível dos universos e das comunidades aos quais se destinam.

E, no entanto, a sua comparação impõe-se enquanto resultados de um esforço comum e que atravessa o espaço político no sentido de codificar e uniformizar normas e espaços de atuação de diferentes protagonistas políticos.

Para tal considerámos dois núcleos documentais cujo denominador comum passa também pela partilha de uma cronologia relativamente próxima e que não avança para lá das primeiras décadas do século XV.

No caso da legislação régia considerámos o conjunto de leis inserido no Livro das Leis e Posturas¹⁶ e nas Ordenações de D. Duarte¹⁷ e que correspondem, grosso modo, aos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, numa cronologia que medeia, pois, entre as últimas décadas do século XIII e meados do século XIV.

Sendo este um conjunto documental ao qual temos vindo a prestar uma particular atenção, tendo em linha de conta não apenas a diversidade de assuntos abrangida pela legislação, dado que foi já realçado por diferentes autores, mas sobretudo o carácter pioneiro, para o contexto português, de algumas disposições e fundamentações sobre as bases do exercício do poder por parte do rei, nomeadamente, na legislação de Afonso IV, caberá esclarecer que uma análise mais ampla deverá ainda considerar a legislação de Afonso III, cuja continuidade para os reinados seguintes cabe ter presente¹⁸.

Já no caso da legislação local considerámos em particular as posturas de Évora¹⁹ e as actas de vereação do Porto de final do século XIV²⁰, devido à aproximação cronológica destes dois grupos²¹ e apesar das diferenças que separam os dois núcleos urbanos. Adicionalmente considerámos as posturas de Lisboa embora mais tardias, mas apenas lateralmente²².

Tal como Mário Viana já realçou na esteira de Langhans e de Hespanha, as posturas “podem ser entendidas, em termos de história das instituições como normas comunais de regulamentação da vida local, feitas pelo poder concelhio no âmbito de competências administrativas e jurídicas próprias. (...) Tal como os forais e costumes as posturas municipais entram na categoria das fontes de direito local, mas com diferenças substanciais”²³. E uma das diferenças radica no facto de

¹⁶ *Livro das leis e posturas*. Ed. Nuno J. Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1971.

¹⁷ *Ordenações del-Rei D. Duarte*. Ed. Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

¹⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Estado Moderno e legislação régia: produção compilação legislativa em Portugal (séculos XIII-XV)”. In *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média portuguesa (1279-1521)*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2017, pp. 281-302.

¹⁹ As chamadas posturas antigas de Évora foram objecto de publicação, de transcrição e estudo por parte de Maria Filomena Barros e Maria Leonor Silva Santos. Uma prévia publicação tinha já sido feita por Gabriel Pereira na sua obra sobre os Documentos Históricos de Évora, embora não de forma completa. Dada a riqueza da informação aí contida alguns estudos têm já sido realizados sobre estas posturas. No entanto, existem ainda várias questões em aberto e o seu contributo é inestimável não apenas para o conhecimento da evolução da Évora medieval, mas também para vários aspectos ligados à vida e normativa urbana. *Posturas Municipais Portuguesas (sécs. XIV-XVIII)*. Ed. Maria Filomena Lopes de Barros; Mário Viana. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso e Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 2012.

²⁰ *Vereações. Ano de 1390-1395*. Ed. A. De Magalhães Basto. Porto: Gabinete de História da Cidade, 1980.

²¹ As posturas antigas de Évora são datáveis do período que medeia entre 1375 e 1395, sendo um conjunto de 45 posturas datável dos anos de 1379-1382. *Posturas Municipais de Évora*, p. 14. Já as actas de vereação do Porto, tal como é indicado no título, datam dos anos de 1390 a 1395.

²² *Livro das Posturas antigas*. Ed. Maria Teresa de Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

²³ *Posturas Municipais Portuguesas...*, p. 121.

serem feitas ao nível local, em órgãos concelhios e correspondendo “às necessidades específicas de cada município”.

E de facto assim é. A sua produção tem, à partida, um âmbito de produção e de aplicação regional e responde a solicitações locais. A sua uniformização, atestável quando comparamos diferentes posturas, radica na existência de preocupações comuns a diferentes concelhos e, como seria de esperar, na resistência ou adaptação latentes à ação dos oficiais régios e ao confronto entre as disposições locais e a normativa régia.

Tal como acima referimos a este grupo juntámos ainda as actas de vereação do Porto datadas dos anos 90 do século XIV. Apesar da sua diferente tipologia estas actas corporizam ainda discursos de afirmação e de justificação do poder concelhio que cabe ter em conta, tanto mais quando o próprio livro de posturas de Évora compreende no seu interior actas de reuniões concelhias, copiadas e integradas no mesmo códice.

Desde já se pode aduzir que, enquanto o núcleo legislativo régio termina no final da primeira metade do século XIV, as fontes legislativas de origem local situam-se entre o final de Trezentos e o início de Quatrocentos, facto que se deve, como se sabe, à escassez de fontes normativas de origem local prévias a esta data.

Contudo este intervalo cronológico não nos parece questionar os fundamentos da análise.

Quando se fala de legislação local e, muito em particular, quando se tem como horizonte de trabalho os séculos XIII e XIV, os Usos e Costumes preservados para diferentes regiões do país surgem como uma fonte de inestimável importância. Contudo, a recusa da sua utilização nesta análise resultou de uma opção pensada. Embora a sua produção se possa situar numa cronologia mais recuada e como tal mais próxima do corpo legislativo régio aqui considerado, as características destas fontes questionavam o cumprimento dos objectivos pretendidos. Embora os Usos e Costumes se assumam como compilações de direito consuetudinário local²⁴, a sua passagem a escrito foi, em muitos casos, feita num contexto de forte influência régia e mesmo a pedido do rei, recolhendo normas praticadas e legitimadas muitas vezes pela antiguidade da sua aplicação.

Neste contexto, a produção legislativa local aqui considerada reúne o contributo de três núcleos urbanos centrais para a Idade Média portuguesa, ou seja, Porto e Évora e de forma subsidiária Lisboa.

Lisboa e Évora eram duas das cidades em cujas oligarquias D. Dinis pretendia que fossem escolhidos dois homens bons. Quanto ao Porto a sua permanência na

²⁴ MARTINS, Rui Cunha – “A linguagem política dos foros de Castelo Rodrigo. Identidade e exclusão no contexto municipal”. *Anuario de Estudios Medievales* 27 (1997), pp. 3-21; VIANA, Mário – “Um testemunho de direito consuetudinário (1281)”. *Arquipélago – História* série II – 6 (2002), pp. 399-415.

órbita episcopal questionava, talvez, a relação do rei com a cidade e a lealdade que esperava das suas oligarquias, entrecruzadas com a casa e os séquitos do bispo e daí talvez a sua não inclusão.

Contudo, tanto no caso da legislação régia como no caso das posturas estamos perante compilações que reúnem disposições anteriores e logo perante elementos de transmissão feitos com propósitos específicos que normalmente se ligam com a necessidade de preservação da memória da ação do centro produtor²⁵.

2. Ordenar por bem e prol comunal.

Tal como acima referimos estamos, à partida, perante dois conjuntos legislativos que pouco parecem ter em comum se considerarmos, exclusivamente, os seus centros de produção ou a abrangência da sua aplicação. Se a legislação régia visa uma aplicação que se confunde com o território do reino, tanto as posturas como as decisões emanadas das reuniões da câmara pouco mais pretendem do que uma aplicação ao território submetido à sua jurisdição. Para mais a produção legislativa local parece funcionar apenas como um instrumento de ressonância das disposições régias, o que tende a reforçar a ideia de uma cadeia descendente de aplicação que se complexifica à medida que a administração se multiplica.

Contudo, esta asserção peca talvez por demasiado simplista, como tentaremos ver mesmo se de forma limitada.

E fá-lo-emos a dois tempos, e a partir de dois níveis de análise que permitam aferir da existência ou não de pontos de contacto. O primeiro liga-se à identificação de algumas das temáticas centrais e comuns aos dois corpos legislativos enquanto o segundo se centra no vocabulário utilizado. No caso deste segundo nível dois registos nos pareceram particularmente importantes: a denominação das leis produzidas e a justificação apresentada para a sua produção.

Mas começemos pelo primeiro nível aqui considerado, ou seja, pelas temáticas que se possam identificar como reflectindo uma partilha ou comunicação de objectivos e de preocupações.

Tal como referido no início as posturas têm um âmbito obrigatoriamente regional, e, em princípio, respondem a preocupações concelhias. No entanto, quando analisadas de forma comparativa é notória a transversalidade de temáticas que

²⁵ No que se refere às posturas de Évora veja-se o que é dito sobre o processo de seleção, organização e registo nos séculos posteriores à sua produção e que justificam a denominação pela qual são conhecidas ou seja “posturas antigas”. *Posturas Municipais Portuguesas*, pp. 12-14. As dúvidas que têm rodeado a produção e transmissão tanto do Livro das Leis e das Posturas como das Ordenações de D. Duarte foram elencadas e estudadas por DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas: três séculos de direito medieval [1211-1512]*. Sinta: Zéfiro, 2008, pp. 67-81. A reflexão aqui feita permite-nos chamar a atenção para os problemas derivados da transmissão e cópia destas fontes e para as muito provavelmente inevitáveis, mas impossíveis de identificar, alterações no interior do texto registado.

surgem como denominadores comuns entre as posturas produzidas em diferentes concelhos, sem que tal questione as especificidades particulares de determinados núcleos. Da mesma forma, as actas das vereações do Porto transmitem também, no articulado dos seus textos, as preocupações do concelho que, tal como as anteriores, têm em comum os problemas derivados de uma vivência urbana e de concelhos de significativa amplitude para o caso português, como é o caso de Lisboa, Évora e Porto²⁶.

Mais difícil é, contudo, identificar os pontos de contacto entre esta legislação e a legislação régia, se exceptuarmos os casos concretos de aplicação local das normas emanadas pelo rei e dirigidas a todo o reino.

Contudo, sem querer agora avançar para outros níveis de comparação desde já nos parece que um merece uma particular atenção e liga-se ao controle do comportamento e do desempenho dos oficiais régios e dos oficiais locais.

Controle que implicava ao nível régio, como já foi referido noutro estudo²⁷, a definição de um quadro de conduta individual evitando a má fama e a malícia, mas igualmente o assegurar de um desempenho correcto das suas atribuições por parte de cada oficial. O que motivou a produção de um amplo corpo legislativo em alguns casos dirigido a grupos específicos de oficiais, com realce para os ligados ao exercício da justiça e à coleta das rendas régias, ao qual se juntaram leis gerais, dirigidas a todos os oficiais, as quais impunham um estrito código de conduta, cuja eficácia e aplicação são duvidosas.

O controle dos oficiais régios surge assim como um elemento central na governação dos finais da Idade Média. Central não apenas pelo que revela de preocupação com o funcionamento do aparato administrativo, mas, sobretudo, pela importância que esse controle assume na definição da própria imagem do rei do final da Idade Média e na relação estabelecida com os corpos sociais.

E daí a sua presença tanto no interior do discurso político das Cortes como no contexto da reflexão em torno do exercício da governação e do lugar ocupado por estes oficiais nessa prática quotidiana²⁸.

²⁶ Falamos em concreto das disposições relativas à produção e venda de produtos destinados ao consumo, englobando neste grupo tanto os agrícolas como os resultantes do trabalho dos vários mesteres identificados nestas cidades, bem como das posturas e resoluções ligadas à higiene urbana e à organização do espaço da cidade. De uma forma geral estas preocupações atravessam toda a normativa concelhia independentemente da sua origem.

²⁷ VILAR, Hermínia Vasconcelos - "Porque do boom rrej he quereer que os seus sogeitos sejam manteúdos em dereito E em justiça E gardando-os de maas famas". in *Éthique, legislation et officiers royaux au Portugal au XIV^e siècle* [no prelo].

²⁸ E que motiva uma ampla produção ética mas também normativa e de definição de funções e competências. CARPENTER, Christine e MATTÈONI, Olivier - "Offices and officers". In FLETCHER, Christopher; GENET, Jean-Philippe; WATTS, John (eds.) - *Government and political life in England and franc, c. 1300-c.1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 78-115 e LACHAUD, Frédérique - *L'Éthique du pouvoir au Moyen Âge. L'office dans la culture politique (Angleterre, vers 1150-vers 1330)*. Paris: Classiques Garnier, 2010.

O período posterior a meados do século XIII assiste ao desenvolvimento de uma administração que se complexifica ao nível central com a multiplicação dos oficiais que junto ao rei, seguindo a sua itinerância, administravam na sua presença a justiça, ou que, sedeados em Lisboa, cidade cada vez mais vista como a capital administrativa e política do reino, em particular a partir do século XIV, asseguravam o despacho dos processos. Mas também ao nível da administração periférica com o reforço dos meirinhos e juizes de fora, numa primeira fase, tendencialmente substituídos a partir dos anos 30 do século XIV pelos omnipresentes e onnipotentes corregedores, de cuja ação os povos se queixam abundantes vezes em Cortes²⁹. E também ao nível da administração local, onde a legislação régia assegura a eleição dos responsáveis pelo governo concelhio, mas para o funcionamento da qual o rei estipula, cada vez mais, modelos de funcionamento e de escolha.

Tal como acima foi referido, a ação destes oficiais esteve na origem de muitas das queixas dos povos em Cortes, as quais reflectem, na sua amplitude e abrangência, a crescente presença e importância desses mesmos oficiais e sobretudo a forma como a sua intervenção, mais ou menos eficaz, questionava as liberdades locais ou os privilégios de grupo³⁰.

O controle da ação dos oficiais régios surge assim como um elemento inerente ao processo de constituição do aparelho administrativo e daí essa preocupação espelhar-se na legislação régia, nomeadamente na legislação de Afonso IV.

Mas também ao nível local a preocupação com o desempenho dos oficiais, com a implementação de mecanismos de prestação de contas e com a imposição de prazos máximos para a resolução de processos judiciais perpassa a documentação. À partida essa presença poderia ser lida apenas como um reflexo das leis gerais emanadas para o reino, e cuja aplicação local era assegurada não apenas pela leitura e cumprimento, mas também pela recuperação e integração na legislação local. Contudo, a preocupação com a prestação de contas dos oficiais do concelho parece ultrapassar o âmbito do cumprimento das disposições régias e reflectir, também, uma transposição dos modelos de governação, os quais, tal como ao nível central, implicavam um corpo mais numeroso de oficiais.

Tanto as posturas sobre o funcionamento da almotaçaria como sobre a necessidade de prestação de contas por parte, nomeadamente, dos almotacés e dos procuradores ou as disposições da vereação do Porto sobre a demora dos processos

²⁹ ASENJO GONZÁLEZ, María – “Función pacificadora y judicial de los corregedores en las villas y ciudades castellanas a fines de la edad Media”. *Medievalista* [Em linha] 18 (2015). [Consultado 19.07.2019]. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA18/gonzalez1804.html>; FARIA, Diogo – “Juizes indesejados? A contestação aos juizes de fora no Portugal Medieval (1352-1521)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, 2 (2014), pp. 19-37 e COELHO, Maria Helena; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Poder concelhio das origens às Cortes Constituintes*. 2ª Edição. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008, pp. 23-28.

³⁰ BOVE, Boris – *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Editions Belin, 2015, p. 126.

e das formas como os juízes deviam acelerar os processos, parecem ultrapassar o estreito nível de aplicação da legislação régia, correspondendo antes a novos modelos do governo no qual o controle do comportamento e do desempenho dos oficiais por parte da vereação ou dos próprios membros do concelho por parte das oligarquias se impõe³¹.

Não sendo esta uma ideia original caberá realçar que a crescente complexidade da administração com uma crescente especialização de competências, colocou os oficiais régios e locais no cerne no processo de governação, implicando a criação de novas formas de prestação de contas fosse ao rei, fosse às oligarquias que assim delegavam o exercício de funções na base de uma relação cujos contornos tendiam gradualmente a mudar.

E se bem que o aumento das esferas de interferência dos oficiais régios suscitou repetidas reclamações por parte dos procuradores dos povos em Cortes, os quais alicerçavam a sua reclamação nos foros e usos consolidados, a verdade é que esse mesmo confronto se podia estender à eficácia e à preparação desses mesmos oficiais, argumento passível de ser utilizado pelo rei como forma de afirmação da legitimidade de recurso aos oficiais régios em detrimento dos locais e da utilização da lei geral. Pelo menos é o que se parece puder depreender das Cortes de 1331 quando Afonso IV, a propósito do recurso aos tribunais do rei em apelo ignorando as justiças locais, afirmava que a ordenação feita e que consignava a centralidade dos feitos na Corte se devia ao facto de na “sa Corte avia juízes mays letrados e mays entendudos que nas terras e que por esto poderiam os fectos hy melhor e mays toste seer desembargados e a mays a prol das partes”³².

A convergência de temáticas aqui exemplificada apenas pelas disposições relativas à ação dos oficiais parece assim impor-se como um elemento inerente ao desenvolvimento dos modelos de governação e de articulação entre os diferentes níveis de prática política e logo como um campo de reflexão a desenvolver.

Mas detenhamo-nos agora no segundo nível acima identificado, ou seja, o do vocabulário para nos determos antes de mais na utilização, ao nível da legislação local, dos termos postura e ordenação.

Filomena Barros na sua introdução às posturas de Évora já analisou os condicionalismos da utilização destes dois termos, revelando a aparente flutuação da sua utilização, parecendo denunciar um sentido sinonímico, “enquanto expressão

³¹ A título de exemplo realcem-se nas posturas de Évora as disposições relativas às penas dirigidas aos juízes e vereadores que não estivessem presentes nos dias da reunião, à actuação do escrivão da almotaçaria e do almotacé e do juiz dos órfãos, entre outras. *Posturas Municipais Portuguesas...* pp. 92 e seguintes. Nestas posturas está ainda incluído um curioso questionário, definido e enviado pelo rei, e que se destinaria a ser respondido por Mendo Afonso, Juiz do rei na cidade, visando a avaliação do exercício do lugar por parte deste juiz.

³² *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, 1982, p. 31.

do poder do concelho”³³. Mas a sua utilização parece denunciar algo mais do que uma utilização alternativa e sinonímica, reenviando para diferentes expressões do exercício do poder, articulando o termo postura com o *pôr* através da frase “*puseram por postura*” e a designação de ordenação com o “*mando*” de “*ordenar*”³⁴.

A este nível a utilização do termo ordenação no texto das posturas de Évora, quando se identifica a legislação régia, tal como já foi realçado pela mesma autora, pode revelar a dependência local em relação à legislação régia e o acatamento que, ao nível concelhio, merecia a legislação central.

Mas a utilização dos termos postura e ordenação revelam para lá de uma ainda incipiente fixação da terminologia jurídica ao nível local, uma circulação entre espaços destes mesmos termos, que a própria legislação régia retoma e consolida em alguns pontos³⁵.

Mas esta circulação parece ser particularmente reveladora ao nível dos argumentos que explicam e justificam a produção das leis.

Tal como já referimos tanto a legislação dionisina como a de Afonso IV são profícuas tanto no número de leis produzidas como na amplitude dos assuntos que recobrem³⁶. E a par dessa multiplicação a legislação da primeira metade do século XIV constitui ainda um repositório privilegiado da argumentação de legitimação do poder real e da fundamentação das competências que a realeza chamava ou procurava chamar gradualmente a si³⁷.

Com efeito, em particular Afonso IV preocupou-se em condensar no início de muitas destas leis verdadeiros preâmbulos teorizantes do poder real e demonstrações da legitimidade das ações e dos objectivos que preconizava nas suas leis. E são essencialmente estes que nos servirão de suporte à segunda parte da nossa análise, a par das bastante mais sucintas e lacónicas justificações das ações inerentes à normativa local.

Assim, a par das afirmações positivas que sustentavam o exercício do poder real e que apresentavam o rei como o legítimo defensor e mandante, responsável máximo pelo exercício da justiça e garante da uma governação justa, amiúde o monarca

³³ *Posturas Municipais Portuguesas...*, p. 15.

³⁴ *Posturas Municipais Portuguesas...*, pp. 16-17.

³⁵ Se o termo “*ordenação*” a par de “*mandamos*” se assumem como termos centrais na designação das leis e na enunciação prévia do discurso antecedendo o conteúdo da lei, a verdade é que outros termos surgem igualmente como importantes e recorrentes. É o caso de “*estabelecemos*” ou “*estabeleceu*” como forma de enunciação prévia ao conteúdo da lei, menções particularmente presentes na legislação de Afonso IV aqui considerada.

³⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “*Dionisius et Alfonsus, Dei Gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi*”. In *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média portuguesa*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2017, pp. 179-280; pp. 179-280.

³⁷ Enquanto obras de reflexão e de enquadramento cabe destacar KRYNEN, Jacques – *L’empire du roi. Idées et croyances politiques en France, XIIIe-XVe siècle*. Paris: Editions Gallimard, 1993 e PENNINGTON, Kenneth – *The prince and the law, 1200 – 1600. Sovereignty and rights in the western legal tradition*. Berkeley: University of California Press, 1993.

preocupa-se em invocar os últimos destinatários em favor dos quais exerce a sua governação. Ou seja, “os pobres e minguados”, “as suas gentes”, “os pobres do seu senhorio”, “o nosso povo”³⁸.

É para sua defesa, querendo-lhe evitar danos, procurando que a justiça se faça sem “delongas” e demoras já que estas apenas serviam os poderosos e de forma a assegurar um bom regimento da terra ou visando o prol comunal que Dinis e Afonso IV filiaram muitas das suas ações e da sua legislação.

Um vocabulário diríamos nós comum, mas que reflecte aquilo que cabe ao rei poder evitar e aquilo que lhe cabe assegurar.

O rei assegura o bom regimento da terra, termo que é aliás utilizado em muitos inícios dos capítulos de Cortes e neste conceito de reger a terra está incluída a capacidade de corrigir o que está mal, mesmo quando oriundo da corte e dos seus mais próximos. É aliás esse princípio que Afonso IV invoca quando refere que nenhum reino pode ser bem regido se a corte o não for já que a corte “que he com el hua cousa porque he cabeça e Cima de todallas justiças”³⁹.

E assegura esse bom regimento visando o prol comunal, termo que amiúde reencontramos na legislação local e de forma mais esporádica na legislação régia.

Mais uma vez podemos estar perante uma contaminação descendente da nomenclatura utilizada na legislação régia e num resultado do efeito de modelação do discurso régio sobre o discurso local. Mas não podemos deixar de interrogar se a este movimento descendente, tradicionalmente identificado, não se juntava também um movimento ascendente, o qual não se deverá definir como de influência mas talvez como elemento de contraponto necessário ao alargamento da sociedade política e à integração dos concelhos na lógica de governação do reino.

Uma análise mais detalhada destes termos, ou seja, do “evitar o dano”, “o prover “ao regimento da terra e a defesa do prol comunal, permitem-nos pelo menos lançar pistas de pesquisa e de interrogação.

“*Evitar o dano*” que podia ser causado aos povos surge como um termo recorrentemente utilizado em diferentes tipos de leis régias, ora dirigidas a determinados oficiais, concelhos ou mesmo filhos de algo, perante os quais o rei se sente igualmente responsável de assegurar a defesa dos seus direitos e privilégios⁴⁰. Evitar o dano que poderia ser causado aos naturais e aos membros do concelho é igualmente uma preocupação que se espelha na legislação local⁴¹.

Já expressões como “*regimento da terra*” e “*prol comunal*” merecem uma particular atenção.

³⁸ *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, p. 189, pp. 310-311, p. 397 entre outras. *Leis e posturas...*, p. 50.

³⁹ *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, p. 311.

⁴⁰ *Leis e posturas...*, p. 71, p. 76 e p. 154.

⁴¹ *Posturas Municipais portuguesas...*, p. 39, “dello sse podia seguir dapno aas gentes”, e p. 48.

Primeiro por corresponderem a utilizações menos frequentes no quadro da documentação régia quando comparadas com a normativa local, depois por estarem muitas vezes integrados em leis que se destinam a todos os concelhos ou ao reino.

O termo *prol comunal* é utilizado na legislação de Afonso IV tanto ligado a povo (*prol comunal do nosso povo*) como à terra (*prol comunal da terra*) ou mesmo senhorio (*prol comum do nosso senhorio*). Em comum estas expressões têm o recurso a um termo amplo como é o caso de *prol comunal*, mas ligando-o a um espaço de aplicação. Em paralelo reflectem o desejo de corrigir algo errado e que afeta o povo ou a terra.

A expressão “*prol comunal do povo*” é mencionada como sendo algo que o rei procurava assegurar a bem de todos e para que o seu povo não fosse “danificados nos seus averes”. Concretamente é enunciada no contexto de uma lei dirigida aos almoxarifes e aos seus oficiais encarregues da venda e do arrendamento de direitos régios e dispunha a obrigatoriedade de elaboração de documentos públicos de todos os actos praticados⁴². Já a expressão *prol comunal da terra* é utilizada, nomeadamente, no quadro de leis que tentavam refrear práticas ou comportamentos tidos como nocivos ao reino como acontece com a lei que procurava refrear o homicídio entre nobres e com a lei contra os pecados de adultério, sendo referido, tanto num caso como noutro, que as práticas em questão eram pecados contra a vontade de Deus e representavam um grande dano para o *prol comunal da terra*⁴³.

Já *prol comum do nosso senhorio* é uma expressão que parece estar bem menos presente e é utilizada, a título de exemplo, na legislação dirigida ao controle das alcoviteiras, cujas más práticas davam azo a mortes e homicídios⁴⁴.

Embora aparentemente equivalentes o recurso a estas expressões nem sempre parecem apelar para os mesmos referenciais, mas reflectem uma necessidade de identificar o objecto em relação ao qual o *prol comunal* se definia e identificava. Apontando claramente para um universo mais restrito é o caso da expressão “*prol comunal da vila*” utilizada no texto de uma lei que proibia empréstimos usurários feitos por judeus a cristãos e na qual era estabelecida que a terça parte do que fosse apreendido revertsse a favor do “*prol cumunall da dita villa*”⁴⁵ numa alusão implícita à existência de um *prol comunal* assegurado e exercido localmente⁴⁶. Como restrito eram os “proes do comum” mencionados pelo rei como cabendo aos procuradores dos concelhos “procurar e requerer as cousas do concelho E as prooes do comum”, devendo para tal serem aí residentes sob pena de se perderem os direitos do comum mas também “os muros, E as pontes E fontes e calçadas E ressios do concelho E as

⁴² *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, p. 476.

⁴³ *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, p. 380 e p. 440.

⁴⁴ *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, p. 442.

⁴⁵ *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, p. 476.

⁴⁶ *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, p. 477.

outras cousas E obras do comum”⁴⁷. Aludia-se assim a algo que era partilhado e usufruído pela comunidade e cujos oficiais locais tinham a obrigação de defender e prover.

Uma das primeiras conclusões passíveis de serem retiradas da leitura de todas estas referências reside na estratigrafia da aplicação do conceito de *prol comunal* utilizado em diferentes contextos e destinado a caracterizar diferentes universos de abrangência variável. Se a legislação régia parece assumir uma noção alargada de *prol comunal*, mas quase sempre definida em função de um universo alargado, que se confunde com o povo, a terra ou o senhorio, parece também contemplar a possibilidade de fracionamento desse *prol comunal* aplicado a espaços de menor dimensão.

Outra questão que esta análise convoca reside na aceitação ou não do carácter sinónimo das diversas variantes aqui assinaladas.

Mas centremo-nos agora na normativa local.

Também aqui o *prol comunal* e o bom regimento são expressões utilizadas no quadro discursivo de justificação de medidas ou decisões tomadas. E, da mesma forma, quando utilizadas nas posturas ou nas vereações dirigem-se à comunidade. Com efeito, tal como o rei também os concelhos são responsáveis por “refrear o dano” que atitudes incorrectas podem causar na sua comunidade, também eles são responsáveis por assegurar agora o “*bom regimento da cidade*” e não do reino como é dito em Évora⁴⁸ e retomado no Porto, enquanto princípio que norteava as decisões tomadas⁴⁹. Bom regimento que caminhava a par da defesa do *prol comunal*, pelo qual os concelhos regiam a sua ação, tal como é referido no Porto “por *prol comunal* e por bom regimento” ou em Évora “por *prol* e bom regimento da cidade”⁵⁰.

É verdade que nem sempre a defesa do *prol* e bom regimento assim manifestado pelos concelhos se equiparava ao conteúdo do *prol comunal* que Afonso IV retomava na sua legislação de meados do século XIV. A defesa do *prol comunal*, do bom regimento ou do *prol* e honra da cidade enquanto critérios argumentativos e legitimadores significava para os concelhos a defesa dos usos e costumes, como era o caso da oposição do concelho à instalação dos fidalgos no Porto argumentando-se com os usos e costumes da cidade⁵¹, dos privilégios que o tempo tinha consolidado num quadro de crescente tentativa de intervenção régia, bem como a instauração de uma regulamentação uniforme no interior do território concelhio⁵².

⁴⁷ *Ordenações del-Rei D. Duarte...*, pp. 355-356.

⁴⁸ *Posturas Municipais Portuguesas...*, p. 55 e p. 86.

⁴⁹ *Vereações...*: “por *prol* e onra e bom regimento sobre esto se falarom muitas coisas” (p. 39) “olhando por *prol comunal* e por boom regimento acordarom”(p. 52).

⁵⁰ *Vereações...*, p. 52 e *Posturas Municipais Portuguesas...*, p. 55 e p. 86.

⁵¹ *Vereações...*, p. 145.

⁵² O *prol* e bom regimento da cidade é enunciado amiúde nas posturas de Évora relativas aos diferentes mesteres, legitimando a regulamentação dos ofícios com base no *prol* e no bom regimento da cidade.

O que se afirmava ao nível concelhio era o “prol e bem da nossa terra” ou o prol e bom regimento da cidade, numa afirmação da abrangência local de uma actuação na qual confluía a legitimação de uma prática com a reafirmação de um bem comum à cidade, embora com algo de impalpável, mas sem que as múltiplas aceções presentes no discurso régio tenham aqui lugar⁵³. Reger e defender o prol ou a honra da cidade surgiam assim como elementos de um mesmo grupo, mas tendo a cidade como referencial dominante e quase exclusivo.

Por seu lado, para a realza o assumir do prol comunal como elemento legitimador das decisões régias parece ser uma prática tardia, que surge de forma clara na legislação de Afonso IV mas que dificilmente é assumida antes. E então o prol comunal tende a ser o prol comunal do povo, da terra ou do senhorio numa reminiscência, sempre presente, do rei-senhor.

Falar de prol comunal nestas múltiplas aceções reenvia-nos, como é óbvio, para a discussão em torno do conceito de bem comum e da sua utilização nos séculos finais da Idade Media. Constatada que está para outros espaços a ausência documental do termo *bem comum*⁵⁴, cabe, no entanto, realçar a existência de uma plêiade de expressões que parecem apontar para a imposição de uma noção abstracta e impalpável de um processo ou de uma prática de melhoria que visa o bem alargado de uma comunidade de fronteiras nem sempre definidas.

No caso vertente, o conceito de bem comum é também uma expressão quase inexistente⁵⁵ nas fontes compulsadas, mas a miríade de expressões aqui analisadas integram-se no mesmo espaço de afirmação política. Prol comunal, nas suas múltiplas aceções, parece, assim, assumir alguma centralidade tanto no discurso régio enquanto elemento justificador das decisões abrangentes e cuja execução tocava as comunidades e os diferentes espaços do reino, como na normativa local enquanto objetivo da prática política e horizonte de chegada de um processo de contínua melhoria da “cidade”.

Mas para o rei era também importante manter o bom regimento da terra enquanto sinónimo de uma abrangência e de uma legitimidade que nem sempre o prol comunal parece partilhar, ao contrário do que acontece com a normativa local, a qual de forma continuada o repete e reitera.

⁵³ Vereações..., p. 101: “era grande prol ao bem comum”.

⁵⁴ Os artigos incluídos no número 22 da revista *Urban History* e intitulada *De Bono Communi: The discourse and practice of the Common Good in the european city (13th-16th c.)* perspectivam a partir de estudos de caso o surgimento, definição e difusão do conceito de Bem Comum em diferentes espaços do ocidente europeu. Mas sobre a ausência frequente do conceito ao nível documental e as implicações da mesma, bem como sobre a miríade de expressões passíveis de serem encontradas na periferia deste conceito cabe realçar a reflexão de RIGAUDIÈRE, Albert – “Donner pour le Bien Commun et contribuer pour les biens communs dans les villes du Midi français du XIIIe au XVe siècle”. In LECUPPRE-DESJARDIN, Elodie; VAN BRUANE, Anne-Laure (eds.) – *De Bono Communi: The discourse and practice of the Common Good in the european city (13th-16th c.)*. Urban History, 22, Turnhout: Brepols, 2010, pp. 11-53.

⁵⁵ A excepção encontra-se em *Vereações do Porto*, p. 200: “era grande prol ao bem comum”.

O hiato temporal, de algumas dezenas de anos, existente entre, por um lado, a produção legislativa régia e, por outro, a produção tanto das posturas como das actas de vereação pode, talvez, explicar esta aparente diferente centralidade e utilização do conceitos em especial do prol comunal e, como tal, estarmos, mais uma vez, perante um processo de modelação do discurso local a partir da legislação e produção régia. Contudo, o recurso diferenciado ao prol comunal enquanto elemento legitimador nestes dois níveis de discursos e a própria estratigrafia da utilização do termo, aplicado a diferentes universos nomeadamente no contexto do discurso régio, pode igualmente corresponder a diferentes processos de apropriação e de integração tanto no vocabulário régio de um termo que centrava originalmente a preocupação ou ação na comuna e no seu bem, antecipando, de certa forma, a noção de bem comum, ainda quase totalmente ausente desta documentação normativa, como na normativa local, adaptando ao espaço da cidade o prol comunal que o discurso régio transformava em prol comunal do povo, da terra ou do senhorio.

Os exemplos aqui considerados são sem dúvida esparsos e merecem uma maior reflexão do que aquela que é possível neste espaço. Contudo, o que nos pareceu importante foi realçar a necessidade de olhar o exercício do poder político nos séculos finais da Idade Média não apenas como o resultado de um movimento descendente de alargamento progressivo das competências régias. Sem questionar este processo a evolução da governação implicou movimentos de sentido vário, os quais permitiram, nomeadamente, a integração das comunidades locais na esfera da governação e a longo prazo a ultrapassagem de uma forma de governo articulada em função de diferentes comunidades, tal como se espelhava na organização interna das Cortes, para uma governação mais ampla e aparentemente inclusiva.

Neste processo, o rei surge como um dos elementos numa cadeia de poderes, sobre o qual as cidades e os concelhos exercem também a sua influência, forçando processos de apropriação e integração, mesmo se mediatizados pelo valor do serviço, elemento central na relação com a realeza, em particular nos séculos finais da Idade Média.

Da mesma forma, pareceu-nos relevante equacionar um processo que não se restringe à multiplicação e complexificação de uma estrutura administrativa, ou à crescente definição das esferas de competências dos oficiais régios, mas que engloba diferentes esferas de articulação.

Ao nomear homens bons de diferentes cidades para apoiar a rainha na regência D. Dinis procurava integrar no espaço da governação, num momento marcado por alguma fragilidade como eram sempre os períodos de regência, alguns dos concelhos, mas sobretudo alguns dos membros das oligarquias que, ao nível local, podiam transmitir e ampliar a ação régia. As quais pela sua parte procuravam um espaço nas novas modelações de governo que se iam desenhando.

O Portugal régio que D. Dinis desenhou correspondia assim apenas a uma parte do reino. À parte com a qual a realza de início de Trezentos parecia contar.

Na verdade, a composição de um reino não terminou em 1325. Essa composição implicaria algo mais do que a junção do Norte e do Sul tal como José Mattoso nos explicou há já mais de 30 anos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas:

BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana*. Parte quinta. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, 1982.

Livro das leis e posturas. Ed. Nuno J. Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1971.

Livro das Posturas antigas. Ed. Maria Teresa de Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Ordenações del-Rei D. Duarte. Ed. Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Posturas Municipais Portuguesas (sécs XIV-XVIII). Ed. Maria Filomena Lopes de Barros; Mário Viana. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso e Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 2012.

Vereações. Ano de 1390-1395. Ed. A. de Magalhães Basto. Porto: Gabinete de História da Cidade, 1980.

Estudos:

ASENJO GONZÁLEZ, Maria – “Función pacificadora y judicial de los corregidores en las villas y ciudades castellanas a fines de la edad Media”. *Medievalista* [on line] 18 (2015). [Consultado 19.07.2019].

Disponível em

<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA18/gonzalez1804.html>

BLOCKMANS, Wim – “Who has a say? The conditions for emergence and maintenance of political representation in Europe before 1800”. In DAMEN, Mario; HAEMERS, Jelle; Mann, Alastair J. (eds.) – *Political Representation Communities, Ideas and Institutions in Europe, (c. 1200-c. 1690)*. Later Medieval Europe. Vol. 15. Leiden/Boston: Brill, 2018, pp. 285-308.

BOVE, Boris – *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Editions Belin, 2015.

BOVE, Boris – “Les rois médiévaux sont-ils Parisiens? Essai de synthèse des itinéraires royaux médiévaux de Philippe Auguste à Louis XI (1180-1483)”. In BOVE, Boris; GAUDE-FERRAGU, Murielle; MICHON, Cédric (dirs.) – *Paris ville de cour (XIIIe-XVIIIe siècle)*. Rennes: PUR, 2017, pp. 25-49. 7

CARPENTER, Christine; MATTEONI, Olivier – “Offices and officers”. In FLETCHER, Christopher; GENET, Jean-Philippe; WATTS, John (eds.) – *Government and political life in England and franc, c. 1300-c.1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 78-115.

COELHO, Maria Helena; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Poder concelhio das origens às Cortes Constituintes*. 2ª edição. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008.

COSTA, Adelaide Millán da – “A cultura politica em acção. Diálogos institucionais entre a Coroa e os centros urbanos em Portugal no século XIV”. *En la España medieval* 36 (2013) Madrid, pp. 9-29.

DAUPHANT, Léonard – *Le Royaume Des Quatre Rivières: L'espace Politique Français, 1380-1515*. Seyssel: Champ Vallon, 2012.

DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas: três séculos de direito medieval [1211-1512]*. Sintra: Zéfiro, 2008.

- FARIA, Diogo – “Juízes indesejados? A contestação aos juízes de fora no Portugal Medieval (1352-1521)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, 2, 2014, pp. 19-37.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Dionisius et Alfonsus, Dei Gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi”. In *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média portuguesa*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2017, pp. 179-280.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Estado Moderno e legislação régia: produção compilação legislativa em Portugal (séculos XIII-XV)”. In *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média portuguesa (1279-1521)*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2017, pp. 281-302.
- HOMEM, Armando Carvalho – “Percorrer”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (dirs.) – *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado portucalense à crise do século XIV*. Vol. III. *NOVA História de Portugal*. Coord. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1996, pp. 147-148.
- HOMEM, Armando Carvalho – “Perspectivas sobre a prelazia do reino em tempos dionisinos”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História série II* – 15 (1998), pp. 1469-1477.
- KRYNEN, Jacques – *L'empire du roi. Idées et croyances politiques en France, XIIIe-XVe siècle*. Paris: Editions Gallimard, 1993.
- LACHAUD, Frédérique - *L'Éthique du pouvoir au Moyen Âge. L'office dans la culture politique (Angleterre, vers 1150-vers 1330)*. Paris: Classiques Garnier, 2010.
- LEITÃO, André – “Do Garb al-Ândalus ao «segundo reino» da «Coroa de Portugal»: território, política e identidade”. *CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* 16/17 (2008), pp. 69-104.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves – *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003.
- MARTINS, Rui Cunha – “A linguagem política dos foros de Castelo Rodrigo.

Identidade e exclusão no contexto municipal”. *Anuario de Estudios Medievales* 27 (1997), pp. 3-21.

PENNINGTON, Kenneth – *The prince and the law, 1200 – 1600. Sovereignty and rights in the western legal tradition*. Berkeley: University of California Press, 1993.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

RIGAUDIÈRE, Albert – “Donner pour le Bien Commun et contribuer pour les biens comuns dans les villes du Midi français du XIIIe au XVe siècle”. In LECUPPRE-DESJARDIN, Elodie; VAN BRUANE, Anne-Laure (Eds.) – *De Bono Communi: The discourse and practice of the Common Good in the european city (13th-16th c.)*. Urban History, 22, Turnhout: Brepols, 2010, pp. 11-53.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

VIANA, Mário – “Um testemunho de direito consuetudinário (1281)”. *Arquipélago. História* série II – 6 (2002), pp. 399-415.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “O episcopado no tempo de D. Dinis: trajetos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”. *Arquipélago. História* série II – 5 (2001), pp. 581-604.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “The “life and times” of Martinho Peres de Oliveira: from Évora to Braga”. In HERNÁNDEZ, Francisco J.; SÁNCHEZ AMEIJERAS, Rocío; FALQUE, Emma (eds.) – *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*. Firenze: SISMEL – Edizioni del Galluzzo, 2018, pp. 323-344.

WATTS, John – *The Making of politics. Europe, 1300-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Faut-il réviser les notions d'inclusion et exclusion sociales dans la petite ville européenne médiévale ?

Le cas perturbant des communautés juives à travers les évolutions historiographiques françaises et allemandes

Jean-Luc Fray¹

Résumé

Longtemps, l'historiographie des communautés juives a été dominée par une tendance «lacrymale», l'accent étant mis sur les interdits, l'exclusion, la séparation physique et les persécutions, dans une atmosphère intellectuelle dominée par le souvenir écrasant de la *Shoa* et par la culpabilité relative aux phénomènes de ségrégation, tandis que l'apport des sciences humaines introduisait chez les historiens le couple de concepts «exclusion / inclusion».

Le regard a changé dans les années 1990 grâce à l'introduction par les chercheurs allemands des notions de *Concivilitas*, d'évolution parallèle et de convergences. D'autres chercheurs, français et allemands, ont, depuis, insisté sur les aspects pacifiques, voire collaboratifs, de la relation et tenté des comparaisons avec d'autres catégories sociales exclues, séparées ou simplement fortement caractérisées. Le développement des études sur les petites villes a valorisé les études sur le voisinage et les relations quotidiennes au sein d'espaces restreints et de populations limitées en nombre. En définitive, le cas des communautés juives médiévale, par l'étude de leur insertion dans l'espace urbain, sur un double plan topographique et social, permet de réinterroger le couple sociologique «exclusion / inclusion».

Mots-clés

Communautés juives, petites villes, exclusion, inclusion, *concivilitas*.

¹ Université Clermont Auvergne / Centre d'Histoire "Espaces et Cultures".

Should the notions of social inclusion and exclusion be revised with regard to the small medieval European city? The disturbing case of Jewish communities examined through French and German historiographical evolutions

Abstract

For a long time, the historiography of Jewish communities has been dominated by a “tearful” tendency, with emphasis on prohibition, exclusion, physical segregation and persecution, in an intellectual atmosphere dominated by the overwhelming memory of the Shoa and by the guilt relative to the phenomena of segregation, while the contribution of the human sciences introduced among historians the couple of “exclusion / inclusion” concepts.

The gaze changed in the 1990s thanks to the introduction by German researchers of notions of *Concivilitas*, parallel evolution and convergences. Other researchers, French and German, have since insisted on the peaceful, even collaborative, aspects of the relationship and attempted comparisons with other excluded social categories, separated or simply strongly characterized. At the same time, the development of research into small towns has enhanced neighborhood and day-to-day relationships studies within small spaces and limited populations. Ultimately, the case of the medieval Jewish communities, through the study of their insertion in the urban space, on a double topographical and social level, makes it possible to re-examine the sociological couple “inclusion / exclusion”.

Keywords

Jewish communities; small towns; exclusion; inclusion; *concivilitas*.

1. Introduction.

Au long de la période médiévale, quand bien même l'historiographie urbaine a longtemps jeté son dévolu, de manière privilégiée, sur quelques unités urbaines de grande taille, la plupart des villes d'Occident, même celles qui appartiennent au premier et vieux réseau urbain hérité de l'Antiquité, ne sont guère peuplées (quelques milliers d'habitants *intra muros*)²; dès lors, la présence d'une communauté juive, même modeste (mais qui peut quand même atteindre plusieurs dizaines de

² En dernier lieu: COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da europa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017.

personnes), ne peut passer inaperçue et a même toutes chances de constituer un élément remarquable du «paysage social» urbain. Or, il s'agit là d'une communauté différente, ressentie comme telle par la majorité chrétienne et qui, de son côté, revendique cette différence et considère que sa pérennisation lui est un devoir de fidélité...

Longtemps cependant, l'historiographie des communautés juives a été dominée par une tendance «lacrymale», l'accent étant mis sur les phénomènes d'interdits, d'exclusion, de séparation physique et de persécutions. Du fait du haut degré d'urbanité – en valeur relative – des communautés juives médiévales, le questionnement s'est porté sur le quartier juif et sur les relations réglementaires des autorités urbaines (seigneuriales ou civiques) avec les communautés juives, le tout dans une atmosphère intellectuelle dominée par le souvenir écrasant de la *Shoa* et par la culpabilité relative aux phénomènes de ségrégation, tandis que l'apport des sciences humaines introduisait auprès des historiens le couple de concepts «exclusion / inclusion».

Le regard a changé dans les années 1990 grâce à l'introduction par les chercheurs allemands des notions de *Concivilitas*, d'évolution parallèle et de convergences. D'autres chercheurs, français et allemands, ont, depuis, insisté sur les aspects pacifiques, voire collaboratifs, de la relation, reconnu le caractère réciproque de la revendication communautaire et tenté des comparaisons avec d'autres catégories exclues, séparées ou simplement caractérisées (*Sondergruppen*). Le développement des études sur les petites villes, enfin, a valorisé les aspects de voisinage et de relations quotidiennes au sein d'espaces urbains restreints et de populations limitées en nombre³.

En définitive, le cas des communautés juives médiévale, par l'étude de leur insertion dans l'espace urbain, sur un double plan topographique et social, permet de réinterroger le couple sociologique «exclusion / inclusion».

Dans la langue française, les dérivés du verbe latin *includere* et de son participe passé *inclusus*..., apparaissent tardivement: à la fin du XIVe siècle et au début XVe pour le participe passé et adjectif «inclus» et pour l'adverbe «inclusivement», à la fin du siècle suivant pour le verbe «inclure» (mais seulement dans un sens matériel et techniquement précis, le sens abstrait n'apparaissant qu'au-delà du milieu du XIXe siècle) et pour le substantif «inclusion» (dans un sens longtemps confiné à la sphère biologique et médicale), l'adjectif «inclusif» apparaissant à la fin du XVIIe siècle seulement⁴.

³ En témoigne, à propos de la petite ville de Puigcerdà (Espagne, Catalogne, Cerdagne), le recueil d'articles de: DENJEAN, Claude – *Identités juives entre ancrages et passages en Catalogne, du XIIe au XVe siècle*. Paris-Louvain: Peeters, 2015.

⁴ La plupart de ces datations sont extraites de: REY, Alain (dir.) – *Le Grand Robert de langue française*. Paris: Le Robert, 2001 (6 vols.). GODEFROY, Frédéric – *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous*

La famille de termes antonymes connaît une affirmation un peu plus précoce : le verbe «exclure», dès 1355 ; l'adjectif «exclusif», un siècle plus tard (mais la nuance de sens «qui tend à exclure ce qui est gênant ou étranger» ne daterait que du XVIII^e siècle) ; l'adverbe «exclusivement» serait à peu près contemporain de son antonyme «inclusivement», soit le début du XVe siècle ; enfin, le substantif «exclusion» est, certes, attesté dès 1220, mais son emploi demeure rare jusqu'au XVII^e siècle. D'autres termes de la famille («exclusivité», par exemple) sont encore plus tardifs (première moitié du XIX^e siècle).

C'est dire que les concepts d'inclusion et d'exclusion (mais une enquête linguistique sur les termes «marginal, marginalité», donnerait des résultats proches⁵) ou encore celui de «minorité», au sens où nous l'entendons aujourd'hui⁶, ne sont applicables qu'avec beaucoup de retenue aux situations de relations sociales de l'époque médiévale et à leurs évolutions dans le temps long⁷.

Pour illustrer à la fois cette difficulté épistémologique du placage de concepts sociologiques contemporains sur les sociétés anciennes, ici celles de la seconde moitié du Moyen Âge entre les XI^e et XVe siècles, et pour rendre compte des voies par lesquelles les historiens médiévistes approchent et cherchent à comprendre la place tenue par une minorité configurée «en archipel» au sein d'une écrasante majorité, dans un contexte englobant d'hétéronomie qui, lui, est partagé (et crée une différence majeure avec nos sociétés occidentales contemporaines), j'ai choisi de présenter quelques exemples tirés des sources et quelques réflexions que m'inspirent les travaux de mes devanciers, de mes collègues et les miens sur la place des communautés juives au sein de la société chrétienne médiévale englobante.

Puisque plusieurs des communications de nos collègues portugais et espagnols traitent, au sein du présent ouvrage, des communautés juives de la péninsule ibérique, c'est donc sur celles de la France et du Saint-Empire médiévaux que se portera mon attention. Je commencerai par illustrer mon propos par deux exemples, choisis, à

ses dialectes du IX^e au XVe siècle. Paris: Librairie des Sciences et des Arts, 1937 [1880–1895] (10 vols.), donne une occurrence pour «inclus» à la date de 1491 avec le sens «complet». Pour «exclusion», le même dictionnaire donne une attestation chez le moine picard et poète marial Gauthier de Coincy (*Miracles de ND.*) v. 1220. Quant au *Trésor de la langue française. Dictionnaire de la langue du XIX^e et du XX^e siècle (1789–1960)*. Paris: CNRS Édition et Gallimard, 1971–1994, il ne donne aucun exemple d'emploi du terme «inclusion» qui soit de nature sociale (les exemples donnés ressortissent à la logique, aux mathématiques ou à la biologie) ; pour «exclure», les exemples sont pris dans les domaines du droit et des mathématiques ; on rencontre cependant une occurrence sociale, à propos de l'exclusion des femmes.

⁵ GODEFROY, Frédéric – *Dictionnaire de l'ancienne langue française...* renvoie à Jean Froissard (seconde moitié du XIV^e et début du XVe s.) pour le verbe «margier» (border), sorti de l'usage depuis, et à la fin du XVe s. pour le substantif «marge».

⁶ BOISSELLIER Stéphane – «De la différenciation sociale à la minoration en passant par les régulations, quelques propositions». In BOISSELLIER Stéphane; CLÉMENT François; TOLAN John (éds.) – *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010, pp. 15–48.

⁷ GONTHIER, Nicole (dir.) – *L'exclusion au Moyen Âge. Actes du Colloque international organisé les 26 et 27 mai 2005*. Lyon: Université Jean Moulin – Lyon 3, 2007.

dessein, aux deux extrémités de la période dont je vais traiter et dans deux registres urbains différents, celui de deux cités épiscopales, d'une ville moyenne marchande et de quelques petites villes, voire très petites, toutes sises dans l'espace rhéno-mosellan.

2. Fin du XI^e siècle, Worms et Spire⁸.

Le 13 novembre 1084, Rudiger, évêque de Spire en Rhénanie, accordait à la communauté juive venue s'installer dans sa ville épiscopale un diplôme comportant un certain nombre de droits particuliers, autant dire des « privilèges ». Le préambule du texte expliquait que l'évêque, tenant à faire de Spire une vraie ville (*urbem facere*), avait décidé, « pour augmenter l'honneur de son siège épiscopal » et pour « multiplier par mille la gloire de sa ville », d'y accueillir une communauté juive venue de Mayence, alors la plus grosse implantation juive dans l'espace germanique de l'époque (peut-être 600 à 700 personnes).

Les droits octroyés consistaient dans la possibilité pour les Juifs de Spire, moyennant le versement à l'évêque, seigneur de la ville, d'un droit annuel de trois livres et demie de deniers de Spire, de ceindre d'un mur un quartier nouveau de la ville, à l'écart des autres habitations, où les Juifs s'installeraient ; tous les membres de la communauté, serviteurs compris, devaient assurer la garde de cette muraille et la défense de leur quartier. L'autorisation de pratiquer des activités commerciales et artisanales leur était octroyée dans toute la ville, même en dehors du quartier juif, ainsi que le libre accès au port du Rhin. Un cimetière particulier, pris sur des biens fonciers de l'Église de Spire, leur était attribué, pour qu'ils pussent enterrer leurs morts en respectant les règles religieuses propres à leur communauté. Le diplôme épiscopal prévoyait aussi que les conflits entre Juifs ou les plaintes déposées par d'autres personnes contre des membres de la dite communauté devaient être jugées par le tribunal du chef de la communauté juive elle-même – qualifié par le texte d'*archisynagogus* – et que seuls les cas sur lesquels ce dernier ne pourrait trancher iraient devant la cour épiscopale. Les Juifs étaient, de plus, autorisés à prendre à leur service des nourrices et des serviteurs chrétiens – à condition de ne pas entraver l'exercice de la religion chrétienne – et à revendre aux Chrétiens les surplus de viandes non traitées rituellement...

En ce qui regarde l'allusion, qui peut paraître excessive, en tout cas rhétorique, à « la multiplication par mille de la gloire de la ville de Spire », elle rendait compte, sous la plume des scribes de la chancellerie épiscopale, du dynamisme de l'activité économique des communautés juives, de leur haut degré d'organisation communautaire (supérieur, par nécessité vitale, à celui des Chrétiens de leur temps),

⁸ Worms: RFA, Land de Rhénanie-Palatinat, chef-lieu d'arrondissement. Spire: *idem*. Mayence: RFA, capitale du Land de Rhénanie-Palatinat.

à leur culture (conséquence de leurs exigences religieuses de lecteurs de la Bible).

Six ans plus tard, en février 1090, avant de descendre en Italie, l'empereur Henri IV accordait à son tour un privilège à quelques Juifs de Spire⁹ et un autre l'ensemble de la communauté juive de la ville épiscopale voisine de Worms¹⁰; il y réitérait en particulier l'ancienne interdiction ecclésiastique de baptiser les Juifs de force. Mais le souverain avait déjà manifesté son intérêt pour la communauté de Worms en 1073-4, dans des circonstances pour lui dramatiques: dans l'été de 1073 en effet, affronté à un redoutable soulèvement des Saxons, Henri IV avait dû fuir et n'avait pu trouver refuge et soutien militaire et financier qu'auprès des habitants de la petite ville rhénane, dont les Juifs¹¹. Un an plus tard, un diplôme impérial venait récompenser la fidélité des habitants de Worms par des concessions commerciales et douanières, accordées aux «*Judeis et coeteris Wormatiensibus* (aux Juifs et aux autres habitants de Worms)»¹². On aura remarqué, outre la citation en première place de la communauté juive, la subtilité de la formule employée par la chancellerie impériale: les Juifs sont bien comptés au nombre des habitants de Worms, bénéficiaires de la gratitude du souverain ; mais ils sont nommés à part, ce qui leur confère le statut ambigu de «cohabitants autres», de voisins différents, ce que reflète aussi le texte de 1084 pour Spire, montrant deux quartiers séparés et voisins, inclus chacun dans sa propre muraille et défendus tous deux d'un même élan, mais séparément, par chacune des deux communautés... On est ici au cœur de la notion de «*conconvivitas*», défendue par notre collègue allemand, le Pr. Alfred Haverkamp, qui se distingue de la notion de *convivencia*, utilisée par l'historiographie du monde méditerranéen, par sa nuance plus politique¹³.

Par ailleurs, on peut inférer de cet exemple et de beaucoup d'autres, d'une façon plus générale, que, pour les Chrétiens médiévaux, en ce qui regarde leur relation avec les communautés juives, le rapport à l'Autre était ici posé dans des termes particuliers : non pas l'Autre lointain, exotique, ressenti comme venu d'ailleurs, physiquement différent et envahisseur (comme l'on se représente, dès le XII^e siècle, le Musulman¹⁴,

⁹ *MONUMENTA Germaniae Historica, Diplomata regum et imperatorum Germaniae*, tome VI : *Diplomata Heinrici VI.*, vol. 2. Éd. Dietrich von Gladiss et Alfred Gawlick. Weimar : Böhlau Verlag, 1952, n° 411 (Spire, 14 février 1090), pp. 543-547.

¹⁰ *MONUMENTA...*, *Diplomata...*, tome VI, vol. 2, n° 413, p. 547-9.

¹¹ HAVERKAMP Alfred – *Aufbruch und Gestaltung. Deutschland 1056-1273*. Munich: Beck Verlag, 1993 (Neue Deutsche Geschichte, t. 2), pp. 122-123.

¹² *MONUMENTA...*, *Diplomata...*, tome VI, vol. 1. Éd. Dietrich von Gladiss et Alfred Gawlick. Berlin: Weidmann Verlag, 1941, n° 267 (Worms, 18 janvier 1074), pp. 341-3.

¹³ HAVERKAMP, Alfred – «*Conconvivitas* » von Christen und Juden in Aschkenas im Mittelalter". In JÜTTE Robert; KUSTERMANN Abraham P., (éds.) – *Jüdische Gemeinden und Organisationsformen von der Antike bis zur Gegenwart*. Vienne-Cologne-Weimar: Böhlau Verlag, 1996, pp. 103-136 (Aschkenaz. Zeitschrift für Geschichte und Kultur der Juden. Beihefte, 3). CAILLEAUX, Christophe – "Chrétiens, juifs et musulmans dans l'Espagne médiévale. La *convivencia* et autres mythes historiographiques", *Cahiers de la Méditerranée* 86 (2013), pp. 257-271.

¹⁴ PELECH Tomasz – *The Image of the Enemy-Infidels in the Relations of Eyewitnesses and Participants of the First Crusade: The Case of Muslims*, thèse de doctorat en cotutelle internationale sous la dir. des Pr. Stanisław ROSIK (Université de Wrocław) et Jean-Luc FRAY (Université Clermont Auvergne), en cours.

puis au XIIIe, le Mongol ou, à partir du XVe, le Turc) mais un Autre proche, un voisin différent, ressenti par les Chrétiens comme rejetant le christianisme tout en étant à la racine du Christianisme et détenteur d'une partie essentielle de ses fondements. Le rapport est donc dissymétrique car, dans la mesure où le Christ n'est pas venu abolir la Loi, mais l'accomplir (Mat., 5, 17), le christianisme a besoin du judaïsme qui, lui en revanche, se passe fort bien du christianisme... Les textes de 1074, 1084 et 1090 illustrent donc bien la maxime du médiéviste français Gérard Nahon: «Dans une Europe médiévale dont toute la vie spirituelle appartenait à l'Église, un seul groupement hétérodoxe était toléré et menait une vie organisée, la communauté juive»¹⁵.

3. De Zurich à la Hesse rhénane (XIVe et XVe siècles)¹⁶.

En 1996, lors de travaux de restauration d'une maison de la Brunnengasse, dans l'*Altstadt* de Zurich, furent découvertes des peintures murales de type «courtois» (une scène de danse, un fragment d'une chasse au faucon, la représentation partielle d'un archer, enfin des frises héraldiques¹⁷, dont certaines comportaient des inscriptions en yiddish et en lettres hébraïques), datables des années 1330, c'est-à-dire contemporaines du *Codex Manesse*. Or, on sait, par des sources archivistiques, qu'à cette époque, cette maison était en possession de membres de la haute société juive de la ville : Frau Minne, son fils Moïse et un certain Morachem ben Mordéchai¹⁸. Il s'agit donc là d'un exemple remarquable d'adaptation de l'iconographie juive au monde chrétien, la littérature courtoise ayant joué le rôle de passage entre les Chrétiens et les Juifs d'expression allemande.

Un siècle plus tard, en 1444, un petit prince territorial rhénan, le comte de Katzenelnbogen, Philippe l'Ancien, fit dresser un inventaire pour l'administration de la bibliothèque qu'il possédait en sa résidence fortifiée sise dans la petite ville de Darmstadt, en Hesse¹⁹. On y trouvait une petite quarantaine d'ouvrages, répartis pour l'essentiel, comme il est habituel dans les bibliothèques aristocratiques de ce temps, entre livres de droit, livres de piété et une série de romans et de poèmes chevaleresque, relevant du genre «épique». L'un des *item* de l'inventaire retiendra plus spécialement

¹⁵ NAHON Gérard – «L'archéologie juive de la France médiévale», *Archéologie médiévale*, tome V (1975).

¹⁶ JAEGER, Achim – *Ein jüdischer Artusritter, Studien zum jüdisch-deutschen «Widuwilt» («Artushof») und zum «Wigalois» des Wirnt von Gravenberg*. Tübingen: Max Niemeyer, 2000 (*Conditio judaica*, Studien und Quellen zur deutsch-jüdischen Literatur- und Kulturgeschichte, 32).

¹⁷ On y trouve les armoiries de beaucoup de familles nobles suisses, mais aussi des comtes de Luxembourg, des archevêques de Mayence, des comtes de Flandre et des margraves de Brandebourg.

¹⁸ EPELBAUM, Dina – «Die Wandmalereien im Haus 'Zum Brunnenhof'», Zürich. Ein Beispiel jüdischer Kunst aus dem 14. Jahrhundert, im Spannungsfeld zwischen Adaptation und Abgrenzung», *Judaica* (Basel), n°4 (2002), pp. 261-280.

¹⁹ Katzenelnbogen: RFA, Rhénanie-Palatinat, arrondissement de Bad Ems, Darmstadt: RFA, Hesse, chef-lieu de district et d'arrondissement.

l'attention : «*Eyn gross dutch buch mit iuddescher schriff off den breddern und da inne stet auch von konig Artus*» (un grand livre en allemand et en écriture juive sur la couverture et dedans est aussi [qqch.] à propos du roi Arthur).

La lecture de cette brève mention d'inventaire suscite de nombreuses questions : qu'un livre relevant de la légende arthurienne se trouve dans la bibliothèque d'un comte rhénan au milieu du XVe siècle, voilà qui n'est guère surprenant pour qui connaît le succès, jusqu'à la fin du Moyen Âge et même au-delà, de la «matière de Bretagne» ; mais pourquoi ce livre (ou au moins son intitulé sur la couverture) a-t-il été rédigé en écriture hébraïque ? Quel rapport culturel entretenait donc le détenteur, le comte chrétien Philippe, avec des Juifs ? Pourquoi l'inscription est-elle en écriture hébraïque, tandis que le livre lui-même est dit «*dutsch*», c'est-à-dire rédigé en langue germanique ? Quelle est la variante de cette langue germanique employée ici : l'allemand (*hochdeutsch*) ou le *yiddish*²⁰, le dialecte germanique des communautés juives de Rhénanie et, au-delà, du *Reich* et de toute l'Europe centrale ?

A la seconde question au moins (quel rapport entretenait le détenteur, le comte chrétien Philippe, avec des Juifs ?), ainsi qu'à l'observation préliminaire (la présence d'un livre relevant de la légende arthurienne dans la bibliothèque d'un comte rhénan), il est possible de répondre aussitôt : les comtes de Katzenelnbogen avaient une tradition ancienne de mécénat littéraire et d'amour des œuvres chevaleresques, tradition attestée par des allusions à leur personne que l'on rencontre déjà dans l'œuvre des *Minnesänger* Walter von der Vogelweide (v. 1170-v. 1230) et, un demi-siècle plus tard, Tannhauser (v. 1205-1268). Ils cultivent aussi, encore au milieu du XVe siècle, la tradition du «voyage de Jérusalem». Ils ont été mis en contact avec les Juifs au moins depuis que le roi des Romains Henri VII leur avait, entre 1308 et 1312, en application du principe juridique du *Judenregal*, octroyé le droit de recevoir et d'installer à leur profit des groupes de Juifs à Katzenelnbogen : «*duodecim judei hospites se recipere valeant ad continuam ibidem residenciam faciendam et eidem comiti serviendum*». Quelle était la nature et la forme des «services» que ces douze Juifs²¹ étaient tenus de rendre à leur maître le comte ? Et comment faut-il comprendre «*ad serviendum*» ? «Pour être serviteurs» ou «pour être ses serfs» ? Dans l'un et l'autre cas, le terme employé est, de notre point de vue, ambigu, relevant à la fois de la dépendance juridique et de l'expression d'une proximité sociale.

Que recouvre la mention de cet ouvrage sur le roi Arthur, très probablement

²⁰ Les premiers témoignages écrits du yiddish proviennent de Rhénanie, dès le XIe siècle, comme une adaptation du moyen haut-Allemand aux besoins particuliers des Juifs, sous la forme de textes hébraïques «farcis» d'éléments de vocabulaire en ancien haut-allemand. La première attestation d'un texte complet serait relative à une source épigraphique datée de 1272. TIMM, Erika – “The Early History of the Yiddish Language”. In CLUSE, Christoph (dir.) – *The Jews of Europe in the Middle Age (tenth to fifteenth centuries)*. Turnhout : Brepols, 2004, pp. 353–364.

²¹ Leur nombre est très probablement symbolique : une allusion aux douze tribus d'Israël, comme signe de soumission du peuple juif au comte ?

rédigé dans un milieu juif et dans le dialecte des Juifs d'Allemagne? Les spécialistes identifient cet ouvrage avec un roman épique en *yiddisch*, connu par ailleurs par trois manuscrits plus tardifs (des XVe, XVIe et XVIIe siècles) conservés respectivement à la *Staats- und Universitätsbibliothek* de Hambourg et à la bibliothèque de Trinity College à Cambridge.

Mais le témoignage le plus évocateur des influences croisées de la littérature chevaleresque occidentale et du milieu culturel juif reste le *Duchus Hâurânt* (*Dukus Horant*), un poème narratif du début du XIVe siècle, conservé en fragment au milieu d'un ensemble de poèmes en moyen haut-allemand (variante linguistique «judéo-allemande») rédigés en lettres hébraïques vers 1382, découvert à la *Genizah* de la synagogue Ben-Esra du Vieux-Caire (Fustat), en 1896, par l'érudit talmudiste Shlomo Schlechter²².

Alors que ce poème héroïque représente le plus ancien témoignage d'une œuvre littéraire complète en *yiddish*, les spécialistes font remarquer que le terme *Dukus* ne peut venir que d'une langue romane (le français?), ce qui semble en faire un exemple de transfert culturel, entre milieux littéraires, chrétiens et juifs, de langues française et allemande, puis de transfert matériel de l'ouvrage par l'intermédiaire de communautés juives réparties sur les deux rives de la Méditerranée.

On en vient à devoir conclure que des milieux juifs des petites villes de Rhénanie, proches par leur statut de la strate aristocratique supérieure des comtes, dont ils étaient légalement les dépendants, partageaient, eux, des non-chrétiens, l'idéal littéraire du genre épique propre au monde des chevaliers chrétiens au point d'en adapter une version dans leur propre langue vernaculaire, tout comme leurs devanciers zurichois partageaient les mêmes goûts en matière de représentations iconographiques.

On voit, par les aspects d'ambiguïté et de situations en demi-teinte que recèlent ces deux exemples parmi tant d'autres, combien nos concepts sociologiques actuels (exclusion, marginalité ou inclusion) sont ici inopérants : pourquoi les communautés juives médiévales auraient-elles dû souhaiter une «inclusion sociale» qui les aurait absorbées au sein de la société chrétienne dominante et, de ce fait, aurait abouti à leur disparition en tant qu'entité religieuse et culturelle en les privant des moyens et lieux d'expression de leur particularité (usage liturgique de l'hébreu, synagogue et *yeshivot*, *mikwè* et boucheries juives) et les auraient soumises au risque de mixité conjugale et sexuelle, gage, pour une minorité, d'une inéluctable disparition en l'espace de quelques générations. Or, c'était bien là ce que souhaitaient tous les émeutiers chrétiens des divers épisodes de pogroms qui se succédèrent au long du Moyen Âge depuis les grandes persécutions, liées au départ à la première croisade, qui anéan-

²² Cambridge (UK), University Library, codex T.-S. 10 K 22. GANZ, Peter F.; NORMAN, Frederick; SCHWARZ, W. (éds.) – *Dukus Horant*. Tübingen: Niemeyer, 1964.

tirent les communautés juives de la France du Nord, de Lorraine et de Rhénanie en 1095-6: la pratique du baptême forcé, sous contrainte de menace de mort, était - au mépris des canons ecclésiastiques - l'arme des émeutiers pour opérer la disparition non pas physique (c'est là la différence fondamentale entre antijudaïsme médiéval et antisémitisme moderne), mais religieuse et culturelle de la judaïté ; le but fondamental des persécuteurs n'étant pas la destruction des Juifs en tant que tels, mais la fin du «scandale» de leur «malcroyance», ce que les Juifs de cette époque avaient bien compris qui, par la pratique du suicide rituel collectif, préféraient s'opposer radicalement (en commençant par tuer eux-mêmes leurs femmes et leurs enfants, afin que de jeunes orphelins juifs ne pussent être convertis à leur insu, avant de se suicider) à leur transformation en l'Autre, en Chrétiens²³.

Cette démonstration désespérée du refus de l'inclusion assimilatrice dénote aussi, paradoxalement, une connivence intellectuelle entre les persécuteurs chrétiens et leurs victimes juives : la croyance partagée en l'efficacité transformatrice du baptême, vue comme un espoir eschatologique par les agresseurs (désireux par là d'accélérer le cours des temps et de tendre plus vite vers la réalisation de la promesse ultime: le retour glorieux du Messie au sein d'une humanité épurée et unifiée), comme une horreur absolue, une macule par leur victimes: le reniement du nom sacré du Dieu d'Israël et l'abandon de la fidélité promise par les pères. C'est ce qu'avait bien compris également l'empereur Henri IV, qui, au grand scandale de l'Église, autorisa en 1097 ceux des Juifs de Mayence qui avaient été convertis de force lors du pogrom à revenir librement à leur ancienne religion, nonobstant la croyance dans l'efficacité pérenne du baptême chrétien.

Ces réflexions montrent que la séparation physique et légale des communautés n'est pas synonyme d'étanchéité. La relation de l'une à l'autre, hors des périodes de tension, se joue sur le triple registre d'une part du parallélisme, de l'autre des influences, enfin des échanges de services:

4. Notion de «parallélisme»: communautés juives et maillage urbain.

Le parallélisme est exprimé, on l'a vu, par l'épisode spirote de 1084 (chaque communauté est chargée de la défense de sa portion de muraille, contribuant ainsi, par des efforts parallèles, à la sécurité globale de la ville) et se trouve légitimée par la formule impériale du diplôme de 1074 pour Worms: *«Judeis et coeteris Wormatiensibus»*.

Or, dans l'espace «allemand», la croissance du nombre des lieux de résidence des Juifs suit la croissance urbaine, à la fois quantitativement et géographiquement :

²³ C'est là le sacrifice suprême, dit *«kiddush hashem: sanctification du nom (divin)»*, comme attesté à Trèves au printemps 1096.

de 14 localités abritant des communautés juives en 1096, toutes implantées dans la vallée du Rhin ou en Lotharingie, on passe à une cinquantaine au milieu du XIIe siècle, puis à environ 90 vers 1238 - dont la distribution géographique souligne une poussée dirigée depuis les bords du Rhin vers la Saxe méridionale et la Thuringe, le Haut-Palatinat et la Bohême - à plus de 1000, enfin, au milieu du XIVe siècle ; «l'espace allemand» est, à cette dernière époque, entièrement concerné, même si une densité plus forte se marque encore le long de l'axe rhénan et des vallées affluentes (Main, Moselle). La progression géographique des implantations juives dans «l'Allemagne» médiévale a donc épousé les processus d'urbanisation, de commercialisation et de monétarisation et y a, à coup sûr, contribué. C'est ce que démontrent les cartes naguère publiées par Michael Toch²⁴.

Ces comptages statistiques sur des espaces vastes et dans la longue durée aboutissent à montrer que «le mode de vie urbain et le mode de vie juif, la communauté urbaine et la communauté juive, sont intimement liés dans le Moyen Âge européen. L'histoire des communautés juives ne peut être pour ces siècles qu'une partie constitutive de l'histoire urbaine...»²⁵. La présence juive dans l'Occident majoritairement chrétien, ne pouvant prendre le risque de la dilution spatiale, se trouve nécessairement attirée par le mode de vie urbain: le caractère urbain prédominant des Juifs d'Occident se marque dans les surnoms de type toponymiques: sur les 560 Juifs de l'archevêché de Trèves recensés au XIVe siècle, 89 % ont un surnom toponymique et la quasi-totalité de ces dénominations a trait aux deux chefs-lieux de la principauté archiépiscopale, Trèves et Coblenche, ainsi qu'aux chefs-lieux de districts (Mayen, Cochem, Montabaur, Oberwesel) ou encore à la résidence (palais) archiépiscopal de Pfalz²⁶.

Cependant, la géographie des communautés s'était également adaptée, au cours du XIIIe siècle, à la grande mutation qui affectait le réseau urbain de l'Occident médiéval avec la constitution d'un maillage intermédiaire de plus en plus serré de bourgs castraux et de petites villes de marché, nés entre-temps de la lente mais continue poussée démographique occidentale. De ce fait, le lien privilégié antérieur entre communauté juive et ville majeure - pour l'essentiel, les citées épiscopales -

²⁴ TOCH, Michael - "Jewish Migrations to, within and from Medieval Germany" In *Le Migrazione in Europa (secc. XIII-XVIII)*, (= XXVa Settimane di Studio dell'Istituto Internazionale di Storia Economica "Federico Datini"), Prato, 1994. HAVERKAMP, Alfred - "Zur Siedlungs- und Migrationsgeschichte der Juden in den deutschen Altsiedellanden während des Mittelalters". In MATHEUS Michael (dir.) - *Juden in Deutschland*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1995, pp. 9-32 (Mainzer Vorträge, 1). Le recensement systématique des lieux d'implantation juive au Moyen Âge dans les pays de langue allemande est le fait de la grosse entreprise collective de AZNERI, Zwi; MAÏMON, Aryeh; BREUER, Mordechai; GUGGENHEIM Yakov; MOHR, J.C.B. (éds.) - *Germania judaica*. Tübingen: Niemeyer, 1961-2003, 5 vol..

²⁵ TOCH, Michael - "Jewish Migrations..." Les localités citées sont sises en RFA, dans le *Land de Rhénanie-Palatinat*, mais dans des arrondissements différents: Mayen: arr. de Mayen-Coblenche; Cochem: Cochem-Zell; Montabaur: chef-lieu d'arrondissement; Oberwesel: Simmern; Pfalz: commune de Trèves.

²⁶ ZIWES, Franz-Joseph - *Studien zur Geschichte der Juden im Mittleren Rheingebiet während des hohen und späten Mittelalters*. Hanovre: Hahn, 1995.

sembla perdre de sa crédibilité au XIV^e siècle, lorsque les implantations juives tendirent à se multiplier dans des localités de très faible degré de centralité, voire dans des localités purement rurales, comme l'a montré l'exemple de Katzenelnbogen et Lichtenberg, comme le prouve aussi, au début du XIV^e siècle l'exemple du comté francophone de Bar, aux frontières occidentales de l'Empire, alors même que les villes épiscopales lorraines étaient désormais fermées aux Juifs.

Cette évolution représente aussi l'une des conséquences de la territorialisation du pouvoir (sous la forme de la seigneurie châtelaine et/ ou de la prévôté) et de sa monétarisation, voire commercialisation, les Juifs offrant - aux côtés des Lombards - leurs capacités de créanciers solvables et de techniciens de la finance. Étonnant est, à cet égard - parce que concernant une localité de très petite taille, à la limite inférieure de la strate urbaine - le cas de Beilstein²⁷ au début du XIV^e siècle : la forteresse se dressait sur un éperon gréseux et boisé, sur la rive droite de la Moselle, entre Trèves et Coblenze, La famille seigneuriale qui en exerçait le contrôle depuis la fin du XIII^e siècle n'obtint pas moins, entre 1309 et 1330, de cinq diplômes de la part des empereurs Henri VII de Luxembourg, puis Louis IV de Bavière, dans le but de faire progressivement de Beilstein une ville. De façon significative, le premier de ces privilèges concernait l'octroi du droit régalien d'accueillir et d'installer dix familles juives dans un quartier d'habitation fortifié (*municio*) sis au pied du château, ce que la castellologie française nomme «bourg castral». Vint ensuite, en 1310, le droit de fortifier le village dans sa totalité et d'y faire bénéficier quarante familles de bourgeois de ces mêmes libertés que les souverains allemands avaient précédemment accordées aux localités voisines; l'église paroissiale fut fondée en 1313 et un marché hebdomadaire en 1316; le nombre maximal de bourgeois privilégiés fut élevé à cent en 1322 et déclaré illimité en 1330²⁸. Ces soins furent cependant vains : les sires ne réussirent jamais à attirer plus d'une quarantaine de familles et Beilstein est resté, jusqu'à nos jours, un «ville naine (*Zwergstadt*)». Il n'est cependant pas indifférent que le processus prévu ait intégré l'installation d'une communauté juive proportionnellement importante (un quart par rapport à l'effectif bourgeois initial), probablement, si l'on suit Franz Irsigler, en relation avec l'activité économique dominante de la vallée, la viticulture, la présence des Juifs garantissant le relais de crédit nécessaire jusqu'à la prochaine récolte²⁹. Rien n'interdit non plus de penser à la longue réputation d'excellence des pratiques viticoles juives. Enfin l'apport d'une petite communauté juive constituait pour les sires de Beilstein le moyen d'introduire dans

²⁷ Beilstein: commune de Bruttig, RFA, Rhénanie-Palatinat, Coblenze, Cochem-Zell.

²⁸ MOTSCH, Julius - *Regesten des Archivs der Herrschaft Winneburg-Beilstein im Gesamtarchiv der Fürsten von Metternich im Staatlichen Zentralarchiv zu Prag. Urkunden bis 1400*. Coblenze: Landesarchivverwaltung Rheinland-Pfalz, 1989, actes n° 24, 28, 35, 41, 53 et 62.

²⁹ IRSIGLER, Franz - "Weinstädte an der Mosel im Mittelalter". In OPPL, Ferdinand (dir.) - *Stadt und Wein*. Linz: Österreichisches Arbeitskreis für Stadtgeschichtsforschung, 1996, pp. 165-179, ici pp. 175-176.

la population de la petite ville qu'ils désiraient développer un groupe social par eux étroitement contrôlé en vertu du *Judenregal* et qui constituait également une source supplémentaire de revenu par l'impôt particulier qui les frappait (*Judensteuer*)³⁰. Ainsi, «l'implantation» (*Ansiedlung*) d'une communauté juive par un lignage de petits seigneurs des rives de la Moselle allemande en un «lieu central», quoique modeste, du territoire soumis à son autorité, lui est apparu comme un élément constitutif du processus d'urbanisation (*Stadtwerdung*) et un élément primordial du développement économique qu'il souhaitait pour sa fondation, enchassée dans un paysage et une économie de forêt et de vignoble.

L'exemple de Heidelberg³¹ montre un parallélisme supplémentaire entre communautés juives et organisation polarisée du territoire par la ville, grande ou moyenne : les huit localités mineures dans lesquelles s'implantent les Juifs au début du XIV^e siècle dans la région du confluent du Neckar et du Rhin ne sont éloignées de Heidelberg que de 10 à 30 km; elles se trouvent aussi en relation étroite avec cette ville, à la fois sur le plan politico-administratif (Heidelberg est la principale résidence et la capitale de l'électorat palatin rhénan, dont elles dépendent territorialement) et sur le plan économique et social: ces villages sont, pour la plupart, situés dans la zone viticole et tous appartiennent incontestablement à l'*Umland* de Heidelberg. Le versant judaïque de la centralité de cette ville par rapport aux autres localités - urbaines ou rurales - de la principauté palatine s'exprime avec force lorsqu'en 1366 l'électeur Robert I^{er} crée à Heidelberg un collège judiciaire juif ayant autorité sur l'ensemble des Juifs du Palatinat. Le succès rencontré par cette institution - au-delà même des limites du territoire électoral - est révélateur du glissement qui s'opère, pour la direction des communautés juives de l'Empire, des anciennes communautés des vieilles villes épiscopales rhénanes vers les nouveaux centres de pouvoirs princiers et leurs capitales³², parallèlement à l'évolution de la structuration politique elle-même.

5. Topographie de la cohabitation.

La plus grande prudence s'impose quant à l'interprétation de l'emplacement des quartiers juifs au sein de la ville médiévale, surtout quant celle-ci, dans les derniers siècles du Moyen Âge est, en part croissante, une ville moyenne ou une petite ville, traversable à pied, de part en part, en quelques minutes: à Troyes, le quartier juif se trouvait positionné à mi-chemin - soit quelques centaines de mètres seulement - des deux pôles majeurs de pouvoir, la cathédrale et la résidence épiscopale d'une part,

³⁰ ZIWES, Franz-Joseph – *Studien zur Geschichte der Juden...*, p. 267.

³¹ Heidelberg: RFA, Bade-Wurtemberg, Karlsruhe.

³² SCHWARZFUCHS, Simon – *Kompetenzen der jüdischen Gemeinden im Mittelalter* (conférence tenue devant l'Université de Trèves le 15 février 1990).

le château des comtes de Troyes et Champagne de l'autre³³. A l'échelle d'une localité bien plus modeste de la Lorraine voisine, Commercy, la «Rue des Juifs» est proche à la fois de l'église et du palais d'architecture classique qui, au XVIIIe siècle, a succédé au château médiéval des sires de Commercy-Sarrebruck³⁴. Danièle Inacu-Agou a pu faire des observations du même type à propos de plusieurs des villes et petites villes de Provence, ainsi à Trets, Salon-de-Provence ou Apt³⁵.

La narration rédigée, dans le second tiers du XIIIe siècle, par le chroniqueur bénédictin Richer de Senones, de «l'affaire de Saint-Dié», en Lorraine, montre la fréquence du phénomène d'habitat mixte : la trame du récit montre que - en dépit des interdits conciliaires et synodaux - la jeune fille en cause fréquentait la maison d'un juif et y recevait sa pitance en échange de services domestiques. Elle fait également apparaître une scène de rue, avec une intervention de voisines chrétiennes, qui laisse supposer l'absence de ségrégation dans l'habitat et les activités de la vie quotidienne³⁶. Le récit précédent de Richer, concernant Cologne, confirme cette observation, puisqu'il y montre Juifs et Chrétiens habitant des maisons voisines et même se succédant dans les mêmes demeures³⁷. Simon Schwarzfuch analyse une semblable situation pour la petite ville impériale d'Haguenau, en Alsace : «Tous les Juifs de Haguenau n'habitaient pas dans la rue des Juifs : plusieurs parmi eux ont pu acquérir et quelque fois louer des maisons situées dans d'autres quartiers»; après une courte interruption, de 1349 à 1353-4, «les Juifs revenus ou venus dans la ville y créèrent rapidement une nouvelle communauté. Les rescapés (...) se réinstallèrent très normalement, ainsi que les nouveaux venus, dans la rue des Juifs et ils devaient y habiter jusqu'au XVIIIe siècle, souvent avec des voisins chrétiens»³⁸. Et si, en mai 1294, le roi de France Philippe IV doit ordonner au sénéchal de Beaucaire, dans la basse vallée du Rhône, de séparer les habitats des Juifs et des Chrétiens, c'est bien

³³ BENNER, Sonja; REVERCHON Alexander - "Juden und Herrschaft. Die Champagne von 11. bis 14. Jahrhundert". In CLUSE, Christoph; HAVERKAMP, Alfred; YUVAL, Israel J. (éds.) - *Jüdische Gemeinde und ihr christlicher Kontext in kulturträumlicher vergleichender Betrachtung von der Spätantike bis zum 18. Jahrhundert*, Hanovre: Hahn, 2002 (Forschungen zur Geschichte der Juden, A 14), pp. 151-213. Troyes: Aube, chef-lieu du département.

³⁴ SCHWARZFUCHS, Simon; FRAY, Jean-Luc - *Présence juive en Alsace et en Lorraine médiévales. Dictionnaire de géographie historique*. 2^{de} éd., Paris: Cerf, 2015, pp. 241-242. Commercy: Meuse, chef-lieu d'arrondissement.

³⁵ IANCU-AGOU, Danièle - *Provincia Judaica. Dictionnaire de géographie historique des juifs en Provence médiévale*. Paris-Louvain: Peeters, 2010, pp. 22-26, 123-129, 143-9, 164-165. Salon-de-Provence: Bouches-du-Rhône, Aix, chef-lieu de canton. Trets: B.-du-Rh., Aix, chef-lieu de canton. Apt: Vaucluse, chef-lieu d'arrondissement. Voir aussi COULET, Noël - "Les juifs de Provence au Moyen Age: entre intégration et exclusion (XIIIe-XVe siècle)". In AUDISIO, Gabriel (dir.) - *Religion et exclusion*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 2001, pp. 143-160.

³⁶ SENONES, Richer de - *Richerii Gesta senoniensis ecclesiae*. Éd. Waitz, Georg. *MONUMENTA Germaniae Historica, Scriptores*, t. XXV, Hanovre: Hahn, 1880, pp. 249-345, ici p. 323. Saint-Dié: Vosges, chef-lieu d'arrondissement.

³⁷ SENONES, Richer de - *Richerii Gesta...*, pp. 322-323.

³⁸ SCHWARZFUCHS, Simon; FRAY, Jean-Luc - *Présence juive...*, pp. 79-87. Haguenau: Bas-Rhin, chef-lieu d'arrondissement.

que la «mixité sociale» fonctionnait jusqu'alors, en matière d'habitat, dans cette petite ville marchande et chef-lieu de sénéchaussée royale, assez en tous cas pour inquiéter le gouvernement royal³⁹.

6. Connivences intellectuelles.

L'expertise juive en matière d'exégèse hébraïque est reconnue par les milieux ecclésiastiques : écolâtre de l'abbaye bénédictine de Saint-Vincent de Metz entre 1048 et les années 1070-5, Sigebert de Gembloux conduit des discussions savantes avec les Juifs et mérite leur grande affection («...*Judeis in eadem urbe commanentibus erat carissimus...*») en privilégiant, en cas de doute, le texte hébreu («*hebraicam veritatem*») par rapport à celui de la Vulgate de saint Jérôme, issue du grec⁴⁰. A la même époque, un échange de lettres entre Warin, abbé de l'abbaye bénédictine de Saint-Arnoul de Metz et Jean, abbé de Fécamp en Normandie, évoque un moine issu de Saint-Arnoul, du nom de Benoît, d'origine juive («*monachum nomine Benedictum (...) natione Judaeum*») et dont Warin vante à son correspondant, qui l'a accueilli, le «style élégant et prolixe»; l'échange peut être datée du court abbatiat de Warin, mort en 1050⁴¹.

Ce même esprit de collaboration est présent dans les échanges artistiques⁴² : en 1233, un juif de Würzburg, ayant rédigé un commentaire de Rashi pouvait encore le faire enluminer dans un atelier chrétien de cette ville épiscopale ; présenté lors de la récente exposition de Rouen⁴³, le *North French Hebrew Miscellany*, probablement le manuscrit judaïque le plus richement enluminé d'Europe septentrionale dans le dernier quart du XIII^e siècle⁴⁴, fut compilé par le scribe juif Benjamin mais doit certaines de ses enluminures à des artisans chrétiens.

7. D'autres quartiers «réservés».

Il ne faudrait pas envisager la position topographique et juridique de l'implantation

³⁹ BnF, Lat. 11.017, f° 28. Beaucaire: Gard, Nîmes, chef-lieu de canton.

⁴⁰ *GESTA abbatum Gemblacensium*, cap. 72. Éd. Pertz, Georg. *MONUMENTA...*, *Scriptores*, tome VII, Hanovre: Hahn, 1848, p. 523-542, ici p. 550.

⁴¹ Paris, BnF, Lat. 11.902 : catalogue de la bibliothèque de Saint-Arnoul de Metz par Dom J. Homassel, 1673, art. n° 70 (édition: FRAY-LEPOITTEVIN, Brigitte – *Les Bibliothèques des Bénédictins de Metz au Moyen Âge*. Lille: Atelier de reproduction des thèses, [1996], pp. 173-174). Fécamp: Seine-Maritime, Le Havre, chef-lieu de canton.

⁴² On n'oublie pas que «l'artiste» médiéval (enlumineur, peintre, sculpteur...) est, en réalité, un artisan, très soumis aux volontés de son commanditaire. L'art est donc éminemment politique, à cette époque et pour longtemps encore.

⁴³ «Savants et croyants. Les Juifs d'Europe du Nord au Moyen Âge». Exposition au Musée des Antiquités de Rouen (été 2018).

⁴⁴ Londres, British Library, Add. MS 11639. *The North French Miscellany (British Library MS. Add. 11,639): Studies of the Manuscript and Its Illumination*. London: The British Library, 1996.

juive au sein de la ville médiévale chrétienne comme un espace particulier, unique dans sa différenciation, au sein d'une ville par ailleurs unie, voire homogène : cette soi-disant unité est fracturée par l'existence de différentes juridictions seigneuriales au sein de la ville, parfois renforcée par des distinctions topographiques et toponymique et par l'existence de murailles distinctes avec l'opposition entre « Cité » et « Bourg » et des processus d'unification souvent tardifs, ce que démontrent les exemples de Mâcon (dont les différents noyaux ne furent réunis dans une enceinte commune qu'au début du XIII^e siècle)⁴⁵, Limoges - dont l'organisation haut-médiévale se faisait en trois noyaux : la « Cité », autour de cathédrale (*podium sancti stephani*), le « Château », quartier vicomtal, et le « bourg Saint-Martial », autour de la célèbre abbaye)⁴⁶ - ou encore, objet d'une publication récente, Périgueux : à quelques centaines de mètres de la « Cité » de Périgueux, issue de la rétraction de la vaste ville gallo-romaine de jadis au sein d'une petite enceinte bas-antique englobant 5,5 ha, appuyée sur l'antique amphithéâtre, occupée par la cathédrale Saint-Etienne et peuplée essentiellement de clercs et de lignages de petite chevalerie, vassaux de l'évêque ou du comte de Périgord (« *clerici et milites et donseli et alii laïci* »)⁴⁷, s'était développé, sur une éminence (« puy ») dominant la rivière Isle, autour de la collégiale Saint-Front, lieu de pèlerinage, un bourg agricole, marchand et artisanal qui devint dès le XII^e siècle le vrai cœur de la ville, tant par son activité économique et son dynamisme démographique que par la capacité de ses habitants (« *burgenses et agricolae* ») à se doter de deux enceintes successives, l'une de 8 ha (v. 1150-1180), l'autre de 17 (v. 1220-1245), à se constituer en *communitas* dotée d'un sceau (1188) et à se faire reconnaître par le pouvoir royal capétien (1204). A l'issue de cette évolution bipolaire, alternant les phases de complémentarité et de confrontation, parfois violente, entre la « Cité » et le « Bourg du Puy Saint-Front », éloignés seulement de quelques centaines de mètres l'un de l'autre mais isolés par leurs murailles respectives, le second finit l'emporter sur la première, un acte d'union de septembre 1240 plaçant les deux parties de la ville sous l'autorité commune d'un maire et de 12 consuls. Mais la réalité sociale de l'union fut lente à venir et la grande muraille urbaine commune, prévue en 1240, ne put jamais être réalisée⁴⁸. A Clermont, en Auvergne, contrairement aux exemples de juxtaposition topographique en noyaux séparés présentés par les cas de Limoges, Périgueux ou encore Tours (« Cité » et « Bourg Saint-Martin »), l'organisation est concentrique, « l'enceinte des cinq portes », correspondant à l'ancienne *arx* du bas-Empire, perchée

⁴⁵ GOUJON, Pierre (dir.) – *Histoire de Mâcon*. Toulouse: Privat, 2000.

⁴⁶ PÉROUAS, Louis (dir.) – *Histoire de Limoges*. Toulouse: Privat, 1989. BARRIÈRE, Bernadette – *Atlas historique des villes de France. Limoges*. Talence-Paris: CNRS Éditions, 1983.

⁴⁷ Le vocabulaire des sources des XII^e et XIII^e siècles met bien en valeur l'opposition sociologique entre la Cité et le Bourg du Puy-Saint-Front (référence bibliographique dans la note suivante).

⁴⁸ GAILLARD, Hervé ; MOUSSET, Hélène – *Atlas historique des villes de France. Périgueux*, 2 vol. et une planche cartographique. Pessac: Ausonius, 2018, ici vol. 1, pp. 96, 174, 191, 196, 200, 216-7 et 221-3.

sur l'éminence du «plateau central» dominé par la cathédrale, délimite un quartier épiscopal et capitulaire restreint (3,6 ha), mais clairement identifié et séparé, topographiquement, juridiquement et socialement, du reste de la ville, formé, pour sa part, de trois excroissances, contigües au noyau canonial, sous la forme de bourgs artisanaux et marchands (*suburbia*) nés autour de trois églises collégiales. La réunion dans une enceinte commue intervint ici dès le tournant des XIIe et XIIIe siècles, mais ne supprima pas la clôture du quartier canonial et son particularisme⁴⁹.

Ainsi, l'unité de «la» ville médiévale n'est souvent qu'une facilité de langage qui recouvre une grande diversité de situations, des polynucléarités réelles plus nombreuses que des unités urbaines idéalisées, des distinctions sociales et topographiques marquées au sein de surfaces habitées pourtant retreintes - ce dont les quartiers artisanaux spécialisés et parfois relégués aux marges, comme ceux des tanneurs, donnent encore une illustration supplémentaire... Tout concourt donc à faire de la ville médiévale un objet complexe⁵⁰, ce qui relativise d'autant «l'étrangeté» supposée de la présence d'une communauté juive...

8. Conclusion.

Nos couples fétiches de concepts (exclusion *versus* inclusion et, à l'intérieur de la seconde branche de cette première alternative, une autre couple conceptuel: intégration *vs.* assimilation) ne fonctionnent pas pour la période médiévale: les «privilegés des Juifs» les mettent à part, mais on doit reconnaître qu'eux mêmes les sollicitent et en demande périodiquement le renouvellement parce que ces «lois particulières (*privilegia*)» leur paraissent seules pouvoir garantir la sauvegarde de leur identité. Dans le même temps, l'observateur est confronté à la conclusion tirée par Juliette Sibon qui, au terme de son étude, montre combien les élites juives de Marseille, à la fin du Moyen Âge, appartiennent à la même «société» que les élites non juives de la ville, ce qui la conduit en définitive à évoquer des «frontières labiles» entre ces groupes?⁵¹

Et qu'en est-il de l'épineuse notion moderne de tolérance? Est-elle pertinente pour les époques anciennes? Tolérées (et rien ne vient lever l'ambiguïté du terme), les communautés juives de l'Occident médiéval apparaissent, en définitive comme des miroirs de l'Europe médiévale chrétienne, entre cohabitation fréquente, nombreux échanges et incontestables tensions.

⁴⁹ GRÉLOIS, Emmanuel – *Territorium civitatis: l'emprise de l'Église sur une cité, Clermont au XIIIe siècle*. PhD, Université Paris I Panthéon-Sorbonne, 2003, 4 vol. (inédite). ESQUIEU, Yves – *Les quartiers canoniaux des chanoines dans la France Méridionale*, Toulouse: Université Toulouse 2, 1986. PhD Thesis. ESQUIEU, Yves – *Quartier cathédral: une cité dans la ville*. Paris: Desclée De Brouwer, 1994.

⁵⁰ FRAY, Jean-Luc; PAULY, Michel; PINHEIRO, Magda; SCHEUTZ, Martin (éds.) – *Urban Spaces and the Complexity of Cities*. Köln-Wien: Böhlau Verlag, 2018 (Städteforschung, A 97).

⁵¹ SIBON, Juliette – *Les juifs de Marseille au XIVe siècle*. Paris: Cerf, 2011.

BIBLIOGRAPHIE

Sources manuscrites:

Cambridge (UK), University Library, *codex* T.-S. 10 K 22.

Londres, British Library, Add. MS 11639.

Paris, Bibliothèque nationale de France, Lat. 11.017, f° 28.

Paris, Bibliothèque nationale de France, Lat. 11.902: catalogue de la bibliothèque de Saint-Arnoul de Metz par Dom J. Homassel, 1673, art. n.º 70 (édition: FRAY-LEPOITTEVIN, Brigitte – *Les Bibliothèques des Bénédictins de Metz au Moyen Âge*. Lille: Atelier de reproduction de thèses [1996], pp. 173-4).

Sources imprimées:

AZNERI, Zwi; MAÏMON, Aryeh; BREUER, Mordechai; GUGGENHEIM, Yakov; MOHR, J.C.B. (éds.) – *Germania judaïca*. Tübingen: Niemeyer, 1961-2003, 5 vol.

GESTA abbatum Gemblacensium, cap. 72, Éd. Pertz, Georg. *MONUMENTA...*, *Scriptores*, tome VII, Hanovre: Hahn, 1848, pp. 523-542.

MONUMENTA Diplomata regum et imperatorum Germaniae, t. VI: *Diplomata Heinrici VI.*, vol. 2, éd. Dietrich von Gladiss et Alfred Gawlick. Weimar: Böhlau Verlag, 1952.

MOTSCH, Julius – *Regesten des Archivs der Herrschaft Winneburg-Beilstein im Gesamtarchiv der Fürsten von Metternich im Staatlichen Zentralarchiv zu Prag. Urkunden bis 1400*. Coblenz: Landesarchivverwaltung Rheinland-Pfalz, 1989, actes n° 24, 28, 35, 41, 53 et 62.

SENONES, Richer de – *Richerii Gesta senoniensis ecclesiae*. Éd. Waitz, Georg. *MONUMENTA Germaniae Historica, Scriptores*, t. XXV, Hanovre: Hahn, 1880, pp. 249-345.

Instruments de travail:

GODEFROY, Frédéric – *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IXe au XVe siècle*. Paris: Librairie des Sciences et des Arts, 1937 [1880–1895] (10 vol).

REY, Alain (dir.) – *Le Grand Robert de langue française*. Paris: Le Robert, 2001, 6 vols.

TRÉSOR de la langue française. *Dictionnaire de la langue du XIXe et du XXe siècle (1789-1960)*. Paris: CNRS Édition et Gallimard, 1971-1994.

Études:

BARRIÈRE, Bernadette – *Atlas historique des villes de France. Limoges*. Talence-Paris: CNRS Éditions, 1983.

BENNER, Sonja; REVERCHON Alexander – “Juden und Herrschaft. Die Champagne von 11. bis 14. Jahrhundert”. In CLUSE Christoph; HAVERKAMP, Alfred; YUVAL, Israel J. (éds.) – *Jüdische Gemeinde und ihr christlicher Kontext in kulturträumlicher vergleichender Betrachtung von der Spätantike bis zum 18. Jahrhundert*, Hanovre: Hahn, 2002 (Forschungen zur Geschichte der Juden, A 14), pp. 151-213.

BOISSELLIER Stéphane – “De la différenciation sociale à la minoration en passant par les régulations, quelques propositions”. In BOISSELLIER Stéphane; CLÉMENT François; TOLAN John (éds.) – *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010, pp. 15-48.

CAILLEAUX, Christophe – “Chrétiens, juifs et musulmans dans l'Espagne médiévale. La *convivencia* et autres mythes historiographiques”, *Cahiers de la Méditerranée* 86 (2013), pp. 257-271.

COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017.

COULET, Noël – “Les juifs de Provence au Moyen Age: entre intégration et exclusion (XIIIe–XVe siècle)”. In AUDISIO, Gabriel (dir.) – *Religion et exclusion*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 2001, pp. 143-160.

DENJEAN, Claude – *Identités juives entre ancrages et passages en Catalogne, du XIIIe au XVe siècle*. Paris-Louvain: Peeters, 2015.

EPELBAUM, Dina – “Die Wandmalereien im Haus ‘Zum Brunnenhof’, Zürich. Ein Beispiel jüdischer Kunst aus dem 14. Jahrhunderts, im Spannungsfeld zwischen Adaptation und Abgrenzung”, *Judaica* (Basel), 4 (2002), pp. 261–280.

ESQUIEU, Yves – *Les quartiers canoniaux des chanoines dans la France Méridionale*, Toulouse: Université Toulouse 2, 1986. PhD Thesis.

ESQUIEU, Yves – *Quartier cathédral: une cité dans la ville*. Paris: Desclée De Brouwer, 1994.

FRAY, Jean-Luc; PAULY, Michel; PINHEIRO, Magda; SCHEUTZ, Martin (éds.) – *Urban Spaces and the Complexity of Cities*. Köln-Wien: Böhlau Verlag, 2018 (Städteforschung, A 97).

GAILLARD, Hervé; MOUSSET, Hélène – *Atlas historique des villes de France. Périgieux*, 2 vols. et une planche cartographique. Pessac: Ausonius, 2018.

GANZ, Peter. F.; NORMAN, Frederick; SCHWARZ, W. (éds.) – *Dukus Horant*. Tübingen: Niemeyer, 1964.

GONTHIER, Nicole (dir.) – *L'exclusion au Moyen Age. Actes du Colloque international organisé les 26 et 27 mai 2005*. Lyon: Université Jean Moulin-Lyon 3, 2007.

GOUJON, Pierre (dir.) – *Histoire de Mâcon*. Toulouse: Privat, 2000.

GRÉLOIS, Emmanuel – *Territorium civitatis: l'emprise de l'Église sur une cité, Clermont au XIIIe siècle*. PhD, Université Paris I Panthéon-Sorbonne, 2003, 4 vols. (inédite).

HAVERKAMP Alfred – *Aufbruch und Gestaltung. Deutschland 1056-1273*. Munich: Beck Verlag, 1993 (Neue Deutsche Geschichte, t. 2).

HAVERKAMP, Alfred – “«Concivitas» von Christen und Juden in Aschkenas im Mittelalter”. In JÜTTE Robert; KUSTERMAN Abraham P., (éds.) – *Jüdische Gemeinden und Organisationsformen von der Antike bis zur Gegenwart*. Vienne-

Cologne-Weimar: Böhlau Verlag, 1996, pp. 103-136 (Aschkenaz. Zeitschrift für Geschichte und Kultur der Juden. Beihefte, 3).

HAVERKAMP, Alfred – “Zur Siedlungs- und Migrationsgeschichte der Juden in den deutschen Altsiedelländern während des Mittelalters“. In MATHEUS; Michael (dir.) – *Juden in Deutschland*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1995, pp. 9-32 (Mainzer Vorträge, 1).

IANCU-AGOU, Danièle – *Provincia Judaica. Dictionnaire de géographie historique des juifs en Provence médiévale*. Paris-Louvain: Peeters, 2010.

IRSIGLER, Franz – “Weinstädte an der Mosel im Mittelalter“. In OPPL, Ferdinand (dir.) – *Stadt und Wein*. Linz: Österreichisches Arbeitskreis für Stadtgeschichtsforschung, 1996, pp. 165-179.

JAEGER, Achim – *Ein jüdischer Artusritter, Studien zum jüdisch-deutschen «Widuwilt» («Artushof») und zum «Wigalois» des Wirnt von Gravenberg*. Tübingen: Max Niemeyer, 2000 (*Conditio judaica*, Studien und Quellen zur deutsch-jüdischen Literatur- und Kulturgeschichte, 32).

NAHON Gérard – “L’archéologie juive de la France médiévale”, *Archéologie médiévale*, tome V (1975).

PEŁECH Tomasz – *The Image of the Enemy-Infidel in the Relations of Eyewitnesses and Participants of the First Crusade: The Case of Muslims*. Thèse de doctorat en cotutelle internationale sous la dir. des Pr. Stanisław ROSIK (Université de Wrocław) et Jean-Luc FRAY (Université Clermont Auvergne), en cours.

PÉROUAS, Louis (dir.) – *Histoire de Limoges*. Toulouse: Privat, 1989.

SCHWARZFUCHS, Simon – *Kompetenzen der jüdischen Gemeinden im Mittelalter* (conférence tenue devant l’Université de Trèves le 15 février 1990).

SCHWARZFUCHS, Simon; FRAY, Jean-Luc – *Présence juive en Alsace et en Lorraine médiévales. Dictionnaire de géographie historique*. 2^e éd., Paris: Cerf, 2015, pp. 241-242.

SIBON, Juliette – *Les juifs de Marseille au XIV^e siècle*. Paris: Cerf, 2011.

The NORTH French Miscellany (British Library MS. Add. 11,639): Studies of the Manuscript and Its Illumination. London: The British Library, 1996.

TIMM, Erika – “The Early History of the Yiddish Language”. In CLUSE, Christoph (dir.) – *The Jews of Europe in the Middle Age (tenth to fifteenth centuries)*. Turnhout: Brepols, 2004, pp. 353-364.

TOCH, Michael – “Jewish Migrations to, within and from Medieval Germany”, *Le Migrazione in Europa (secc. XIII–XVIII°)*, (= XXVa Settimane di Studio dell’Istituto Internazionale di Storia Economica “Federico Datini”), Prato, 1994.

ZIWES, Franz-Joseph – *Studien zur Geschichte der Juden im Mittleren Rheingebiet während des hohen und späten Mittelalters*. Hanovre: Hahn, 1995.

Judeus e muçulmanos no espaço urbano: *inclusões, exclusões e interações*

Maria Filomena Lopes de Barros¹

Resumo

Inclusões, exclusões e interações entre os membros dos três credos definem uma perspetiva identitária de judeus e muçulmanos no Reino português, naturalmente mutável ao longo dos tempos. Entre o aparato legislativo do poder cristão e uma pragmática vivência quotidiana nos centros urbanos, joga-se uma complexa teia de relações, apenas possível de examinar através de uma visão global da problemática. De facto, as distintas dimensões deste relacionamento participam de díspares escalas de análise, por vezes, aparentemente contraditórias, mas que participam de uma mesma realidade sociológica que caracteriza o medievo ibérico.

Palavras-chave

Judeus; muçulmanos; inclusão; exclusão; interação.

Jews and Muslims in urban space: inclusions, exclusions and interactions

Abstract

Inclusions, exclusions and interactions among the members of the three creeds define an identity perspective of Jews and Muslims in the Portuguese

¹ Universidade de Évora / CIDEHUS.

Kingdom, naturally changeable over time. Between the legislative apparatus of Christian power and a pragmatic daily life in urban centers, a complex web of relationships is played, only possible to examine through a global vision of the problematic. In fact, the different dimensions of this relationship participate in disparate scales of analysis, sometimes seemingly contradictory, but which participate in the same sociological reality that characterizes Medieval Iberia.

Keywords

Jews; Muslims; inclusion; exclusion; interaction.

Incluir, excluir e interagir constituem-se como marcadores passíveis de enquadrar a análise das relações entre os três grupos étnico-religiosos do reino português medieval - cristãos, judeus e muçulmanos - como, de resto, do conjunto da Península Ibérica. De facto, se a exclusão parece por vezes surgir como o termo mais aplicado por alguma produção historiográfica, tal deve-se a uma perspetiva centrada sobretudo no feito legislativo, ignorando quer as interações do quotidiano, quer a mais básica questão que é, de facto, a primordial inclusão dos grupos minoritário na tessitura social e política dos reinos ibéricos, desde a sua origem. Numa primeira fase da conquista territorial cristã é, indubitavelmente, a integração destes grupos o que se pretende alcançar, legitimando-os e enquadrando-os numa estrutura comunal, progressivamente paralela à concelhia, com as suas autoridades própria e o seu particular direito, se bem que submetido à legislação geral do reino.

A estruturação de uma *respublica christiana*, sob a égide do papado, no seu intento de homogeneização identitária, marginaliza progressivamente o outro, enquanto subsidiário e inferior à maioria cristã. As exclusões participam, de forma gradativa, da legislação dos reinos medievais, sobretudo a partir da centúria trecentista, refletindo as normas canónicas que, desde logo, marcam também a construção de uma ideologia, nomeadamente monárquica. Se, numa primeira fase, os reis são os *naturais* protetores de judeus e muçulmanos, a ansiedade pela diferença evolutivamente se impõe, confluindo, no século XV, com uma série de medidas, de facto exclusoras da própria presença legitimada das minorias: em 1492, são os Reis Católicos que obrigam à conversão ou à saída forçada dos judeus dos seus reinos; em 1496 é o rei D. Manuel que replica esta medida, mas atinente, desta feita, a ambas as minorias, concedendo a muçulmanos e judeus um período de dez meses (de inícios de dezembro de 1496 a finais de outubro de 1497) para concretizar o respetivo êxodo.

Entre os dois momentos – o da formação dos reinos ibéricos e o da conversão

forçada/expulsão – a sociologia medieva participa de uma constante interação entre os membros dos três credos. Com efeito, a vivência quotidiana dos centros urbanos, onde se estabelecem as comunas, assim o determina, perspetivando uma complementaridade, também a nível económico, que, em grande medida, contraria as normas de estrita separação entre as diferentes comunidades.

Inclusões, exclusões e interações pautam, pois, este texto numa perspetiva de correlação e dependência entre os conceitos, quer na sociedade medieva quer na coetânea: não existe inclusão sem exclusão, e ambos participam, em qualquer caso, de interações várias. A conexão entre grupos é sempre complexa, as relações heterogêneas e hierárquicas (neste caso concreto, com o predomínio cristão) mas também mútuas, embora desiguais (judeus e muçulmanos influem também na sociologia cristã, embora a um nível menos marcante do movimento simétrico). Neste sentido, de resto, um conceito mais abrangente, o de *entrelaçamento* (*entanglement*)², diretamente remete para essa complexa relação mútua, que pauta as próprias expressões identitárias ao longo do tempo.

Judeus e muçulmanos participam, ainda, de uma outra relação assimétrica sob o ponto de vista heurística – o de um discurso mediado, por uma documentação esmagadoramente produzida pelos poderes cristãos. De facto, a uma sistémica produção escrituralista destes últimos (expressa em latim e em romance), contrapõe-se uma residual expressão escrita das próprias comunidades (em hebraico, árabe, aljamiado ou romance). A narratividade histórica submete-se, pois, a um exercício de poder pautado pela escrita, enquanto apreensão política (no seu sentido mais lato) do feito islâmico e judaico. O édito de expulsão/conversão forçada destas minorias marca uma memória coletiva exclusora da sua produção documental, se não ideologicamente perturbante, pelo menos conspicuamente dispensável.

1. Inclusões.

A formação dos reinos peninsulares integra, desde a sua formação e ao longo do seu avanço territorial, comunidades organizadas de judeus e muçulmanos – as comunas, do reino português, do étimo latino, as aljamas, nos demais reinos peninsulares, do étimo árabe. Para os muçulmanos registam-se os respetivos documentos fundadores, as cartas de foral doadas pelo monarca, datando a primeira, dirigida aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal, de março de 1170. As demais detetadas (Algarve, Évora e Moura) enquadram-se já na segunda metade do século

² Para o conceito de *entanglement* (“entrelaçamento”) aplicado às complexas relações entre judeus e cristãos ver: BAUMGARTEN, Elisheva, *et alii* – “Introduction”, in BAUMGARTEN, Elisheva, *et alii* (eds.) – *Entangled Histories. Knowledge, Authority and Jewish Culture in the Thirteenth Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, pp. 1-20.

XIII e inícios do XIV, relevando para um sistemático processo de organização territorial, posterior à conquista do território³.

O clausulado das cartas de foral é, relativamente, sintético. Dividido em duas partes, consigna-se, na primeira, a proteção régia e o princípio de autonomia, que impedia cristãos e judeus de ter qualquer poder sobre os muçulmanos, cabendo ao alcaide, eleito pela comunidade, a respetiva jurisdição; a segunda (justamente iniciada por “*et hoc facio ut*”, ou seja, “e isto faço para que”) estabelece a carga fiscal e os serviços exigidos em contrapartida, baseados no direito islâmico⁴.

Para os judeus não foi encontrado qualquer simétrico documento matricial de legitimação das respetivas comunas⁵. De facto, para eles não haveria uma necessidade tão premente de enquadrar legalmente a sua organização interna: não eram, como os muçulmanos, grupos residuais do que fora a maioria, e o inimigo bélico no território entretanto conquistado; não apresentavam, como aqueles, o risco de desertar para zonas islâmicas. Ao contrário, os judeus, constituem-se como uma minoria já estabelecida e, previsivelmente, organizada desde uma fase matricial, anterior à própria conquista do território⁶, e, como tal, aproveitada nas tarefas de colonização⁷ e de mediação cultural e política⁸. Como quer que seja, também a população judaica se enquadra legalmente nas comunas, entidades administrativas com os seus órgãos próprios que se territorializam, como as dos muçulmanos, nos centros urbanos.

Este inexorável processo de enquadramento político e fiscal do feito comunal, que parece mais precoce para muçulmanos do que para judeus, não se revela, contudo, estático. A um período formativo, que se estende *grosso* modo para ambas as minorias até ao início do século XIV, segue-se um outro de evolução do fenómeno comunal, com diferenças acentuadas entre ambas. Para os judeus, o crescimento demográfico da Baixa Idade Média, implica uma constante reformulação dessas entidades administrativas, com o aparecimento de novas comunidades, organizadas em função da autoridade dos rabis. A expressividade deste fenómeno, para o território

³ BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoridade Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, pp. 45-46.

⁴ BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e Espaços de Mouros...*, pp. 41 e 52.

⁵ Apenas a partir da chancelaria de D. Pedro I se verifica uma expressa apreensão régia do feito comunal através da confirmação dos privilégios das comunas judaicas. FERRO, Maria José – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979, p. 20. A primeira designação de “comum /comunas” (na sua forma “comunes”) parece corresponder apenas ao reinado de D. Dinis (16-IX-1316) – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3, fls. 104-105 – o que não implica, contudo, a inexistência de documentação régia anterior dirigida aos judeus de várias localidades – cf. FERRO, Maria José – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 20.

⁶ Cf. BAER, Ytzhak – *A History of the Jews in Christian Spain*. Vol. 1. Skokie, Illinois: Varda Books, 2001, p. 112.

⁷ Cf. BAER, Ytzhak – *A History of the Jews...*, vol. 1, pp. 56-57 e 140-141.

⁸ Cf., por exemplo, BAER, Ytzhak – *A History of the Jews...*, vol. 1, p. 158 e SUAREZ FERNANDEZ, Luis – *Judíos Españoles en la Edad Media*. Madrid: Ed. RIALP, 1980, p. 145.

português, materializa-se principalmente em três momentos chaves, envolvendo as coroas de Castela e de Aragão: as perseguições de 1391, a criação da Inquisição em Sevilha, em 1480, e a expulsão geral, de 1492⁹. Assim, Maria José Tavares identifica a quintuplicação das comunidades judaicas, que de cerca de 30 passaram para 150 no período compreendido finais de trezentos e o decreto de expulsão/conversão de 1496¹⁰. Os muçulmanos, por seu lado, experienciam uma realidade oposta, com o desaparecimento de algumas destas entidades administrativas, sobretudo evidente no século XV. O decréscimo populacional implica um abandono dessas estruturas, já não viáveis para uma comunidade demograficamente depauperada. Vetor que não implica a descontinuidade de uma vivência muçulmana comunitária, mas tão somente de uma vivência autónoma, em função das suas autoridades e leis próprias.

Os espaços determinam, igualmente, uma outra disparidade: se as comunidades judaicas se estendem em toda a dimensão territorial do reino, com particular incidência nas zonas de fronteira com Castela, já as muçulmanas se estruturam, apenas, num Sul *latu sensu*, delimitado pela linha do Tejo. As condições de integração de ambos os grupos são, como já referido, dissemelhantes. O processo de conquista do território implica a incorporação de muçulmanos cativos (*mauri*) numa corrente migratória que conflui para Norte, chegando, mesmo, para além Pirenéus, ao Sul de França, onde o *mouro* ou o *sarraceno* se transforma, igualmente, num bem relativamente comum¹¹. Progressivamente, contudo, nessa zona Norte, o cativo *mouro*, transforma-se em livre e cristão, acomoda-se a uma realidade rural, firma-se numa sociabilidade enquadrada pelas estruturas paroquiais. O indivíduo, enquanto tal, subordina-se (consciente ou inconscientemente) aos parâmetros do grupo maioritário pré-existente e acaba por neles se diluir. A fluidez de uma identidade islâmica esbate-se totalmente após algumas gerações, face à inexistência de condições, materiais e humanas, para uma formalizada reprodução social¹².

A institucionalização das comunas de muçulmanos livres (*forros*) no Sul integra, diferenciando. A ênfase deste processo remete não para o indivíduo, mas sim para a comunidade pois, apenas num contexto plural se poderá responder com eficácia às necessidades decorrentes da afirmação dos poderes cristãos. Somente esta apreensão da alteridade, enquanto fenómeno juridicamente reconhecido e plasmado na escrita,

⁹ Cf. sobre a mobilidade dos judeus, nomeadamente para Portugal: CASTAÑO, Javier – “The Peninsula as a borderless space: towards a mobility ‘turn’ in the study of fifteenth-century Iberian Jewries”. In BUC, Philippe; KEIL, Martha; TOLAN, John (eds.) – *Jews and Christian in Medieval Europe: The Historiographical Legacy of Bernhard Blumenkranz*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 315-332.

¹⁰ TAVARES, Maria José Ferro – “Linhas de Força da História dos judeus em Portugal das origens à atualidade”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Series III 6 (1993), p. 450.

¹¹ ARKOUN, Mohammed (dir.) – *Histoire de l'Islam et des musulmans en France du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Éditions Albin Michel, 2006, pp. 74-78.

¹² BARROS, Maria Filomena Lopes de – “Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer”. In *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 40-41.

redime o feito islâmico para o universo político e social do reino português. Processo que prosseguirá, em períodos mais tardios, adensando a concentração muçulmana comunal com a passagem do cativo para a liberdade, propiciada por essas mesmas estruturas administrativas.

As comunas incluem, pois, judeus e muçulmanos num tessitura social legitimada, assim como no contexto de comunicação política do reino português. Com diferenças, porém, relativamente à sua estruturação formal: para os judeus, o epicentro do feito comunal é o seu rabi-mor. Nomeado pelo rei, este funcionário superior é um cortesão “da estrita confiança dos monarcas, geralmente seu físico, rendeiro ou gestor das finanças do reino, quer nas funções de almoxarife mor do reino ou de tesoureiro mor do reino”¹³, com uma ampla gama de atribuições¹⁴. Em contraste, à minoria muçulmana falta uma autoridade similar, embora a figura paralela do *alcayde mayor* marque os reinos de Castela e Aragão, a partir do século XIV¹⁵. Não obstante, em carta emitida a 23 de julho de 1468, D. Afonso V, a pedido de seu sobrinho, D. Fernando, conde de Guimarães, e invocando dissensões internas, extingue esse mesmo arrabiado-mor, fragmentando algumas das suas competências noutros cargos então criados¹⁶.

Em qualquer caso, as comunas configuram a integração das comunidades judias e muçulmanas no feito político e, inerentemente, negocial. Através dos seus magistrados supremos, o alcaide, para os muçulmanos, os rabis (em número de dois, nas principais comunidades judaicas, cuja confirmação compete ao rabi-mor), o conjunto de homens bons e o procurador, que participam da vereação da câmara, dirimem-se conflitos sobre os direitos comuns que os concelhos pretendem usurpar, negociam-se bases de entendimento com esses mesmos municípios, apela-se ao monarca, ora para resolver conflitos internos ora para a concessão ou, contrariamente, a cessação de privilégios, enfim, vivencia-se um circuito de comunicação política comum ao das demais instituições do Reino. Refira-se, como exemplo desta capacidade negocial, o caso da comuna muçulmana de Faro que, em 1404, apela ao

¹³ TAVARES, Maria José Ferro – “Linhas de Força...”, p. 449. Sobre este cargo, extinto em 1468, veja-se, ainda: TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no séc. XV*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 115-118.

¹⁴ Receber as apelações, cíveis ou crime, dos rabis das comunas, podendo depois deste processo, passarem ainda para o rei (de resto, os casos crime acabam sempre, na centúria quatrocentista, nos tribunais centrais); corrigir os desmandos das autoridades comunais e fiscalizar a sua atuação; inquirir e zelar pelos bens dos órfãos; convocar as comunas para assembleias gerais, a pedido do monarca, em geral, para responder ao pagamento de serviços, pedidos e empréstimos; confirmar as eleições dos oficiais comunais, nomeadamente dos rabis; zelar superiormente pelos edifícios públicos e ruas das judiarias; prover o ensino e a religião dos seus correligionários, assegurando que as comunas tivessem responsáveis religiosos (capelães) e letrados, ou seja, especialistas no direito talmúdico – Cf., para todos estes aspetos, TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no séc. XV...*, Vol. 1, pp. 107-115.

¹⁵ Cf. Echevarría Arsuaga, Ana – “De cadi a alcalde mayor. La elite judicial mudéjar en el siglo XV” (I and II). *Al-Qantara* XXIV, 1 (2003), pp. 139-168; XXIV, 2, pp. 273-290.

¹⁶ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no séc. XV...*, Vol. 1, pp. 114 -115.

soberano contra as novas posturas do concelho que compeliavam os muçulmanos a guardar os domingos, não lhes sendo possível, pois, trabalhar nesses dias. Alegando que não tinham ficado na terra na condição “de guardar os dictos domingos nem festas” e que, por essa razão, alguns haviam fugido já para Além-Mar, a comuna solicita a reposição do seu direito, o que lhes é outorgado pelo soberano - ressaltando, contudo, que não trabalhassem nesses dias santos e domingos, em casa de cristãos nem nos seus herdamentos, salvo se os tivessem arrendado, aforado ou emprazado¹⁷. A comuna de Faro obtém, assim, os objetivos a que se propunha, negociando com o monarca contra a atuação política do concelho, o qual não consegue vingar nos seus pretendidos desidérios de imposição de uma vivência temporal cristianizada sobre os muçulmanos da cidade.

2. Exclusões.

A inclusão no contexto de comunicação política, contudo, é complementada por exclusões legislativas, advindas da própria evolução do direito canónico, que particularmente marcam a centúria quatrocentista. A construção da *respublica christiana* necessariamente estabelece fronteiras entre os cristãos e o *outro*, numa conceção da alteridade que objetiva excluir esses *infieis* do corpo dos crentes. A legislação dos reinos cristãos concretizará as medidas correspondentes.

Um dos pontos fulcrais deste processo passa pelo 4º Concílio de Latrão (1215), que, no cânon 68, apela a uma diferenciação, pela perceção visual de imediata identificação da alteridade. O discurso refere que, “em certas províncias”, judeus e sarracenos, distinguem-se dos cristãos pelo respetivo vestuário, mas noutras reina a confusão. Por esta razão e “por equívoco”, os cristãos unem-se a mulheres judias ou sarracenas, e os elementos das minorias a mulheres cristãs. Para evitar essas uniões reprováveis (*dampnate commixitionis*) é determinado que, em toda “a província dos cristãos, e em todo o tempo”, tais pessoas de um e de outro sexo, se distingam publicamente dos cristãos pelo vestuário¹⁸.

A execução desta normativa varia em função dos diversos contextos europeus. Logo em 1218 (III-20) por ordem do rei Henrique IV (então uma criança de 11 anos) os judeus ingleses foram coagidos a usar no peito, sobre as vestes exteriores, dois emblemas, em forma de retângulo branco, na primeira medida europeia de adoção

¹⁷ O diploma, de 1404-III-3, será confirmado posteriormente por D. João II (1486-I-5) – ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 6, fls. 146 v-147.

¹⁸ FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico de Judeus e Mouros na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006, p. 146; Gregório IX, *Decretalium compilatio*. Intratext Edition, Livro V, Cap. XV- http://www.intratext.com/ixt/lat0833/_P18U.HTM [consultado a 29 de junho de 2019].

dessas diretivas¹⁹. No reino português, o processo revela-se mais longo e complexo. A importância das comunidades judaicas envolve uma estruturação diretamente ligada ao poder régio, através da figura do rabi-mor. Desta circunstância emerge o que parece ser uma prolongada resistência régia à imposição do sinal sobre os seus súbditos de fé judaica, objeto de interpelação das autoridades eclesiásticas ao monarca. Assim, nos 43 artigos apresentados pelo clero contra Afonso III, ao papa Clemente IV, esta problemática é enunciada, acusando-se, entre outras coisas, o soberano de não compelir os judeus ao uso do sinal distintivo²⁰, argumento repetido no reinado de D. Dinis, na concordata de 1289²¹. Apenas com D. Afonso IV (1325-1357) parecem surgir as primeiras referências ao carácter obrigatório dessa prática²², assim como da imposição de vestuário específico para os muçulmanos²³ - ou seja, mais de um século depois do cânon introduzido pelo IV Concílio de Latrão. Não obstante, a medida parece tardar a generalizar-se, possivelmente por resistência das próprias comunidades, pelo menos do que se depreende do discurso dos representantes populares em Cortes. Por outro lado, o privilégio de isenção do uso do sinal pelos judeus constitui-se como prerrogativa régia, que o monarca não se exime de esgrimir²⁴. As elites urbanas traduzem repetidamente o seu descontentamento acerca desta situação, tornando-se as mais ferventes apologistas de um direito canónico cuja ideologia largamente coincide com os seus interesses concorrências e hegemónicos face às duas minorias²⁵.

A argumentação popular é invocada, em 1391, por D. João I, para modificar a lei, “porque lhe foi dito per alguns do seu Povo em Cortes” que a maior parte dos judeus dos seus senhorios traziam sinais muito pequenos e de diferentes formas, ou descosidos ou tão em baixo, que não se podiam ver, cobrindo-os muitas vezes, pelo que não se distinguiam dos cristãos “o que era grande perigo e dano ao Povo”. O monarca, face a essas alegações, determina a aposição de sinais vermelhos hexagonais “no peito acima da boca do estômago... tão grandes, como o seu [do rei] selo redondo” e bem visíveis por sobre o vestuário exterior. A pena para o que o não

¹⁹ TOLAN, John – “The first imposition of a badge on European Jews: the English royal mandate of 1218”. In PRATT, Douglas, et alii (eds.) – *The Character of Christian-Muslim Encounter*. Leiden-Boston: Brill, 2015, pp. 145-166.

²⁰ Cf. FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico...*, p. 247.

²¹ FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico...*, p. 248

²² TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 65.

²³ Num poema, atribuído ao trovador Afonso Giraldes, sobre Afonso IV, refere-se que este “fez bem aos criados seus / e grão honra aos privados / e fez a todos os judeus / trazer sinaes divisados / e os mouros almexias / que os pudessem conhecer” - Apud MACEDO, José Rivair – “Os sinais da infâmia e o vestuário dos mouros em Portugal nos séculos XIV e XV”. *Bucema. Bulletin du centre d'études médiévales* [En ligne], Hors-série 2, (2008) <https://journals.openedition.org/cem/9852> [consultado em 29 de junho de 2019].

²⁴ Cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, pp. 65-66; TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. II, Quadro nº 9, pp. 780-828.

²⁵ É o caso, por exemplo, ainda no séc. XIV, das Cortes de Lisboa de 1371 e das de Coimbra, de 1385. TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, pp. 65-66.

trouxesse ou de qualquer forma, violasse esta disposição, seria a perca do respetivo vestuário e a prisão²⁶.

Diferentemente se configura a problemática da distinção vestimentária para a minoria muçulmana. De facto, para a sociedade medieva o símbolo mais visível e tangível da fronteira interconfessional começa-se a projetar na própria corporalidade, enquanto fator social e socializante ou seja, através da expressão do vestuário²⁷. Nesta comunicação visual e simbólica, a presença de códigos e a correspondência quase imediata entre o referente e o signo, identifica em tanto que materializa uma hierarquização propugnada pela lei canónica e potenciada pelo direito comum. Mas, se para a comunidade judaica se trata de uma imposição humilhante de um signo exterior, já para os muçulmanos ela parece advir de parâmetros identitários, que se materializam no designado *traje de mouros*. Neste sentido, de resto, os discursos sobre esta problemática jogam-se entre diferentes protagonistas: relativamente aos judeus, entre os representantes populares, as hierarquias eclesiásticas e o rei; para os muçulmanos, num diálogo direto com o monarca, enquanto negociadores da sua própria exteriorização identitária. É com D. Pedro I, que as negociações sobre esta particular problemática se começam a inscrever nas fontes escritas²⁸. Os muçulmanos da comuna de Moura protestam, em 1359, não poderem executar as suas tarefas com as aljubas que o monarca ordenara a todos os mouros do seu senhorio, tanto mais quanto as mangas deveriam ter dois palmos de largura. O soberano autoriza que estas pudessem ser menos largas, mas confirma a determinação da obrigatoriedade das aljubas ou albornozes, “de qualquer pano segundo as pessoas forem”, com “quartos diante nos peitos” sobre todos os trajes, “de guisa que sejam conhecidos por mouros”. Uma cedência, contudo, é introduzida nesta norma, sendo-lhes autorizado tirar esses mantos quando chegassem ao local de trabalho e enquanto aí laborassem²⁹.

A negociação sobre a largura das mangas revela-se extremamente significativa, tanto mais quanto se repetirá em normas posteriores, testemunhando uma legislação progressivamente mais lesiva de uma construída e projetada imagem da alteridade. De facto, consubstancia um vetor inibidor e obstaculizante da relação do corpo com o mundo percetivo envolvente, condicionador, por si só, de uma expressão gestual diferenciada e de uma postura própria nas atividades quotidianas (sobretudo evidente quando em conjunto com cristãos), nomeadamente pela questão da

²⁶ *Ordenações Afonsinas*. Edição de Martim de ALBUQUERQUE. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, vol. II, tit. LXXXVI, pp. 499-501. É esta a configuração do sinal que enverga o judeu, dos Painéis de S. Vicente.

²⁷ Aspeto que não é, de qualquer modo, particular à sociedade medieva cristã.

²⁸ Sobre esta problemática ver: MACEDO, José Rivair – “Os sinais da infâmia...”; BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e Espaços de Mouros...*, pp. 182-194.

²⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367)*. Edição de A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984, doc. 360, p. 143.

acessibilidade aos objetos. Se não existem elementos concretos de que as almexias ou aljubas mencionadas corresponderem já a uma particularidade vestimentária do grupo, pode-se deduzir esta conotação pela própria origem árabe dos termos e pela comparação com o vestuário utilizado no período islâmico. De resto, será esta a percepção adotada pela própria minoria em Portugal, nas posteriores negociações com o monarca, invocando o seu costume próprio e o paralelismo com a *Terra de Mouros*, contra as novas determinações que envolvem, de qualquer modo, a transformação do vestuário, ou os conflitos por ele gerados.

Em 1436, o rei D. Duarte irá servir de mediador entre os muçulmanos de Lisboa e o alcaide-pequeno da cidade, que os proibira de envergar albornozes, contra, referem, os seus bons usos e costumes, que sempre usaram, e, para mais, sendo os referidos mantos, traje “usado e costumado em Terra de Mouros”. O monarca decide a seu favor, porque, afirma, esse vestuário era completamente distinto do dos cristãos e o sempre assim trouxeram. O texto, inserto nas *Ordenações Afonsinas*, irá servir de base para a lei geral de D. Afonso V, aplicável a todos os mouros forros do Reino, que especifica as indumentárias obrigatórias aos membros desta minoria: aljubas com aljubetes, como sempre utilizaram, mas com mangas tão largas “que possam revolver em cada uma delas uma alda de medir pano”; os albornozes deveriam ser fechados e cosidos, com os seus escapulários; quando envergassem balandraus ou capuzes, deveriam também trazer escapulários detrás, como sempre o haviam feito. Qualquer infração acarretaria, como no caso dos judeus, a perda da roupa e a prisão³⁰.

Sublinhe-se, com esta ordenação, a reiterada proposição do carácter exterior destes capas, em que implicitamente se projetam as regras canónicas do Islão, postulando que as roupas não deveriam ser justas, nem moldar os contornos do corpo, que se materializam nessas túnicas largas (a aljuba, o balandrau, e o albornoz), e no revestimento da cabeça (o *escapulário* que, neste contexto concreto, parece remeter para os capuzes adscritos aos mantos). E se a aljuba se perfila, igualmente, como traje adotado pelos cristãos³¹, o vetor de discriminação e de subalternização desta minoria não será obliterado, refletindo-se, uma vez mais, na largura exagerada das mangas – numa manipulação conscientemente assumida do traje identitário destes muçulmanos.

De resto, a tendência ao longo deste período será o do progressivo enclausuramento da corporalidade de judeus e muçulmanos, em roupa fechada, como se refere, no caso concreto desta ordenação, relativamente aos albornozes. Do facto, se queixam, uma vez mais, os mouros de Lisboa, a D. Afonso V, em 1454, referindo que, contra seu costume, eram obrigados a usar as capas todas cosidas

³⁰ *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I...*, pp. 538-539.

³¹ Cf. A. H. de Oliveira MARQUES – “O traje”, in *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974, fig. 31.

e cerradas por diante, o que as tornava muito pesadas para trabalhar. O monarca concede que as mesmas poderão ser abertas na parte da frente, com seus “capelos de capuz”³². No entanto, esta situação será revista pelo seu sucessor, D. João II, respondendo à intervenção dos representantes populares nas Cortes de Évora-Viana de Alvito, de 1482. “Parece ao povo”, argumentam esses procuradores, que mouros e judeus, assim como as suas mulheres, deveriam, em sinais e trajes, andar “como antigamente andavam”, sendo passíveis do reconhecimento público. Protestam, ainda contra os sinais exteriores de riqueza dos judeus (a que se junta o que parece constituir a objeção principal da sua argumentação, “E pior ainda é serem rendeiros”), invocando a “danada dissolução entre os judeus, mouros e cristãos assim no viver como nos trajes”. A expressão diretamente traduz a *dampnate commixitionis* do Cânon 68 do IV Concílio de Latrão, numa invocação que parece premeditada. Como quer que seja, o soberano reitera, entre outras disposições, que judeus e muçulmanos tragam os seus trajes exteriores fechados, no primeiro caso com o sinal distintivo já mencionado, no segundo, com a possibilidade de os levarem abertos, mas, nessa circunstância, com a aposição de uma lua vermelha sobre o ombro³³.

O corpo exclui, pois, propugnando-se uma alteridade encerrada, finalmente, numa controlada expressão vestimentária que, pese à contestação dos muçulmanos, acaba por se impor no último quartel do séc. XV, por pressão das oligarquias municipais. Não obstante, esta delimitação de fronteiras entre as minorias e a maioria cristã, alarga-se, ainda, envolvendo um progressivo e similar enclausuramento de judeus e mouros, desta feita em bairros próprios, nos centros urbanos, acompanhado por medidas de restrição à sua circulação no espaço público. De facto, há que excluir muçulmanos e judeus de uma área comum e pública, no acatamento das normas canónicas que preveem uma estrita separação entre os membros dos três credos³⁴.

A iniciativa destas medidas prende-se com os representantes populares em Cortes. Nas de Elvas, de 1361, estes solicitam a D. Pedro I a separação espacial de mouros e judeus, alegando o facto de estas viverem “misturados entre os cristãos” e fazerem “algumas cousas desordenadas de que os cristãos recebem escândalo e nojo”. O soberano determina que “nas vilas grandes” e noutros lugares onde houvesse mais de dez moradores, lhes fosse designado espaço separado para aí se instalarem,³⁵ numa medida que se transforma em ordenação geral do reino.³⁶ Não está em causa a existência prévia de mourarias e judiarias, numa prévia materialização urbana

³² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 119 v.

³³ ANTT, Núcleo Antigo, nº 118, fls. 172 v. – 173.

³⁴ Cf., por exemplo, relativamente aos judeus: Gregório IX, *Decretalium compilatio*, Livro V, Cap. VIII e Cap. XIII - http://www.intratext.com/ixt/lat0833/_P18N.HTM; P18S.HTM [consultado a 29 de junho de 2019]

³⁵ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357- 1367)*. Eds. A. H. de Oliveira MARQUES; Nuno José Pizarro DIAS. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, art. 40º, p. 52.

³⁶ *Ordenações Afonsinas...*, Livro 2, tit. CXII, p. 535.

da identidade confessional – a sua existência está comprovada para os principais centros urbanos do Reino. O que se transmuta, e irremediavelmente remete para a evolução sociológica da *Christianitas* ocidental, é o seu caráter obrigatório que, dando origem à formação de novos bairros, revela uma perceção progressivamente mais hierarquizada e estanque das comunidades étnico-religiosas, num decisivo intento de exclusão.

O controlo espacial postula-se, pois, como uma das prioridades dos representantes concelhios, enquanto objetivo comum que vai suscitando um discurso progressivamente mais reivindicativo. Da imposição de bairros segregados, evolui para a obrigatoriedade de mouros e judeus aí habitarem de forma absoluta, envolvendo mesmo a intromissão das competências régias, ao ser solicitado a cessação de privilégios aos judeus, que lhes permitem ultrapassar essas condicionantes. Aliás, estes constituir-se-ão, mais do que os muçulmanos, como o alvo das intenções concelhias, revelando as maiores aptidões sociais e económicas dessas comunidades (e, de resto, o seu maior peso demográfico, sobretudo após 1391), que diretamente as projetam como elemento concorrencial da maioria cristã³⁷.

Estas normas serão progressivamente complementadas. Em 1366, D. Pedro I estabelece a proibição de mulheres cristãs entrarem sozinhas na mouraria da cidade de Lisboa, definindo os caminhos que deveriam seguir para contornar o bairro. Ressalva, contudo, o caso das judiarias, em que poderiam penetrar, quando acompanhadas por dois homens cristãos, quando casadas, e por um, se viúvas ou solteiras. A pena para o judeu ou mouro que acolhesse qualquer mulher cristã em sua casa seria a morte. Esta legislação justificar-se-ia, de resto, pela denúncia de alguns homens-bons da cidade de que mulheres cristãs, “por azo e engano e arteirice do diabo” cometiam *pecado de fornizio* com homens de outra lei, especificando-se que essas infrações decorriam nos bairros dessas minorias (“nos arrabaldes onde moram os mouros como nas judiarias onde moram os judeus”)³⁸.

Esta formulação, que uma vez mais ideologicamente remete para a lei canónica, particulariza um elemento específico do repúdio dos contactos interconfessionais, o mais íntimo, que se prende com as relações sexuais mistas e que, como refere S. Barton, marca uma particular ansiedade coletiva, que progressivamente se impõe

³⁷ Cf. os capítulos gerais das Cortes de Coimbra, de 1390 – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro 1º de Cortes, fl. 66 -, das Cortes de Santarém-Leiria (1433) - SOUSA, Armindo – “As Cortes de Leiria-Santarém de 1433”, in *Estudos Medievais* 2, (1982), p. 122 -, nas Cortes de Santarém de 1468 e nas de Coimbra – Évora, de 1472-73 - SOUSA, Armindo – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, vol. II, p. 376, item 2 e p. 423, item 159.

³⁸ *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I...*, pp. 534-535.

nos séculos XII e XIII, em toda a Ibéria cristã.³⁹ O facto diretamente repercute na lei do Reino, consignando as *Ordenações Afonsinas*, a interdição de ajuntamento carnal de judeu ou mouro com cristã ou, inversamente, de cristão com moura ou judia, para o que se invoca a necessidade de guardar a *Lei de Deus* (referência ao cânon 68 do IV Concílio de Latrão, de 1215), “por serem gentes de Leys desvairadas, e de tal ajuntamento se poderia ligeiramente seguir cousa de grande desserviço ao Senhor Deus”. A pena correspondente seria a mais severa, a morte, excetuando-se, contudo, os casos em que a mulher era forçada ou ignorava que o seu parceiro era um membro das minorias, circunstâncias em que não sofreria penalidade alguma⁴⁰.

Outros elementos surgem, igualmente, no supramencionado diploma de 1366: a determinação de que, qualquer elemento minoritário apanhado fora do respetivo bairro depois do pôr-do-sol, seria açoitado “com pregão per essa cidade”; o enclausuramento da judiaria, com o encerramento das portas do Poço da Fotea e do Chancudo “que vai para a putaria” e, ainda, uma outra, junto com as casas “que foram da Palhavã”⁴¹. Estas medidas, aplicadas apenas para a cidade de Lisboa, parecem generalizar-se (ou ratificar-se) com D. João I, para o conjunto do Reino, numa ordenação geral que constrange ao fecho das portas das judiarias e mouraria ao toque das Trindades⁴².

3. Interações.

3.1. Concelhos e minorias.

As progressivas exclusões de um corpo social comum, através do vestuário, do controlo espacial, da circulação, e dos próprios contactos sexuais, não impede, contudo, por um lado, interações políticas entre concelhos e comunas ou entre concelhos e membros individualizados das minorias, por outro, uma constante transgressão das leis vigentes, pelas próprias necessidades decorrentes de um quotidiano multirreligioso ou, mesmo, por opções pessoais.

Refira-se, como exemplos do primeiro caso, uma interpelação que, em Évora, a 6 de novembro de 1382, o rabi Josefe Vivas, efetuou junto às autoridades concelhias, protestando contra o facto de os membros das minorias não poderem transitar de

³⁹ Esta ansiedade sobre a sexualidade interconfessional, derivando de uma complexidade de fatores, dever-se-á particularmente à “doutrina universalista da soberania eclesiástica, promovida pelo papado reformista” depois da segunda metade do séc. XI. Contudo, para muçulmanos e judeus essas fronteiras constituíam-se, também, como um mecanismo vital, pelo qual se preservava a própria estabilidade dessas mesmas comunidades - cf. BARTON, Simon - *Conquerors, Brides and Concubines. Interfaith Relations and Social Power in Medieval Iberia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015, pp.72-75.

⁴⁰ *Ordenações Afonsinas...*, livro V, tit. XXV, pp. 94-95.

⁴¹ *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I...*, pp. 534-535.

⁴² *Ordenações Afonsinas...*, livro II, tit. LXII, p. 356.

noite pelo espaço urbano, invocando que “os forçavam do costume que ante haviam”. As autoridades municipais, pese à lei de interdição dessa circulação depois do toque das Trindades, abrem uma exceção para os membros das duas minorias, desde que fossem físicos e boticários, ou doutro mester, de que os homens bons da cidade necessitassem, justificando a sua decisão pelo facto de judeus e mouros serem de “boa fama” e às vezes não puderem ser escusados dessas convocatórias depois do pôr-do-sol⁴³. Os interesses e as expectativas das elites da cidade sobrepõem-se, pois, à norma legislativa, em função da conveniência dos homens bons da urbe.

Esta interação política deveria ser comum entre os concelhos e as comunas, nas negociações pela partilha e gestão de um mesmo espaço, embora se revele particularmente lacónica na produção documental existente. A imersão do feito comunal no discurso e práticas concelhias, caracteriza, contudo, um caso excecional no contexto peninsular, o de Loulé, involucrando uma diferente perceção da alteridade, até ao momento nunca documentado para qualquer outro centro populacional ibérico. Ao longo do século XV, a realidade política do concelho extravasa a participação da maioria cristã, alargando-se às suas minorias, também convocadas a participar em decisões comuns. Embora tal se verifique apenas em algumas reuniões plenárias municipais, estas congregam o conjunto dos moradores, “juntos e chamados e requeridos per concelho apregoado”, como se verifica, pelo menos, em 7 de Abril e 14 de Julho 1402, em 10 de Junho de 1403, em 10 de Setembro e 14 e 28 de Outubro de 1487, e em 9 de Setembro de 1492. Nestas situações concretas, explicitamente se referem as duas minorias, não sendo de excluir que nas demais se verifique também a sua inclusão. Assim, as enunciações das atas destas vereações alargadas contemplam expressões como “e outros homes boons christãos e mouros e judeus”, “povo meudo e outrosy mouros e judeus”, “outros moitos homes boos e mouros e oficiaes de mouros e judeus”.

A categorização dos muçulmanos e judeus recai, de resto, nos parâmetros aplicados à demais população cristã. Refira-se, por exemplo, a sessão de 14 de Julho de 1402, em que a ata da reunião transmite uma rígida ordem hierárquica dos presentes naquela assembleia. Em primeiro lugar, são referidos os representantes do estrato superior (representados, entre outros, pelos cavaleiros João Gonçalves e Lopo Esteves de Sárria); depois, os vereadores e procurador, acrescentando-se a estes “outros muitos mais homens bons e cidadãos honrados da dita vila e outros muitos mouros e judeus”; finalmente, em último lugar, refere-se a presença “do povo miúdo e também mouros e judeus”⁴⁴. Os elementos minoritários perspetivam-se, pois, em

⁴³ BARROS, Maria Filomena Lopes de Barros, SILVA, Maria Leonor S. O. (eds.) – *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*. Évora: CIDEHUS-UE, 2012, pp. 118-119, e-book https://issuu.com/cidehus/docs/livro_posturas_22-07-14_final

⁴⁴ DUARTE, Luís Miguel (ed.) – *Actas de Vereação de Loulé (Séculos XIV-XV)*, separata de *Al-'ulya* 7. Loulé: Câmara Municipal, 1999/2000, pp. 99-102.

função do respetivo poder económico e social, quer no escalão dos *homens-bons*, quer no do *povo miúdo*. O que, uma vez mais, poderá indiciar que, nas reuniões concelhias em que não são referidos, implicitamente se considerem nessas taxonomias⁴⁵.

Em alguns casos as atas recolhem mesmo os nomes dos cidadãos participantes. Por exemplo, em 10 de Setembro de 1487, são referidos, entre os demais homens bons e sem qualquer alusão ao seu particular estatuto jurídico, os muçulmanos Adela Baboso, Pecim, Mele Zaaca e Çaide Franqueado e os judeus Isaque Rabim, Josef Osilho (ferreiro), Jacob Almale (alfaiate), Isaac Asseo, Belhamim (tosador) e Abraão Olhalvo (tecelão)⁴⁶ - apenas a onomástica os permite diferenciar da demais população cristã. Já em 9 de setembro de 1492, a menção a Ale Baboso e Adela Boanate é complementada pela designação de *mouros*, embora seja omissa qualquer referência para Abraão Parente, de facto judeu.⁴⁷ Sublinhe-se, ainda, que esta presença não se constitui apenas num plano simbólico e passivo, mas decorre de uma participação ativa nas decisões concelhias. Em 14 de Outubro de 1487, afere-se de uma votação em que a maioria escolheu prosseguir um pleito contra o fidalgo Nuno Barreto, expressando-se apenas dois votos em contrário, um dos quais o do muçulmano Adela Baboso.⁴⁸

De resto, as temáticas destas assembleias são heterogéneas, abordando tanto aspetos da vida institucional (eleição de oficiais municipais, processos do concelho contra outras autoridades, nomeadamente o bispo de Silves ou o fidalgo Nuno Barreto) como da vida económica (arrendamento do almargem de Bilhas, escoamento da fruta para o porto de Faro), não justificando *de per se* a necessidade de uma congregação excecional dos representantes dos diferentes grupos confessionais e políticos. Antes remete para um âmbito comum, o prol coletivo (ou, como é um enunciado num desses diplomas, o *proveito do dito Concelho*), numa perceção partilhada de vizinhança e, como tal, interpretada por todos os atores sociais, independentemente do seu credo religioso.

Mais especificamente se projetam estas interações com os municípios a nível individualizado, na satisfação dos seus imperativos económicos. Vários documentos dos concelhos meridionais testemunham a necessidade de integração de mouros ou judeus nas suas estruturas sociais, como resposta à debilidade populacional de um sul, ainda no rescaldo da crise do século anterior. A rarefação de oficiais mecânicos determina as solicitações à Coroa por estes artesãos, especializados em determinados mesteres. Em Loulé verifica-se, em julho de 1403, a contratação de

⁴⁵ Ver, para todos estes elementos: BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e Espaços de Mouros...*, p. 325.

⁴⁶ DUARTE, Luís Miguel (ed.) – *Actas de Vereação de Loulé (Séculos XIV-XV)*..., p. 225.

⁴⁷ DUARTE, Luís Miguel (ed.) – *Actas da Vereação de Loulé (Século XV)*, separata de Al-‘ulya 10. Loulé: Câmara Municipal, 2004, p. 55.

⁴⁸ DUARTE, Luís Miguel (ed.) – *Actas de Vereação de Loulé (Séculos XIV-XV)*..., p. 236.

um ferreiro e ferrador judeu, Belhamim Cachado, porque não existia aí tal oficial, “o qual fazia muita mingua no dito logo”⁴⁹. Em 1445, o concelho de Mourão alega estar a vila carenciada de ofícios como sapateiros, alfaiates, oleiros e tosadores, e não quererem os cristãos aí morar devido à pobreza do município. Acrescenta, porém, que alguns mouros e judeus dos ditos ofícios desejavam fixar-se na vila, contanto que gozassem do estatuto de vizinhos, pelo que solicitam esse privilégio ao soberano, que o outorga a cinco oficiais, judeus ou mouros (um sapateiro, um alfaiate, um tosador, um ferreiro e um oleiro), enquanto aí residissem (1445-II-12), o que será confirmado posteriormente por D. João II (1486-IX-13)⁵⁰. Em 1449, os procuradores dos concelhos de Silves, Faro e Lagos interpelam o monarca a favor do seu *mouro albardeiro*, Adela Çado. Este, sendo morador em Faro, servia, contudo, as três povoações, que não tinham “outro que saiba do dito ofício”, pretendendo, no entanto, deixar a terra, devido (justificam os representantes municipais) aos encargos e serviços da comuna muçulmana. Solicitam, pois, que seja eximido dos mesmos, para não “perderem um tão bom oficial que lhe é tanto necessário”. Afonso V vai ainda mais longe do que lhe é pedido, isentando-o de quaisquer tributos e serviços devidos à comuna, ao concelho e ao rei⁵¹. No mesmo sentido, embora em direção inversa e num registo pessoalizado, aponta o privilégio concedido a Diogo Anes, homem solteiro de Avis, autorizando-o a estar durante dois anos em casa de um mouro sapateiro, também aí morador, para aprender o respetivo ofício, contanto que não passasse a noite em sua casa (1473-X-26)⁵².

3.2. Relações sexuais interconfessionais.

Mais pessoalizadas são, de facto, as infrações às ordenações gerais do Reino, que remetem para a questão íntima dos contactos sexuais entre os membros dos diferentes credos, cuja penalização é, como acima se referiu, a pena de morte. Interações, contudo, que participam de uma realidade sociológica do medievo português que parece ignorar a ansiedade coletiva sobre essas relações inter-religiosas, pese à ideologia dominante e à própria força da lei, ao contrário do que se verifica noutros reinos ibéricos⁵³. É certo que a nível heurístico, uma limitação enforma esta análise: a inexistência de processos judiciais, expediente normal da justiça, em detrimento das exceções, através da tipologia das cartas de perdão, ato de graça régia que pode surgir em qualquer altura do processo judicial ou, ainda, suspender ou corrigir uma sentença

⁴⁹ DUARTE, Luís Miguel (ed.) – *Actas de Vereação de Loulé (Séculos XIV-XV)*..., pp. 136-137.

⁵⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 219 v.

⁵¹ ANTT, *Livro 3 de Guadiana*, fl. 236.

⁵² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 44 v.

⁵³ Cf., por exemplo, NIRENBERG, David – “Conversion, sex and segregation: Jews and Muslims in Medieval Spain”. *American Historical Review* 107, 4, (October 2002), p. 1074.

já emanada por qualquer instância⁵⁴. Não obstante, no que ao séc. XV se refere, estes últimos documentos são suficientemente significativos e numerosos para concluir da permeabilidade das infrações sexuais inter-religiosas e da não aplicabilidade da pena máxima, transmutada noutras modalidades penais (nomeadamente pecuniárias ou de degredo)⁵⁵.

Nesta economia de sexo, a documentação compulsada remete, para um trânsito sexual entre judeus/judias e cristãs/cristãos em que, segundo os dados de Maria José Tavares, os primeiros surgem como os principais infratores, numa percentagem de 56%, face a 44% dos membros da maioria⁵⁶. Os homens judeus são os principais recetores destas cartas de perdão (apenas em dois casos se detetam diplomas similares de mulheres cristãs acusadas de relações com judeus⁵⁷) e as judias surgem, sobretudo, como vítimas de tentativa ou mesmo de consecução de atos de violação⁵⁸. Num caso de um diploma outorgado a Pedro Gil de Benavila, referem-se as relações mantidas com uma judia, Jamila, da qual tivera um filho que nascera morto⁵⁹.

No que à minoria muçulmana se refere, a estrutura é similar, sendo, contudo, menos frequente a temática da violação⁶⁰. Duas mulheres, uma casada e outra solteira, integram esta corrente de relações interconfessionais com cristãos. A primeira, Fotes Carota, mulher de Ale Rebolim, moradora em Santarém, reconhece que, “sendo casada como o era”, tivera relações carnavais com o cristão Álvaro Vaz, morador em Lisboa, pelo que se amorara. Entretanto seu marido perdoara-lhe “o pecado E erro em que lhe ela asy per Sua lej mereçia”, manifestando a vontade de não a querer acusar nem demandar, sendo-lhe outorgado o perdão régio contra o pagamento de 500 rs, para a piedade (1486-III-21)⁶¹. Este diploma revela a sujeição dos parâmetros vivenciais das minorias a uma ordem jurídica totalmente *cristã*: a acusação remete simultaneamente para a infração do adultério como para a relação interconfessional; os parâmetros judiciais são os correntes para o conjunto da população, implicando, o concomitante perdão das partes – neste caso concreto do marido. Apenas uma perturbação, decorrente do contexto interno muçulmano, se deteta no documento: a

⁵⁴ DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, p. 36.

⁵⁵ Como o demonstra Luís Miguel Duarte, parece existir, no reino português, uma escassa aplicação da pena de morte, possivelmente em função das necessidades demográficas do país. No entanto, ressaltam alguns elementos neste sentido. Uma inquirição em Amarante, do senhorio da Ordem do Hospital, datada de 1393, refere três execuções pelo fogo, todas elas devidas a infrações sexuais: uma mulher casada que tivera relações com um homem solteiro e dois mouros, um por ter intimidade com outro, do mesmo sexo, e o segundo por ter violado uma moça cristã. DUARTE, Luís Miguel – “Um luxo para um país pobre? A pena de morte no Portugal Medieval”. *Clio & Crimen* 4, (2007), p. 72.

⁵⁶ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. I, p. 404.

⁵⁷ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. I, p. 405.

⁵⁸ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. I, p. 406.

⁵⁹ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. I, p. 406, vol. II, p. 856.

⁶⁰ Para estes elementos ver: BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e Espaços de Mouros...*, pp. 583-595.

⁶¹ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 4, fl. 27 v.

expressa afirmação de que o cônjuge a perdoara por sua lei. De facto, o direito islâmico consigna a penalização máxima para a *zinā*⁶² (conceito que designa toda a relação irregular, ou seja, fora do casamento), a morte, cuja aplicação se encontra, contudo, indubitavelmente, fora das competências das comunas, recaindo na alçada do poder monárquico. Trata-se, pois de uma subversão de valores que implica diretamente os elementos envolvidos numa adaptabilidade evolutiva às normas legais da maioria, que, necessariamente, altera a própria sociologia original destas comunidades.

Uma referência especial merecem as relações com as mours cativas (com cristãos, como com judeus), os elementos mais vulneráveis no contexto sociológico em causa, representando, de facto, “o derradeiro gesto colonizador” deste processo⁶³. De facto, elas irrompem na documentação enquanto objeto (e não sujeito) de discurso, quer enquanto depositárias de algum grau de afetividade por parte dos seus parceiros, quer como procriadoras dos seus filhos. Neste sentido, refira-se, por exemplo, o requerimento de João Gonçalves Rasto, de Tavira, que mantivera relações carnis com a sua cativa moura, Aljofar, da qual tivera dois filhos, tendo-se posteriormente convertido ela ao cristianismo. Considerando a sua idade atual, de 70 anos e a de sua mulher, de 75, o peticionário requer o perdão “do ajuntamento e afeição que asy ouuera com a dicta sua Eescraua m[o]ura”, o que lhe é outorgado, contra o pagamento de mil reais para a arca da piedade (1473)⁶⁴. Do mesmo modo, o aposentador-mor João de Abreu, confessa também ter tido “ajuntamento” com uma escrava muçulmana de Arzila, que “parira delle hum filho”, tendo ele convertido a mãe e batizado a criança. O facto não implicou a liberdade da muçulmana, já que o monarca perdoa o feito sem qualquer pena pecuniária e faz a João de Abreu mercê dessa mesma escrava, que, implicitamente, perderia em função da infração que perpetrara (1476)⁶⁵. Também a procriação de um filho com uma escrava, igualmente de Arzila, leva o judeu viúvo Juda Ambrão a solicitar o perdão régio, agravado pelo facto de ter circuncisado o menino (“ho quall fanara E lhe fizera auto E çerimonya de Judeu como seo filho que era”), sendo-lhe concedido o perdão contra o pagamento de 500 rs. para a Arca da Piedade (1491)⁶⁶.

Nesta economia de sexo, alguns casos relevam para circunstâncias mais rocambolescas. Refira-se, por exemplo, a situação de Meir Abraão, alfaiate do infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V, que, em 1466, é obrigado a solicitar duas cartas de perdão, respetivamente em julho e agosto de 1466, por ter omitido factos importantes no primeiro diploma solicitado. De facto, neste apenas referia ter sido encontrado, nos arredores do Porto, onde se encontrava “apartado” com Constança Anes, manceba de Luís do Porto, tendo a mulher sido presa e ele conseguido escapar, montado numa mula⁶⁶. No último, contudo, a narrativa alarga-se, complementando esta informação. De facto, fora acusado pelos parentes da mulher de lhe haver dado “maus tratamentos” e, finalmente “peçonha a comer e a beber” de que viera a

⁶² BARTON, Simon – *Conquerors, Brides and Concubines...*, p. 41.

⁶³ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 21.

⁶⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, 28 v.

⁶⁵ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 13, fl. 18.

⁶⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 79 v.

falecer. Tiradas as inquirições sobre este processo, nomeadamente aos médicos que a tinham tratado, tivera carta de segurança, cujos termos, contudo, não pudera seguir. Talvez fosse essa a razão porque se refugiara com Constança Anes, “apartado”, como refere nos arredores do Porto, e de onde, como afirma na primeira carta, os foram prender, tendo ele, contudo, fugido numa mula, suscitando, com isso, um segundo processo judicial. Encontrando-se homiziado, invoca, no segundo diploma, o perdão geral outorgado pelo rei “pela ida contra o turco”, sendo-lhe outorgado um perdão condicional, que o compelia a passar três anos na cidade de Ceuta, os dois primeiros, à sua própria custa, e o último a expensas do rei⁶⁷ - as mesmas condições, de resto, impostas no diploma anterior⁶⁸.

Em algumas destas ocorrências é referida a figura do *alcovete* (alcoviteiro/a), verdadeiro intermediário destas interações sexuais, que, contra um determinado pagamento, proporcionava as condições para estes encontros e, por vezes, facultava mesmo o espaço para as concretizar⁶⁹. Paralelamente, a prostituição representa um outro e importante vetor destes contactos interpessoais. De facto, se o acesso a mulheres cristãs é estritamente interdito pela legislação geral do Reino (como no conjunto da Europa cristã) a muçulmanos e judeus, as prostitutas cristãs são logicamente também abrangidas nesta categorização. As soluções, contudo, são paralelas para os concelhos como para as comunas, no mesmo mecanismo vital de preservação das suas fronteiras identitárias e, concomitantemente, da contaminação das suas mulheres e homens. Nos espaços das judiarias e das mourarias exerciam o seu mester as mancebas judias como as muçulmanas. Num documento de 1488, a comuna judaica de Lisboa defende a atuação das suas “judias mundanas que faziam sua mancebia”, face à legislação restritiva sobre os respetivos *rufiões*, interditos de exercer o seu pretenso estatuto de proteção sobre as prostitutas⁷⁰. Referem as autoridades que tais mulheres jogavam um papel fundamental, “de se afastarem os judeus de algum pecado”. Não obstante, “desde poucos anos” essas judias não ousavam estar na comuna, pois não se podiam sustentar sem terem algum judeu que as representasse, para pagar os respetivos direitos e “outras muitas cousas necessarias”. Solicitam, pois, ao monarca, que, se algum judeu tivesse cargo de judia mundana, não fosse considerado *rufião*, sem embargo da ordenação em contrário, requerimento que lhes

⁶⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 93.

⁶⁸ Outras situações remetem para um contexto mais caricato ou, paradoxalmente, um desfecho mais dramático. No primeiro caso, refira-se Abraão d'Abay, acusado de requerar uma rapariga cristã da corte - TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. I, p. 405; no segundo, o oleiro Gomes Eanes, de Évora, que, tendo apanhado em flagrante delito a sua mulher na cama com o muçulmano Mafamede, a assassinou no ato, ignorando-se, contudo, o destino do seu parceiro (1440)- ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 155.

⁶⁹ Tal é o caso de Inês, mulher casada, moradora em Setúbal, acusada de ser alcoviteira pública e de consentir, em sua casa, relações entre mouros e cristãs - ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 32 - ou ainda de Ale Valente, de Elvas, considerado culpado não apenas de *dormir* com mulheres cristãs, como ainda de as alcovitar na sua tenda (1486) - ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 73 - e do judeu Abraão Corcoz, de Trancoso - TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. I, p. 405. Um casal, constituído pelo mouro Chechel e pela cristã Maria Colaça, quando preso e metido a tormentos, denuncia Luís Anes, como seu *alcovete*, ao qual o muçulmano pagara um par de sapatos “e outras coisas” (1466) - ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fls. 41v.-42.

⁷⁰ Cf. *Ordenações Afonsinas...*, livro 5, tit. XXII, pp. 86-92.

é outorgado, contanto que esse indivíduo não fizesse outros atos de *rufião*⁷¹.

E, não obstante, as infrações também se fazem sentir neste particular. Refira-se, por exemplo, o caso do judeu José Amado, que se vestia como cristão para frequentar livremente a mancebia (1466)⁷²; ou o do muçulmano Jufez, filho de Ali Carpinteiro, apanhado uma noite na mancebia de Évora, embora alegasse que apenas a atravessara por ser esse o caminho mais direto para a mouraria (1456)⁷³. Em qualquer caso, as interações sexuais demonstram o quanto o contacto interconfessional proliferava no quotidiano, num pragmatismo que se projeta para lá das fronteiras legislativas. De resto, dois casos servirão de exemplos finais para esta análise das relações vivenciais próximas entre os membros dos três credos na zona sul do Reino. O primeiro reporta-se a Elvas, onde pontificava um carnicheiro judeu, Josepe Abom, na carniçaria da comuna muçulmana, em que atuava, concomitantemente a autoridade muçulmana – neste caso concreto, o respetivo alcaide, Ale Pote-, e aonde se dirigiam também clientes cristãos, sendo nomeada uma moça, Leonor Piliteira (1466)⁷⁴; o segundo refere-se a Campo Maior, onde um converso muçulmano, de nome Álvaro, foi ajudado, depois de saltar o muro da prisão e magoar uma perna, por um seu primo, Mafamede, que fora avisado da ocorrência por membros da população. Tendo sido aprisionado por este ato, quando era levado para a prisão da Correição, juntaram-se mulheres cristãs que, em seu apoio, “lançarom pucaros d’agua E farinha E lhe derom Ramos d’oliueiras E que erom feitiços” (1456)⁷⁵. As solidariedades horizontais projetam-se, pois, também a um nível interconfessional.

A narratividade histórica é fundamentalmente marcada pelos registos discursivos de um poder cristão, na sua perspetiva de inclusão das minorias, mas sobretudo no de exclusão, nas normas legislativas que dão corpo a uma *respublica christiana*, progressivamente marginalizadora de judeus e muçulmanos. De resto, o ato final de exclusão das minorias da tessitura social do Reino consubstancia-se com o édito de expulsão/assimilação de 1496, marcador indelével da memória coletiva. Em qualquer caso, contudo, as interações políticas como as vivências urbanas do quotidiano especialmente destacam uma realidade em que, pese à força da lei, os contactos interconfessionais, em diferentes níveis e dimensões, se constituem como elementos indissociáveis da sociologia medieva.

⁷¹ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 15, fl. 120 v.; BARROS, Henrique da Gama – “Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados”. *Revista Lusitana* 34 (1936), doc. 244, p. 182.

⁷² TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, vol. II, p. 839.

⁷³ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 2 v.

⁷⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 58.

⁷⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.13, fl. 151.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro 1º de Cortes.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Chancelaria de D. Dinis, liv. 3;

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, 7, 9, 10, 13, 14, 20, 33, 35;

Chancelaria de D. João II, liv. 4; liv. 6; liv. 8; liv. 13;

Livro 3 de Guadiana;

Núcleo Antigo, nº 118.

Fontes impressas:

BARROS, Henrique da Gama – “Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados”.
Revista Lusitana 34 (1936), Lisboa, pp. 165-265; 35 (1937), Lisboa, pp. 161-238.

BARROS, Maria Filomena Lopes de Barros, SILVA, Maria Leonor S. O. (eds.) – *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*. Évora: CIDEHUS-UE, 2012, e-book : https://issuu.com/cidehus/docs/livro_posturas_22-07-14_final

Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367). Edição de A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367). Edição de A. H. de Oliveira MARQUES e Nuno José Pizarro DIAS. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

DUARTE, Luís Miguel (ed.) – *Actas de Vereação de Loulé (Séculos XIV-XV)*, separata de *Al-‘ulya* 7. Loulé: Câmara Municipal, 1999/2000.

DUARTE, Luís Miguel (ed.) – *Actas da Vereação de Loulé (Século XV)*, separata de *Al-‘ulya* 10. Loulé: Câmara Municipal, 2004.

GREGÓRIO IX, *Decretalium compilatio*, Intratext Edition
http://www.intratext.com/ixt/lat0833/_INDEX.HTM

Ordenações Afonsinas. Ed. Martim de ALBUQUERQUE – 5 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Estudos:

ARKOUN, Mohammed (dir.) – *Histoire de l'Islam et des musulmans en France du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Éditions Albin Michel, 2006.

BAER, Ytzhak – *A History of the Jews in Christian Spain*. 2 vols. Skokie, Illinois: Varda Books, 2001.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – “Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer”. In *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 15-45.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

BARTON, Simon – *Conquerors, Brides and Concubines. Interfaith Relations and Social Power in Medieval Iberia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

BAUMGARTEN, Elisheva, *et alii* – “Introduction”. in BAUMGARTEN, Elisheva, *et alii* (eds.) – *Entangled Histories. Knowledge, Authority and Jewish Culture in the Thirteenth Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, pp. 1-20.

CASTAÑO, Javier – “The Peninsula as a borderless space: towards a mobility ‘turn’ in the study of fifteenth-century Iberian Jewries”. In BUC, Philippe; KEIL, Martha; TOLAN, John (eds.) – *Jews and Christian in Medieval Europe: The Historiographical Legacy of Bernhard Blumenkranz*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 315-332.

DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

DUARTE, Luís Miguel – “Um luxo para um país pobre? A pena de morte no Portugal Medieval”. *Clio & Crimen* 4 (2007), pp. 63-94.

ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana – “De cadí a alcalde mayor. La elite judicial mudéjar en el siglo XV” (I and II). *Al-Qantara* XXIV,1 (2003). pp. 139-168; XXIV, 2, pp. 273-290.

FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico de Judeus e Mouros na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006.

FERRO, Maria José – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.

MACEDO, José Rivair – “Os sinais da infâmia e o vestuário dos mouros em Portugal nos séculos XIV e XV”. *Bucema. Bulletin du centre d'études médiévales* [En ligne], Hors-série 2 (2008): <https://journals.openedition.org/cem/9852> [consultado em 29 de junho de 2019].

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

NIRENBERG, David – “Conversion, sex and segregation: Jews and Muslims in Medieval Spain”. *American Historical Review* 107, 4, (October 2002), pp. 1065-1093.

SOUSA, Armindo de – “As Cortes de Leiria-Santarém de 1433”, in *Estudos Medievais* 2 (1982), pp. 71-224.

SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

SUAREZ FERNANDEZ, Luis – *Judíos Españoles en la Edad Media*. Madrid: Ed. RIALP, 1980.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no séc. XV*. 2 vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982 (vol. 1) - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984 (vol. 2).

TAVARES, Maria José Ferro – “Linhas de Força da História dos judeus em Portugal das origens à atualidade”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Series III 6 (1993), pp. 447-474.

TOLAN, John – “The first imposition of a badge on European Jews: the English royal mandate of 1218”. In PRATT, Douglas, *et alii* (eds.) – *The Character of Christian-Muslim Encounter*. Leiden-Boston: Brill, 2015, pp. 145-166.

O Estatuto Jurídico dos Judeus nas Ordenações Afonsinas

Ricardo Bruno Sequeira Miranda Rodrigues¹

Resumo

As Ordenações Afonsinas constituem a primeira compilação de direito pátrio. Destinavam-se essencialmente a carrear para o seu articulado as leis régias dispersas na Chancelaria Real. Relativamente ao povo hebraico esta compilação legislativa não contém nenhuma norma inovadora. Na sua maioria as normas recolhidas são provenientes de diversas fontes legislativas, nomeadamente do direito anónimo e do direito romano. A presente exposição tem como objectivo dar a conhecer a legislação pátria contida nas Ordenações Afonsinas, relativamente à comunidade judaica, sobretudo os seus privilégios e limitações de direitos.

Palavras-chave

Judeus; Ordenações Afonsinas; privilégios; limitações de direitos.

The legal statute of the Jews in the Ordenações Afonsinas

Abstract

The “Ordenações Afonsinas”, the first compilation of Portuguese Law, was intended, essentially, to compile the scattered royal laws, in the Royal Chancellery. For the Hebrew people, this legislative compilation does not contain any innovative norms regarding them. Most of the rules collected are from various legislative sources, in particular from Canon and Roman Law. This small article aims to make known the legislation contained in the

¹ Teoria e História do Direito - Centro de Investigação da Universidade de Lisboa.
E-mail: rbsmr77@gmail.com

“Ordenações Afonsinas” regarding the Jewish community, namely its privileges and limitations of rights.

Keywords

Jews; Ordenações Afonsinas; privileges; limitations of rights.

1. Ordenações Afonsinas².

1.1 Quadro Geral sobre as Ordenações Afonsinas.

As Ordenações Afonsinas constituem um monumento legislativo de suma importância pois efectuam uma compilação do trajecto legislativo desde a fundação da nacionalidade. Acentuam a independência do direito do reino, o qual se encontrava fortemente contaminado pelo Direito Comum e que seria agora relegado para direito subsidiário³. Por outro lado, afastaria a aplicação do direito castelhano consubstanciado no *Fuero Real* e nas *Siete Partidas*⁴.

A razão mais premente para a elaboração desta compilação residirá no facto de as leis gerais e ordenações régias, desde D. Afonso II, se acumularem na Chancelaria Real sem qualquer organização. Isso mesmo é referido no prólogo do Livro I das Ordenações, pois tal desorganização criava dificuldades ao julgamento das causas apresentadas nas diferentes instâncias judiciais do país⁵. Como escreve António Hespanha, “o corpo de leis nacionais passa a pôr, no início do séc. XV, um problema semelhante – ainda que numa dimensão mais restrita – ao que era posto pelo corpo direito comum – o *decorrente da sua dimensão e dispersão*. Não admira, portanto,

² Abreviaturas: C. – Cãnone; O.A. – Ordenações Afonsinas; CTh. – Código Teodosiano.

³ Sobre diferentes posições acerca da interpretação da hierarquia das fontes do direito subsidiário das Ordenações Afonsinas, vide NOGUEIRA, José A. A. Duarte – *Algumas reflexões sobre o direito subsidiário nas Ordenações Afonsinas*. Coimbra: s.n., 1980; ALBUQUERQUE, Ruy de, ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português*. Vol. II. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1983, pp. 44-51.

⁴ Se é verdade que nas Cortes de Elvas, de 1361, são formuladas queixas pelos representantes do clero em não se guardar o Direito Canónico, em detrimento das *Siete Partidas*, bem como a existência de queixas dos estudantes da Universidade de Coimbra, em serem julgados segundo aquela colectânea castelhana e não segundo as suas normas específicas tal apenas significa que, “(...) a insubordinação à colectânea castelhana prende-se mais com os coetâneos sistemas normativos do direito canónico e romano – no âmbito das fontes subsidiárias – não subentendendo ainda qualquer percepção de patriotismo.” In DOMINGUES, José, *As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*, Lisboa: Colecção Ventos da História, Zéfiro, 2008, p. 65.

⁵ “(...) se recreição continuamente muitas duvidas, e contendias em tal guisa, que os Julgadores dos feitos erão postos em tão grande trabalho, que gravemente, e com gram dificuldade os podião directamente desembargar, e que as mandasse reformar em tal maneira, que cessassem as ditas duvidas, e contrariedades, e os Desembargadores da Justiça pudessem per ellas livremente fazer direito aas partes.” In *Prólogo ao Livro I das Ordenações Afonsinas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

que se note, desde esta altura, a preocupação de, por um lado, instituir forma de *publicação das leis* que garantam o seu conhecimento; e, por outro lado, de encetar a *tarefa da compilação* do direito nacional vigente”⁶.

As próprias cortes solicitaram por diversas vezes a D. João I a organização de uma coletânea atualizada do direito vigente⁷. Mas, quem dá o verdadeiro impulso político a este projecto compilatório foi o infante D. Pedro⁸⁹ - sem excluir D. Duarte - pois, como escreve Armando Luís de Carvalho Homem “não é D. João I um monarca que se tenha distinguido por uma produção legislativa particularmente abundante (...). Pelo contrário, o Rei «De Boa Memória» configura-se – também nisso – como o continuador desse outro “prático” da governação que fora D. Fernando¹⁰.” Mais escreve aquele historiador – referindo-se a D. Duarte – que “nem tudo porém terá sido tão “negativo” nesses finais da governação joanina. O Infante desde cedo irá revelar-se detentor de uma bem acentuada vocação legislante (...). Será mesmo plausível que no próprio lançamento dos trabalhos de compilação legislativa de que virão a resultar as «Ordenações Afonsinas» (...) o Infante tenha já tido alguma influência”¹¹

Em sentido divergente, José Domingues escreve o seguinte: “João das Regras foi o instigador de todo este movimento compilatório de legislação pátria, ficando assente que desde 1391¹², pelo menos, existem Livros de Ordenações a vigorar no reino de Portugal”¹³, certamente referindo-se a duas colectâneas anteriores às Ordenações Afonsinas - o Livro das Leis e Posturas e às Ordenações de D. Duarte - as quais poderão ter constituído os trabalhos preparatórios do *codex* afonsino¹⁴.

Em jeito de síntese às duas posições, subscrevemos as palavras do professor Armando de Luís Carvalho Homem: “mas, apesar de tudo, talvez hoje, em termos

⁶ HESPAHHA, António Manuel – *História das Instituições – Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, p. 525.

⁷ Gastão de Mello de Mattos afirma que coube “ao infante D. Pedro, regente do Reino, o papel de activo impulsionador da obra – ele que já na famosa carta dirigida de Bruges a seu irmão D. Duarte, em 1426, salientara a necessidade da reforma das leis do País”, in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 442.

⁸ SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 442.

⁹ HESPAHHA, António Manuel, *História das Instituições...*, p. 526

¹⁰ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 240.

¹¹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio...*, p. 250

¹² José Domingues invoca uma passagem de um documento do arquivo histórico da Câmara Municipal de Lisboa, cfr. DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*..., p. 104

¹³ DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas...*, p. 117

¹⁴ A referência breve a estas duas compilações impõe-se por várias ordens de razões: o exíguo espaço para a exposição sobre a temática judaica, o desvio ao tema principal e, *last but not the least*, o facto da historiografia reconhecer as Ordenações Afonsinas como a primeira compilação legislativa nacional. Vide, a este propósito DOMINGUES, José, *As Ordenações Afonsinas – (...)*, pp. 66-67; MACHADO, Herlânder Alves; FRANÇA, Graça Maria – *Dicionário de História de Portugal Ilustrado*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1982, p. 24.

de estado actual de conhecimentos, seja admissível que as *Ordenações Afonsinas*, fruto de uma assaz longa elaboração¹⁵ (e talvez até por isso), consagram uma prática institucional vinda afinal de décadas bem anteriores à sua finalização (eventualmente, até, do século e da dinastia anteriores)¹⁶.

Quanto aos trabalhos da compilação, propriamente ditos são cometidos num primeiro momento, a João Mendes¹⁷, Corregedor da Corte de D. João I e de D. Duarte, e, posteriormente à sua morte, a Rui Fernandes¹⁸ membro do Conselho Régio. A obra foi concluída, por este último, em 28 de Julho de 1446¹⁹, quando ainda governava como regente o infante D. Pedro²⁰. A maioria dos autores atribui a redacção do primeiro livro a João Mendes e dos restantes livros a Rui Fernandes²¹, exceptuando-se a posição de José Domingues, que não obstante, num primeiro momento, afirmar ser impossível destrinçar o trabalho redactorial de um e de outro²² vem aduzindo de permeio vários argumentos, afirmar num segundo momento estar convencido que os cinco livros são obra de Rui Fernandes²³ excluindo, no entanto, que o trabalho compilatório seja todo daquele²⁴.

Como fontes das *Ordenações*²⁵ terão sido utilizadas as leis existentes. A maioria das disposições recolhidas provêm de textos de leis nacionais, nomeadamente dos livros da Chancelaria, e, subsequentemente, em menor número, de leis romanas e canónicas.

¹⁵ Destacado da nossa autoria.

¹⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Os Oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca.1521)”. In AA.VV. – *O Perfil do Juiz na Tradição Ocidental – Seminário Internacional*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 112.

¹⁷ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio...*, p. 346; ALMEIDA, Fortunato de – *História das Instituições em Portugal*, 3ª edição. Coimbra: Imprensa Académica, p. 166.

¹⁸ Cfr. ALBUQUERQUE, Ruy de e ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português*. Vol. II, ..., p. 34-35; DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas* ..., p. 117; CAETANO, Marcello – *História do Direito Português (1140-1495)*, 3ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1992, pp. 531-532.

¹⁹ V. O.A., Livro V título 119.

²⁰ Escreve Fortunato de Almeida, em nota de rodapé, que “parece que o livro I das *Ordenações* já fôra publicado em 1427, ou ao menos havia d’elle notícia, pois as suas disposições foram recommendadas e mandadas observar por D. João I, em várias respostas que deu nas cortes celebradas em Lisboa naquelle ano; e também que mais tarde foram feitas algumas modificações naquelle mesmo livro” em ALMEIDA, Fortunato de – *História das Instituições em Portugal...*, p. 166.

²¹ Cfr. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio*, ..., pp. 346 e 382; MATTOS, Gastão de Mello de – “*Ordenações*”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 442.

²² DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*..., p. 114.

²³ DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*..., p. 116.

²⁴ DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*..., pp. 448-449.

²⁵ A) No que diz respeito ao direito pátrio foram compiladas as leis gerais, as resoluções régias, subsequentes a petições ou dúvidas apresentadas nas Cortes ou mesmo fora delas, inquirições, costumes gerais e locais, estilos da Corte e dos tribunais superiores (jurisprudência, praxes ou costumes aí formados); B) No que diz respeito acordos entre Portugal e a Santa Sé: concórdias, concordatas e bulas; C) A tudo isto acrescentamos preceitos de direito canónico e romano; D) Normas extraídas das *Siete Partidas*. Cfr. DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas...*, pp. 200-226.

Terminado o projecto compilatório foi sujeito a uma comissão revisora constituída²⁶ pelo próprio Rui Fernandes, por Lopes Vasques, corregedor da cidade de Lisboa, e os desembargadores Luís Martins e Fernão Rodrigues, desconhecendo-se o ano exacto da conclusão da revisão²⁷. Terão sido promulgadas por D. Afonso V, em 1448²⁸. Só progressivamente terão sido divulgadas e utilizadas no reino, à medida que iam sendo solicitadas cópias ou certidão.²⁹

Em termos sistemáticos, as Ordenações Afonsinas são constituídas por cinco livros, divisão inspirada no Livro das Decretais de Gregório IX³⁰. Cada livro é antecedido por um próêmio e dividido em títulos. O Livro I trata dos regimentos dos diversos cargos públicos, tanto régios como municipais. O Livro II ocupa-se das leis relativas à jurisdição, pessoas e bens da Igreja, dos direitos régios e da sua cobrança, da jurisdição dos donatários, das prerrogativas da nobreza e, em especial do que interessa para nosso estudo, da legislação aplicável aos judeus (e mouros). O Livro III sintetiza as normas processuais civis e o livro IV do direito civil substantivo. Por último, o Livro V ocupa-se exclusivamente do direito penal e processual penal³¹.

Em jeito de conclusão, apesar de terem uma vigência relativamente curta pois são substituídas, em 1521, pelas Ordenações Manuelinas, as Ordenações Afonsinas representam o ponto de chegada de um processo evolutivo na produção legislativa portuguesa que se vinha acentuando desde o reinado de D. Afonso III e que, por outro lado, acabaram por fornecer as bases das colectâneas posteriores que se limitaram a actualizá-las³².

1.2 Situação dos Judeus até às Ordenações Afonsinas.

O Judaísmo é a única religião da Antiguidade Pré-Clássica³³ que sobreviveu até à

²⁶ ALMEIDA, Fortunato de – *História das Instituições em Portugal...*, p. 166; DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas...*, p. 127; MATTOS, Gastão de Mello de – “Ordenações”..., p. 442.

²⁷ MATTOS, Gastão de Mello de – “Ordenações”..., p. 442.

²⁸ Data aproximada, uma vez que não foi encontrado qualquer documento com referência à data da sua promulgação. Sobre as diferentes posições sobre a data de sanção/promulgação vide ALBUQUERQUE, Martim de – “O Infante D. Pedro e as Ordenações Afonsinas.” *Biblos* Vol. LXIX (1993), p. 167; CAETANO, Marcello, *História do Direito Português* ..., p. 534-535; DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas...*, p. 163-168.

²⁹ MATTOS, Gastão de Mello de – “Ordenações”..., p. 442.

³⁰ Cfr. FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros...*, p. 258; DOMINGUES, José, *As Ordenações Afonsinas...*, p. 199.

³¹ MATTOS, Gastão de Mello de – “Ordenações”..., p. 443; ALMEIDA, Fortunato de – *História das Instituições em Portugal...*, p. 167.

³² Assim se conclui direta ou indiretamente em MATTOS, Gastão de Mello de – “Ordenações”..., p. 443; MACHADO, Herlânder Alves; FRANÇA, Graça Maria – *Dicionário de História de Portugal Ilustrado...*, p. 24; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Os Oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa...”, p. 114; HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições – Épocas medieval e moderna* ..., p. 526; DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas* ..., p. 449.

³³ Cfr. AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 31.

actualidade, apesar de ter sofrido das mais brutais e duradouras perseguições da História, mescladas com períodos em que são expatriados da sua Terra Prometida, Israel. Primeiro com o cativo babilónico, no séc. VI a. C. e depois, com a destruição do segundo Templo de Jerusalém, em 70 d.C., às mãos do Império Romano³⁴. Será como consequência deste acontecimento que os primeiros judeus terão chegado à Península Ibérica³⁵. Estes ter-se-ão fixado em primeiro lugar nas regiões de Tortuosa e Tarragona³⁶, na actual Catalunha.

No entanto, não é de descartar uma fixação anterior ao ano 70 d.C., assentando esta hipótese na preocupação que tiveram certos círculos judaicos em fixar durante os períodos de maior perseguição, uma data de chegada o mais recuada possível por forma a desembaraçarem-se da acusação deicida que sobre eles pendia³⁷. Ainda assim, em termos documentais, o indício mais remoto da presença judaica na Península Ibérica é do século III³⁸ e, no que diz respeito ao actual território português, ao século VI corporizado numa lápide funerária encontrada em Espiche, perto de Lagos³⁹.

A população judia antes da conquista da Península Ibérica pelas tribos germânicas, já detinha uma substancial relevância. Estes dedicavam-se essencialmente ao cultivo de terra, quer por si mesmos, quer com a ajuda de escravos. Possuíam quintas arrendadas ou arrendavam-nas a outros no sistema usual de colonato.

³⁴ “O povo de Israel dispersou-se por todo o Império de Edom [Roma]. (...) À Diáspora atribui-se uma missão salvífica. “O Santo (Deus), bendito seja o seu nome, dispersou o povo de Israel entre as nações com o fim de fazer prosélitos” (Pesahim 87b) e de expiar os pecados de toda a Humanidade”, in BAYER, Y. – *Historia de los judíos en la España cristiana*. Madrid, 1981, p. 11

³⁵ No entanto, apesar de terem perdido a ligação à sua Terra Prometida e se dispersado em diferentes reinos, estes preferem viver em comunidades isoladas dos restantes habitantes, exercendo “(...) uma constante defesa xenófoba de não se miscigenarem com os *goim*, os pagãos. Daí que os judeus não possam ser entendidos como uma raça, no sentido étnico, embora se lhes aplique o termo raça no sentido antropológico, ou seja, um povo que se define por uma tradição, uma história, uma religião – o judaísmo”, em AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 31. No mesmo sentido, J. Mendes dos Remédios: “Os milhares de judeus, que hoje vivem espalhados pelo globo, não são os descendentes autênticos, puros e sem mistura, dos hebreus. Não são semitas. (...) O argumento deduzido da história para demonstrar que hoje não há uma raça judaica, mas sim judeus ligados por uma determinada crença, tradição, costumes, etc., não é menos decisivo que o antropológico” em REMÉDIOS, José dos – *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado - Editor, 1876, pp. 15 e 18. Desde a fixação da comunidade judia nestas terras, ficaram conhecidos como “Sefardís” ou “Sefarditas”, cfr. em <http://www.priberam.pt/dlpo/sefardita>, Sefardí, em hebreu, significa espanhol.

³⁶ FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa* (Coleção Lusitana Canonica, Série C: monografias 1). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006, p. 32.

³⁷ BAYER, Y. – *Historia de los judíos en la España cristiana...*, p. 13.

³⁸ “É indubitável que no século III havia judeus na Península Ibérica; este facto é-nos atestado por uma inscrição, que Hübner publica na sua obra monumental – *Inscriptiones Hispaniae latinae*, e que o eminente epigraphista supõe ser daquela época. Está insculpida numa pedra mármore encontrada junto a Toledo, e refere-se a uma Junia, Annia ou Licinia “judaica” [...NIA.SALO NULA NA I MENS III DIE I IUADAEA], em REMÉDIOS, José dos – *Os Judeus em Portugal...*, pp. 66-67; AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. I. Madrid: Imprenta de T. Fortanet, 1875, pp. 68-69.

³⁹ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1970, p. 11; GOMES, Saul António – “Os Judeus no Reino Português (Séculos XII-XIII)”. In BARROS, Maria Filomena Lopes de; MONTALVO, José Hinojosa (dirs.) – *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica – Período Medieval e Moderno*. Évora: CIDEHUS, 2008 (edição OpenEdition Books, 2016), pp. 81-82.

Alguns administravam as propriedades de cristãos⁴⁰. Se existia uma certa tolerância até ao édito de Tessalónica para com o povo judaico, a ascensão ao trono imperial de Teodósio II modifica a situação destes agravando-a claramente. O legislador imperial romano não fica indiferente a esta comunidade religiosa uma vez que o Código Teodosiano insere no Livro XVI a maioria do tratamento legislativo dispensado aos judeus: vinte e nove leis, concedendo alguns privilégios⁴¹ e restringindo alguns direitos⁴².

A ocupação visigótica não é mais favorável, variando entre a tolerância e perseguição⁴³, a qual se reflecte quer na legislação canónica dos concílios provinciais presididos pelos reis visigodos, quer na legislação secular materializada, primeiro no Breviário de Alarico⁴⁴ e depois pelo Código Visigótico⁴⁵. Em consequência das perseguições que foram alvo pelos visigodos esta comunidade envolve-se em conspirações políticas, resultando na sua expulsão para o Norte de África, pelo que

⁴⁰ Cfr. BAYER, Y. – *Historia de los judíos en la España cristiana...*, p. 14.

⁴¹ Entre os direitos/privilégios encontramos a manutenção do estatuto privilegiado dos sacerdotes hebreus, regime que coexiste em paralelo com os da religião católica (CTh.16.8. 2-4): Isenção de todos os cargos pessoais ou civis por parte do clero judeu, excepto a obrigação dos cargos curiais (CTh.16.8. 2-4; CTh. 16.8.13 e 15); Repressão, com sanções penais, as injúrias e violências feitas contra um patriarca judeu (CTh. 16.8.11); Protecção das sinagogas dos ataques dos cristãos, nomeadamente não se permite que impeçam os actos de culto judaicos nem se destruam os objectos ou locais de culto (CTh. 16.8.9, 13, 21 e 26). No caso de as sinagogas terem sido transformadas em Igrejas as mesmas devem ser devolvidas ou então substituídas por local equivalente, incluindo as alfaías religiosas (CTh 16.8.25); os actos judiciais ou actos jurídicos privados em que estejam implicados judeus são interditos de se realizar ao dia de sábado (CTh. 16.8.20, I); os judeus mantêm tribunais próprios assim como os cristãos, para as questões religiosas (CTh. 16.8.8). No caso das questões civis é necessária a confirmação da sentença por um juiz secular (neste caso está previsto no Código Justiniano: CJ 1.9.8); dispensa dos judeus mais pobres ou que se dediquem ao pequeno comércio do *munus navicularium* (CTh 13.5.18); proibição da taxaão de mercadorias vendidas pelos judeus bem como se interdita a faculdade de fixar-se os preços por funcionários de outras religiões (CTh. 16.8.10 = CJ 1.9.9). No entanto, a receita do imposto que, por tradição, era recolhida pelos judeus e entregue ao patriarca do Oriente passa a ser entregue ao tesouro imperial (CTh. 16.8.14).

⁴² Das restrições aos direitos dos judeus: a proibição do proselitismo da religião judaica, pois o único permitido, no Império Romano, seria o do Cristianismo. Assim, todos os judeus que lapidassem outro que se havia convertido ao cristianismo seriam queimados (CTh. 16.8.1); todo o que deixasse o cristianismo para regressar ou abraçar o judaísmo veria os bens confiscados (CTh. 16.8.7) e condenado à morte. Por outro lado, protegia-se da fúria dos hebreus os recém-convertidos (CTh 16.8.1 e 5). No entanto, o poder imperial também estava consciente que muitos judeus se haviam convertido ao cristianismo coagidos ou, pelo menos, amedrontados com a possibilidade de represálias. Por isso, era-lhes autorizado o regresso à antiga religião, sem serem punidos como apóstatas (CTh 16.8.23); por outro lado, adoptaram-se medidas quanto aos casamentos mistos, proibindo-se com a pena de morte estas uniões (CTh. 16.8.6); proíbe-se a circuncisão dos escravos cristãos, dando-se a liberdade a estes e interditando-se a sua compra. O dono era punido a pena de morte se nisso se atentasse (CTh. 16.9.1-5). Ao contrário do que acontecia no Império Romano do Oriente, no Ocidente; o poder imperial permitia que os judeus possuíssem escravos cristãos desde que lhe fosse permitido praticar a sua religião e o senhor não o tentasse converter ao judaísmo; proíbe-se aos judeus o acesso ao serviço militar assim como a quaisquer cargos públicos (CTh 16.8.16)

⁴³ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, 2ª edição. Lisboa: Guimaraes Editores, 2000, p.12.

⁴⁴ O Breviário de Alarico mantém dez das cinquenta constituições imperiais do Código de Teodósio respeitantes aos judeus.

⁴⁵ Também designada como *Lex Visigothorum, Liber Iudiciorum, ou Forum Judicum*, neste último caso por se destinar ao uso nos tribunais.

detém uma posição privilegiada em induzirem os povos árabes a invadir a Península Ibérica⁴⁶.

A relação dos judeus com o poder central decorre de forma mais harmoniosa⁴⁷, isto é, é-lhes permitido o exercício do culto dentro das sinagogas e em matéria de organização judicial, tanto aos judeus como os cristãos, é-lhes permitido regerem-se pelo seu direito próprio⁴⁸. Por outro lado, são conhecidos alguns nomes hebreus que ocuparam grandes cargos durante a dominação muçulmana, ora como médicos, tradutores, diplomatas ou até mesmo como vizires⁴⁹.

Durante a Reconquista os judeus ocupam nos reinos cristãos papéis ou lugares de responsabilidade junto do poder real⁵⁰. Isso não implica que para boa parte dos autores cristãos estes figurem como fazendo parte da traição judaica, isto é, terem colaborado na invasão de 711 e na organização administrativa do invasor muçulmano⁵¹.

No entanto, os nossos primeiros reis favorecem-nos: D. Afonso Henriques, assim como D. Sancho I, rodeiam-se de vários hebreus na sua Corte nomeando-os seus almoxarifes das rendas públicas⁵². Se bem que no reinado de Afonso II, o IV Concílio de Latrão determina o uso de distintivos por parte dos judeus e lhes veda o acesso aos cargos públicos, os cânones conciliares não terão grande acatamento em Portugal pelo menos até ao reinado de D. Afonso IV⁵³. Assim, numa primeira fase, ao arrepio das referidas determinações conciliares⁵⁴, D. Sancho II entregará ofícios públicos sem qualquer podo a judeus. Tal facto provocará a admoestação do monarca pelos bispos de Lugo e Astorga a pedido do Papa Gregório IX⁵⁵. No entanto, tal favor régio não impede o monarca de tributar os judeus, com especial severidade⁵⁶.

⁴⁶ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV* ..., p.12; REMÉDIOS, José dos – *Os Judeus em Portugal*..., pp. 80-81; AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*..., pp. 99-101.

⁴⁷ Cfr. FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*..., p. 12; SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. – *Judíos Españoles en la Edad Media*. Madrid: Ediciones Rialp S.A., 1980, p. 42.

⁴⁸ No caso dos moçárabes, estes continuaram-se a reger pelo Código Visigótico e, em matéria canónica, pela *Collectio Hispania*. Cfr. FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa*..., p. 109.

⁴⁹ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*..., p. 12.

⁵⁰ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*..., p. 13.

⁵¹ Existem mesmo relatos de os muçulmanos terem, a quando da conquista da Península Ibérica, guarnições de cidades exclusivamente constituídas por judeus.

⁵² AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. I..., pp. 269-270.

⁵³ AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. I..., pp. 275-276.

⁵⁴ C. 69

⁵⁵ Gregório IX tem notícia do tratamento dispensado por D. Sancho I aos judeus através do bispo de Lisboa, D. Sueiro Viegas, cfr. GOMES, Saul António – “Os Judeus no Reino Português (Séculos XII-XIII)”..., pp 87-88; RIOS, José Amador de los – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. I..., p. 130.

⁵⁶ REMÉDIOS, José dos – *Os Judeus em Portugal*..., p. 132; GOMES, Saul António – “Os Judeus no Reino Português (Séculos XII-XIII)”..., pp. 87-88.

Afastado D. Sancho II, pela bula papal *Grandi non immerito*, a tensão de D. Afonso III com o clero e o Papa arrastar-se-á até ao reinado seguinte. Dos 43 artigos de acusação levados, em 1265 pelos prelados portugueses ao papa Clemente IV contra o Bolonhês, três desses artigos contemplavam queixas sobre o trato privilegiado dado aos mouros e judeus e à forma como o rei empregava os serviços destas duas comunidades⁵⁷. Por outro lado, ao inverso, a bula *Scire debes*, de 28.05.1273, dirigida ao referido monarca pelo papa Gregório X, acusava-o de confiscar os bens dos judeus que recebiam o baptismo e de os reduzir à servidão, procedimento contrário às disposições conciliares que visavam incentivar a conversão dos hebreus. Refere ainda, a mencionada bula, que os hebraicos que adquiriam propriedades aos cristãos deixariam de pagar o dízimo ou a décima à Igreja.

Mas será no reinado de seu filho, D. Dinis, que os conflitos da Igreja com a Coroa serão aparentemente sanados: em primeiro lugar pela concordata dos 40 artigos de 1289, a qual comporta cinco disposições dedicadas a mouros e judeus⁵⁸, e em segundo pela concórdia de 1290. Se é verdade que D. Dinis em matéria de judeus através da concordata de 1289, se comprometeu a observar as disposições do IV Concílio do Latrão, na realidade, este *não se manteve fiel a esse propósito por muito tempo*, pois, em 1309, o papa Clemente V recebeu novas queixas dos prelados semelhantes às já efectuadas no reinado anterior.

Com a ascensão ao trono de D. Afonso IV, a situação dos judeus degradou-se relativamente ao reinado do seu pai⁵⁹. Foi-lhes imposto um apertado e pesado regime fiscal, para financiar as despesas decorrentes das expedições contra os muçulmanos, as quais culminariam na batalha do Salado⁶⁰. Importa referir relativamente a este episódio, que os judeus já haviam financiado previamente esta expedição, mas, posteriormente, seriam novamente confrontados com um novo pedido de financiamento, desta vez sob a forma de um extraordinário aumento da carga fiscal, através do chamado *Ordenamento de Valada*.

⁵⁷ O primeiro artigo refere que el-rei utilizava judeus e os mouros para arrancar do asilo da Igreja os que aí tomavam refúgio; o segundo artigo referia que coagia os clérigos, com hordas de judeus e mouros, que cortavam as orelhas dos servidores dos bispos ou entre outras sevícias; Por fim, o terceiro artigo, referia que o rei investia judeus em cargos em que estes detinham autoridade sobre cristãos e, por outro lado, não os obrigava a usar distintivos, conforme as disposições conciliares, nem a pagar os dízimos à Igreja. Cfr. FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa...*, pp. 246-247; REMÉDIOS, José dos – *Os Judeus em Portugal...*, pp. 141-142

⁵⁸ Nestas, D. Dinis rejeita as acusações feitas durante o reinado de seu pai e se tal verificasse este compromete-se a corrigir quaisquer abusos ou desconformidades, cfr. FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa...*, p. 248.

⁵⁹ Se é certo o que afirmamos, pelo que a seguir expomos, não menos verdade que, por intervenção de D. Afonso IV, se obtém um rescrito papal proibindo-se a conversão forçada dos judeus, o respeito pelas solenidades judaicas, o respeito pelas sinagogas e a imposição de novos tributos pelo clero àquele povo. Cfr. RIOS, José Amador de los – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. II..., pp. 199-200.

⁶⁰ AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. II..., pp. 186-195.

Por outro lado, seria durante o reinado de D. Afonso IV que, efetivamente, se iriam aplicar as disposições do IV Concílio de Latrão no que diz respeito ao uso dos distintivos pelos judeus. Portugal seria assim o primeiro estado peninsular a aplicar, *de jure*, esta disposição conciliar⁶¹. No entanto, tal determinação legislativa não parece ter a eficácia desejada pois nos reinados seguintes nova queixa sobre esta matéria *é feita pelo clero*. Aliás, D. João I seria profícuo em isentar os judeus quanto ao uso de sinais ou distintivos. O certo é que muitos monarcas europeus solicitariam licenças ao Papa para serem dispensados do cumprimento desta obrigação, visto que tinham muitos membros desta comunidade religiosa ao seu serviço. Ora numa queixa dirigida a por clérigos D. João I responde invocando precisamente este facto, isto é, que estas práticas seriam habituais “noutras terras”. Além do mais, se os prelados ainda acusavam este rei de empregar ao seu serviço cirurgiões e físicos judeus, o monarca, curiosamente, responderia que “(...) assim se fazia na corte de Roma e que o Papa passou disto carta aos Judeus”⁶², isto é, por outras palavras, não se achava na obrigação de respeitar os cânones conciliares, uma vez que o próprio Papa também não os respeitava. Por fim, no reinado do de “Boa Memória”, os clérigos acusariam ainda o monarca de subtrair à jurisdição eclesiástica os conversos que posteriormente abjuravam a sua nova fé regressando à antiga. O rei responde que cabia à justiça secular aplicar a pena temporal e que só voltando os apóstatas à fé cristã poderia a jurisdição eclesiástica adquirir tal competência.

Chegados a este ponto vejamos as normas vertidas no Livro II das Ordenações Afonsinas.

1.3 Estatuto jurídico dos Judeus nas Ordenações Afonsinas: o Livro II.

O Livro II das Ordenações Afonsinas dedica 33 títulos aos judeus, os quais versavam sobre os privilégios e das limitações de direitos destes. Apesar de se tratar de legislação secular a mesma é de clara inspiração romano-canónica, absorvendo alguma legislação conciliar e de origem romana.

⁶¹ AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. II..., p. 198; Entendemos trazer aqui um pequeno apontamento *a latere* sobre o reinado do sucessor de D. Afonso IV, D. Pedro, o Justiciero ou o Cru. Este monarca não fazia distinção entre estatutos sociais, na hora de fazer justiça. O mesmo se aplicava aos judeus, por quem tinha alguma tolerância (cfr. AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. II..., p. 266-268). Fernão Lopes, traz-nos na sua crónica deste reinado, um relato de um episódio em que isso mesmo se comprova. Cfr. LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. 2ª Edição. Lisboa: INCM, 2007, pp. 27-30.

⁶² FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa* ..., p. 244, nota de rodapé 467; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com diversas potências do mundo*. Vol. 9. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa [1864], p. 404, *apud* FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa*..., p. 404.

1.3.1 Os privilégios.

a) *Autonomia das comunas dos judeus.*

As comunas dos judeus, organizadas em termos semelhantes à organização municipal, governavam-se pelo seu próprio direito⁶³ em todas as causas ou pleitos em que os intervenientes fossem hebreus. Os membros de cada comuna escolhiam os seus magistrados por pelouros. A eleição dos seus magistrados obedecia a um procedimento especial, pois a eleição dos oficiais e do *arrabi* da comuna necessitava da confirmação anual, por parte do *arrabi-mor*⁶⁴, que lhes passava cartas em nome do rei⁶⁵. O juiz da comuna era o *arrabi*, assistido por alguns vereadores, e a este cabia o julgamento de todas as causas cíveis e criminais entre judeus. Mas no que dizia respeito a matéria fiscal⁶⁶, a competência recaía exclusivamente sobre os juízes régios⁶⁷.

No entanto, quanto às querelas entre cristãos e judeus, a jurisdição variava de acordo com a matéria, isto é, cível ou criminal. No caso da matéria cível, a competência era determinada pelo foro do réu⁶⁸, isto é, se o judeu fosse réu, o cristão deveria demandá-lo perante o seu *arrabi*; se o réu fosse cristão, o judeu deveria demandá-lo perante o juiz cristão. O mesmo acontecia se a contenda fosse entre judeu e mouro. Excepcionava-se os casos das cidades e vilas em que o rei prouvia com um juiz que conhecesse de todas as causas, em regra geral, o alvazil⁶⁹. No caso da matéria criminal, a competência cabia, se o acusado fosse judeu, sempre à justiça cristã, independentemente a que comuna este pertencesse.

Das sentenças proferidas pelos *arrabis* das comunas, em matéria penal, cabia apelação para o *arrabi-mor*, mas, em última instância, caberia apelação ou agravo para o rei⁷⁰. Em matéria cível, caberia agravo ou apelação para o *arrabi-mor* ou para os seus ouvidores das comarcas⁷¹, sem prejuízo de um recurso *per saltum*⁷², para o rei⁷³.

⁶³ Pelo Direito Talmúdico.

⁶⁴ O *arrabi-mor* do Reino exercia, em nome do rei, jurisdição sobre todas as comunidades hebraicas de Portugal. Este disponha de um ouvidor-adjunto, de um chanceler, portador do selo privativo do *arrabi-mor*, de um escrivão-jurado (redigia as sentenças/desembargos) e de um porteiro-jurado (executava as penhoras e a execução de sentenças). Dispunha ainda de ouvidores distribuídos pelas comarcas do Porto, Torre de Moncorvo, Viseu, Covilhã, Santarém, Évora e Faro, por forma a minorar as despesas das partes. Cfr. O.A., Livro 2, título 81

⁶⁵ O.A., Livro II, título 81, n.º 23.

⁶⁶ Dízimas, portagens e sisas ou quaisquer outros direitos reais.

⁶⁷ O.A., Livro II, título 71, n.º 2.

⁶⁸ O.A., Livro II título 92, n.º 2.

⁶⁹ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, pp. 32-33 e 72-73.

⁷⁰ O.A., Livro II, título 81, n.º 30.

⁷¹ O.A., Livro II, título 81 n.º 30.

⁷² O.A., Livro II, título 81 n.º 31.

⁷³ O.A., Livro II, título 81, n. 30 e 31.

As comunas judaicas possuíam ainda um almotacé⁷⁴ próprio e um procurador e tesoureiro responsáveis por zelarem pelo património daquelas e por arrecadarem as rendas, os dinheiros e os bens⁷⁵.

b) *Direitos e garantias dos judeus perante os cristãos.*

Uma lei de D. João I, de 1392, recolhida no livro II, título, 94, n.º 4-5 das Ordenações, determinava que se observasse a bula do papa Clemente VI, a qual foi confirmada por Bonifácio VIII. Esta visava proteger os judeus da conversão forçada e impunha às populações cristãs o respeito pelo seu património e costumes. No entanto, esta disposição ia mais longe, pois garantia não só a liberdade de religião, mas também do exercício do culto, nomeadamente no que dizia respeito à celebração das suas festas, à prática dos seus costumes⁷⁶, bem como o resguardo dos seus cemitérios⁷⁷. O cristão que infringisse esta norma seria punido com a excomunhão⁷⁸. No entanto, estes *privilégios* em tudo estavam condicionados ou dependentes da reciprocidade, isto é, que os hebreus nada praticassem contra a fé cristã⁷⁹.

Em matéria de direito processual, a pedido dos judeus de Lisboa, D. João I concede, vários privilégios.

Em primeiro lugar, os judeus não seriam obrigados a comparecer em juízo aos sábados e durante os dias da Páscoa.⁸⁰ A este acrescentar-se-ia o direito a uma espécie de princípio presunção da inocência. Isto porque, normalmente, os cristãos, sem necessidade de quaisquer provas, faziam pronta acusação contra os judeus. O mais pequeno rumor contra os judeus tomava-se por verdadeiro. Ora, era usual, em Portugal, correr o rumor que os judeus se tinham tornado cristãos nos reinos peninsulares vizinhos, e que, logo chegados a Portugal, voltavam aos seus antigos costumes. Na realidade, o que acontecia era que muitos deles tinham adoptado nomes cristãos para escapar à morte nas perseguições em Castela e Aragão, mas, na realidade, não se tinham baptizado segundo os preceitos canónicos. Novamente, D. João I, por solicitação dos judeus de Lisboa, imporia que os judeus não poderiam ser despojados dos seus bens, nem presos, a não ser depois de apresentada querela contra eles e provado por testemunhas, que, efectivamente, se tratavam de baptizados. Só se fizesse prova disso é que se aplicaria a justiça devida aos apóstatas⁸¹. Caso tal procedimento não fosse cumprido, ficavam os acusadores obrigados a repararem os

⁷⁴ Inspector camarário de pesos e medidas que fixava o preço dos géneros.

⁷⁵ O.A. Livro II, título 81, n.º 17

⁷⁶ O.A. Livro II, título 94, n.º 6.

⁷⁷ O.A., Livro II, título 94, n.º 8.

⁷⁸ O.A., Livro II, título 94, n.º 9.

⁷⁹ O.A., Livro II, título 94, n.º 10.

⁸⁰ O.A., Livro II, título 90.

⁸¹ O.A., Livro II, título 77, n.º 1 a 3.

danos causados aos judeus injustamente acusados⁸².

De igual forma em matéria processual consagrou-se que, nos pleitos em juízo, de cristão contra judeu – a partir do reinado de D. Dinis – que uma acusação contra o judeu só valeria se fosse corroborada não só por testemunho de cristão, mas também por de um judeu⁸³. Esta norma acrescentava ainda que, em pleito de judeu contra judeu, valesse o testemunho de cristão⁸⁴.

No que dizia respeito à cobrança de dívidas de judeus a cristãos, pretendiam estes últimos nas cortes de Santarém no reinado de D. Afonso IV, que as dívidas aos judeus prescrevessem no prazo de 20 anos. No entanto, o monarca responde que sobre esse assunto se “guarde o direito comum”, isto é, que os judeus podiam continuar a exigir o pagamento das dívidas para além desse prazo⁸⁵.

Por fim, em matéria de heranças, e por forma a incentivar a conversão dos judeus, determinavam as Ordenações, recolhendo uma lei de D. Afonso II, que os conversos não poderiam ser deserdados pelos pais, regulando-se a forma como se deveria proceder em caso de existirem mais herdeiros⁸⁶.

1.3.2 As limitações de direitos.

1.3.2.1 Regime Fiscal.

Desde logo, havemos de mencionar o opressivo regime fiscal imposto, em especial, desde o reinado de D. Afonso IV e que foi recolhido pelas Ordenações, do *Ordenamento de Valada*⁸⁷, de 15 de Novembro de 1352⁸⁸. Em primeiro lugar, consagrava o chamado “serviço real” que consistia num imposto colectado sobre o indivíduo, isto é, *per capita*⁸⁹, e sobre os bens de raiz, bem como de mercadorias

⁸² O.A., Livro II, título 77, n.º 4. José Amador de los Rios duvida da bondade desta medida de D. João I (cfr. AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. II..., pp. 472-476) enquanto José dos Remédios é crédulo dessa boa vontade real (cfr. REMÉDIOS, José dos – *Os Judeus em Portugal* ..., pp. 211-212). Ora cabe o recurso à temperança para determinar uma possível realidade dos factos: milita a favor do monarca o facto de este se ter apoiado, durante a crise dinástica 1383-85, na comunidade judaica, ter ao seu serviço gentes daquela crença, mas, pelo contrário, sujeito às pressões dos procuradores, em sede de Cortes, não é demais incomum os monarcas tomarem uma medida hoje e mitigá-la amanhã. Quanto à situação, em concreto, caberia aos aplicadores da lei o fiel cumprimento ou não da disposição e ao monarca navegar pelos tortuosos caminhos da política da época.

⁸³ O.A., Livro II, título 88, n.º 2.

⁸⁴ O.A., Livro II, título 88, n.º 8.

⁸⁵ O.A., Livro II, título 84.

⁸⁶ O.A., Livro II, título 79.

⁸⁷ O.A. Livro II, título 14, n.º 15.

⁸⁸ AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. I..., pp. 190-194.

⁸⁹ “Primeiramente todo o judeu desde que for em idade de catorze anos em diante, e se for casado, ou viúvo, pague 20 soldos em cada ano. E a judia que for casada, ou viúva, pague 10 soldos. E o judeu ou judia não paguem nenhuma coisa até sejam em idade de sete anos; e desde a dita idade de sete anos em diante a judia pague 2 soldos e meio até que seja em idade de doze anos; e o judeu pague 5 soldos até que seja em idade de

compradas e vendidas, incluindo os géneros para consumo diário. Exceptuava-se a casa de habitação, os animais de trabalho, as alfaías e os livros. Em especial, no caso do vinho, cada tonel deveria pagar 40 soldos de imposto. Todo o indivíduo que ocultasse do escrivão d'el-rei alguma pipa ou tonel para não pagar o imposto, à primeira infracção a mencionada pipa ou tonel seria-lhe confiscado enquanto que na segunda infracção, perderia todo o vinho. Na terceira e subseqüentes infracções, além de perder o vinho, seriam-lhes aplicadas outras penas à discrição do rei.

Por outro lado, e uma vez que cada comuna tinha o seu degolador⁹⁰, caberia a este cobrar por cada peça de carne para vender ou comer uma quantia que variava entre os dois dinheiros até aos 20 soldos, dependendo do animal em causa. Igualmente, o pescado também não escapava à tributação, assim como o pão, fruta e outras mercadorias a grosso, como o mel, cera, panos, prata, ouro, ferro, cobre⁹¹.

As propriedades dos judeus estavam sujeitas ao *oitavo do renovo*⁹² e os gados, outras bestas e colmeias ao *dízimo do renovo*⁹³. Ora, perante esta opressão fiscal trazida pelo *Ordenamento de Valada*, uma das soluções, para o judeu, seria abandonar o reino. Prevendo tal, D. Afonso IV, fez constar a proibição de qualquer hebreu, sem autorização régia e com um património superior a 500 libras em abandonar o reino. Caso contrário, os seus bens seriam confiscados para a Coroa e ficariam à mercê do rei⁹⁴.

Apesar deste pesado regime fiscal, os judeus também não gozavam de isenções tributárias, auferidos por algumas populações cristãs, pelo que deveriam pagar outros direitos ou impostos, nomeadamente as portagens⁹⁵. No entanto, como forma de propiciar à sua conversão ao Cristianismo, os conversos passariam a gozar das mesmas isenções que recaíam sobre os cristãos, crescidos de outros privilégios, nomeadamente, não lhes seria exigido que possuíssem cavalo e armas quando a sua fortuna atingisse a quantia definida por lei ou, então, não seriam obrigados a prestar serviço enquanto besteiros do conto ou homens da vintena do mar⁹⁶.

1.3.2.2 Leis de afastamento entre a maioria cristã e a minoria judaica.

De todas as leis respeitantes aos judeus a mais difícil de aplicar seriam as leis de

catorze anos. E a judia desde que for em idade de doze anos, em diante, e não for casada e viver em poder do pai, ou da mãe, ou de outrem, ou servir a outrem, pague meio maravedi, que são 7 soldos e meio; e se viver para si, pague 10 soldos; e o judeu que for de catorze anos em diante, e não for casado, e viver em poder alheio, pague um maravedi, que são 15 soldos em cada ano; e se viver para si, pague 20 soldos" (O.A., Livro II, título 74, n.º 2).

⁹⁰ Oficial responsável pela matança dos animais, segundo o costume hebraico.

⁹¹ O.A., Livro II, título 74, n.º 3 a 11.

⁹² O.A., Livro II, título 74, n.º 12.

⁹³ O.A., Livro II, título 74, n.º 13.

⁹⁴ O.A., Livro II, título 74, n.º 14.

⁹⁵ O.A., Livro II, título 69.

⁹⁶ O.A., Livro II, título 83, n.º 1 e 2.

separação entre cristãos e judeus. A ineficácia destas é patente, em especial durante todos os reinados da primeira dinastia, pois são por demais frequentes as queixas em Cortes sobre o seu não cumprimento.

Se a criação de judiarias é a medida de afastamento mais conhecida, outras medidas foram compiladas pelas Ordenações. Assim, a partir das Cortes de Elvas (1361)⁹⁷, realizadas no reinado de D. Pedro, a existência de 10 ou mais judeus⁹⁸, numa localidade, importava a sua separação em judiarias⁹⁹. Perante as persistentes queixas, D. João I determinaria a ampliação das judiarias existentes que fossem mais pequenas. Durante a noite, era obrigatório aos judeus recolher àquelas zonas residenciais. Sucede, porém, que muitos judeus eram encontrados fora destas, nomeadamente porque estes arrendavam casas em bairros cristãos¹⁰⁰ para aí pernoitarem, ou porque simplesmente o controlo das entradas e saídas da judiaria não existia. Por isso, no reinado daquele monarca durante a noite, a saída daqueles aglomerados populacionais passou a ser duramente punida com pena de prisão e confisco dos bens dos prevaricadores¹⁰¹.

⁹⁷ “Item Ao que diziam no X1.º Artigo que em Alghuus logares do nosso Senhorio moram os Judeus e mouros mesturados antre os christãos Recebem scandalo e nojo E que fosse mercee que mandamssemos que morassem em logar apartado e nom antre os christãos (...)”, em ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português – Elementos Auxiliares*. Lisboa: Edição Pedro Ferreira, 1992, p. 652.

⁹⁸ “A este Artigo Respondemos que se faça como per eles he pedido E esto se entenda nas vilas grandes e nos outros logares hu ouuer ata dez Judeus ou Mouros e Mandamos aas Justiças que lhis dem logares aguisados pera sa morada E esto medes se entenda nos Mouros (...)” em ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português – Elementos Auxiliares...*, p. 652.

⁹⁹ O.A. Livro II, título 76, n.º 4. Fernão Lopes, na sua Crónica de Pedro, indica-nos qual a pena a aplicar aos que violassem essa proibição de recolher à judiaria: “E mandou que qualquer judeu ou mouro que depois do sol fosse achado pela cidade, que com pregom publicamente fosse açoutado per ella”, em LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro...*, p. 25. Confirma-se o relato de Fernão Lopes, através de um documento, de 1366, da Chancelaria de D. Pedro as excepções à regra: “Dom Pedro ect A uos juizes da cidade de lixboa e todallas outras mjnhas Justiças que esta carta vides saude sabede que a comuna dos judeus dessa cidade me enujarom dizer que em essa cidade foy publicada hua mjnha hordenaçom na qual era contheudo antre as outras coisas que eu mandua que se alguu judeu fosse achadado em essa cidade fora de Judaria depois do sol posto que o açoutassem per essa cidade com pregom. E porque dizem que mujtos judeus da dicta cidade som mesteiraães. s. deles som alfaiates e deles ham outros mesteres taães que nom podem escusar que nom andem per essa cidade requiringo o que lhes compre E outros que vêem de seu camjnho e nom podem com dia colher se a essa judiaria Pedirom me por merece que temperase a dicta hordenaçom com mjnha merece fosse. E eu veendo o que me pediam E querendo lhe fazer graça e merece Tenho por vm e mando que os dictos judeus possam andar per essa cidade e fazerem sua prol ataa que tangam as que marias na see dessa cidade. Porem uos mando que os nom prendaães nem lhe façaães outro desaguisado quanto ho he por a dicta razom nem consentades a outrem que lho por elo faça nom embargando a dicta mjnha hordenaçom saluo se os achardes andar per essa cidade depois que tangem aas aues marias na see dessa cidade como dicto he vmde al nom façades. E em testimunho desto mandei dar a adicta comuna esta mjnha carta. Dante em Leiria noue dias de nouembro el rrey mandou per mestre Gonçalo das degrataães seu uasallo Afonso stevez a fez. Era de mjliiij e quatro annos...”, em ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português – Elementos Auxiliares ...*, pp. 655-656.

¹⁰⁰ “Tal como há judeus a habitar nos bairros cristãos, assim também alguns cristãos ousam morar nas judiarias. D. Diogo de Azambuja, Arcebispo de Lisboa (1402-1414), alude com indignação ao facto de alguns membros da população cristã se atreverem a residir nos bairros judaicos”, em FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 66.

¹⁰¹ O.A., Livro II, título 76, n.º 2.

No entanto, perante tão pesadas e gravosas sanções e por intervenção de várias comunas de judeus, o referido rei entende alterar a dita ordenação, substituindo a pena de prisão e confisco, pela pena de multa. À terceira infracção, o infractor incorreria, além da multa, no açoitamento público¹⁰². Estabelece-se um regime de excepção à aplicação destas normas¹⁰³, em determinadas ocasiões¹⁰⁴.

Quanto ao uso do distintivo, determinado pelo IV Concílio de Latrão, a situação ao tempo de D. João I não era muito diferente dos reinados anteriores, isto é, uma situação de completa ineficácia de obediência à lei, fruto, também, como já referimos, de várias dispensas da aplicação de tal disposição¹⁰⁵. O de “Boa Memória”, pressionado pelos queixumes do povo e clero, determinaria penas de extrema dureza àquele que não usasse o distintivo¹⁰⁶, nomeadamente, 15 dias de prisão e a perdas das vestes que usasse à altura da infracção.

Durante o reinado de D. Duarte, determinou-se ainda a proibição da simples conversação entre pessoas de sexo oposto e de diferente religião. Exceptuam-se, apenas, os casos de extrema necessidade, que por motivos profissionais, implicassem uma visita domiciliária, nomeadamente nos casos do físico, do cirurgião, do alfaiate, dos tecelões, dos besteiros de lã, pedreiros, carpinteiros, etc.¹⁰⁷ Ainda assim, a entrada

¹⁰² O.A. Livro II, título 80, n.º 2.

¹⁰³ O.A., Livro II, título 80, n.º 12.

¹⁰⁴ Se o judeu vier de fora da vila ou de alguma quinta ou lugar, em direcção à judiaria e anoitecer no caminho (O.A. Livro II, título 80 n.º 4); - Se de noite chegar a um lugar e a tais horas a judiaria já estiver fechada, pode dormir, onde dormem outros homens, isto é, na estalagem da vila (O.A., Livro II, título 80 n.º 5); - Se vier de barco, durante a noite, e o barco aportar num lugar qualquer, pode ir dormir à judiaria se aí a houver, ou então a outra casa ou estalagem onde estiverem cristãos (O.A., Livro II, título 80, n.º 6); - Se o judeu tiver quinta, ou lugar fora da cidade ou vila, ou vila ou lugar, onde não existir judiaria, pode estar nesse lugar e de noite procurar as pessoas que lhe ajudem a tratar dos seus bens, mas com a condição de não estarem dentro das casas com mulheres cristãs, na ausência de seus maridos (O.A., Livro II, título 80, n.º 7); - Se depois do tocar do sino, acontecer que o judeu está num lugar dentro da cidade ou vila e ele vem a caminho, para a judiaria, se aí não houver judiaria, não será preso, ainda que a oração seja dita antes de ele aí poder chegar (O.A., Livro II, título 80, n.º 8); - Se o judeu for chamado por uma pessoa e necessitar de ir a sua casa, pode-o fazer, contanto que leve candeia e um cristão consigo, enquanto for e vier. Podem fazê-lo o físico, cirurgião ou outros mesterais, se por causa dos seus ofícios forem chamados (O.A., Livro II, título 80, n.º 9); - Se os judeus forem rendeiros das sisas de el-rei, podem guardar e arrecadar as suas rendas de noite, desde que tragam consigo cristãos e os não encontrem em casa suspeita (O.A., Livro II, título 80, n.º 11); - Que fora das vilas e lugares, podem os judeus andar caminho de noite e atravessá-las se o caminho for por aí (O.A., Livro II, título 80, n.º 10).

¹⁰⁵ São dispensados além dos que estão ao serviço do rei, outros senhores grados do reino peticionam ao rei, que dispense os funcionários de suas casas. Cfr. FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 61; AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. II..., p. 268. O Artigo 85º das Cortes de Lisboa de 1371, reinado de D. Fernando refere: “Ao que dizem aos oijteenta e cinco arrtigos que per nosso padre ffoj Mandado pera aujtar mujtos maaes que se seguiram que os Judeus trousem signaaes nos peitos pera sseerem conhecidos E agora per nosas cartas que Outorgamos a alguus Judeus que os nom tragam. E pediam nos que ffosse nossa merçee que nom desemos taaes cartas.E mandamos que as dadas som que nom ualesem. A este arrtigo rrespondemos e dizemos que a nos praz delo e mandamos que asy se guarde”, em ALBUQUERQUE, Ruy de, ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português – Elementos Auxiliares ...*, p. 656.

¹⁰⁶ O.A., Livro II, título 86.

¹⁰⁷ O.A., Livro II, título 67, n.º 1.

de um mercador judeu numa casa de uma cristã por necessidade de arrecadar alguma coisa apenas era consentida na presença de um ou dois homens ou mulheres cristãs. Pela violação desta norma ao judeu cabia uma multa de 50.000 libras¹⁰⁸. Às mulheres que se deslocassem às lojas dos judeus, sem a companhia de um cristão, determinava-se semelhante punição¹⁰⁹.

De forma a garantir uma maior separação no convívio, entre as duas comunidades, e evitar a contaminação por hábitos e costumes judaicos, existiam tabernas próprias para os judeus, onde se vendia e bebia o vinho judengo (*kosher*). O judeu que bebesse em taberna cristã existindo na localidade uma taberna própria para ele deveria pagar uma penalização ao alcaide-mor do lugar¹¹⁰. Com os mesmos objectivos, determinava-se a proibição - no seguimento das normas canónicas e romanas - da posse de servos ou escravos cristãos, independentemente desse trabalho ser remunerado ou gratuito¹¹¹.

Em matéria de direito da família, as Ordenações determinavam que se o marido judeu se convertesse ao Cristianismo, o mesmo deveria dar carta de quitação¹¹² à sua mulher, isto é, divórcio, no prazo de um ano, no caso desta não seguir a nova fé do marido¹¹³. Determinava, ainda, esta ordenação, que se o marido não der carta de quitação e a sua mulher se mantiver judia, poderia este ser coagido, judicialmente, a dar-lhe o divórcio¹¹⁴.

Mais difícil se mostrava fazer aplicar a proibição canónica¹¹⁵ dos judeus ocuparem cargos públicos. Os primeiros reis de Portugal haviam beneficiado da boa administração da fazenda pública por parte dos judeus, assim como os monarcas dos reinos vizinhos. O receio do clero fundava no facto de que estes judeus se aproveitassem, dos seus cargos, para realizar proselitismo junto dos cristãos. Se bem que já desde o reinado de D. Afonso II existisse legislação que proibia a ascensão de judeus a ofícios régios¹¹⁶, a verdade é que os monarcas seguintes dela fizeram

¹⁰⁸ O.A., Livro II, título 66, n.º 1.

¹⁰⁹ À mulher, caso fosse de elevada condição, cabia uma multa de 50.000 libras, por cada vez que infringisse o preceito. No caso das mulheres de baixa condição, à primeira vez, cabia uma multa de 10.000 libras, à segunda de 20.000 e à terceira vez seriam açoitadas publicamente. O.A., Livro II, título 66, n.º 3 e 4.

¹¹⁰ O.A., Livro II, título 91. Cinquenta reais brancos.

¹¹¹ O.A., Livro II, título 66, n.º 1. A primeira referência, no direito português, a esta proibição remonta ao reinado de D. Afonso II: “Lei XXVIII (...) Item defendemos aos Judeus e aos mouros so pena de quanto ouuerem que nom aiam por sergentes en sas casas christãaos nem molheres livres nem sseruas. E se contra nosso mandamento quiserem hir perçam quanto ouuerem”, em NOGUEIRA, José A. A. Duarte – *Lei e Poder Régio I. As Leis de Afonso II*. Lisboa: AAFDL, 2006, p. 355.

¹¹² Isto é, carta de “guete”.

¹¹³ O.A., Livro II, título 72, n.º 1.

¹¹⁴ O.A., Livro II, título 72, n.º 2.

¹¹⁵ C. 69 do IV concílio de Latrão.

¹¹⁶ Lei XXVIII “Porque aqueles que ssom honrados polo sancto baptismo nom devem a seer agrauados dos Judeus. Os quaaes nos assy como testemunho da morte de Jesu christo deuem a seer defesos solamente porque som homeens. Poren mandamos e estabelecemos que nem nos nem nossos suçessores nom façam Judeu nem mouro nosso ouençal nem lhis coisa encomendar per que os christãaos en algua coisa sseiam agrauados.

letra morta. No entanto, as Ordenações dão-lhe novo fôlego¹¹⁷ acrescentando uma lei, do tempo de D. Duarte, que proíbe os infantes, arcebispos, bispos, condes, mestres, abades, comendadores, cavaleiros, escudeiros e outros grandes senhores, de terem ao seu serviço, como oficiais, judeus, infracção que era punida com uma pena pecuniária de 1.000 dobras de ouro. O judeu que aceitasse tal ofício seria punido com cem açoites¹¹⁸.

1.3.2.3 Leis de carácter económico-financeiro e contratual.

No campo financeiro e económico, as Ordenações proibiam os judeus de serem arrendatários das receitas das igrejas e mosteiros. Esta proibição prendia-se com o escândalo causado pelo facto dos judeus recolherem as rendas e as administrarem¹¹⁹. Certo é que o judeu que ousasse desobedecer a esta prescrição seria punido com uma multa de 50.000 libras e receberia 100 açoites¹²⁰.

Um assunto particularmente caro e objecto de aturado tratamento, de todos os legisladores europeus, onde se encontrassem radicadas comunidades judaicas, era a usura. Esta matéria era objecto de frequentes e inúmeras queixas¹²¹ do povo. Por forma a mitigar tais problemas e de forma pragmática, em alguns países, optou-se por fixar as taxas de juro aos judeus. Em França, a taxa fixada era de 43% enquanto que na vizinha Leão e Castela, no reinado de Afonso X, fixar-se-ia em 33%¹²². Por cá, as Ordenações recolhiam uma lei de D. Afonso IV que proibía a usura¹²³, quer a

E perro non defendemos aos outros que lhys os seus serujços possam encomendar. (...)”, em NOGUEIRA, José A. A. Duarte – *Lei e Poder Régio I. As Leis de Afonso II* ..., pp. 354-355.

¹¹⁷ O.A., Livro II, título 85, n.º 1.

¹¹⁸ O.A., Livro II, título 85, n.º 3.

¹¹⁹ O.A., Livro II, título 86, n.º 1.

¹²⁰ O.A., Livro. II, título 86, n.º 3.

¹²¹ “A acrimónia cristã apresenta-se contra o credor judeu, procurando enganá-lo. A comunidade judaica de Santarém queixa-se a D. Afonso III de que os devedores cristãos vendem os bens que entregam como penhor dos dinheiros que recebem emprestados (...) O reverso da medalha também é verdadeiro. De facto, os povos queixam-se nas cortes de Santarém de 1331, de que os credores judeus recebem por duas vezes o dinheiro emprestado, pois nos contratos escrevem um nome que não é o deles, e quando os cristãos lhes vão pagar a dívida, alegam que perderam a escritura, embora recebam a quantia. Passados anos, o devedor é, de novo, obrigado a pagar o dinheiro a um outro judeu, que não é quem lho emprestou, mas sim um outro cujo nome figura no contrato”, em FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*..., p. 77.

¹²² Seria a média das taxas de juros cobradas, pelos judeus, durante a Idade Média. No século XVI, em Nápoles, após a expulsão dos judeus, os prestamistas cristãos, chegaram a cobrar 240% segundo A. Castro *apud* FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa*..., p. 283, nota 544.

¹²³ As Ordenações não nos dão a noção de usura. Entendemos, por isso, que usura seria cobrar em juros o valor superior ao capital, conforme disposto na lei, de 14 de Dezembro de 1266, de Afonso II. A taxa de juros a que os judeus faziam empréstimos a dinheiro, em Portugal, não é muito fácil de determinar. Serve-nos, no entanto, de referência uma tenção com o título “Cuidar e respirar” do poeta do Cancioneiro Geral, Francisco da Silveira. Ao exaltar o cuidar dos judeus, alega em seu favor, várias autoridades, nada menos que oito judeus, conhecidos, na época. A eles lhes aplica estes versos irónicos, por se não bastarem com 30%: “Cuidam no arrendamento, Quando cuidam em demcampar, E cuidam que por cento, Trinta é pouco ganhar”, em FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa*...,

cristãos, quer a judeus, determinando a perda dos bens objecto do contrato viciado, a favor do devedor, acrescido do rendimento obtido pela actividade prestamista¹²⁴. No entanto, tal obedeceria a um procedimento com indicação de provas para a punição dos que praticavam este tipo de negócios. De igual modo, estabelecia-se a forma de exoneração do devedor, nomeadamente no que dizia respeito à restituição do capital¹²⁵. No entanto, em caso de empréstimos de dinheiro, entre judeus e cristãos, caberia aos primeiros provarem, em juízo, que a dívida ainda não foi paga¹²⁶.

Para se evitarem abusos, recolheram as Ordenações uma lei de D. Pedro – a qual é amenizada por D. Afonso V – determinando que os contratos¹²⁷, entre judeus e cristãos, sejam feitos perante juiz, ou caso não fosse possível, perante dois tabeliães e três homens-bons cristãos, à custa do judeu¹²⁸. Da mesma forma, este preceito legal, obrigava a que os pagamentos e entregas das coisas fossem realizados perante os referidos oficiais¹²⁹. Pretendia-se desta forma evitar-se vícios contratuais que, nos termos exarados pela lei de D. Pedro, eram punidos com a pena de morte¹³⁰.

No entanto, o legislador das Ordenações, atendendo a que tal procedimento era excessivamente oneroso para os hebreus, determinou apenas que os contratos iniciais seriam feitos perante os supracitados oficiais, dispensando-se essa formalidade nas entregas e pagamentos, substituindo-os por escritura pública ou testemunhas cristãs¹³¹.

Ainda no domínio contratual estava proibido o uso do hebraico, por criar suspeição de abusos, punindo-se com a pena de morte quem o fizesse¹³². Porém, achando o legislador das Ordenações exagerada tal lei joanina, determinar-se-ia que à violação deste preceito, por parte do tabelião dos judeus, corresponderia apenas o açoitamento público deste e a perda do cargo¹³³.

No que respeitava ao direito sucessório, fora criado, para os cristãos, o privilégio da lei da avoenga, as Ordenações recusaram-na a aplicá-la aos judeus, pois era

p. 286, nota 551.

¹²⁴ O.A., Livro II, título 96, n.º 3.

¹²⁵ O.A., Livro II, título 96, n.º 3 a 5. A mesma ordenação prevê uma norma para evitar o uso fraudulento desta lei, por parte dos devedores, cfr. O.A., Livro II, título 96, n.º 6.

¹²⁶ O.A., Livro II, título 97, n.º 2.

¹²⁷ Adoptamos quanto a esta norma o entendimento de Maria José Ferro em que refere “Cedo os nossos reis se preocupam em legislar sobre o modo de feitura deles, procurando evitar que ambas as partes se enganem mutuamente, pois não podemos nem devemos afirmar apenas que o judeu procura confundir e ludibriar o cristão. Algumas vezes, é ele o lesado (...)” (FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 69).

¹²⁸ O.A., Livro II, título 73, n.º 3.

¹²⁹ O.A., Livro II, título 73, n.º 4.

¹³⁰ O.A., Livro II, título 73, n.º 1. A crueza de D. Pedro em punir delitos de menor gravidade é por demais conhecida mas também justificada como nos relata Fernão Lopes (cfr. LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro...*, p. 26).

¹³¹ O.A., Livro II, título 98, n.º 2.

¹³² O.A., Livro II, título 93, n.º 1.

¹³³ O.A., Livro II, título 93, n.º 2.

aos cristãos que esta lei favorecia, visto que quem usualmente adquiria as propriedades destes eram os judeus.

1.3.2.4 Ofensas ao Cristianismo pelos judeus.

No reinado de Afonso III, fora outorgada uma lei para punir o judeu, pelo fogo, que danificasse uma igreja. Se o instigador fosse um cristão e cavaleiro, este pagaria 300 maravedis ao rei, além de ser degradado do reino por um ano; se este fosse escudeiro ou peão ou de condição inferior seria morto¹³⁴. As Ordenações, além de recolher esta lei, rectificam-na no sentido de agravar a pena ao cristão de mais elevada condição, com a obrigação de pagarem 100 escudos de ouro e sofrer o degredo por dois anos¹³⁵.

Por fim, de inspiração romano-canónica, a apostasia dos conversos judeus seria punida com a pena de morte, por lei do tempo de D. Afonso II¹³⁶. Se é verdade que ninguém, por determinação das normas canónicas, deveria ser forçado a baptizar-se, depois do fazer não poderia voltar atrás. Ainda assim, relativamente, aos “tornadiços”, antes de serem condenados à morte, era-lhes dada a possibilidade de se retratarem¹³⁷. As Ordenações aplicavam, igualmente, a mesma pena aos cristãos que sempre foram cristãos e que se convertessem ao Judaísmo¹³⁸.

1.3.2.5 Outras proibições e penas.

Uma lei de D. João I proibiria os judeus de saírem ou usarem armas, a receber o rei, rainha, infantes ou em outras festividades, pois nessas solenidades, geralmente, ocorriam desacatos que originavam mortes e ferimentos. Assim, em caso de violação deste preceito, as armas seriam confiscadas aos seus portadores e as comunas, donde os judeus fossem originários, seriam obrigadas ao pagamento de 10.000 dobras de ouro para a Câmara do rei¹³⁹. Como tal, as comunas dos judeus reclamariam, já no reinado de D. Afonso V, que tal pena era irrazoável, o qual concedeu imunidade àquelas, desde que estas não fossem coniventes na violação da lei¹⁴⁰.

¹³⁴ O.A., Livro II, título 87.

¹³⁵ O.A., Livro II, título 87, n.º 1.

¹³⁶ Lei XXVIII “(...) E outrossy defendemos que depois que o Judeu o mouro for tornado aa fe de iesu christo que nom torne aa fe que ante tijnha. E se o fezer perça a cabeça se depois que for amoestado nom sse quiser tornar ou emendar”, em NOGUEIRA, José A. A. Duarte – *Lei e Poder Régio I. As Leis de Afonso II...*, p. 355.

¹³⁷ O.A., Livro II, título 95, n.º 1.

¹³⁸ O.A., Livro II, título 95, n.º 2.

¹³⁹ O.A., Livro II, título 75, n.º 2.

¹⁴⁰ O.A., Livro II, título 75, n.º 4.

2. Conclusão.

As Ordenações Afonsinas, no concerne ao estatuto jurídico dos judeus, não trouxeram medidas de carácter inovador uma vez que limitaram-se, através da compilação do *Ius Commune*, do Direito Canónico e do incipiente direito pátrio, a transpor normas de vários séculos consagradas quer na legislação romana (veja-se o caso do *Codex* de Teodósio) quer dos cânones conciliares. Recolheram, também, do Código Visigótico e normas das compilações castelhanas, que o âmbito do presente trabalho não permitiu analisar detalhadamente e para as quais remetemos, nas fontes legislativas abaixo enunciadas.

A nossa análise parte de um documento proveniente da chancelaria real logo, como afirma Maria José Ferro, de uma fonte cristã, faltando a contraposição com alguma documentação proveniente do arrabiado-mor ou das comunas¹⁴¹.

No entanto, importa analisar o binómio em que se baseou a nossa exposição, isto é, a contraposição entre privilégios e limitações. O que ressalta deste confronto é que o desejado *apartheid* imposto entre a comunidade cristã e judaica não era uma realidade. Várias medidas legislativas revelam que a própria segregação em bairros próprios não funcionava. Efectivamente, existiam judeus a viver nos bairros cristãos e, por outro lado, o controlo das entradas e saídas das judiarias era ineficaz.

Se por um lado, o legislador régio, para a satisfação de prescrições canónicas, pretende impor estas medidas de *apartheid*, por outro lado, é-lhe determinado por essa mesma legislação canónica medidas para atrair indivíduos à conversão à religião cristã. Contradizendo o que por último foi dito, o rei concede protecção aos seus judeus e tolerância às suas práticas e costumes religiosos, a troco de uma elevada carga fiscal que, no essencial, se encontra vertida no Ordenamento de Valada e que assenta também na dependência do poder económico e financeiro da comunidade hebraica, que constituía a reserva financeira do reino. É mediante estas trocas que o rei garante aos judeus a possibilidade de habitarem em comunidades próprias, regidas pelo próprio direito, pelo menos no que diz respeito a matérias do foro civil não sucedendo já o mesmo no foro penal.

Na vida quotidiana, proíbe-se os casamentos mistos, desincentiva-se o contacto social ou até mesmo profissional. Estes espaços devem ser distintos para cada uma das comunidades. Por outro lado, o monarca concede isenções ao uso de distintivos, concede ofícios públicos ao arrepio da sua própria legislação, perante o protesto de alguns sectores do Clero. No entanto, outros sectores privilegiados da sociedade medieval não se coíbem de usar os serviços dos hebreus.

Mas como diz Maria José Ferro, “a agressividade contra o judeu português é

¹⁴¹ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 149.

mais sensível numa leitura económica do que religiosa, embora esta também exista (...)”¹⁴². De facto, a preocupação tanto do legislador português, como de outros reinos da Europa, centra-se fundamentalmente na repressão da usura e na “malícia” contratual dos judeus. As punições para a violação da legislação económica e contratual relevam-se muito mais gravosas do que em aspectos da vida quotidiana.

Assim, ao contrário dos reinos vizinhos, judeus e cristãos de Portugal parecerem, pelo menos até ao século XV e apesar das políticas legislativas criar entre si laços de vizinhança¹⁴³.

No entanto, a partir da segunda dinastia acentua-se um progressivo aumento da virulência legislativa contra os judeus, se bem que mitigada por uma ou outra isenção ou rectificação. Tais medidas virulentas são consequência, entre outros, do crescimento económico das cidades e a constituição de uma burguesia mercantil¹⁴⁴. Este recrudesimento de ódios entre as duas comunidades irá desembocar numa forte perseguição ao povo judaico a partir do século XVI, que culminaria na sua expulsão de Portugal, na conversão forçada e na perseguição dos cristãos-novos pela Inquisição.

¹⁴² FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 150.

¹⁴³ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 150.

¹⁴⁴ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV...*, p. 153.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas:

FUERO REAL DE ALFONSO X, EL SABIO (Colección: Leyes Históricas de España), 1ª edição. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2015.

ORDENAÇÕES AFONSINAS, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

SIETE PARTIDAS – Edição da Real Academia de la Historia [consultado em Outubro de 2018]. Disponível em http://www.usc.es/histoder/historia_del_derecho/textos.htm

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. 2ª Edição. Lisboa: INCM, 2007.

Estudos:

ALBUQUERQUE, Martim de – “O Infante D. Pedro e as Ordenações Afonsinas”. *Biblos* Vol. LXIX (1993), p. 167.

ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português*. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1983.

ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português – Elementos Auxiliares*. Lisboa: Edição Pedro Ferreira, 1992.

ALMEIDA, Fortunato de – *História das Instituições em Portugal*. 3ª Edição. Coimbra: Imprensa Académica, 1915.

AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. I. Madrid: Imprenta de T. Fortanet, 1875, pp. 68-69.

AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos de España y Portugal*. Vol. II. Madrid: Imprenta de T. Fortanet, 1875, pp. 68-69.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

BARROS, Maria Filomena Lopes de; MONTALVO, José Hinojosa (dirs.) – *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica – Período Medieval e Moderno*. CIDEHUS, 2008 (edição OpenEdition Books, 2016), pp. 81-82.

BAYER, Y. – *Historia de los judíos en la España cristiana*. Madrid: Altalena, 1981.

CAETANO, Marcello – *História do Direito Português (1140-1495)*. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1992.

DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*. Lisboa: Zéfiro, 2008.

FERREIRA, Joaquim de Assunção – *Estatuto Jurídico dos judeus e mouros na Idade Média portuguesa* (Coleção Lusitana Canonica, Série C: monografias 1). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006.

FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1970.

FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. 2ª Edição. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

GOMES, Saul António – “Os Judeus no Reino Português (Séculos XII-XIII)”. In BARROS, Maria Filomena Lopes de; MONTALVO, José Hinojosa (dirs.) – *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica – Período Medieval e Moderno*. CIDEHUS, 2008 (edição OpenEdition Books, 2016), pp. 79-91.

HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Os Oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)”. In AA.VV. – *O Perfil do Juiz na Tradição Ocidental – Seminário Internacional*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

MACHADO, Herlânder Alves e FRANÇA, Graça Maria – *Dicionário de História de Portugal Ilustrado*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1982.

MATTOS, Gastão de Mello de – “Ordenações”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 442.

NOGUEIRA, José A. A. Duarte – *Algumas reflexões sobre o direito subsidiário nas Ordenações Afonsinas*. Coimbra: s.n., 1980.

NOGUEIRA, José A. A. Duarte – *Lei e Poder Régio I. As Leis de Afonso II*. Lisboa: AAFDL, 2006.

REMÉDIOS, José dos – *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado - Editor, 1876.

SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. – *Judíos Españoles en la Edad Media*. Madrid: Ediciones Rialp S.A., 1980.

PARTE II
Instituições e Processos

Living on the margins of society: *coping with poverty in al-Andalus*¹

*Ana María Carballeira Debasa*²

Abstract

This study aims to analyse how the poor in al-Andalus were viewed by the rest of the Muslim community, as revealed by what a selection of Arabic sources has to say regarding the marginalization and the integration of this sector of the population. One must first ask what kind of people made up this social stratum and what events might disrupt the social equilibrium in such a way that poverty was the result. Note is taken of the important distinction between involuntary and self-imposed poverty, which leads to a discussion of the various socio-economic factors involved, as well as the moral and religious issues posed by both types of poverty. Next, the position occupied by the poor in society is reviewed in terms of the degree of acceptance or rejection they aroused in the general population. This allows us to visualise the dynamic implicit in the organisation of social relations, that is, how the interaction between the individual and society was articulated. In this context, one must consider the functional aspects of charity, showing it to be a key factor for the understanding of the interface between social equilibrium and inequality in al-Andalus.

Keywords

Poverty; poor; integration; marginalization; al-Andalus.

¹ This research was carried out as part of the project entitled “La Granada nazarí en el siglo XV: microhistoria de una entidad islámica en Occidente” [“The Naşrid Granada in the 15th century: microhistory of an Islamic entity in the West”], reference number FFI2016-79252-P (AEI/FEDER, EU).

² Escuela de Estudios Árabes (CSIC).

A viver nas margens da sociedade: lidar com a pobreza no al-Andalus

Resumo

Este estudo pretende analisar como é que os pobres eram vistos pela comunidade islâmica do al-Andalus através de uma seleção de fontes árabes que abordam a marginalização e a integração deste sector da sociedade. Uma das primeiras perguntas a fazer é que tipo e pessoas integrava este estrato social e que eventos podem ter despoletado a pobreza. De notar que há uma importante distinção entre pobreza involuntária e pobreza pessoalmente imposta, o que leva à discussão sobre os diversos fatores socioeconómicos envolvidos neste fenómeno social, bem como morais e religiosos. Aborda-se ainda como a pobreza era vista em termos de grau de aceitação ou rejeição por parte da população em geral. Isto permite-nos visualizar a dinâmica implícita nas relações sociais, isto é, na interação entre os indivíduos e a sociedade. Neste contexto, devemos considerar a função da caridade, sublinhando como a mesma foi uma peça chave para entender a interface entre o equilíbrio e a desigualdade na sociedade do al-Andalus.

Palavras-Chave

Pobreza; pobre; integração; marginalização; al-Andalus.

Introduction

While poverty in medieval Christianity has long been the object of scholarly study and analysis³, the same cannot be said of poverty in medieval Islam, an area of interest traditionally Islamic societies. While the last few decades have seen increased activity in this field⁴, the amount of research devoted to the marginalization and integration

³ A key reference in this regard is MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge. Étude sociale*. Paris: Hachette, 1978.

⁴ See, for example, BONNER, Michael; ENER, Mine; SINGER, Amy (eds.) – *Poverty and Charity in Middle Eastern Contexts*. Albany: State University of New York Press, 2003; FIERRO, Maribel – “Apuntes sobre la pobreza y su representación en las sociedades del Occidente islámico medieval (ss. II/VIII-IX/XV)”. In XXXVI *Semana de Estudios Medievales de Estella*, 20 a 24 de julio de 2009. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2010, pp. 145-174; PASCUAL Jean-Paul (ed.) – *Pauvreté et richesse dans le monde musulman méditerranéen*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2003; SABRA, Adam – *Poverty and Charity in Medieval Islam. Mamluk Egypt, 1250-1517*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000; SINGER, Amy – *Charity in Islamic Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Regarding poverty in al-Andalus in particular, see below note 5 and 6.

of the Muslim poor is still relatively limited⁵.

The present paper is an attempt to help redress this deficit, providing an overview of poverty in al-Andalus from a series of partial previous studies⁶. My specific goal will be to analyse attitudes towards the poor, using as documentary base Arabic texts dating from that period, which in themselves serve to mitigate the paucity of archival documentation regarding al-Andalus. This body of texts, whether historical, biographical, juridical —in the form of *fatwās* compilations and notarial treatises— or paremiological⁷, offers interesting information in this regard, albeit the value of such sources is limited for various reasons. For one thing, references in these texts to the poor are generally not only sparse, but also brief. On the other, these sources tell us a good deal about how poverty was seen by those Muslims who did not experience it; they give no voice whatsoever to those who did.

All the same, the information contained in the documentation analysed here does shed a certain amount of light on some issues related to the marginalization and integration of the poor in al-Andalus. First, it provides some idea of exactly what kind of people constituted the poor and the precise socio-economic circumstances that might lead to a breakdown in the balance of social structures and thence to poverty. Second, it tells us something about how the attitudes of Andalusis played a role in the conception of poverty, that is, how indigence provoked a reaction whereby, though not assimilated into society, the poor were nonetheless tolerated by it. Here it is important to examine the role played by charity in the integration of the needy.

From this perspective, we will attempt to determine the place occupied by the poor in the Andalusí context as a function of the degree of acceptance or rejection shown to them by the rest of the Muslim community. Given that the written sources

⁵ For an exploration of these two concepts within the context of Andalusí society, see CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Indigencia y marginalidad en al-Andalus”. In GARCÍA SANJUÁN, Alejandro (ed.) – *Saber y sociedad en al-Andalus. Actas de las IV-V Jornadas de Cultura Islámica de Almonaster la Real (Huelva)*. Huelva: Universidad de Huelva, 2006, pp. 63-80.

⁶ See the following works by CARBALLEIRA DEBASA, Ana María: “Caracterización de los pobres en la literatura paremiológica andalusí”. *Al-Qanṭara. Revista de Estudios Árabes* 27 (2006), pp. 105-135; *Idem*, “Caridad y poder político en época omeya”. In CARBALLEIRA DEBASA, Ana María (ed.) – *Caridad y compasión en biografías islámicas*. Madrid: Editorial CSIC, 2011, pp. 85-130; *Idem*, “Charity and Poverty”. In FITZPATRICK, Coeli; WALKER, Adam H. (eds.) – *Muhammad in History, Thought, and Culture: An Encyclopedia of the Prophet of God*. Vol. I. Santa Barbara: ABC-Clio, 2014, pp. 92-96; *Idem*, “Forms and Functions of Charity in al-Andalus”. In LEV, Yaacov; FRENKEL, Miriam (eds.) – *Charity and Giving in Monotheistic Religions*. Berlin-New York: Walter de Gruyter, 2009, pp. 189-202; *Idem*, “Pauvreté et fondations pieuses dans la Grenade nasride: aspects sociaux et juridiques”. *Arabica. Revue des Études Arabes* 52/3 (2005), pp. 391-416; *Idem*, “Pobres y caridad en al-Andalus”. In PUENTE, Cristina de la (ed.) – *Identidades marginales*. Madrid: CSIC, 2003, pp. 53-91; *Idem*, “Poverty and Charity in al-Andalus: the Case of Pious and Family Endowments”. In KLEMM, Verena; AL-SHA’AR, Nuha (eds.) – *Sources and Approaches across Disciplines in Near Eastern Studies. Proceedings of the 24th Congress, Union Européenne des Arabisants et Islamisants, Leipzig 2008*. Leuven: Peeters, 2013, pp. 221-232; *Idem*, “The Use of Charity as a Means of Political Legitimization in al-Andalus”, *Journal of the Economic and the Social History of the Orient* 60/3 (2017), pp. 233-262.

⁷ A full list of these Arabic sources is provided in the bibliography at the end of this article.

allow us to discern various socio-economic factors that limit social acceptance, we will endeavour to analyse the dynamics shaping the organisation of social relationships, that is, how relations between the individual and society were articulated, bearing in mind the concepts of social inequality and equilibrium on which these relationships depended.

That said, any exploration of the socio-economic problems or moral and religious issues posed by poverty requires the prior drawing of a distinction between those poor who were voluntarily so and those who were not⁸. It is important to point out that in either case the sources do not usually locate these individuals geographically, which makes it difficult to fully contextualize the data we find. However, from the few toponymic references that are present, it is possible to make out a preponderance of urban settings for poverty over rural ones.

1. Who were the poor in al-Andalus?

1.1. The involuntary poor.

The involuntary poor were victims of the various problems that beset al-Andalus over the course of its existence⁹. Chronicles reveal that one of the chief causes of involuntary poverty was natural disaster, above all droughts, which — alongside the destruction wreaked by plagues of locusts — periodically devastated the food supply on a large scale. Such calamities specially brought famine to the most vulnerable sectors of society. In such conditions, poor diet and lack of hygiene inevitably led to the outbreak of plagues and epidemics that decimated the population¹⁰.

Other natural phenomena that could have a huge impact on the food supply were hailstorms or freezing temperatures, which could seriously damage both food crops and livestock in a particular area¹¹, albeit to a lesser degree than in a prolonged

⁸ The two Arabic terms most frequently used to designate the poor in these sources are *faqīr* (pl. *fuqarā'*) and *miskīn* (pl. *masākin*).

⁹ A detailed information about the causes of involuntary poverty in al-Andalus can be found in CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Caracterización de los pobres...”, pp. 119-123; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad...”, pp. 56-62.

¹⁰ Though no demographic data *per se* is available, we do have numbers that give us at least a rough idea of the impact of such disasters in al-Andalus. Thus, for example, we know that, as a consequence of a famine in the year 968, the Umayyad caliph al-Ḥakam II ordered the distribution among the populace of the capital, Córdoba, 12,000 loaves of bread every day (see *DHIKR bilād al-Andalus. Una descripción anónima de al-Andalus*. Ed./trans. Luis Molina. Vol. I-II. Madrid: Instituto Miguel Asín, 1983, pp. 173/183). We also learn that in the terrible famine of 989, Muḥammad Ibn Abī 'Āmir al-Manṣūr, chamberlain of the Umayyad caliph Hishām II, ordered the daily baking of 22,000 loaves for distribution among the needy (see *DHIKR bilād al-Andalus...*, pp. 181-182, 193). Though in this instance the report makes no reference to a particular geographic location, one must assume that the measure was again aimed at those living in the vicinity of the Umayyad capital.

¹¹ See *DHIKR bilād al-Andalus...*, pp. 167/178; IBN ḤAYYĀN – [*Muqtabis VII*]. *Al-Muqtabis fī akhbār balad al-Andalus*. Ed. A.A. al-Hajji. Beirut: Dar al-Thaqafa, 1965, pp. 100-101 (trans. Emilio García

drought. It is reasonable to suppose that in such instances the most seriously affected were farmers, who would find their immediate sources of income drastically reduced, but the blow would be indirectly felt too by other members of society dependent on buying provisions at nearby markets.

Other catastrophes of nature, such as floods, earthquakes and hurricanes, also occasionally took their toll in al-Andalus, causing various degrees of destruction¹². Such events could strip entire families of all their possessions, leaving them destitute and helpless. However, in comparison with droughts, such phenomena were relatively rare.

The historical, biographical and paremiological sources also tell us about other possible causes of poverty, whose consequences could be disastrous for those affected. Among such causes we find war¹³, taxation¹⁴, the expropriation of property¹⁵, personal circumstances (such as youth, old age, widowhood or orphanhood)¹⁶ and even the

Gómez. *Anales palatinos del califa de Córdoba Al-Hakam II, por 'Isà Ibn Aḥmad Al-Rāzī*. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967, pp. 129); IBN 'IDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ – [Bayān II]. *Al-Bayān al-mughrib fī akhbār al-Andalus wa-l-Maghrib*. Ed. Georges S. Colin; Évariste Lévi-Provençal. Vol. I-II. Leiden: E.J. Brill, 1948-1951, p. 211 (trans. Émile Fagnan. *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée Al-bayano'l Mogrib*. Algiers: s.n., 1901, pp. 349-350).

¹² See DHĪKR bilād al-Andalus..., pp. 148-149/157-158, 145/154, 161/171; IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis II/2]. *Al-Muqtabis min anbā' ahl al-Andalus*. Ed. M.A. Makki. Beirut: Dar al-Kitab al-Arabi, 1973, pp. 353-354; IBN ḤAYYĀN – *Muqtabis VII*..., p. 154 (trans. p. 195); IBN 'IDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ – *Bayān II*..., pp. 70, 89, 104-105, 211 (trans. pp. 112, 145-146, 171-172, 349-350); IBN 'IDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ – [Bayān III]. *Al-Bayān al-mughrib fī akhbār al-Andalus wa-l-Maghrib*. Ed. Évariste Lévi-Provençal. *Histoire de l'Espagne musulmane au XI^{ème} siècle*. Vol. III. Paris: Librairie Orientale Paul Geuthner, 1930, p. 105 (trans. Felipe Maíllo Salgado. *La caída del Califato de Córdoba y los reyes de Taifas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1993, p. 97); IBN 'IDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ – [Bayān IV]. *Al-Bayān al-mughrib fī akhbār al-Andalus wa-l-Maghrib: Qiṭ'a min ta'rikh al-murābiṭīn*. Ed. I. Abbas. Vol. IV. Beirut: Dar al-Thaqafa, 1967, p. 96; AL-'UDHRĪ – Nuṣūṣ 'an al-Andalus min Kitāb Tarṣī' al-akhbār wa-tanwī' al-āthār wa-l-bustān fī gharā'ib al-buldān wa-l-masālik ilā jamī' al-mamālik. Ed. A.A. al-Ahwani. Madrid: Matba'at ma'had al-dirasat al-islamiyya, 1965, p. 9.

¹³ See IBN BASHKUWĀL – *Al-Ṣila*. Ed. I. al-Abyari. Vol. I-III. Cairo: Dar al-Kitab al-Lubnani, 1989, p. 771; IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis III]. *Al-Muqtabis fī ta'rikh rijāl al-Andalus*. Ed. Melchor Martínez Antuña. Vol. III. Paris: Librairie Orientale Paul Geuthner, 1937, p. 104 (trans. Gustavo Turienzo Veiga; Azucena del Río González; Mohammad A. Samarah al-Mazawdah – “*Kitāb al-muqtabis fī tārij rijāl al-Andalus*”, también conocido como “*Al-Muqtabis min al-anbā' ahl al-Andalus*” = (“El libro de la compilación noticiosa acerca de los varones andalusíes”) o “La compilación noticiosa acerca de los andalusíes”); traducción a la lengua española del fragmento de esta obra conocido como “*Al-Muqtabis III*” (Crónica del emir 'Abd Allāh I entre los años 275 H. – 888-889 d.C. y 299 H. – 912-913 d.C.). Madrid: Instituto Egipcio de Estudios Islámicos, 2017, p. 216); IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis V]. *Al-Muqtabas V*. Ed. Pedro Chalmeta; Federico Corriente; Mahmud Sohb. Madrid: IHAC, 1979, pp. 142, 383 (trans. María Jesús Viguera; Federico Corriente. *Crónica del califa 'Abdarrahmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942: (al-Muqtabis V)*. Saragosse: Anubar-IHAC, 1981, p. 321 (trans. pp. 241-242); 'IYĀḌ B. MÜSĀ – *Tartīb al-madārik wa-taqrib al-masālik li-ma'rifat a'lām madhhab Mālik*. Ed. M. b. Sharifa et alii. Vol. V. Rabat: Wizarat al-Awqaf wa-l-Shu'un, 1983, p. 225.

¹⁴ See IBN BULUGHGHĪN – *Min mudhakkirāt al-amīr 'Abd Allāh ājar mulūk Banī Zīrī bi-Gharnāta al-musammāt bi-Kitāb al-Tibyān*. Ed. Évariste Lévi-Provençal. Cairo: Dar al-Ma'arif, 1955, p. 77 (trans. Évariste Lévi-Provençal; Emilio García Gómez. *El siglo XI en primera persona. Las “memorias” de 'Abd Allāh, último rey zirí de Granada, destronado por los almorávides (1090)*. Madrid: Alianza, 1981, p. 163).

¹⁵ See IBN ḤĀRITH AL-KHUSHANĪ – *Historia de los jueces de Córdoba*. Ed./trans. Julián Ribera. Madrid: Junta para la Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1914, pp. 124/151.

¹⁶ See IBN BASHKUWĀL – *Al-Ṣila*, p. 583; 'IYĀḌ B. MÜSĀ – *Tartīb al-madārik*..., vol. VIII, p. 121; IBN ḤAYYĀN – *Muqtabis V*..., p. 321 (trans. pp. 241-242).

practise of particular professions was likely to reduce the purchasing power of an individual. In this latter regard, in al-Andalus those who performed certain jobs — particularly manual labour— were looked down upon and received discriminatory treatment, which had a negative impact not only on potential earnings, but also on social status. By the same token, there is evidence that those who worked as musicians, poets or teachers could find it difficult to make ends meet¹⁷.

1.2. The voluntary poor.

The concept of poverty did not exclude those who voluntarily made deprivation their way of life in keeping with ascetic or mystical ideals. In the Middle Ages, numerous Muslims viewed poverty as an extreme form of piety. The sanctified nature attributed to this self-imposed indigence converted them into the prototypically ideal recipients of charity, because it was believed that the act of giving them alms would bestow upon the donor the blessing (*baraka*) that such paupers supposedly possessed. The biographical sources reveal that the practice of voluntary poverty, as an alternative way of life to the material world, enjoyed widespread acceptance in al-Andalus, since it offered a certain degree of freedom to those who practised it. The popularity of such ascetic-mystical tendencies explains why there are many reports from the Umayyad period¹⁸ of ulemas or scholars whose lifestyle was devoted to asceticism and characterized by deprivation: living austere, they renounced all worldly pleasures and shunned contact with other people¹⁹. In contrast to the high esteem enjoyed by those who practiced voluntary poverty in the first centuries of

¹⁷ See CORRIENTE, Federico; BOUZINEB, Hossain – *Recopilación de refranes andalusíes de Alonso del Castillo*. Saragosse: Universidad de Zaragoza, 1994, nº 53, pp. 120, 818; IBN AL-FARADĪ – *Ta'rikh 'ulamā' al-Andalus*. Ed. Francisco Codera. Vol. I. Madrid: Typographia La guirnalda, 1890-1892, p. 150; OULD MOHAMED BABA, Ahmed Salam – *Estudio dialectológico y lexicológico del refranero andalusí de Abu Yahyā al-Zajjali*. Saragosse: Área de Estudios Árabes e Islámicos, 1991, nº 1032, p. 1551. Regarding disparities among the various professions in Islamic society, see BRUNSCHVIG, Robert – “Métiers vils en Islam”. *Studia Islamica* 16 (1962), pp. 41-60; SHATZMILLER, Maya – *Labour in the Medieval Islamic World*. Leiden: E.J. Brill, 1994, pp. 369-406. For more on this issue as manifested in al-Andalus, see CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Caracterización de los pobres...”, pp. 121-123; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pauvreté et fondations pieuses...”, pp. 395-398; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad...”, pp. 61-62; RUBIERA, María Jesús – “Oficios nobles, oficios viles”. In VIGUERA, María Jesús (ed.) – *La mujer en al-Andalus: reflexos históricos de su actividad y categorías sociales: Actas de las V Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, 1985. Madrid-Sevilla: Seminario de Estudios de la Mujer, 1989, pp. 71-76.

¹⁸ The Umayyad period in al-Andalus includes from the 8th to the early 11th century.

¹⁹ Regarding voluntary poverty and ascetic practices in the early centuries of Andalusī Islam, see CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad...”, pp. 62-66, 86-87; MARÍN, Manuela – “The Early Development of *Zuhd* in al-Andalus”. In JONG, Frederik de (ed.) – *Shi'a Islam, Sects and Sufism: Historical Dimensions, Religious Practice and Methodological Considerations*. Utrecht: M. Th. Houtsma Stichting, 1992, pp. 83-94; MARÍN, Manuela – “Retiro y ayuno: algunas prácticas religiosas de las mujeres andalusíes”. *Al-Qanṭara. Revista de Estudios Árabes* 21 (2000), pp. 417-480; MARÍN, Manuela – “*Zuhhād* de al-Andalus (300/912-420/1029)”, *Al-Qanṭara. Revista de Estudios Árabes* 12 (1991), pp. 439-469.

the history of al-Andalus, however, the mystical Sufis of the Nasrid period²⁰ were scorned by some sectors of society, particularly the authorities. They were accused of living licentious lives characterized by unorthodox practices and dubious morality. At the same time, the rulers were leery of the interest these groups generated among the general populace²¹.

In general, ascetics are described as devoting their time to a set of pious actions involving prayer, the reading and reciting of the Quran, acts of charity and fasting. The external signs of a modest and simple life included frugality in eating and restraint in dress. It was also common for these people to refuse any sort of assistance. A specific feature of the ascetic's life was the spiritual retreat, typically effected by retiring to the interior of a home, mosque, country cottage or any other isolated spot in the countryside for extended periods of time²². Equally important was the lack of interest in material goods. In fact, one of the most characteristics practises of the voluntary poor was their partial or total renunciation of personal possessions and properties. In some cases, such individuals disposed of their belongings prior to making the pilgrimage to Mecca or volunteering for the *jihād*²³. There is also evidence of people choosing to dispense with any capital gained in payment for professional services or received as an inheritance²⁴. Nevertheless, an ascetic lifestyle was not incompatible with an ample knowledge of the Islamic sciences or the holding of public office. It is not unusual to read of individuals, such as jurists (*faqīhs*) or judges (*qāḍīs*), who, despite belonging to the upper echelons of society, adopted a humble lifestyle. Proof of

²⁰ The Nasrid era spreads between the 13th and 15th centuries.

²¹ On the spread of Sufism and its impact in the Nasrid kingdom of Granada, see, among other works, BOLOIX GALLARDO, Bárbara – *Prodigios del maestro sufi Abū Marwān al-Yuhānisi de Almería: Estudio crítico y traducción de la "Tuḥfat al-muṭtarib" de Aḥmad al-Qaṣṭālī*. Madrid: Mandala, 2010, pp. 49-72; CNAVATE TORIBIO, Juan – "Una introducción al estudio de los morabitos en la sociedad medieval granadina". In ECHEVARRÍA, Ana; FÁBREGAS, Adela (eds.) – *De la alquería a la aljama*. Madrid: UNED, 2016, pp. 409-427; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – "Pauvreté et fondations pieuses...", pp. 394-395; CRUZ HERNÁNDEZ, Miguel – *Historia del pensamiento en el mundo islámico*. Vol. II. Madrid: Alianza, 1996, pp. 628-639; EL HOUR, R. – "Pauvreté, charité et traditions culinaires des soufis-saints d'après les sources hagiographiques maghrébines (VIe/XIIe-VIIIe/XIVe siècles)", *Journal of Sufi Studies*, 3 (2014), pp. 157-182; SANTIAGO, Emilio de – "El pensamiento místico musulmán en España". In *Le patrimoine commun hispano-mauresque: Grenade, 21-23 avril 1992*. Rabat: Académie du Royaume du Maroc, 1992, pp. 95-109; VIGUERA, María Jesús – "La religión y el derecho". in VIGUERA, María Jesús (coord.) – *El reino nazarí de Granada (1232-1492): Sociedad, vida y cultura. Historia de España de Ramón Menéndez Pidal*. Vol. VIII-4. Madrid: Espasa-Calpe, 2000, pp. 168-174. The mystical fervour associated with the popular cult of saints and shrines was particularly intense in the Maghrib, which was in turn closely linked to Andalusī mysticism; see, for example, MARÍN, Manuela – "Camino de santidad entre al-Ándalus y el Mágreb. La *ṭarīqa ṣāḥīliya* de Málaga (ss. VII-VIII/XIII-XIV)". In MANZANO, Miguel Ángel; EL HOUR, Rachid (eds.) – *Política, sociedad e identidades en el Occidente islámico (siglos XI-XIV)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2016, pp. 127-150.

²² See IBN AL-FARADĪ – *Ta'riḥ 'ulamā'...*, vol. I, pp. 102, 381, vol. II, p. 49; IBN BASHKUWĀL – *Al-Ṣila*, pp. 36, 311, 424, 549; 'IYĀḌ B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik...*, vol. III, pp. 120, 124, vol. IV, p. 438, vol. VI, p. 152, vol. VII, p. 120, vol. VIII, p. 34.

²³ See IBN AL-FARADĪ – *Ta'riḥ 'ulamā'...*, vol. I, p. 139; 'IYĀḌ B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik...*, vol. IV, p. 271.

²⁴ See IBN AL-FARADĪ – *Ta'riḥ 'ulamā'...*, vol. I, pp. 189, 350.

that is the fact that they performed particular actions not in keeping with their social rank, such as household chores or farm labours. While some jurists or notaries grew wealthy on their earnings, a few of their fellows refused any kind of remuneration for the exercise of their profession²⁵. It is conceivable that in such instances these people had other means of economic support besides their professional fees.

2. Marginalization *versus* integration of the poor.

2.1. Signs of marginalization.

The Arabic sources contain information that make manifest the low social prestige associated with involuntary poverty and thus the marginalization suffered by the destitute in al-Andalus²⁶. Illustrative is the fact that in 11th century Cordoba the poor were assigned a space in which to perform their ritual ablutions that was isolated from the rest of the Muslim community²⁷. Likewise, the shame felt by some poor induced them to try to hide their condition²⁸. Others were reluctant to accept charity, as if being the recipient of alms would constitute a stain on their honour. It is precisely the question of honour that is reflected in the posture adopted by the mother of ‘Abd Allāh, the last Zirid king of Granada, during the period of political upheaval that afflicted the Taifa of Granada at the end of the 11th century, when she expresses her horror at the prospect of impending destitution, claiming to prefer a dignified death over the indignities of poverty²⁹. Perhaps this reaction not only had to do with the loss of material means, but also with a fear of the bitter social humiliation that such a fall in rank would entail.

A similar attitude is recorded in the same historical period, when the Sinhaja Berbers, recently settled near Elvira, rejected offers of assistance from the inhabitants of this Granadine locality, arguing that their arrival there was motivated by their desire to engage in *jihād*, not a need to beg³⁰. However, the Berber element in Andalusi society could also arouse an adverse reaction among the rest of the population, as had occurred in the Umayyad era with the Berber contingents of the army, who —it was said— had arrived in al-Andalus in rags, but quickly acquired great wealth.³¹

The situation of social inferiority left the poor particularly vulnerable and thus susceptible to injustices like the expropriation of their property by those in positions

²⁵ See IBN BASHKUWĀL – *Al-Šila*, pp. 419, 498, 798-799; IBN AL-FARAḌĪ – *Ta’rīj ‘ulamā’*..., vol. I, p. 189.

²⁶ See CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Indigencia y marginalidad...”, pp. 66-69.

²⁷ See ‘IYĀḌ B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik*..., vol. VII, p. 180.

²⁸ See IBN ḤAYYĀN – *Muqtabis VII*..., pp. 23, 110 (trans. pp. 47, 140).

²⁹ See IBN BULUGHGHĪN – *Min mudhakkirāt*..., p. 158 (trans. p. 274).

³⁰ See IBN BULUGHGHĪN – *Min mudhakkirāt*..., pp. 19-21 (trans. pp. 85-87).

³¹ See IBN ‘IDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ – *Bayān II*..., p. 279.

of power³². The reverse might occur too, since — as we have already noted — the confiscation of property could reduce persons once of high status to destitution. A fall into disgrace through punishment or as the result of a personal vendetta easily led to the social marginalization of the victim: reducing someone to economic ruin was an easy way to sink that person's reputation and discredit them socially. Despite what one might imagine, however, this fall from grace was not necessarily irreversible, since on occasion such individuals might end up winning back the favour of their detractors. But an essential prerequisite for any return to public life was the recovery of financial standing through the restitution of the previously confiscated properties³³. From this, it may be inferred that social and economic marginalization were sometimes closely linked.

In this context, it is important to add that often it was the impoverished person himself who, impelled by circumstances and in the face the community's indifference, fell back on his own resources in a desperate attempt to improve his situation, something which hardly facilitated their integration into society. In fact, the poor were obliged to take the most drastic measures to assuage poverty in response to either natural calamities or the warfare that periodically swept through the Andalusí territories. Prolonged periods of drought are recorded as leading to an increase in crime, as well as heightened emigration of people to other parts of the Iberian Peninsula or even North Africa. Wars also wreaked great hardship: the most intense form of warfare was the siege, where —the sources report— desperate hunger among the besieged at times even led to cannibalism. In other instances, the measures adopted to palliate the effects of poverty were less rigorous. As a result, the indigents themselves resorted to selling off what few possessions they had to buy food. If they were still young, they would take on whatever employment was offered them, no matter how lowly; by contrast, if they were nearer the end of their lives, they were left completely on the generosity of others³⁴.

2.2. Signs of integration.

Alongside these manifestations of marginalization, there is also evidence that attempts were occasionally made to integrate the poor into the community, as can be inferred from the attitude shown in this regard by certain individuals and the adoption of a series of measures related to charitable giving³⁵.

On one hand, in the biographical sources, of certain scholars it is noted their

³² See IBN ḤĀRITH AL-KHUSHANĪ – *Historia de los jueces...*, pp. 124/151.

³³ See 'IYĀḌ B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik...*, vol. III, p. 393.

³⁴ See CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Caracterización de los pobres...”, pp. 124-128; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad...”, pp. 61-62.

³⁵ See CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Indigencia y marginalidad...”, pp. 69-74.

great consideration for the poor and weak, their zeal to aid those in need and the equal treatment they showed to all, regardless of social status. One individual, for example, is lauded as a “friend of the poor”³⁶. Of another, it is said that as a result of his indiscriminate beneficence, his funeral was attended by people from all walks of life³⁷. Similarly, of certain Umayyad emirs, like Hishām I or ‘Abd Allāh, the historical sources recount that these rulers made themselves equally accessible to both mighty and meek, and their justice favoured the poor over the wealthy³⁸. Accounts of the treatment of the most humble members of society by some judges follow the same lines. Of various *qādīs*, for instance, it is reported that such was their even-handedness that they would serve writs to rich or poor alike³⁹. A 11th century biographical dictionary describing this conduct comments that it is the judge who must ensure that the pauper who seeks service from the court is properly attended, but, by adding that these personages “are unable to gain the affection of anyone and are a heavy burden on the rest of society”⁴⁰, reveal the situation of social disadvantage in which the poor found themselves. Nonetheless, these attitudes may well constitute attempts to counter the rejection that the poor aroused in society.

On the other hand, in assessing the extent to which the involuntary poor were integrated within the context of Andalusī society, it is important to remember various provisions that might be adopted in connection with charitable giving. Beneficence sometimes was of a markedly institutional character, when it was undertaken by the political authorities. In fact, under normal circumstances, the Arabic sources record the dispensing of alms, as well as the distribution of incomes from the pious endowments (Arabic *ḥubs*, pl. *aḥbās*) assigned to the poor. Such charitable practices were relatively common, especially in the Umayyad period. Though the inhabitants of Cordoba, appear to have been the main beneficiaries of these handouts, some governors of some provinces seem also to have been concerned with charity.⁴¹ The sources likewise provide evidence that, under extraordinary circumstances such as those brought about by natural disaster, the authorities sought by means of handouts of food and money to mitigate the impact on the populace. Once more, in these sorts of crises it is the residents of Cordoba who seem to have been the biggest recipients

³⁶ See IBN AL-FARADĪ – *Ta’rikh ‘ulamā’...*, vol. I, p. 260.

³⁷ See ‘IYĀḌ B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik...*, vol. IV, p. 423.

³⁸ See DHIKR *bilād al-Andalus...*, pp. 120/128, 154/163.

³⁹ See IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis II/1]. *Muqtabis II. Anales de los emires de Córdoba Alhaquém I (180-206 H./796-822 J.C.) y Abderramán II (206-232/822-847)*. Ed. facsimile Joaquín Vallvé. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999, p. 75 (trans. Federico Corriente; Mahmud Ali Makki. *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarraḥman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-I]*. Saragosse: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001, p. 119); IBN ḤĀRITH AL-KHUSHANĪ – *Historia de los jueces...*, p. 124/151.

⁴⁰ See IBN ḤĀRITH AL-KHUSHANĪ – *Historia de los jueces...*, pp. 22/28.

⁴¹ See IBN ḤAYYĀN – *Muqtabis VII...*, p. 234 (trans. p. 275); IBN ‘IDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ – *Bayān II...*, pp. 127, 130 (trans. pp. 209, 215).

of charity⁴². However, it should not be forgotten that at times such charitable actions might constitute an attempt at political manipulation. It was commonplace for a new sovereign to use donations to try to obtain popular legitimacy or an incumbent to shore up his power and strengthen the bonds of loyalty between ruler and ruled⁴³.

Besides engaging in charity themselves, however, the approach often taken by Andalusí authorities was to place the burden for almsgiving on the general public by reminding people that this was in fact their religious obligation⁴⁴. This prompting by the rulers shows that the concept of alms was conceived above all as an expression of personal piety. The fact that almsgiving is one of the five pillars of Islam helped to promote such acts of virtue among the Andalusí population, which was surely not insensitive to the suffering of their co-religionists anyway.

Given that the main purpose of the biographical dictionaries was to extol the virtues of those whose lives they described, it is not surprising that the generosity of such individuals is often highlighted. In some cases, they were people of high socio-economic status, such as jurists or prosperous merchants, who donated freely to the neediest of their community⁴⁵. In other instances, however, although the benefactors themselves were of humble means, they gave away what few material goods they possessed to help those whose condition was yet worse than their own⁴⁶.

Aside from almsgiving, pious endowments were also used by numerous Andalusís to channel part of their properties to the poor. The legal sources make this fully manifest, telling us that the possessions ceded in this fashion might consist of not only buildings or land, but also jewellery, clothing and books⁴⁷. In the case of real estate, it was the income obtained from renting the property that was donated. For its part, jewellery or clothing made of precious fabrics were to be loaned to or rented by the needy on the occasion of a marriage, so that they could be dressed in appropriate

⁴² It is important to note that references to charitable attitudes on the part of the authorities during the sudden, large-scale destitution are rare. See *DHIKR bilād al-Andalus...*, pp. 173/183; IBN ḤAYYĀN – *Muqtabis V...*, pp. 109-110, 383, 384 (trans. pp. 92, 287).

⁴³ See CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Caridad y poder político...”, pp. 97-106; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “The Use of Charity...”, pp. 233-262.

⁴⁴ See IBN ḤAYYĀN – *Muqtabis VII...*, pp. 149-150 (trans. pp. 189-190).

⁴⁵ See IBN BASHKUWĀL – *Al-Šila*, pp. 472, 771, 864; IBN ḤĀRITH AL-KHUSHANĪ – *Historia de los jueces...*, pp. 70/88, 111/135; ‘IYĀD B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik...*, vol. III, p. 384, vol. VI, p. 167, vol. IV, p. 423, vol. V, pp. 189-190. For more information in this connection, see CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad...”, pp. 78-80.

⁴⁶ See IBN BASHKUWĀL – *Al-Šila*, pp. 474-476; IBN AL-FARADĪ – *Ta’riḫh ‘ulamā’...*, vol. II, p. 29; ‘IYĀD B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik...*, vol. IV, p. 438, vol. V, p. 150, vol. VI, p. 282, vol. VIII, p. 43. The matter is pursued in greater depth in CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad...”, pp. 80-81.

⁴⁷ There is detailed information about pious endowments intended for the poor of al-Andalus in CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – *Legados píos y fundaciones familiares en al-Andalus (siglos IV/X-VI/XII)*. Madrid: CSIC, 2002, pp. 169-183; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Hasta que Dios herede la Tierra: Los bienes habices en al-Andalus*. Huelva: Universidad de Huelva, 2002, pp. 180-184; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Till God Inherits the Earth: Pious Endowments in al-Andalus (9-15th Centuries)*. Leiden-Boston: E.J. Brill, 2007, pp. 199-205.

finery⁴⁸. Naturally, such objects were quite beyond the reach of those with meagre resources and this sort of charitable legacy was intended to ensure that the use of such luxuries not be strictly limited to the more well-off. The same idea applied to the pious donation of books⁴⁹, which would thus serve to promote science, culture and knowledge among people of more modest background. For the Nasrid period too, the legal sources report that pious endowments were used to provide financial aid to students⁵⁰. And while the main beneficiaries of such support were secondary-level students training to become scholars, there are also references to primary students being similarly funded. The fact that in 975 the Umayyad caliph al-Ḥakam II set up a pious foundation to pay the salaries of teachers assigned to instruct the children of Cordoba's poor would seem to confirm this⁵¹. All of this suggests that in general there existed in al-Andalus a certain interest in incentivizing the integration of the poor with the goal of allowing them to enjoy the same opportunities as the rest of the population.

With regard to the role played by charity in the integration of the poor into Islamic society, it must not be forgotten that on occasion almsgiving was regarded not simply as a religious obligation, but also a social responsibility. Thus, it was believed that the hierarchy present in society reflected an established order and that the wealthy were obliged to help those less fortunate. In this kind of structured solidarity, it was not just the poor who benefited from the charity they received, since the rich too thereby justified their place in society as benefactors of the needy. In addition, charitable actions helped to reduce social tensions and were thus viewed as providing stability. From this perspective, beneficence served not only to meet the

⁴⁸ See IBN AL-ʿAṬṬĀR – *Kitāb al-Wathāʾiq wa-l-sijillāt*. Ed. Pedro Chalmeta; Federico Corriente. Madrid: IHAC, 1983, p. 206 (trans. Pedro Chalmeta; Marina Marugán. *Formulario notarial y judicial andalusí del alfaquí y notario cordobés Ibn al-ʿAttar*, m. 399/1009. Madrid: Fundación Matritense del Notariado, 2000, p. 367).

⁴⁹ See IBN AL-ʿAṬṬĀR – *Kitāb al-Wathāʾiq*..., pp. 206-207 (trans. p. 367, n° 70); IBN MUGHĪTH – *Al-Muqniʾ fi ʾilm al-shurūṭ* (*Formulario notarial*). Ed. Francisco J. Aguirre Sádaba. Madrid: CSIC-ICMA, 1994, p. 326; AL-JAZIRĪ – *Al-Maqṣad al-maḥmūd fi talkhiṣ al-ʿuqūd* (*Proyecto plausible de compendio de fórmulas notariales*). Ed. Asunción Ferreras. Madrid: CSIC-AECI, 1998, p. 288.

⁵⁰ See AL-WANSHARISĪ – *Kitāb al-Miʾyār al-muʾrib wa-l-jāmiʾ al-mughrib ʿan fatāwī ahl Ifriqiya wa-l-Andalus wa-l-Maghrib*. Ed. M. Ḥajji et alii. Vol. VII. Rabat-Beirut: Dar al-Gharb al-Islami, 1981-1983, pp. 123-125. Most references locate these individuals in the Granadine town of Baza. From the data collected, it may be inferred that under the Nasrid dynasty the students in this area received funding from pious donations set up specifically for this purpose. This suggests that there existed here a school whose reputation was quite good, since it also attracted students from beyond the immediate vicinity. See CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pauvreté et fondations pieuses...”, pp. 410-412; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Hasta que Dios herede la Tierra...*, pp. 200-201; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Till God inherits the Earth...*, p. 225.

⁵¹ See IBN ḤAYYĀN, *Muqtabis VII*..., p. 207 (trans. p. 247); IBN ʿIDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ – *Bayān II*..., p. 249 (trans. pp. 397, 411). It is worth noting that Cordoba boasted of three primary schools in the immediate vicinity of the main mosque and twenty-four more in the various quarters of the city. See CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – *Legados píos y fundaciones familiares...*, p. 171; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Hasta que Dios herede la Tierra...*, p. 200; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Till God inherits the Earth...*, p. 224.

material needs of the destitute, but also to buttress the social order, by ensuring the integration of the needy into the bosom of society⁵².

By contrast, those who endured voluntary deprivation in effect marginalized themselves to a greater or lesser extent depending on the degree to which they renounced material possessions and decided to live outside social conventions, without this necessarily having any repercussions on their standing. We have noted above the existence of voluntarily impoverished legal scholars who adopted a simple way of life and were well respected by their fellow jurists. This same idea underlies the fact that some judges voluntarily chose to live at the limit of poverty without this in any way damaging their prestige or implying social marginalization. In the biographical sources, voluntary privation is depicted as a virtuous quality, extolled even to the point that it is said that the best judge was who possessed least in material terms⁵³, because this guaranteed the upright conduct expected of anyone who held this office. Perhaps this is due to the fact that the social prestige that such men enjoyed derived less from their economic status in itself than from the profession they exercised or post they held —recall the disparity mentioned above between various classes of work and the discriminatory treatment associated with some of them. Thus, in general terms, one may see that the social isolation sought by the voluntary poor themselves was no obstacle to public recognition of their virtues, reflected in the records of their actions and sayings, as well as in the massive attendance at their funerals, an implicit index of the symbolic value of their acceptance by the community.

3. By way of conclusion.

As we have seen, the Arabic sources give us an interesting picture of the social realities in al-Andalus thanks to the fact that the amount of data they offer with regard to the marginalization and integration of the poor, with reference to the urban context, is by no means insignificant. The wealth of information about Umayyad times stands in sharp contrast with the relative silence in the texts regarding poverty and charity in other eras of Andalusí history. Perhaps this imbalance is merely a reflection of the fact that the reign of the Umayyad dynasty is the most thoroughly documented period.

Overall, the works consulted reveal that being poor by choice did not have the same social implications as being poor by force of circumstance. Voluntary privation

⁵² See CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Caridad y poder político...”, pp. 103-104, 129-130; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad...”, pp. 85, 89; CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “The Use of Charity...”, pp. 252-253; SABRA, Adam – *Poverty and Charity...*, p. 32; SINGER, Amy – *Charity in Islamic Societies*, pp. 156, 203; STILLMAN, Norman A. – “Charity and Social Service in Medieval Islam”. *Societas* 5/2 (1975), pp. 105-115.

⁵³ See ‘IYĀD B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik...*, vol. V, p. 189.

was considered a virtuous practice and the deliberate isolation of the ascetic was the unmistakable sign of a life devoted to spiritual retreat. The fact that such withdrawal from the community had no negative repercussions for those who undertook it clearly reveals the acceptance of such individuals by society. By contrast, there is ample evidence that the involuntary poor suffered social rejection, albeit this rejection co-existed with a certain desire to palliate this situation. This may be inferred from the merit ascribed by the sources to some persons for their attempts to integrate the poor, as well as the fact that a large portion of the charity was dispensed by private individuals.

The limitations inherent in the sources consulted do not allow us to calculate with any precision the extent of poverty in al-Andalus, though the needs of the destitute must surely have been considerable. Although charity could at times be turned into an instrument meant to serve the political, social or religious interests of the donor, there is no denying that on occasion it was motivated by a genuine desire to better the lives of those less fortunate. There exist very little indication of what the population at large may have contributed in the way of charity. Rather, our information is limited to reports of the donations made by persons known for their unusual piety, which serve to showcase their overall goodwill and virtue. In truth, only institutional power had access to the level of resources necessary to bring real improvement to the lives of the poor. Nonetheless, there are several signs that such a concerted official policy was never considered. For one thing, one must bear in mind that impoverished individuals often undertook their own steps to escape their condition. For another, at no time does there seem to have been any attempt to institutionalise the sort of large-scale dispensation of aid that occurred during the periods of economic crisis that regularly swept al-Andalus. And finally, one must consider a tendency on the part of the authorities to remind the population at large of its duty to give alms. In other words, charity was seen to be a responsibility of the individual, not institutions. After all, in medieval Islamic societies social policy was not perceived to be one of the natural activities of a government.

Seen in this light, the measures described in the Arabic texts could not provide any long-term solution to poverty. In reality, they were intended not so much to eradicate it as to merely mitigate its immediate consequences. The poor constituted an inherent part of the hierarchical social order and, from the religious perspective, their presence was actually indispensable if the Quranic precept of almsgiving were to be fulfilled. Solidarity in al-Andalus was aimed not so much at eliminating social differences as at maintaining the balance among the various social groups and thereby ensuring that the inferior condition of the needy should never be so disruptive as to threaten the established social order.

BIBLIOGRAPHY

Printed sources:

DHIKR *bilād al-Andalus. Una descripción anónima de al-Andalus.* Ed. trans. Luis Molina. Vol. I-II. Madrid: Instituto Miguel Asín, 1983.

IBN AL-‘AṬṬĀR – *Kitāb al-Wathā’iq wa-l-sijillāt.* Ed. Pedro Chalmeta; Federico Corriente. Madrid: IHAC, 1983. (Trans. Pedro Chalmeta; Marina Marugán. *Formulario notarial y judicial andalusí del alfaquí y notario cordobés Ibn al-‘Attar, m. 399/1009.* Madrid: Fundación Matritense del Notariado, 2000).

IBN BASHKUWĀL – *Al-Ṣila.* Ed. I. al-Abyari. Vol. I-III. Cairo: Dar al-Kitab al-Lubnani, 1989.

IBN BULUGHGHĪN – *Min mudhakkirāt al-amīr ‘Abd Allāh ājar mulūk Banī Zīrī bi-Gharnāta al-musammāt bi-Kitāb al Tibyān.* Ed. Évariste Lévi-Provençal. Cairo: Dar al-Ma‘arif, 1955. (Trans. Évariste Lévi-Provençal; Emilio García Gómez. *El siglo XI en primera persona. Las “memorias” de ‘Abd Allāh, último rey zīrī de Granada, destronado por los almorávides (1090).* Madrid: Alianza, 1981).

IBN AL-FARADĪ – *Ta’rikh ‘ulamā’ al-Andalus.* Ed. Francisco Codera. Vol. I-II. Madrid: Typographia La guirnalda, 1890-1892.

IBN ḤĀRITH AL-KHUSHANĪ – *Historia de los jueces de Córdoba.* Ed./trans. Julián Ribera. Madrid: Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1914.

IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis II/1]. *Muqtabis II. Anales de los emires de Córdoba Alhaquém I (180-206 H./796-822 J.C.) y Abderramán II (206-232/822-847).* Ed. facsimile Joaquín Vallvé. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999. (Trans. Federico Corriente; Mahmud Ali Makki. *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarraḥman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-I].* Saragosse: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001).

IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis II/2]. *Al-Muqtabis min anba’ ahl al-Andalus.* Ed. M.A. Makki. Beirut: Dar al-Kitab al-Arabi, 1973.

- IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis III]. *Al-Muqtabis fī ta'rikh rijāl al-Andalus*. Ed. Melchor Martínez Antuña. Vol. III. Paris: Librairie Orientale Paul Geuthner 1937. (Trans. Gustavo Turienzo Veiga; Azucena del Río González; Mohammad A. Samarah al-Mazawdah – “*Kitāb al-muqtabis fī tārij riḡāl al-Andalus*”, también conocido como “*Al-Muqtabis min al-anbā' ahl al-Andalus*” = (“El libro de la compilación noticiosa acerca de los varones andalusíes” o “La compilación noticiosa acerca de los andalusíes”): traducción a la lengua española del fragmento de esta obra conocido como “*Al-Muqtabis III*” (Crónica del emir ‘Abd Allāh I entre los años 275 H. – 888-889 d.C. y 299 H. – 912-913 d.C.). Madrid: Instituto Egipcio de Estudios Islámicos, 2017).
- IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis V]. *Al-Muqtabas V*. Ed. Pedro Chalmeta; Federico Corriente; Mahmud Sohb. Madrid: IHAC, 1979. (Trans. María Jesús Viguera; Federico Corriente. *Crónica del califa ‘Abdarrahmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942: (al-Muqtabis V)*. Saragosse: Anubar-IHAC, 1981).
- IBN ḤAYYĀN – [Muqtabis VII]. *Al-Muqtabis fī akhbār balad al-Andalus*. Ed. A.A. al-Hajji. Beirut: Dar al-Thaqafa, 1965. (Trans. Emilio García Gómez. *Anales palatinos del califa de Córdoba Al-Hakam II, por ‘Isā Ibn Aḥmad Al-Rāzī*. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967).
- IBN ‘IDHĀRĪ AL MARRĀKUSHĪ – [Bayān II]. *Al-Bayān al-mughrib fī akhbār al-Andalus wa-l-Maghrib*. Ed. Georges S. Colin; Évariste Lévi-Provençal. Vol. I-II. Leiden: E.J. Brill, 1948-1951. (Trans. Émile Fagnan. *Histoire de l’Afrique et de l’Espagne intitulée Al-bayano’l Mogrib*. Algiers: s.n., 1901).
- IBN ‘IDHĀRĪ AL MARRĀKUSHĪ – [Bayān III]. *Al-Bayān al-mughrib fī akhbār al-Andalus wa-l-Maghrib*. Ed. Évariste Lévi-Provençal. *Histoire de l’Espagne musulmane au XI^{ème} siècle*. Vol. III. Paris: Librairie Orientale Paul Geuthner, 1930. (Trans. Felipe Maíllo Salgado. *La caída del Califato de Córdoba y los reyes de Taifas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1993).
- IBN ‘IDHĀRĪ AL MARRĀKUSHĪ – [Bayān IV]. *Al-Bayān al-mughrib fī akhbār al-Andalus wa-l-Maghrib: Qiṭ‘a min ta’rikh al-murābiṭīn*. Ed. I. Abbas. Vol. IV. Beirut: Dar al-Thaqafa, 1967.
- IBN MUGHĪTH, *Al-Muqni’ fī ‘ilm al-shurūṭ (Formulario notarial)*. Ed. Francisco J. Aguirre Sádaba. Madrid: CSIC-ICMA, 1994.

‘IYĀḌ B. MŪSĀ – *Tartīb al-madārik wa-taqrīb al-masālik li-ma‘rifat a‘lām madhhab Mālik*. Ed. M. b. Sharifa et alii. Vol. I-VIII. Rabat: Wizarat al-Awqaf wa-l-Shu‘un, 1983.

AL-JAZĪRĪ – *Al-Maqṣad al-maḥmūd fī talkhīṣ al-‘uqūd (Proyecto plausible de compendio de fórmulas notariales)*. Ed. Asunción Ferreras. Madrid: CSIC-AECI, 1998.

AL-‘UDHRĪ – *Nuṣūṣ ‘an al-Andalus min Kitāb Tarṣī‘ al-akhbār wa-tanwī‘ al-āthār wa-l-bustān fī gharā’ib al-buldān wa-l-masālik ilā jamī‘ al-mamālik*. Ed. A.A. al-Ahwani. Madrid: Matba‘at ma‘had al-dirasat al-islamiyya, 1965.

AL-WANSHARĪSĪ – *Kitāb al-Mi‘yār al-mu‘rib wa-l-jāmi‘ al-mughrib ‘an fatāwī ahl Ifrīqiya wa-l-Andalus wa-l-Maghrib*. Ed. M. Ḥajji et alii. Vol. I-XI. Rabat-Beirut: Dar al-Gharb al-Islami, 1981-1983.

Studies:

BOLOIX GALLARDO, Bárbara – *Prodigios del maestro sufí Abū Marwān al-Yuḥānīsī de Almería: Estudio crítico y traducción de la “Tuḥfat al-muḡtarib” de Aḥmad al-Qaštālī*. Madrid: Mandala, 2010.

BONNER, Michael; ENER, Mine; SINGER, Amy (eds.) – *Poverty and Charity in Middle Eastern Contexts*. Albany: State University of New York Press, 2003.

BRUNSCHVIG, Robert – “Métiers vils en Islam”. *Studia Islamica* 16 (1962), pp. 41-60.

CAÑAVATE TORIBIO, Juan – “Una introducción al estudio de los morabitos en la sociedad medieval granadina”. In ECHEVARRÍA, Ana; FÁBREGAS, Adela (eds.) – *De la alquería a la aljama*. Madrid: UNED, 2016, pp. 409-427.

CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – *Legados píos y fundaciones familiares en al-Andalus (siglos IV/X-VI/XII)*. Madrid: CSIC, 2002.

CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pobres y caridad en al-Andalus”. In PUENTE, Cristina de la (ed.) – *Identidades marginales*. Madrid: CSIC, 2003, pp. 53-91.

- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Pauvreté et fondations pieuses dans la Grenade nasride: aspects sociaux et juridiques”. *Arabica. Revue des Études Arabes* 52/3 (2005), pp. 391-416.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Caracterización de los pobres en la literatura paremiológica andalusí”. *Al-Qanṭara. Revista de Estudios Árabes* 27 (2006), pp. 105-135.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Indigencia y marginalidad en al-Andalus”. In GARCÍA SANJUÁN, Alejandro (ed.) – *Saber y sociedad en al-Andalus. Actas de las IV-V Jornadas de Cultura Islámica de Almonaster la Real (Huelva)*. Huelva: Universidad de Huelva, 2006, pp. 63-80.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Forms and Functions of Charity in al-Andalus”. In LEV, Yaacov; FRENKEL, Miriam (eds.) – *Charity and Giving in Monotheistic Religions*. Berlin–New York: Walter de Gruyter, 2009, pp. 189-202.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Caridad y poder político en época omeya”. In CARBALLEIRA DEBASA, Ana María (ed.) – *Caridad y compasión en biografías islámicas*. Madrid: CSIC, 2011, pp. 97-106.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Poverty and Charity in al-Andalus: the Case of Pious and Family Endowments”. In KLEMM, Verena; AL-SHA‘AR, Nuha. (eds.) – *Sources and Approaches across Disciplines in Near Eastern Studies. Proceedings of the 24th Congress, Union Européenne des Arabisants et Islamisants, Leipzig 2008*. Leuven: Peeters, 2013, pp. 221-232.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Charity and Poverty”. In FITZPATRICK, Coeli; WALKER, Adam H. (eds.) – *Muhammad in History, Thought, and Culture: An Encyclopedia of the Prophet of God*. Vol. I. Santa Barbara: ABC-Clio, 2014, pp. 92-96.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “The Use of Charity as a Means of Political Legitimization in Umayyad al-Andalus”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 60/3 (2017), pp. 233-262.
- CORRIENTE, Federico; BOUZINEB, Hossain – *Recopilación de refranes andalusíes de Alonso del Castillo*. Saragosse: Universidad de Zaragoza, 1994.

CRUZ HERNÁNDEZ, Miguel – *Historia del pensamiento en el mundo islámico*. Vol.I-III. Madrid: Alianza, 1996.

FIERRO, Maribel – “Apuntes sobre la pobreza y su representación en las sociedades del Occidente islámico medieval (ss. II/VIII-IX/XV)”. In *XXXVI Semana de Estudios Medievales de Estella, 20 a 24 de julio de 2009*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2010, pp. 145-174.

GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Hasta que Dios herede la tierra: Los bienes habices en al-Andalus*. Huelva: Universidad de Huelva, 2002, pp. 180-184.

GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Till God Inherits the Earth: Pious Endowments in al-Andalus (9-15th Centuries)*. Leiden-Boston: E.J. Brill, 2007.

MARÍN, Manuela – “Zuhhād de al-Andalus (300/912-420/1029)”. *Al-Qanṭara. Revista de Estudios Árabes* 12 (1991), pp. 439-469.

MARÍN, Manuela – “The Early Development of Zuhd in al-Andalus”. In JONG, Frederik de (ed.) – *Shi‘a Islam, Sects and Sufism: Historical Dimensions, Religious Practice and Methodological Considerations*. Utrecht: M. Th. Houtsma Stichting, 1992, pp. 83-94.

MARÍN, Manuela – “Retiro y ayuno: algunas prácticas religiosas de las mujeres andalusíes”. *Al-Qanṭara. Revista de Estudios Árabes* 21 (2000), pp. 417-480.

MARÍN, Manuela – “Caminos de santidad entre al-Ándalus y el Mágreb. La *ṭarīqa ṣāḥīliya* de Málaga (ss. VII-VIII/XIII-XIV)”. in MANZANO, Miguel Ángel; El HOUR, Rachid (eds.) – *Política, sociedad e identidades en el Occidente islámico (siglos XI-XIV)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2016, pp. 127-150.

MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge. Étude sociale*. Paris: Hachette, 1978.

OULD MOHAMED BABA, Ahmed Salam – *Estudio dialectológico y lexicológico del refranero andalusí de Abu Yahyà al-Zajjali*. Saragosse: Área de Estudios Árabes e Islamicos, 1991.

PASCUAL, Jean-Paul (ed.) – *Pauvreté et richesse dans le monde musulman méditerranéen*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2003.

- RUBIERA, María Jesús – “Oficios nobles, oficios viles”. In VIGUERA, María Jesús (ed.) – *La mujer en al-Andalus: reflejos históricos de su actividad y categorías sociales: Actas de las V Jornadas de Investigación Interdisciplinaria, Madrid, 1985*. Madrid-Sevilla: Seminario de Estudios de la Mujer, 1989, pp. 71-76.
- SABRA, Adam – *Poverty and Charity in Medieval Islam. Mamluk Egypt. 1250-1517*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- SANTIAGO, Emilio de – “El pensamiento místico musulmán en España”. In *Le patrimoine commun hispano-mauresque: Grenade, 21-23 avril 1992*. Rabat: Académie du Royaume du Maroc, 1992, pp. 95-109.
- SHATZMILLER, Maya – *Labour in the Medieval Islamic World*. Leiden: E.J. Brill, 1994.
- SINGER, Amy – *Charity in Islamic Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- STILLMAN, Norman A. – “Charity and Social Service in Medieval Islam”. *Societas* 5/2 (1975), pp. 105–115.
- VIGUERA, María Jesús – “La religión y el derecho”. In VIGUERA, María Jesús (coord.) – *El reino nazarí de Granada (1232-1492): Sociedad, vida y cultura. Historia de España de Ramón Menéndez Pidal*. Vol. VIII-4. Madrid: Espasa-Calpe, 2000, pp. 168-174.

Mecanismos de integración económica de una minoría religiosa ¿marginada?

El caso de la comunidad mudéjar de Madrid en la Baja Edad Media

Pablo Ortego Rico¹

Resumen

Pese a su tradicional consideración como minoría religiosa marginada, los mudéjares castellanos desarrollaron a fines del Medievo actividades económicas en el marco urbano que facilitaban su inserción en el medio social del cual formaban parte. En algunos casos la especialización alcanzada y el control establecido sobre algunos oficios permitió la emergencia y consolidación de grupos cuyo desempeño profesional, pese a la existencia de una legislación restrictiva, era tolerado, e incluso promovido, desde las instituciones urbanas como elemento necesario para el conjunto de la comunidad. En este sentido, frente a la elaboración de un modelo segregador que respondía a la construcción identitaria del grupo a partir de parámetros religiosos, la mayor permeabilidad de la interacción en el campo económico aporta una perspectiva de análisis que añade otros elementos a la hora de considerar el nivel de integración de la minoría musulmana en el espacio urbano. Para este propósito, centraremos la atención en el estudio de la comunidad mudéjar de Madrid en el siglo XV como modelo de análisis.

Palabras clave

Mudéjares; artesanos; economía urbana; Madrid; siglo XV.

¹ Departamento de Ciencias Históricas. Universidad de Málaga.

Mechanisms of economic integration of a marginalized(?) religious minority: the case of the Mudejar community of Madrid in the Late Middle Ages

Abstract

Despite its traditional consideration as a marginalized religious minority, the Castilian Mudejars developed at the end of the Middle Ages economic activities in the urban framework that facilitated their insertion into the social environment of which they were a part. In some cases the specialization achieved and the control established over some trades allowed the emergence and consolidation of groups whose professional performance, despite the existence of restrictive legislation, was tolerated, and even promoted, from urban institutions as a necessary element for the whole of the community. In this sense, faced with the elaboration of a segregating model that responded to the group's identity construction based on religious parameters, the greater permeability of the interaction in the economic field provides a perspective of analysis that adds other elements when considering the level of integration of the Muslim minority in the urban space. For this purpose, we will focus our attention on the study of the Mudejar community of Madrid in the XVth century, as a model of analysis.

Keywords

Mudejar; artisans; urban economy; Madrid; XVth century.

Introducción².

La percepción historiográfica sobre la minoría mudéjar castellana ha estado tradicionalmente sometida a la consideración de los fundamentos religiosos a partir

² Siglas y abreviaturas empleadas: AGS = Archivo General de Simancas; AMG = Archivo Municipal de Guadalajara; AVM = Archivo de Villa de Madrid; CCA = Cámara de Castilla; Ced. = Libro de Cédulas; CMC = Contaduría Mayor de Cuentas; CSR = Casa y Sitios Reales; doc. = documento; EMR = Escribanía Mayor de Rentas; f./ff. = folio/s; LACM I = MILLARES CARLO, Agustín; ARTILES RODRÍGUEZ, Jenaro – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1464-1485)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1932; LACM II = GÓMEZ IGLESIAS, Agustín – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1486-1492)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1970; LACM III = RUBIO PARDOS, Carmen *et al.* – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1493-1497)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1979; LM = Libro Manuscrito; MP = Mercedes y Privilegios; mrs = maravedíes; *Registros* = PÉREZ BUSTAMANTE, Rogelio; RODRÍGUEZ ADRADOS, Antonio – *Los registros notariales de Madrid. 1441-1445*. Madrid: Fundación Matritense del Notariado, 1995; RGS = Registro General del Sello.

de los cuales se construía la identidad del grupo, tanto a nivel interno como externo. Desde este punto de vista, la condición de los mudéjares como colectivo “marginado” alcanza plena coherencia en la medida en que su falta de integración en el cuerpo social se hacía derivar de un motivo permanente y duradero –la fe religiosa–, cuyos efectos no podían ser eludidos por parte del individuo adscrito al grupo de referencia. Esta situación promovía, además, sentimientos colectivos de “alteridad” en relación al grupo mudéjar por parte de la mayoría cristiana –igual que sucedía con los judíos– apoyados desde el poder por medidas legales destinadas a conformar un modelo de segregación basado en la fe profesada, habida cuenta de que la “ciudadanía social”, con sus derechos y deberes inherentes, solo era posible a partir de la adscripción del individuo a la *societas fidelium* cristiana³.

Estos principios se hicieron evidentes a partir de la promulgación de leyes segregadoras por los poderes que toleraban la presencia de los mudéjares bajo dominio cristiano limitadoras de sus posibilidades de intervención política, desempeño profesional, aplicación general de su ley y jurisdicción propia, o libertad de movimiento –entre otros aspectos–, y de las dinámicas que ponían de manifiesto su subordinación respecto del poder dominante (pago de tributos específicos, límites al contacto interreligioso, imposibilidad de realizar proselitismo de la fe islámica, segregación espacial en el siglo XV, etc.) como componentes esenciales del régimen de “tolerancia jerarquizada” que habilitaba la permanencia de moros libres en los reinos cristianos hispánicos desde fines del siglo XI, con las modificaciones y adaptaciones paulatinas incorporadas en el contexto bajomedieval al calor de los nuevos desarrollos doctrinales, en especial los procedentes del ámbito eclesiástico, y de los condicionantes concretos impuestos por los diferentes episodios de crisis política, social y económica de los siglos XIV y XV⁴.

No obstante, estas ideas han terminado por ocultar, en ocasiones, las fórmulas a partir de las cuales los mudéjares se integraban en sus entornos locales y lugares de residencia, bien en términos individuales o como parte de colectivos delimitados por parámetros situados al margen de la adscripción religiosa, trascendiendo las dinámicas de segregación que afectaban a la globalidad del grupo religioso, o las pautas de sociabilidad interna definidas por marcadores religiosos, desarrolladas en

³ Balance historiográfico y presupuestos teóricos expresados por LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Grupos marginales”. In *La Historia Medieval en España. Un balance historiográfico (1968-1998)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1999, pp. 505-601.

⁴ Sobre el mudejarismo castellano véase, sin ánimo de exhaustividad, LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los mudéjares de Castilla cuarenta años después”. In *la España medieval* 33 (2010), pp. 383-424; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los mudéjares de Castilla en la baja Edad Media”. In *Los mudéjares de Castilla y otros estudios de Historia medieval andaluza*. Granada: Universidad de Granada, 1989, pp. 11-132; CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel – *De la convivencia a la exclusión. Imágenes legislativas de mudéjares y moriscos. Siglos XIII-XVII*. Madrid: Sílex, 2012.

el seno de la aljama o en el entorno de la mezquita⁵. Ello a partir del uso de estrategias en las cuales la dedicación económica, los vínculos clientelares, la procedencia geográfica o la adscripción familiar jugaban un papel clave⁶. Por este motivo, el análisis de la ocupación profesional de los mudéjares es un campo de análisis útil, no solo para acercarse a los modos de vida del grupo mudéjar; también permite valorar el papel económico de la minoría en el seno de las sociedades urbanas de las cuales formaba parte; sirve para contraponer el modelo de segregación presente en la legislación, con la realidad cotidiana de los miembros del colectivo; y permite aproximarse a los mecanismos de integración de los componentes del grupo en el espacio urbano, y a las formas de ascenso social ligadas al desempeño de oficios especializados⁷.

Se trata de aspectos que cuentan con estudios basados en información “no testimonial”, entre los cuales cabe destacar los realizados por S. de Tapia para la comunidad mudéjar de Ávila, o los de J.-P. Molénat para la de Toledo, entre otros⁸. A ellos se puede sumar el caso de Madrid, cuya comunidad mudéjar, formada por unos 250 habitantes a fines del siglo XV, y bien conocida gracias al trabajo de J.C. de Miguel Rodríguez⁹, ofrece ejemplos significativos de la capacidad de integración de miembros y familias del colectivo de musulmanes libres en el escenario urbano a partir de su desempeño profesional. Dicha integración tenía su marco de desarrollo en una villa de tamaño medio que superaba ampliamente los 4.000 habitantes a fines del siglo XV – en 1509 Madrid y su tierra alcanzaban cifras en torno a los 15.000 habitantes¹⁰–, con una economía penetrada por un sector artesanal diversificado,

⁵ Sobre estas pautas de sociabilidad y su canalización institucional véase MAYOR, Rafael, ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana – “Hermanos y cofrades en la aljama de Toledo a principios del siglo XV”. *Anaquel de Estudios Árabes* 26 (2015), pp. 163-185.

⁶ CATLOS, Brian A. – “Contexto y conveniencia en la Corona de Aragón: propuesta de un modelo de interacción entre grupos etno-religiosos minoritarios y mayoritarios”. *Revista d’història medieval* 12 (2002), pp. 261-262.

⁷ Aspectos generales sobre la dedicación económica de los mudéjares castellanos en LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los mudéjares de Castilla...”, pp. 75-80; MENDIZÁBAL, María Florencia – “Oficios, labores y fiscalidad de los mudéjares peninsulares: notas distintivas en Castilla y Aragón. Siglos XIII-XVI”. *Cuadernos de Historia de España* 82 (2008), pp. 130-134. Véase, con un carácter general, *Actas del IV Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 1992.

⁸ DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – *La comunidad morisca de Ávila*, Salamanca: Universidad de Salamanca 1991; DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – “Fiscalidad y actividades económicas de los mudéjares de Ávila en el siglo XV”. In *Actas del V Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1991, pp. 87-104; MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les mudéjars de Tolède: professions et localisations urbaines”. In *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 429-436; MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les musulmans de Tolède aux XIVe et XVe siècles”. In *Les Espagnes médiévales. Aspects économiques et sociaux. Mélanges Jean Gautier-Dalché*, Niza: Les Belles Lettres 1983, pp. 175-190.

⁹ DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – *La comunidad mudéjar de Madrid: un modelo de análisis de aljamas mudéjares castellanas*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1989.

¹⁰ VERA YAGÜE, Carlos Manuel – *Territorio y población en Madrid y su Tierra en la Baja Edad Media*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1999, pp. 55-60.

orientado fundamentalmente al mercado local, y un comercio de corta y media distancia, pero también por actividades agrarias¹¹, prototípica de un modelo productivo presente en otras pequeñas villas de Castilla que contrasta con el modelo de mayor especialización y desarrollo manufacturero, y/o de expansión del gran comercio observado a fines del Medievo en otros espacios urbanos peninsulares y europeos¹².

1. Nómina de oficios y distribución sectorial de la ocupación profesional.

Los datos recogidos en la tabla 2, incluida como apéndice final, permiten reconstruir la distribución sectorial de 99 mudéjares avecindados en Madrid y en algunas localidades de su tierra y entorno inmediato¹³ con ocupación profesional conocida entre 1348 y 1502 –la mayor parte de la muestra se concentra en la segunda mitad del siglo XV, contando con apenas cuatro menciones para el siglo XIV–, siguiendo el modelo propuesto por S. de Tapia para Ávila¹⁴. Se ha optado por no incluir referencias a las actividades relacionadas con el sector primario ya que, aunque hay menciones a mudéjares propietarios de ganado y de tierras destinadas a usos agrícolas, ello no permite asegurar su dedicación exclusiva a estas ocupaciones¹⁵. Con ello no se quiere señalar que la inexistencia de un sector dedicado a esta parcela económica, especialmente en el ámbito rural, mal representado en la documentación madrileña. Simplemente, las fuentes manejadas privilegian otras facetas de la actividad económica del grupo, como las de carácter artesanal o comercial. Por otra parte, las menciones a oficios y cargos institucionales (repartidores, alcaldes mayores, veedores, alfaquíes) se especifican en aquellos casos en los cuales no hay mención expresa al desempeño de otro oficio por parte del individuo en cuestión.

¹¹ SÁNCHEZ AYUSO, Ignacio – “Las actividades económicas en la villa de Madrid en la Baja Edad Media. Una revisión de la bibliografía”. In *Una reflexión historiográfica sobre la historia de Madrid en la Edad Media*, Madrid: Asociación cultural Al-Mudayna, 2011, pp. 99-120.

¹² Para el caso hispano ver la excelente síntesis sobre la actividad manufacturera de LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *España a finales de la Edad Media. 1. Población. Economía*. Madrid: Dykinson, 2017, pp. 159-195.

¹³ Se incluyen referencias únicamente a Getafe y Leganés –localidades adscritas al alfoz madrileño– y a Barajas, villa señorial situada a 13 km de Madrid, y por lo tanto vinculada a su *hinterland*.

¹⁴ DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – *La comunidad morisca...*, pp. 68-69; DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – “Fiscalidad y actividades económicas...”, pp. 91-99.

¹⁵ Al igual que sus convecinos cristianos, algunos mudéjares contaban con huertas y pequeñas parcelas destinadas al autoconsumo o a la venta de la producción en los circuitos comerciales urbanos, aunque su dedicación principal fuera otra. Es el caso de Alí de Illescas, del herrero Yuçaf de Griñón, del herrador maestro Lope y de maestro Çulemán, vecinos de Madrid, o de Alí del Baño, vecino de Leganés. AVM, LM 140, ff. 166r y 249r; LM 141, ff. 144r, 181r, 196v, 223r. En la mayoría de los casos no conocemos el régimen de explotación de la tierra. Como excepción, sabemos que en enero de 1466 Pedro, hijo de Pedro Fernández, vecino de Coslada, se obligaba por 420 mrs a hacer cuatro fanegas de barbechos en una tierra que tenía maestro Abraham de Ayllón, cuchillero; a ararlos una vez en el mes de enero y otra en marzo; a segarlos en mayo; y a sembrarlos con el trigo que le diera el mudéjar en octubre. AVM, LM 140, f. 244v.

OFICIO	Nº	%
Herrero	20	20,2
Cuchillero	4	4,0
Herrador	5	5,1
Albeitar	1	1,0
Calderero	1	1,0
TOTAL METAL	31	31,3
Carpintero	10	10,1
Obrero mayor de las obras reales/maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid	7	7,1
Albañil	5	5,1
Alarife	4	4,0
TOTAL CONSTRUCCIÓN	26	26,3
Alcaller/ alfarero	4	4,0
Zapatero	2	2,0
Curtidor	2	2,0
Cordonero	1	1,0
Tejedora	1	1,0
TOTAL OTROS ARTESANÍA	10	10,1
Arrendadora de baños	1	1,0
Mesonero	1	1,0
Comerciante/ vendedor	12	12,1
Carnicero	1	1,0
Propietario de ganado/ abasto de carne o pescado	7	7,1
TOTAL SERVICIOS, COMERCIO Y ABASTO	22	22,2
Alfaquí	2	2,0
Veedor/procurador de la aljama de Madrid	2	2,0
Alcalde mayor de los moros/ de la aljama	3	3,0
Repartidor mayor del servicio y medio servicio	3	3,0
TOTAL OFICIOS INSTITUCIONALES Y RELIGIOSOS	10	10,1
TOTAL	99	100,0

Tab. 1 – Distribución por oficios de los mudéjares avecindados en Madrid y su tierra (1348-1502).

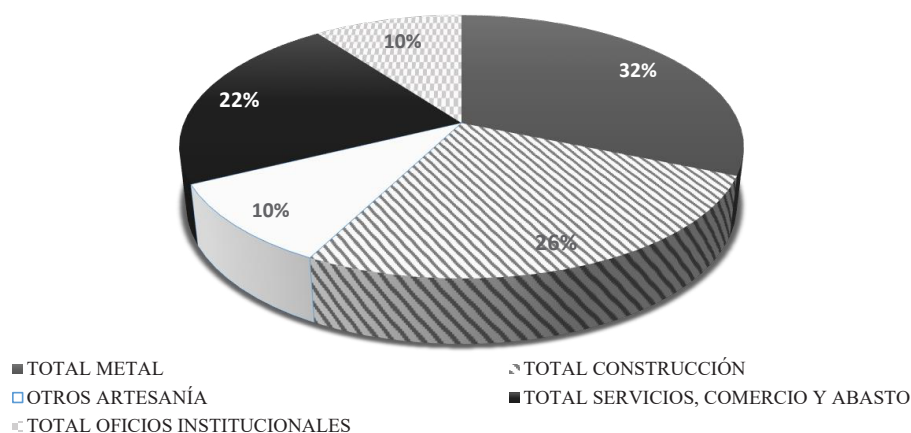


Fig. 1 – Distribución sectorial de la población mudéjar avecindada en Madrid y su tierra con oficio conocido (1348-1502).

2. Oficios del metal.

La importancia de los mudéjares castellanos en el sector del metal ha sido puesta de relieve para los casos de Ávila o Murcia¹⁶, por lo que la comunidad madrileña no constituye, en este sentido, ninguna excepción¹⁷. A tenor de la nómina reconstruida, sabemos que los moros de Madrid alcanzaron un grado de especialización notable en este sector, en el que se incluyen los oficios de herrero, herrador, calderero o cuchillero: un 31,3% de los mudéjares con oficio conocido se encuentra adscrito a este ramo. De esta forma, la actividad metalúrgica –especialmente la herrería, que ocupa un 20% de la muestra total– quedó prácticamente monopolizada por miembros de la minoría, lo que era susceptible de asignar a estos artesanos un papel relevante en el contexto local en virtud de la utilidad económica asignada a este oficio¹⁸.

La riqueza de las fuentes madrileñas permite aproximarse a cuestiones como la propiedad de los medios de producción o el abastecimiento de las materias primas – especialmente el hierro y el plomo – compradas por los herreros moros a comerciantes cristianos, cuyo análisis permite valorar la capacidad de integración que el trabajo del metal ofrecía a muchos miembros de la minoría¹⁹. De este modo,

¹⁶ DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – *La comunidad morisca...*, p. 70; MARTÍNEZ CARRILLO, María de los Llanos – “Oligarquización profesional y decadencia mudéjar: los herreros murcianos (ss. XIV y XV)”. *Sharq al-Andalus* 13 (1996), pp. 63-81.

¹⁷ DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – *La comunidad mudéjar de Madrid...*, p. 87 y AGS, RGS, octubre de 1494, f. 329.

¹⁸ Ver, con un carácter general, MAZADIEGO MARTÍNEZ, Luis Felipe; PUCHE RIART, Octavio – “Herreros y herradores en la provincia de Madrid: breve bosquejo histórico”. *Archäia* 2 (2002), pp. 71-81.

¹⁹ En febrero de 1442 maestre Mahomad de Valladolid, vecino de Madrid, debía a Pedro de la Puerta

sabemos que la mayoría de los herreros mudéjares madrileños trabajaba en talleres arrendados a particulares o al concejo, fuera del espacio de la morería. Por ejemplo, en noviembre de 1441 maestre Hamet, hijo de maestre Abdalla, debía a Juan Gutiérrez de Hita 450 mrs y un par de gallinas por el alquiler de unas casas en el Arrabal y una herrería alquilada por un año²⁰; en julio de 1464 Hamad, hijo de maestre Yuçaf de Martín Muñoz, moro vecino de Madrid, donaba a su hermano maestre Haçán las casas y tienda que tenía a censo del concejo de Madrid en la plaza de la Almudena, con la parte de la fragua y herramientas que le pertenecían²¹. En otros casos, los útiles de trabajo – fuelles, cañones de hierro, yunques y toberas – pertenecían al artesano, y eran alquilados a otros herreros, tal y como hacía en junio de 1471 el herrero madrileño maestre Haçán con Juan Gómez de Val, herrero de Alcobendas²². En cuanto a la presencia de oficiales y aprendices tenemos una mención significativa de la permeabilidad en el contacto entre miembros de distinta fe que el desempeño laboral habilitaba: en noviembre de 1471 Juan de Villacastín, vecino de Canillas, trabajaba asalariado en la herrería de Yuçaf de Griñón²³.

El prestigio alcanzado por estos profesionales llevó incluso a algunas poblaciones del alfoz madrileño a contratar como herreros del concejo a miembros de la minoría mudéjar²⁴: en julio de 1444 el concejo de Vallecas nombraba como su herrero a maestre Mahomad Calderón, concertando los precios que debería cobrar por cada servicio, especialmente en relación con el arreglo de los aperos de labranza²⁵. La retribución del trabajo serían abonada “en especie”, al igual que sucedía en Madrid, según documentan los pleitos librados ante la justicia local motivados por las denuncias de impago presentadas por herreros mudéjares en los cuales, por lo demás, se observa el papel de los alcaldes cristianos como instancia arbitral en los conflictos económicos²⁶.

A la hora de valorar la importancia de la herrería para la economía local, y el interés de los poderes públicos por contar con los servicios de buenos profesionales

857 mrs y 5 dineros por siete arrobas de plomo. *Registros*, doc. 401, p. 344. En enero de 1444 maestre Ali Pernudo, vecino de Madrid, debía a Pedro Díaz de Toledo y a Luis Madrid 842 mrs de cierto hierro comprado en 1443. *Registros*, doc. 894, p. 465. En septiembre de 1477 Hamad del Baño, herrero, prestaba declaración en la demanda interpuesta por Juan Díaz, arrendador del peso y cuchares ese año, con relación al hierro comprado de ciertos cristianos que no llevó al peso del concejo. AVM, LM 141, f. 210v. En agosto de 1477 el citado arrendador demandaba a maestro Yuçaf de Griñón, moro herrero de Madrid, por la compra desde el 30 de junio de 30 arrobas de hierro de personas que no lo llevaron al peso. AVM, LM 141, f. 219v.

²⁰ *Registros*, doc. 146, p. 287.

²¹ AVM, LM 140, f. 137v.

²² AVM, LM 140, f. 323v. En marzo de 1475 maestre Abraham, moro herrero de Leganés, recibía de Alonso Rodríguez de Mora un yunque de hierro demandado ante la justicia local de Madrid. AVM, LM 141, f. 84v.

²³ AVM, LM 140, f. 359r.

²⁴ En Barajas aparece en abril de 1444 un Alí, herrero, aunque no se explicita que fuera herrero del concejo. *Registros*, doc. 894, p. 465.

²⁵ *Registros*, doc. 1228, pp. 544-545.

²⁶ Ejemplos de 1444 y 1477 en *Registros*, docs. 707 y 709, pp. 419-420 y AVM, LM 141, ff. 219v y 225v.

del sector, conviene tener presentes los lazos de dependencia entre este oficio y el trabajo agrícola, más allá de los beneficios que pudieran ofrecer a los herreros actividades como la venta de metal²⁷. Esta circunstancia, unida al desarrollo de la herrería en unos términos casi monopolísticos, ofrecía a los herreros mudéjares cierta capacidad de presión, utilizada como instrumento de negociación en contextos conflictivos como el desatado tras el apartamiento de los mudéjares en barrios de morería ordenado por los Reyes Católicos en las Cortes de Toledo de 1480²⁸.

En el caso de Madrid, el concejo procuró cumplir las órdenes regias, aunque sin renunciar a los beneficios que la actividad económica llevada a cabo por los mudéjares pudiera reportar a la villa. De hecho, el 26 de abril de 1482 las autoridades solicitaban a los reyes permiso para que los moros pudieran tener abiertas tiendas durante el día en las plazas de la villa²⁹. Sin embargo, los herreros mudéjares rehusaron trabajar en las nuevas condiciones impuestas, lo que constituye un insólito acto de resistencia organizada frente a la implantación del apartamiento. Esta circunstancia provocó las quejas de los labradores, pues los herreros moros se negaban a “adobar nin aguzar sus rrejas porque dizen que no tiene lugares do hagan sus fraguas, salvo en las tiendas que antes tenían acá en la Villa e arrabales”. El conflicto, que amenazaba con alterar el orden y la paz social, llegó a manos de las autoridades concejiles: el 29 de mayo de 1482 el concejo obligaba a los herreros Hamad de Cubas y Hamad de Griñón a que “de aquí a mañana en todo el día” hicieran sus fraguas en el distrito delimitado para el apartamiento bajo pena de 10.000 mrs destinados a la construcción del puente de Toledo³⁰.

La aljama mudéjar madrileña debió plantear sus quejas, según evidencia una carta enviada por los reyes al corregidor de Madrid para que se informara sobre si “era su seruizio e bien de la Villa que los judíos e moros touiesen tiendas en las plaças en çierta forma”. No obstante, el concejo pedía al corregidor el 12 de agosto de 1482 su inhibición hasta que llegaran nuevas provisiones regias en las que se indicaría la actuación a seguir con las minorías religiosas. Mientras tanto solicitaban que “ningund judío nin moro, estrangeros nin de la Villa, no tengan tiendas algunas fuera de sus apartamientos”, salvo el día del mercado semanal fijado los jueves, momento en el cual podrían sacar tablas a las plazas de la villa y sus arrabales³¹.

Dos años más tarde, en abril de 1484, las autoridades madrileñas solicitaban a los reyes permiso para asentar mudéjares en unas tiendas que hacía el bachiller de

²⁷ En agosto de 1472 Juan Díaz demandaba a Hamad del Baño, herrero vecino de Madrid, por vender en la villa hasta 60 arrobas de hierro sin pesarlas antes en el peso del concejo. AVM, LM 140, f. 488v y f. 491r.

²⁸ Sobre la aplicación efectiva de la medida en Madrid en 1481 ver LACM I, p. 137. DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – *La comunidad mudéjar de Madrid...*, p. 113.

²⁹ LACM I, p. 168.

³⁰ LACM I, p. 176.

³¹ LACM I, p. 189.

la Torre en el Arrabal – y por lo tanto fuera de la morería –, “las quales han de ser çerradas con sus puertas e llaues puestas en la calle”³². Estamos de acuerdo con J. C. de Miguel en que la reiteración de las peticiones por parte del concejo, y la negativa a aceptar la licencia regia en la que se permitía a la minoría mudéjar tener tiendas en las plazas de la villa, solo pueden ser entendidas teniendo en cuenta la inclusión de los judíos en la concesión³³. En cualquier caso, la forma de poner en práctica el apartamiento en Madrid evidencia una vez más el elevado grado de “conveniencia” que determinaba las relaciones entre las instituciones cristianas y la minoría mudéjar: mientras, por un lado, las autoridades establecían escrupulosamente el apartamiento, por otro incluían salvedades en la forma de llevarlo a cabo como forma de evitar que la medida afectara al correcto desarrollo de aquellas parcelas de la economía urbana perturbadas por la medida.

3. Oficios de la construcción.

Por debajo del sector del metal, la construcción ocupaba el segundo lugar en términos porcentuales: un 26% de los moros madrileños con oficio conocido se dedicaba a alguno de los oficios adscritos a este ramo, en un contexto marcado desde 1450 por la expansión demográfica, y la intervención de la Corona y del concejo madrileño en políticas constructivas de amplio alcance que cambiarían en parte la fisonomía urbana (construcción del monasterio de San Jerónimo el Real, acondicionamiento del alcázar, remodelación de la plaza de San Salvador, construcción y restauración de puentes, construcción de la cámara del concejo), a las que habría que sumar la edificación de nuevas residencias por parte de la oligarquía urbana³⁴.

Dentro del sector se incluyen oficios muy diversos, como los de maestro mayor de las obras de los alcázares regios, alarife del concejo, albañil, carpintero y yesero, que también ocupaban un lugar destacado en la estructura económica de otras comunidades mudéjares de Castilla como las del valle del Duero (Ávila, Burgos,

³² LACM I, p. 319.

³³ DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – *La comunidad mudéjar de Madrid...*, p. 116.

³⁴ MONTERO VALLEJO, Manuel – “Apuntes sobre la construcción y la vivienda en el medievo madrileño”. *Anales del Instituto de Estudios Madrileños* 31 (1992), pp. 241-252; NIETO SÁNCHEZ, José Antonio – *Artesanos y mercaderes: una historia social y económica de Madrid (1450-1850)*. Caracas: Editorial Fundamento, 2006, pp. 49-52.

Segovia y Valladolid)³⁵, Sevilla³⁶ o Toledo³⁷, en las cuales el desempeño de trabajos vinculados al ramo de la construcción, especialmente si la actividad implicaba servir al rey o a los poderes locales (nobiliarios, urbanos o eclesiásticos), brindaba excelentes posibilidades de ascenso social. Por ejemplo, en Toledo se ha identificado a un maestre Alcázafe en 1446 como maestro mayor de las obras de los alcázares de Toledo, que compaginó su oficio con la alcaldía mayor de las aljamas de moros de Castilla³⁸; asimismo, Abdalla, moro toledano carpintero, hijo de maestre Yuça de Segovia, recibía en marzo de 1452 una franqueza de Juan II por algunas “obras reales de su arte” encargadas por el monarca³⁹.

Comenzando por los oficios dotados de más prestigio y relevancia en términos socio-políticos, se ha documentado la presencia en Madrid de al menos siete maestros mayores o alarifes de las obras de los alcázares reales de la villa a lo largo del siglo XV. Se trataba de un cargo de designación regia vinculado a las obras de mantenimiento y adecuación de este espacio, a caballo entre lo defensivo y lo palaciego⁴⁰, monopolizado por una minoría mudéjar cuya adscripción a la élite interna del grupo es más que evidente: por un lado, el desempeño del oficio abría cauces para la interlocución entre la minoría mudéjar y la Corona, evidenciados en la concesión de cargos de representación política o fiscal del colectivo mudéjar (oficio de repartidor del “servicio y medio servicio” de las aljamas de los moros, alcaldía mayor); por otro, era frecuente que los monarcas gratificaran los servicios prestados por los maestros de las obras de los alcázares con exenciones fiscales que contribuían a establecer diferencias en el seno del grupo religioso de adscripción y ratificaban el estatus alcanzado a partir de un factor exógeno, como el vínculo con la monarquía⁴¹.

Sabemos que maestre Abdalla del Otero ocupó el cargo al menos entre 1436 y 1445, año en el que al parecer pasó a Granada y fue sustituido en sus funciones

³⁵ ARAUS BALLESTEROS, Luis – “Clientes, contratación y religión entre los carpinteros y albañiles moros castellanos”. In AMRÁN, Rica; CORTIJO OCAÑA, Antonio (eds.) – *Vivir en Minorías en España y América (siglos XV al XVIII)*. Santa Barbara: Publications of eHumanista, 2017, pp. 74-85; DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafin – “Personalidad étnica y trabajo artístico. Los mudéjares abulenses y su relación con las actividades de la construcción en el siglo XV”. In NAVASCUÉS PALACIO, Pedro; GUTIÉRREZ ROBLEDO, José Luis (eds.) – *Medievalismo y neomedievalismo en la arquitectura española. Aspectos generales*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1990, pp. 245-252.

³⁶ Un 48 % de los mudéjares varones conocidos para los siglos XIV y XV desempeñaban tareas relacionadas con la construcción. COLLANTES DE TERÁN, Antonio – “La aljama mudéjar de Sevilla”. *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada* 43/1 (1978), p. 157.

³⁷ En Toledo se reseñan siete albañiles, once yeseros y once carpinteros entre finales del siglo XIV y la primera mitad del XV. MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les mudéjars de Tolède: professions...”, p. 431.

³⁸ ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana – “De cadí a alcalde mayor: la élite judicial mudéjar en el siglo XV (I)”. *Al-Qantara* 24/1 (2003), p. 150.

³⁹ AGS, MP, leg. 34, f. 4.

⁴⁰ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael – *Arte y etiqueta de los Reyes Católicos. Artistas, residencias, jardines y bosques*. Madrid: Alpuerto, 1993, pp. 62-67.

⁴¹ ORTEGO RICO, Pablo – “Mudéjares castellanos y fiscalidad a fines del Medievo: élites, reparto, conflicto y fraude”. In GALÁN SÁNCHEZ, Ángel, ORTEGA CERA, Ágatha, ORTEGO RICO, Pablo (eds.) – *El precio de la diferencia en la Castilla Medieval y Moderna*. Madrid: Silex (en prensa).

por maestre Lope, hijo de maestre Yuçaf de Segovia, vecino de Madrid, que ejerció el oficio junto a su homónimo maestre Lope, hijo de maestre Haçán de Segovia⁴². Alguno de estos dos maestros Lope hay que identificarlo con el maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid al que Juan Zapata y su suegro Diego Fernández debían 5.000 ladrillos comprados a 110 mrs el millar en julio de 1464⁴³. Uno de ellos es el mismo maestre Lope, hijo de Yuçaf y vecino de Madrid, que había ocupado el cargo de obrero mayor de las obras reales en tiempos de Enrique IV⁴⁴, nombrado en 1480 alcalde mayor de las aljamas de los moros de Castilla⁴⁵, oficio con el que culminaría su trayectoria al servicio de la monarquía. La ausencia de este personaje en los pleitos desencadenados entre las élites mudéjares a fines del siglo XV por la provisión y disfrute de la alcaldía mayor de las aljamas de Castilla puede explicarse por la muerte del personaje⁴⁶. Lo mismo parece corroborar la concesión en diciembre de 1483 de una ración de 9.200 mrs a Mahomad, hijo de maestre Lope y maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid⁴⁷, personaje que volvemos a encontrar cobrando 6.000 mrs en la renta de las salinas de Espartinas de 1497⁴⁸.

Junto a los maestros mayores de obras de los alcázares regios, o a aquellos mudéjares que también desarrollaban su actividad en estos edificios (por ejemplo, Mahomad “carpentero que labra los alcázares de Madrid”⁴⁹, o maestre Mahomad, carpintero e hijo de maestre Haçán de Segovia⁵⁰) también hay que destacar dentro de la élite mudéjar vinculada al ramo de la construcción a los alarifes del concejo⁵¹, cuyas funciones se explicitan en textos normativos conocidos para otras

⁴² AGS, MP, leg. 2, f. 403.

⁴³ AVM, LM 140, f. 136r.

⁴⁴ AGS, CMC, 1ª época, leg. 440, sin f. Relación de cargo y data del “pedido” y “monedas” de 1473-1474 en el obispado de Sigüenza. Uno de los asientos, en adición, señala lo siguiente: “A maestre Lope, fijo de maestre Yuçafe, vezino de Madrid, maestro que fue de las obras del rey don Enrique, que santa gloria aya, para en cuenta de los mrs de su ración del dicho año de LXXIII años, que le fueron librados por carta de libramiento del dicho señor rey qu’el dicho maestre Lope llevó en su poder tres mill e çinquenta mrs, segund paresçe por su carta de pago”.

⁴⁵ AGS, RGS, febrero de 1480, f. 259.

⁴⁶ Ver, sin ánimo de exhaustividad, MOLÉNAT, Jean-Pierre – “À propos d’Abrahen Xarafi: les alcaldes mayores de los moros de Castille au temps des Rois Catholiques”. In *Actas del VII Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 1999, pp. 175-184; ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana – “De cadí a alcalde mayor...”, pp. 160-168.

⁴⁷ AGS, MP, leg. 76, f. 41. También gozaba de una ración de 7.200 mrs maestre Haçán, moro maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid, librados en 1482-1483 en el cargo del receptor del servicio y medio servicio de las aljamas moras. AGS, EMR, leg. 32, ff. 85-87.

⁴⁸ Maestre Mahomad, moro vecino de Madrid, percibía 6.000 mrs “que le mandaron librar por obrero de los alcázares de Madrid”, por carta de 23 de diciembre de 1497. AGS, EMR, leg. 63, f. 626. Aunque es mencionado como obrero, la imprecisión de las fuentes al designar el cargo y la coincidencia en el nombre son suficientes para proponer la identificación del personaje con el hijo de maestre Lope.

⁴⁹ AGS, MP, leg. 2, f. 288r.

⁵⁰ AGS, MP, leg. 76, f. 40.

⁵¹ DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – “Los alarifes de la villa de Madrid en la Baja Edad Media”. In *Actas del IV Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 1992, pp. 28-35.

localidades castellanas, como el *Libro del Peso* de Toledo redactado en el siglo XIV: regulación de las obras públicas del concejo, preservación de los bienes del común, y supervisión y peritaje de los edificios⁵². El oficio, que a las anteriores tareas unía en Madrid las de tasación y resolución de pleitos relacionados con la construcción⁵³, fue muy codiciado entre los mudéjares desde al menos el segundo tercio del siglo XV, siguiendo una dinámica similar a la constatada en otros enclaves urbanos como Talavera o Guadalajara⁵⁴.

Ya en noviembre de 1433 los alarifes Alí de Almodóvar y Lope Rodríguez aparecen inspeccionando los edificios y estacadas fabricados por los vecinos de Madrid y Alcalá en el río Jarama⁵⁵. A mediados de la misma centuria probablemente ya ejerciera el cargo Abdalla de San Salvador, que en mayo de 1449 aparece como carpintero y albañil tasando unas casas junto a Alí del Otero⁵⁶, y es mencionado como maestro de las obras del concejo en diciembre de 1452, cuando recibía por sus servicios la exención de velas, rodas y hospedaje, siempre y cuando el rey no se encontrara en la villa⁵⁷. Más adelante, ocuparon el cargo Mahomad de Gormaz y Abraham de San Salvador (nombrado en 1478). En 1481 ambos daban su parecer en el debate sostenido entre los cristianos Juan de Tapia y Diego de Vargas por una pared en virtud de las competencias que tenían reconocidas⁵⁸; poco después, en septiembre de 1486, se obligaban a pagar al mayordomo del concejo 10.000 por cualquier derecho que la villa pudiera tener en el destajo que habían tomado de la labor de “la puente Toledana” y la pontecilla del Estanque⁵⁹.

El cargo permitió a los alarifes mudéjares del concejo no solo alcanzar un buen nivel económico y un estatus social destacado gracias a las rentas con que estaba dotado, a las exenciones fiscales concedidas como gratificación por el concejo en virtud de la *utilitas publica* asociada al oficio, y a su intervención en empresas

⁵² GÓMEZ LÓPEZ, Consuelo – “Los alarifes en el oficio de la construcción (siglos XV-XVIII)”. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie VII, Historia del Arte* 4 (1991), pp. 40-41.

⁵³ LOSA CONTRERAS, Carmen – *El concejo de Madrid en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*. Madrid: Dykinson, 1999, p. 504.

⁵⁴ SUÁREZ ÁLVAREZ, María Jesús – *La villa de Talavera y su tierra en la Edad Media (1369-1504)*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1982, p. 220; VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo – “Aproximación al estudio de la comunidad mudéjar de Guadalajara en la Edad Media”. In *30 años de mudejarismo: memoria y futuro (1975-2005): actas del X Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 2007, p. 509.

⁵⁵ CAYETANO MARTÍN, María del Carmen – *La Documentación Medieval en el Archivo de Villa (1152-1474)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1991, doc. 233, p. 103.

⁵⁶ AVM, LM 139, f. 76r. En mayo de 1444, Abraham de San Salvador, hijo de maestre Mahomad de San Salvador, y familiar de Abdalla de San Salvador, era mencionado como carpintero. *Registros*, doc. 1036, p. 498. En agosto de 1444 aparece un maestro Abraham como hermano de Abdalla de San Salvador. *Registros*, doc. 1305, p. 565.

⁵⁷ AVM, LM 139, f. 236r. Un mes antes, había recibido del concejo un solar en el arrabal de la villa para que edificara unas casas. AVM, LM 139, ff. 267v-268r.

⁵⁸ AVM, LM 141, ff. 253r-v y 254r-v.

⁵⁹ AVM, LM 141, sin f.

constructivas en las que se materializaba el compromiso del poder concejil con la idea de “bien común”⁶⁰. Las competencias asociadas al oficio también permitían a los alarifes moros adoptar decisiones técnicas que afectaban a los miembros de la mayoría cristiana, bien en relación a las disputas entre propietarios de inmuebles, bien referidas a la tasación de edificios, o extender su control sobre la actividad de aquellos correligionarios vinculados al sector de la construcción, y que no olvidemos, copaban el 26 % de la nómina. Por ello no resulta extraño que entre los propios mudéjares surgieran disputas por el disfrute del oficio, como la sostenida entre Abrahén de Gormaz y maestre Yuçuf entre 1490 y 1492⁶¹, expresión de dos hechos: por un lado, de los beneficios del cargo a la hora de establecer la interlocución con el poder concejil y de asegurar una cuota de participación en la vida política local, pese a las restricciones al acceso a oficios concejiles con competencias decisoriales que pesaban sobre los miembros de las minorías religiosas; por otro, de la capacidad para ampliar el control sobre los correligionarios y sobre una parcela relevante de la economía urbana. Quizás por ello, y para tratar de frenar el protagonismo de los alarifes moros, desde 1492 el concejo madrileño cambió la orientación de los nombramientos al elegir a Bartolomé Sánchez como alarife para que “haya un cristiano” con los moros que desempeñaban el cargo habitualmente⁶².

Pese a la importancia de estos oficios como cauces de integración y ascenso social de algunos miembros de la minoría en el entramado urbano de Madrid, la mayor parte de los mudéjares vinculados al ramo de la construcción eran carpinteros (10 casos) y albañiles (5 casos) –no hay por el momento menciones a yeseros, lo que contrasta con la situación observada en Toledo⁶³–. En el caso de los albañiles sabemos que trabajaban, bien a cambio de un jornal pagado diariamente, bien “a destajo”, según especifican los contratos de obra y servicio suscritos con particulares⁶⁴, pero también con el concejo: en abril de 1462 Alí de Muño se obligaba a terminar en 50 días una obra en la cámara del concejo⁶⁵; más adelante, en septiembre de 1473 Juan de Illescas, mayordomo del concejo de Madrid, recibía de Juan de Lara y Pedro de Lara, hijos de Juan de Lara, 8.000 mrs que su padre debía al concejo de Madrid de la obra que se había obligado a hacer junto a maestre Abraham Robredo en la “Pontecilla” y la fuente y pilar de Alcantarilla⁶⁶.

⁶⁰ En julio de 1489 el grupo participaba en la construcción de una cámara en la iglesia de San Salvador para las reuniones del concejo, para cuya obra los alarifes dieron un presupuesto de 6.000 mrs. LACM II, p. 151. Más adelante participaron en la remodelación de los puentes de Segovia, Viveros y Toledo. DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – “Los alarifes...”, pp. 28-35.

⁶¹ DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – “Los alarifes de la villa de Madrid...”, pp. 28-35.

⁶² NIETO SÁNCHEZ, José Antonio – *Artisanos y mercaderes...*, p. 51.

⁶³ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les mudéjars de Tolède: professions...”, p. 431.

⁶⁴ Ejemplos de contratos a jornal y a destajo, con contratación de albañiles moros por parte de cristianos, en AVM, LM 139, ff. 171r-v y 492v.

⁶⁵ AVM, LM 139, f. 500v.

⁶⁶ AVM, LM 141, f. 23v-24r.

Esta mención, y otras relativas a la contratación de albañiles cristianos por parte de mudéjares⁶⁷, permiten esbozar dos hipótesis: en primer lugar, no parece que los mudéjares madrileños controlaran este sector en unos términos monopolísticos; por otra parte, el espacio laboral se convertía de nuevo en un escenario de integración, en el que los marcadores identitarios religiosos eran susceptibles de pasar a un segundo plano con mayor facilidad a la hora de conformar las cuadrillas de operarios. Ni siquiera en este caso la puesta en marcha del apartamiento de los mudéjares madrileños en 1481 frenó las posibilidades de contacto y desarrollo de la actividad laboral: la instrucción dada el 12 de agosto de 1482 por el concejo de Madrid con relación a los límites impuestos al trabajo mudéjar fuera del espacio de la morería prohibía a los mudéjares comer en las tiendas situadas fuera del apartamiento “saluo los moros que van a labrar a las casas, que puedan comer donde labran, como es costunbre”⁶⁸.

4. Otros oficios artesanos.

Pese al impacto de la actividad metalúrgica y del sector de la construcción en la estructura ocupacional de los mudéjares madrileños (ambos ramos acaparan el 57,6% de la muestra manejada), también hay menciones, más o menos esporádicas, a otros oficios artesanales, que suponen un 10% del total. Dentro del sector textil solo contamos con la referencia a una tejedora, mientras que tampoco abundan las menciones a artesanos del cuero (dos curtidores y dos zapateros)⁶⁹. Sin embargo, la ausencia más destacada quizás sea la de los moros dedicados a la alcallería (cuatro menciones), circunstancia que contrasta con la habitual presencia de alfareros en comunidades mudéjares como las de Valladolid, Guadalajara o Murcia⁷⁰, o con la especialización en el trabajo del barro desde el tercer cuarto del siglo XIV, y con particular énfasis desde el segundo cuarto del siglo XV, que J.-P. Molénat ha

⁶⁷ En febrero de 1453 Juan Alonso molinero y Alonso de Illescas, vecinos de Madrid, tomaban de maestre Lope, hijo de maestro Yuçaf, vecino de Madrid, encargo de hacer en un solar situado en el Arrabal, propiedad de maestro Lope, setenta tapias de “almanse” con su acera, por 12,5 mrs cada tapia, entre el 1 de marzo y el 30 de abril, bajo pena de 20 mrs por cada día de demora. AVM, LM 139, f. 321r.

⁶⁸ LACMI, p. 189.

⁶⁹ DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – *La comunidad mudéjar de Madrid...*, p. 89. En enero de 1442 maestre Hamet Alacrán, vecino de Madrid, se obligaba a dar a Sancho Quiles 472 mrs por la compra de ciertos cueros, pagaderos antes de la Pascua de Resurrección siguiente. *Registros*, doc. 224, p. 304.

⁷⁰ VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – *Actividad alfarera en el Valladolid bajomedieval*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998, p. 306. En junio de 1483 Isabel de Paredes, monja del monasterio de Santa Clara de Guadalajara alquilaba en el arrabal de San Julián – situado extramuros – unas casas y corrales de alcallería a maestre Lope de Valladolid, hijo de maestre Yuçaf, que lindaban con las casas Hamete Sancho y Yuçaf Siriros, moros alcalleres. AMG, Caja 4, doc. 133345. Para el caso murciano ver ROBLES FERNÁNDEZ, Alfonso; NAVARRO SANTA-CRUZ, Elvira – “El oficio alfarero en Murcia: talleres y hornos mudéjares”. in *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 445-454.

demostrado para la comunidad de Toledo⁷¹. ¿Pudo haber provocado la saturación en el sector el trasvase de mano de obra mudéjar toledana especializada en el trabajo del barro hacia otras localidades deficitarias en alcalleres?

Sea como fuere, lo cierto es que el 3 de abril de 1475 varios regidores de Madrid y uno de los alcaldes autorizaban la toma de vecindad de dos moros alcalleres de Toledo (Abraham Sarquillo y maestre Alí el Rubio) acompañada de una franqueza de “monedas” y otros “pechos” y contribuciones concejiles, a cambio de “que fagan obligaçión de bevir e morar en esta villa e usar del dicho ofiçio en esta villa”⁷². Ambos mudéjares suscribían al día siguiente su compromiso de permanencia en la villa para “usar del su ofiçio de alfaharería”, bajo pena de 5.000 mrs⁷³. De esta forma, el concejo madrileño incentivaba el establecimiento permanente de artesanos especializados, con independencia de la fe profesada, asignando franquezas fiscales a los nuevos mudéjares avecindados, quizás para suplir carencias en determinados sectores productivos, siguiendo una dinámica ya observada con anterioridad en relación a otros menestrales moros: ya el 18 de agosto de 1449 el concejo de Madrid había recibido como vecino en la villa a maestre Mahomad de Ocaña, moro carpintero y cubero “para que biva e more en esta villa desde oy fasta diez años complidos con su muger e fijos e casa poblada”, a cambio de franquearle de “monedas” y eximirle de velas, rodas, guarda de puertas y huéspedes, salvo que los reyes o el príncipe estuviesen en la villa, bajo pena de 2.000 mrs⁷⁴. Por lo demás, estas menciones evidencian el reconocimiento del estatus de “vecino” que el concejo de Madrid asignaba a la población mudéjar, y la posibilidad de integración de estos musulmanes en la comunidad política urbana, aunque a través de la aljama como cauce institucional propio.

5. Comercio, abasto y venta de alimentos.

Las actividades comerciales eran la otra gran vía de integración económica de los mudéjares madrileños en el escenario local: el 22% de los moros con oficio conocido pueden ser adscritos a este sector. Al apoyo explícito asignado por los textos sagrados islámicos al comercio⁷⁵ se unían de una manera más evidente las necesidades derivadas de los ritos alimenticios musulmanes y las restricciones impuestas por la legislación a la compra de alimentos en tiendas cristianas. En este sentido, es un lugar común destacar la importancia de la venta de carne en “tablas”, exclusivas para musulmanes,

⁷¹ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les musulmans de Tolède...”, pp. 180-182; MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les mudéjars de Tolède: professions...”, p. 432.

⁷² AVM, LM 141, f. 99v.

⁷³ AVM, LM 141, f. 100r.

⁷⁴ AVM, LM 139, f. 110r.

⁷⁵ RODINSON, Maxime – *Islam y capitalismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, pp. 35-36.

en las que se cortaba y preparaba el alimento según los preceptos islámicos: en Madrid sabemos que la carnicería mora se ubicaba cerca del Pozacho, en la zona de la morería, próxima al arroyo de San Pedro⁷⁶. Y aunque tanto la legislación regia⁷⁷ como la legislación local⁷⁸ prohibían la venta de carne o de cualquier comestible a los cristianos, en otras comunidades como las de Toledo⁷⁹ o Guadalajara⁸⁰ la normativa fue incumplida.

Además de la carne, hay constancia de la intervención de miembros del colectivo mudéjar en la venta de productos como la miel⁸¹, cuyo monopolio en Madrid, junto al de la cera y las frutas, intentaron obtener de forma fraudulenta en 1492 algunos moros que ya habían adquirido el del aceite⁸². Es bien sabido que el abasto de productos alimenticios de primera necesidad se convirtió en una de las principales preocupaciones de los poderes urbanos a fines del Medievo, pero también en una excelente oportunidad de negocio gracias a la concesión de licencias concejiles a compañías encargadas de surtir de productos como la carne o el pescado a la ciudad bajo un régimen de monopolio en el que el poder urbano y los licitadores u “obligados” fijaban productos, precios de venta, cantidades y plazos de entrega. Por lo tanto, la presencia de mudéjares en el negocio del abasto madrileño – especialmente en el de la carne – de nuevo cabe entenderla como una vía de integración, no solo en la esfera económica urbana, sino también en circuitos comerciales que rebasaban el ámbito local⁸³. Ello permitió el enriquecimiento de algunos musulmanes que, aglutinados en dos compañías, pugnarón por hacerse con el control del abasto de carne, cuya alcabala suponía en 1477 el 22,4 % del total recaudado por esta vía en Madrid⁸⁴.

Sabemos que ya en febrero de 1449 maestre Hamete Merino y maestre Farax de Quemada habían obtenido una licencia anual para vender una gamella o artesa

⁷⁶ AVM, LM 141, f. 49r. LACM I, p. 35.

⁷⁷ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los mudéjares de Castilla...”, p. 68.

⁷⁸ LACM I, p. 93. En octubre de 1473 el concejo ordenó “que en la carnicería de los moros cada semana maten dos reses vacunas, que la una sea cada viernes de cada semana so pena de pagar en pena un toro, e que non de carne a los christianos so la dicha pena”. AVM, LM 141, f. 49r.

⁷⁹ FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, Francisco – *Estado social y político de los mudéjares de Castilla*. Ed. facsímil de Mercedes García-Arenal. Madrid: Hipérion, 1985 doc. LXXX, pp. 407-409 y doc. LXXXI, pp. 409-412. AGS, RGS, marzo de 1480, f. 391.

⁸⁰ En Guadalajara maestre Haçán el Cumi es mencionado en abril de 1462 como carnicero junto a Luis de Guadalajara en la carnicería cristiana de Santa María. AMG, Caja 3, doc. 147577, f. 1r.

⁸¹ En julio de 1463 Pero Gómez Candi, arrendador del peso y cuchares, demandaba a maestro Ali, yerno de Valverde, por vender hasta 60 azumbres de miel y 60 veces lana en vellocinos y filado, sin pesarlo en el peso del conejo. AVM, LM 140, f. 46r. Quizás maestre Abdalla de Xataf (Getafe) también se dedicaba a la comercialización de este producto: en mayo de 1475 los arrendadores de las alcabalas de la fruta, miel y cera pidieron ante uno de los alcaldes de Madrid su comparecencia por impago. AVM, LM 140, f. 459r.

⁸² Los mudéjares acordaron el fraude en la puja con un tal Juan García. LACM II, p. 315.

⁸³ ZOFÍO LLORENTE, Juan Carlos – *Las culturas del trabajo en Madrid, 1500-1650: familia, ocio y sociabilidad en el artesanado preindustrial*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2002, pp. 88-89. Tesis de doctorado. Sobre el funcionamiento del abasto de carne ver PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás – *El mercado en Madrid en la Baja Edad Media*. Madrid: Fundación Caja de Madrid, 1992, pp. 67-167.

⁸⁴ Eran 114.166 mrs. AGS, CCA, Diversos, leg. 5, doc. 42.

de “pescado çeçial remojado” a 22 reales/libra y la posibilidad de introducir otras tres artesas más, siempre y cuando solo se vendieran el día del mercado general⁸⁵. Más adelante, en marzo de 1463, Hamete Merino recibía licencia del concejo para comercializar cada semana siete reses vacunas al precio al que se vendiesen en Alcalá o Guadalajara⁸⁶, y en mayo del año siguiente se comprometía a abastecer de carne a la villa, a 10,5 mrs el arrelde de carnero y 6 mrs el de vaca⁸⁷. Este paulatino proceso de introducción en el negocio del suministro de carne culminaba en julio de 1464 cuando el mudéjar se hacía con el monopolio del abastecimiento en dos carnicerías hasta Carnestolendas de 1465⁸⁸.

El acuerdo brindaba al mudéjar excelentes posibilidades de enriquecimiento unidas al control sobre los oficios vinculados a la venta de ganado para carne⁸⁹, pero también sobre otros como los del tratamiento del cuero, dependientes del suministro de materia prima procedente de las reses sacrificadas, pese a los intentos de los artesanos por eludir la obligación de comprar las pieles a los obligados a la carne buscando precios más económicos⁹⁰. Esta circunstancia dio lugar a fluidos contactos entre estos mudéjares y los curtidores que compraban la materia prima. Conocemos el caso de Hamete Merino, que en 1464 acordaba con Lope García Zapatón la venta hasta Carnestolendas de 1465 de todos los cueros vacunos que se “cayeren, e se tajaren e pesaren” en las carnicerías, a 145 mrs/cuero⁹¹. Basta con observar el volumen de dinero y reses que manejaba el mudéjar para percibir los beneficios económicos que implicaba dicha actividad⁹², en la cual aparece asociado en ocasiones a Abdalla Boraco, gran propietario de ganado⁹³.

El monopolio sobre el abasto de carne por parte de Hamete Merino tuvo una duración limitada, quizás como consecuencia de los recelos que había despertado su gestión. En diciembre de 1464, el cristiano Pero Beltrán y el mudéjar Yuçuf Mellado entraban como fiadores “de mancomún” de Fernando de Baena en la carnicería de la villa desde Pascua de Resurrección de 1465 hasta Carnestollendas de 1466⁹⁴.

⁸⁵ AVM, LM 139, f. 29r-v.

⁸⁶ AVM, LM 140, f. 20r.

⁸⁷ AVM, LM 140, f. 115v.

⁸⁸ AVM, LM 140, f. 143r.

⁸⁹ Ello daría lugar a conflictos: en agosto de 1464 Alonso Rodríguez de Mora, vecino de Madrid, denunciaba a Hamete Merino por incumplir el acuerdo alcanzado para el corte de la carne. AVM, LM 140, f. 151v.

⁹⁰ ZOFÍO LLORENTE, Juan Carlos – *Las culturas del trabajo en Madrid...*, pp. 445-446; MENDO CARMONA, Concepción – “La industria del cuero en la Villa y tierra de Madrid a finales de la Edad Media”. *Espacio. Tiempo. Forma. Serie III. Historia Medieval* 3 (1990), pp. 196-197.

⁹¹ AVM, LM 140.

⁹² En octubre de 1464 Hamete Merino debía a García Díaz 63.840 mrs de 112 reses de ganado vacuno que le había comprado. AVM, LM 140, f. 165r.

⁹³ Diversas deudas por la compra de reses vacunas señalan la asociación de estos dos personajes. AVM, LM 140, ff. 166v y 167r. Más adelante Abdalla Boraco siguió en el negocio de la venta de ganado, junto al que aparece Hamete Merino en algunas ventas de ganado. AVM, LM 140, ff. 274v, 275r-v, 278r y 283r.

⁹⁴ AVM, LM 140, f. 194v.

Este último juraba no dar “ni en público ni en escondido” parte de las carnicerías a Hamete Merino⁹⁵, medida con la que probablemente el concejo intentaba evitar la actuación de testaferros. A continuación, los nuevos encargados del abasto de carne acordaban la venta de los cueros, esta vez comprados por mitades por el mismo Lope García Zapatón y su hermano Alonso, y por Diego Gómez, y sus hijos Marcos y Pedro, curtidores⁹⁶.

Al año siguiente, Yuçuf Mellado renovaba el monopolio, aunque esta vez traspasaba la mitad de las carnicerías de Valnadú y el Arrabal a su antiguo socio Fernando de Baena y a Juan Candelero para que pesaran un mes en cada carnicería⁹⁷. En cualquier caso, el mudéjar no abandonaría las actividades relacionadas con la venta de ganado: en septiembre de 1473 Yuçuf Mellado aparece junto a Abraham Merino, mudéjar avecindado en Hornachos, vendiendo a Diego Fernández de Pinto, carnicero de Madrid, ganado vacuno por 13.500 mrs⁹⁸. En aquel momento, Yuçuf Mellado había alcanzado cierta posición económica y política. Solo así se explica su posicionamiento con el bando portugués en el conflicto civil iniciado tras la muerte de Enrique IV en 1474, lo que le terminó acarreado en febrero de 1476, por decisión de Isabel I, la pérdida de todos sus bienes y su entrega a Juan Álvarez Gato⁹⁹. No sería la única consecuencia del conflicto para los moros propietarios de ganados: sabemos que las tropas isabelinas confiscaron a maestre Abdalá de Getafe ciertos carneros durante el cerco de Madrid¹⁰⁰.

Poco después, Yuçuf Mellado desaparece de la documentación. No así Abraham Merino, que en julio de 1477 intentaba acordar la venta de los cueros vacunos de las carnicerías, amenazando con venderlos fuera en caso de que nadie quisiera comprarlos en la villa¹⁰¹. Quizás los problemas derivados del conflicto sucesorio, dada su cercanía al defenestrado Yuçuf Mellado, estén en el origen de las dificultades de Abraham Merino para llevar a cabo la venta, aunque su queja también podría obedecer a un intento de los curtidores por eludir las condiciones de un mercado con limitaciones en la competencia. No obstante, de nuevo en 1482 los *Libros de Acuerdos del Concejo* reseñan el remate de las carnicerías de la villa en el “Merino”, ya que “era ome cabdaloso que podría abastar muy bien la dicha Villa”. Ello constataba no solo su desahogado nivel socioeconómico, y la reputación y confianza que merecía

⁹⁵ AVM, LM 140, f. 196r.

⁹⁶ AVM, LM 140, ff. 211r-v, y 278v-279r.

⁹⁷ AVM, LM 140, ff. 271v-272r.

⁹⁸ AVM, LM 141, ff. 20v-21r.

⁹⁹ AGS, RGS, febrero de 1476, f. 61.

¹⁰⁰ En 1511 el rey ordenaba a Ochoa Landa, tesorero de los descargos de la reina, librar 10.000 mrs a San Jerónimo de Madrid para que su prior los repartiese entre los herederos de maestre Abdalá de Getafe, ya difunto, por ciertos carneros que le fueron tomados “al tiempo que la fortaleza de la dicha villa tenía el marqués de Villena por cierta gente suya que estaba en ella, e conseguieron cierta parte del dicho ganado ciertos capitanes nuestros que estavan en el cerco de la dicha villa e fortaleza”. AGS, CSR, leg. 8, f. 102.

¹⁰¹ AVM, LM 141, ff. 209v-210r y 210v.

para el poder urbano cristiano, sino también la utilidad del mudéjar para servir a los intereses públicos, ligada a su posición y dedicación económica, al margen de la fe profesada¹⁰².

6. Conclusión.

La realización de un estudio socioeconómico sobre la comunidad mudéjar de Madrid abandonando interpretaciones basadas únicamente en la legislación que los poderes cristianos intentaron aplicar a la minoría tiene la virtud de ofrecer un variado panorama de la diversidad interna del grupo, que nunca se comportó como un “todo orgánico”. Ciertamente nos encontramos ante un colectivo cuyos integrantes especializaron su actividad profesional en algunos sectores estratégicos, lo cual contribuía a dotar de cohesión al grupo, y le garantizaba una posición de cierta fortaleza en virtud de la utilidad que tenía reconocida en el contexto de la economía local.

A la luz de lo expuesto, se ratifica el peso de los mudéjares madrileños en el sector artesanal, y particularmente en las actividades relacionadas con la construcción y el metal, que acaparaban casi el 60 % de las menciones a moros con oficio conocido en Madrid. Por el contrario, se constata una menor recurrencia de mudéjares en actividades comerciales (22 %), aunque aquellos que se dedicaban a estos oficios podían mejorar de forma más rápida su posición socio-económica, especialmente si sus actividades se relacionaban con negocios tan lucrativos como el del abasto urbano de carne, tal y como se aprecia en los casos de Hamete Merino y Yuçaf Mellado.

El predominio de la presencia mudéjar en determinados oficios puede ser explicable tanto desde el punto de vista de los mecanismos de cohesión interna desarrollados por la propia comunidad, como a partir del aprendizaje del oficio en el núcleo familiar y el hogar, lo que terminaría dando lugar a la conformación de sagas familiares y a la aparición de estrategias de reproducción social del estatus. Así se observa en el caso de los alarifes de Madrid y los maestros mayores de obras del alcázar madrileño. No se trata de oficios marginales que los cristianos se negaran a realizar, sino de una especialización tolerada, y necesaria en muchos casos para la comunidad urbana de la cual formaba parte la minoría. Además, dicha especialización abría vías para la integración en el contexto urbano y facilitaba el establecimiento de relaciones entre miembros de distintas confesiones. Al cabo, ello también permitió a una minoría de estos individuos mudéjares ver garantizadas sus expectativas de promoción social gracias al estatus derivado de las actividades realizadas, y de las relaciones estrechadas con los poderes cristianos.

¹⁰² LACM I, p. 174.

En definitiva, a pesar de que las construcciones ideológicas de la época buscaran expresamente evitar el contacto entre los miembros de ambas comunidades religiosas – cristianos y musulmanes – existió a fines del Medievo un campo de interacciones económicas, en el que las diferencias religiosas pasaban con mayor facilidad a un segundo plano. Se trataba de un espectro relacional pacífico, regido por el acuerdo más o menos institucionalizado – incluso cuando aparecía el conflicto –, la conveniencia o la “simbiosis necesaria”, y en buena medida condicionado por el control que los mudéjares ejercían sobre algunas parcelas económicas, o su participación en las mismas. Dichas actividades no generaron en Castilla – y el ejemplo madrileño da buena cuenta de ello – una conflictividad estructural, similar a la ocasionada por la intervención de una minoría de judíos en el préstamo o la recaudación de impuestos, actividades en las que, sin embargo, no encontramos participación mudéjar. Cabe preguntarse, a modo de hipótesis, si este fenómeno contribuiría a explicar, junto a otros motivos, por qué los mudéjares no despertaron en Castilla episodios de violencia, o afanes proselitistas por parte de la mayoría cristiana hasta finales del siglo XV, pese a su conceptualización como “infeles” en términos ideológicos.

Tab. 2 – Nómima prosopográfica de mudéjares avecindados en Madrid y su tierra (1348-1502)¹⁰³.

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
	–	Leganés	1444-8-12	Herrero	<i>Registros</i> , doc. 1271
	–	Madrid	1502-2-5	Alcaller	LACM V, p. 10
	Abdala	Madrid (collación de Santa María de la Almudena)	1420	Mesonero	AHN, Clero, leg. 1362/10
	Abdala	Madrid	1466-9-16	Vendedor de lana o propietario de ganado ovino	LM 140, f. 224v
	Abderra- mán	Madrid	1502-2-21	Alcaller	LACM V, p. 14
	Abraham	Leganés	1475-3-6	Herrero	LM 141, ff. 84v y 85r
	Abraham	Madrid	1411	Alfaquí	AHN, Clero, leg. 1364/10
	Abraham	Madrid	1482	Cuchillero Apanaguado del concejo	LACM I, p. 162

¹⁰³ Siglas y abreviaturas:

AHN = Archivo Histórico Nacional

ARCV = Archivo de la Real Chancillería de Valladolid

AVM = Archivo de Villa de Madrid

CCA = Cámara de Castilla (Archivo General de Simancas)

Ced. = Libros de Cédulas de la Cámara

CMC 1ª = Contaduría Mayor de Cuentas, Primera Época (Archivo General de Simancas)

CSR = Casa y Sitios Reales (Archivo General de Simancas)000

Ejecutorias = Reales Cartas Ejecutorias (Archivo de la Real Chancillería de Valladolid)

LACM = Libro de Acuerdo del Concejo Madrileño. I- MILLARES CARLO, Agustín, ARTILES RODRÍGUEZ, Jenaro – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1464-1485)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1932; II- GÓMEZ IGLESIAS, Agustín – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1486-1492)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1970; III- RUBIO PARDOS, Carmen *et al.* – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1493-1497)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1979; IV- RUBIO PARDOS, Carmen *et al.* – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1498-1501)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1982; V- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Rosario, CAYETANO MARTÍN, María del Carmen – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1502-1515)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1987

LM = Libro Manuscrito (Archivo de Villa de Madrid)

MP = Mercedes y Privilegios (Archivo General de Simancas)

Registros = PÉREZ BUSTAMANTE, Rogelio, RODRÍGUEZ ADRADOS, Antonio – *Los registros notariales de Madrid. 1441-1445*. Madrid: Fundación Matritense del Notariado, 1995

RGS = Registro General del Sello (Archivo General de Simancas)

Torres Fontes = TORRES FONTES, Juan – “El alcalde mayor de las aljamas de moros en Castilla”. *Anuario de Historia del Derecho Español* 32 (1962), pp. 131-182.

Viñuales, *Repartimiento* = VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo – “El repartimiento del ‘servicio y medio servicio’ de los mudéjares de Castilla en el último cuarto del siglo XV”. *Al-Qantara: Revista de estudios árabes* 24/1 (2003), pp. 179-202.

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
	Alcahen	Madrid	1404	Alfaquí	AHN, Clero, leg. 1364/3
	Alí	Barajas	1444-4-4	Herrero	<i>Registros</i> , doc. 894
	Alí	Madrid	1463-7-6; 1463-7-7	Vendedor de miel y lana	LM 140, f. 46r-v
	Alí	Madrid	1395	Herrero	AHN, Clero, leg. 1363/3
	Çaide	Madrid	1495; 1496	Carpintero	ARCV, Fernando Alonso-Fenecidos, Caja 540, exp. 6
	Çaçín	¿Madrid?	1499-4-17	Cordonero	CSR, leg. 9, f. 118
	Çulemán	Madrid	1444-6-8; 1444-8-19	Vendedor de lienzos y sayales?	<i>Registros</i> , doc. 1095 y 1293
	Çulemán	Madrid	1477-8-20	Vendedor de pan en grano y harina.	LM 141, f. 223r
	Eça	Madrid	1477-7-9	Repartidor mayor del servicio y medio servicio	Torres Fontes, p. 167
	Haçán	Madrid	1497-5-20	Albañil	RGS, mayo de 1497, f. 65
	Haçán	Madrid	1485	Zapatero	RGS, febrero de 1485, f. 264
	Haçán	Madrid	1477; 1500	Repartidor del servicio y medio servicio	AGS, RGS, agosto de 1477, f. 426
	Hamad	Getafe	1477-4-24	Herrero	LM 141, f. 147v

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
	Hamad	Madrid (casa en el Arrabal y herrería)	1441-11-8	Herrero	<i>Registros</i> , doc. 146
	Hamad	Madrid	1495-4-28	Propietario, junto a Yüsuf, de una heredad en el Pozacho, en la <u>morería</u>	RGS, abril de 1495, f. 56
	Hamad	Madrid (casa en collación de San Pedro)	1348	Alcalde mayor de los moros	AHN, Clero, leg. 1360/2
	Hamad	Madrid (casa en collación de San Miguel de los Octoes)	1402	Alcalde de la aljama de Madrid	AHN, Clero, leg. 1363/17
	Hasisa	Madrid	1441-11-9	Tejedora?	<i>Registros</i> , doc. 157
	Lope	Madrid (casa en la calle de los Estelos, propietario de un solar en el Arrabal)	1449-9-5; 1453-2-12; 1471-6-11; 1474 1477-7-9; 1502	Carpintero Alcalde mayor de los moros Repartidor mayor del servicio y medio servicio Obrero mayor de las obras del rey don Enrique; obrero mayor de las obras de los reyes	LM 139, ff. 123v, 321r, LM 140, f. 318r CMC 1ª, leg. 440, sin f. Torres Fontes, pp. 155-167
	Lope	Madrid (collación de San Andrés, cerca de Puerta Cerrada)	1464-10-6	Herrador; propietario de un majuelo en Valdearança	LM 140, f. 166r LACM I, p. 376
	Mahomad	Madrid	Después de 1438	Carpintero que labra en los alcázares de Madrid	MP, leg. 2, f. 288r
	Mahomad	Madrid	1483-12-30	Maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid	MP, leg. 76, f. 41
	Mahomad	Madrid	1452-8-2	Herrador	AVM, Secretaría, 2-338-41

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
	Mahomad	Madrid	1471-7-2	Herrador	LM 140, f. 329r
	Mahomad	Madrid (casas en la plaza del Arrabal)	1454	Herrador	De Miguel, p. 85
	Mahomad	Madrid	1488	Herrero	LACM II, p. 107
	Mahomad	Madrid	1348	Alcalde de la aljama de Madrid	AHN, Clero, leg. 1360/2
	Mahomad	Madrid	Juan II	Carpintero	MP, leg. 2, f. 402r
	Xançi	Madrid	1350?	Arrendadora de baños en Madrid	De Miguel, p. 63
	Yusuf	Madrid	1452-8-2	Calderero	AVM, Secretaría, 2-338-41
	Yusuf	Madrid	1444-3-28	Carnicero	<i>Registros</i> , doc. 848
	Yusuf	Madrid	1449-9-5; 1453-2-12; 1471-6-11	Zapatero	LM 139, ff. 123v, 321r, LM 140, f. 318r
	Yusuf	Madrid	1495-4-28	Propietario, junto a Hamad, de una heredad en el Pozacho, en la morería	RGS, abril de 1495, f. 56
	Yusuf	Madrid	1395	Herrero	AHN, Clero, leg. 1363/3
Alacrán	Hamad	Madrid	1442-1-10	¿Curtidor?	<i>Registros</i> , doc. 224
Almodó- var	Alí de	Madrid	1433-11-4	Alarife	AVM, Secretaría, 2-158-22
Ávila	Farax de	Madrid	1441-10-13 1452-11-9	Curtidor en 1452?	<i>Registros</i> , doc. 16 LM 139, f. 251r
Ayllón	Abraham de	Madrid	1466-1-4; 1466-11-4; 1472-8-31; 1472-9-11; 1472-9-16; 1472-10-31	Cuchillero; propietario de una tierra que arrienda; prestamista	LM 140, ff. 240v, 244v, 489r-v, 496r, 500v y 536v

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
Baño	Abraham del	Leganés	1466-1-24	Propietario de un terreno plantado de viña	LM 140, f. 249r
Baño	Hamad del	Madrid	1472-8-28; 1472-9-2; 1477-7-30; 1477-8-16; 1477-8-18; 1477-8-22	Herrero	LM 140, ff. 488v, 491r. LM 141, ff. 210v, 219v, 220r y 225v
Boraco	–	Madrid	1501-4-22	Albañil	CCA, Ced. 5, f. 104, doc. 1
Boraco	Abdala	Madrid	1464-10-9; 1466-6-15; 1466-6-29	Ganadero en compañía con Hamad Merino en 1464; vendedor de ganado vacuno en solitario en 1466	LM 140, ff. 166v, 167r, 274v, 275r-v y 278r
Calderón	Mahomad	Madrid	1444-2-2; 1444-7-25	Herrero de Vallecas desde 1444-7-25	<i>Registros</i> , doc. 648 y 1228
Cubas	Amán de	Madrid	1493-11-22		Ejecutorias, Caja 62, exp. 32
Cubas	Hamad de	Madrid (casas a censo en collación de San Ginés en el Arrabal)	1462-4-29; 1482	Herrero	LM 139, f. 488r-v LACM I, p. 72
Cuchillero	Alí	Madrid		¿Cuchillero?	RGS, octubre de 1494, f. 329
Cuchillero	Diego	Madrid		¿Cuchillero?	RGS, octubre de 1494, f. 329
Çulemán	Alí de	Madrid	1486-12-4	Herrador	Ejecutorias, Caja 6, exp. 5
Çurreño	Abraham	Paracuellos	1466-9-16	Propietario de ganado ovino	LM 140, f. 224v
Çurreño	Omar	Paracuellos?	1466-9-16	Propietario de ganado ovino	LM 140, f. 224v

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
Getafe	Abdala de	Madrid	1472-5-12	Comerciante de fruta, miel y cera Propietario de ganado ovino	LM 140, f. 459r “Minorías religiosas...”, p. 63 CSR, leg. 8, f. 102
Gormaz	Mahomad de	Madrid	1481-9-25; 1486-9-15; 1486-12-4; 1490 (†)	Alarife de la villa (primera mención en 1481); destajo en puente Toledana y pontecilla del Estanque	LM 141, f. 253r-v, sin f. Ejecutorias, Caja 6, exp. 5
Granada	Farax de	Madrid	1445-10-24	Comerciante (debe dinero por alcabala de miel, fruta y cera)	<i>Registros</i> , doc. 1559, 1561
Griñón	Hamad de	Madrid	1482	Herrero	LACM I, p. 72
Griñón	Yusuf de	Madrid	1471-11-14; 1477-6-12; 1477-7-7; 1477-7-8; 1477-7-10; 1477-8-16; 1477-8-18	Herrero; vendedor de pan, trigo, cebada y harina	LM 140, f. 359r, LM. 141, ff. 181r, 194v, 196v, 197v, 219v y 220r
Illescas	Abraham de	Madrid	1443-2-19; 1444-8-19; 1445-10-18	Espartero; comerciante	<i>Registros</i> , doc. 540, 1293 y 1541
Illescas	Alí de	Madrid	1472-5-12; 1477-4-21; 1477-4-23; 1477-5-3	Vendedor de lana o propietario de ganado ovino; vendedor de cereal, lana	LM 140, f. 458r, LM 141, ff. 144r-v, 146v-147r, 157r
Illescas	Çaide de	Madrid	1443-2-19	Espartero; comerciante	<i>Registros</i> , doc. 540
Illescas	Isa de	Madrid	1443-2-19	Espartero; comerciante	<i>Registros</i> , doc. 540
Leganés	Mahomad de	Madrid?	1486-15?	Albeitar	LM 141, sin f.
Lori	Abdala	Madrid	1493-3-11	Fiador de otros mudéjares	LM 141, f. 406v

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
Martín Muñoz	Haçán	Madrid (casa, tienda y fragua en la plaza de la Almudena después de septiembre de 1464)	1464-7-31; 1471-6-26; 1471-7-24; 1472-10-24; 1472-10-31; 1473-8-13; 1477-7-10	Herrero; propietario o vendedor de ganado ovino (corderos)	LM 140, ff. 137v, 323r, 334v, 338r-v, 535r-v, 540r, LM 141, ff. 2v, 196v, 197v
Martín Muñoz	Hamad	Madrid (casa, tienda y fragua en la plaza de la Almudena antes de septiembre de 1464)	1464-7-31	Herrero	LM 140, f. 137v
Martín Muñoz	Yusuf de	Madrid	1443-2-19; 1444-8-19; 1464-7-31	Procurador de la aljama en 1444	<i>Registros</i> , doc. 540, 1293; LM 140, f. 137v
Mellado	Abraham	Madrid	1444-1-27; 1444-5-28; 1444-8-29	Tejedor o comerciante de paños	<i>Registros</i> , doc. 628, 1059 y 1385
Mellado	Yusuf	Madrid	1463-6-23; 1464-12-19; 1465-4-16; 1466-5-19; 1466-6-30; 1466-8-5; 1466-11-24; 1464-12-22; 1473-9-3; 1476-2-29; 1499; 1502	Fiador junto con Pero Beltrán del arrendador de la carnicería de la villa con Fernando de Baena Comerciante de cuero de las carnicerías. Venta de ganado con Pedro Beltrán en 1466 Arrendador de la dehesa del concejo en 1466 (mientras tenga las carnicerías). Venta de ganados con Abraham Merino en 1473 y 1475. Desposesión de todos sus bienes en febrero de 1476 por ayudar a Portugal (merced a Juan Álvarez Gato). En 1499 tiene cuatro criados cristianos. Convertido en 1502 recibe un suelo del concejo de 1000 mrs	LM. 140, ff. 37v, 194v, 211r- v, 271v-272r, 278v-279r, 286r, 295r-v, 300r. LM 141, ff. 20v-21r, 67v RGS, febrero de 1476, f. 61

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
Merino	Abraham	Hornachos Madrid (1477)	1473-9-3; 1477-7-28; 1477-7-29; 1477-7-30	Vendedor de ganado vacuno con Yusuf Mellado; vendedor de cueros vacunos	LM 141, ff. 20v-21r, 209v, 210r, 210v
Merino	Alí	Madrid	1444-2-27	Herrero	<i>Registros</i> , doc. 707, 709
Merino	Hamad	Madrid Hornachos (1475)	1444-5-19; 1449-2-23; 1452-11-9; 1463-3-11; 1464-5-29; 1464-7-31?; 1464-8-29; 1464-9-3; 1464-10-2; 1464-10-9; 1466-7-26; 1475-1-6	Monopolio de venta del pescado junto a Farax de Quemada ;Curtidor en 1452? Monopolio de suministro de carne de vacuno a Madrid en 1463 Abastecedor de carne del concejo en 1464. Monopolio de las carnicerías de Madrid en 1464. Abastecedor de cueros Venta de ganado en compañía con Abdala Boraco en 1464 y 1466 Vendedor de ganado en compañía con Yusuf Mellado	<i>Registros</i> , doc. 1030. LM 139, f. 29r-v, 251r; LM 140, ff. 20r, 115v, 143r, 151v, 153r-v 165r, 166v, 167r, 283r; LM 141, f. 67v
Moro	Lope	Madrid	1464-7-30; 1480-2-9	Maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid (primera mención en 1464). Alcalde mayor de las aljamas de moros de Castilla (1480)	LM 140, f. 136r RGS, enero de 1480, f. 16
Muño?	Alí de	Madrid	1462-4-8; 1462-4-24	Albañil (toma un destajo en unas casas y en la cámara del concejo)	LM 139, ff. 492v y 500v
Ocaña	Mahomad de	Madrid	1449-8-18; 1495; 1496	Carpintero y cubero	LM. 139, f. 110r ARCV, Fernando Alonso-Fenecidos, Caja 540, exp. 6

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
Otero	Abdala	Madrid	1436; 1444-8-19; 1445	Albañil, carpintero y maestro mayor de los alcázares de Madrid	<i>Registros</i> , doc. 1293. MP, leg. 2, f. 403
Otero	Alí del	Madrid	1444-8-19	Veedor de la aljama de Madrid; procurador de la aljama de Madrid en 1444; carpintero y albañil en 1449	<i>Registros</i> , doc. 1293. LM 139, f. 76r
Paladinas	Ali	Madrid	1441-10-14; 1444-2-6; 1444-8-19; 1466-12-23?	Veedor de la aljama de Madrid; procurador de la aljama de Madrid en 1444; vendedor de lana o propietario de ganado ovino	<i>Registros</i> , doc. 18, 662 y 1293 LM 140. f. 305v
Paladinas	Alí	Madrid	1500	Herrero; alquila una herrería nueva del concejo	LACM IV, p. 178
Pernudo	Alí	Madrid	1444-1-17; 1444-8-23; 1449-11-5	Herrero (compra hierro)	<i>Registros</i> , doc. 592, 1305 LM 139, f. 171r-v
Pernudo	Yusuf	Madrid	1444-8-23; 1444-8-29; 1449-11-5	Albañil? (trabaja en una obra en Getafe para Alonso Álvarez de Toledo en 1444).	<i>Registros</i> , doc. 1305, 1342 LM 139, f. 171r-v
Polvoranca	Yusuf de	Madrid	1502	Herrero	LACM V, p. 15
Quemada	Farax de	Madrid	1444-5-19; 1449-2-23	Monopolio de la venta del pescado en 1449 con Hamete Merino	<i>Registros</i> , doc. 1030 LM 139, f. 29r-v
Robredo	Abraham de	Madrid (casa en la collación de San Andrés en 1464)	1444-8-29; 1464-8-10; 1472-8-31	Albañil (aparece en 1473 junto a Juan de Lara en la obra de la "Pontecilla" y la fuente y pilar de Alcantarilla.	<i>Registros</i> , doc. 1342 LM 140, ff. 145v y 489r-v. LM, 141, ff. 23v-24r

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
Rojas	Haçán de	Madrid	1484; 1501-4-22	Alarife en las obras del Alcázar de Madrid a fines del siglo XV Constructor de las carnicerías nuevas (1484); constructor del Hospital de La Latina junto a maestre Mahomad (Boraco?); albañil	LACM I, p. 372 CCA, Ced. 5, f. 104, doc. 1
Rubio	Alí el	Toledo/ Madrid	1475	Alfarero	LM 141, ff. 99v-100r
San Salvador	Abdala de	Madrid (antes de 1452 vive en la collación de San Andrés; este mismo año recibe del concejo un solar para edificar unas casas en Arrabal)	1442-3-2; 1444-4-8; 1444-8-23; 1445-10-16; 1449-5-28; 1452-9-1; 1452-10-27; 1452-11-28; 1471-11-27; 1478 (†)	Carpintero y albañil en 1449 Maestro de obras del concejo (primera mención en octubre de 1452); alarife del concejo	<i>Registros</i> , doc. 440, 1305 y 1536 LM 139, ff. 76r, 190r, 218v, 167v-168r; LM 140, f. 365v LACM I, 32
San Salvador	Abraham de	Madrid	1478-7-24; 1481-11-9; 1486-9-15	Alarife de la villa (nombramiento en 1478-7-24); destajo en la puente Toledana y la pontecilla del Estanque (1486); juez o alcalde de la aljama de Madrid (1500)	LM 140, f. LM 141, f. 406v LACM I, p. 32 y IV, p. 194
San Salvador	Mahomad de	Madrid	1444-4-8; 1444-5-21	Carpintero	<i>Registros</i> , doc. 912 y 1036
Sancho	Mahomad	Madrid	1486-12-4; 1495; 1496	Carpintero	Ejecutorias, Caja 6, exp. 5 ARCV, Fernando Alonso-Fenecidos, Caja 540, exp. 6
Sarquillo	Abraham	Toledo/ Madrid	1475	Alfarero	LM 141, ff. 99v-100r

Apellido	Nombre	Vecindad	Año/s mención	Oficio	Fuentes
Segovia	Lope	Madrid	Ca. 1445	Maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid junto a maestre Lope, hijo de Haçán de Segovia	MP, leg. 2, f. 403; leg. 34, f. 4
Segovia	Lope de	Madrid	Ca. 1445	Maestro mayor de las obras de los alcázares de Madrid junto a maestre Lope, hijo de Yuçaf de Segovia	MP, leg. 2, f. 403
Segovia	Mahomad de	Madrid	1471-2-18	Carpintero	MP, leg. 76, f. 40
Sergero	Alí	Madrid	1477-3-29	Veedor de la aljama de Madrid	LM 141, f. 138v
Toledano	Abdala	Madrid	1442-2-27; 1466-11-24; 1464-12-22; 1471-11-27; 1471-12-9	Carpintero; propietario de al menos 400 reses de ganado ovino en 1466	<i>Registros</i> , doc. 419 LM 140, ff. 295r-v, 300r, 365v y 375r-v
Toledo	Yusuf de	Madrid	1495; 1500	Repartidor del servicio y medio servicio	<i>Viñuales</i> , <i>Repartimiento</i> , p. 179
Torres	Abraham de	Madrid (collación de San Andrés, morería vieja)	1486-12-4 (†); 1487-4-28 (†)	Herrero	Ejecutorias, Caja 6, exp. 5. RGS, abril de 1487, f. 142
Túñez	Hamad	Madrid	1452-10-7	Esclavo de Juan de Zapata antes de 1452, manumitido	LM 139, f. 218v
Valladolid	Mahomad de	Madrid	1442-2-21; 1442-3-3	Carpintero	<i>Registros</i> , doc. 401 y 442

BIBLIOGRAFÍA

- AA.VV. – *Actas del IV Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 1992.
- ARAUS BALLESTEROS, Luis – “Clientes, contratación y religión entre los carpinteros y albañiles moros castellanos”. In AMRÁN, Rica, CORTIJO OCAÑA, Antonio (eds.) – *Vivir en Minorías en España y América (siglos XV al XVIII)*. Santa Barbara: Publications of eHumanista, 2017, pp. 74-85.
- CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel – *De la convivencia a la exclusión. Imágenes legislativas de mudéjares y moriscos. Siglos XIII-XVII*. Madrid: Sílex, 2012.
- CATLOS, Brian A. – “Contexto y conveniencia en la Corona de Aragón: propuesta de un modelo de interacción entre grupos etno-religiosos minoritarios y mayoritarios”. *Revista d’història medieval* 12 (2002), pp. 259-268.
- CAYETANO MARTÍN, María del Carmen – *La Documentación Medieval en el Archivo de Villa (1152-1474)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1991.
- COLLANTES DE TERÁN, Antonio – “La aljama mudéjar de Sevilla”. *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada* 43/1 (1978), pp. 143-162.
- DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – *La comunidad mudéjar de Madrid: un modelo de análisis de aljamas mudéjares castellanas*, Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1991.
- DE MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan Carlos – “Los alarifes de la villa de Madrid en la Baja Edad Media”. In *Actas del IV Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 1992, pp. 27-38.
- DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – “Fiscalidad y actividades económicas de los mudéjares de Ávila en el siglo XV”. In *Actas del V Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1991, pp. 87-104.
- DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – *La comunidad morisca de Ávila*, Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

- DE TAPIA SÁNCHEZ, Serafín – “Personalidad étnica y trabajo artístico. Los mudéjares abulenses y su relación con las actividades de la construcción en el siglo XV”. In NAVASCUÉS PALACIO, Pedro, GUTIÉRREZ ROBLEDO, José Luis (eds.) – *Medievalismo y neomedievalismo en la arquitectura española. Aspectos generales*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1990, pp. 245-252.
- DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael – *Arte y etiqueta de los Reyes Católicos. Artistas, residencias, jardines y bosques*. Madrid: Alpuerto, 1993.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana – “De cadí a alcalde mayor: la élite judicial mudéjar en el siglo XV (I)”. *Al-Qantara* 24/1 (2003), pp. 139-168.
- FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, Francisco – *Estado social y político de los mudéjares de Castilla*. Ed. facsímil de Mercedes García-Arenal. Madrid: Hiperión, 1985.
- GÓMEZ IGLESIAS, Agustín – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1486-1492)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1970.
- GÓMEZ LÓPEZ, Consuelo – “Los alarifes en el oficio de la construcción (siglos XV-XVIII)”. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie VII, Historia del Arte* 4 (1991), pp. 39-52.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *España a finales de la Edad Media. 1. Población. Economía*. Madrid: Dykinson, 2017.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Grupos marginales”. In *La Historia Medieval en España. Un balance historiográfico (1968-1998)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1999, pp. 505-601.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los mudéjares de Castilla cuarenta años después”. *En la España medieval* 33 (2010), pp. 383-424.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los mudéjares de Castilla en la baja Edad Media”. In *Los mudéjares de Castilla y otros estudios de Historia medieval andaluza*. Granada: Universidad de Granada, 1989, pp. 11-132.
- LOSA CONTRERAS, Carmen – *El concejo de Madrid en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*. Madrid: Dykinson, 1999.

- MARTÍNEZ CARRILLO, María de los Llanos – “Oligarquización profesional y decadencia mudéjar: los herreros murcianos (ss. XIV y XV)”. *Sharq al-Andalus* 13 (1996), pp. 63-81.
- MAYOR, Rafael, ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana – “Hermanos y cofrades en la aljama de Toledo a principios del siglo XV”. *Anaquel de Estudios Árabes* 26 (2015), pp. 163-185.
- MAZADIEGO MARTÍNEZ, Luis Felipe; PUCHE RIART, Octavio – “Herreros y herradores en la provincia de Madrid: breve bosquejo histórico”. *Archaiia* 2 (2002), pp. 71-81.
- MENDIZÁBAL, María Florencia – “Oficios, labores y fiscalidad de los mudéjares peninsulares: notas distintivas en Castilla y Aragón. Siglos XIII-XVI”. *Cuadernos de Historia de España* 82 (2008), pp. 123-146.
- MENDO CARMONA, Concepción – “La industria del cuero en la Villa y tierra de Madrid a finales de la Edad Media”. *Espacio. Tiempo. Forma. Serie III. Historia Medieval* 3 (1990), pp. 181-211.
- MILLARES CARLO, Agustín; ARTILES RODRÍGUEZ, Jenaro – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1464-1485)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1932.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre – “À propos d’Abrahen Xarafi: les alcaldes mayores de los moros de Castille au temps des Rois Catholiques”. In *Actas del VII Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 1999, pp. 175-184.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les mudéjars de Tolède: professions et localisations urbaines”. In *Actas del VI Simposio internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 429-436.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les musulmans de Tolède aux XIVe et XVe siècles”. In *Les Espagnes médiévales. Aspects économiques et sociaux. Mélanges Jean Gautier-Dalché*, Niza: Les Belles Lettres 1983, pp. 175-190.
- MONTERO VALLEJO, Manuel – “Apuntes sobre la construcción y la vivienda en el medioevo madrileño”. *Anales del Instituto de Estudios Madrileños* 31 (1992), pp. 241-252.

NIETO SÁNCHEZ, José Antonio – *Artesanos y mercaderes: una historia social y económica de Madrid (1450-1850)*. Caracas: Editorial Fundamento, 2006.

ORTEGO RICO, Pablo – “Mudéjares castellanos y fiscalidad a fines del Medievo: élites, reparto, conflicto y fraude”. In GALÁN SÁNCHEZ, Ángel, ORTEGA CERA, Ágatha, ORTEGO RICO, Pablo (eds.) – *El precio de la diferencia en la Castilla Medieval y Moderna*. Madrid: Sílex (en prensa).

PÉREZ BUSTAMANTE, Rogelio; RODRÍGUEZ ADRADOS, Antonio – *Los registros notariales de Madrid. 1441-1445*. Madrid: Fundación Matritense del Notariado, 1995

PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás – *El mercado en Madrid en la Baja Edad Media*, Madrid: Fundación Caja de Madrid, 1992.

ROBLES FERNANDEZ, Alfonso; NAVARRO SANTA-CRUZ, Elvira – “El oficio alfarero en Murcia: talleres y hornos mudéjares”. In *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 445-454.

RUBIO PARDOS, Carmen *et alli.* – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1498-1501)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1982.

RUBIO PARDOS, Carmen *et alli.* – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1493-1497)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1979.

SÁNCHEZ AYUSO, Ignacio – “Las actividades económicas en la villa de Madrid en la Baja Edad Media. Una revisión de la bibliografía”. In *Una reflexión historiográfica sobre la historia de Madrid en la Edad Media*. Madrid: Asociación cultural Al-Mudayna, 2011, pp. 99-120.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Rosari; CAYETANO MARTÍN, María del Carmen – *Libro de Acuerdos del Concejo Madrileño (1502-1515)*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid.

SUÁREZ ÁLVAREZ, María Jesús – *La villa de Talavera y su tierra en la Edad Media (1369-1504)*, Oviedo: Universidad de Oviedo, 1982.

TORRES FONTES, Juan – “El alcalde mayor de las aljamas de moros en Castilla”. *Anuario de Historia del Derecho Español* 32 (1962), pp. 131-182.

VERA YAGÜE, Carlos Manuel – *Territorio y población en Madrid y su Tierra en la Baja Edad Media*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1999.

VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – *Actividad alfarera en el Valladolid bajomedieval*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998.

VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo – “Aproximación al estudio de la comunidad mudéjar de Guadalajara en la Edad Media”. In *30 años de mudejarismo: memoria y futuro (1975-2005): actas del X Simposio Internacional de Mudejarismo*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Centro de Estudios Mudéjares, 2007, pp. 501-512.

VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo – “El repartimiento del ‘servicio y medio servicio’ de los mudéjares de Castilla en el último cuarto del siglo XV”. *Al-Qantara: Revista de estudios árabes* 24/1 (2003), pp. 179-202.

ZOFÍO LLORENTE, Juan Carlos – *Las culturas del trabajo en Madrid, 1500-1650: familia, ocio y sociabilidad en el artesanado preindustrial*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2002. Tesis de doctorado.

Contribuir para no ser excluído.

Sistemas de tasación fiscal y estructura social en Sevilla y su tierra (S. XV)¹

José Manuel Triano Milán²

Resumen

La reciente atención de la historiografía sobre los procesos de inclusión y exclusión en las ciudades castellanas bajomedievales nos está permitiendo reinterpretar muchos de nuestros conocimientos sobre la realidad social en estos espacios. En el presente trabajo utilizaremos los padrones fiscales de Sevilla y su alfoz, el territorio mejor documentado de todo este ámbito político, para abordar esta cuestión a lo largo del siglo XV. Más allá de su valor como fuente para la historia demográfica y económica, estos testimonios nos dotan de una perspectiva privilegiada para abordar el estudio de diversos niveles de encuadramiento social. Algo posible gracias a la función de estos documentos como referencia del estatus en base a los conceptos de riqueza y privilegio.

Palabras Claves

Sevilla; padrones fiscales; fiscalidad extraordinaria; inclusión; exclusión.

¹ Este trabajo forma parte del Proyecto de Investigación del Programa Estatal de Generación del Conocimiento y Fortalecimiento Científico y Tecnológico del Sistema de I + D “La construcción de una cultura fiscal en Castilla: poderes, negociación y articulación social (ca. 1250-1550)” (PGC2018-097738-B-I00), integrado en la Red *Arca Communis*. Abreviaturas utilizadas: Act. Cap.= Actas Capitulares; AGS= Archivo General de Simancas; AMJF= Archivo Municipal de Jerez de la Frontera; AMS= Archivo Municipal de Sevilla; Div.= Diversos; GyM=Guerra y Marina; Pap. May.= Papeles del Mayordomazgo; RGS= Registro General del Sello.

² Universidad de Sevilla.

Contribution to avoid exclusion. Tax valuation and social structure in Seville and its land (15th century)

Abstract

The current historiography's interest on the processes of inclusion and exclusion in medieval Castilian cities is allowing us to reinterpret our knowledge about the social reality in these spaces. In this essay we are going to use the fiscal registers of Seville and its land to study this issue throughout the XV century. Beyond its value as a source for demographic and economic history, these documents allow us to study levels of social framework. Something that's possible thanks to the function of these documents as a reference of the status based on the concepts of wealth and privilege.

Keywords

Seville; fiscal rolls; extraordinary taxation; inclusion; exclusion.

1. Introducción.

Los cambios operados en la conceptualización de la pobreza en las décadas de 1980 y 1990 y la intensificación de las discusiones políticas acerca de la marginación social en Francia y, posteriormente, en el marco de la Unión Europea, propiciaron un creciente uso del binomio conceptual inclusión/exclusión. Generalizada su utilización por la opinión pública y convertidas en un lugar común en los debates políticos del período, estas categorías fueron cobrando peso en el ámbito académico, convirtiéndose en parte del utillaje de análisis habitual de los científicos sociales³. La crisis económica iniciada en 2008 y la creciente percepción de la desigualdad no han hecho sino acentuar esta tendencia⁴. No obstante, pese al indudable éxito que han experimentado estas categorías, distintos especialistas han venido poniendo el acento en algunas de sus limitaciones. En primer lugar, la ausencia de una elaboración conceptual precisa ha impedido definir claramente su campo de análisis. Ello conduce habitualmente

³ Aunque estos conceptos habían sido utilizados con anterioridad por parte de los especialistas en ciencias sociales, adquirieron ahora nuevas perspectivas y una creciente relevancia como consecuencia de este proceso. TAKET, Ann (ed.) – *Theorising social exclusion*. New York: Routledge, 2009, pp. 6-7; ATKINSON, Rob – “The concept of social exclusion in the European Union: context, development, possibilities”. *Urban Studies* 37: 5-6, pp. 1037-1043.

⁴ Quizás el testimonio más conocido de esta creciente preocupación es la del economista francés PIKETTY, Thomas – *El capital en el siglo XXI*. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.

a la confusión de los términos de inclusión y exclusión con otros que son afines o coincidentes. Así la exclusión se suele asociar exclusivamente a marginación y pobreza, lo que no siempre es correcto, como tendremos ocasión de demostrar. En segundo lugar, y paradójicamente de forma complementaria a lo anterior, algunos especialistas han asumido una interpretación sumamente jerárquica y unívoca de estos términos, lo que genera cierto reduccionismo en la definición de realidades que exceden este tipo de categorizaciones⁵. En este sentido, estos conceptos han sido utilizados habitualmente solo en el análisis de ciertos grupos – los menos favorecidos desde un punto de vista económico – obviando el resto de la realidad social.

Todos estos problemas se acentúan cuando estas categorías se aplican al análisis de las sociedades del pasado, al sumarse las inevitables distorsiones y limitaciones que presentan las fuentes a través de las que abordamos su estudio⁶. Quizás como consecuencia de ello y, sobre todo, de los particularismos historiográficos mantenidos por el medievalismo hispano, la utilización de estos conceptos no ha tenido una gran difusión en este país⁷. Y las escasas referencias en este sentido han tendido a limitarse al campo de las minorías religiosas de los diversos reinos hispánicos y al estudio del fenómeno de la pobreza y la marginalidad⁸. Solo en los últimos años, y al calor de la influencia de otras historiografías europeas, parece estar produciéndose un cambio de tendencia en este sentido⁹.

Tratando de trascender algunos de los problemas aquí planteados, pretendemos abordar los procesos de encuadramiento social desde una perspectiva un tanto más amplia y compleja en el período bajomedieval. Para ello, proponemos un estudio de caso a partir de un tipo de fuente que, habitualmente utilizada como uno de los principales recursos para la historia económica y demográfica, solo ha venido a ser puesta en valor para el análisis de ciertos aspectos sociales, políticos, culturales e identitarios en los últimos años. Nos referimos a los documentos sobre la tasación de la riqueza de los contribuyentes que, tras experimentar cierto declive en su utilización

⁵ LITTLEWOOD, Paul; HERKOMMER, Sebastian – “Identifying social exclusion. Some problems of meaning”. In LITTLEWOOD, Paul et. alli. – *Social exclusion in Europe. Problems and paradigms*. New York: Routledge, 2017.

⁶ Algunas reflexiones sobre esta cuestión referente a la historiografía medieval en AURELL, Jaume – *La historiografía medieval. Entre la historia y la literatura*. Valencia: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2016, pp. 107 y ss.

⁷ JARA FUENTE, José Antonio – “Integrar, excluir, dominar: relaciones de poder y conflicto político en la Castilla urbana del siglo XV”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 18 (2012-2014), p. 97.

⁸ ASENJO GONZÁLEZ, María – “La exclusión como castigo. La pena de destierro en las ciudades castellanas del siglo XV”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 18 (2012-2014), p. 64.

⁹ Claro ejemplo de ello son el monográfico sobre esta cuestión dirigido por Juan Leonardo Soler en los *Anales de la Universidad de Alicante* en 2012-2014, algunos de cuyos trabajos se incluyen en el aparato crítico de este trabajo, y la reciente aparición de una obra colectiva en la que especialistas de diversas universidades españolas y europeas han venido a reflexionar sobre los procesos de exclusión y la disciplina social en el mundo urbano medieval. SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; HAEMERS, Jelle; CZAJA, Roman (eds.) – *Exclusión y disciplina social en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018.

para el estudio durante las décadas de 1970 y 1980, han vuelto a centrar la atención de los medievalistas en los últimos tiempos.

2. Los padrones fiscales: auge, declive y renovación del estudio de una fuente histórica.

Surgidos a finales del siglo XII en la Toscana y presentes poco tiempo después en diversos espacios de Italia, Francia y la Península Ibérica, los documentos de estimación de la riqueza fiscal fueron el resultado de la búsqueda de un mejor equilibrio frente a las tensiones generadas por unos sistemas tributarios emergentes¹⁰. Bajo una teórica pretensión de justicia – muy alejada de nuestro actual concepto de progresividad del impuesto – se desarrolló una amplia tipología documental que, bajo diversos nombres (padrones, *estimes*, *estimi*), contemplaban el conjunto de contribuyentes de una población estableciendo una relación directa entre su patrimonio y su contribución fiscal¹¹. Ello permitió a las autoridades locales, que eran las que generalmente coordinaban el proceso de tasación de la riqueza, contar con un nivel de control de la información sobre las poblaciones bajo su autoridad mucho más elevado del que habían venido ejerciendo hasta la fecha. Los regidores municipales pudieron conocer así no solo el nombre y residencia de los contribuyentes a su cargo, sino también sus bienes y otros datos complementarios que, ocasionalmente, quedaban fijados en estos registros (profesión, filiación, origen, etc.)¹². Al mismo tiempo se iniciaba un proceso de aculturación de la población pechera en materia fiscal, reforzando también su identidad como parte de una comunidad. Una *universitas* que exigía la contribución en una serie de exacciones destinadas al sustento del *bien común* como requisito básico para pertenecer a ella¹³.

Este tipo de testimonios llamó la atención durante las décadas de los cincuenta y sesenta del pasado siglo a una historiografía europea centrada eminentemente en estudios económicos y sociales. Desde la pionera obra de Philippe Wolf sobre los *estimes* tolosanos, estos documentos se convirtieron en una de las vías más habituales

¹⁰ RIGAUDIÈRE, Albert – “De l’estime au cadastre dans l’Occident médiéval: réflexions et pistes de recherches”. In RIGAUDIÈRE, Albert (ed.) – *De l’estime au cadastre en Europe. Le Moyen Âge*. París: Ministère de l’Economie, 2007, p. 7.

¹¹ Sobre el concepto de justicia distributiva y el funcionamiento de los padrones, TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey y el auxilio del reino. Del pedido regio a las contribuciones de la Santa Hermandad (1406-1498)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2018, pp. 243 y ss.

¹² Todo ello dentro de un proceso general en el que el control sobre la información fiscal y financiera se fue definiendo como un aspecto clave en la conformación de los emergentes sistemas tributarios y en la interrelación entre la autoridad central y los gobiernos municipales. En torno a este asunto véase el sugerente trabajo de GARNIER, Florent – “Le roi, l’emprunt e l’impôt: considérations pour une histoire de l’information fiscale et financière au bas Moyen Âge”. In *Estados y mercados financieros en el Occidente cristiano*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2015, pp. 157-184.

¹³ VERDÉS PIJUÁN, Pere – “La ciudad en el espejo: hacienda municipal e identidad urbana en la Cataluña bajomedieval”. *Anales de la Universidad de Alicante: Historia medieval* 16 (2009), pp. 178-179.

desde las que aproximarse a la capacidad económica de los contribuyentes en el pasado medieval y, sobre todo, la base desde la que acometer estudios demográficos¹⁴. Su predicamento fue particularmente relevante en Francia, donde desde la *Escuela de Chartes* se impulsaron numerosas tesis doctorales sobre la cuestión¹⁵. No obstante, la mayor parte de los trabajos realizados acabaron mostrando una orientación más descriptiva que analítica, con investigaciones que estaban muy lejos de extraer todo el potencial de este tipo de documentos. Las áreas más septentrionales quedaron, así mismo, un tanto abandonadas por la investigación y solo a partir de la década de los setenta empezaron a recibir un mayor interés por parte de la historiografía especializada¹⁶. En Italia, donde los padrones recibieron también una fuerte atención, su interpretación se vio profundamente sesgada como consecuencia de la pretensión por parte de los especialistas de establecer una línea de continuidad unívoca entre los primeros de estos testimonios y el célebre catastro florentino de 1427, considerado la más acabada expresión de contabilización del patrimonio en la Edad Media¹⁷. Aspecto que, como ha puesto de relieve algún autor, tiene mucho que ver con el afán de ciertos sectores académicos por resaltar la precocidad y modernidad de los estados italianos centro-septentrionales en contraste con un supuesto atraso histórico de los espacios del sur de la bota italiana. Tendencia con un marcado sesgo político que ha sido duramente criticada durante los últimos años¹⁸. Este interés inicial en Francia e Italia por los padrones fiscales fue reduciéndose paulatinamente, en estrecha interconexión con la crisis experimentada por la historia social y económica. Así, este tipo de investigaciones se convirtieron en una práctica cada vez más inhabitual, contempladas como el reflejo de una historiografía anticuada y excesivamente apegada al análisis cuantitativo. Al menos esta fue la tendencia hasta los años noventa del pasado siglo, cuando de la mano de la aplicación de metodologías basadas en las nuevas tecnologías y una renovación de las perspectivas de análisis, el estudio de padrones y catastros volvió a cobrar nuevos bríos¹⁹.

La historiografía hispana quedó, por lo general, un tanto al margen de estas

¹⁴ WOLFF, Philippe – *Les “estimes” toulousaines des XIV et XV siècles*. Toulouse: Centre National de la Recherche Scientifique, 1956.

¹⁵ RIGAUDIÈRE, Albert – “The basis for direct taxation in southern French towns in the Late Middle Ages from their *livres d’estimes*”. In *Sorbonne-Assas Law Review*, 2012.

¹⁶ Caso del trabajo sobre París de FAVIER, Jean – *Les contribuables parisiens à la fin de la Guerre de Cents Ans. Les rôles de impôt de 1421, 1423 et 1438*. Génova: Droz, 1970.

¹⁷ Una amplia relación bibliográfica sobre esta cuestión en TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey y el auxilio del reino...*, p. 248.

¹⁸ CIAPELLI, Giovanni – “Aspetti della politica fiscale fiorentina fra Tre e Quattrocento”, en *Istituzioni e società in Toscana nell’ Età Moderna. Atti della giornate di studio*. Roma: Ministero per i beni cultural e ambientali, 1994, pp. 62-63.

¹⁹ Los inicios de esta nueva tendencia pueden contemplarse, en efecto, ya desde fines de los ochenta y principios de los noventa. Un claro ejemplo en este sentido fue el trabajo colectivo coordinado por BIGET, Jean Louis; HERVÉ, Jean Claude; THÉVERT, Yvon (dirs.) – *Les cadastres anciens de villes et leur traitement par l’informatique*. Roma: École française de Rome, 1989.

corrientes en su fase inicial. Posteriormente, su desarrollo ha sido un tanto desigual entre los diversos ámbitos políticos que articularon el territorio a lo largo del período medieval. En el espacio de la antigua Corona de Aragón, el pobre panorama inicial vino a verse sumamente enriquecido desde la década de los noventa gracias a la aportación de una serie de investigadores vinculados a los proyectos sobre fiscalidad y finanzas dirigidos desde el CSIC de Barcelona. Estos vinieron a multiplicar los trabajos sobre la cuestión, desarrollando una amplia labor marcada por las esas nuevas metodologías que apuntábamos anteriormente²⁰. En la antigua Corona de Castilla el auge de la historia urbana durante los años setenta y ochenta puso el acento en este tipo de testimonios que fueron utilizados para diversos estudios de carácter demográfico y económico. No obstante, la dispersa y fragmentaria conservación de estos documentos y el hecho de que la información contenida en ellos fuera mucho más pobre que la de otras regiones europeas conllevó una menor atención a la que generaron los padrones en otras historiografías²¹. Únicamente algunas regiones experimentaron una evolución diferente, como consecuencia de una mejor preservación de este tipo de testimonios para período bajomedieval²². Así ocurrió con el espacio hispalense, que no casualmente era ya la ciudad que más aportaba al fisco regio en el siglo XV, y con un reino granadino que tras la incorporación a Castilla se caracterizó por la complejidad de su sistema tributario y por su alta capacidad de registro documental²³. Y si bien es cierto que los estudios sobre estos dos espacios han venido a explotar estos fondos documentales gracias al buen hacer de algunos eminentes especialistas, no lo es menos que aún quedan muchas cuestiones por abordar. Pese a ello, en los últimos años ha sido posible observar un tímido resurgir de la atención sobre este tipo de fuentes y cierta renovación historiográfica en consonancia con lo ocurrido en otros países²⁴. Además de continuar por las

²⁰ Cabe destacar, en este sentido, las aportaciones de Jordi Morelló y Max Turull. Por citar solo algunos de sus trabajos, MORELLÓ I BAGUET, Jordi – “Aproximació a les fonts fiscals de la Catalunya baixmedieval: llibres d’estimes, valies i manifestes”. *Anuario de Estudios Medievales* 22 (1992), pp. 425-441; TURULL, Max; MORELLÓ BAGUET, Jordi – “Estructura y tipología de los «estimes-manifestes» en Cataluña (siglos XIV-XV)”, *Anuario de Estudios Medievales* 35:1 (2005), pp. 271-326.

²¹ Un análisis general en LADERO QUESADA, Miguel Ángel; ASENJO GONZÁLEZ, María. “Recensements et textes cadastraux en Castille (XIIIe-XVIe siècles)”. In RIGAUDIÈRE, Albert – *De l’estime au cadastre en Europe. Le Moyen Âge*. Paris: Ministère de l’Économie, 2007, pp. 309-341.

²² Sin embargo, creemos que esta imagen es, hasta cierto punto, falaz. Sabemos que los archivos de las Chancillerías de Valladolid y Granada conservan decenas de padrones de diferentes concejos castellanos para los siglos XV y XVI que aún no han sido puestos en valor ni estudiados. Un estudio sistemático de estos fondos matizaría nuestra percepción sobre la conservación de este tipo documental.

²³ Sobre el espacio hispalense resultan fundamentales los ya clásicos estudios de BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes – *El mundo rural sevillano en el siglo XV: Aljarafe y Ribera*. Sevilla: Diputación provincial de Sevilla, 1983; COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y sus hombres*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 1984. Sobre el espacio granadino sobresale el trabajo de GALÁN SÁNCHEZ, Ángel; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – *Hacienda regia y población en el reino de Granada. La geografía morisca a comienzos del siglo XVI*. Granada: Universidad de Granada, 1996.

²⁴ TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey...*, pp. 249-251.

vías ya transitadas y emprender la necesaria labor de edición de algunos de estos documentos, también han puesto el acento en sus posibilidades para el estudio de diversas realidades que vienen centrando el interés de la historiografía europea durante los últimos años. En este sentido, se ha venido prestando especial atención a su relevancia para el análisis de las relaciones de poder en el seno de los concejos castellanos o su papel en la construcción de identidades²⁵. Sin embargo, buena parte de estas referencias no suelen pasar de ser meros enunciados dentro de estudios más amplios, brillando aún por su ausencia los trabajos monográficos sobre la cuestión.

Siguiendo esta línea, es nuestra pretensión poner en valor, junto a estos aspectos aquí reseñados, la utilidad que pueden tener estos padrones a la hora de establecer análisis sobre procesos de inclusión y exclusión. Tal y como hemos indicado ya, proporcionan un testimonio privilegiado para ello, ya que reflejan diversos procesos de encuadramiento social en base a la riqueza y el privilegio. Por ello, nos centraremos aquí en esta cuestión a través del amplio muestreo documental conservado para la ciudad de Sevilla y su alfoz a lo largo del siglo XV.

3. Niveles de inclusión y exclusión en los padrones hispalenses.

El procedimiento de encuadramiento social reflejado en los padrones fiscales era dirigido y coordinado por las élites municipales. Aunque también se utilizaba para hacer frente a las derramas del concejo, la tasación de la riqueza de los contribuyentes solía iniciarse tras una demanda de la Corona para imponer algún tipo de carga fiscal de carácter directo (*pedidos, monedas, empréstitos*). No obstante, su actualización no se llevaba a cabo de manera periódica, como obligaba la normativa al respecto²⁶. Mediaron en ello las dificultades técnicas, pero también el deseo de las élites municipales de no alterar el *status quo* existente²⁷. De hecho, la redacción de este tipo de documentos, tal y como refleja lo ocurrido en la ciudad de Sevilla y su alfoz, tendió a concentrarse en momentos puntuales (**Fig. 1**). El análisis de estas fechas nos ha permitido desvelar las tres causas fundamentales que llevaron a la revisión de las cuantías de los contribuyentes. En primer lugar, la presión de la Corona

²⁵ Algunos de los estudios más interesantes en este sentido son los de los profesores GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – “La fiscalidad como espacio privilegiado de construcción político-identitaria urbana: Burgos en la Baja Edad Media”. *Studia Historica. Historia Medieval* 30 (2012), pp. 52-54; JARA FUENTE, José Antonio – *Concejo, poder y élites: la clase dominante de Cuenca en el siglo XV*. Madrid: CSIC, 2000, pp. 164-172; JARA FUENTE, José Antonio – “El discurso urbano en la Baja Edad Media castellana: la delimitación de los marcadores discursivos y la identificación de las conductas políticas correctas. La fiscalidad como espacio de legitimación política”. *Studia Historica. Historia Medieval* 34 (2016), pp. 129-131.

²⁶ Esta falta de actualización solía generar quejas frecuentes por parte de los contribuyentes. Baste aquí citar la elevada por los vecinos de Zufre al concejo de Sevilla en 1450 por esta cuestión AMS, Act. Cap., 1450-VI-12.

²⁷ Se trata de un aspecto común a todos los padrones europeos. RIGAUDIÈRE, Albert – “De l'estime au cadastre...”, p. 11.

sobre el concejo, buscando una base consensuada más sólida para la recaudación de unas contribuciones de las que dependía en gran manera la Real Hacienda. Esto es lo que ocurrió, por ejemplo, en 1485, cuando Isabel I y Fernando V solicitaron que se emitieran nuevos padrones en la provincia de Sevilla para las contribuciones de la Guerra de Granada²⁸. No obstante, por lo general la Corona respetó la autonomía de la ciudad en sus procesos de evaluación de la riqueza y solo emitió demandas como esta de manera muy puntual. En segundo lugar, la existencia de ciertas circunstancias excepcionales que variaron sensiblemente el número y la riqueza de los contribuyentes, como ocurrió tras la campaña del infante don Enrique por tierras hispalenses en 1444²⁹. Por último, la más habitual de las motivaciones para proceder a estas actualizaciones fue la búsqueda de un nuevo equilibrio frente a las tensiones en el seno de la ciudad y su alfoz, especialmente en lo relativo a los conflictos entre la oligarquía y el *común*, lo que explica el alto nivel de revisión de estos documentos durante la década de los treinta desde mediados de la década de los veinte a principios de los cuarenta.

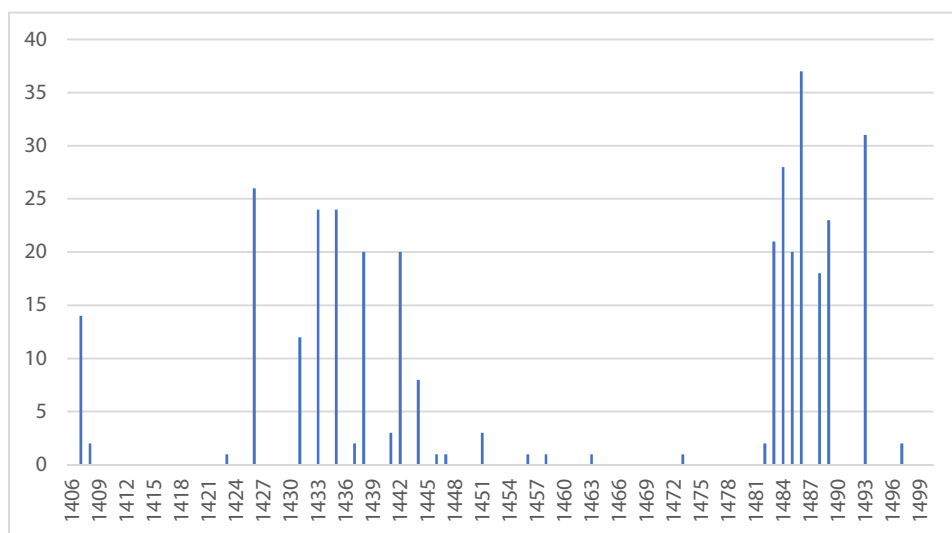


Fig. 1 – Años de redacción de los padrones hispalenses
(fuente: Elaboración propia a partir de AMS, Div.)

No nos detendremos aquí en el proceso de redacción de este tipo de documentos, ya que existe una amplia bibliografía sobre la cuestión y el espacio es limitado³⁰.

²⁸ El documento con esta disposición en AGS, GyM, Leg. 1315, f. 5.

²⁹ A results de los daños ocasionados en su alfoz, el concejo se vio obligado a reevaluar la capacidad tributaria de las comarcas este, tal y como se explicitó en las disposiciones al respecto. AMS, Pap. May., ff. 170r-175v.

³⁰ COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – *Sevilla en la Baja Edad Media...*, pp. 20-26; COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Un informe sobre la confección de padrones de cuantías en

Desde el punto de vista formal, no obstante, cabe destacar la existencia de diversas tipologías, que varían sensiblemente según el espacio del que hablemos. Y aún dentro del mismo territorio o ciudad aparecen unos tipos diferenciados que se vinculan a distintos momentos del procedimiento de tasación. Así, en el caso hispalense distinguimos entre aquellos que establecen el patrimonio de cada contribuyente y su valor (*padrones de patrimonio*), los que atribuyen una base imponible sobre un baremo a dicho patrimonio (*padrones de cuantía*) y los que determinan la cantidad exacta que debe pagar cada pechero (*padrones de repartimiento*). Así mismo, cabe señalar que la evaluación de la riqueza de los vecinos experimentó cierta evolución a lo largo de la centuria, contrariamente a la sensación de estatismo que parecen transmitir buena parte de los análisis con los que contamos. Una evolución que estuvo orientada, por lo general, a generar un mayor nivel de control sobre la actividad de los empadronadores, así como a proporcionar una mayor representatividad de los diversos sectores sociales de la ciudad y su alfoz y asegurar su capacidad para solicitar la revisión de sus cuantías. Porque pese a que el concejo actuaba como coordinador del proceso, en modo alguno pudo ni intentó aplicar su criterio de forma unívoca. De esta forma, trató de reforzarse la confianza de los pecheros en la justicia del procedimiento, así como cierto consenso en torno a su resultado, que iba mucho más allá de una simple distribución de la carga fiscal³¹. Porque, tal y como señalábamos anteriormente, los padrones también establecían un sistema de clasificación social, un encuadramiento de la población que era el más firme testimonio de sus privilegios, derechos y deberes. Prueba de ello es que eran frecuentemente utilizados por aquellos individuos que trataban de mostrar su estatus ante un tribunal, ya que reflejaban fehacientemente que puesto ocupaban en la escala social³². Por todo ello se aplicaron importantes medidas para salvaguardar tan importantes documentos, estableciendo los concejos diversos procedimientos para su custodia y cuidado, al tiempo que se mostraban sumamente celosos frente a las pretensiones de otras autoridades externas de acceder a ellos³³.

Sevilla y su tierra en 1438". *Historia. Instituciones. Documentos* 19 (1992), pp. 149-160; ROMERO MARTÍNEZ, Adelina – *Fisco y recaudación: impuestos directos y sistemas de cobro en la Castilla bajomedieval*. Granada: Universidad de Granada, 1999, pp. 139-142; ROMERO MARTÍNEZ, Adelina – "El padrón, documento diplomático". *Signo: revista de historia de la cultura escrita* 6 (1999), pp. 9-39; ROMERO ROMERO, Francisco José – *Sevilla y los pedidos de Cortes en el siglo XV*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 1997, pp. 33-62; RODRÍGUEZ SARRIA, Julieta – "¿Cobrar para el rey? Los pedidos regios: procedimientos y agentes de la recaudación en la Sevilla del siglo XV". In GALÁN SÁNCHEZ, Ángel y GARCÍA FERNÁNDEZ, Ernesto – *En busca de Zaqueo. Los recaudadores de impuestos en época medieval y moderna*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2012, pp. 90-94; TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey...*, pp. 251-269.

³¹ Ello no quiere decir que no se produjesen frecuentes abusos y tensiones, tal y como ha puesto de relieve CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *Gobernar es gastar. Carlos V, el servicio de Cortes de Castilla y la deuda de la Monarquía Hispánica (1516-1556)*. Madrid: Sílex, 2016, p. 241

³² TRIANO MILÁN, José Manuel – "Entre el deber y la defensa del privilegio. Nobleza y exención fiscal en Andalucía (ss. XV-principios del XVI)" (en prensa).

³³ Según la normativa se debían realizar dos copias, quedando una depositada en el lugar y siendo

El resultado del proceso de tasación eran unas amplias listas en las que se reflejaban las cabezas de las distintas familias y el valor de su patrimonio o la cantidad que debían aportar en el repartimiento. En base a ello, las distinciones establecidas eran múltiples, pudiendo distinguirse varios niveles. El primer nivel de distinción relevante en este tipo de documentos era el de quiénes aparecían reflejados respecto a los que no. Estar inscrito en el padrón era la más clara muestra de la condición de vecino, con todos los privilegios y obligaciones que ello conllevaba³⁴. Pero no todos los vecinos eran considerados iguales. En primer lugar, se establecía una diferenciación entre ellos según el ámbito en el que habitaran. Los padrones solían redactarse en cuadernos por distritos fiscales -que venían a coincidir con las distintas collaciones dentro de la ciudad y cada uno de los pueblos del alfoz-, estableciendo una división interna por calles³⁵. Como es bien conocido, aquellos individuos que residían en el alfoz contaban con unos derechos y privilegios inferiores a los que lo hacían en el seno de la ciudad³⁶. También solían soportar una carga fiscal significativamente superior, tanto en lo relativo a las contribuciones reales como a las municipales³⁷. Como resultado de todo ello muchos vecinos trataron de ser empadronados en la ciudad, pese a residir en algunas de las comarcas del alfoz, tratando así de conseguir una mejor condición fiscal³⁸. Ante este creciente problema, el concejo no dudó en legislar, estableciendo que los contribuyentes tributaran allí donde se encontrara su casa poblada y el grueso de sus bienes y dificultando cualquier tipo de traslado a la ciudad³⁹. La segunda gran distinción entre los vecinos pecheros

otra enviada a la capital hispalense. AMS, Pap. May., Caja 42, ff. 47r-50v y Caja 48, ff. 154r-158r. Pese a tratarse de un documento público, su acceso se encontraba, hasta cierto punto, limitado, y las resistencias a su comprobación, incluso por parte de agentes reales, ha dejado un amplio rastro en la documentación del periodo. Así, por ejemplo, en 1435 Juan II se vería obligado a ordenar al concejo hispalense que entregara los padrones al arrendador de las *monedas*, Francisco de Villafranca, bajo pena de 10.000 maravedís. AMS, Act. Cap., s.f., f. 10.

³⁴ BELLO LEÓN, Juan Manuel – “Los no vecinos en las ciudades de la Andalucía atlántica a finales de la Edad Media”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel – *Las sociedades portuarias de la Europa atlántica de la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2016, pp. 287-288. En ocasiones los padrones también contemplaban a los moradores, pero siempre especificando su condición.

³⁵ Sobre la articulación del espacio fiscal hispalense TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey y el auxilio del reino...*

³⁶ NAVARRO SAINZ, José María – “La subordinación política de la tierra de Sevilla al concejo hispalense en el reinado de Isabel I.” *Historia. Instituciones. Documentos* 38 (2011), pp. 325-328.

³⁷ COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Ciudades y villas andaluzas: variedad impositiva y diversidad ante el hecho fiscal”. In *V Congreso de estudios medievales. Finanzas y fiscalidad municipal*. Ávila: Fundación Sánchez Albornoz, 1997.

³⁸ AMS, Div., Doc. 906.

³⁹ Disposición emitida en 1439 sobre esta cuestión en AMS, Pap. May., Caja 41, ff. 254v-255v. También la monarquía vino a legislar en diversas ocasiones sobre este aspecto, tal y como refleja la normativa de Enrique IV sobre esta cuestión conservada en AGS, RGS, agosto de 1477, f. 422. Documento transcrito y publicado por ROMERO MARTÍNEZ, Adelina – *Los papeles del fisco. Estudio diplomático de la documentación fiscal castellana bajomedieval*. Granada: Grupo editorial universitario, 1998, pp. 215-217; y por TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey y el auxilio del reino...*

era la que se establecía por su capacidad económica. Se distinguía a estos por unas categorías designadas como *pequeños*, *medianos* y *mayores*. Lo que tenía una estrecha interconexión con la actividad militar desempeñada dentro de las milicias concejiles, con el correspondiente prestigio asociado a cada uno de los cuerpos dentro de ellas⁴⁰. Además, la pertenencia a la categoría de los *mayores* habilitaba para el ejercicio de diversos cargos públicos, así como al arrendamiento de rentas tanto reales como municipales⁴¹. De esta forma, solo la categoría de *mayor* parecía conceder un estatus de vecindad plena, con todos los privilegios asociados y la posibilidad de alcanzar una completa representación política.

Señalábamos anteriormente la gran distinción que se establecía entre quiénes quedaban inscritos en el padrón y quiénes no lo hacían. Aunque la normativa emitida normalmente incidía en la necesidad de que aparecieran todos aquellos individuos residentes en la comunidad, pese a que no estuvieran obligados a contribuir, eran muchos los que acababan no quedando reflejados estos documentos⁴². Distinguiremos aquí tres grandes grupos. El primero de ellos es el de aquellos que no lo hacían en virtud de su situación de privilegio. Ni nobles ni eclesiásticos aparecían en los padrones habitualmente, ya que estaban eximidos del pago de contribuciones directas⁴³. Tampoco lo hacían aquellas figuras que contaban con una exención, ya fuera en virtud de su sangre o por el ejercicio de un oficio que los capacitaba a ello⁴⁴. Como consecuencia, no aparecer en padrón se convirtió en cierto reflejo de estatus, de distinción con respecto al conjunto de vecinos pecheros. Claro ejemplo de ello lo tenemos en el hecho de que no estar registrado en este tipo de documentos fue utilizado habitualmente como prueba para acceder a la codiciada situación de

⁴⁰ Una síntesis reciente sobre la conformación de estas tropas en LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Baja Edad Media”. In LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Historia militar de España. Edad Media*. Madrid: Real Academia de la Historia, Ministerio de Defensa y Editorial Laberinto, 2010, pp. 246-251.

⁴¹ Sobre la habilitación para desempeñar cargos públicos JARA FUENTE, José Antonio – *Concejo, poder y élites...*, pp. 168-169. Disponer de una cuantía suficiente para acceder al arrendamiento de rentas fue un aspecto habitualmente recordado por una legislación fiscal que buscó asegurar la percepción de la contribución por parte de las autoridades. ORTEGO RICO, Pablo – *Poder financiero y gestión tributaria en Castilla: los agentes fiscales en Toledo y su Reino (1429-1504)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2015, p. 34.

⁴² “[...] E que empadronara por calles a todas la presonas que ouiere en el lugar poniendo en ellos al contioso e al que no ouiere contía por no contioso e al hidalgo por hidalgo e al clérigo por clérigo e al pechero por pechero [...]” AMJF, Act. Cap., 1447, f. 36r.

⁴³ Así se disponía normalmente en las propias cartas de demanda del pedido regio, una de las dos vías de recaudación del servicio de Cortes: “salvo caualleros e escuderos e dueñas e doncellas, fijos dalgos de solar conocido o que es notorio que son fijosndalgos, y los que mostraren que son dados por fijos dalgo por sentencia en las cortes de qualquier de los reyes donde yo vengo oídos con su procurador fiscal o en la mi Corte con mi procurador fiscal, y las mugeres e fijos de estos atales, e los clérigos de misa y de orden sacra”, AMS, Pap. May., Caja 42, ff. 51r-52v.

⁴⁴ COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – *Sevilla en la Baja Edad Media...*, pp. 233-252; COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Los sevillanos ante el impuesto: la exención fiscal (siglos XIII-XVI)”. *Minervae Baeticae* 41 (2013), pp. 294 y ss.

hidalguía⁴⁵. Pero ni aún cuando los miembros del estamento nobiliario se vieron obligados a contribuir en las diversas cargas directas de la Corona – caso de lo ocurrido con los nobles andaluces, obligados a tributar en servicios y empréstitos por la proximidad de la amenaza fronteriza a lo largo del siglo XV- su introducción en los padrones fue vista como algo deseable o, siquiera, soportable. Es más, aunque no empezaron a sustraerse del pago de estas cantidades hasta la caída definitiva del reino de Granada, estos grupos se negaron sistemáticamente a ser empadronados y acabaron logrando que se generaran registros particulares para ellos. Es el caso de los padrones de hidalgos que se conservan para algunas ciudades andaluzas o las hojas de repartimiento de regidores y *ricos hombres* que se hicieron usuales en la capital hispalense a partir de 1434⁴⁶.

Los miembros de las minorías religiosas tampoco quedaban inscritos en los padrones fiscales. Hay que tener en consideración que, aunque eran considerados naturales y súbditos de la Corona, su pertenencia a esta fue siempre incompleta⁴⁷. Es por ello que no quedaron englobados dentro de las contribuciones extraordinarias demandadas por las Cortes, tan estrechamente vinculadas al concepto de vecindad e integración en el cuerpo político. En su lugar, fueron cargadas con unas figuras fiscales propias, que reafirmaban su carácter exógeno y que se legitimaban por la pretensión de orientarlos hacia la verdadera fe⁴⁸.

Tampoco quedaban registrados dentro del padrón aquellas personas que se consideraba que no contaban con una cuantía suficiente para participar en la demanda fiscal. Esto es, se consideraba que pertenecían a la categoría de pobres⁴⁹. No obstante, ha de precisarse con cierto cuidado qué suponía tal condición, ya que, aunque habitualmente la documentación suele englobar a todos los pobres bajo una misma categorización, no todos eran iguales entre sí ni este concepto engloba una realidad unívoca. En este sentido, los especialistas gustan de distinguir entre pobres fiscales y pobres de solemnidad⁵⁰. Los primeros son aquellos que, aunque no cuentan con la cuantía media suficiente para participar en la contribución, poseen ciertos

⁴⁵ Este aspecto, así como la resistencia de los grupos nobles a quedar registrados en los padrones desde los años de los primeros Trastámaras véase DÍAZ DE LA GUARDIA Y LÓPEZ, Luis – “Los pleitos plenos de hidalguía en la Baja Edad Media: una posible evolución jurídica bajo los Trastámara desde la óptica de la Edad Moderna”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 21 (2008), pp. 54 y ss.

⁴⁶ TRIANO MILÁN, José Manuel – “Entre el deber y la defensa del privilegio...”, (en prensa)

⁴⁷ GALÁN SÁNCHEZ, Ángel – “Las minorías religiosas y la conformación de la Hacienda regia” (en prensa). Agradecemos al autor que nos haya permitido consultar el trabajo antes de su publicación, así como sus valiosas consideraciones sobre esta cuestión.

⁴⁸ GALÁN SÁNCHEZ, Ángel – “«Herejes consentidos»: la justificación de una fiscalidad diferencial en el reino de Granada”. *Historia. Instituciones. Documentos* 33 (2006), p. 179.

⁴⁹ Eventualmente estos individuos podían no aparecer en la documentación, al considerarse que su presencia no era necesaria para llevar a efecto el proceso de recaudación.

⁵⁰ CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *La Averiguación de la Corona de Castilla (1525-1540). Los pecheros y el dinero del reino en la época de Carlos V.* Tomo I. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2008, pp. 390-391.

bienes, así como un empleo que les asegura unos ingresos mínimos. Los pobres de solemnidad, por su parte, son aquellos que ni siquiera disponen de esta base material mínima y aparecen comúnmente asociados a algún tipo de minusvalía, una edad avanzada o la condición de viudedad. Aunque tradicionalmente esta medida de sustracción del pago a estos sectores desfavorecidos fue presentada como una forma de protegerlos de un proceso de pauperización mayor a resultas de la aplicación de una carga fiscal sumamente gravosa, no hemos de olvidar que también venía asociada a una limitación de sus derechos. Este tipo de individuos no eran considerados vecinos en el sentido pleno de la palabra. La protección recibida, además, podía ser menor de lo que pudiera parecer inicialmente. Los límites de la pobreza fiscal eran sumamente dúctiles. Así, dependiendo de sus necesidades tributarias, el concejo podía modificar la cuantía mínima para contribuir en estas cargas directas⁵¹. Es más, ni siquiera la condición de pobre era un seguro para no tributar, ya que las autoridades municipales solían recurrir a una serie de mecanismos y estrategias para obligar a estos sectores más desfavorecidos a contribuir. La más común era la denominada *cabeza de pecha*, esto es, unir la cuantía de varios pobres bajo una sola, obligándolos a tributar como si fueran un único contribuyente⁵².

4. Inclusión y exclusión a través de los padrones hispalenses: una realidad transversal y poliédrica.

El estudio de los niveles de inclusión y exclusión en los padrones hispalenses que hemos llevado a cabo hasta el momento nos permite observar que, tal y como vienen defendiendo diversos especialistas durante los últimos años, estas categorías reflejan una realidad sumamente compleja. Sin embargo, la clasificación presentada a efectos de análisis puede dar una impresión errónea, mucho más estática y unívoca que la realidad que refleja. Contrariamente a ello y alejándonos de las interpretaciones simplistas que han marcado buena parte de los estudios sobre esta cuestión hasta la fecha, cabe destacar la existencia de una realidad móvil y poliédrica, que se reproduce a lo largo de toda la escala social⁵³.

En este sentido, los padrones hispalenses, pese a no reflejar en modo alguno toda la compleja realidad social del período, suponen una perspectiva privilegiada por su pretensión de erigirse en un referente en el encuadramiento social de los individuos

⁵¹ RODRÍGUEZ SARRIA, Julieta – “Fisco, poder y distinción social en Sevilla y su tierra en el siglo XV: una propuesta de trabajo”. In CARVAJAL DE LA VEGA, David; VÍTORES CASADO, Imanol; AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier (eds.) – *Poder, fisco y mercado en las ciudades de la Península Ibérica (siglos XIV-XVI)*. Valladolid: Castilla ediciones, 2016.

⁵² RODRÍGUEZ SARRIA, Julieta – “Fisco, poder y distinción social y distinción social en Sevilla y su tierra en el siglo XV...”.

⁵³ Así lo han destacado otros autores, como JARA FUENTE, José Antonio – “Integrar, excluir, dominar...”, p. 98.

de la ciudad y su alfoz en base a un doble criterio: la riqueza y el privilegio. Pese a la escasa actualización de este tipo de documentos por parte de las élites, tratando de mantener un equilibrio nada fácil de alcanzar, vemos como estos no fueron nunca una realidad estática. Es posible percibir procesos de ascenso y descenso social por parte de ciertos grupos e individuos si comparamos los padrones de diversos años. Estos no solo ven modificarse sus cuantías entre la redacción de uno y otro padrón, sino también su correspondiente adscripción a los grupos de los *menores*, los *medianos* o los *mayores*. Tampoco es infrecuente la desaparición de algunos de estos individuos del padrón tras lograr eximirse de la contribución o su inclusión en ellos nuevamente tras ser revaluada su franqueza por parte de la ciudad. En este sentido, cabe recordar que la enorme cantidad de exentos de la ciudad de Sevilla retiró sus privilegios en un proceso de revaluación y restricción de las exenciones existentes a lo largo de la primera mitad del siglo XV. Este se tradujo en un control mucho más exhaustivo de las personas que contaban una franqueza, tal y como reflejan las numerosas nóminas redactadas a lo largo de este período⁵⁴. Así, frente a la imagen de inmovilidad que tradicionalmente se esforzaban por mantener las élites, se observa un intenso dinamismo social. Inclusión y exclusión se muestran como procesos que nunca son plenos, que están sujetos a un constante devenir.

El dinero se presenta como uno de los principales motores de los procesos de ascenso social⁵⁵. Es este el que abre la puerta a muchos, con su acceso al grupo de los *mayores*, a la posibilidad de ostentar cargos y oficios públicos o participar en diversas actividades vinculadas al arrendamiento de rentas públicas. Algo que, tal y como han puesto de relieve diversos especialistas, no solo tiene importancia desde un punto de vista económico, sino que, además, permitía el acceso a ciertos resortes de poder a escala local y supralocal⁵⁶. El privilegio, por su parte, es una realidad de límites difusos, siempre en cuestión⁵⁷. Una circunstancia que se hará más patente a lo largo de la centuria, como resultado de la creciente definición normativa que se irá produciendo en este sentido y la mayor judicialización de los procesos sobre tal condición⁵⁸. A través de ello se puede percibir aún más claramente la intensa conflictividad

⁵⁴ COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – *Sevilla en la Baja Edad Media...*, pp. 236 y ss.

⁵⁵ Sobre este aspecto véanse las consideraciones de SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España Moderna. Cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 213.

⁵⁶ JARA FUENTE, José Antonio – “Elites y grupos financieros en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media”, *En la España Medieval* 27 (2004), p. 108; ORTEGO RICO, Pablo – *Poder financiero y gestión tributaria...*, pp. 127 y ss.

⁵⁷ DÍAZ DE LA GUARDIA Y LÓPEZ, Luis – “Exención fiscal nobiliaria en el ámbito local bajomedieval. En torno a tres documentos de la villa de Belmonte”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 19 (2006), pp. 138-147.

⁵⁸ CENTENERO ARCE, Domingo – “De lo cuantitativo a lo cualitativo. Los pleitos de hidalguía y la tratadística jurídica”. *Obradoiro de Historia Moderna* 24 (2015), pp. 295-297; CRAWFORD, Michael J. – *The fight for status and privilege in Late medieval and Early modern Castile (1465-1598)*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2014, pp. 31-34.

que mantuvieron aquellos que gozaron de tal condición y pretendieron defenderla, ampliarla y cederla a sus descendientes frente a unas haciendas municipales y una Real Hacienda que buscaron erosionar los límites de estas franquizas ampliando su capacidad de actuación⁵⁹.

El carácter transversal de los procesos de inclusión y exclusión también se hace patente en los padrones analizados. Así, desde los miembros más relevantes de la sociedad hispalense a los sectores más desfavorecidos se reproducen este tipo de situaciones. En este sentido, se hace necesario desligar estos conceptos de la carga positiva o negativa que tradicionalmente le venimos asignando. Por ejemplo, la exclusión no es siempre vista como algo perjudicial, sino incluso como un valor en algunas ocasiones. Así ocurre en el caso de las élites que quieren distinguirse del conjunto de vecinos pecheros tratando de reafirmar su condición superior. De hecho, la exclusión del común de los pecheros era un paso previo necesario para la inclusión en la condición de hidalguía. Tanto es así, que algunos especialistas lo han venido a considerar como una categoría prenobiliaria⁶⁰. Categoría que se podía alcanzar por medios tanto lícitos como ilícitos. Por su parte, la condición de pobreza podía resultar ambivalente. Ya hemos mostrado como, por un lado, pretendía proteger a los sectores más desfavorecidos de la carga del impuesto y cómo, por otro, limitaba sus derechos como vecinos.

Otro aspecto relevante es el hecho de que el proceso de encuadramiento social, tal y como hemos puesto de relieve, no puede ser entendido nunca como una decisión adoptada unilateralmente por parte del concejo. Para asentar la carga tributaria en base al concepto de justicia distributiva y establecer una serie de distinciones sociales vinculantes para el desempeño de los derechos y deberes de los habitantes de la ciudad hispalense y su alfoz se requería de cierto nivel de consenso. Para ello, como ya hemos señalado, el procedimiento de tasación de la riqueza, de manera similar a lo ocurrido en otras regiones europeas, se fue volviendo más garantista y aseguró la participación de una amplia representación de los grupos sociales sevillanos. Así mismo, debe tenerse en consideración la importancia de los procesos de autoinclusión y autoexclusión, de los que hemos dado diversos ejemplos⁶¹. No obstante, el concejo nunca dejó de dirigir y validar un proceso que suponía un instrumento de poder de enorme relevancia. Algo que hizo con una voluntad de cierta negociación, por una parte, pero también tratando de buscar vías para eliminar aquellos aspectos que resultaban más negativos para sus intereses. En este sentido, los regidores encontraron la forma de modificar los niveles de contribución obviando la

⁵⁹ TRIANO MILÁN, José Manuel – “Entre el deber y la defensa del privilegio...” (en prensa).

⁶⁰ GERBET, Marie Claude – “Les guerres et l'accès à la noblesse en Espagne de 1465-1592”, *Mélanges de la Casa Velázquez* VII (1972), p. 307; SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España moderna...* p. 39.

⁶¹ JARA FUENTE, José Antonio – “Integrar, excluir, dominar: relaciones de poder y conflicto político ...”, p. 98.

tasación previa de la riqueza de los contribuyentes. La concesión de exenciones no reconocidas por la Corona, la modificación de los baremos de repartimiento fiscal o las quitas y acrecentamientos a algunos distritos fiscales fueron algunas de las vías utilizadas para ello⁶². Pero, con el paso del tiempo, las dificultades técnicas asociadas a este tipo de procedimiento, las tensiones generadas en torno a él, el crecimiento de las transacciones comerciales y los intereses de las propias élites llevaron a estas a ir desvinculándose cada vez más de unas cargas de tipo directo e ir sustituyéndolas por otras de carácter indirecto, pese a la resistencia mantenida por ciertos sectores de los representantes del común de los pecheros⁶³. No obstante, el papel de los padrones continuaría teniendo cierta incidencia social, tal y como reflejan los conflictos en torno a esta cuestión que siguieron experimentando las ciudades castellanas a lo largo de inicios de la Edad Moderna⁶⁴.

5. Conclusión.

El análisis de los padrones fiscales se muestra como una perspectiva privilegiada para el estudio de los procesos de inclusión/exclusión que marcaron el pulso de la realidad social de las ciudades castellanas a lo largo del siglo XV. A través del ejemplo hispalense, el mejor documentado para este tipo de estudios, hemos podido observar la complejidad de una realidad difícilmente interpretable mediante una aplicación simplista y unívoca de los conceptos aquí tratados. Se hace necesario, por tanto, análisis mucho más matizados y que tengan en consideración las últimas reflexiones que se vienen planteando sobre la cuestión desde el campo de la sociología y otras ciencias sociales.

Afortunadamente, en lo relativo al tipo de fuente en el que aquí nos hemos centrado existe ya un amplio trabajo de base desde el que iniciar este tipo de aproximaciones. Contamos con una abundante bibliografía y diversas colecciones documentales, que no han dejado de ampliarse, lenta pero inexorablemente, durante los últimos años. Junto a ello, resulta cada vez más acuciante la necesidad de poner en valor los numerosos testimonios aún inéditos que atesoran algunos archivos insuficientemente trabajados, como los de las Reales Chancillerías, donde decenas de estos padrones permanecen aún sin ser debidamente estudiados. Sobre toda esta base será posible profundizar en algunos de los aspectos ya apuntados y emprender nuevos

⁶² TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey y el auxilio del reino...*

⁶³ Sobre esta cuestión véase el estudio de COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Teoría y práctica de la obligación fiscal en la Andalucía bajomedieval: impuestos directos versus impuestos indirectos”. In MARTÍNEZ SHAW, Carlos; TEDDE DE LORCA, Pedro; TINOCO RUBIALES, Santiago (eds.) – *Andalucía, España, las Indias: pasión por la historia: homenaje al profesor Antonio-Miguel Bernal*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015, pp. 145-164.

⁶⁴ CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *Gobernar es gastar. Carlos V, el servicio de Cortes...*

estudios sobre la cuestión. En este sentido, junto a lo aquí explicado vemos como una de las vías que más éxito esta cobrando en los últimos tiempos es el del estudio de la desigualdad. Aunque aún no existen trabajos monográficos para el espacio hispalense en este sentido, sí que se ha abordado el análisis de la riqueza y composición patrimonial de diversos sectores sociales, con especial atención a las élites⁶⁵. Así mismo, se ha puesto el acento en las diferencias económicas entre los diversos espacios del territorio hispalense y cómo la política contributiva del concejo se adaptó a ella y a los diversos intereses que la oligarquía municipal tenía en ellos⁶⁶. Como ya hemos apuntado, el análisis de las políticas del concejo sobre estas cuestiones se presenta como una de las vías más atractivas a explorar. La capacidad del regimiento para sustraer o incluir a ciertos grupos o individuos en las diversas categorías socioeconómicas, así como modificar la carga fiscal según sus intereses, aún no ha sido suficientemente valorada desde el punto de vista político. Otro aspecto de interés es el estudio pormenorizado de los procedimientos de ascenso y descenso entre las diversas categorías que aquí hemos estudiado, lo que permitirá ilustrar mejor el grado de movilidad existente entre los diversos sectores sociales y complementar los datos cualitativos con los que ya contamos. En esta línea, disponemos ya con amplios estudios prosopográficos que podrán enriquecerse en buena medida con las informaciones aun insuficientemente utilizadas de los padrones con los que contamos.

En todas estas propuestas el cruce de los datos extraídos de los padrones con los presentados por otras fuentes documentales resulta fundamental. En este sentido, puede ser especialmente clarificador comparar la información de estos registros con otros documentos que contemplen la valoración del patrimonio desde perspectivas diferentes. Así su cotejo con los testamentos conservados en los archivos de protocolos o con aquellos informes realizados con la intención de valorar la solvencia de los agentes fiscales que se hacían cargo de las rentas regias – las célebres *hojas e informaciones* que se elaboraban para el arrendamiento de rentas – nos permitirá hacernos una idea del grado de afinamiento de los procesos de tasación fiscal a la hora de establecer la capacidad económica real de estos contribuyentes⁶⁷.

Teniendo en consideración todo lo expresado hasta aquí y más allá de sus limitaciones, mil veces reseñadas, cabe plantearse las posibilidades de una fuente aún muy insuficientemente explotada. Quizás cuando esta idea logre calar entre los especialistas alcancen los padrones fiscales castellanos una relevancia historiográfica que, si bien puede que no llegue al nivel de otras regiones europeas, sin duda será muy superior a la que se le ha venido concediendo hasta la fecha.

⁶⁵ COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – *Sevilla en la Baja Edad Media...*

⁶⁶ TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey y el auxilio del reino ...*

⁶⁷ Agradecemos a Federico Gálvez las interesantes consideraciones que nos ha aportado sobre esta cuestión, en la que ya estamos trabajando.

BIBLIOGRAFÍA

- ASENJO GONZÁLEZ, María – “La exclusión como castigo. La pena de destierro en las ciudades castellanas del siglo XV”. *Anales de la Universidad de Alicante: Historia Medieval* 18 (2012-2014), pp. 63-93.
- ATKINSON, Rob – “The concept of social exclusion in the European Union: context, development, possibilities”. *Urban Studies* 37: 5-6 (2002), pp. 1037-1055.
- AURELL, Jaume – *La historiografía medieval. Entre la historia y la literatura*. Valencia: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2016.
- BELLO LEÓN, Juan Manuel – “Los no vecinos en las ciudades de la Andalucía atlántica a finales de la Edad Media”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel – *Las sociedades portuarias de la Europa atlántica de la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2016, pp. 285-318.
- BIGET, Jean Louis; HERVÉ, Jean Claude y THÉVERT, Yvon (dirs.) – *Les cadastres anciens de villes et leur traitement par l'informatique*. Roma: École française de Rome, 1989.
- BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes – *El mundo rural sevillano en el siglo XV: Aljarafe y Ribera*. Sevilla: Diputación provincial de Sevilla, 1983.
- CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *Gobernar es gastar. Carlos V, el servicio de Cortes de Castilla y la deuda de la Monarquía Hispánica (1516-1556)*. Madrid: Sílex, 2016.
- CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *La Averiguación de la Corona de Castilla (1525-1540). Los pecheros y el dinero del reino en la época de Carlos V*. Tomo I. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2008.
- CENTENERO ARCE, Domingo – “De lo cuantitativo a lo cualitativo. Los pleitos de hidalguía y la tratadística jurídica”. *Obradoiro de Historia Moderna* 24 (2015), pp. 289-308.
- CIAPELLI, Giovanni – “Aspetti della politica fiscale fiorentina fra Tre e Quattrocento”. In *Istituzioni e società in Toscana nell' Età Moderna. Atti della giornate di studio*.

Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, 1994, pp. 61-75.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Ciudades y villas andaluzas: variedad impositiva y diversidad ante el hecho fiscal”. In *V Congreso de estudios medievales. Finanzas y fiscalidad municipal*. Ávila: Fundación Sánchez Albornoz, 1997.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Los sevillanos ante el impuesto: la exención fiscal (siglos XIII-XVI)”, *Minervae Baeticae* 41 (2013), pp. 293-318.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y sus hombres*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 1984.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Teoría y práctica de la obligación fiscal en la Andalucía bajomedieval: impuestos directos versus impuestos indirectos”. In MARTÍNEZ SHAW, Carlos; TEDDE DE LORCA, Pedro; TINOCO RUBIALES, Santiago (eds.) – *Andalucía, España, las Indias: pasión por la historia: homenaje al profesor Antonio-Miguel Bernal*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015, pp. 145-164.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Un informe sobre la confección de padrones de cuantías en Sevilla y su tierra en 1438”. *Historia. Instituciones. Documentos* 19 (1992), pp. 149-160.

CRAWFORD, Michael J. – *The fight for status and privilege in Late medieval and Early modern Castile (1465-1598)*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2014.

DÍAZ DE LA GUARDIA Y LÓPEZ, Luis – “Exención fiscal nobiliaria en el ámbito local bajomedieval. En torno a tres documentos de la villa de Belmonte”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 19 (2006), pp. 137-173.

DÍAZ DE LA GUARDIA Y LÓPEZ, Luis – “Los pleitos plenos de hidalguía en la Baja Edad Media: una posible evolución jurídica bajo los Trastámara desde la óptica de la Edad Moderna”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 21 (2008), pp. 41-108.

FAVIER, Jean – *Les contribuables parisiens à la fin de la Guerre de Cents Ans. Les rôles de impôt de 1421, 1423 et 1438*. Génova: Droz, 1970.

GALÁN SÁNCHEZ, Ángel – “«Herejes consentidos»: la justificación de una fiscalidad diferencial en el reino de Granada”. *Historia. Instituciones. Documentos* 33 (2006), pp. 173-209.

GALÁN SÁNCHEZ, Ángel – “Las minorías religiosas y la conformación de la Hacienda regia” (en prensa).

GALÁN SÁNCHEZ, Ángel; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – *Hacienda regia y población en el reino de Granada. La geografía morisca a comienzos del siglo XVI*. Granada: Universidad de Granada, 1996.

GARNIER, Florent – “Le roi, l’emprunt et l’impôt: considérations pour une histoire de l’information fiscale et financière au bas Moyen Âge”. In *Estados y mercados financieros en el Occidente cristiano*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2015, pp. 157-184.

GERBET, Marie Claude – “Les guerres et l’accès à la noblesse en Espagne de 1465-1592”. *Mélanges de la Casa Velázquez* VII (1972), pp. 295-326.

GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – “La fiscalidad como espacio privilegiado de construcción político-identitaria urbana: Burgos en la Baja Edad Media”. *Studia Historica. Historia Medieval* 30 (2012), pp. 43-66.

JARA FUENTE, José Antonio – *Concejo, poder y élites: la clase dominante de Cuenca en el siglo XV*. Madrid: CSIC, 2000.

JARA FUENTE, José Antonio – “Elites y grupos financieros en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media”. *En la España Medieval* 27 (2004), p. 105-130.

JARA FUENTE, José Antonio – “Integrar, excluir, dominar: relaciones de poder y conflicto político en la Castilla urbana del siglo XV”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 18 (2012-2014), pp. 95-118.

JARA FUENTE, José Antonio – “El discurso urbano en la Baja Edad Media castellana: la delimitación de los marcadores discursivos y la identificación de las conductas políticas correctas. La fiscalidad como espacio de legitimación política”. *Studia Historica. Historia Medieval* 34 (2016), pp. 119-148.

- LADERO QUESADA, Miguel Ángel; ASENJO GONZÁLEZ, María – “Recensements et textes cadastraux en Castille (XIIIe-XVIe siècles)”. In RIGAUDIÈRE, Albert (ed.) – *De l'estime au cadastre en Europe. Le Moyen Âge*, París: Ministère de l'Economie, 2007, pp. 309-341.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Baja Edad Media”. In LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Historia militar de España. Edad Media*. Madrid: Real Academia de la Historia, Ministerio de Defensa y Editorial Laberinto, 2010, pp. 246-251.
- LITTLEWOOD, Paul; z, Sebastian – “Identifying social exclusion. Some problems of meaning”. In LITTLEWOOD, Paul *et. alli* – *Social exclusion in Europe. Problems and paradigms*. New York: Routledge, 2017, pp. 1-21.
- MORELLÓ I BAGUET, Jordi – “Aproximació a les fonts fiscals de la Catalunya baixmedieval: llibres d'estimes, valies i manifestes”. *Anuario de Estudios Medievales* 22 (1992), pp. 425-441.
- NAVARRO SAINZ, José María – “La subordinación política de la tierra de Sevilla al concejo hispalense en el reinado de Isabel I”. *Historia. Instituciones. Documentos* 38 (2011), pp. 325-360.
- ORTEGO RICO, Pablo – *Poder financiero y gestión tributaria en Castilla: los agentes fiscales en Toledo y su Reino (1429-1504)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2015.
- PIKETTY, Thomas – *El capital en el siglo XXI*. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- RIGAUDIÈRE, Albert – “De l'estime au cadastre dans l'Occident médiéval: réflexions et pistes de recherches”. In RIGAUDIÈRE, Albert (ed.) – *De l'estime au cadastre en Europe. Le Moyen Âge*. Paris: Ministère de l'Economie, 2007, pp. 3-24.
- RIGAUDIÈRE, Albert – “The basis of direct taxation in southern French towns in the Late Middle Ages from their *livres d'estimes*”. In *Sorbonne-Assas Law Review*, 2012.
- RODRÍGUEZ SARRIA, Julieta – “¿Cobrar para el rey? Los pedidos regios: procedimientos y agentes de la recaudación en la Sevilla del siglo XV”. In GALÁN SÁNCHEZ, Ángel y GARCÍA FERNÁNDEZ, Ernesto (eds.) – *En*

busca de Zaqueo. Los recaudadores de impuestos en época medieval y moderna. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2012, pp. 83-103.

RODRÍGUEZ SARRIA, Julieta – “Fisco, poder y distinción social en Sevilla y su tierra en el siglo XV: una propuesta de trabajo”. In CARVAJAL DE LA VEGA, David; VÍTORES CASADO, Imanol; AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier (eds.) – *Poder, fisco y mercado en las ciudades de la Península Ibérica (siglos XIV-XVI)*. Valladolid: Castilla ediciones, 2016, pp. 107-125.

ROMERO MARTÍNEZ, Adelina – *Los papeles del fisco. Estudio diplomático de la documentación fiscal castellana bajomedieval*. Granada: Grupo editorial universitario, 1998, pp. 215-217.

ROMERO MARTÍNEZ, Adelina – “El padrón, documento diplomático”. *Signo: revista de historia de la cultura escrita* 6 (1999), pp. 9-39.

ROMERO MARTÍNEZ, Adelina – *Fisco y recaudación: impuestos directos y sistemas de cobro en la Castilla bajomedieval*. Granada: Universidad de Granada, 1999.

ROMERO ROMERO, Francisco José – *Sevilla y los pedidos de Cortes en el siglo XV*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 1997.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; HAEMERS, Jelle; CZAJA, Roman (eds.) – *Exclusión y disciplina social en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018.

SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España Moderna. Cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

TAKET, Ann (ed.) – *Theorising social exclusion*. New York: Routledge, 2009.

TRIANO MILÁN, José Manuel – “Entre el deber y la defensa del privilegio. Nobleza y exención fiscal en Andalucía (ss. XV-principios del XVI)” (en prensa).

TRIANO MILÁN, José Manuel – *La llamada del rey y el auxilio del reino. Del pedido regio a las contribuciones de la Santa Hermandad (1406-1498)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2018.

TURULL, Max y MORELLÓ BAGUET, Jordi – “Estructura y tipología de los «*estimes-manifests*» en Cataluña (siglos XIV-XV)”. *Anuario de Estudios Medievales*, 35:1 (2005), pp. 271-326.

VERDÉS PIJUÁN, Pere – “La ciudad en el espejo: hacienda municipal e identidad urbana en la Cataluña bajomedieval”. *Anales de la Universidad de Alicante: Historia medieval* 16 (2009), pp. 157-193.

WOLFF, Philippe – *Les “estimes” toulousaines des XIV et XV siècles*. Toulouse: Centre National de la Recherche Scientifique, 1956.

Inclusão ou Exclusão?

Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval

Ana Rita Rocha¹

Resumo

A localização no espaço urbano dos hospitais e albergarias medievais, instituições destinadas ao acolhimento de pobres, doentes e peregrinos, considerados marginais, diz-nos muito sobre o modo como a sociedade incluía no seu quotidiano ou dele excluía os mais necessitados. Partindo desta aceção, este estudo tem por objetivo mostrar como os hospitais de Coimbra se integravam nas vertentes urbana, social, religiosa e política da cidade. Para isso, privilegiaremos a implantação destes estabelecimentos caritativos na urbe, para compreendermos como se interrelacionavam com os restantes edifícios, muralha, rede viária e locais de passagem, como portas e pontes, que, em conjunto, compunham a paisagem conimbricense. Esta análise permitir-nos-á perceber como os inúmeros hospitais e casas afins referenciados foram ocupando o espaço, ao longo da Idade Média, e identificar zonas de maior concentração de instituições. É ainda nosso objetivo perceber o impacto dos edifícios assistenciais na envolvente urbana, em particular na toponímia da cidade. A distribuição espacial dos hospitais medievais de Coimbra, perfeitamente adaptada à sua clientela, é, pois, fundamental para avaliar a integração dos pobres no contexto urbano e as suas interações com a restante sociedade.

Palavras-chave

Hospitais; Albergarias; Gafarias; Topografia hospitalar; Coimbra medieval.

¹ CHSC – Universidade de Coimbra.

Inclusion or Exclusion? Urban landscape and hospital topography in medieval Coimbra

Abstract

The location of medieval hospitals and shelters, institutions dedicated to sheltering the poor, sick and pilgrims, considered marginal social groups, indicate how society included or excluded the needy people in their daily life. From this premise, the purpose of this study is to show how the hospitals were included in the urban, social, religious and political aspects of medieval Coimbra. We will focus in implantation area of this charity establishments in Coimbra's urban area, to understand how they relate with the walls, road network and places of passage, like gateways and bridges, that made Coimbra's urban landscape. This analysis will allow us to understand how several identified hospitals and equivalent institutions occupied the urban space during the medieval period and how they clustered. It's also our objective to understand the impact that charity institutions had in the city, particularly in the toponymy. The medieval hospitals spatial distribution in Coimbra, perfectly adapted to their client base, is essential to evaluate the poor people's integration in the urban context and their interaction with the rest of society.

Keywords

Hospitals; Shelters; Leper houses; Hospital topography; Medieval Coimbra.

Introdução.

Fruto da ação particular, mas também da régia e da eclesiástica, os hospitais e estabelecimentos afins tornaram-se, a partir dos séculos XII e XIII, uma das principais formas de assistência a pobres, doentes, peregrinos e outros carenciados. No contexto da “economia da salvação”², em que os mais ricos socorriam os mais pobres a troco de benesses espirituais, aquelas instituições ofereciam aos últimos, acima de tudo, um teto e uma cama onde pernoitarem, fogo para se aquecerem e água e alimentos para satisfazerem a sua sede e fome. De forma a dar resposta aos anseios de salvação eterna de uns e aos problemas de sobrevivência terrena de outros, estas casas multiplicaram-se e espalharam-se por toda a cidade de Coimbra, à semelhança

² Ver CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'au-delà: Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320 - vers 1480)*. Paris: Éditions Albin Michel, 2011, pp. 218-219.

de outras localidades e regiões do reino e do Ocidente europeu³.

Mas se os pobres e outros miseráveis, em particular os doentes, eram entendidos como elementos essenciais à salvação dos fiéis cristãos após a morte e, por isso mesmo, aceites como parte integrante da sociedade, também podiam ser considerados marginais, pelo seu modo de vida, não raras vezes involuntário, pelos sinais exteriores da sua doença ou ainda pelo seu desenraizamento geográfico⁴. Os hospitais e outras estruturas de acolhimento apresentavam-se, pois, como uma alternativa de enquadramento social para estes indivíduos, embora, em alguns casos, pudessem contribuir para o aumento da distância entre os grupos ditos marginais ou pobres e a restante sociedade. Neste sentido, a localização destas casas caritativas no espaço urbano e o diálogo que estabeleciam com os edifícios envolventes, com a rede viária, com a muralha e com os locais de passagem é fundamental para compreendermos o lugar dos pobres na sociedade medieval, procurando esclarecer se eram lugares de inclusão ou de exclusão.

1. A “rede” hospitalar de Coimbra na Idade Média.

Em Coimbra, os mais antigos estabelecimentos hospitalares⁵ documentados datam

³ Sobre a prática da caridade na Idade Média e as relações de reciprocidade que se estabeleceram entre ricos e pobres e sobre o papel dos hospitais enquanto materialização das obras de misericórdia e meio eficaz de socorro aos pobres, ver, entre outros, GEREMEK, Bronislaw – *A Piedade e a Força – História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995; TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989 e BRODMAN, James – *Charity and Religion in Medieval Europe*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2009.

⁴ Para uma definição de pobre e marginal e sobre a ligação entre os dois conceitos, ver MOLLAT, Michel – *Les Pauvres au Moyen Âge*. Bruxelas: Éditions Complexe, 2006; GEREMEK, Bronislaw – “Le marginal”. in LE GOFF, Jacques (dir.) – *L’homme médiéval*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, pp. 381-413 e DUARTE, Luís Miguel – “Marginalidade e marginais”. in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada*. Vol. 1: *A Idade Média*. Bernardo Vasconcelos e SOUSA (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 170-196.

⁵ Sob a designação de estabelecimentos hospitalares e hospitais, quando referidos de modo genérico, incluímos os hospitais propriamente ditos, as albergarias, as mercearias e as gafarias. Por um lado, ao longo da Idade Média, os termos “hospital” e “albergaria” eram, com muita frequência, utilizados de forma indistinta para mencionar casas onde se hospedavam pobres, doentes e peregrinos, não obstante algumas diferenças etimológicas e institucionais. Por exemplo, num empenhamento de 1400, pode ler-se que a casa contratada se localizava “a par da cassa do hospital da confraria da merce e que parte da huia parte com a dicta albergaria da merce” (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 9, n.º 340/664). Por outro lado, as mercearias e as gafarias correspondiam a hospitais, embora especializados no acolhimento de pobres envergonhados e de leprosos, respetivamente. Aliás, tanto as primeiras, como as segundas eram muitas vezes referidas como hospitais na documentação. Citemos o exemplo do Hospital de Santa Isabel, que, apesar de destinado a homens e mulheres “pobres de vergonha e de boa vyda”, chamar-se-ia para sempre “Espital de Santa Helisabet” (*PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Ed. José Pedro PAIVA. Vol. 2. *Antes da Fundação das Misericórdias*. Ed. José Pedro PAIVA, Maria de Lurdes ROSA e Saul A. GOMES. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003, doc. 252, pp. 506-507). Sobre estas questões, ver TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e Morte...*, pp. 124-142; MARQUES, José – “A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras: História* 2.ª série, 6 (1989), pp. 37-41 e 46; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 25 e SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations des établissements d’assistance en Bourgogne à la fin du Moyen Âge*. Tomo 1. Borgonha: Universidade da Borgonha, 2012. Tese de Doutoramento,

das primeiras décadas do século XII⁶. A partir daqui, no contexto da designada “revolução da caridade”⁷, as referências e, portanto, as fundações de hospitais e albergarias foram sempre aumentando até ao século XIV, durante o qual registamos 26 novas instituições deste tipo. Após esta centúria, o número de primeiras menções a estas casas assistenciais decresceu consideravelmente, registando-se apenas quatro ao longo da centúria de Quatrocentos, numa altura em que se começaram a impor as reformas da assistência, que conduziram à sua secularização e à criação de grandes hospitais, como alternativa à miríade de pequenos estabelecimentos (Fig. 1)⁸. No entanto, a urbe, em geral, e os seus pobres e doentes, em particular, continuaram a contar com um grande número de casas assistenciais, fundadas em séculos anteriores. Ao todo, entre os inícios do século XII e os finais do século XV, inventariámos 45 hospitais, albergarias, mercearias e gafarias. Destes, conseguimos localizar no espaço urbano de Coimbra, com alguma precisão, 36 e, com alguma probabilidade, um deles. Quanto aos restantes 8, não é possível apresentar quaisquer conclusões relativas à sua implantação.

2. A implantação dos estabelecimentos hospitalares no espaço urbano.

Todos aqueles institutos foram ocupando uma cidade marcada pela dicotomia entre o espaço intramuros, a Almedina, e o espaço que se estendia para lá da muralha em direção ao rio, os arrabaldes (Fig. 2, em anexo). Enquanto a Almedina correspondia ao centro dos poderes político, militar e religioso, onde estavam instalados o castelo e a alcáçova, mas também a Sé e o paço episcopal, os arrabaldes eram o coração artesanal e mercantil da cidade, fervilhando de vida⁹. Foi aqui, na zona mais movimentada

pp. 106-149.

⁶O mais antigo hospital documentado na cidade de Coimbra corresponde ao Hospital do Santo Sepulcro, do qual se conhece uma única referência, datada de 1117, que, no entanto, levanta algumas dúvidas, uma vez que é mencionado apenas como “*in illo ospital*”, depois da “*confrariam Sancti Sepulcri*”. Perante a possibilidade de não se tratar de um estabelecimento de assistência, os mais antigos hospitais da cidade seriam, assim, os de Santa Cruz, conhecido desde 1150, e o do Rei ou dos Mirleus, fundado durante o reinado de D. Afonso Henriques, segundo um documento de D. João I. *LIVRO Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição Crítica. Texto Integral*. Dir. Manuel Augusto RODRIGUES e Avelino de Jesus da COSTA. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999, doc. 243, p. 375; *LIVRO Santo de Santa Cruz*. Ed. Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, doc. 68, pp. 203-204 e *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*. Ed. João José Alves DIAS. Vol. II, tomo 2 (1387-1402). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 683, pp. 36-37.

⁷VAUCHEZ, André – “Assistance et charité en Occident, XIII^e-XV^e siècles”. in *Religion et société dans l'Occident médiéval*. Turim: Bottega d'Erasmus, 1980, p. 58.

⁸A Albergaria de S. João corresponde ao último estabelecimento hospitalar documentado para a cidade de Coimbra, a saber, no ano de 1482. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 40, fls. 115v-116. Sobre as reformas quatrocentistas da assistência, ver a síntese de SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Pauvres, charité et assistance au Portugal (XIV^e-XV^e siècle)”. in BOISSELLIER, Stéphane; CLEMENT, François; TOLAN, John (dir.) – *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale: actes du colloque réuni du 7 au 9 juin 2007 en l'Abbaye royale de Fontvraud (Maine-et-Loire)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010, pp. 101-102 e 104-106.

⁹A Coimbra medieval tem sido estudada, de forma bastante desenvolvida, por diversos autores, pelo que

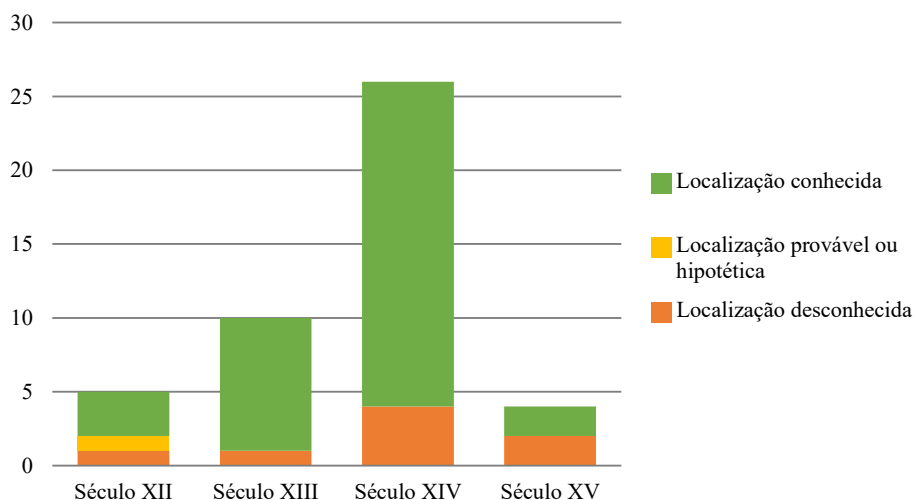


Fig. 1 – Evolução cronológica e identificação da localização dos estabelecimentos hospitalares de Coimbra, segundo data de fundação ou primeira referência documental (séculos XII a XV).

	Almedina	Arrabaldes
Século XII	1	3
Século XIII	3	6
Século XIV	6	16
Século XV	0	2
Total	10	27

Tab. 1 – Número de estabelecimentos hospitalares por área urbana, por século de fundação ou de primeira menção documental.

e povoada da urbe, que se implantou um maior número de hospitais, ao longo de toda a Idade Média. Aliás, atentando na tabela seguinte, verifica-se que, em todos os séculos, as freguesias dos arrabaldes superaram as da Almedina enquanto palco do movimento hospitalar (**Tab. 1**). Não obstante, no intramuros foram edificados alguns hospitais e albergarias de grande importância na cidade, em locais com uma forte carga simbólica e bastante reveladores do modo como aqueles se integravam na malha urbana.

2.1. Almedina.

No topo da acrópole, em lugar de grande destaque, foi fundado, ainda no século XII, graças à ação de D. Afonso Henriques, o Hospital do Rei ou dos Mirleus, como veio a ser conhecido nos finais da Idade Média. Este estabelecimento assistencial estava implantado na “rua que se começa no adro da see e se vai directo pellos açouges e se vai directo a ferir nos paaços d’Alcaçeva”¹⁰, precisamente junto deste edifício régio, como esclareceu D. João I, em 1402, ao privilegiar o seu caseiro¹¹. Na mesma área e igualmente dependente do rei, ergueu-se, ainda antes de 1299, a Albergaria da Criação¹² ou, como se lhe referiu D. Dinis, a sua “albergaria da alcaçova de Coinbra que chamam dos meninos de criação”¹³. A localização na parte mais elevada da cidade, tão próximo do centro de governação régia, em particular durante os séculos em que a corte estanciou em Coimbra, e onde, inclusivamente, se veio a instalar, no século XIV, o Estudo Geral¹⁴, é denunciadora da ligação que as duas instituições tinham ao rei, entidade responsável pela sua fundação e a quem competia tomar as últimas decisões acerca da sua administração.

Para além destes dois estabelecimentos assistenciais, na área superior da

nos escusamos aqui de proceder a uma descrição mais completa do espaço urbano, optando por remeter para a bibliografia já existente e por prestar as devidas explicações sempre que se revelar necessário ao longo deste artigo. Para uma completa contextualização história da cidade, ver, entre outros, COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista: A Cidade e o Estudo”. *Biblos* 68, (1992), pp. 335-356; VENTURA, Leontina – “Coimbra medieval: uma cidade em formação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 15-28; COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra medieval: uma cidade em maturação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 29-47; GOMES, Saul António – “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”. *Biblos* 2.ª série, 4, (2006), pp. 125-163 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

¹⁰ Lisboa, ANTT, *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287, fls. 19v e 21.

¹¹ *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*. Vol. II, tomo 2, doc. 683, p. 36.

¹² *PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Vol. 2, doc. 248, p. 502. A localização e a ligação ao poder régio levam-nos a admitir a possibilidade de esta albergaria corresponder ao Hospital dos Mirleus. Porém, a especialização da primeira na assistência à infância fez-nos optar por mantê-las como instituições independentes, sem excluir aquela hipótese.

¹³ Lisboa, ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 12v.

¹⁴ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista...”, pp. 335-356.

Almedina, nas freguesias de S. Pedro, S. João e S. Salvador¹⁵, instalaram-se outros hospitais e albergarias ao longo da Idade Média. Ainda próximo da alcáçova, implantaram-se a Albergaria dos Mouzinhos, no século XIII, e a de Santo Isidro, já na centúria seguinte. Ambas as albergarias se erguiam a uma curta distância – menor no último caso – das sedes das confrarias que as administravam, em locais onde estas possuiriam casas aptas a serem transformadas em pequenos hospitais. A primeira, dependente da irmandade do mesmo nome, sediada na igreja de S. Salvador, situava-se abaixo do paço episcopal¹⁶, num local de alguma circulação de pessoas, que se dirigiam da rua da Alcáçova¹⁷ e respetivos edifícios aí construídos para a catedral.

Por sua vez, a Albergaria de Santo Isidro estava localizada junto da igreja de S. Pedro, em concreto na rua da Alcáçova¹⁸. A localização desta albergaria e, portanto, do Hospital dos Mirleus, muito próximo do qual se encontrava, evidencia ainda alguns aspetos característicos da implantação hospitalar medieval, nomeadamente a ligação às vias de comunicação e às portas de acesso à cidade¹⁹. Com efeito, os dois estabelecimentos caritativos erguiam-se numa das principais ruas da Almedina, que ligava o centro do poder político ao centro do poder militar. Além disso, este seria o principal acesso ao núcleo urbano para quem entrasse no recinto amuralhado pelo lado oriental, ou seja, pela Porta do Sol. A estes dois hospitais ou albergarias chegavam ainda facilmente todos aqueles que entravam na Almedina pela Porta da Genicoca ou da Traição, que rasgava o pano da muralha muito próximo da igreja de S. Pedro²⁰. Podemos, pois, concluir que tanto os Mirleus como Santo Isidro se encontravam numa zona muito movimentada da cidade, por onde circulariam muitos pobres e outros carenciados.

¹⁵ A Almedina dividia-se em cinco paróquias: Sé, S. Pedro, S. João, S. Salvador e S. Cristóvão. Sobre a rede paroquial conimbricense, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra's parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. in VILAR, Hermínia Vasconcelos e BRANCO, Maria João (dir.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries* [Em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, 2016 [Consultado a 29 dezembro 2018]. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/1596>.

¹⁶ Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mc. 72, n.º 2789.

¹⁷ Esta rua ligava a alcáçova régia ao castelo, correspondendo à atual rua Larga. Ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*. Vol. 2. Coimbra: Edição da Câmara Municipal, 1964, pp. 69-70 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, p. 114.

¹⁸ Lisboa, ANTT, *Colegiada de S. Pedro de Coimbra*, mc. 1, n.º 87; mc. 2, n.º 2B e mc. 6, n.º 102.

¹⁹ Ver, por exemplo, LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre: L'assistance dans les pays du Bas-Rhône du XI^e siècle au milieu du XV^e siècle*. Vol. 2. Roma: École Française de Rome, 2000, pp. 750-755; BROCARD, Nicole – “Implantation des hôpitaux et léproseries dans le diocèse de Besançon aux XIV^e et XV^e siècles”. in MONTAUBIN, Pascal (ed.) – *Hôpitaux et maladreries au Moyen Âge: espace et environnement. Actes du colloque international d'Amiens-Beauvais (22, 23 et 24 novembre 2002)*. Amiens: C.A.H.M.E.R., 2004, pp. 274-275 e 277-279; PAULY, Michel – “L'emplacement des hôpitaux dans les villes mosanes et ardennaises au Moyen Âge”. *Revue belge de philologie et d'histoire* 89-2 (2011), pp. 586-589 e SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations...* Tomo 1, pp. 193-201.

²⁰ Sobre as portas de entrada da cidade, que rasgavam a muralha em vários pontos, ver VENTURA, Leontina – “A muralha coimbrã na documentação medieval”. in *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra: GAAC, 1979, pp. 46-53 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, pp. 193-267.

Na paróquia de S. Salvador identificamos as albergarias de Pedro Martins, chantre da Sé, e de Santo António, situadas na Pedreira, ou seja, na área norte da Almedina²¹. A primeira, documentada em 1324²², evidencia uma das características mais comuns dos hospitais medievais: a ocupação de casas de habitação, doadas pelos seus fundadores para esse efeito. Ao que tudo indica, esta albergaria foi instalada numa casa do chantre, que a terá destinado para morada de pobres, o que significa que mal se distinguiria das restantes habitações e que a sua localização resultou apenas do acaso, não seguindo quaisquer normas de implantação hospitalares, como se tornou cada vez mais frequente a partir do século XIV²³.

Ainda nesta freguesia, mais a oeste, erguia-se o Hospital ou Albergaria de S. Marcos, muito próximo de uma porta de entrada na Almedina. Segundo o Tombo Velho do Hospital Real, a casa “que he o corpo da dicta albergaria” estava “aa Porta Nova”²⁴, que dava acesso ao mosteiro de Santa Cruz. Embora não tenhamos dados para o período medieval, de acordo com a demarcação das freguesias das igrejas da cidade, de 1560, esta instituição encontrar-se-ia dentro dos limites da freguesia de S. Salvador, mas na fronteira com a paróquia da Sé²⁵. Este documento revela ainda outro dado fundamental: em pleno século XVI, um hospital medieval continuava presente na paisagem urbana, servindo como marco divisório entre territórios paroquiais, mesmo depois de extinto. Mas este instituto assistencial deixou outra marca na topografia da cidade, que chegou à atualidade. Referimo-nos à atribuição do seu nome ao arruamento onde estava implantado, o beco de S. Marcos, que liga as atuais ruas do Colégio Novo e Doutor João Jacinto²⁶.

No lado oposto da cidade muralhada, no seu extremo sudoeste, também já muito perto dos arrabaldes, erguiam-se outros três hospitais e albergarias. Nesta zona, a rua Direita, que ligava a igreja de S. Cristóvão à Sé, constitui um caso paradigmático,

²¹ Embora Jorge de Alarcão tenha apontado a localização da Pedreira na área do atual Colégio das Artes, alguns documentos levam-nos a situá-la na zona norte da Almedina, talvez estendendo-se de um lado e doutro da muralha, dentro dos limites da freguesia de S. Salvador, à semelhança do que defendeu José Pinto Loureiro. Ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, p. 115 e LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 188-189.

²² Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 73, n.º 2872.

²³ Ver LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, p. 749 e PAULY, Michel – “L'emplacement des hôpitaux...”, pp. 587-588 e 591-592. Manuel Sílvio Conde e Marina Afonso Vieira, depois de darem alguns exemplos de hospitais e albergarias de Trás-os-Montes, afirmam que as construções assistenciais “integravam-se na arquitectura comum, constituindo uma mera adaptação da vulgar moradia”. CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso – “A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano, em finais da Idade Média”, in *Construir, habitar – A casa medieval*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 62-64.

²⁴ Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fl. 79v.

²⁵ Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 7, n.º 364, fls. 4-4v.

²⁶ LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 35-36 e 268. Aurore-Diane Simon recolheu, para o caso da Borgonha, um considerável número de topónimos derivados de estabelecimentos hospitalares. Entre estes contam-se ruas às quais foi atribuído o nome do santo padroeiro da instituição. SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations...*, Tomo 1, p. 172.

manifestando alguma concentração de estabelecimentos. De facto, nesta artéria, nas imediações da igreja de S. Cristóvão, entre 1379 e 1431, encontravam-se simultaneamente em funcionamento três albergarias: S. Cristóvão, Santa Maria da Sé e Ferreiros²⁷. A localização destas instituições era bastante estratégica, seguindo alguns dos parâmetros básicos de implantação hospitalar. Estes hospitais estavam edificadas numa via que ligava a Sé à Porta de Belcouce, saída sul da cidade, que, por sua vez, estava muito próxima da ponte, adaptando-se, perfeitamente, à sua clientela²⁸, que se encontrava em constante movimento.

2.2. Arrabaldes.

Fora de portas, os primeiros hospitais surgiram à sombra do mosteiro de Santa de Cruz. O mais antigo e mais importante, o hospital do próprio cenóbio, instalou-se na encosta de Montarroio, próximo de onde veio a ser construído o “claustro da Manga”²⁹. Esta instituição, que exercia a função de hospitalidade do mosteiro, estando aberto a todos os pobres e peregrinos³⁰, localizava-se muito próximo daquele, em cujo adro convergiam alguns dos mais importantes e movimentados eixos viários dos arrabaldes, como o que se iniciava a sul, na portagem, e, no sentido quase oposto, o que vinha de norte e atravessava a freguesia de Santa Justa³¹.

Ainda nas imediações do cenóbio crúzio, nas traseiras da sua cerca, na Almuinha Régia, existiu uma albergaria, que poderá corresponder ao hospital acima descrito ou tê-lo precedido. As informações a seu respeito são muito escassas, mas suficientes para percebermos que desempenhou um papel de relevo na construção da paisagem urbana de Coimbra. No período inicial da formação da freguesia de S. João de Santa Cruz, que tinha por centro a Almuinha Régia, aquela pequena casa assistencial terá funcionado como sua sede. Com efeito, a propósito da contenda que opôs a Sé ao mosteiro de Santa Cruz, nos finais do século XII, uma das testemunhas inquiridas, Gonçalo Garcia, da parte dos Cónegos Regrantes, afirmou que os frades deste cenóbio erigiram um altar no interior da albergaria e consagraram-no ao padroeiro da sua escolha, para que fosse sede da sua paróquia³². Este constitui um

²⁷ Ver, por exemplo, Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 25, n.º 1065; mç. 25, n.º 1042 e mç. 74, n.º 2966.

²⁸ LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...*, Vol. 2, p. 750.

²⁹ Ver MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 262.

³⁰ Ver MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz...*, pp. 571 e 683-684.

³¹ Maria da Helena da Cruz Coelho afirma que o Hospital de Santa Cruz devia ser muito movimentado, “dada a situação privilegiada de Coimbra na rede viária do país”. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e de caridade”. *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real* 6 (1992), p. 31.

³² *BULÁRIO Português: Inocêncio III (1198-1216)*. Ed. Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria F. MARQUES. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, doc. 71, p. 141. Ver ALARCÃO, Jorge

excelente exemplo de como as casas caritativas estavam inseridas no tecido religioso da cidade, em estreita ligação com as igrejas que as rodeavam, podendo mesmo assumir algumas das suas funções.

A partir do século XIII, com a expansão do movimento hospitalar, começaram a definir-se padrões mais concretos de implantação das instituições de assistência, cada vez mais numerosas, em particular no espaço extramuros. A paróquia de S. Bartolomeu³³ corresponde a um dos primeiros lugares onde é evidente uma certa concentração de pequenos estabelecimentos de assistência. Nesta área estavam implantadas três albergarias de fundação privada, que receberam o nome dos seus benfeitores, a saber, Vicente Miguéis e Domingos Vicente, ambas documentadas para o século XII³⁴, e Dona Alva, cuja existência está atestada para a centúria seguinte³⁵. Muito próximos da ponte e dos caminhos que daí saíam em direção à cidade e numa freguesia de grande atividade económica, estes pequenos hospitais, talvez instalados em casas particulares, serviriam uma numerosa clientela.

Mais a norte, numa zona de transição entre a paróquia de S. Bartolomeu e a de Santiago, implantaram-se, a partir dos anos 70 do século XIII, quatro hospitais ou albergarias, que se destacam pela influência que exerceram no tecido urbano. Antes de mais, ainda em território de S. Bartolomeu, na rua de S. Gião, atual rua das Azeiteiras, tinham assento as albergarias de S. Gião e de S. Bento, documentadas, respetivamente, desde 1274 e 1357³⁶. Atentemos na primeira, edificada na extremidade oriental daquela artéria, segundo o tombo dos bens do rei no almoxarifado de Coimbra, de 1395³⁷. Antes de mais, esta albergaria ou hospital seria uma instituição de caridade com alguma importância e visibilidade na cidade, a ponto de o seu nome ser atribuído, desde muito cedo, a uma rua que seria muito movimentada, dada a sua localização central no arrabalde. Além disso, um pouco à semelhança do que se terá passado com a Albergaria da Almuinha Régia, o Hospital de S. Gião, ou melhor, a sua capela, chegou a ser utilizado como local de celebração do ofício divino da igreja de S. Bartolomeu. Em março de 1389, um documento de emprazamento foi elaborado dentro daquele estabelecimento, uma vez que, no seu interior, os clérigos daquela colegiada “faziam officio divino porque a dicta sa igreja estava violada e embargada

de – Coimbra: a montagem do cenário urbano..., p. 175.

³³ A zona dos arrabaldes dividia-se em quatro paróquias: S. João de Santa Cruz, Santa Justa, Santiago e S. Bartolomeu. Sobre estes aspetos, remetemos, mais uma vez, para CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra's parochial network...”.

³⁴ Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 1.ª inc., mç. 14, n.º 8 e Lisboa, ANTT, *Colegiada de S. Salvador de Coimbra*, mç. 17, s/n (1281 abril, 21), respetivamente.

³⁵ Lisboa, ANTT, *Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra*, mç. 4, n.º 1.

³⁶ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, Col. Especial, mç. único, n.º 26 e mç. 1, n.º 286/100.

³⁷ Neste tombo, pode ler-se que a rua de S. Gião “se começa na dicta albergaria [de S. Gião] e se vai finir no Arnado contra o Mondego”. Lisboa, ANTT, *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287, fl. 22v. Sobre a medieval rua de S. Gião, ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 1, pp. 166-167.

per tal guisa que o nom podiam em ella fazer”³⁸. Ainda antes, nos meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano, outros dois emprazamentos foram feitos na casa e capela de S. Gião, “en que ora rezamos por necessidade que avemos”³⁹. Isto poderá significar que esta capela era o único espaço sagrado na freguesia, para além da sua igreja matriz, interditada naquele momento, e, portanto, com as condições necessárias para a realização das cerimónias litúrgicas⁴⁰. Mais uma vez, encontramos um hospital a assumir as funções de uma igreja paroquial, ainda que temporariamente e numa situação muito pontual⁴¹.

Nas proximidades da rua de S. Gião e, portanto, das albergarias de S. Gião e de S. Bento, localizar-se-ia a Albergaria de Santa Luzia, documentada entre 1367 e 1426⁴². Não obstante algumas dúvidas suscitadas pelas fontes, é certo que esta casa se situava na extremidade de duas vias perpendiculares, a de Valverde e uma outra que se iniciava na de S. Gião e se dirigia para a referida albergaria⁴³. A sua implantação no cruzamento de artérias, em pleno arrabalde, já na zona ribeirinha, conferia-lhe uma certa relevância no urbanismo de Coimbra, servindo, algumas vezes, como marco de identificação geográfica. Com efeito, em algumas doações e emprazamentos, a única informação acerca da localização do prédio legado ou contratado é, além da referência ao arrabalde, a sua proximidade àquela albergaria⁴⁴.

O Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu, o quarto implantado na área em análise, já na freguesia de Santiago, também terá influenciado a construção da paisagem urbana medieval. Esta instituição, administrada pela confraria da mesma invocação, foi edificada “no terreiro damte as portas das cassas que foram do marichall e ora sam do comde de Camtanhede”⁴⁵, confrontando, a norte, com a rua das Carniçarias (atual rua Adelino Veiga) e, a sul, com o referido terreiro, hoje o terreiro do Mendonça⁴⁶. Muito próximo deste, existe ainda hoje o beco de Santa

³⁸ GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em Tempos Medievais (Das origens ao início do séc. XV)*. Vol. II. Coimbra: FLUC, 1999. Tese de Mestrado, doc. 105, p. 176.

³⁹ GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu....* Vol. II, docs. 103 e 104, pp. 172 e 174. Acerca do interdito imposto sobre a igreja de S. Bartolomeu, ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu....* Vol. I, pp. 50-52.

⁴⁰ Sobre o papel das capelas hospitalares e a sua ligação à comunidade e às paróquias onde estavam inseridas, ver RAWCLIFFE, Carole – *Medicine for the Soul: The Life, Death and Resurrection of an English Medieval Hospital*. Stroud: Sutton Publishing, 1999, pp. 103-111 e LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 808-811.

⁴¹ Independentemente do modo como se processavam as relações entre os hospitais e os poderes religiosos, aqueles, graças às suas capelas e funções espirituais, acabavam por adensar o tecido eclesiástico da cidade. Ver SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations...* Tomo 2, pp. 310-328.

⁴² Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 9, n.º 49/196 e Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 43, n.º 40, respetivamente.

⁴³ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 11, n.º 202/533 e mç. 16, n.º 305/576.

⁴⁴ Por exemplo, em março de 1383, foi entregue à igreja de Santiago, entre outros, a posse de um cortinhal, que se localizava “na dicta cidade no arrealde a par d'albergaria de Sancta Luzia”. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 9, n.º 49/196.

⁴⁵ Coimbra, AUC, *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fls. 6-6v.

⁴⁶ O terreiro do Mendonça encontra-se atrás do Paço do Conde e é “constituído por um espaço quadrangular, articulado, a nascente com a Travessa do Beco das Canivetas, a poente com Rua do Poço e Rua das

Maria, que poderá ter recebido a designação do hospital em apreço, apesar de apenas ter sido nomeado já depois do seu desaparecimento⁴⁷. De qualquer modo, a escolha deste topónimo poderá ser reveladora das marcas que o Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu deixou na cidade.

Ainda na paróquia de Santiago, no seu limite oriental, muito próximo da freguesia de S. João da Santa Cruz, com a qual rivalizava esta parte do seu território, localizavam-se dois hospitais ou albergarias exemplares, por se localizarem dentro do perímetro da Judiaria Velha, ela própria um local de exclusão⁴⁸. Referimo-nos ao Hospital do Corpo de Deus e à Albergaria dos Judeus, ambos documentados desde o século XIV. O primeiro, de fundação privada, foi construído em plena judiaria, no local onde foram encontradas umas hóstias roubadas da Sé de Coimbra e profanadas por um judeu, durante o episcopado de D. Vasco Fernandes (1364-1371), e onde ainda hoje se encontra a ermida construída em simultâneo⁴⁹. A implantação deste hospital encontra-se relacionada com alguns momentos e aspetos fundamentais da história urbana de Coimbra. Antes de mais, a sua construção no bairro judaico, nesta altura ainda muito próximo da muralha, insere-se “no processo ideológico cristão tardo-medieval de apropriação simbólica dos espaços das ancestrais judiarias”, segundo Saul Gomes⁵⁰, contribuindo para o afastamento dos judeus para o arrabalde. Depois, a sua localização numa zona de delimitação entre as freguesias de Santiago e Santa Cruz ocasionou dúvidas e disputas de jurisdição paroquial, apenas resolvidas graças à intervenção episcopal, que assumiu a administração deste hospital⁵¹. Não obstante, com o passar do tempo, assumiu-se, com naturalidade, que aquele lugar se encontrava dentro da circunscrição territorial da paróquia de Santiago⁵². Verifica-se, assim, que esta instituição constitui um excelente exemplo de integração dos estabelecimentos de caridade nas múltiplas vertentes do tecido urbano de Coimbra.

Quanto à Albergaria dos Judeus, as informações são escassas, mas permitem situá-la junto da porta da Judiaria, onde confrontava com a muralha da cidade⁵³. Isto

Rãs, e, a sul, com o topo norte do Beco de Santa Maria”. LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 141-142.

⁴⁷ Ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 262-265.

⁴⁸ Acerca da delimitação da freguesia de Santiago, ao longo da Idade Média, ver AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Coimbra: FLUC, 2012. Tese de Mestrado, pp. 30-35, onde o autor também aborda a implantação da Judiaria Velha neste território paroquial.

⁴⁹ GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica de Coimbra Medieval*. Coimbra: Inatel, 2003, pp. 50-51 e doc. 18, pp. 90-91. Num outro documento anterior, de 1381, pode ler-se que o hospital e lugar do Corpo de Deus “he junto com os muros da dicta cidade unde soya a seer a Judaria Velha”. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 4, n.º 742/658. Esta instituição terá sido fundada um pouco depois do episódio descrito, durante o episcopado de D. Pedro Tenório, entre 1371 e 1377, como mencionado numa carta de D. João I, de 1422. Lisboa, ANTT, *Leitura Nova*, liv. 5 da Estremadura, fls. 125-125v.

⁵⁰ GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica...*, p. 50.

⁵¹ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 4, n.º 742/658.

⁵² Ver AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra...*, p. 32.

⁵³ Lisboa, ANTT, *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287, fls. 15-15.

significa que se localizava no bairro judaico, muito próximo da intercessão das atuais ruas do Corpo de Deus e Visconde da Luz, nas traseiras da igreja de Santiago, onde se abria a Porta da Judiaria⁵⁴. Ambas as instituições descritas estavam implantadas no extramuros, mas a uma curta distância da muralha, que delimitava e protegia o centro político e religioso da cidade, e de portas de entrada e saída. Note-se ainda que a existência de uma albergaria na judiaria, talvez reservada a judeus pobres, poderá apontar para uma exclusão dos membros desta minoria religiosa, mesmo nos momentos em que se encontravam mais frágeis e dependentes da caridade⁵⁵.

Avançando para noroeste, a área compreendida entre as ruas medievais dos Tintureiros e dos Oleiros, que se dividia pelas freguesias de S. João de Santa Cruz e de Santa Justa⁵⁶, correspondia a uma das zonas de maior concentração hospitalar da cidade. Aqui tinha lugar uma intensa atividade artesanal e comercial, ligada à transformação do barro, e algumas das ruas que se desenhavam no sentido este-oeste punham o adro do mosteiro de Santa Cruz em contacto com o rio, onde existia o porto de Oleiros⁵⁷. Estas condições foram propícias à implantação de instituições de assistência e ao cumprimento dos seus objetivos de hospitalidade. Na rua dos Tintureiros (atual rua do Corvo⁵⁸), a sul, funcionavam as albergarias da Mercê e dos Alfaiates, desde, pelo menos, 1310 e 1316, respetivamente⁵⁹, e uma outra albergaria, de designação desconhecida, documentada apenas no ano de 1440⁶⁰. A da Mercê, que sabemos estar implantada naquela artéria através do *Livro Nobre* de Santa Cruz, de 1431⁶¹, seria uma albergaria de importância considerável no panorama assistencial e urbano de Coimbra, pois a via e mesmo o lugar onde estava edificada eram, por vezes, designados a partir do seu nome. Por exemplo, em 1395, os clérigos de Santiago emprazaram uma casa na rua da Albergaria da Mercê e, em 1440, emprazaram um pedaço de chão, onde chamavam Albergaria da Mercê⁶². Aliás, é neste último diploma que consta a única referência conhecida à terceira albergaria, cuja localização apenas foi identificada graças à menção à da Mercê. Do mesmo modo, sabemos que a Albergaria dos Alfaiates estava edificada na rua dos

⁵⁴ GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica...*, p. 50.

⁵⁵ Em várias cidades do reino está documentada a existência de instituições de assistência implantadas nas próprias judiarias. Ver TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 47, 51, 59, 62 e 353-354.

⁵⁶ Os limites destas duas freguesias foram estudados, respetivamente, por ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, pp. 155-175 e CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 95-100.

⁵⁷ Sobre este espaço urbano e sobre os portos fluviais do Mondego, na cidade de Coimbra, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, pp. 109-113 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, pp. 15 e 181-182.

⁵⁸ ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, pp. 188-189.

⁵⁹ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 9, n.º 343/751 e mc. 8, n.º 154/524.

⁶⁰ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 14, n.º 573/59.

⁶¹ Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro Nobre*, liv. 94, fl. 29.

⁶² Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 1, n.º 153/647 e mc. 14, n.º 573/59.

Tintureiros, a partir do empraçamento de duas casas, na freguesia de S. João de Santa Cruz, que confrontavam com ela e com a Albergaria da Mercê⁶³. É aqui bem visível a influência que as instituições de assistência podiam ter na paisagem urbana e no modo como o Homem Medieval a interpretava.

Na artéria paralela à dos Tintureiros, a de Tinge Rodilhas, hoje rua da Louça⁶⁴, foi instituído, antes de 1352⁶⁵, o Hospital de Santa Maria da Vera Cruz, administrado pela confraria da mesma invocação. No seu tombo, de inícios do século XVI, pode ler-se que “o corpo da dicta alberguaria e ospitall (...) staa na rua de Tinge Rodilhas”⁶⁶. À semelhança de outros exemplos já mencionados, esta artéria chegou a ser identificada a partir deste estabelecimento assistencial, como se comprova num escambo de 1364, pelo qual o mosteiro crúzio entregou uma casa localizada “na rua da albergaria de Santa Cruz”⁶⁷. Um pouco a sudoeste das duas artérias que temos vindo a descrever e ainda dentro dos limites da freguesia de Santa Cruz, localizar-se-ia a Albergaria da Madalena ou de Santa Maria Madalena. Embora desconheçamos o sítio exato de implantação, a sua designação e a posse de casas na Madalena⁶⁸ levam-nos a ponderar e a assumir como provável a sua localização nesta área da cidade, muito próxima do rio e dos seus portos.

Mais perto do mosteiro de Santa Cruz estava ainda localizado o Hospital do Espírito Santo. Conjugando documentação ducentista e quatrocentista, esta instituição estava implantada na paróquia daquele cenóbio, próximo da Judiaria Nova⁶⁹, ocupando um espaço na extremidade sudeste da rua Direita, talvez entre esta e a rua da Moeda, uma vez que se localizava junto do bairro judaico e não dentro dos seus limites⁷⁰.

Na rua dos Oleiros, a noroeste, instalaram-se, entre os anos 80 do século XIII e a década de 60 do século XV, três albergarias, a saber, a de D. Ouroana, a de Domingos António e a da Rua dos Oleiros, e um hospital que acolhia pobres de mercê⁷¹. Estas

⁶³ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 8, n.º 154/524.

⁶⁴ LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*. Vol. 2, pp. 89-90 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, p. 188.

⁶⁵ Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 60, “Alm. 15, n.º 23, mç. 8”.

⁶⁶ Coimbra, AUC, *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fl. 33.

⁶⁷ Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 6, “Alm. 15, n.º 5, mç. 6”.

⁶⁸ Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 60, “Alm. 15, n.º 23, mç. 8”. A zona da Madalena correspondia ao troço da atual avenida Fernão de Magalhães compreendido entre a rua da Moeda e o largo das Ameias. Ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 334-339 e TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente em Coimbra: dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 118, n. 463.

⁶⁹ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 17, n.º 591/761 e Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *Livro Nobre*, liv. 94, fl. 30v.

⁷⁰ Em 1428, foi empraçado um chão com pomar, árvores de fruto e estrebaria, no arrabalde, junto da judiaria, que confrontava com o Hospital do Espírito Santo. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 40, fls. 115v-116.

⁷¹ Ver, para cada uma delas, respetivamente, Lisboa, ANTT, *Convento de Santana de Coimbra*, mç. 1, n.º 76; mç. 2, n.º “7.º n.º 14” e mç. 6, “maço 2.º n.º 9” e Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 27, n.º

seriam todas ou quase todas de fundação privada, como dá para perceber pela sua identificação através de um antropónimo ou pela descrição das circunstâncias da sua criação. Isto significa, muito provavelmente, que a sua implantação não terá seguido qualquer critério mais comum de localização dos hospitais urbanos, pois terão sido instaladas nas casas doadas pelos seus instituidores para esse efeito, confundindo-se com a construção corrente envolvente, como já vimos acerca de outros casos.

Nas imediações da igreja de Santa Justa, em particular ao longo do eixo viário formado pelas atuais ruas Simões de Castro e Direita e em artérias adjacentes, foram edificados também alguns hospitais e albergarias. Na porção norte desta área, implantou-se, antes de 1341⁷², o Hospital de S. Lourenço, um dos que foram anexados ao Hospital Real, nos inícios do século XVI⁷³. Este localizava-se junto do Arnado⁷⁴, na Mancebia Velha⁷⁵, ou seja, num bairro tipicamente de exclusão. Na rua da Figueira Velha, a sul de S. Lourenço, estava instalada a Albergaria dos Peliteiros, com a qual confrontava uma casa emprazada por Santa Cruz, em 1364⁷⁶. Na designada rua Travessa, talvez nas proximidades daquela, erguia-se a Albergaria de Santa Águeda, ligada à confraria do mesmo nome⁷⁷.

Mas o mais importante estabelecimento hospitalar sediado nesta paróquia era a Gafaria ou Hospital de S. Lázaro e a respetiva mercearia. Enquanto hospitais especializados, as leprosas obedeciam a algumas normas de implantação, em grande parte coincidentes com as das restantes instituições assistenciais, mas pautadas, acima de tudo, pelo combate ao contágio da doença⁷⁸. Em Coimbra, as semelhanças com outras cidades portuguesas e europeias são evidentes. Aqui, a gafaria também se instalou no extramuros, numa das freguesias mais periféricas da cidade, junto de caminhos e portas de entrada e saída do espaço urbano. Durante quase toda a Idade Média, S. Lázaro esteve implantado na área de S. Lourenço, no extremo norte

622. A forma como são designados os pobres assistidos no último estabelecimento mencionado leva-nos a supor que se tratava de uma mercearia.

⁷² Lisboa, ANTT, *Convento de Santana de Coimbra*, mç. 7, “maço 10 n.º 1”.

⁷³ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Assistência em Coimbra em Tempos Manuelinos: o Hospital Novo”. *Biblos* 72 (1996), pp. 227-230.

⁷⁴ Em 1381, foi emprazada uma almuinha que “esta junta com o espital de Sam Lourenço e parte da hũa parte com o Arnado e da outra parte com aziinhagaa per hu vem aa guafaria”. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 48, n.º 76.

⁷⁵ Coimbra, AUC, *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fl. 58v. Segundo Maria Amélia Campos e de acordo com a documentação analisada, a mancebia esteve implantada nesta zona durante grande parte da Idade Média. CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, pp. 124-125.

⁷⁶ Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 6, “Alm. 15, s/n, mç. 5”.

⁷⁷ Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 26, n.º 575.

⁷⁸ Sobre a implantação das leprosas em várias cidades e regiões da Europa medieval, ver, entre outros, TOUATI, François-Olivier – *Maladie et société au Moyen Âge. La lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIV^e siècle*. Bruxelas: De Boeck Université, 1998, pp. 267-280; LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 830-835 e BROCARD, Nicole – “Implantation des hôpitaux et léproseries...”, pp. 274-275.

da freguesia de Santa Justa, muito próximo da Porta de Figueira Velha⁷⁹. Todavia, no decorrer da segunda metade do século XV, a leprosaria foi transferida para um terreno mais a norte, onde ainda hoje existe a azinhaga dos Lázaros e vestígios do seu edifício. A mudança ficou a dever-se às inundações que atingiam o hospital e que colocavam em risco os seus habitantes e património⁸⁰. Deste modo, S. Lázaro afastou-se ainda mais da cidade, continuando, no entanto, junto do Caminho Novo, que ia para norte, permitindo a distribuição de esmolas por todos aqueles que entravam ou saíam de Coimbra. Ao mesmo tempo que excluía os leprosos do convívio com a sociedade sã, este hospital incluía-os e procurava aproximá-los de quem os podia socorrer.

Por fim, na outra margem do Mondego, a algumas centenas de metros da ponte, ergueu-se o Hospital de Santa Isabel. Fundado por D. Isabel, entre 1327 e 1328, este estabelecimento assistencial foi edificado junto das casas que a rainha mandou construir nas imediações do mosteiro de Santa Clara⁸¹. Não obstante a sua localização “periférica” em relação ao núcleo urbano principal, este hospital ocupou uma posição muito estratégica no panorama assistencial conimbricense. Em primeiro lugar, estava implantado no centro do burgo nascido à sombra do cenóbio de clarissas, que era, segundo Maria Helena da Cruz Coelho, “passagem obrigatória de viandantes e peregrinos, que do sul rumavam à cidade ou mais a norte”⁸². Além disso, como a mesma autora salienta, o cenóbio, enquanto local de sepultura da santa rainha, encontrava-se no centro das rotas de peregrinação, atraindo viajantes e peregrinos, que não só usufruíam da própria assistência prestada pelo hospital, como também o poderiam beneficiar com as suas esmolas⁸³. A localização desta casa assistencial é, de facto, paradigmática, pois reunia alguns dos critérios mais importantes de implantação hospitalar, na Idade Média, tais como a ligação a vias de comunicação de relevo, entre elas a ponte, a proximidade a um estabelecimento religioso e ainda a existência de nascentes e cursos de água potável, indispensável ao seu abastecimento e cumprimento da segunda obra de misericórdia corporal (“dar de beber a quem tem sede”)⁸⁴.

⁷⁹ Sobre a implantação urbana da Gafaria de Coimbra, ver ROCHA, Ana Rita – *A Institucionalização dos Leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: FLUC, 2011. Tese de Mestrado, pp. 48-51.

⁸⁰ ROCHA, Ana Rita – *A Institucionalização dos Leprosos...*, pp. 50-51.

⁸¹ Lisboa, ANTT, *Convento de Santa Clara de Coimbra*, DP, mç. 18, n.º 18 e *PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Vol. 2, doc. 252, p. 506.

⁸² COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra em Tempos Medievais (Séculos XIV-XV)”. in D’ENCARNAÇÃO, José (coord.) – *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 71.

⁸³ COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra em Tempos Medievais...”, pp. 71-72 e COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra medieval: uma cidade em maturação...”, p. 32.

⁸⁴ Ver LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 750-758. Entre outros, a existência de água em abundância foi um dos fatores determinantes na escolha do local para construção do mosteiro de Santa Clara. MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Coimbra: FLUC, 2006. Tese de Doutoramento, pp. 265-267.

Conclusão.

Atendendo aos critérios mais comuns de implantação hospitalar⁸⁵, constatamos que, em Coimbra, tal como noutras cidades e regiões, as instituições de caridade instalavam-se, preferencialmente, nos principais eixos viários da cidade, ou muito próximo deles, e, por conseguinte, em estreita ligação com as portas de acesso à urbe e outros pontos de passagem, como a ponte. Por aqui circulavam os potenciais hóspedes destas casas, entre pobres, muito deles errantes, sem morada fixa e em busca de melhores condições de vida, peregrinos e viajantes. Além disso, é evidente a localização de alguns hospitais junto de edifícios de prestígio, como a alcáçova régia, o mosteiro de Santa Cruz e as igrejas paroquiais. Nestes casos, não parece ter existido qualquer tentativa por parte da sociedade ou dos poderes políticos e eclesiásticos para afastar ou excluir os pobres e outros grupos de marginalizados assistidos nestes estabelecimentos. Pelo contrário, verifica-se uma clara integração destes indivíduos e dos institutos onde eram acolhidos na malha urbana e social de Coimbra. Além disso, mesmo tendo em conta a arquitetura muito simples da maioria destes hospitais e albergarias, que praticamente não se distinguiam da restante construção corrente, as suas funções e carga religiosa e simbólica faziam deles edifícios de referência, influenciando até, de forma perene, a toponímia da cidade.

Perfeitamente inseridas na paisagem urbana medieval de Coimbra, na construção da qual foram mais ou menos ativas, as inúmeras instituições hospitalares da cidade, longe de excluírem por completo os pobres, doentes, peregrinos e outros miseráveis que a eles recorriam, contribuíam para o seu enquadramento e inclusão numa sociedade bastante hierarquizada e que tendia a marginalizar todos aqueles que se afastavam da norma.

⁸⁵ Ver a síntese de LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 748-759.

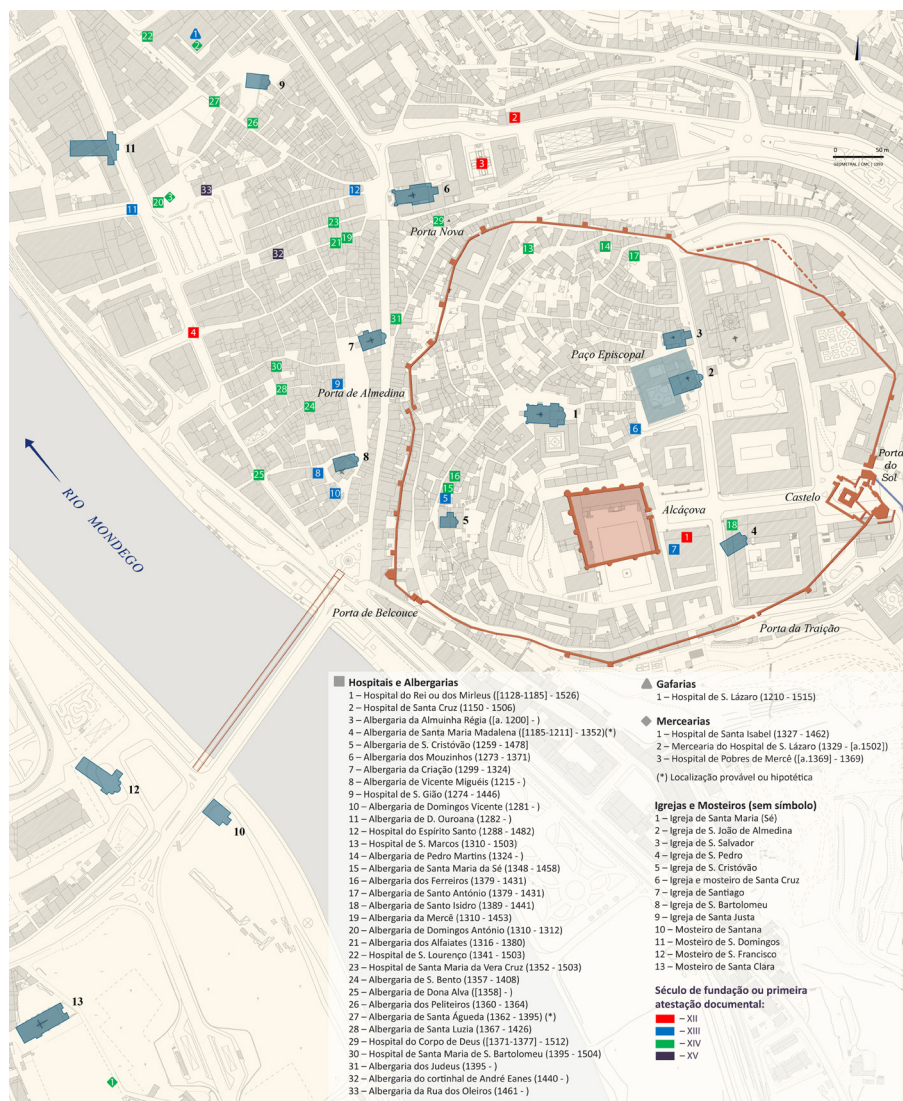


Fig. 2 – Implantação dos estabelecimentos hospitalares no espaço urbano de Coimbra, entre os séculos XII e XV⁸⁶.

⁸⁶ Optámos por representar num mesmo mapa todas as instituições de assistência inventariadas para a cidade de Coimbra, entre os séculos XII e XV, embora, em momento algum, tenham todas funcionado em simultâneo. Para facilitar a consulta da carta foram acrescentados, na legenda, os limites cronológicos de cada hospital, albergaria, mercearia e gafaria. Além disso, distinguimos, através de cores diferentes, os séculos em que estes estabelecimentos foram fundados ou referidos pela primeira vez na documentação. Assim, facilmente se percebe que casas caritativas se encontravam ativas em determinado período temporal. A distribuição espacial dos estabelecimentos hospitalares foi inserida numa planta da cidade medieval de Coimbra, elaborada pelo Dr. José Luís Madeira, do Instituto de Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a partir do levantamento topográfico original da Câmara Municipal de Coimbra, de 1993, e com base no traçado da muralha, da ponte medieval e das igrejas, da autoria do Doutor Jorge de Alarcão, e no traçado da alcáçova, da autoria do Doutor António Filipe Pimentel.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Chancelaria de D. Dinis, liv. 3.

Leitura Nova, liv. 5 da Estremadura.

Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo, n.º 287.

Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª inc., mç. 14, n.º 8; 2.ª inc., mç. 7, n.º 364; mç. 25, n.º 1065; mç. 25, n.º 1042; mç. 72, n.º 2789; mç. 73, n.º 2872; mç. 74, n.º 2966.

Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra, mç. 4, n.º 1.

Colegiada de S. Pedro de Coimbra, mç. 1, n.º 87; mç. 2, n.º 2B e mç. 6, n.º 102.

Colegiada de S. Salvador de Coimbra, mç. 17, s/n (1281 abril, 21).

Colegiada de Santa Justa de Coimbra, mç. 26, n.º 575; mç. 27, n.º 622.

Colegiada de Santiago de Coimbra, Col. Especial, mç. único, n.º 26; mç. 1, n.º 153/647 e 286/100; mç. 4, n.º 742/658; mç. 8, n.º 154/524; mç. 9, n.º 49/196, 340/664 e 343/751; mç. 11, n.º 202/533; mç. 14, n.º 573/59; mç. 16, n.º 305/576; mç. 17, n.º 591/761.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2.ª inc., mç. 6, “Alm. 15, s/n, mç. 5” e “Alm. 15, n.º 5, mç. 6”; mç. 60, “Alm. 15, n.º 23, mç. 8”; liv. 40; liv. 43; liv. 48 e *Livro Nobre*, liv. 94.

Convento de Santana de Coimbra, mç. 1, n.º 76; mç. 2, n.º “7.º n.º 14”; mç. 6, “maço 2.º n.º 9” e mç. 7, “maço 10 n.º 1”.

Convento de Santa Clara de Coimbra, DP, mç. 18, n.º 18.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra:

Tombo Velho do Hospital Real, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6.

Fontes impressas:

BULÁRIO Português: Inocêncio III (1198-1216). Ed. Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria F. MARQUES. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I. Ed. João José Alves DIAS. Vol. II, tomo 2 (1387-1402). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

LIVRO Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição Crítica. Texto Integral. Ed. Manuel Augusto RODRIGUES e Avelino de Jesus da COSTA. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999.

LIVRO Santo de Santa Cruz. Ed. Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum. Ed. José Pedro PAIVA. Vol. 2. *Antes da Fundação das Misericórdias.* Ed. José Pedro Paiva, Maria de Lurdes Rosa e Saul A. Gomes. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003.

Estudos:

ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social.* Coimbra: FLUC, 2012. Tese de Mestrado.

BROCARD, Nicole – “Implantation des hôpitaux et léproseries dans le diocèse de Besançon aux XIV^e et XV^e siècles”. in MONTAUBIN, Pascal (ed.) – *Hôpitaux et maladreries au Moyen Âge: espace et environnement. Actes du colloque international d’Amiens-Beauvais (22, 23 et 24 novembre 2002).* Amiens: C.A.H.M.E.R., 2004, pp. 271-290.

BRODMAN, James – *Charity and Religion in Medieval Europe.* Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2009.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra's parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. in VILAR, Hermínia Vasconcelos e BRANCO, Maria João (dir.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries* [Em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, 2016 [Consultado a 29 dezembro 2018]. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/1596>

CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'au-delà: Les hommes, la mort et la religion dans la region d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320 - vers 1480)*. Paris: Éditions Albin Michel, 2011.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Assistência em Coimbra em Tempos Manuelinos: o Hospital Novo”. *Biblos* 72 (1996), pp. 223-258.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra em Tempos Medievais (Séculos XIV-XV)”. in D'ENCARNAÇÃO, José (coord.) – *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 65-78.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra medieval: uma cidade em maturação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 29-47.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista: A Cidade e o Estudo”. *Biblos* 68, (1992), pp. 335-356.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e de caridade”. *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real* 6 (1992), pp. 9-35.

CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso – “A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano, em finais da Idade Média”. in *Construir, habitar – A casa medieval*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 17-68.

DUARTE, Luís Miguel – “Marginalidade e marginais”. in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada*. Vol. 1: *A Idade Média*. Bernardo Vasconcelos e SOUSA (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 170-196.

GEREMEK, Bronislaw – *A Piedade e a Força – História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.

GEREMEK, Bronislaw – “Le marginal”. in LE GOFF, Jacques (dir.) – *L'homme médiéval*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, pp. 381-413.

- GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica de Coimbra Medieval*. Coimbra: Inatel, 2003.
- GOMES, Saul António – “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”. *Biblos* 2.^a série, 4, (2006), pp. 125-163.
- GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em Tempos Medievais (Das origens ao início do séc. XV)*. 2 vols. Coimbra: FLUC, 1999. Tese de Mestrado.
- LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre: L'assistance dans les pays du Bas-Rhône du XII^e siècle au milieu du XV^e siècle*. 2 vols. Roma: École Française de Rome, 2000.
- LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*. 2 vols. Coimbra: Edição da Câmara Municipal, 1964.
- MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Coimbra: FLUC, 2006. Tese de Doutoramento.
- MARQUES, José – “A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras: História* 2.^a série, 6, (1989), pp. 11-93.
- MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- MOLLAT, Michel – *Les Pauvres au Moyen Âge*. Bruxelas: Éditions Complexe, 2006.
- PAULY, Michel – “L'emplacement des hôpitaux dans les villes mosanes et ardennaises au Moyen Âge”. *Revue belge de philologie et d'histoire* 89-2 (2011), pp. 585-603.
- RAWCLIFFE, Carole – *Medicine for the Soul: The Life, Death and Resurrection of an English Medieval Hospital*. Stroud: Sutton Publishing, 1999.
- ROCHA, Ana Rita – *A Institucionalização dos Leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: FLUC, 2011. Tese de Mestrado.
- SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations des établissements d'assistance en Bourgogne à la fin du Moyen Âge*. 3 tomos. Borgonha: Universidade da Borgonha, 2012. Tese de Doutoramento.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Pauvres, charité et assistance au Portugal (XIV^e-XV^e siècle)”. in BOISSELLIER, Stéphane; CLEMENT, François; TOLAN, John (dir.) – *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale: actes du colloque réuni du 7 au 9 juin 2007 en l'Abbaye royale de Fontvraud (Maine-et-Loire)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010, pp. 97-106.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*. 2 vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982.

TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

TOUATI, François-Olivier – *Maladie et société au Moyen Âge. La lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIV^e siècle*. Bruxelas: De Boeck Université, 1998.

TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente em Coimbra: dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

VAUCHEZ, André – “Assistance et charité en Occident, XIII^e-XV^e siècles”. in *Religion et société dans l'Occident médiéval*. Turim: Bottega d'Erasmus, 1980, pp. 57-68.

VENTURA, Leontina – “A muralha coimbrã na documentação medieval”. in *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra: GAAC, 1979, pp. 43-56.

VENTURA, Leontina – “Coimbra medieval: uma cidade em formação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 15-28.

El Hospital de San Lázaro de Sevilla: *un modelo institucionalizado de exclusión social*

Pablo Alberto Mestre Navas¹

Resumen

Ninguna enfermedad como la lepra tuvo tantas consecuencias para los dolientes. Además de sus signos externos, fácilmente identificables, los malatos fueron en la Edad Media extirpados de la sociedad, desposeídos de sus bienes materiales y confinados en instituciones especializadas bajo el gobierno de la Iglesia, de la Corona o de otras corporaciones. El Hospital de San Lázaro de Sevilla, de fundación real, constituye un ejemplo inmejorable que permite acercarnos a la realidad social de los malatos durante el medioevo. El rico acervo documental de sus fondos posibilita establecer la relación del hospital con su realidad inmediata, el apoyo de la Corona durante su existencia, las formas de gobierno de la comunidad de gafos o las diferencias sociales existentes entre ellos.

Palabras clave

Lepra; Exclusión social; Hospital de San Lázaro; Sevilla; Edad Media.

The Hospital of San Lazaro in Seville: an institutionalized model of social exclusion

Abstract

No disease such as leprosy had so many consequences for the mourners. In addition to their external signs, easily identifiable, the lepers were in the Middle Ages extirpated from society, dispossessed of their material goods and confined in specialized institutions under the government of the Church, the Crown or other corporations. The Hospital of San Lázaro de Sevilla, of royal foundation,

¹ Universidad de Sevilla.

is an excellent example that allows us to get closer to the social reality of the lepers during the Middle Ages. The rich documentary collection of its funds makes it possible to establish the relationship of the hospital with its immediate reality, the support of the Crown during its existence, the forms of government of the community of lepers or the social differences existing between them.

Keywords

Leprosy; Social exclusion; Hospital of Saint Lazarus; Seville; Middle Ages.

1. Los leprosos en la Edad Media.

Robert Fossier no dudó en afirmar que la lepra “hizo estremecerse a la Edad Media”², sus innegables connotaciones religiosas y la concepción que por entonces se tenía de ella por sus explícitas raigambres bíblicas, motivó que se fuese creando en el imaginario colectivo una iconografía propia e inconfundible que propició a infundir un miedo generalizado³. La larga gestación de la enfermedad y sus variables expresiones tuvieron terribles consecuencias para la vida social del leproso⁴.

A pesar de que los primeros registros documentales en los que se puede rastrear la existencia de la enfermedad de la lepra datan de la época de Ramsés II⁵, la lepra siempre estuvo bajo la sospecha de ser una especie de castigo enviado por la divinidad bajo premisas distintas, ya fuese como medio salvífico para el alma a través de la penitencia terrenal o como resultado de prácticas alejadas de las conductas moralmente aceptadas por la autoridad eclesiástica⁶.

El trinomio pecado-enfermedad-castigo aparece en la literatura jurídica y religiosa medieval como esencias indisolubles, de manera que las personas padecían ciertas enfermedades como consecuencia natural de una conducta inadecuada. Los

² FOSSIER, Robert – *La sociedad medieval*. Barcelona: Crítica, 1996, p. 170.

³ Los signos externos de la enfermedad hicieron que los leprosos pudiesen ser identificados con relativa facilidad, generándose una imagen del doliente repleto de llagas, protuberancias y otras deformaciones físicas cuya representación artística sirvió como elemento disuasorio para los cristianos (MORENTE, Maribel – *Imagen y cultura de la enfermedad en la Europa de la Baja Edad Media*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2016. Tesis Doctoral, pp. 201-213).

⁴ SIGERIST, Henry E. – *Civilización y enfermedad*. México: Instituto Nacional de Salud Pública, 1987, pp. 89-90.

⁵ CARDONA-CASTRO, Nora María; BEDOYA-BERRÍO, Gabriel – “Lepra: enfermedad milenaria y actual”. *Iatreia* 24 (2011), p. 52.

⁶ SANTO TOMÁS, Magdalena – *La asistencia a los enfermos en Castilla en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2002. Tesis Doctoral, p. 49.

textos sagrados, en especial los contenidos en el *Levítico*, fueron el fundamento para elaborar dicho argumentario. En el caso de la lepra se llegó a tener el convencimiento de que se podía contraer manteniendo relaciones con una mujer durante la menstruación, asociándose esta circunstancia a un estado de impureza, idea defendida por Bernard de Gordon, profesor de Medicina en Montpellier, en su *Lilium medicinae*, escrito en 1305⁷. La creencia de que esta enfermedad podía contraerse mediante actos carnales debió de estar lo suficientemente extendida como para que, en 1346, los reyes de Inglaterra publicasen un edicto público en el que se daba a entender que las relaciones sexuales con ciertas mujeres –“with women in stews”– podían ser una de las causas para contraer la dolencia⁸.

La prohibición de ciertas obras de carácter medicinal por parte de la Iglesia y el retroceso que experimentó esta ciencia durante la Alta Edad Media agravó el desconocimiento sobre ciertas enfermedades de difícil tratamiento o incurables. Tales circunstancias favorecieron que innumerables conjeturas que relacionaban el carácter impuro del alma con afecciones físicas se propagasen con relativa facilidad⁹. No extraña, por tanto, que comportamientos como la lujuria, la usura o la herejía fuesen señalados como las justas causas de contraer la lepra u otras enfermedades graves¹⁰, ideas que arraigarían tanto que, el propio Enrique de Villena en su *Tratado de la lepra*, obra escrita en la primera mitad del siglo XV, alegara que los cananeos padeciesen la dolencia como consecuencia de sus vicios, entre los que el autor destacó la lujuria y la gula –“por cuya indignación se causava fetor en los sudores... corrompiendo e podreçiendo el aire de sus moradas”–¹¹.

La multiplicidad de ideas que trataron de explicar las causas de la propagación de la enfermedad pone de manifiesto la falta de criterios científicos existentes por aquél entonces. De esta forma, en el Concilio de Lyon (583) se pensó que la causa podía estribar en la alimentación o en la impureza del aire¹².

Sea como fuere, la fuerza icónica de esta terrible enfermedad, en la que el

⁷ MONTERO, Enrique – “El *Lilium medicinae* de Bernardo de Gordon y la literatura medieval sobre la esterilidad”. in CONDE, Matilde *et alii* (coord.) – *La Filología Latina hoy: actualización y perspectivas*. Vol. I. Madrid: Sociedad de Estudios Latinos, 1999, pp. 709-715.

⁸ WELCH, Christina; BROWN, Rohan – “From Villainous Letch Sinful Outcast, to ‘Especially Beloved of God’”. *Historical Reflections* 42 (2016), p. 51.

⁹ HILU, Paulo Gabriel – “O Estigma do Pecado: A Lepra durante a Idade Media”. *PHYSIS. Revista da Saúde Coletiva* 1 (1995), p. 135.

¹⁰ MORENTE, Maribel – “La imagen de la lepra en las Cántigas de Santa María de Alfonso X el Sabio”. *Anales de Historia del Arte* 17 (2007), p. 29. La lepra como causa del pecado también aparece de manera reiterada en otras compilaciones jurídicas de Alfonso X el Sabio, como en las *Siete Partidas* (MORIN, Alejandro – “El campo semántico de la lepra en *Siete Partidas* de Alfonso el Sabio”. *Temas medievales* 12 (2004), pp. 165-175).

¹¹ VILLENA, Enrique de – *Obras completas*. Vol. I. Madrid: Turner, 1994, pp. 123-124.

¹² CARDONA-CASTRO, Nora María; BEDOYA-BERRÍO, Gabriel – “Lepra: enfermedad milenaria...”, p. 53. Existió una creencia generalizada sobre la necesidad de que las ciudades se fundasen en sitios que facilitasen la circulación del viento como medida profiláctica para el contagio de enfermedades (AQUINO, Tomás de – *La monarquía*. Ed. de Laureano ROBLES y Ángel CHUECA. Madrid: Tecnos, 1989, p. 83).

cuerpo se iba descomponiendo con lentitud, debió causar pánico en una sociedad muy ligada a la naturaleza del miedo¹³. Desde esta perspectiva, el temor a la lepra, a los leprosos y a la transmisión de la enfermedad fueron elementos que terminaron favoreciendo el establecimiento de políticas encaminadas a convertir a estos dolientes en objeto de exclusión social y de marginación¹⁴ (Fig. 1).

Más que de marginados sociales, algunos autores han preferido calificar a los leprosos medievales de muertos vivos, cuyos cuerpos estaban en transición de un estado a otro, separados de sus vidas anteriores, despojados de toda consideración jurídica y de sus bienes, hacinados en instituciones especializadas situadas en las afueras de los núcleos poblacionales como purgatorios terrenales de expiación¹⁵.

Todo apunta que el proceso de extirpación social de los leprosos se produjo con carácter inmediato la irrupción de la enfermedad en Europa, habiendo constancia de prácticas conducentes a la separación de los dolientes durante el siglo IV en la Galia¹⁶. Durante el siglo VI, las leyes lombardas estipulaban además de su separación, el cese toda actividad cívica y jurídica¹⁷. Por tanto, fue en la Alta Edad Media cuando comenzó un proceso de limitaciones que avocaría en una marginación desde amplias perspectivas. El malato vio su posición social comprometida por una sociedad que lo limitaba y lo confinaba¹⁸. La extirpación del cuerpo social servía como medida profiláctica, pero también como acto ejemplarizante.

Si la marginación fue el resultado inmediato de la lepra, el procedimiento que se seguía para materializarlo adoptó formas propias y paralitúrgicas que se fueron configurando a lo largo de buena parte de la Edad Media. Según el momento y el lugar, se llegaron a establecer prácticas que, con el tiempo, adoptaron un ritual llamado *separatio leprosorum*. A pesar de que las medidas segregacionistas hundían sus raíces en el siglo IV, no fue hasta el III Concilio de Letrán (1179) cuando la Iglesia adoptó una medida oficial sobre los malatos, ordenándose su reclusión en centros especializados en los que aguardarían al momento de su muerte¹⁹. Aunque estos ceremoniales no fueron practicados en toda Europa, en algunas diócesis del noreste francés fueron bastante habituales y, en ellos, se explicitaba la muerte social del

¹³ RUIZ, José Enrique – “La marginación en la sociedad medieval. Algunos problemas de método”. *Medievalia* 9, (1990), p. 220.

¹⁴ MITRE, Emilio – *Fantasmas en la sociedad medieval. Enfermedad. Peste. Muerte*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004, p. 62.

¹⁵ WELCH, Christina; BROWN, Rohan – “From Villainous Letch Sinful...”, p. 55.

¹⁶ HILU, Paulo Gabriel – “O Estigma do Pecado...”, p. 138.

¹⁷ CARDONA-CASTRO, Nora María; BEDOYA-BERRÍO, Gabriel – “Lepra: enfermedad milenaria...”, p. 53.

¹⁸ GUGLIELMI, Nilda – *Marginalidad en la Edad Media*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1973, p. 97.

¹⁹ MORENO, Esteban – *Estudio social y farmacoterapéutico de la lepra: El Hospital de San Lázaro de Sevilla (siglos XIII-XIX)*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1995, p. 35.

enfermo mediante la expresión “*Sis mortuus mundo*”²⁰, desgarradoras palabras que se contextualizaban en una ceremonia análoga a las practicadas en los funerales del momento y que simbolizaban un reconocimiento visual y explícito de su eliminación del cuerpo social²¹.



Fig. 1: Representación iconográfica de San Lázaro.
Archivo Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 215.

La proliferación de la enfermedad en Europa favoreció el establecimiento de institutos piadosos en los que los leprosos fueran recogidos. Aunque la lepra no tenía cura de origen sanitario, muchos de los leprosarios medievales recibieron el nombre de hospital, término genérico que podía hacer referencia tanto a casas destinadas

²⁰ Aunque no están claros los orígenes de este ceremonial, todo apunta a que aparecieron en la primera mitad del siglo XV, desapareciendo en la contrarreforma del siglo XVI (BERIAC, Françoise – “Mourir au monde. Les ordines de séparation des lépreux en France aux XVe et XVIe siècles”. *Journal of Medieval History* 11 (1985), pp. 145-168).

²¹ CORDOBA, Ricardo – “Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión. La Península Ibérica (siglos XIII y XVI)”. En LÓPEZ, Esther (coord.) – *Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, pp. 36-37.

para el cuidado de enfermos, como a centros para hospedar peregrinos²². Si bien el nacimiento del hospital medieval está relacionado con la piedad cristiana y fueron erigidos, o fundados, por instituciones eclesiásticas dentro de las ciudades o en zonas rurales inmediatas a los monasterios, las especiales condiciones de los lazaretos aconsejaron que estuviesen en las afueras de los núcleos poblacionales, alejados de cualquier tipo de contacto directo con el resto de la sociedad²³.

Los orígenes de los lazaretos en Occidente son difusos, si bien puede indicarse que, ya en el 460, existieron en Saint Oyan. Desde esa fecha, pueden rastrearse otros en el siglo VII en Chalon-sur-Saone, inspirado por el obispo Arnoul de Metz. Este hecho hace pensar que la asistencia a los leprosos y la fundación de instituciones para su reclusión y cuidado estuvieron vinculados a instituciones eclesiásticas²⁴.

La renovación del tejido urbano a partir del siglo XII permitió que las oligarquías urbanas comenzasen una labor parecida a la prestada por la Iglesia en las centurias precedentes. Precisamente, fue entre los siglos XII y XIII cuando se asistió a un crecimiento exponencial del número de instituciones destinadas al cuidado de malatos, muchas de ellas dependientes ya del poder secular²⁵.

El aumento de enfermos en el siglo XII pudo estar relacionado con el hecho de que se intentase crear la primera red hospitalaria internacional de lazaretos bajo los auspicios de la Orden de San Lázaro, establecida en Jerusalén después de la creación del reino latino de Oriente en 1099. Aunque este proyecto se vio frustrado por las dificultades que experimentaría la orden como consecuencia de los avatares e inestabilidad de la guerra en Tierra Santa, se ha podido constatar la existencia de una veintena de establecimientos en Occidente pertenecientes a esta hipotética red internacional, que tendrían como nexo común su pertenencia a la referida orden²⁶. Pese a ello, persisten serias dudas sobre las verdaderas relaciones existentes entre varios establecimientos castellanos, como el de Sevilla, con esta red internacional, por más que algunos documentos indiquen una vinculación a la orden lazarina.

En el siglo XIII, cuando las tropas castellano-leonesas se adentraban por el valle del Guadalquivir para tomar las principales ciudades andaluzas, y coincidiendo con la multiplicación de lazaretos en Europa, tuvo ocasión la fundación de un hospital por iniciativa real destinado a servir de casa de reclusión para malatos.

²² CARMONA, Juan Ignacio – *El sistema de hospitalidad pública en la Sevilla del Antiguo Régimen*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1979, pp. 20-22.

²³ MARTÍNEZ, Luis – “Pobres, pobreza y asistencia en la Edad Media hispana. Balance y perspectivas”. *Medievalismo* 18 (2008), p. 81.

²⁴ MITRE, Emilio – *Fantasmas en la sociedad medieval...*, p. 63.

²⁵ FOUCAULT, Michel – *Historia de la locura en la época clásica*. 3ª ed., vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, 2015, p. 9.

²⁶ HYACINTHE, Rafaël – “La Corona, las ciudades y la Orden de San Lázaro: tentativas de reformas hospitalarias en la época moderna (Castilla y Francia)”. in HUGUET TERMES, Teresa (coord.) – *Ciudad y hospital en el Occidente europeo*. Lleida: Alfa, 2014, pp. 135-137.

Este establecimiento, conocido como el Real Hospital de San Lázaro de Sevilla, tuvo ciertas particularidades organizativas atendiendo a las especiales condiciones de una ciudad recién conquistada y próxima a la frontera con los reinos islámicos.

2. La “declaración de leprosos”, el gobierno de la casa y las diferencias entre los enfermos.

La mayor parte de la historiografía sostiene que el lazareto sevillano se fundó por iniciativa de Fernando III o Alfonso X en los momentos inmediatos a la conquista de la ciudad en 1248. Los primeros historiadores y cronistas locales, como Alonso Morgado, no dudaron en afirmar tal realidad²⁷, noticias que retomaría, siglos después, Joaquín de Villana en su *Epidemiología española*, publicada en Madrid en 1802, y quien pudo concretar que su funcionamiento habría sido ya una realidad en 1253²⁸.

A pesar de la inexistencia de documento fundacional que acredite tal circunstancia, las primeras noticias del hospital datan de un documento fechado el 13 de junio de 1334, del que se ha conservado un traslado notarial de 1574 realizado por el escribano público Diego de la Barrera Farfán. Por el mismo, se tiene conocimiento de los avatares que la fundación padecería durante los primeros años de su existencia, pues en dicho documento se traslada una real provisión de Alfonso XI que inserta un privilegio de Fernando IV, fechado el 22 de agosto de 1284, en el que se alude a que el mayoral exhibió carta auténtica de Sancho IV, cuyo contenido hacía explícito algunas órdenes de su padre, Alfonso X el Sabio²⁹. Aunque estas serían las noticias más pretéritas del establecimiento, hay autores que no dudan en afirmar que sus orígenes estarían en la decisión de Fernando III de apartar a algunos miembros de sus huestes que padecían lepra³⁰.

²⁷ MORGADO, Alonso – *Historia de Sevilla*. Sevilla: Imprenta de Juan Pescioni y Andrea León, 1587, p. 119.

²⁸ VILLANA, Joaquín de – *Epidemiología española o historia cronológica de las pestes, contagios, epidemias y epizootias que han acaecido en España desde la venida de los cartagineses hasta el año 1801*. Vol. I. Madrid: Imprenta de Mateo Repullés, 1802, p. 59. Otros autores indicarían que el año fundacional del establecimiento fue 1393, fecha de sus primeras constituciones (ARANA, Fermín – *Compendio histórico descriptivo de la mui noble y mui leal ciudad de Sevilla, metrópoli ínclita de Andalucía*. Sevilla: Imprenta de Manuel Nicolás Vázquez, 1766, p. 41).

²⁹ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 1, doc. 1. Todo apunta a que los documentos originales de Alfonso X y Sancho IV debieron extraviarse en fecha temprana, pues en 1814 José María Murta, capellán del establecimiento, en su *Noticia razonada del Real Hospital de San Lázaro*, reivindicaba el nacimiento del instituto en tiempos de Fernando III o Alfonso X, indicando la existencia del traslado notarial de 1574 a la par que se lamentaba del estado de abandono del archivo (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 4, doc. 14).

³⁰ COLLANTES, Francisco – *Los establecimientos de caridad de Sevilla*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2009, pp. 11-12. No hay duda de la presencia de la lepra en la ciudad una centuria antes de la llegada de los castellanos. El médico Ibn 'Abdún ya estableció una serie de medidas profilácticas contra la enfermedad en el siglo XII (GARCÍA, Emilio; LÉVI-PROVENÇAL, Évariste – *Sevilla a comienzos del siglo XII. El tratado de Ibn 'Abdún*. 3ª ed. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 1992, pp. 154-155).

Fuese o no una realidad la existencia de esta dolencia entre las tropas castellanas, lo cierto es que la Corona jugó un papel esencial en el nacimiento del establecimiento, erigiéndose los reyes como sus fundadores y patronos. En este sentido, hay que tener presente que la ciudad estaba en vías de organización y poblamiento, circunstancias que explicarían la determinación de los monarcas a la hora de encabezar el proceso fundacional ante la ausencia de instituciones municipales o eclesiásticas consolidadas.

Una de las primeras medidas estuvo orientada a ubicar el hospital. Para ello, se echó mano de una construcción islámica, conocida como la torre de los Gausines³¹, situada en las inmediaciones de la ciudad, en torno a la cual se fue erigiendo un conglomerado residencial para gafos³².

El lugar resultaba idóneo por su emplazamiento, fuera de la ciudad, pero inmediato a ella. En la concepción medieval, el campo y el mundo rural constituían un “espacio irreal” que servía de refugio a todos aquellos individuos que no cabían en la comunidad política de la ciudad³³. No falta quien ha querido ver en esta proximidad cierta lectura moralizante, una especie de referencia visual que sirviese de advertencia a los ciudadanos para que preservasen en conductas rectas alejadas del pecado³⁴. Aunque el carácter ejemplarizante es innegable, lo cierto es que su proximidad a la urbe brindaba a los malatos la posibilidad de acceder a limosnas y a trabajar ricas explotaciones agrícolas (Fig. 2).

Aunque el acervo documental de la institución es rico y abundante, subsisten lagunas que permitan reconstruir con fidelidad los prolegómenos de San Lázaro de Sevilla. El traslado notarial antes citado, en el que se insertan varias cartas reales, indica el papel jugado por la monarquía como institución vertebradora del hospital y canalizadora de decisiones conducentes a preservar el estricto aislamiento de los enfermos.

Entre los reinados de Alfonso X y Alfonso XI se sucedieron, a petición del mayoral, una serie de órdenes encaminadas a obligar a todos los leprosos que pertenecían al territorio jurisdiccional del Arzobispado de Sevilla y del Obispado de Cádiz a ingresar en el mismo³⁵. Las cartas reales dan testimonio de que muchos hacendados burlaban,

³¹ Esta torre islámica se construyó sobre cimientos romanos y formó parte de una alquería o casa musulmana de labor junto al “al-muniat” (HERMOSILLA, Antonio – “Hospitales reales”. En CHUECA, F. *et alii* – *Los hospitales de Sevilla*. Sevilla: Academia Sevillana de Buenas Letras, 1989, p. 45).

³² CÓMEZ, Rafael – “El Hospital de San Lázaro de Sevilla. De fundación medieval a edificio renacentista”. *Laboratorio de Arte 4* (1991), p. 45.

³³ RUCQUOI, Adeline – “El campo como margen”. in MONTERA, Inés; MUÑOZ, Ana Belén; VILLASEÑOR, Fernando (ed.) – *Relegados al margen. Marginalidad y espacios marginales en la cultura medieval*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009, p. 83.

³⁴ LE GOFF, Jacques – *La civilización del Occidente medieval*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999, p. 423.

³⁵ Es posible que se intentasen erigir centros en ciudades de especial relevancia y alejadas de la capital andaluza. Esto parece desprenderse de una carta, fechada el 10 de junio de 1303 y dirigida al mayoral, en la que se ordenaba la destrucción de otras leproserías, citando expresamente a Jerez de la Frontera – “E, si alguna casa oy día es fecha en término de Xerez... mando que sea desfecha” – (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 1, doc. 1).

mediante sobornos y ocultamientos, las órdenes que prescribían la necesidad de abandonar su estado y marchar hacia el hospital. Estas disposiciones también fueron dirigidas a los físicos o médicos para que se abstuvieran de esconderlos bajo pena de secuestrar tanto los bienes del enfermo como del ocultador –“que ningún fýsico tenga en guarda a malato ninguno en la villa entre los otros omes e, sy los físicos, malatos algunos tovierén en guarda..., que les tomen todo lo que tomaren dellos”–³⁶.

La reclusión de leprosos, sea cual fuese su estado social y económico, parece una práctica asentada en Europa, si bien hubo circunstancias de excepcionalidad. En Portugal, por ejemplo, los reyes eximieron a personas de cierto estatus social ingresar en los lazaretos, permitiéndolos permanecer en sus residencias. Menos habitual fue el hecho de que algunos leprosos pudiesen obtener cierto grado de libertad, continuando con sus actividades cotidianas, aunque con un menor grado de exposición pública.

Uno de los aspectos más llamativos era el procedimiento que las autoridades seguían para la identificación de enfermos, los dictámenes que se realizaban y el ceremonial de ingreso del doliente. Aunque hace algunos años Esteban Moreno Toral pudo rastrear esta praxis³⁷, una lectura expeditiva de los documentos más antiguos del establecimiento, permite ahondar un poco más en cuestiones referentes a la llamada declaración de leprosos.

La real provisión de 13 de junio de 1334 dada por Alfonso XI indica la existencia de un alcalde de designación real como única autoridad competente para realizar el dictamen del enfermo, encargado de librar carta que se exigía como condición previa al ingreso en la institución. El rey insistía en que bajo ningún concepto se verificar la entrada sin ese documento, dando a entender prácticas antiguas en las que los dolientes y el mayoral eran los que adoptaban la decisión de señalar a la persona como contagiada del mal de San Lázaro³⁸. Esta praxis experimentó algunas modificaciones en el tiempo a tenor de las novedades planteadas por Enrique III en un privilegio suscrito el 11 de diciembre de 1393. En él, se advierte la introducción clara de un sistema de delación pública, por el que si el mayoral o los procuradores de la casa³⁹ tenían conocimiento de algún enfermo, debían comunicarlo al alcalde mayor de los cirujanos o a los que éste tuviese designado en otras ciudades y villas. Estos jueces eran los responsables de examinar a los pacientes dentro del lazareto, con la asistencia del mayoral, el procurador general y dos o tres enfermos, que

³⁶ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 1, doc. 1.

³⁷ MORENO, Esteban – *Estudio social y farmacoterapéutico de la lepra...*, pp. 136-137.

³⁸ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 1, doc. 1.

³⁹ Las constituciones de 1393, en sus títulos IV-VI, establecen los cargos de procurador general y procuradores particulares, que actuaban como agentes de la institución en representación de ella. Esta figura estaba orientada a solventar la incomunicación de los leprosos con el exterior (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 228, ff. 3-4).

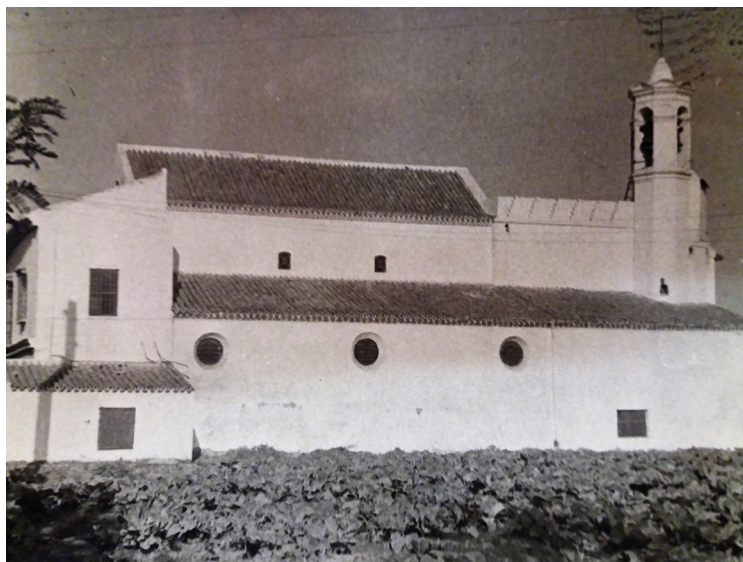


Fig. 2 – Hospital e igreja de San Lázaro de Sevilla hacia la década de 1960.



actuaban mancomunadamente como una especie de junta asesora de apoyo al juez en su resolución.

Si se dictaminaba que la dolencia no estaba lo suficientemente avanzada –“si fuer fallado que es comienço de la dicha dolencia o en medianía”–, se le dejaba en libertad durante un año por si quería recibir algún tipo de tratamiento paliativo. Transcurrido el plazo, se volvía a examinar, determinándose su ingreso si los síntomas no habían desaparecido⁴⁰.

La declaración de leprosos que se efectuó en Sevilla tuvo que ser análoga a las de otros lazaretos castellanos y europeos. Durante buena parte de la Edad Media, el diagnóstico estaba exento de cualquier perspectiva científica y no distaba mucho de los preceptos levíticos de las Sagradas Escrituras. Los encargados del dictamen podían ser personas de diferente clase y condición, desde sacerdotes, cirujanos, jueces o barberos⁴¹. Si bien existieron multiplicidad de procedimientos, todo apunta a que la participación de comisiones compuestas por enfermos fue una práctica corriente, sobre todo a partir del siglo XIII, como ha podido constatar en Colonia⁴².

El dictamen era una sentencia que cambiaría para siempre la condición jurídica del leproso, procediéndose de inmediato a la incautación de sus bienes, que pasarían a ser propiedad del hospital para sostenimiento del mismo. En Sevilla, el despojo de bienes parece ser una práctica habitual desde tiempos de Alfonso X, institucionalizándose como una premisa inquebrantable previo a la recepción del enfermo. Así lo atestigua el título XXX de las constituciones de 1393, primeras que se conocen de este establecimiento. En ellas, se especificó el procedimiento ordinario de ingreso, estipulándose que el mayoral debía tomar juramento al malato de decir qué bienes atesoraba, prohibiéndosele cualquier tipo de ocultamiento o traspaso a familiares. Dichos bienes pasaban con carácter inmediato a la institución, registrándose por el escribano de la casa para constancia de los mismos y reparto posterior entre los enfermos⁴³.

Uno de los aspectos más interesantes es la constatación de la diferenciación social existente entre la comunidad de gafos. Aunque los enfermos estaban considerados como individuos carentes de condición jurídica desde una perspectiva civil, la extirpación social de la que eran víctimas no les garantizaba un estatus igualitario a los de otros enfermos. En este sentido, se vislumbra en la documentación claras diferencias entre unos y otros, así como la práctica habitual de corruptelas por parte de los mayores y demás oficiales del hospital que agravarían una situación de

⁴⁰ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 201.

⁴¹ SOTO, Enrique – “La lepra en la Europa medieval. El nacimiento de un mito”. *Elementos: ciencia y cultura* 49 (2003), p. 42.

⁴² GUGLIELMI, Nilda – *Marginalidad en la Edad Media...*, p. 123.

⁴³ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 228, ff. 9-10.

diferenciación en el reparto y acceso a comida y dinero⁴⁴.

Estas diferencias estaban establecidas en razón del reparto de limosnas, viandas y ropas, quedando todo estipulado en las constituciones, que articularon todo un aparato en el que se fijó la distribución atendiendo a los bienes y recaudaciones que el leproso aportaba a la casa. Por su parte, el mayoral recibía mayor cantidad en el reparto por ser la cabeza visible del gobierno hospitalario⁴⁵.

Las diferencias existentes entre los lacerados también se evidenciaron visualmente, ya que en el hospital existió un entramado habitacional semejante a un pequeño núcleo poblacional fabricado de diferentes materiales y calidades. El hospital no constituía por sí mismo un solo edificio, sino un conjunto variopinto de ellos, una especie de gueto en el que los leprosos compartían espacio unos con otros.

Las constituciones de 1393 ordenadas por Enrique III son lo suficientemente explícitas como para adivinar claras diferencias entre los enfermos a tenor de las viviendas que éstos poseían, diferenciándose unas, de materiales fungibles (madera y barro), y otras, denominadas “palacios”, término que parece aludir a edificaciones de mayor estabilidad arquitectónica. Es posible que esta diferenciación no atendiese a cuestiones solamente relacionadas con el dispendio que el enfermo proporcionaba al instituto⁴⁶, sino a otras razones como el hecho de estar acompañado de sus familiares, en cuyo caso debían construirse sus viviendas, permaneciendo aquellos que estuviesen solos en el edificio principal – “los palacios en que moran los enfermos que no han mugeres e las mugeres que non an maridos” –⁴⁷.

Por consiguiente, en el hospital sevillano cohabitaban lacerados y no lacerados, éstos últimos cónyuges de los primeros que habían sido obligados a abandonar sus bienes y su hogar. A tenor de esta particular circunstancia, el mayoral del establecimiento podía aplicar penas diferentes para unos y otros, estando todos bajo su jurisdicción inmediata.

El edificio principal tuvo que ser la iglesia, de la que algún autor, atendiendo

⁴⁴ Durante el siglo XV se produjeron importantes disturbios que hicieron peligrar la armonía entre los enfermos. Muchos de esos enfrentamientos tuvieron como telón de fondo el reparto de dinero y alimentos, practicándose abusos por parte de los oficiales del establecimiento. Este hecho motivó que, en reiteradas ocasiones, los malos elevasen sus quejas a la autoridad real. Especial importancia recobraron las quejas efectuadas por algunos enfermos a los Reyes Católicos con ocasión de que algunos gafos recibiesen una cantidad mayor de raciones por su condición de casados en detrimento de los solteros (Valladolid, Archivo General de Simancas, *Registro General del Sello*, 150.106, doc. 349).

⁴⁵ En efecto, de lo que producían las huertas del hospital recibía tres raciones, mientras que el resto de los enfermos recibía una. Así mismo, aquellos que no habían depositado ningún tipo de bien por su entrada al hospital, recibían media ración durante un año entero, percibiendo la mitad de las limosnas hasta que por su cuenta lograsen recaudar para la casa 1.200 maravedís (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 228, f. 10).

⁴⁶ Hace algunos años, Rafael Cómez, intuyó que los diferentes edificios existentes eran resultado de la variedad poblacional del núcleo hospitalario y de sus diferencias sociales (CÓMEZ, Rafael – “El Hospital de San Lázaro de Sevilla...”, p. 47).

⁴⁷ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 228, f. 13.

a sus características morfológicas y artísticas, situó como edificio construido con anterioridad al siglo XVI⁴⁸, dato confirmado por el hallazgo de nuevos documentos que aportan noticias sobre la misma. Así, el 31 de marzo de 1458, Antón Sánchez, vecino de la collación de San Gil, donó 500 maravedís para la obra de esta iglesia a cambio de que el mayoral le permitiese enterrarse allí⁴⁹, por lo que en esta época se produjo la reforma del edificio, que sin duda existía con anterioridad.

Pudieron existir también diferencias entre los leprosos atendiendo a su religión. Las especiales circunstancias del lazareto, que se encargaba de los territorios del Arzobispado de Sevilla y del Obispado de Cádiz, zonas limítrofes a la frontera con el reino nazarí, pudo facilitar el ingreso de enfermos no solo de cualquier extracción social, sino de creencias distintas a la cristiana. Eso parece desprenderse de una sobrecarta, fechada el 2 de noviembre de 1477, que los Reyes Católicos remitieron al establecimiento cuando se encontraban en Jerez de la Frontera para emprender la campaña contra el reino de Granada. En la misma, reiteraban las anteriores disposiciones con las que obligaban a los malatos, de cualquier ley y condición que permanecían ocultos, a dejar sus propiedades al hospital e ingresar en él –“mandamos e tenemos por bien que, si algúnt malato o malata cristiano, o moro o judío, de qualquier ley o condiçión que sean, estuuire ençerrado o escondido en qualquier logar que sea... que los enfermos..., después que lo fallaren, que lo lieuen a la dicha casa con todos los bienes que ouiere”–⁵⁰.

Desgraciadamente, la inexistencia de registros de entrada para esta fecha⁵¹ impide conocer si se dio esta posibilidad o cómo coexistieron malatos de otros credos dentro de una comunidad cuyas constituciones estipulaban la necesidad del culto cristiano como una función esencial en la vida del enfermo.

Los lacerados constituían una comunidad jurídica propia, vertebrada en régimen assemblario, a cuya cabeza se posicionaba el mayoral, que era elegido por autoridad regia actuando como *alter ego* del monarca. A pesar de que hay quien ha indicado que la mayoralía solía estar ocupada por personas de procedencia noble⁵², lo cierto es que a muchos de ellos se les podría adivinar cierta posición social aventajada, aunque no tenían un estatus preeminente. Algunos de los mayoresales de la casa aparecen intitulados en la documentación real con algún título que acredita su oficio o procedencia; así, hay constancia de que en tiempos de Juan II obtuvo la mayoralía un tal Juan Sánchez –“mi adalid”–⁵³, mientras que durante el reinado de los

⁴⁸ CÓMEZ, Rafael – “El Hospital de San Lázaro de Sevilla...”, p. 47

⁴⁹ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 240.

⁵⁰ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 210.

⁵¹ El primer, y único, libro de entrada que se ha conservado comprende los años 1760-1780 (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 51).

⁵² HERMOSILLA, Antonio – “Hospitales reales...”, p. 45.

⁵³ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 204.

Reyes Católicos fue decisiva la actuación como mayoral de Rodrigo de Maldonado, quien figura en algunas cartas reales como “nuestro trompeta”⁵⁴.

Caso muy distinto fue el de Enrique de Guzmán, familiar de Juan de Guzmán, duque de Medinasidonia y conde de Niebla, quien estuvo vinculado a la casa como asesor al menos desde 1458⁵⁵, apareciendo en dos documentos de 1459 como mayoral del establecimiento, jugando un papel esencial en pro y defensa de los privilegios de la institución⁵⁶.

No se sabe si los oficios que aparecen enunciados en las constituciones de 1393 ya existían con anterioridad o si la estructura de gobierno se diversificó como resultado de las necesidades de una institución que ya, a finales del siglo XIV, fue considerada por Enrique III como la casa que concentraba mayor número de gafos –“ay muchos enfermos e enfermas de la dicha dolencia e enfermedad... que non ay ninguna otra casa de Sant Lázaro que sea en todos los nuestros regnos”–⁵⁷. En cualquier caso, todo apunta a esta posibilidad, apareciendo en los documentos más antiguos tan solo los cargos de mayoral, capellán y procurador.

Sería en el reinado de Enrique III cuando se transformó el aparato de gobierno, apareciendo junto al mayoral dos enfermos que actuaban como asesores, figuras destinadas a menguar las facultades del primero en pro de un gobierno más colegiado⁵⁸. Con Enrique IV se produjeron cambios en la estructura de gobierno que permanecieron inalterables hasta la reforma emprendida por Isabel la Católica. Dichos cambios no responden a la estructura organizativa originaria, sino a un reiterado clientelismo dentro de la institución. De esta forma, hay constancia de la existencia de cargos y oficios inexistentes en las constituciones, que preveían la existencia de mayoral, asesores, clavero y escribano, apareciendo en 1479 un submayoral, dos capellanes y cuatro asesores⁵⁹. Esta situación de irregularidad e incumplimiento normativo terminaría gracias a las intervenciones directas de los Reyes Católicos entre los siglos XV y XVI.

3. Oración, piedad y propiedad.

Cuando en 1973 Nilda Guglielmi hizo una descripción genérica de los lazaretos europeos medievales, rodeados de vastas extensiones agrícolas explotadas por enfermos que llevaban una vida alejada del mundo urbano y que hacían vida

⁵⁴ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 211.

⁵⁵ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 376.

⁵⁶ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 209 y 289.

⁵⁷ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 201.

⁵⁸ MESTRE, Pablo Alberto – *Los libros protocolos de bienes de los hospitales sevillanos. La administración de propiedades en el Antiguo Régimen*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 2017, pp. 82-83.

⁵⁹ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 225.

comunitaria en los refectorios⁶⁰, daba la sensación de que se estaba refiriendo a una especie orden monástica, dedicada a la oración y al trabajo. No parece una comparación muy alejada de la realidad si se tiene en cuenta que el lazareto que se erigió sobre San Juan de Acre tras la pérdida de Jerusalén en 1187, se gobernó, por designios pontificios, con la regla agustiniana⁶¹. De esta forma, tal y como hace algunos años advirtió François-Olivier Touati, los establecimientos especializados en la recepción de malatos eran centros eclesiásticos en los que se seguía una vida religiosa⁶².

Durante la Edad Media, los límites entre enfermedad y pobreza no estaban claros. La enfermedad traía pobreza y ésta, a su vez, era un caldo de cultivo perfecto para la enfermedad⁶³. Los leprosos pueden englobarse en un tipo de pobreza a la que Carmen López Alonso calificó como “pobreza individual abstracta”, cuyo origen estaba circunscrito a la enfermedad⁶⁴.

El discurso social sobre la pobreza imperante durante buena parte del Antiguo Régimen trató de asimilar la imagen del pobre a la de Cristo, especialmente la de aquellos que habían alcanzado ese estado de manera involuntaria⁶⁵. Esta vía compasiva miró a los desfavorecidos como instrumentos salvíficos, ya que practicando la caridad y la piedad con ellos se podía obtener la salvación y el perdón del alma.

Oración y piedad se situaron como dos elementos en el discurso justificativo de los reyes de Castilla para patrocinar el lazareto hispalense. A través de los diferentes privilegios reales se constata la reiteración de expresiones utilizadas por los soberanos en las que se apunta a la labor caritativa de la Corona con los desfavorecidos⁶⁶, especialmente con los leprosos, y la exigencia de que éstos elevasen sus oraciones por la salud de los reyes. Por esta razón, la Corona se erigió como principal institución benefactora del hospital, dotándolo de tierras y privilegios especiales que permitían la subsistencia de los malatos. Como contrapartida, los leprosos, entre cuyas obligaciones diarias estaba la de asistir a ceremonias religiosas practicadas en la iglesia del establecimiento, impetraban la intercesión divina por

⁶⁰ GUGLIELMI, Nilda – *Marginalidad en la Edad Media...*, p. 123.

⁶¹ HYACINTHE, Rafaël – “La Corona, las ciudades y la Orden de San Lázaro...”, pp. 137-138.

⁶² TOUATI, François-Olivier – *Maladie et société au Moyen Âge. La lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIV^e siècle*. París: De Boeck Université, 1998, p. 380.

⁶³ ESCOBAR, José Manuel – “La pobreza: de virtud a vicio. La práctica de la caridad en la Baja Edad Media”. En LÓPEZ, Esther (coord.) – *Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval...*, p. 121.

⁶⁴ LÓPEZ, Carmen – *Los rostros y la realidad de la pobreza en la sociedad castellana medieval (siglos XIII-XV)*. Madrid: Fundación Juan March, 1983, p. 26.

⁶⁵ CUADRADA, Coral – “Aportaciones a la visión de la pobreza en la Baja Edad Media”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III Historia Medieval* 28, (2015), p. 286.

⁶⁶ En una real provisión de Juan II, expedida en Sevilla el 7 octubre de 1410, se indicaba que el patronazgo real era “por seruiçio de Dios, por piedat e por les fazer caridat” (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 203).

todos los reyes⁶⁷.

Uno de los privilegios más importantes del hospital fue el de los bacinadores, personas nombradas por el mayoral de la casa cuya principal función era la de obtener limosnas para el mantenimiento del establecimiento. El primer documento que hace alusión explícita a su existencia es un privilegio de confirmación de Enrique III de 1393, en el que se menciona la existencia pretérita de personas que iban con bacines

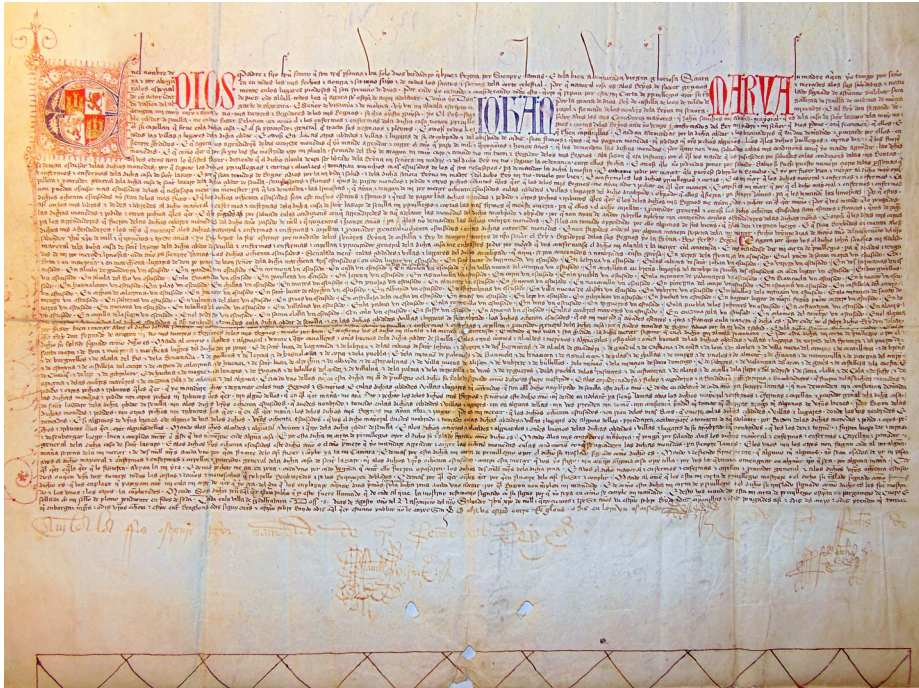


Fig. 3 – Juan II confirma al Hospital de San Lázaro de Sevilla los privilegios concedidos por su madre, Catalina de Lancaster, y su tío Fernando de Aragón. 1413, agosto, 2. Guadalajara. Archivo Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 204.

por las ciudades y pueblos del Arzobispado de Sevilla y del Obispado de Cádiz⁶⁸.

En sus orígenes no parece que existiera un control estricto de su número, si bien se reiteraron conflictos con las autoridades locales y eclesiásticas que exigían el cobro de derechos pecuniarios sobre el montante obtenido por los bacinadores de San Lázaro. Por este motivo, se ventilaron numerosos procesos judiciales, como el acaecido entre el mayoral y Diego Martínez de Lepe, arrendador de las alcabales

⁶⁷ En el expositivo de otro privilegio de 1413 otorgado por Juan II, el rey exigía a cambio de las mercedes que daba, que los enfermos rezasen por su alma –“porque sean tenudos de rogar a Dios por la mi vida e salud, e de la dicha sennora reyna, mi madre, e del dicho rey, mi tío, tóuelo por bien”– (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 204).

⁶⁸ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 201.

reales de Alcalá del Río y La Rinconada, obteniéndose sentencia favorable para los bacinadores en 1410⁶⁹. Las quejas y conflictos suscitados por los bacinadores y el descontrol existente en su designación, motivó que la reina Catalina de Lancaster y Fernando de Antequera diesen un albalá el 20 de mayo de 1413, confirmado por Juan II el 2 de agosto de ese mismo año, en el que fijó su número en 80, reiterando sus exenciones fiscales⁷⁰ (Fig. 3).

A pesar de la existencia de numerosos francos y excusados que impedía a ciudades como Sevilla satisfacer la exigencias de los reyes con respecto a tributos y servicios para la guerra⁷¹, los Reyes Católicos darían licencia al Hospital de San Lázaro de Sevilla para pedir limosna por todos los reinos en 1477⁷², aumentando el número de bacinadores, distribuidos en el Arzobispado de Sevilla y Obispado de Cádiz, a 100 en 1478, de los que 25 estaban situados en las collaciones y parroquias de la ciudad de Sevilla⁷³.

Las gracias y privilegios otorgados por los reyes de Castilla conformarían un cúmulo de rentas que permitieron gozar al establecimiento de cierta estabilidad en el tiempo. Los oficiales de la casa lograrían aumentar el patrimonio de la institución a través de importantes legados, compraventas, trueques y donaciones. La caridad practicada por muchos sevillanos, que dieron todo o parte de su patrimonio a San Lázaro, trató de imitar a la piedad real. En este sentido, la caridad mostrada por los reyes fue secundada por multitud de personas que vieron en los malatos el medio a través del cual obtener el perdón divino. A cambio, los lacerados, al igual que hacían con los reyes, elevaban oraciones por aquellas personas que dejaban importantes donaciones, inscribiendo sus nombres en un libro de oraciones que utilizaban a diario en la iglesia⁷⁴.

Desde el siglo XV se observan donaciones de casas, rentas y tierras a cambio de las oraciones de los leprosos en los oficios divinos que celebraban con carácter diario. Interesante es la información que puede extraerse del protocolo de bienes del establecimiento⁷⁵, por el cual pueden enumerarse hasta 50 asientos correspondientes

⁶⁹ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 203.

⁷⁰ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 204.

⁷¹ En una sentencia de 1459, dictada por Rui López, oidor de la Real Audiencia de Sevilla, se recogían las quejas del cabildo de la ciudad por la existencia de numerosos hacendados y hombres ricos que no satisfacían sus tributos y servicios para la guerra por estar francos y quitos, figurando entre ellos bacinadores de San Lázaro (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 209).

⁷² Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 210.

⁷³ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 211.

⁷⁴ MESTRE, Pablo Alberto – “Libros hospitalarios sevillanos en la Edad Moderna”. *Titivillus. International Journal of Rare Books* 2, (2016), p. 166.

⁷⁵ Los *protocolos de bienes* eran libros diplomáticos creados durante la Edad Moderna para gobernar el patrimonio inmueble de los hospitales. Las casas, rentas y tierras fueron organizados siguiendo criterios geográficos, extractándose la información de los asientos de las propiedades para optimizar su gestión y administración, véase MESTRE, Pablo Alberto – “Libros para la administración de bienes en los hospitales de Sevilla”. *Documenta & Instrumenta* 14, (2016), pp. 139-165.

a fincas, rentas y bienes de los siglos XIV y XV. De ellos, 21 son donaciones hechas por mujeres. Muchas de estas donaciones fueron entregadas a cambio de la oración de los leprosos y su inscripción en el referido libro, tal y como expresó en su testamento el curtidor Pedro de las Parras y su mujer, Catalina de Rojas, que entregaron un tributo perpetuo sobre casas “porque le pongan a él y a su mujer en el libro de la oración de los bienhechores”⁷⁶.

Otras propiedades fueron entregadas al establecimiento a cambio de ciertas exigencias, como la donación de unas casas y tierras en La Palma del Condado pertenecientes a Magdalena García, por cuyo testamento otorgado el 27 de marzo de 1441, expresaba su deseo de establecer en ellas un hospital bajo la advocación de San Lázaro. Diferentes premisas tuvo la donación de unas casas con bodega y corral en Cazalla de la Sierra, pertenecientes a Antón García del Barrio y Antonia García, quienes en su testamento de 27 de octubre de 1459 dejaban las referidas posesiones “para que los enfermos que fuessen a la dicha villa se alberguen en ella”⁷⁷.

Singular importancia tuvieron algunas donaciones entregadas por importantes personajes que quisieron agradecer al establecimiento por devoción o a cambio de la oración de los lacerados. Entre ellas, hay que destacar la que, el 16 de julio de 1459, dio Juan de Guzmán, duque de Medinasidonia y conde de Niebla, a su primo Enrique de Guzmán, mayoral de San Lázaro, de 72 atunes pescados en las almadrabas para sustento de la casa –“porque tengades cargo de rogar a Dios por las ánimas de mi sennor e padre el conde don Enrrique, cuya ánima Dios aya, e por la mi vida e salud e por muchos cargos que de vos e de la dicha casa tengo”–⁷⁸ (Fig. 4).

Esta misma finalidad tuvieron las generosas concesiones que el 29 de agosto de 1502 dio Francisco Ximénez de Cisneros, arzobispo de Toledo, consistentes en 500 sueldos situados en diferentes censos impuestos en Sevilla. Según el documento conservado en el archivo hospitalario, el dinero obtenido debía ser repartido por igual entre los enfermos dos veces al año, en la festividad de la Encarnación y en la Natividad de Nuestra Señora, estipulándose que se gastase en jabón y leña “para su limpieza e reparos de sus pasyones e enfermedad”⁷⁹.

La oración de los lacerados y la devoción a San Lázaro procuraron al establecimiento el acceso a importantes propiedades que garantizaron su funcionamiento durante la Edad Media y Moderna. Las especiales ventajas espirituales e indulgencias otorgadas por los romanos pontífices aventajaron a su iglesia⁸⁰, que se terminaría

⁷⁶ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 8, f. 32.

⁷⁷ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 8, ff. 144 y 223.

⁷⁸ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 289.

⁷⁹ Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 226.

⁸⁰ Se conservan varias letras pontificias, destacando las especiales gracias concedidas por Benedicto XIII y Martín IV para preservar el culto divino en el hospital y otorgando indulgencias a los cristianos que visitasen su capilla (Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, doc. 215).

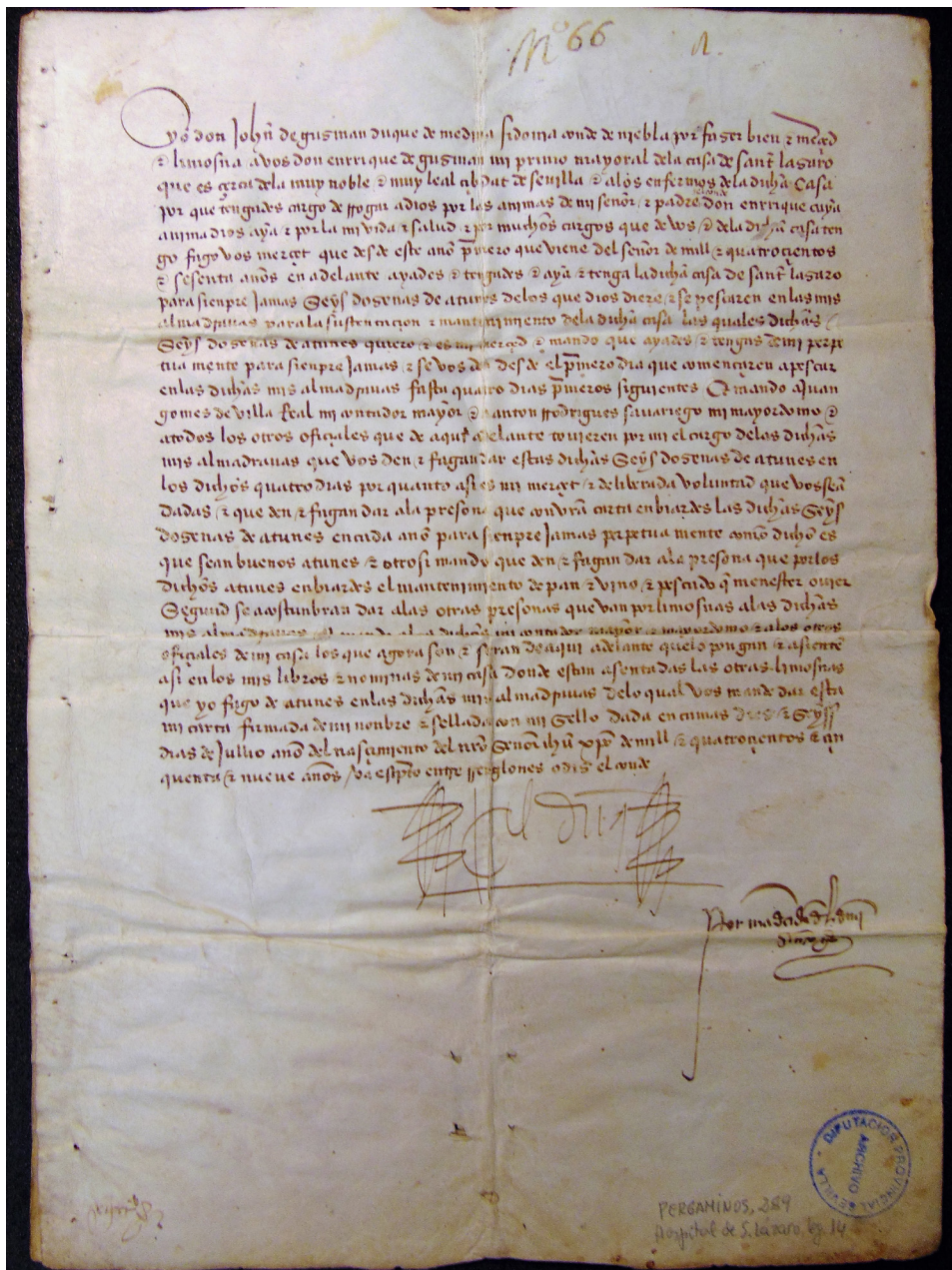


Fig. 4 – Juan de Guzmán, duque de Medinasidonia y conde de Niebla, dona Enrique de Guzmán, su primo y mayoral de San Lázaro, seis docenas de atunes extraídos de sus almadrabas. 1469, abril, 8. Camas. Archivo Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 289.

transformando en un importante centro de espiritualidad y peregrinación⁸¹. En este contexto, los malos fundarían una cofradía piadosa abierta a todos los cristianos el 4 de mayo de 1484, de la que se desconocen los principios vertebradores, su funcionamiento y la vida que tuvo⁸² (Fig. 5).

Con todo, la institución de la misma brindaba la posibilidad a los sevillanos de participar de las gracias espirituales concedidas por los pontífices romanos sin necesidad de que sus cofrades padicieran la enfermedad. Esta corporación religiosa pudo establecer un nexo social entre enfermos y sevillanos, con la que los leprosos mantenían vínculos fraternos con una sociedad que le había dado la espalda.

A pesar de los favores concedidos por la Iglesia y la Corona al establecimiento, el lazareto siempre estuvo subyugado por una situación precaria, fruto de una mala administración y de las sucesivas tropelías cometidas por sus oficiales.



Fig. 5 – Fundación de la Cofradía de San Lázaro de Sevilla. 1484, mayo, 4. Sevilla. Archivo Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 222.

⁸¹ SÁNCHEZ GORDILLO, abad Alonso – *Religiosas estaciones que frecuenta la religiosidad sevillana*. Ed. de Jorge Bernal Ballesteros. Sevilla: Patronato Ricardo Cantu Leal, 1982, pp. 78-79.

⁸² Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, Pergaminos, doc. 222.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes manuscritas:

Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Hospital de San Lázaro*, leg. 1, doc. 1; leg. 4, doc. 14, leg. 8 y leg. 51.

Sevilla, Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla, *Pergaminos*, docs., 201, 203, 204, 209, 210, 211, 215, 222, 225, 226, 228, 240, 289 y 376.

Valladolid, Archivo General de Simancas, *Registro General del Sello*, leg. 150.106, doc. 349.

Fuentes impresas

AQUINO, Tomás de – *La monarquía*. Ed. de Laureano ROBLES y Ángel CHUECA. Madrid: Tecnos, 1989.

ARANA, Fermín – *Compendio histórico descriptivo de la mui noble y mui leal ciudad de Sevilla, metrópoli ínclita de Andalucía*. Sevilla: Imprenta de Manuel Nicolás Vázquez, 1766.

COLLANTES, Francisco – *Los establecimientos de caridad de Sevilla*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2009.

GARCÍA, Emilio; LÉVI-PROVENÇAL, Évariste – *Sevilla a comienzos del siglo XII. El tratado de Ibn Abdûn*. 3ª ed. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 1992.

MORGADO, Alonso – *Historia de Sevilla*. Sevilla: Imprenta de Juan Pescioni y Andrea León, 1587.

SÁNCHEZ GORDDILLO, abad Alonso – *Religiosas estaciones que frecuenta la religiosidad sevillana*. Ed. de Jorge Bernal Ballesteros. Sevilla: Patronato Ricardo Cantu Leal, 1982.

VILLANA, Joaquín de – *Epidemiología española o historia cronológica de las pestes, contagios, epidemias y epizootias que han acaecido en España desde la venida de los cartagineses hasta el año 1801*. Vol. I. Madrid: Imprenta de Mateo Repullés, 1802.

VILLENA, Enrique de – *Obras completas*. Vol. I. Madrid: Turner, 1994.

Estudios:

BERIAC, Françoise – “Mourir au monde. Les ordines de séparation des lépreux en France aux XVe et XVIe siècles”. *Journal of Medieval History* 11 (1985), pp. 145-168.

CARDONA-CASTRO, Nora María; BEDOYA-BERRÍO, Gabriel – “Lepra: enfermedad milenaria y actual”. *Iatreia* 24 (2011), pp. 51-64.

CARMONA, Juan Ignacio – *El sistema de hospitalidad pública en la Sevilla del Antiguo Régimen*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1979.

CÓMEZ, Rafael – “El Hospital de San Lázaro de Sevilla. De fundación medieval a edificio renacentista”. *Laboratorio de Arte* 4 (1991), pp. 43-60.

CÓRDOBA, Ricardo – “Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión. La Península Ibérica (siglos XIII y XVI)”. En LÓPEZ, Esther (coord.) – *Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, pp. 13-50.

CUADRADA, Coral – “Aportaciones a la visión de la pobreza en la Baja Edad Media”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III Historia Medieval* 28, (2015), pp. 275-301.

ESCOBAR, José Manuel – “La pobreza: de virtud a vicio. La práctica de la caridad en la Baja Edad Media”. En LÓPEZ, Esther (coord.) – *Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, pp. 109-144.

FOSSIER, Robert – *La sociedad medieval*. Barcelona: Crítica, 1996.

FOUCAULT, Michel – *Historia de la locura en la época clásica*. 3ª ed., vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

GUGLIELMI, Nilda – *Marginalidad en la Edad Media*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1973.

HERMOSILLA, Antonio – “Hospitales reales”. in CHUECA, F. *et alii* – *Los hospitales de Sevilla*. Sevilla: Academia Sevillana de Buenas Letras, 1989, pp. 35-52.

HILU, Paulo Gabriel – “O Estigma do Pecado: A Lepra durante a Idade Média”. *PHYSIS. Revista da Saúde Coletiva* 1 (1995), pp. 131-144.

HYACINTHE, Rafaël – “La Corona, las ciudades y la Orden de San Lázaro: tentativas de reformas hospitalarias en la época moderna (Castilla y Francia)”. In HUGUET TERMES, Teresa (coord.) – *Ciudad y hospital en el Occidente europeo*. Lleida: Alfa, 2014, pp. 135-160.

LE GOFF, Jacques – *La civilización del Occidente medieval*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

LÓPEZ, Carmen – *Los rostros y la realidad de la pobreza en la sociedad castellana medieval (siglos XIII-XV)*. Madrid: Fundación Juan March, 1983.

MARTÍNEZ, Luis – “Pobres, pobreza y asistencia en la Edad Media hispana. Balance y perspectivas”. *Medievalismo* 18, (2008), pp. 67-107.

MITRE, Emilio – *Fantasmas en la sociedad medieval. Enfermedad. Peste. Muerte*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004.

MESTRE, Pablo Alberto – “Libros hospitalarios sevillanos en la Edad Moderna”. *Titivillus. International Journal of Rare Books* 2, (2016), pp. 159-180.

MESTRE, Pablo Alberto – “Libros para la administración de bienes en los hospitales de Sevilla”. *Documenta & Instrumenta* 14, (2016), pp. 139-165.

MESTRE, Pablo Alberto – *Los libros protocolos de bienes de los hospitales sevillanos. La administración de propiedades en el Antiguo Régimen*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 2017.

MONTERO, Enrique – “El *Lilium medicinae* de Bernardo de Gordon y la literatura medieval sobre la esterilidad”. in CONDE, Matilde *et alii* (coord.) – *La Filología Latina hoy: actualización y perspectivas*. Vol. I. Madrid: Sociedad de Estudios Latinos, 1999, pp. 709-715.

MORENO, Esteban – *Estudio social y farmacoterapéutico de la lepra: El Hospital de*

San Lázaro de Sevilla (siglos XIII-XIX). Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1995.

MORENTE, Maribel – “La imagen de la lepra en las Cántigas de Santa María de Alfonso X el Sabio”. *Anales de Historia del Arte* 17, (2007), pp. 25-45.

MORENTE, Maribel – *Imagen y cultura de la enfermedad en la Europa de la Baja Edad Media*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2016. Tesis Doctoral.

MORIN, Alejandro – “El campo semántico de la lepra en *Siete Partidas* de Alfonso el Sabio”. *Temas medievales* 12, (2004), pp. 165-175.

RUCQUOI, Adeline – “El campo como margen”. in MONTERA, Inés; MUÑOZ, Ana Belén; VILLASEÑOR, Fernando (ed.) – *Relegados al margen. Marginalidad y espacios marginales en la cultura medieval*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009, pp. 69-92.

RUIZ, José Enrique – “La marginación en la sociedad medieval. Algunos problemas de método”. *Medievalia* 9, (1990), pp. 219-230.

SANTO TOMÁS, Magdalena – *La asistencia a los enfermos en Castilla en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2002. Tesis Doctoral.

SIGERIST, Henry E – *Civilización y enfermedad*. México: Instituto Nacional de Salud Pública, 1987.

SOTO, Enrique – “La lepra en la Europa medieval. El nacimiento de un mito”. *Elementos: ciencia y cultura* 49 (2003), pp. 39-45.

SOUZA, Isamel Wesley – “A lepra na Idade Média portuguesa: O cotidiano dos leprosos nas gafarias de São Lázaro de Coimbra (XIII-XV) e São Lázaro de Lisboa (XIV-XV)”. *Recôncavo: Revista de História da UNIBEU* 7, (2014), pp. 19-40.

TOUATI, François-Olivier – *Maladie et société au Moyen Âge. La lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIV^e siècle*. Paris: De Boeck Université, 1998.

WELCH, Christina; BROWN, Rohan – “From Villainous Letch Sinful Outcast, to ‘Especially Beloved of God’”. *Historial Reflections* 42, (2016), pp. 48-61.

PARTE III

*Marcas de Exclusão
no Urbanismo Medieval*

Le quartier juif de Tolède: *texte et archéologie de surface*

*Jean Passini*¹

Résumé

Comment peut-on reconstituer un quartier, que l'histoire de cinq siècles a voulu faire disparaître ? La juiverie de Tolède incluait, au Moyen âge et avant le XIII^{ème} siècle, au nord de la «calle del Ángel», le quartier haut ou Alacava, qui jouxtait le quartier chrétien de San Román ; au sud, la grande juiverie. L'Alacava fut détruite en 1355. La «grande juiverie», abandonnée à partir de 1492, oubliée et nommée «barrio nuevo», sera massivement transformée à partir du XVI^{ème} siècle. De la Grande Juiverie, qui présentait trois portes et était limitée au sud par la muraille de la ville, trois quartiers nous sont connus : celui de Arriasa ; l'îlot du Sofer ; le bain de Zeit et le quartier d'Hamanzeit. L'habitat médiéval du quartier de l'Alacava, détruit avant la fin du XIV^{ème} siècle, est très dégradé. A proximité se situe le quartier de Caleros qui, ayant perdu son caractère juif au début du XV^{ème} siècle, est intégré au quartier de Santo Tome.

Au Moyen âge, à l'intérieur de la juiverie de Tolède, deux espaces étaient individualisés, désignés l'un par le binôme d'arrabal superior, ou exterior, ou encore alta ; l'autre comme l'arrabal mas grande de los judíos. Le premier jouxtait le quartier chrétien de San Román, le second ouvrait sur "le pasaje que sube desde el barrio de la puerta de ciudad, hacia la plaza llamada de San Tomé" par la porte de la Sueca (Assueca ou Asieca) (**Fig. 1**). Les relations entre le quartier juif et le quartier chrétien, ainsi que l'état du quartier juif, ont évolué au cours du Moyen âge. Nous traiterons successivement de la Grande Juiverie, des quartiers de l'Alacava et de Caleros.

Mot-clés

Urbanisme médiéval; juiverie; bain rituel; histoire; synagogue.

¹ CNRS-UMR 8558.

The Jewish Quarter of Toledo: text and archaeology of surface

Summary

How can we reconstruct a neighbourhood that has been at risk of being erased in the course of five centuries of history? In the Middle Ages, and before the 13th century, Toledo's Jewry included, north of the "calle del Ángel", the high district or Alacava, which adjoined the Christian district of San Román; south of that same 'calle' there was the Juderia Mayor. The Alacava was destroyed in 1355. The "Juderia Mayor" was abandoned from 1492 onwards, it fell into oblivion and was renamed "barrio nuevo": it was also massively transformed after the 16th century. Stemming from the Juderia Mayor, which owned three gates and was bordered to the south by the city wall, three districts are known to us: Arriasa; the compound of Sofer; the baths of Zeit and the Hamanzeit district. The medieval settlement of the Alacava district, destroyed before the end of the 14th century, is today very degraded. Nearby lies the Caleros district, which, having lost its Jewish character at the beginning of the 15th century, ended up being integrated into the Santo Tome district. In the Middle Ages, inside the Toledo Jewry, two spaces were distinguished: they were referred to as, on the one hand, the dual name of superior or exterior arrabal, or "arrabal alta," and on the other hand, as the "arrabal mas grande de los judíos." The former was adjacent to the Christian district of San Román, the latter opened onto the "Calle del Angel." The relations between the Jewish and Christian districts, as well as the state of the Jewish district, evolved during the Middle Ages. In this paper, we successively deal with the Juderia Mayor, the Alacava, and the Caleros district.

Keywords

Medieval town planning; Jewish quarter; ritual bath; history; synagogue.

I. LA GRANDE JUIVERIE.

Composée, au Moyen Âge, de quartiers d'inégale amplitude : Arriasa, Sofer, Hamanzeit, Marmol et Degolladero, la «Grande Juiverie», que les juifs quittèrent, une première fois, à la suite du violent pogrom de 1391, puis plus massivement en 1492, sera abandonnée, oubliée, avant d'être soumise à d'énergiques transformations au cours de la seconde moitié du XIX^{ème} siècle. Nous ne traiterons ici que des trois premiers quartiers avant de cerner la structure spatiale de la Grande Juiverie.

1. Le quartier de Arriasa².

Le quartier de Arriasa (barrio de Arriasa) existait avant la dernière décennie du XIII^e siècle. Limitée par le château vieux, elle incluait une rue dite du “barrio de Arriasa” dans laquelle, le monastère de San Clemente achète, en 1291, trois maisons jointives, dont il restera propriétaire jusque dans la seconde moitié du XVIII^e siècle³, une rue commerçante, et la place des carniceros (Fig. 2).

Le nom d'Arriasa, ou d'Harrat Arrieça, figure dans des documents notariés entre 1353 et 1396. Un siècle plus tard, après la publication du décret d'expulsion des juifs et des musulmans, il ne sera plus utilisé mais remplacé par le binôme “Barrio nuevo”, qui désigne l'ensemble de la juiverie au sud de l'église de Santo Tome.

Quel était aux XIII, XIV et XV^{ème} siècles le contenu de ce quartier?

1.1. La carniceria de los judios et la sinagoga vieja.

La place, dite “plaza de los carniceros”, qui existait à la fin du XIII^{ème} siècle, face au château, n'est mentionnée dans aucun document ultérieur à 1291 relatif aux biens de l'arrabal de los Judios. Par contre, plusieurs documents notariés des XIII^{ème} et XIV^{ème} siècles, indiquent que le chapitre de la cathédrale, certains aguacils et d'autres personnages de la ville perçoivent des tributs sur les boucheries des juifs⁴.

Après la promulgation du décret d'expulsion des juifs et des musulmans, quelques personnages importants de Tolède, parmi lesquels le régisseur Fernando de Davalos, son frère Alonso et Fernan Suarez, dépossédés des tributs qu'ils recevaient des maisons accensées, abandonnées par leurs occupants juifs, demandent réparation au roi et à la reine. Ceux-ci répondent, en mars 1494, en demandant à leur conseiller et “corregidor” de Tolède de leur accorder le droit de vendre “la sinoga vieja que los judios tenían en la dicha ciudad, cerca de las carnicerías de los judios con todas las cosas a ella anexas e pertenescientes...”, en compensation des pertes subies.

Trois ans plus tard, en janvier 1497, Fernan Suarez et les deux frères de Davalos accensent au marchand Diego de Villareal la synagogue qui jouxte d'un côté les maisons de Fernand Alvarez de Toledo, de l'autre le mur qui surplombe le fleuve, de l'autre encore “la carnicería que antes era de los judíos”, enfin le corral de Salvador Valverde. Le devenir de ce vaste ensemble n'est pas connu avec précision, seuls certains éléments de la vieille synagogue seront suivis au travers des procès entre la famille de Davalos et les moines du monastère de San Agustín.

² PASSINI, Jean – «El barrio de Arriasa y tres elementos de la aljama judía de Toledo en el siglo XV: la carnicería, la «sinagoga vieja» y el «catillo vielo», *Sefarad* 68, 1, (2008), p. 37-53.

³ LEÓN TELLO, Pilar – *Judios de Toledo*. 2 tomos. Madrid: C.S.I.C., 1979

⁴ LEÓN TELLO, Pilar – *Judios de Toledo*. Tomo II: *Inventario cronológico de documentos*. Madrid: C.S.I.C., 1979.

En 1584, la maison dite “casa de la sinoga” est vendue à Sebastian de Mora qui, un an plus tard, reconnaît un tribut de 1500 mrs en faveur des “Curas y Beneficiados” sur la maison qu’il possède “a la xinoga vieja”. Ce même tribut sera reconnu en 1598, et à la fin du XVII^{ème} siècle.

L’étude approfondie des textes a fait apparaître que la “sinagoga vieja”, mise à mal par la révolte antijuive de l’été 1391, se trouvait entre la carnicería de los judios et le mur de la ville qui surplombe le Tage.

En 1494, la “carniceria de los judios” comprenait au moins six maisons jointives, un corral, des portales, un hôpital, un solar entre deux tours et une porte principale⁵. De la synagogue à la carniceria (**Fig. 2**), on passait par une petite porte, au niveau de laquelle se trouvaient un corral, connu comme “el amarradero de las vacas” où les juifs procédaient à l’abattage des bêtes destinées à leur consommation, un petit verger et quelques petites grottes⁶.

En suivant le devenir de certains éléments qui faisaient partie de la “carniceria de los judios”, la situation de celle-ci a pu être précisée⁷. L’îlot de la “carniceria de los judios” se situait à l’extrémité de la future rue del horno de la Oliva (actuelle rue de San Juan de Dios) vers le fleuve, d’un côté contre le mur de la ville de Tolède, face au vieux château et contre la rue qui descendait vers la synagogue dite de Santa Maria la Blanca. La carniceria était un espace fermé, qui offrait au moins une porte principale sur la rue commune au vieux château.

La vieille synagogue, dont le nom de «sinagoga vieja» sera remplacé au XVI^e siècle par celui de “casa honda”(maison située au niveau des égouts) était proche du vieux château.

1.2. Le château vieux (castillo viejo)⁸.

Le château vieux, dont la fonction était de protéger les quartiers voisins et d’abriter les habitants de la juiverie en cas d’attaque, comme celle de 1355⁹ est mentionné dans un petit nombre de documents antérieurs au XV^{ème} siècle. Il figure, en 1163, dans le document de reconnaissance d’un prêt accordé au juif Isaac ben Abuyusef, qui donne comme garantie

⁵ LEÓN TELLO, Pilar – *Judios de Toledo...*, Tomo I. *Estudio historico y colección documental*, pp. 616-620.

⁶ LEÓN TELLO, Pilar – *Judios de Toledo...*, Tomo I. *Estudio historico y colección documental*.

⁷ PASSINI, Jean – «El barrio de Arriasa y tres elementos de la aljama judía de Toledo en el siglo XV», pp. 37-53.

⁸ PASSINI, Jean – «El barrio de Arriasa y tres elementos de la aljama judía de Toledo en el siglo XV...», pp. 37-53.

⁹ LÓPEZ DE AYALA, Pedro – *Crónica del rey Don Pedro y del Rey Don Enrique, su hermano, hijos del rey don Alfonso Onceno*, edición crítica y notas de Germán ORDUNA; estudio preliminar de Germán ORDUNA y José Luis MOURE. Buenos Aires: SECRT, 1994-1997. Le texte utilisé est cité par J.-P.

la moitié de sa maison “en el castillo de los judíos, sobre el río Tajo”¹⁰. Un siècle plus tard, en 1270, il est précisé qu’une voie relie la porte du «château vieux» de la juiverie à celle du «château neuf».

Le castillo viejo, qui figure sur la liste des biens de la aljama des juifs de Tolède, dressée en 1494, se situait au-dessus du Tage, non loin de la synagogue de Santa María la Blanca. À l’est face à la carnicería, à l’ouest contre “la cuesta que descende del dicho castillo al río”, face au futur couvent de Santa Ana (Fig. 3). L’une de ses tours s’élevait contre la porte de la carnicería et les “calles públicas”. En 1494, il ne reste du château, qu’un solar, et une tour.

Sur le plan cadastral actuel, la limite de l’espace occupé anciennement par le «château des juifs» est perceptible au niveau d’une part d’un décrochement visible dans l’alignement des maisons de la rue du Barrio nuevo, d’autre part de l’angle de l’actuelle rue de San Juan de los Reyes et de la côte de Santa Ana, face à l’École des Beaux Arts.

2. L’îlot du Sofer.

Dans la première édition de son livre sur les synagogues espagnoles, Francisco Cantera Burgos¹¹ ajoutait aux dix synagogues de Tolède, énumérées dans un poème de 1391, celle du Sofer¹², qu’il situait contre le quartier des teinturiers¹³, dans la “juderia vieja”.

La mise à jour de documents du monastère de Santo Domingo el Real d’une part, de l’hôpital de la Miséricorde d’autre part, a conduit à préciser le site de la synagogue du Sofer. Mentionnée, de 1397 à 1480, dans des documents notariés ou des tenues de cens concernant les deux maisons voisines dites de la Higuera et de la Atahona, elle en est absente au-delà de 1480.

Nous avons pu situer la maison de la Higuera dans la juiverie de Tolède en suivant les reconnaissances du tribut de 200mrs, que le monastère de Santo Domingo el Real percevra jusque dans la seconde moitié du XVIII^{ème} siècle¹⁴.

La synagogue du Sofer, la maison de la Higuera et la maison de la atahona formaient un ensemble, qui s’élevait dans un îlot situé entre la rue principale, actuelle la rue «del Angel» et la rue de San Juan de los Reyes, face à des maisons à l’emplacement desquelles s’élèvera, au XVI^{ème} siècle, le second cloître de San Juan de los Reyes. Nous avons pu

¹⁰ GONZÁLEZ PALENCIA, Angel – *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, 4 vol. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan, 1926-1930, Doc. 897, año 1163; doc. 1148, año 1282 diciembre; doc. 1151, año 1282, octubre 1282; doc. 635, marzo 1273; doc. 1146, año 1281, noviembre; doc. 1147, año 1282, diciembre; doc. 674, año 1283.

¹¹ CANTERA BURGOS, Francisco – *Sinagogas españolas*. Madrid: Arias Montano, 1955.

¹² CANTERA BURGOS, Francisco – «Relieves históricos de la judería de Toledo», *Sefarad* 26, 2, (1966), pp. 305-322.

¹³ PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – «Algunas precisiones sobre las juderías toledanas», *Anales Toledanos* XIV, (1983), pp. 37-57.

¹⁴ PASSINI, Jean – «La sinagoga del Sofer en Toledo». *Sefarad* 64, 1, (2004), pp. 141-157.

restituer cet ensemble à partir des mesures et des descriptions de 1455 et 1460. Dans la seconde moitié du XVe siècle, la maison de la Higuera présentait deux portes: l'une, la porte principale, en bas, ouvrait à "la juderia", l'autre à la rue principale (actuelle «calle del Angel») (Fig. 3). Elle s'imbriquait dans une maison "que eran xinoga" et offrait une porte au niveau de l'entresol qui conduisait à la maison de la atahona. Cette dernière, qui jouxtait d'un côté la maison de la Higuera, de l'autre la synagogue dite du Sofer, et la calle publica real, présentait aussi deux portes dont une sur la rue.

A partir de la seconde moitié du XVe siècle, la maison de la Higuera et celle de la Atahona versent un tribut respectif de 200 maravedis au monastère de Santo Domingo el Real et de 260 maravedis à l'hôpital de la Miséricorde. De la synagogue du Sofer, nous ignorons le devenir, car il n'en est plus fait mention au-delà de 1480, par contre les documents permettent de suivre la atahona jusque 1509 et la maison de la Higuera jusqu'en 1780.

A propos de la synagogue du Sofer, qui ne nous est connue qu'après son abandon, retenons qu'elle se situait près d'une porte de la juiverie ce qui dû lui conférer un rôle important. Le bâtiment correspondant, qui persiste encore au XVIe siècle, face au second monastère de San Juan de los Reyes, comme le montre le plan du Greco, a disparu dans la seconde moitié du XIX^{ème} siècle. Sa trace figure comme une place quadrangulaire, en 1858, sur le plan de Coello.

3. Le bain de Zeit et le quartier d'Hamanzeit.

Il ne fait aucun doute que le bain de Zeit, dont l'existence est signalée dans la seconde moitié du XII^{ème} siècle¹⁵ et qui, est mentionné dans des actes notariés ou des reconnaissances de tributs des maisons voisines au cours du XIV^{ème} siècle, ne doive à son importance d'avoir donné son nom à l'un des quartiers de la «Grande Juiverie»¹⁶.

Probablement détruit, comme d'autres maisons du quartier d'Hamanzeit, tributaires du chapitre cathédrale, au cours des combats qui ont opposé en 1355 les «petristas» et les «trastameres»¹⁷, le bain de Zeit a été acheté par le chancelier Pedro Lopez de Ayala, qui l'ayant restauré le revend en 1431 «con todos sus aparijos y basixas», ce qui indique qu'il était utilisé au moment de la vente.

En 1431, il est désigné sous le binôme «baño nuevo», en 1492 sous celui de «baño de Pedro Lopez».

¹⁵ GONZÁLEZ y GONZÁLEZ, Julio – *Repoblación de Castilla la Nueva*. Tomo II. Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Filosofía y Letras, 1975, p. 264.

¹⁶ PASSINI, Jean – «Plan parcellaire et urbanistique islamiques au Moyen Age», *Le Moyen Age, Revue d'Histoire et de Philologie* 1, XCIX, (1993), pp. 27-39.

¹⁷ PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – "Algunas precisiones sobre las juderías toledanas", pp. 37-57.

Nous avons démontré¹⁸ que le bain de Zeit et le bain dit du marquis de Villena sont un seul et même bain. Ce bain se situait en contrebas de la calle de los Tejedores, entre deux murailles, celle de la ville, et celle de la juiverie, sur le chemin qui, descendant de l'adarve de Algonderí, conduisait à la porte du quartier juif dite "Al Portiel" ou Posteguillo". À proximité de cette porte, se trouvait la synagogue de Almaliquim¹⁹.

La calle de los Tejedores a disparu dans sa presque totalité ainsi que l'îlot où se trouvait le bain du marquis de Villena et les maisons sur lesquelles le monastère de San Clemente percevait des tributs. Tout cet ensemble a été recouvert de remblais dans la seconde moitié du XIXe siècle lors de la réalisation du Paseo del Tránsito.

Du quartier d'Hamanzeit, il ne reste actuellement qu'un îlot qui descend de la place del Conde au paseo del Tránsito, entre les rues de San Juan de Dios et de los Alamillos. Aucun document ne nous a permis de reconstituer la partie basse du quartier de Hamanzeit, aujourd'hui occupée par le paseo del Tránsito. Par contre, l'analyse du bâti et du parcellaire a mis en évidence, dans la partie haute, un réseau d'adarves et de callejones, tel qu'on en connaît dans les autres quartiers de Tolède²⁰.

4. La limite de la Grande Juiverie de Tolède.

À la suite de nombreux travaux consacrés à l'étude de la Juiverie de Tolède²¹, de Porres²² a tenté une définition de l'espace correspondant et proposé un tracé de la limite de la "Judería Mayor". Il propose une limite nord qui s'appuie d'une part sur le palais des ducs de Maqueda et la porte d'Assuica, d'autre part sur le "Château neuf", contre le pont de San Martín. La mise à jour des documents du monastère de Santo Domingo el Real et de l'hôpital de la Miséricorde a permis de cerner avec une plus grande précision cette limite (Fig. 1).

Dans sa partie nord, la Juiverie présentait trois portes (Fig. 2), l'une dite de "l'arquillo de la Judería", les deux autres, situées au niveau de la Atahona et dans la rue del Marmol,

¹⁸ PASSINI, Jean – «Le bain de Zeit à Tolède (Espagne)», in POLONOVSKI, Max – *Le Patrimoine juif européen. Actes du colloque international tenu à Paris, au Musée d'Art et d'Histoire du Judaïsme*, 26, 27 et 28 janvier 1999. Paris: Peeters Leuven, 2002, pp. 237-243.

¹⁹ PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – *Historia de las calles de Toledo*. 4^a. Edición. Toledo: Ediciones Bremen, 2002. Tomo I-III.

²⁰ PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – *Historia de las calles de Toledo*. 4^a. Edición. Toledo: Ediciones Bremen, 2002, tomo I, p. 169-170, tomo II, p. 754.

²¹ MOLÉNAT, Jean-Pierre – «Quartiers et communautés à Tolède (XIIe-XVe siècles)», *En la España Medieval* 2 (1989), pp. 163-189 ; CANTERA BURGOS, Francisco – *Sinagogas españolas*. Madrid: Arias Montano, 1955; LEÓN TELLO, Pilar – *Judios de Toledo*. 2 tomos. Madrid: C.S.I.C., 1979.

²² PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – «Los barrios judíos de Toledo». in *Simposio «Toledo judaico» (Toledo 20-22 de abril de 1972)*. Tomo I. Toledo: Centro Universitario de Toledo, Universidad Complutense, 1972, pp. 45-76; PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – «Algunas precisiones sobre las juderías toledanas...», pp. 37-57; PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – «La judería de Toledo después de la expulsión». in IZQUIERDO BENITO, Ricardo (coord.) – *La expulsión de los Judíos de España, II Curso de Cultura Hispano Judía y Sefardi*. Toledo: Caja de Castilla, 1993, pp. 26-46.

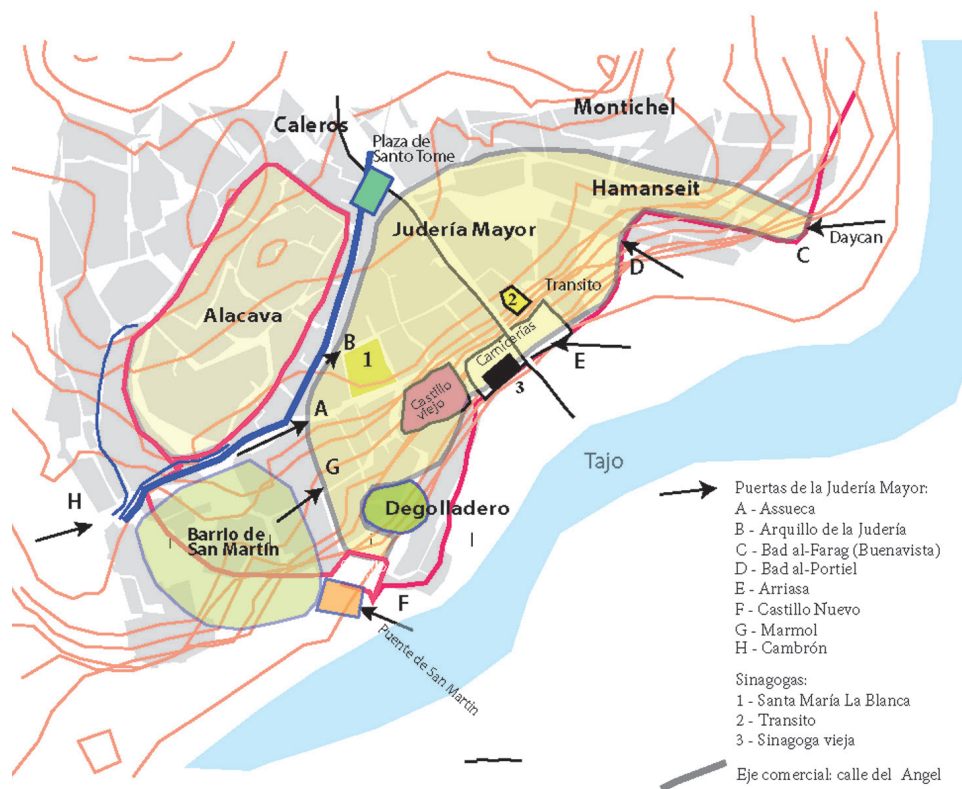


Fig. 1 – La grande juiverie et ses quartiers périphériques.



La carnicería de los judíos y La sinagoga vieja, en el siglo XV topografía medieval

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. Sinagoga | 10 Castillo de los judíos |
| 2. Portal de los carniceros | 11 Sinagoga Sta Maria la Blanca |
| 3. Hospital de la aljama | 12 Plaza de Barrio nuev |
| 4. Carnicería de los Judios | 13 Calle san Juan de Dios |
| 5. Entrada de las carnicerías de los judios | 14 Sinagoga del |
| 6. corral conocido como amarradero de las v | 15 Muro de la ciuda |
| 7. Huerta pequeña y cov | 16 Cuesta hacia el puente de San Ma |
| 8. Tienda y sótano que abre a la plaza de los carniceros | |
| 9. Casa encima de las tiendas que abre a la calle del Barrio de Arriez | |

Fig. 2 – Boucheries des juifs et la synagogue vieille « au siècle XIV », restitution.

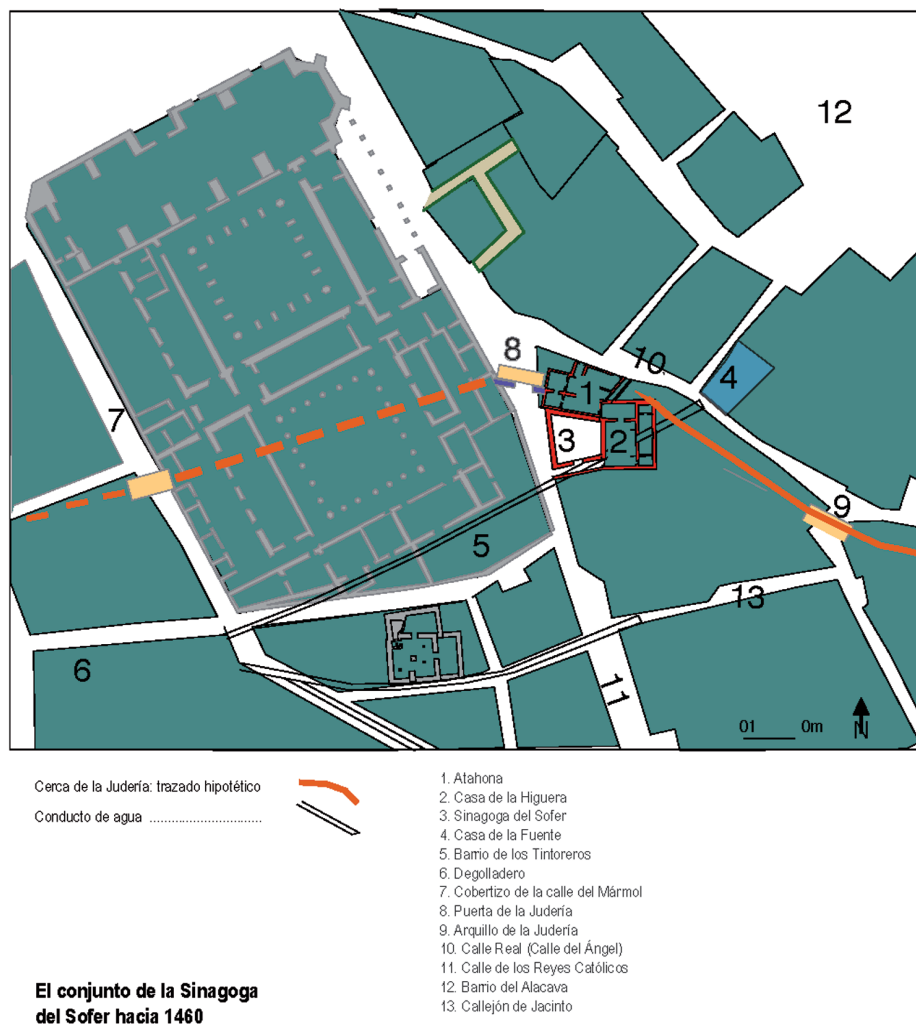


Fig. 3 –La limite nord de la juiverie dans la seconde partie du XIVème siècle.

ne portaient pas de nom au XV^{ème} siècle.

La porte, dite de l’“arquillo de la Judería”, ouvrait dans la “calle real que va a San Juan de los Reyes” face à des boutiques, qui occupaient le rez-de-chaussée d’une maison située à l’angle d’une rue montant vers l’Alacaba (actuelle rue de Bilbis) et de la “calle real”. Cette dernière, qui correspond à l’actuelle rue «del Angel» conduisait de la Puerta del Cambron à l’église de Santo Tomé, entre la Grande Juiverie à droite, l’Alacaba à gauche. Par la porte de l’“arquillo de la juderia”, on accédait à une rue en coude, dite en 1492 “calle angosta de Santa María la Blanca” qui par quelques marches descendait à la synagogue de Santa María la Blanca²³. A proximité de cette porte, se trouvaient les bains dits aujourd’hui “del Angel”, qui ouvraient à l’intérieur de la Juiverie.

Par la porte dite “del Marmol” (Fig. 1), on atteignait le chemin qui descendait en pente forte vers le pont de San Martin. Quant à la porte de la juiverie (Asueca), au niveau de l’Atahona, elle représente sans nul doute, la plus importante des trois portes nord, de par sa situation sur la voie conduisant de la porte du Cambron au cœur de la Juiverie. Etroitement liée à la Atahona, à la maison de la Higuera et à la synagogue du Sofer, elle a disparu lors de la construction du second cloître de San Juan de los Reyes. Nous avons formulé l’hypothèse que cette porte portait au XIV^{ème} siècle le nom de Açuyca, connue dans la seconde moitié du XIII^{ème} s. comme la porte “del Arrabal más grande de los judíos”²⁴. En 1273, en effet, une grande rue “baja desde Assuica hasta el barrio de la Puerta de San Martín”. La “puerta de Açuyca de la judería”, dite aussi “de Assuica” ou “de Sueca”, qui est mentionnée en 1379 et en 1383, ne figure plus dans les documents du XV^{ème} siècle. Au niveau de cette porte se tenait un marché “destiné à l’approvisionnement du quartier”²⁵ qui disparaîtra lors de la construction du second cloître de San Juan de los Reyes.

Des trois voies d’accès au nord de la juiverie, seule la rue “del Marmol”, incluse dans le couvent de San Juan de los Reyes, perdra sa fonction au cours du XX^e siècle.

Au sud, la Grande Juiverie était limitée par la muraille de la ville (voir plus haut 1. Quartier de Arriasa).

À l’est, le mur de la juiverie se situait encore dans le premier quart du XVe siècle, sur la colline de Montichel: en 1420, la prieur du couvent de Santa Ursula achète une cave, dans la paroisse de Santo Tomé, frontero de los muros de la cerca de Montichel que es la dicha cerca de la judería²⁶. Le mur de la juiverie descendait vers le Tage jusqu’à la porte del Portiel (voir plus haut 3. Quartier de Hamanzzeit).

²³ LEÓN TELLO, Pilar – *Judios de Toledo...*, Tomo II: *Inventario cronológico de documentos*, doc. 1593.

²⁴ GONZÁLEZ PALENCIA, Angel – *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, 4 vol., doc. 635, année 1273.

²⁵ MOLÉNAT, Jean-Pierre – «Quartiers et communautés à Tolède (XIIe-XVe siècles)», *En la España Medieval* 2 (1989), pp. 163-189.

²⁶ LEÓN TELLO, Pilar – *Judios de Toledo...*, Tomo II: *Inventario cronológico de documentos*, doc. 748.

II. L'ALACAVA, QUARTIER HAUT DE LA JUIVERIE DE TOLEDE.

Pedro López de Ayala, rendant compte des luttes pour le pouvoir du roi Pedro I et du comte don Enrique à Tolède, signale qu'une judería apartada est détruite, en 1355, par les troupes du comte don Enrique tandis que la Judería Mayor "que estaba serrada e mucha gente a dentro" résiste. Les historiens s'accordent sur le fait que la "judería apartada" occupait la colline de l'Alacaba, voisine de celle de San Román. C'est une zone morphologique délimitée au sud par un ancien axe commercial, la rue del Angel; au nord, par la rue del Cobertizo de las Doncellas²⁷, qui descend actuellement de la place de la Cruz en direction la Porte del Cambron et de San Juan de los Reyes²⁸.

L'habitat médiéval ayant été détruit à la fin du XIV^e siècle puis abandonné au XVII^{ème}, le parcellaire de l'Alacava est dégradé. Le réseau des rues comprend, d'une part deux ensembles dirigés selon l'axe de l'éperon, d'autre part de nombreuses rues transversales aux précédentes, dont la rue de las Bulas Viejas dans son premier tronçon, est la plus importante.

On pénétrait dans le quartier de l'Alacava par des portes ou postigos, parmi lesquels une porte et un adarve entre le quartier juif de l'Alacava et le quartier chrétien de San Román, et un postigo, dit parfois «del Pepino», plus à l'ouest. Au sud, les rues transversales de l'Alacava étaient fermées, au contact avec la rue «del Angel», par des portes, gardées par des cobertizos.

Deux édifices publics étaient connus des historiens, mais non localisés, ce sont une synagogue, dont nous avons retrouvé le site dans l'ancien «adarve de los Golondrinos» (Fig. 4) et une école rabbinique ou midrash. Contre la synagogue s'élevait la maison d'étude, mentionnée à la fin du XIV^{ème} siècle²⁹ sous le nom de «madrisa de Ben An-neqawa», et vendue en juin 1492 à deux religieuses du couvent de Santo Domingo el Real.

L'étude des documents et du terrain conduisent à situer le midrash de las Vigas dans un îlot jointif à la rue de Bilbis, qui semble avoir joué un rôle important dans la vie religieuse des juifs de la paroisse de Santo Tomé avant le pogrom de 1391³⁰.

III. LE QUARTIER DE CALEROS.

F. Cantera Burgos³¹ s'appuyant sur un document de 1355 du monastère de Santo Domingo

²⁷ PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – *Historia de las calles de Toledo*. 4^a. Edición. Toledo: Ediciones Bremen, 2002. Tomo I-III.

²⁸ PASSINI, Jean – «El Alacava, barrio alto de la Judería de Toledo», *Madrider Mitteilungen* 50, (2009), pp. 340-354.

²⁹ González Palencia A. (1926-1930), *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, 4 vol., Madrid: Doc. 897, año 1163; doc. 1148, año 1282 diciembre; doc. 1151, año 1282, octubre 1282; doc. 635, marzo 1273; doc. 1146, año 1281, noviembre; doc. 1147, año 1282, diciembre; doc. 674, año 1283.

³⁰ PASSINI, Jean – «El Alacava, barrio alto de la Judería de Toledo», pp. 340-354.

³¹ CANTERA BURGOS, Francisco – *Sinagogas de Toledo, Segovia y Córdoba*. Madrid: C.S.I.C., 1973.

el Real, signalait dans le quartier de Caleros l'existence d'une synagogue. Comme les autres synagogues de Tolède, elle a dû souffrir du mouvement antijuif de 1391. Abandonnée à cette date, ou peu après, elle sera achetée ainsi que plusieurs maisons voisines de la rue de Caleros par l'archidiacre de Niebla, qui dès 1434 réunit des maisons de ce quartier dans son patrimoine, dont un quart sera acheté en 1460 par Juan de Silva, comte de Cifuentes.

L'inventaire des biens de l'archidiacre de Niebla³² indique que, le long de la rue de Caleros, les maisons étaient entrecoupées d'étroites rues traversières qui joignaient la rue haute dite "de Caleros" à la rue de la Trinidad. L'une d'elles, nommée " callejon de Marrón" à partir de 1858³³, subsiste encore aujourd'hui.

La maison principale du comte de Cifuentes, où le roi faisait halte dès la seconde moitié du XVe siècle et un siècle plus tard, occupait un grand îlot, au niveau du cobertizo de Caleros. De l'autre côté du cobertizo s'élevait, à l'angle des rues de Caleros et du «Cobertizo de San Pedro Martir», la maison "accessoire", qui résultait de la fusion de trois petites maisons³⁴. Devant la porte de la maison principale du comte de Cifuentes, s'étendra une place ouverte au cours du dernier quart du XVe siècle, à l'emplacement de la parcelle de la synagogue, celle-ci étant soit tombée en ruine, soit volontairement détruite.

Nous avons démontré³⁵ que la synagogue de Caleros ouvrait non pas sur la rue du même nom mais sur le «callejon de Marrón», non loin du «cobertizo de Caleros», qui marquait l'entrée du quartier. La rue principale du quartier de Caleros semble avoir été très commerçante, au moins dans la seconde moitié du XIV^{ème} siècle. «

Soulignons l'analogie entre la synagogue de Caleros et celle du Sofer, non au niveau de leur importance, mais elles sont deux placées non loin de l'entrée de la rue principale d'un quartier juif, entrées marquées soit par un cobertizo, soit par une porte. Le quartier de Caleros perdra son caractère de quartier juif au début du XV^{ème} siècle et sera intégré dans le quartier de Santo Tomé.

³² PASSINI, Jean – «La sinagoga del barrio de Caleros», *Sefarad* 66, 1, (2006), pp. 55-68.

³³ PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – *Historia de las calles de Toledo*. 4^a Edición. Toledo: Ediciones Bremen, 2002. Tomo I-III.

³⁴ PASSINI, Jean – «La sinagoga del barrio de Caleros...», pp. 55-68.

³⁵ PASSINI, Jean – «La sinagoga del barrio de Caleros...», pp. 55-68.



Fig. 4 – Reste de la synagogue de los Golondrinos, ancienne rue de Abenasa.

BIBLIOGRAPHIE

- ALONSO PEDRAZ, Martín – *Diccionario medieval español*. Tomo I. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1986.
- BANGO GARCÍA, Clara, «Un barrio de la ciudad: la judería». in BANGO TORVISO, Isidro (coords.) – *Memoria de Sefarad*. Toledo: Centro Cultural San Marcos, Soc. Est. Acción Cultural Exterior, 2002, pp. 63-71.
- CANTERA BURGOS, Francisco – *Sinagogas españolas*. Madrid: Arias Montano, 1955.
- CANTERA BURGOS, Francisco – «Relieves históricos de la judería de Toledo», *Sefarad* 26, 2, (1966), pp. 305-322.
- CANTERA BURGOS, Francisco – *Sinagogas de Toledo, Segovia y Córdoba*. Madrid: C.S.I.C., 1973.
- DELGADO VALREO, Clara – *Arte hispano-musulmán (artículos)*. Madrid: UNED, 2001, pp. 495-509.
- GONZÁLEZ y GONZÁLEZ, Julio – *Repoblación de Castilla la Nueva*. 2 tomos. Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Filosofía y Letras, 1975.
- GONZÁLEZ PALENCIA, Angel – *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, 4 vol. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan, 1926-1930.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo – «El patrimonio del cabildo de la catedral de Toledo en el siglo XIV», *Anales Toledanos* 3, (1980), pp. 3-24.
- LEÓN TELLO, Pilar – «Costumbres, fiestas y ritos de los judíos toledanos a fines del siglo XV». *Simposio «Toledo judaico» (Toledo 20-22 de abril de 1972)*. Tomo II. Toledo: Centro Universitario de Toledo, Universidad Complutense, 1972, pp. 67-90.
- LEÓN TELLO, Pilar – *Judíos de Toledo*. 2 tomos. Madrid: C.S.I.C., 1979.
- LÓPEZ DE AYALA, Pedro – *Crónica del rey Don Pedro y del Rey Don Enrique, su hermano, hijos del rey don Alfonso Onceno*, edición crítica y notas de Germán ORDUNA; estudio preliminar de Germán ORDUNA y José Luis MOURE. Buenos Aires: SECRT, 1994-1997.

- MOLÉNAT, Jean-Pierre – «Quartiers et communautés à Tolède (XIIe-XVe siècles)», *En la España Medieval* 2 (1989), pp. 163-189.
- PASSINI, Jean – «Plan parcellaire et urbanistique islamiques au Moyen Age», *Le Moyen Age, Revue d'Histoire et de Philologie* 1, XCIX, (1993), pp. 27-39.
- PASSINI, Jean – «Le bain de Zeit à Tolède (Espagne)», in POLONOVSKI, Max – *Le Patrimoine juif européen. Actes du colloque international tenu à Paris, au Musée d'Art et d'Histoire du Judaïsme, 26,27 et 28 janvier 1999*. Paris: Peeters Leuven, 2002, pp. 237-243.
- PASSINI, Jean – «La sinagoga del Sofer en Toledo». *Sefarad* 64, 1, (2004), pp. 141-157.
- PASSINI, Jean – *Casas y casas principales urbanas El espacio doméstico de Toledo a fines de la Edad Media*. Toledo: Univ. de Castilla-La Mancha, 2004.
- PASSINI, Jean – «El urbanismo de Toledo entre 1478 y 1504: el convento de San Juan de los Reyes y la Judería», *Toletum* 50, (2005), pp. 11-23.
- PASSINI, Jean – «La sinagoga del barrio de Caleros», *Sefarad* 66, 1, (2006), pp. 55-68.
- PASSINI, Jean – “Essai sur la limite nord de la Juiverie de Tolède”. in ÁLVAREZ CHILLIDA, Gonzalo; IZQUIERDO BENITO, Ricardo (coords.) – *El antisemitismo en España*. Cuenca: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2007, pp. 237-244.
- PASSINI, Jean – «El barrio de Arriasa y tres elementos de la aljama judía de Toledo en el siglo XV: la carnicería, la «sinagoga vieja» y el «catillo vielo», *Sefarad* 68, 1, (2008), pp. 37-53.
- PASSINI, Jean – «El Alacava, barrio alto de la Judería de Toledo», *Madriдер Mitteilungen* 50, (2009), pp. 340-354.
- PASSINI, Jean; MOLÉNAT, Jean-Pierre – *Toledo a finales de la Edad Media*. Vol. I: *El Barrio de Los Canónigos. Arquitectura privada. Historia social*. Toléde: Colegio Oficial de Arquitectos de Castilla-La Mancha, Delegación de Toledo, 1995.

- PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – «Algunas precisiones sobre las juderías toledanas», *Anales Toledanos* XIV, (1983), pp. 37-57.
- PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – *Historia de las calles de Toledo*. 4ª Edición. 4 tomos. Toledo: Ediciones Bremen, 2002.
- PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – «Los barrios judíos de Toledo». in *Simposio «Toledo judaico» (Toledo 20-22 de abril de 1972)*. Tomo I. Toledo: Centro Universitario de Toledo, Universidad Complutense, 1972, pp. 45-76.
- PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – *Toledo a través de sus planos*. Tolède: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, Diputación Provincial, 1989.
- PORRES MARTÍN-CLETO, Julio – «La judería de Toledo después de la expulsión». in IZQUIERDO BENITO, Ricardo (coord.) – *La expulsión de los Judíos de España, II Curso de Cultura Hispano Judía y Sefardi*. Toledo: Caja de Castilla, 1993, pp. 26-46.
- RAMÍREZ DE ARELLANO, Rafael – «La calle del Bilbís». *TOLETUM. Boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas* 4, (1919), pp. 182-184.
- RUIZ TABOADA, A. – “Nuevo Hallazgo de un fragmento documental hebreo en Toledo”, in *Herencia Recibida* 06, (2006), pp. 98-103.
- FERNÁNDEZ VALBUENA, Ramiro – «La “Bet ham-midrás” o “Casa de estudio” de los Judíos en Toledo». *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* XVIII, (1908), p. 447-459.

Morfologias urbanas na Lisboa Medieval:

O caso das Judiarias (1147-1325)

*Manuel Fialho Silva*¹

Resumo

Este artigo terá como tema central a morfologia urbana das duas judiarias existentes na Lisboa medieval, numa cronologia que finda no final do reinado de D. Dinis. A forma urbana das Judiaria Velha e Nova era diametralmente oposta pois a sua génese terá sido muito diferente. Observaremos como a formação de uma nova malha urbana estava profundamente relacionada com o jogo de poderes que então controlava a cidade. Deste modo, o nosso desconhecimento do estágio inicial da formação da malha urbana da Judiaria Velha é de algum modo colmatado pela informação que possuímos sobre o processo formativo da Judiaria Pequena, permitindo-nos uma comparação entre ambas as respectivas morfologias urbanas.

Palavras-chave

Urbanismo; Lisboa; Medieval; Judiaria; D. Dinis.

¹GEO/CML; CH/ULisboa.

Urban morphologies in medieval Lisbon: the jewries' case

Abstract

This article will have as its central theme the urban morphology of the two Jewish settlements in medieval Lisbon, in a chronology that ends with King Dinis' reign. The urban form of the Old/Great and New/Little Jewry was diametrically opposed because its genesis was very different. We will see how the formation of a new urban network was deeply related to the power that then controlled the city. Thus, our lack of knowledge of the initial stage of the formation of the urban fabric of Old Jewry is somehow solved by the information we have about the formative process of the Little Jewry, allowing us a comparison between their urban morphologies.

Keywords

Urbanism; Lisbon; Medieval; Jewry; King Dinis.

Na Lisboa Medieval existiram três judiarias e um núcleo populacional, estruturas com a sua história e morfologia urbana particular. Neste artigo focaremos a nossa atenção nas Judiarias Grande e Pequena, também conhecidas como Velha e Nova, respectivamente. Demonstraremos como a forma urbana destas estruturas se encontrava em posições diametralmente opostas, expondo algumas reflexões relativas a esta dissimilitude entre ambas. Estas judiarias foram seleccionadas para uma análise comparativa por serem as únicas cuja morfologia urbana é possível reconstituir, pelo menos de modo parcial². Relativamente às outras duas estruturas mencionadas, a Judiaria de Alfama não foi ainda reconstituída de modo a permitir a sua análise e a forma urbana do núcleo populacional da Pedreira permanece ainda desconhecida.

1. Antecedentes.

A presença de uma comunidade judaica em Lisboa no período medieval é um assunto bem conhecido pela historiografia portuguesa, sendo consensual a sua

² Sobre as formas urbanas das Judiarias Velha/Grande e Nova/Pequena ver: SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: s.n., 2017, Tese de doutoramento, pp. 276-290; TAVARES, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p. 59; SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3ª ed., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, vol. 1, pp. 203-239; vol. 2, pp. 5-35.

existência no período anterior a 1147. Para Augusto Vieira da Silva, o olisipógrafo que mais se dedicou ao estudo topográfico das judiarias da cidade, a Judiaria Velha provavelmente já existia, possivelmente no mesmo local, antes da conquista da cidade por Afonso Henriques e os cruzados³. Além deste autor, também Maria José Ferros Tavares, reconhecida especialista sobre a comunidade judaica portuguesa durante o período medieval, considerou a Judiaria Velha como uma possível herança da cidade muçulmana⁴. Luísa Trindade, autora do actual trabalho mais profundo sobre o urbanismo medieval português, segue a mesma linha de pensamento, considerando que “aos judeus terá sido possível, em muito casos, manter a sua anterior implantação...”, referindo Lisboa como um desses casos⁵. Também nós partilhamos a opinião de que a Lisboa muçulmana já possuiria uma comunidade judaica e que provavelmente esta já se agregaria em torno da sua sinagoga, que talvez se situasse no mesmo local onde se situou a sinagoga grande de Lisboa, documentalmente confirmada desde o século XIII⁶.

Importa aqui corrigir uma proposta que realizámos anteriormente, onde referimos uma elegia de Abraham Ibn Ezra, que supostamente se referiria à conquista de Lisboa pelos cristãos em 1147, usando este poema para confirmar a existência da referida comunidade antes dessa data⁷. Posteriormente, verificámos que a elegia mencionada não se refere a Lisboa, mas sim a Lucena, cidade andaluza, onde existiu uma das mais importantes comunidades judaicas da Península, conquistada pelos almóadas em 1148, a qual se extinguiu nesse momento, transferindo-se para Toledo⁸. Ainda assim, a revogação desta evidência não levou a uma alteração da nossa posição sobre a existência de uma comunidade judaica, antes da tomada da cidade por Afonso Henriques, pois, entretanto surgiu uma nova evidência, desta vez material, que reforça a nossa posição. Referimo-nos a uma marca de pão encontrada no local dos antigos Armazéns Sommer, actual *Hotel Eurostars Museum*, situado na Rua do Cais de Santarém. Entre 2014 e 2015 realizou-se nesse local uma campanha arqueológica a cargo da empresa Neoépica, abrangendo os 5900 m2

³ Cf. SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa...*, vol. I, p. 203.

⁴ TAVARES, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal...*, p. 59.

⁵ Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 620.

⁶ Sobre a posição da sinagoga grande de Lisboa ver: Cf. SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa...*, vol. I, p. 214; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval...*, pp. 283-285.

⁷ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval...*, p. 276. O nosso equívoco teve origem na tradução da elegia por Samuel Schwarz em: SCHWARZ, Samuel – “Elegia de Rabi Abraham ibn Ezera (1092-1167) sobre a tomada de Lisboa”, *Revista Municipal de Lisboa*, 55, (1952), pp. 35-44.

⁸ Cf. FERNÁNDEZ URRESTI, Mariano – *La España expulsada: La herencia de Sefarad y Al-Andalus*. Madrid: EDAF, 2009, pp. 87-88; NAHON, Gerard – “La elegia de Abraham ibn Ezra sobre la persecución de los almohades. Nuevas perspectivas”. in DÍAZ ESTEBAN, Fernando (coord.) – *Abraham Ibn Ezra y su tiempo: actas del Simposio Internacional*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Asociación Española de Orientalistas, 1990, pp. 217-224.

onde se implantava o antigo palácio dos Condes deste Coculim. Entre os milhares de fragmentos de peças com valor arqueológico, algumas poucas dezenas estão em exposição no espaço museológico do hotel. Entre essas dezenas de peças encontra-se a referida matriz hebraica para pão decorada com uma menorá, datada pelos arqueólogos da antiguidade tardia, mais precisamente entre os séculos quinto a sexto depois de Cristo. Deste modo, sendo a menorá uma marca claramente distintiva da comunidade judaica, é possível considera-la um forte indício sobre a existência de uma comunidade hebraica na cidade, durante a antiguidade tardia.

Apesar de a referida peça comprovar directamente a existência da comunidade num período anterior, não nos parece admissível que tal comunidade tenha desaparecido e voltado a surgir na Lisboa medieval. Configura-se como muito mais provável a possibilidade de que esta comunidade tenha perdurado entre o momento em que a peça arqueológica terá sido produzida (sécs. V a VI d.C.) e a expulsão dos Judeus já no reinado de D. Manuel (1497), o que significa uma presença judaica milenar, em Lisboa.

No que respeita às primeiras evidências documentais, encontrámos um documento da segunda metade do século XII e dois documentos da primeira década do século XIII, que confirmam a presença de população judaica na cidade. O mais antigo documento que indicia a existência de uma comunidade hebraica em Lisboa é a carta de protecção dada por Afonso Henriques aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, em 1170, onde são referidos judeus de forma algo vaga, mas inquestionável:

*“Et nullos meus christianus neque **judeus** super vos habeat nocendi potestatem...”*⁹

O segundo documento é uma carta de privilégios concedidos a Lisboa por D. Sancho I, em 1204, onde o monarca refere mouros e judeus que habitariam em Lisboa, colocando-os sob a alçada legal dos funcionários do poder régio, especificando que este procedimento já ocorria durante o primeiro reinado português¹⁰.

*“...Mando outrossy dos mouros e dos **judeus** feridos que se venham queixar ao alcaide e alvaziis asy como foy costume no tempo de meu padre...”*

O segundo documento mais antigo, que refere a presença da comunidade hebraica, permite-nos não só confirmar a sua existência, mas também localizá-la na malha urbana da cidade. Trata-se de carta de venda de casas situadas na freguesia

⁹ Cf. ANTT, *Livro de Inquirições de D. Afonso III*, fl. Publicada em publicado em PMH, *Leges I*, pp. 396-397.

¹⁰ Cf. VIEGAS, Inês Morais e GOMES, Marta (coords). – *Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016, p. 77.

de S. Maria Madalena onde é referido um local denominado “*aljazaria de Judeos*”, localizando casas pertencentes ou habitadas por judeus nas suas confrontações¹¹. Consideramos que este documento constitui a primeira referência directa à Judiaria Velha/Grande. *Aljazaria*, pode significar, neste contexto, “matadouro”, derivando da raiz árabe “*jazr*”, que significa, “matar”, sendo muito provável que se refira a um matadouro hebraico, pois no mesmo documento são referidos uns “*bancos da carne*”.

“...*hec est Karta venditionis... ..de unas nostras casas quam habuimus ulixbone in collatione Sancta Maria Madganela ubi vocant aljazaria de Judeos et isti sunt termini ejus. In oriente et in aquilone via publica et in occidente tendas de almuxarife et zoleyma judeo et in affricum Dona Regina judea...*”

Em datas posteriores à da produção destes documentos, entre os séculos XIII e XV, encontramos várias referências documentais que permitem perceber a localização e os limites aproximados da Judiaria Grande, o que possibilitou uma reconstituição segura da sua posição topográfica na cidade medieval, desde os meados do século XIII até ao seu desaparecimento no final do século XV, realizada por autores como Augusto Vieira da Silva, ou Maria José Ferro Tavares¹².

Além destes documentos, importa referir uma informação, oriunda na tradição judaica, sobre a suposta construção de uma sinagoga em Lisboa, sob o patrocínio de Joseph ibn Yahia, almoxarife judeu de D. Sancho I, que teria tido autorização para realizar esta obra por serviço prestado à Coroa, contudo não é possível confirmar esta informação documentalmente¹³.

Conjugando os indícios patentes na documentação com a referida evidência material, e considerando também o consenso entre os especialistas sobre esta questão, é possível afirmar que a comunidade judaica teve uma presença constante em Lisboa, desde, pelo menos, a antiguidade tardia até ao final do século XV. É conhecido o papel de relevo de vários judeus na sociedade lisboeta medieval¹⁴. A permanência desta comunidade durante este longo período de tempo é um aspecto

¹¹ ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço VII, nº 142, 1205. Publicado em PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Edições Palas, 1975, p. 147. Pradalié data este documento de 1175, contudo essa datação não parece coincidir com o documento original por nós observado.

¹² TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no sec. XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970; TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no sec. XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982; TAVARES, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal...*; SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa...*, vol. I, pp. 203-239

¹³ Esta informação é referida por vários autores os quais se socorrem de uma obra judaica, da autoria de Guedaliah ibn Yahya ben Joseph, a *Schalscheleth ha-Kabbalah*, escrita no século XVI. Este autor pertenceria à mesma família que o referido Joseph ibn Yahia (Cf. AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia social política y religiosa de los judíos de España y Portugal*. Vol. I. Madrid: s.n., 1875, p. 271; REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado, 1895, pp. 121-122).

¹⁴ Cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no sec. XIV*. 2ª ed., Lisboa: Guimaraes Editora, 2000, pp. 51-101; TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no sec. XV...*

que devemos sublinhar pois constituirá um elemento chave para a nossa proposta relativa ao urbanismo medieval da Judiaria Velha de Lisboa.

2. A Judiaria Grande ou Velha.

Relativamente à Judiaria Grande, local com a mais antiga presença confirmada da comunidade judaica, os seus limites foram já abordados em estudos anteriores (ver Fig. 1)¹⁵.

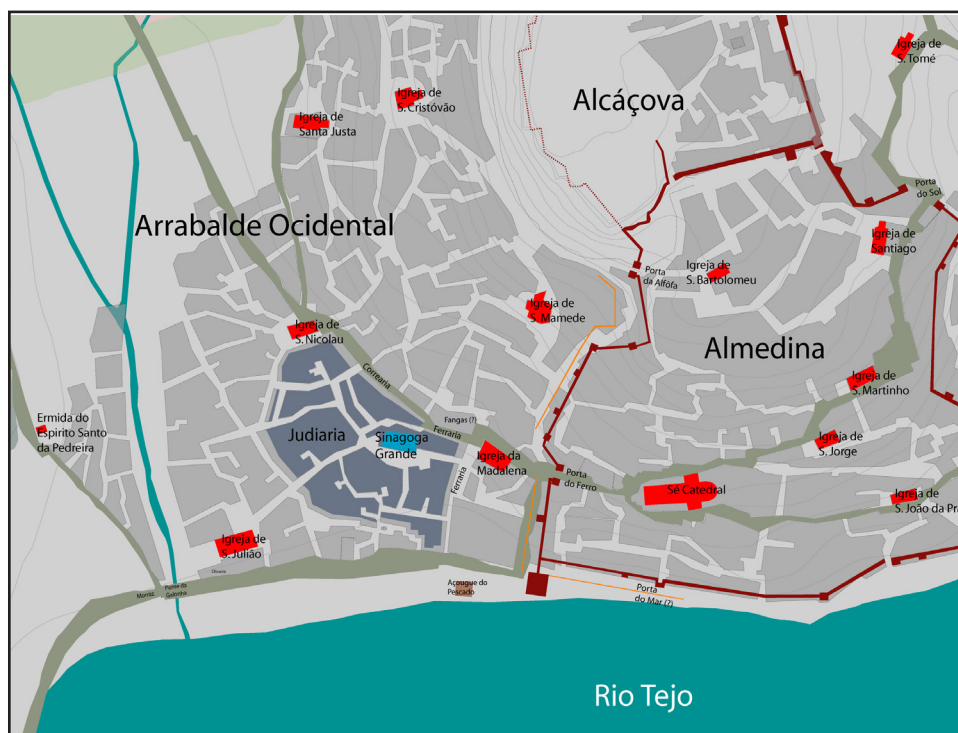


Fig. 1 – A Judiaria Velha/Grande de Lisboa, cerca de 1250.

Implantada no Arrabalde Ocidental da cidade, junto ao centro económico da cidade, a Judiaria Velha situava-se num local privilegiado no que respeita ao comércio urbano, uma posição recorrente nas judiarias do reino português e também na Península Ibérica, e possivelmente em outras cidades onde estava presente uma relevante comunidade hebraica¹⁶. Esta posição não nos deve surpreender pois é bem

¹⁵ A nossa reconstituição é sobretudo devedora dos já citados trabalhos de Augusto Vieira da Silva e de Maria José Ferro Tavares. Cf. SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval...*, pp. 283-287.

¹⁶ Cf. TAVARES, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal...*, p. 24; SABATÉ, Flocel – “L’Espace des minorités ethniques et religieuses: Les Juifs dans les Villes Catalanes au Bas Moyen Âge”. in SABATÉ, Flocel e GUILLERÉ, Christian (eds.) – *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*. Savona:

conhecida a vocação comercial desta comunidade.

Infelizmente não são conhecidas evidências materiais de estruturas arqueológicas que nos permitam reconstituir com exactidão a malha urbana desta Judiaria, pelo que a nossa reconstituição se alicerça na cartografia anterior ao terramoto de 1775 e na documentação medieval. A cartografia pré-pombalina revela uma morfologia urbana com uma matriz inequivocamente mediterrânica no espaço da judiaria velha. A nossa proposta é de que esta forma urbana, que se manteve até à remodelação pombalina, efectuada após a segunda metade do século XVIII, teve uma longa perenidade que se deve relacionar com a própria história da comunidade hebraica, que, como se observou, deverá remontar, pelo menos, à antiguidade tardia.

Nas cidades que estavam debaixo do controlo islâmico, ou seja, no Al-Andalus, o urbanismo definia-se pela sua matriz mediterrânica, estruturando-se e organizando-se em torno dos edifícios chave (mesquitas, banhos, mercados), e em torno da unidade habitacional, a casa de pátio central ou lateral. Este urbanismo distinguia-se do urbanismo romano, ambos mediterrânicos e ambos estruturados em torno da casa de pátio central. Em primeiro lugar devemos apontar os diferentes modelos sociais: clânico na sociedade islâmica e patriarcal na sociedade romana. Deste modo, enquanto a sociedade islâmica medieval se estruturava em torno da família extensa/alargada, a sociedade da Roma antiga organizava-se em torno da família nuclear. Em segundo, os modelos jurídicos de ambas as sociedades agiam sobre a forma urbana de modo distinto. Neste sentido, note-se a prática da *al-fina* no urbanismo islâmico como um sistema regulador da forma urbana caracterizado pela sua plasticidade¹⁷, em contraste com o direito romano baseado num contraste estável entre o *publicus* e o *privatus*¹⁸.

No caso das cidades islâmicas, ao contrário do que muitas vezes é admitido, a ortogonalidade, também estava presente, quando o poder central assim o desejava, veja-se o caso paradigmático da cidade palatina de *Madinat al-Zahra*, entre outros¹⁹.

Université de Savoie, 2012, p. 233.

¹⁷ NOORADDIN, Hoshair – *Al-Fina': a study of "In Between" Spaces along streets as an urban desing concept in islamic cities of the middle east with a case study in Cairo*: Trondheim, NTH-Universidade de Trondheim, 1996.

¹⁸ Sobre o espaço público no direito romano ver: RUSSELL, Amy – *The Definition of Public Space in Republican Rome*. Berkeley: s.n., 2011, tese de doutoramento.

¹⁹ Sobre o urbanismo islâmico e os muitos equívocos de que tem sido alvo ver: SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval...*, pp. 46-56; HAKIM, Besim Selim – *Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles*. London: Kegan Paul International, 1986; HANEDA, Masashi e MIURA, Toru – *Islamic Urban Studies: Historical Review and perspectives*. Londres e Nova Iorque: Kegan Paul International, 1994; MAZZOLI-GUINTARD, Christine – *Villes d'al-Andalus: L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996; GARCÍA-BELLIDO Y GARCÍA DE DIEGO, Javier – "Morfogénesis de la ciudad islámica: algunas cuestiones abiertas y ciertas propuestas explicativas". in FIERRO, Maribel; VAN STAËVEL, Jean-Pierre; CRESIER, Patrice (eds.) – *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Âge: aspects juridiques*. Madrid: Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, C.S.I.C., 2000, pp. 243-283; NAVARRO PALAZÓN, Júlio e JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – *Las ciudades de Alandalús. Nuevas perspectivas*. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Próximo Oriente,

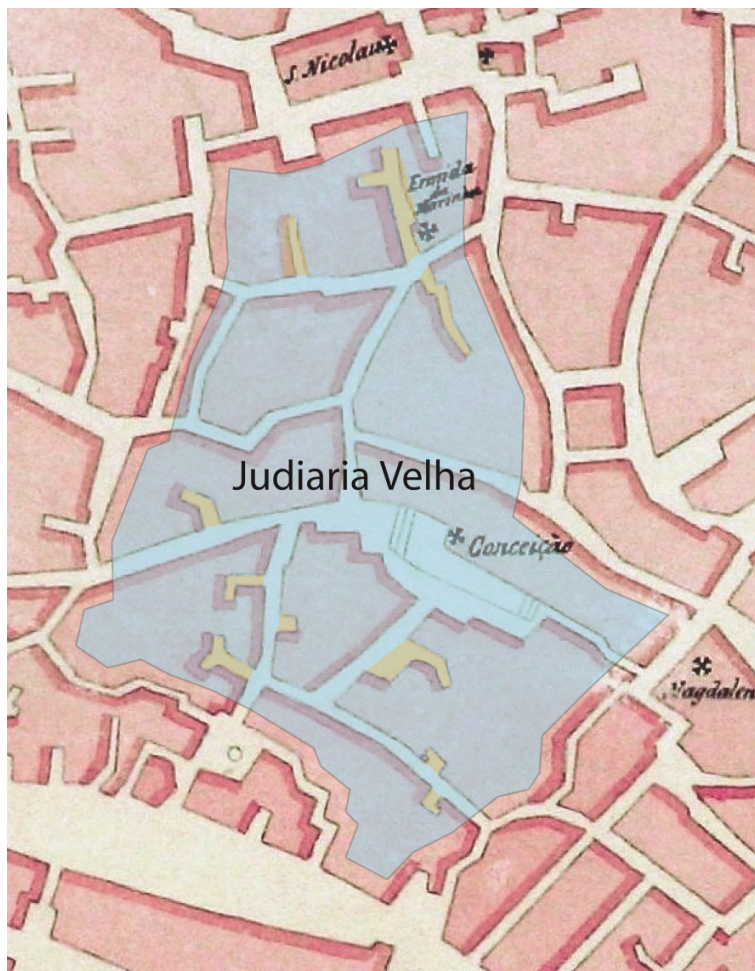


Fig. 2 – A judiaria velha de Lisboa num excerto da Planta de João Nunes Tinoco (1650).

Nos casos onde a autoridade central ou local não exercia a sua influência para modelar a cidade, a forma urbana se regia-se por outros factores, nomeadamente, a orografia do terreno, os antecedentes urbanos, ou seja, sistemas viários anteriores, a evolução morfológica das habitações de casa-pátio, que muitas vezes sofriam acrescentos, ou eram divididas entre os descendentes e, finalmente, a posição urbana dos edifícios públicos.

Note-se também que durante o período que separa o controlo real do poder romano da chegada e domínio efectivo do poder central muçulmano, decorreram

2007; NAVARRO PALAZÓN, Júlio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro e GARRIDO CARRETERO, Fidel – “Forma y función de la casa-patio andalusí: analogías y diferencias entre Murcia y Siyâsa (ss. X-XIII)”, in Díez Jorge, María Elena e NAVARRO PALAZÓN, Julio (eds.) – *La casa medieval en la Península Ibérica*. Madrid, Sílex ediciones, 2015, pp. 337-394.

vários séculos onde as cidades não tiveram, na sua maioria, um poder central interessado em manter sistemas viários ortogonais, nem em favorecer uma organização lógica da malha urbana. Esta realidade também terá ocorrido em Lisboa, sendo que o Arrabalde Ocidental, onde se situaram as duas judiarias aqui consideradas, foi testemunha de uma significativa regressão urbana, que apenas foi revertida no período de domínio islâmico, tal como comprovaram várias evidências patentes em escavações arqueológicas nessa área²⁰.

Regressando ao caso da Judiaria Velha, parece-nos bastante significativo que a cartografia produzida em meados do século XVII ainda apresente vários adarves no interior dos blocos de edificado, ou seja, o acesso a muitas das habitações ainda se efectuava através de vias secundárias e não pelas fachadas para as ruas principais, uma característica herdada do sistema viário anterior à ocupação cristã (ver **Fig. 2**)²¹.

Consideramos que a permanência desta morfologia urbana se prende com a continuidade da existência da comunidade hebraica desde um período muito provavelmente anterior à conquista cristã até ao final do século XV, tema aqui anteriormente abordado. Importa ainda acrescentar que a comunidade judaica de Lisboa estaria profundamente arabizada, tal como revela a onomástica de alguns dos seus membros²². Esta arabização cultural beneficiaria a manutenção da morfologia urbana de matriz mediterrânica, pois não se observam motivos que demonstrem, da parte da comunidade hebraica, qualquer alteração na forma de habitar a cidade ao longo do domínio cristão. De facto, não se conhecem alterações na forma urbana da Judiaria Velha/Grande por parte de cristãos até à expulsão da comunidade no reinado de D. Manuel, nos últimos anos do século XV. Esta última afirmação, conjugada com a análise da cartografia pré-pombalina, onde se observou a permanência da matriz mediterrânica, leva-nos a considerar que a forma urbana da Judiaria Velha/Grande se caracterizou, durante toda a idade média, por uma morfologia onde sobressaem as seguintes condicionantes. Em primeiro lugar, devemos considerar a prevalência da orografia, pois a forma urbana de toda a colina ocidental do Castelo afectava todo o Arrabalde Ocidental até encontrar o esteiro, uma barreira natural para, que era ele próprio desenhado pela orografia. Em segundo lugar, sobressaem os vestígios do sistema viário romano, nomeadamente, na via conhecida em época medieval como Corredoura, que limitava a judiaria Velha/Grande a Noroeste, que seria herdeira de uma via norte de época romana, com uma orientação semelhante mas com alguma

²⁰ Sobre esta questão ver: SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval...*, pp. 265-271.

²¹ Sobre o sistema viário da Lisboa medieval ver: SILVA, Manuel Fialho – “O Sistema Viário da Lisboa Medieval”, in *Meios Vias e Trajectos... Entrar e sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 2*. Lisboa: CML/CAL e Sociedade de Geografia de Lisboa, 2018, pp. 125-135.

²² LOURINHO, Lourinho e SILVA, Manuel Fialho – “O hibridismo na sociedade lisiponense pós-1147”, comunicação apresentada no colóquio internacional Moçárabes Cultura e acultura, em Silves, Outubro de 2010, 2011, disponível em:

https://www.academia.edu/22285169/O_Hibridismo_na_Sociedade_Olisiponense_pós-1147.

deslocação no seu percurso, como se pode observar nos vestígios de ambas as vias nas escavações realizadas na Praça da Figueira²³. Em terceiro lugar, nota-se uma disposição estruturada em torno do principal edifício da comunidade: a sinagoga de Lisboa, a qual se situava no centro da Judiaria. Em quarto, sobressai na cartografia mais antiga da cidade a manutenção dos acessos às casas através de adarves, o que aumentava significativamente o número de ruas secundárias, incrementando a complexidade da malha urbana. Por fim, importa sublinhar que a sobrevivência dos referidos adarves na cartografia seiscentista poderá estar relacionada com a manutenção de casas-pátio, proposta que permanece ainda no domínio da probabilidade. Nenhuma destas características estarão presentes na forma urbana da Judiaria Nova, erguida num momento preciso, sob uma autoridade concreta, com objectivos específicos.

3. A Judiaria Pequena ou Nova.

A génese desta estrutura urbana foi já por nós estudada num trabalho que beneficiou com o conhecimento de dados arqueológicos que permitiram confirmar o que a documentação permitia supor²⁴. Uma análise sobre a forma urbana da Judiaria Pequena revela uma realidade totalmente oposta à da sua congénere mais antiga. A génese da Judiaria Nova deve ser entendida em conjunto com um vasto plano de reestruturação da Ribeira efectuado por D. Dinis na última década do século XIII²⁵. Desse extraordinário plano, não nos restam plantas nem nomes dos arquitectos que o conceberam, no entanto possuímos evidências arqueológicas, dados documentais e iconográficos e por último vestígios na cartografia pré-pombalina que nos permitiram reconstituir com alguma certeza a Ribeira de Lisboa após a acção remodeladora do rei, com o apoio do concelho da cidade (ver **Fig. 3**).

Em 1294, quando D. Dinis assina o acordo com o concelho de Lisboa sobre a construção da muralha da Ribeira, parece-nos evidente que a ambição do monarca vai muito para além da simples protecção da cidade de hipotéticos ataques marítimos, a causa normalmente atribuída à construção da muralha²⁶. Na verdade, nesse

²³ Sobre esta via ver: SILVA, Rodrigo Banha da – “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Afonso I de Portugal: nos 900 anos do seu nascimento. Actas do Congresso*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa, 2012, pp. 137-147; SILVA, Rodrigo Banha da – “Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira”, in *Actas da Mesa Redonda De Olisipo a Scallabis – A rede viária romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu do Neorealismo, 2009, pp. 98-116.

²⁴ ROCHA, Artur e SILVA, Manuel Fialho – “A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV”. in FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário e MARTINS, Miguel (coords.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 223-240.

²⁵ Sobre a reestruturação da Ribeira de Lisboa no reinado de D. Dinis ver: SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval...*, pp. 310-355.

²⁶ Cf. VIEGAS, Inês Morais e GOMES, Marta (coords.) – *Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de

próprio acordo é bem perceptível através das condições impostas pelo rei, que o seu objectivo é reestruturar a Ribeira de acordo com os interesses da Coroa²⁷. Desses interesses destaca-se a construção de toda a fachada sul da Rua Nova com prédios que trariam rendimentos muito apetecíveis para a Coroa. Além disso, importa assinalar a provável remodelação que esse rei terá realizado nas tercenças régias e, sobretudo, devemos aqui sublinhar a construção da Judiaria Nova, que talvez não tenha sido imediatamente ocupada por judeus, pois apenas temos referência dessa ocupação em 1315, numa carta de protecção do rei sobre “os judeus que moram e lavram na judiaria nova das minhas tercenças”²⁸. As palavras escolhidas pelo rei não são inocentes e constituem uma prova da ligação entre a comunidade que habitava na Judiaria



Fig. 3 – A Ribeira de Lisboa depois da reestruturação urbana de D. Dinis.

Pequena e as tercenas régias. Consideramos que fosse até possível que D. Dinis tenha planeado este conjunto de edifícios já com a funcionalidade de albergar pessoas que estariam profissionalmente ligadas às tercenas, contudo a documentação não é clara a este respeito. Pelo contrário, a documentação oferece-nos a seguinte informação factual: em 1294 é assinado o contrato para a construção da muralha; em 1300, ou

Lisboa, 2016, p.82.; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: SILVA, Augusto Vieira da – *As Murallas da Ribeira de Lisboa...*, vol. I, pp. 27-29.

²⁷ O rei afirma como condição para o financiamento da construção da muralha a atribuição dos terrenos circundantes à muralha para que aí possa “fazer casas”. Cf. nota anterior.

²⁸ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 3, fl. 131. Publicado em: TAVARES, Maria José Ferro Tavares – *Os Judeus em Portugal no séc. XIV...*, p. 155.

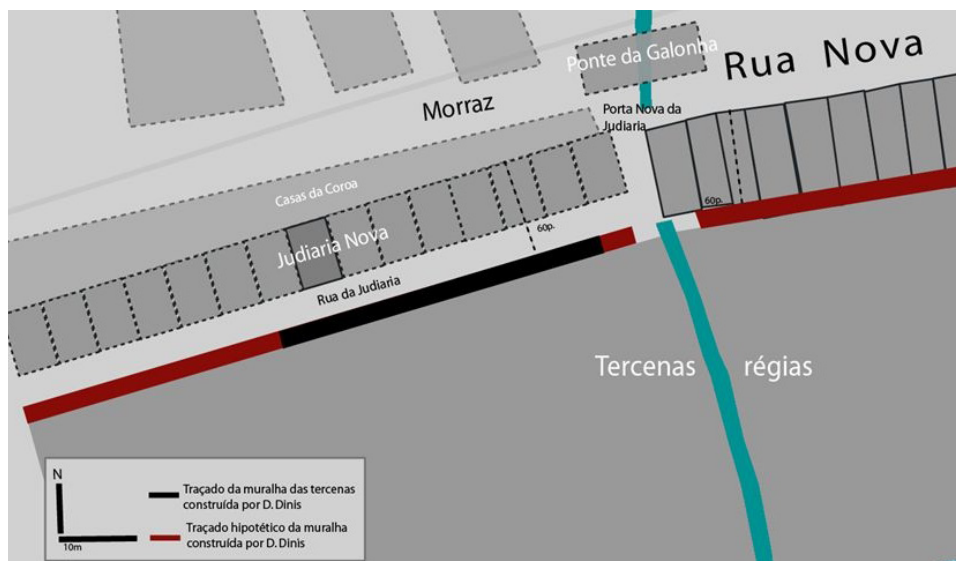


Fig. 4a – Reconstituição da Judiaria Pequena e área envolvente (c. 1325).

perto desse ano as casas que albergariam a Judiaria encontravam-se vazias²⁹; em 1315 a comunidade judaica já estava implantada na Judiaria Pequena, como se confirma na já referida carta de protecção régia.

A conjugação dos dados fornecidos, pela documentação, pela cartografia pré-pombalina e pela arqueologia permitiram-nos elaborar uma reconstituição aproximada dos lotes que constituíam a Judiaria Pequena, sobressaindo uma configuração organizada numa estrutura linear com lotes muito provavelmente iguais ao longo da rua que separava a Judiaria Pequena, das Tercenas (ver Figs. 4a e 4b)³⁰.

Podemos afirmar com segurança que a comunidade judaica não teve muito a dizer sobre a morfologia urbana da Judiaria Pequena, pelo contrário, foi D. Dinis e os seus arquitectos que a projectaram de acordo com as possibilidades e necessidades da Coroa. Por esse motivo, o urbanismo que aqui encontramos é semelhante àquele que existia em outros locais de Lisboa, e do reino português³¹, que foram erguidos por ordem régia, não se encontrando vestígios do urbanismo de matriz mediterrânica que encontrámos na Judiaria Grande.

²⁹ Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352: “Item habet domuns Rex in rua que dicitur rua Nova que continet se de una parte cum galeys contra occidentem et de alia parte cum galeis contra orientem XXX scilicet XV sollis et XV sotanos totos in simull coniuntos liberos pro ad se”. Resumindo, o rei possuía na altura da produção do inventário aqui citado, 15 lotes vazios junto das Tercenas régias.

³⁰ Sobre o urbanismo de tipo linear, ou seja, constituído por uma “rua única bordejada por loteamento contínuo” ver: TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 170.

³¹ Sobre esta questão ver: TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 170.



Fig. 4b – Proposta de reconstituição da Judiaria Nova com base na *Planta Topographica da cidade de Lisboa*³².

4. Nota final.

Após esta breve análise sobre as géneses e morfologias urbanas das duas judiarias do Arrabalde Ocidental da Lisboa Medieval é possível afirmar que apresentavam duas realidades muito diferentes, e que essa diferença tem uma relação causal com as circunstâncias que estiveram na origem de ambas as estruturas urbanas. No caso da Judiaria Nova/Pequena, esta surge num momento preciso em que a coroa reestrutura uma das zonas vitais da vida económica e social da cidade, impondo uma organização linear, o modo de urbanizar preferencial da época. Pelo contrário, a evolução da morfologia urbana da Judiaria Velha/Grande denota uma evolução muito mais complexa fruto de diversas condicionantes que aqui mencionámos: a orografia, os antecedentes urbanísticos, a organização hierárquica concêntrica, com o edifício mais relevante no centro da forma urbana e por último o tipo de edificado. Relativamente a este último ponto importa sublinhar uma das principais consequências da adopção de lotes compridos e estreitos, que se impõem no território do sul do reino português com a reconquista cristã, e o consequente desaparecimento da casa-pátio, de raízes

³² Cf. *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos* [...], [s.l: s.n., s.d.], mantida no Instituto Português de Cartografia e Cadastro, planta nº 356. Segundo Augusto Vieira da Silva será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela (cf. SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950, nº 43).

antigas, possivelmente com implantação no território português ainda em época romana – a simplificação da forma urbana. Ao desaparecerem os adarves, que davam acesso às casas pátio, pois os lotes compridos e estreitos tinham os seus acessos pelas fachadas ou pela traseira, simplificou-se de forma drástica o sistema viário.

A persistência de uma morfologia de matriz mediterrânica no espaço da Judiaria Velha/Grande constituía um autêntico fóssil no que diz respeito às formas urbanas portuguesas, pois constitui regra, tal como se sabe, o desaparecimento quase total do modelo de casa-pátio das cidades portuguesas. As causas dessa persistência devem-se, como referimos, à sobrevivência da comunidade hebraica no coração da principal cidade do reino português até ao final do século XV.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

ANTT, *Livro de Inquirições de D. Afonso III*, publicado em *PMH, Leges I*, pp. 396-397.

ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço VII, nº 142, 1205.

ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 81v; liv. 3, fl. 131, 1315.

Fontes publicadas:

Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954.

VIEGAS, Inês Morais e GOMES, Marta (coords). – *Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016.

Estudos:

AMADOR DE LOS RIOS, José – *Historia social política y religiosa de los judíos de España y Portugal*. 3 vols. Madrid: s.n., 1875-1876.

FERNÁNDEZ URRESTI, Mariano – *La España expulsada: La herencia de Sefarad y Al-Andalus*. Madrid: EDAF, 2009.

GARCÍA-BELLIDO Y GARCÍA DE DIEGO, Javier – “Morfogénesis de la ciudad islámica: algunas cuestiones abiertas y ciertas propuestas explicativas”. in FIERRO, Maribel; VAN STAËVEL, Jean-Pierre; CRESIER, Patrice (eds.) – *L’urbanisme dans l’Occident musulman au Moyen Âge: aspects juridiques*. Madrid: Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, C.S.I.C., 2000, pp. 243-283.

HAKIM, Besim Selim – *Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles*. London: Kegan Paul International, 1986.

HANEDA, Masashi e MIURA, Toru – *Islamic Urban Studies: Historical Review and perspectives*. Londres e Nova Iorque: Kegan Paul International, 1994.

LOURINHO, Lourinho e SILVA, Manuel Fialho – “O hibridismo na sociedade olisiponense pós-1147”, comunicação apresentada no colóquio internacional Moçárabes Cultura e acultura, em Silves, Outubro de 2010, 2011, disponível em:
https://www.academia.edu/22285169/O_Hibridismo_na_Sociedade_Olisiponense_pós-1147.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine – *Villes d'al-Andalus: L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996.

NAHON, Gerard – “La elegia de Abraham ibn Ezra sobre la persecución de los almohades. Nuevas perspectivas”. in DÍAZ ESTEBAN, Fernando (coord.) – *Abraham Ibn Ezra y su tiempo: actas del Simposio Internacional*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Asociación Española de Orientalistas, 1990, pp. 217-224.

NAVARRO PALAZÓN, Júlio e JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – *Las ciudades de Alandalús. Nuevas perspectivas*. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Próximo Oriente, 2007.

NAVARRO PALAZÓN, Júlio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro e GARRIDO CARRETERO, Fidel – “Forma y función de la casa-patio andalusí: analogías y diferencias entre Murcia y Siyâsa (ss. X-XIII)”, in DÍEZ JORGE, María Elena e NAVARRO PALAZÓN, Julio Navarro Palazón (eds.) – *La casa medieval en la Península Ibérica*. Madrid, Sílex ediciones, 2015, pp. 337-394.

NOORADDIN, Hoshier – *Al-Fina': a study of "In Between" Spaces along streets as an urban desing concept in islamic cities of the middle east with a case study in Cairo*: Trondheim, NTH-Universidade de Trondheim, 1996.

PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Edições Palas, 1975.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado, 1895.

- ROCHA, Artur e SILVA, Manuel Fialho – “A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV”. in FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário e MARTINS, Miguel (coords.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 223-240.
- RUSSELL, Amy – *The Definition of Public Space in Republican Rome*. Berkeley: s.n., 2011, tese de doutoramento.
- SABATÉ, Flocel – “L'Espace des minorités ethniques et religieuses: Les Juifs dans les Villes Catalanes au Bas Moyen Âge”. in SABATÉ, Flocel e GUILLERÉ, Christian (eds.) – *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*. Savoia: Université de Savoie, 2012, pp. 231-286.
- SCHWARZ, Samuel – “Elegia de Rabi Abraham ibn Ezera (1092-1167) sobre a tomada de Lisboa”, *Revista Municipal de Lisboa*, 55, (1952), pp. 35-44.
- SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3ª ed., 2 vols., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950.
- SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: s.n., 2017, Tese de doutoramento.
- SILVA, Manuel Fialho – “O Sistema Viário da Lisboa Medieval”, in *Meios Vias e Trajectos... Entrar e sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 2*. Lisboa: CML/CAL e Sociedade de Geografia de Lisboa, 2018, pp. 125-135.
- SILVA, Rodrigo Banha da – “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Afonso I de Portugal: nos 900 anos do seu nascimento. Actas do Congresso*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa, 2012, pp. 137-147.
- SILVA, Rodrigo Banha da – “Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira”, in *Actas da Mesa Redonda De Olisipo a Scallabis – A rede viária romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu do Neorealismo, 2009, pp. 98-116.

TAVARES, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2010.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no sec. XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no sec. XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: s.n., 2009, Tese doutoramento. [publicada na Imprensa da Universidade de Coimbra em 2013].

Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, *a partir do caso de Braga*¹

*Maria do Carmo Ribeiro*²

Resumo

O objetivo deste trabalho é, a partir do caso de estudo da cidade de Braga, analisar as várias expressões físicas que permitem documentar a inclusão e/ou exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval, desde finais do século XIV até à sua expulsão definitiva, decretada em 1496.

Pretende-se, deste modo, examinar e cartografar a tipologia da propriedade afeta aos judeus, nomeadamente a emprazada, tendo em conta a sua localização no espaço urbano, de modo a contribuir para uma perspetiva topográfica evolutiva das vicissitudes da sua presença, onde se destaca, nomeadamente, o encerramento da antiga judiaria e a sua transferida para outro local da área urbana, no século XV. Para além dos dados referidos nas fontes escritas, esta abordagem valoriza igualmente a cartografia e iconografia histórica, assim como as evidências materiais que integram ainda o edificado histórico da cidade, nomeadamente o edifício pertencente à antiga sinagoga medieval de Braga. Assim, a partir da análise da *Judiaria velha* e a *Judiaria nova* mas também de alguns edifícios dispersos e diferenciados pelo tecido urbano onde os judeus viveram, discute-se a questão da inclusão e/ou exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval, bem como o impacto da sua presença na morfologia e na topografia da cidade medieval.

Palavras-chave

Judeus; urbanismo medieval; inclusão; exclusão; Braga.

¹ Este trabalho tem o apoio do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.

² Departamento de História/ Lab2PT/Universidade do Minho.

Physical expressions of the inclusion and exclusion of Jews in medieval urbanism. The case study of Braga city.

Abstract

The objective of this paper, from the case study of the city of Braga, is to analyse the various physical expressions that allow documenting the inclusion and / or exclusion of the Hebrew community in medieval urbanism from the end of the 14th century until its final expulsion, decreed in 1496.

In this way, it is intended to examine and map the typology of the property that affects Jews, in particular the owned property, taking into account their location in urban space, in order to contribute to a topographical evolutionary perspective of the vicissitudes of their presence, namely the closure of the old Jewish quarter and its transfer to another location in the urban area in the 15th century.

In addition to the data mentioned in the written sources, this approach also emphasizes historical cartography and iconography, as well as the material evidences that integrate the historical building of the city, namely the building belonging to the old medieval synagogue of Braga.

Thus, the inclusion and / or exclusion of the Hebrew community in medieval urbanism is discussed from the analysis of the two Jewry's, the old Jewry and the new Jewry, but also from some buildings scattered and differentiated by the urban fabric, where the Jews lived. Likewise, is discussed the impact of the Jews presence on the morphology and topography of the medieval city.

Keywords

Jews; medieval urbanism; inclusion; exclusion; Braga.

Introdução.

A presença dos judeus, em maior ou menor número, na generalidade das cidades medievais europeias é um facto suficientemente comprovado. No entanto, as expressões físicas que permitem documentar a presença hebraica nos aglomerados urbanos são, por vezes, bastante mais difíceis de apurar, podendo compreender, para além dos habituais bairros étnicos, edifícios dispersos e diferenciados pelo tecido urbano, onde viviam ou possuíam tendas e oficinas, por vezes paredes-meias com

a restante população, nomeadamente com os cristãos³. Porém, em virtude do seu credo e modo de vida, mas sobretudo do progressivo aumento demográfico das comunidades judaicas nas cidades medievais portuguesas, bem como das tensões sociais daí decorrentes, encontramos-os com frequência a viver preferencialmente em comunidade e instalados em bairros próprios, as tradicionais judiarias⁴. Mas, também os bairros judaicos nem sempre se configuraram como áreas urbanas fechadas, encerradas com portões, vedadas e exclusivas da minoria judaica, consistindo igualmente em lugares abertos que permitiam uma convivência livre e intensa com a restante população, verificando-se, em alguns casos, que se tratava de uma simples rua⁵, como ocorreu com a primeira judiaria de Braga, ou *Judiaria velha*.

Igualmente, o local ocupado pelas judiarias nas cidades medievais foi muito variável⁶. Em alguns casos, encontravam-se instaladas preferencialmente nos arrabaldes das primitivas cercas defensivas dos séculos XII-XIV, acabando por ser incorporadas nos sistemas defensivos construídos no século XIV, como aconteceu, por exemplo em Lisboa⁷ ou Évora⁸. Noutros tinham uma implantação mais periférica, adossando-se aos panos da muralha, como ocorreu nas judiarias de Ponte de Lima⁹, Porto¹⁰ ou Guarda¹¹. Noutros, ainda, os judeus chegaram a ocupar espaços extremamente centrais, seja sob a forma dispersa pelo plano urbano, seja concentrados em bairros ou ruas, como ocorreu também em Braga, onde, à semelhança do que sucede na maioria das cidades, se regista um aumento demográfico dos judeus nos finais do século XIV, verificando-se alterações no modo como se organizavam e

³ TAVARES, Maria José Ferro – “Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano”. In *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 141-153.

⁴ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. 5ª ed. Lisboa: Guimaraes Editores, 1979, pp. 43-158. TAVARES, Maria José Ferro – “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: Formação e limites da cristandade (Coord.) Ana Maria JORGE e Ana Maria RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 53-54.

⁵ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo e composição de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2009. Tese de doutoramento, pp. 619-664; TRINDADE, Luísa – “The Jewish communities in Portuguese late medieval cities: space and identity”. In CARVALHO, Joaquim (ed.) – *Religion, Ritual and Mythology Aspects of Identity Formation in Europe*. Pisa: Pisa University Press, 2006, pp. 61-81.

⁶ MARQUES, A. H. Oliveira; GONÇALVES, Iria ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990.

⁷ VENTURA, Margarida Garcez – “Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias”. *Revista Portuguesa de História* 36-1 (2002/2003), pp. 229-240; ANDRADE, Amélia Aguiar – “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. In *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2006, pp. 143-163.

⁸ BALLESTEROS, Carmen – “A judiaria e a sinagoga medieval de Évora”. In *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 191-218.

⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 15-19.

¹⁰ DIAS, Geraldo Coelho – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade”. In *Os reinos ibéricos na Idade Média*. Vol. 1. Porto: Livraria Civilização, 2003, pp. 424-440.

¹¹ GOMES, Rita Costa – “Um microcosmos citadino: a judiaria medieval da Guarda”. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000, pp. 111-116.

habitavam no núcleo urbano¹², que culminará, inclusivamente, com a definição e encerramento da primeira judiaria e a sua transferência para outro local, na segunda metade do século XV.

O objetivo deste trabalho é precisamente analisar estas e outras questões relacionadas com as diferentes manifestações arquitetónicas e morfológicas que permitem documentar o processo de inclusão e/ou exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga. Refira-se que esta comunidade judaica foi já abordada por vários autores¹³, estudos que aliás se constituem fundamentais para a elaboração de uma topografia da comunidade judaica, que nos propomos concretizar. Para tal, faremos uso da informação já publicada, que, na grande maioria, tem por base os dados referidos nas fontes escritas, nomeadamente no *Tombo do cabido de Braga* (c. 1369-1380)¹⁴ e nos *livros de prazos* (1445 a 1517)¹⁵, que continuam a ser fundamentais para a nossa abordagem. Utilizaremos igualmente a cartografia e iconografia histórica assim como as evidências materiais remanescentes, nomeadamente o edifício onde funcionou a sinagoga da segunda judiaria, ou *Judiaria nova*. Merecem particular destaque o *Mapa de Braunio*, de 1594¹⁶ e o *Mappa das Ruas de Braga*¹⁷, que, apesar de posteriores à Idade Média, contribuem, a partir de análises regressivas, para a elaboração de uma perspetiva topográfica evolutiva das vicissitudes da presença dos judeus no urbanismo medieval. Usaremos, igualmente, como suporte cartográfico, o primeiro mapa com rigor topográfico, realizado entre 1883/1884¹⁸.

¹² Em alguns casos, o aumento do número de judeus nas cidades originou uma grande expansão das judiarias já existentes, como aconteceu na Guarda ou em Évora, noutros originou pequenos aumentos, como em Lagos ou Castelo Branco, noutros ainda originou a transferência de local como ocorreu em Coimbra (TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, pp. 43-158).

¹³ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – “Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga”. *Minia* 2ª série, 5,6, (1982), pp. 38-56; MORENO, Humberto Baquero – “As Pregações de Mestre Paulo contra os judeus bracarense nos fins do século XV”. In MORENO, Humberto Baquero (Ed.) – *Exilados, marginais, e contestatários na sociedade portuguesa medieval: Estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1990; LOSA, António – “Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no séc. XV”. in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. V: *Subsídios para a História da Cultura, Subsídios para a História de Portugal*. Guimarães: s.n., 1982, pp. 97-125; MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV”. In *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983, pp. 95-117; MARQUES, José – “As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV”. In *Judeus e Conversos na História*. Vol. 2. Santiago de Compostela: La Editorial de la Historia, 1994, pp. 351-363.

¹⁴ Arquivo Distrital de Braga (doravante A. D. B.), *Tombo do cabido*, criticamente datado de 1369-1380, folhas 117 a 134.

¹⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, livros 1 a 8, entre 1445 e 1517. A transcrição paleográfica destes livros foi-nos facultada pela Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira, a quem muito agradecemos.

¹⁶ Gravura intitulada de nova *Bracararum Avgvste descriptio*, vulgarmente conhecida por Mapa de Braunio, que integra a obra *Civitates Orbis Terrarum*, de G. Braun e F. Hogenberg (Colónia, 1572/1618 (BANDEIRA, Miguel Sopas – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000).

¹⁷ AAVV – *Mapa das Ruas de Braga*. Vol. I. Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, 1989-91.

¹⁸ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Vol. II. Braga: Universidade do Minho, 2008, p. 60-62. (Dissertação de Doutoramento).

Pretende-se, deste modo, analisar e cartografar a tipologia da propriedade afeta aos judeus na cidade de Braga, nomeadamente a sua localização no espaço urbano, ao nível do sistema viário, da parcela e do edificado. Procura-se, deste modo, contribuir para uma perspetiva topográfica da comunidade judaica de Braga, desde finais do século XIV até à expulsão definitiva dos judeus, decretada em 1496, promovendo a discussão em torno do processo de inclusão e exclusão da comunidade judaica, assim como avaliando o impacto da sua presença na morfologia e no urbanismo medieval.

1. A presença dos judeus no urbanismo de Braga.

Os locais afetos a judeus na cidade de Braga só podem ser identificados a partir de 1369-1380, momento em que começam a ser referidos pontualmente no *Tombo do cabido*, possibilitando relacioná-los com a topografia da cidade. Referimo-nos concretamente à menção a judeus a residir em diferentes ruas. Um, de nome Adão (*Aarom*) morava numas casas situadas no alçado poente da rua da *Sapataria*, em situação de subemprazamento, pois quem as trazia emprazadas ao cabido era um cristão¹⁹. Os outros dois²⁰, *Nembroso judeu* e *Samuel judeu*, tecelão, moravam em habitações contíguas, localizadas no alçado nascente da mesma artéria. Encontramos ainda um quarto judeu, identificado apenas como tal²¹, a morar numas casas, também em situação de subemprazamento, no alçado norte da rua *Travessa*, também conhecida por rua do *Postigo*. José Marques²² crê ainda serem judeus, Gabriel, a morar no alçado norte dessa mesma rua²³ e Lourenço Abril²⁴, sapateiro, a viver numas casas terreiras no alçado norte de uma outra rua, também designada de *Travessa*, nas proximidades do cruzamento com a rua da *Erva* (**Fig. 1**).

Apesar do reduzido número de casos registados, admite-se que, até finais do século XIV, não existia um local exclusivo para a comunidade hebraica em Braga²⁵, como se verificava já em outras cidades²⁶, nomeadamente em Coimbra²⁷, Guimarães²⁸, Lisboa²⁹ ou no Porto³⁰, encontrando-se os judeus distribuídos por várias artérias do espaço urbano, vivendo paredes-meias com a restante população.

¹⁹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 122 v.

²⁰ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 123 v.

²¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125 v.

²² MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 96.

²³ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125 v.

²⁴ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 131.

²⁵ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 98.

²⁶ TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV...*, pp. 26-73.

²⁷ GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra: INATEL, 2003.

²⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: Universidade do Minho, 1997, Tese de doutoramento, pp. 451-457.

²⁹ TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV...*, pp. 46-53.

³⁰ DIAS, Geraldo Coelho – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade...”, pp. 424-440.

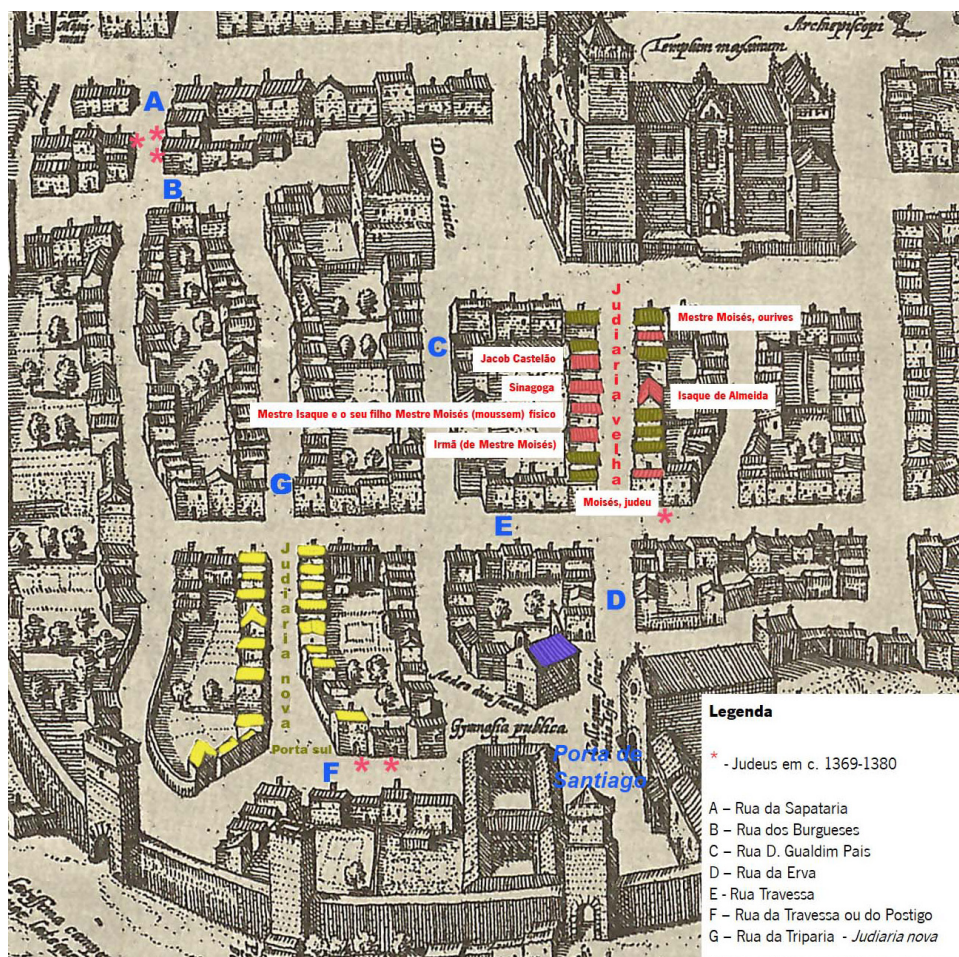


Fig. 1 – Distribuição espacial dos judeus na cidade de Braga, sobre o Mapa de Braunio (1594).

Constata-se, porém, uma certa concentração de judeus a residir numa das artérias principais da cidade, onde se regista considerável dinamismo económico, a rua da *Sapataria*, designadamente três judeus. Também, um outro judeu vivia nas proximidades da rua da *Erva*, uma artéria bastante central, nas imediações da Sé Catedral, onde precisamente mais tarde se irá estabelecer a primeira judiaria, ou *Judiaria velha*, parecendo-nos, no entanto, ainda muito prematuro falar no início do processo da reunião da comunidade hebraica no seu primeiro bairro próprio. Todavia, e simultaneamente, registam-se dois outros a residir numa artéria bastante periférica, a rua *Travessa* ou do *Postigo*, nas proximidades da qual se irá localizar a segunda judiaria ou *Judiaria nova*.

Todos estes indivíduos moravam em casas subemprazadas a cristãos, que,

por sua vez, as traziam emprazadas ao cabido. Contudo, esta não era uma situação particular dos judeus de Braga³¹, sendo, igualmente, uma forma comum à da restante população bracarense. Relembre-se que Braga era, desde 1112, senhorio eclesiástico e que a maior parte da propriedade urbana nos finais do século XIV era pertença da instituição religiosa, nomeadamente do Cabido da Sé de Braga³².

Também o carácter disperso da presença dos judeus no urbanismo do século XIV não constitui caso único, como vários estudos têm demonstrado para outro núcleos urbano, onde, em virtude do seu reduzido número, os judeus não se encontravam organizados em *comuna*, com a obrigatoriedade de viver em bairros separados. Esta situação não era inclusivamente desconhecida do poder régio, levado alguns monarcas, designadamente D. Pedro I, em 1361, e mais tarde D. João I, em 1400, a tomar medidas para que os judeus, que em muitos lugares viviam misturados com os cristãos, passassem a residir em bairros próprios, sobretudo quando se tratavam de comunidades com mais de dez membros³³.

Porém, durante a primeira metade do século XV, acompanhando a conjuntura da recuperação demográfica que se regista, mas também o processo emigratório dos judeus, nomeadamente de Espanha, decorrente do movimento antijudaico gerado neste país, assim como o processo migratório do campo para a cidade, o número de judeus terá aumentado na maioria das cidades³⁴, tal como em Braga. Para os anos de 1466 a 1509 José Marques³⁵ contabiliza um total de 52 indivíduos de origem judaica a residir na cidade, dos quais 6 conversos. Entre estes são identificados 3 rabinos, 3 físicos ou médicos, 4 ourives e 2 mercadores, bem como algumas mulheres.

Todavia, a primeira judiaria só pode ser comprovada a partir dos *prazos do cabido*, designadamente a partir de 1466, onde, para além da referência a vários judeus, se alude a um contracto³⁶ firmado entre o cabido e a *comuna* judaica com vista à sua transferência para outro local, confirmando assim a existência de duas judiarias em Braga, a *Judiaria velha* e a *Judiaria nova*, que a substituirá³⁷. Torna-se, deste modo possível, acompanhar o processo de permuta dos judeus da primeira para a segunda judiaria, assim como adiantar algumas das características físicas destes dois bairros,

³¹ Apesar dos judeus poderem viver em propriedades individuais ou comunitárias, o aforamento aos grandes proprietários imobiliários urbanos parece ser a forma mais tradicional, nomeadamente à coroa (como se verificou na Guarda, Lisboa ou em Coimbra); aos cabidos e aos concelhos (GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra...*, pp. 20-30).

³² RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço na Braga medieval”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, no prelo.

³³ TAVARES, Maria Ferro (1979) *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, pp. 43-158.

³⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 35-39.

³⁵ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 108.

³⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 10-10 v., onde, num prazo firmado em 16 de julho de 1466, se lê “... contrayto feito antre o cabido e a comuna dos Judeus...”.

³⁷ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 108.

inserindo-os no contexto mais global da paisagem urbana medieval de Braga.

2. A *Judiaria velha*.

A primeira judiaria estabeleceu-se numa artéria, designada no século XIV de rua da *Erva*. A partir de 1466, com a transferência da comunidade judaica para a *Judiaria nova*, passa a ser denominada de rua de Santa Maria *que foi Judiaria*³⁸ mas também, por vezes, apenas como *Judiaria velha*³⁹. Actualmente, com o designativo de rua D. Gonçalo Pereira, nada conserva do urbanismo medieval, em virtude do seu alargamento nos finais do século XIX. Deste modo, a representação topográfica mais aproximada encontra-se no *Mapa de Braunio*, de 1594 (**Fig. 1**).

Desconhece-se quando os judeus começaram efetivamente a concentrar-se nesta artéria, assim como qualquer determinação legal nesse sentido, sendo certamente posterior a 1369-1380, como se deduz dos dados anteriormente referidos, tendo resultado de um processo lento e gradual, decorrente do aumento do número de judeus na cidade, mas igualmente das determinações régias de 1400, devendo, pois, ter ocorrido na primeira metade do século XV⁴⁰.

Também, apesar dos motivos para a eleição desta artéria nunca serem expressamente referidos, estes coadunam-se com os que têm sido apontados para a generalidade das judiarias estudadas: centralidade e dinamismo económico por um lado, e isolamento e submissão ideológica por outro⁴¹.

Do ponto de vista da localização geográfica, a rua da *Erva* integrava um sector urbano que ficou consignado como medieval Bairro das Travessas, por conformar uma malha bastante regular de artérias, definida por quatro ruas que correm no sentido norte-sul, nomeadamente as ruas *Verde*, da *Triparia*, de *D. Gualdim Pais* e da *Erva*, e uma no sentido este-oeste, a rua *Travessa*. Trata-se, na realidade do sector da cidade medieval que se sobrepõe ao plano urbano da cidade romana de *Bracara Augusta*, do qual herda a regularidade⁴².

Efetivamente, em finais do século XIV, a rua da *Erva*⁴³ é descrita como “*toda direita*”, desenvolvendo-se no sentido N/S, estabelecendo a ligação entre a “*torre dos sinos*” da Catedral e uma porta da muralha, designada de Santiago, nas proximidades da igreja consagrada a este santo, cujo edifício remataria, inclusivamente, o alçado

³⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 8; liv. 2, fl. 89.

³⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 9 v.; liv. 1, fl. 10 v.

⁴⁰ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 97.

⁴¹ Como ocorreu por exemplo em Ponte de Lima (ANDRADE, Amélia Aguiar – Um espaço urbano medieval..., pp. 15-19) ou na Guarda (GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987, pp. 30-40), ou em Lisboa (TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV...*, pp. 46-53).

⁴² RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, pp. 241, 422, 425.

⁴³ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 128 a 129.

poente. Sensivelmente a meio do seu trajeto era então cruzada pela rua *Travessa* que corria no sentido E/O.

A rua da *Erva*, tratava-se, com efeito, de uma artéria bastante central, que gozava de uma localização privilegiada. Era igualmente na extremidade norte, na área envolvente à Catedral, que se situavam os Paços do Concelho e os açougues, e onde se estabelece, desde o século XIV, uma zona de mercado, para venda de olarias, arcos, santos e panelas⁴⁴. Também no extremo sul, junto à porta de Santiago, se conformava um largo, onde terá existido um mercado para venda de produtos hortícolas frescos⁴⁵, que terá estado na origem do topónimo *Erva*. Por sua vez, a partir da porta de Santiago estabelecia-se uma ligação direta à periferia, onde se localizam, por exemplo, junto ao rio Este, 37 pelames de sapateiros⁴⁶.

Assim se compreende, que, e à semelhança do que ocorreu com outras judiarias⁴⁷, a centralidade e o dinamismo económico da rua da *Erva* tenham contribuído para a sua eleição.

Mas, esta artéria responde igualmente aos preceitos de isolamento característicos dos bairros judaicos, possuindo um conjunto de elementos físicos que concorrem para esse efeito, assim como para assinalar a preponderância da cristandade sobre esta minoria religiosa⁴⁸.

Na realidade, apesar de se desconhecera os seus limites físicos precisos, nomeadamente a existência de portas, para o seu isolamento terão concorrido outros elementos, nomeadamente os dois edifícios religiosos que se encontram nos extremos opostos, já referidos, a norte, a Catedral, e a sul, a Igreja de Santiago, mas também a parede do muro da muralha, assim como as próprias características morfológicas da rua, bem definida e reta (**Fig. 1**).

Em termos da demarcação física dos limites precisos parece-nos, no entanto, que a *Judiaria velha* se confinaria apenas ao tramo norte rua da *Erva*, não ocupando toda a sua extensão. Na realidade, a julgar pelas propriedades que o cabido trazia emprazadas na rua, em 1369-1380⁴⁹, verifica-se que praticamente todos os imóveis do tramo norte eram suas, aproximadamente 11 casas de morada, uma adega sobradada e 4 pardieiros, no alçado nascente, e, no alçado poente, 14 casas de morada e 4 pardieiros. Por sua vez, no tramo sul, apenas possuía uma casa, com

⁴⁴ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, pp. 439-442; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: Ed. CITCEM, 2012, pp. 155-156.

⁴⁵ AAVV – *Mapa das Ruas de Braga...*, vol. II, pp. 72 e 73.

⁴⁶ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas...”, p. 158.

⁴⁷ SILVA, Carlos Guardado (ed.) – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013.

⁴⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar – “O Desaparecimento espacial das judiarias...”, pp. 143-164.

⁴⁹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 128 a 129.

torre e adegas, no alçado nascente, e uma outra, no canto da rua, no alçado poente. Estes dados remetem igualmente para a grande discrepância urbanística entre os dois tramos, encontrando-se o norte praticamente todo ocupado com edifícios do cabido, enquanto o tramo sul regista parques níveis de urbanização, tratando-se de uma zona bastante ruralizada, disparidades que se continuaram a verificar no século seguinte, como se pode observar no *Mapa de Braunio*.

Assim, também o nível de urbanização da rua poderá ter constituído um fator importante na escolha e demarcação desta judiaria, onde o carácter ruralizado da parte sul, tanto poderá ser visto como delimitativo e de alguma marginalização, como simultaneamente possibilitador de expansão, caso o número de judeus viesse a aumentar.

Todavia, apesar da existência da *comuna* remeter para um número superior a 10 judeus a residir na *Judiaria velha*, apenas aqueles que habitavam as casas do cabido podem ser avaliados, e, tal como já mencionado, no âmbito do processo de transferência dos judeus, permitido, deste modo, identificar apenas alguns foreiros judeus que precederam os cristãos. O número de casos registados é por isso bastante residual, permitindo, no entanto, corroborar a possibilidade de apenas o tramo norte corresponder à *Judiaria velha*, assim como tecer algumas considerações acerca deste primeiro bairro judaico e da sua sinagoga.

Na realidade, apenas foi possível identificar diretamente cerca de sete dos judeus a residir na *Judiaria velha*, designadamente Isaque de Almeida⁵⁰, Jacob Castelão⁵¹, Mestre Isaque e o seu filho Mestre Moisés (moussem)⁵², físico⁵³, bem como a sua Irmã (de Mestre Moisés)⁵⁴, e ainda Moisés, judeu⁵⁵ e Mestre Moisés, ourives⁵⁶.

Todavia, uma das melhores formas de abordar a *Judiaria velha* parece ser através da análise do edifício correspondente à sua sinagoga. Ao que tudo indica, este primeiro templo dos hebreus continuou em funcionamento depois do referido contracto, assim como alguns judeus ainda aí residiam, como é o caso de Mestre Moisés (moussem), físico⁵⁷ e da sua Irmã, que viviam precisamente nas imediações da sinagoga, numas casas emprazadas a um cristão, onde havia morado igualmente o seu pai, Mestre Isaque, que confrontavam “do fundo com a casa que ora é sinagoga e da outra parte com casas em que mora a irmã do dito judeu⁵⁸. Na verdade, anteriormente, em 16 de julho de 1466, o cabido havia renovado o prazo das casas

⁵⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 5 v e 6 (18 de maio de 1466).

⁵¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 9 v e 10 (20 de junho de 1466).

⁵² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fls. 10 e 10 v. (16 de julho de 1466).

⁵³ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 104.

⁵⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 11.

⁵⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fls. 12 v. (28 de agosto de 1466).

⁵⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 19 v. (19 de junho de 1467).

⁵⁷ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 104.

⁵⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 11 v. (29 de julho de 1466) e liv. 3. fl. 9 v.

que trazia Mestre Moisés (*moussem*), filho que foi de Mestre Isaque, designadamente metade das casas que foram de João Rodriguez de Lisboa, cónego⁵⁹.

Contudo, logo em setembro do mesmo ano, as casas que foram *isnoga* dos Judeus eram emprazadas ao cónego Diogo de Viana⁶⁰, assim como aquelas em que vivia ainda um outro judeu Jacob Castelão⁶¹. Porém, em 4 de março de 1483, as “casas em que morou Jacob Castelão e depois Diogo de Viana” que confrontavam com “as casas que foi *Isnoga* dos Judeus de contra cima”, e onde “ora mora o arcediogo de Neiva”, são emprazadas a João Afonso, cónego novo⁶². O prazo menciona-se ainda outras casas existentes nas proximidades. Assim, tendo em conta que, em 30 de agosto de 1470, Diogo de Viana vivia no alçado poente da rua da *Erva* (nesta data já designada de Santa Maria) - uma vez que os exidos das suas casas entestavam com umas casas sobradadas situadas na rua *D. Gualdim*⁶³ - bem como as múltiplas propriedades do cabido referidas, a sinagoga situar-se-ia no alçado poente do tramo norte da rua da *Erva*.

Por sua vez, no alçado nascente, anteriormente a 18 de junho 1466, viveu o judeu Isaque de Almeida numas casas que estavam “*da mão esquerda quando vão para a porta de Santiago*”, que confrontavam com umas casas de *duas moradas* emprazadas a João Afonso, chanceler do arcebispo⁶⁴. Estas últimas, por sua vez, confrontavam também da outra parte com casas de Mendo Afonso. Verifica-se, igualmente, que as casas onde havia morado o judeu Isaque de Almeida se encontravam subemprazadas e confrontavam com casas onde moravam cristãos, muito embora à data Isaque de Almeida já se encontrasse a residir na *Judiaria nova*, conjuntamente com o seu pai, Salomão de Almeida, como analisaremos mais à frente. Apesar das *cartas de prazo* não o referirem explicitamente, também se deduz que Salomão de Almeida aqui tenha morado.

Também, numas casas situadas “*ao canto da Judiaria velha*” havia vivido Moisés (*moussem*), judeu, que a 28 de Agosto de 1466 são emprazadas a Pedro de Amorim e sua mulher⁶⁵. Tendo em conta a topografia do Bairro das Travessas, a expressão “*canto*” ou “*canto da rua*”, remete para a esquina resultante do cruzamento das ruas, consistindo, neste caso, a única referência à demarcação da *Judiaria velha*, desconhecendo-se, contudo, em qual dos cantos viveu este judeu.

Por fim, em data anterior a 19 de junho de 1467, regista-se outro judeu, Mestre Moisés (*Mousem*), ourives, que havia vivido numas casas que se situavam nas

⁵⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 10 v.

⁶⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 13 v. (23 de setembro de 1466)

⁶¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 9 v e 10 (20 de junho de 1466).

⁶² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 9 v e 10.

⁶³ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 47 v.

⁶⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 8.

⁶⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fls. 12 v.

proximidades das do chanceler do cabido⁶⁶, João Afonso, situadas na parte norte da rua, junto à *Praça de Braga*⁶⁷, desconhecendo-se contudo em qual dos alçados.

Assim, tudo parece indicar que a *Judiaria velha* se localizaria no tramo norte da rua da *Erva*, num lugar extramente central, privilegiado e aberto, que permitiria uma natural convivência entre cristãos e judeus. Também a primeira sinagoga se localizava no alçado poente do seu tramo norte, nas proximidades da Praça da Cidade, onde, por sua vez, para além da Catedral se destacam os açougues, a cadeia⁶⁸ e o Paço dos Arcebispos. Em casas contíguas às da sinagoga, haviam vivido vários judeus, nomeadamente Jacob Castelão, na casa adjacente a norte, o Mestre Isaque, e posteriormente o seu filho Mestre Moisés, na casa confiante a sul, à qual se seguia a da sua irmã (**Fig. 1**).

As poucas referências ao edifício da sinagoga referem-na modestamente como umas casas, devendo, portanto, tratar-se de um edifício simples, sem grande ostentação arquitetónica exterior, na sombra da Sé Catedral, que, à semelhança do que ocorre com a maioria das sinagogas portuguesas não terá sido construída de raiz⁶⁹. Também a sua estrutura interna não deveria muito particular, facilmente adaptável a casa de morada, nomeadamente de membros da igreja.

3. A *Judiaria nova*.

O acordo feito entre o cabido e a *comuna* ditou o fim da primeira judiaria, que passa a ser designada então de *Judiaria velha*, e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma nova judiaria, na qual os judeus passam a concentrar-se.

Contrariamente ao verificado com a primeira, a reunião dos judeus na *Judiaria nova* terá sido um processo mais célere, muito embora dilatado ao longo de vários meses dos anos de 1466 e 1467, nomeadamente entre 08 de maio de 1466 e 16 de outubro de 1467⁷⁰.

À semelhança da primeira, a nova judiaria irá estabelecer-se na parte sul do núcleo amuralhado, no quadrante ocidental, num único arruamento, que ajudava a conformar o Bairro das Travessas, designado de rua da *Triparia*. Descrita como “toda direita desde a rua dos *Burgueses* até à rua *Travessa* que vai do *Postigo* para a Igreja de Sam Tiago da Cividade”⁷¹, constituía, portanto, uma extensa artéria no sentido N/S, tal como a rua da *Erva*, desembocando numa área periférica e pouco urbanizada, nas

⁶⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 19 v.

⁶⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 35 e liv. 3. fl. 29.

⁶⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2. fl. 122.

⁶⁹ TAVARES, Maria José Ferro – “Entre a história e a lenda: a memória judaica em Portugal ou o desconhecido Portugal judaico”. In SILVA, Carlos (ed.) – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013, p. 232.

⁷⁰ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 100.

⁷¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125v.

imediações do muro da muralha. Sensivelmente a meio do seu percurso era também cruzada pela rua *Travessa* que corria no sentido E/O.

Igualmente, a *Judiaria nova* não ocuparia a totalidade da artéria, confinando-se apenas ao tramo sul, que passa, então, a ser designado de *Judiaria nova*, enquanto a parte norte mantém o topónimo de *Triparia* até ao século XVI⁷². Por sua vez, com a expulsão dos judeus do reino, apenas o tramo sul passa a ser identificado primeiramente como *rua que foi Judiaria*⁷³ e, paulatinamente, nomeadamente a partir de 1511⁷⁴, como *rua de Santo António*, mantendo, por vezes, a referência de que tinha sido judiaria⁷⁵.

Apesar dos motivos que ocasionaram a transferência dos judeus para esta artéria não serem aludidos na documentação, muitos podem ser antecipados, nomeadamente a periferia do lugar, efetivamente mais distante do centro religioso⁷⁶ e político. Esta circunstância, terá constituído certamente um aspeto importante atendendo ao sentimento entretanto gerado relativamente à presença dos judeus nas cidades⁷⁷. Também, e apesar de conhecermos mais judeus a morar na *Judiaria nova* do que na *velha*, o espaço físico ocupado pela nova seria inicialmente inferior, tendo em conta que a rua era mais estreita e menos extensa, permitindo, deste modo, simultaneamente, maior concentração e isolamento da comunidade hebraica. Desta forma, o local eleito deveria ter satisfeito cristãos e judeus que, deste modo, também se encontrariam mais protegidos contra possíveis atos de violência⁷⁸, como os ocorridos no assalto à Judiaria Grande de Lisboa, em 1499⁷⁹.

Outro aspeto a considerar prende-se com o próprio nível de urbanização da rua e, consequentemente, com a oportunidade do cabido poder aumentar aí o seu património urbano⁸⁰. Na realidade, o número de imóveis que o cabido trazia emprazado nesta artéria, em c.1369-1380⁸¹, era pouco significativo, encontrando-se certamente muitos espaços por urbanizar. Esta situação ter-se-á mantido até meados do século XV, verificando-se igualmente que muitos imóveis se encontravam em mau estado de conservação, ficando por diversas vezes os judeus obrigados a fazer de novo, realizar obras de conservação, restauro ou ampliação das casas, como se regista frequentemente, nomeadamente logo no primeiro prazo, em 08 de maio de

⁷² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 68 v. e 102; liv. 2, fl. 63; liv.3, fls. 16, 63v.

⁷³ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 4, fls. 32; 39; 41 (todos datados do ano de 1500).

⁷⁴ MARQUES, José - *Braga medieval* ..., p. 99.

⁷⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 7, fls. 82 a 85 (todos do ano de 1513).

⁷⁶ DIAS, Geraldo A. J. Coelho, "Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga...", p. 45.

⁷⁷ TAVARES, Maria José Ferro - "O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo...", pp. 53-54.

⁷⁸ TAVARES, Maria José Ferro - "Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. Revoltas e Revoluções". *Revista de História das Ideias* 6, (1994), pp. 161-173.

⁷⁹ MORENO, Humberto Baquero - "O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1499". Separata da *Revista de Ciências do Homem* Série A, Vol. III, 1970.

⁸⁰ LOSA, António - "Subsídios para o estudo dos judeus de Braga...", p. 101.

⁸¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 125 v.

1466, onde Salomão de Almeida e o seu filho Isaque de Almeida ficam obrigados a fazer “*duas moradas de novo e corrigirem*” tudo às suas custas⁸². Apesar desta situação não possuir carácter propriamente excecional, entre judeus e cristãos, a verdade é que o cabido possuía aqui uma oportunidade para alargar e melhorar as propriedades imobiliárias. Do mesmo modo, também a possibilidade dos membros do cabido que residiam na rua da *Triparia* poderem passar a residir junto da Catedral, terá sido vista com bons olhos⁸³.

Contrariamente à primeira, a *Judiaria nova* teria limites precisos, nomeadamente em termos de entradas. Uma, a norte, onde os referidos Salomão de Almeida e o seu filho Isaque de Almeida, emprazam umas casas junto do “*poço e entrada dos judeus para contra Santiago*”⁸⁴. A outra, a sul, onde Ouro Velhido, mulher que foi de Mail (*Mayl*) ou Amail empraza, em 16 de outubro de 1467, “*as casas em que vive à entrada e canto da judiaria*”⁸⁵. (Tab. 1 e Fig. 2). Também aqui se verifica a presença de uma porta, a porta sul, já existente em outubro de 1467⁸⁶, nas proximidades da qual Mestre Jacob, físico, e a sua mulher Dona Mira, emprazaram “um pardieiro que o cabido tem ao *Postigo* que parte com a Judiaria que jaz em ermo e parte de uma parte com pardieiro de Bouro e com a porta da dita Judiaria, com a condição que o levante de parede e refaça de madeira e telha e de tudo o que for necessário, para fazer cavaliariças”⁸⁷. Se por um lado, a menção ao *Postigo* permite confirmar que se trata da porta sul, os dados registados permitem igualmente atestar o carácter *ermo*, onde predominavam *pardieiros*, assim como o desejo de o dotar de construções, às custas dos novos emprazamentos.

Também nas proximidades da porta sul se situavam as *casas sobradadas* onde, em 16 de outubro de 1467, Sancho ou Santo Brafanes⁸⁸, rabino, morava, edificadas “da parte direita quando entraram *pela porta da Judiaria*” que confrontavam de uma parte com “as casas em que mora a mulher que foi de Mail (*Mayl*) e da outra com as casas em que mora Salomão Samafas (*Çamafas*)”, e da parte de trás com exido da igreja de S. Gião de Paços e com rua pública”⁸⁹.

A partir da indicação da localização das casas de Sancho Brafanes é possível situar e caracterizar algum do edificado no alçado nascente, onde, em 16 de outubro de 1467, nas casas à entrada e canto sul da judiaria vivia, então, Ouro Velhido e, numas casas contíguas a norte, morava o rabino Sancho Brafanes. Logo a seguir,

⁸² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 5 v.; liv. 3, fl. 4v.

⁸³ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 100.

⁸⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 5 v.

⁸⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 23.

⁸⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 43 v.

⁸⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 3, fl. 69 v.

⁸⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 23 v., 43 v. e 44; liv. 2, fl. 84; liv. 3, fls. 21 e 35.

⁸⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 43 v.

Tabela 1 – Propriedades emprazadas pelo do cabido aos judeus (século XV)
na Judiaria nova de Braga.

Alçado nascente – de sul para norte			
	Datas	Propriedades	Judeus
1	16-10-1467	Casas	Ouro Velhido, mulher que foi de Mayl ou Amial
2	16-10-1467	<i>Casas sobradadas</i> , entestam na rua pública	Sancho ou Santo Brafanes
3	Anterior a 1500	<i>Casas</i> , no interior do quarteirão	Isaque do Rego
4	16-10-1467 19-09-1482	<i>Casas</i> , entestam na rua pública	<i>Salomão Samafas (Çamaças)</i> e a sua mulher Cimalha (<i>Cimaha</i>) casou em 2 ^{as} núpcias com Dona Alegria Tinham sido de Mestre Moisés Juda Cema, e a sua mulher Dona <i>Orivelhido</i>
5	16-10-1467	<i>Casas sobradadas e exido</i> , entestam na rua pública	Moisés Brafanes
6	10-08-1467	<i>Casas e pardieiro</i>	Jacob Montesinho e a sua mulher Missol
7	06-09-1479	Casas, mais exidos e a metade de um pardieiro, entestam na rua pública	Samuel Aboá Onde viveu Mestre Moisés (antes de 6-09- 1479)
8	18-12-1483	Casas, no interior do quarteirão	Isaque Brafanes, casado com Velhido (<i>“Villiida”</i> ou Valida) Onde viveu Moisés Rut (<i>Rude</i>)
9	18-12-1483	Casas, no interior do quarteirão	Onde viveu Mayl Brafanes
10	05-04-1470 05-03-1482	<i>Casa com exidos e poço</i> , entestam na rua pública	Jacob Castelão Juda Cema
11	05-04-1470	<i>Boticas</i> , entestam na rua pública	Abraão do Rego, ourives, casado com Mazaltor

12	05-04-1470	<i>Boticas, no interior do quarteirão</i>	Moisés (Musse) Galego, ourives
13	05-04-1470	<i>Boticas no interior do quarteirão</i>	Moisés Brafanes
14	08-05-1466	<i>Casas de duas moradas e exido</i>	Salomão de Almeida e o seu filho Isaque de Almeida
15	08-05-1466	Poço	

Alçado poente - de norte para sul			
	Datas	Propriedades	Judeus
1	05-04-1470	<i>Casas</i>	Isaque Montesinho
2	05-04-1470	<i>Casas sobradadas, entestam na rua pública</i>	Abraão Montesinho e da sua mulher Rica (Riqua)
3	05-04-1470	<i>Casas sobradadas, entestam na rua pública</i>	Samuel de Almeida, mulher Ouro Bem
4	05-04-1470	<i>Casas, entestam na rua pública</i>	Salomão Montesinho
5	27-09-1470	<i>Casas, entestam na rua pública</i>	Mestre Baru (Baruc), casado com Ora Boa
6	27-09-1470	<i>Casas</i>	Abdias (Abadias)
7	Posterior a 29-07-1466 e antes de 05-11-1467	<i>Casa torre</i>	Sinagoga
8	15-10-1484	<i>Pardieiro para fazer cavalaria</i>	Mestre Jacob, físico e a sua mulher Dona Mira
9		<i>Pardieiro de Bouro</i>	

em edifício contíguo vivia Salomão Samafas e a sua mulher Cimalha (*Cimaha*)⁹⁰, devendo todas dar para a rua pública e atrás existiriam quintais. As casas de Salmão Samafas irão ser posteriormente, em 19 de Setembro de 1482, após a sua morte, emprazadas a outro judeu, Juda Cema, mercador, e à a mulher, Dona *Orivelhido* filha de Sancho Brafanes⁹¹.



Fig. 2 – Perspetiva topográfica da *Judiaria nova* de Braga, sobre a Planta Topográfica de 1883/1884 - parcelas aforadas e respetivos enfiteutas ao cabido da Sé de Braga.

A seguir às casas de Salomão Samafas, em edifício adjacente, para norte, morava em outubro de 1467 Moisés Brafanes⁹², irmão do dito Sancho Brafanes, também ele rabino, numas “*casas sobradadas*, com seu exido”, que igualmente entestavam na rua pública. Confinantes estavam também aquelas em que morava Jacob Montesinho e a sua mulher Missol, que não deviam dar para a rua pública, situando-se nas traseiras, onde existia igualmente um pardieiro que, em 10 de agosto de 1467, foi junto ao prazo das casas⁹³. Todavia, em 6 de setembro de 1479, as casas confinantes a norte com as que trazia Moisés Brafanes foram emprazadas ao judeu Samuel Aboá, mercador. Tratavam-se, efetivamente, das casas que tinham sido de Mestre Moisés,

⁹⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 23 v.; liv. 2, fl. 81v; liv. 3, fl. 21.

⁹¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 83 v.; liv. 3, fls. 62 v. e 64.

⁹² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 23 v., 43 v. e 44; liv. 3, fls. 21 e 35 e 83 v.

⁹³ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 20 v.; liv. 3, fl. 19.

já referido anteriormente como tendo vivido na *Judiaria velha*⁹⁴, que se situavam entre as que trazia Moisés Brafanes e as em que vivia à data Jacob Castelão. Entre outras coisas, este prazo refere que se tratam de umas “casas mais exidos e a metade de um pardieiro que está entre o exido das ditas casas e o exido das casas de Moisés Brafanes”, com a condição que “as corrija e repare todas de novo”⁹⁵.

Posteriormente, em 18 de dezembro de 1483⁹⁶, outro membro da família Brafanes, neste caso Isaque Brafanes, casado com Velhido (“*Villiida*” ou Valida) empraza as casas em que viveu Moisés Rut (*Rude*), judeu, ourives, que “partem de uma parte com a casa nova de Samuel Aboá”, resultante das obras que se comprometeu fazer, e “da outra com o exido da dita casa” situando-se, portanto, nas traseiras das casas de Samuel Aboá, onde Isaque Brafanes e a sua mulher fizeram *duas moradas*. Na *morada* que estava junta com as casas de Samuel Aboá, vivia ele e a sua mulher, e na outra *morada* vivia o seu irmão Mayl Brafanes. Deste modo, em data anterior a de fevereiro de 1500 nas casas de *duas moradas* de Isaque Brafanes, terá vivido também o seu irmão, Mayl Brafanes.

Igualmente, as casas confiantes a norte com às de Samuel Aboá, onde, então, em setembro de 1479 ainda vivia Jacob Castelão, um dos judeus que permaneceu a viver até mais tarde na *Judiaria velha*, foram, depois da sua morte, emprazadas a Juda Cema, em 5 de março de 1482, com todos os exidos e poço, com a obrigação de ele as reparar⁹⁷. Tal como já referido, Juda Cema emprazará, posteriormente, em 19 de setembro de 1482, outras casas, conjuntamente com sua mulher, contíguas às do seu sogro, Sancho Brafanes, no início do alçado nascente. Neste caso, poderá tratar-se de uma mudança de casa de morada ou de uma acumulação de prazos, tal como se verificava com Moisés Brafanes que, para além das casas anteriormente referidas, emprazou na mesma data (abril de 1471) “uma botica que parte de uma parte com a entrada das casas de Salomão de Almeida e da outra com a botica de Moisés (*Musse*) Galego”⁹⁸, ourives. Verifica-se, na realidade, que a seguir às casas de Jacob Castelão, e posteriormente de Juda Cema, existiam três boticas contíguas, praticamente no remate do alçado nascente da *Judiaria nova*: a primeira foi emprazada, em 05 de abril de 1470, a Abraão do Rego, ourives,⁹⁹ casado com Mazaltor, localizadas precisamente “no começo da Judiaria à mão esquerda, que partem com o exido de Salomão de Almeida e com casas de Jacob Castelão e entestam na rua pública”¹⁰⁰; a segunda “que está junto com a sobredita”, emprazada a Moisés (*Musse*) Galego, ourives¹⁰¹ e a

⁹⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 10 v.; liv. 3, fl. 8v.

⁹⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 83 v.; liv. 3, fls. 62 v. e 64.

⁹⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 111 v.; liv. 3, fl. 67; liv. 4, fl. 7 v.

⁹⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fls. 83 v. e 84.

⁹⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 42 v.; liv. 3, fls. 34 v.

⁹⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 42 v.; liv. 3, fl. 34 v.

¹⁰⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43.; liv. 3, fl. 34 v.

¹⁰¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43.; liv. 3, fl. 34 v.

terceira, contígua com a anterior, emprazada ao rabino Moisés Brafanes¹⁰². Importa referir que Moisés Brafanes, assim como o seu irmão, Sancho Brafanes tiveram um papel de destaque, com intervenção registada nomeadamente na contenda entre a Igreja de Santiago e a *comuna* judaica de Braga, figurando como um dos principais arguidos¹⁰³. Ainda em finais do ano de 1500, os “exidos das casas que soia trazer Santo Brafanes da mão esquerda contra o postigo” são usados para referenciar o prazo de umas cavaleriças a um cristão-novo, Luís Gonçalves, mercador, que estavam atrás das casas que tinham sido do seu irmão, Isaque do Rego¹⁰⁴, também ele, então, residente no lado nascente, junto da porta sul.

Por fim, como já mencionado, a rematar a parte norte do alçado nascente encontrar-se-iam, nas proximidades do *poço*, as casas de Salomão de Almeida e do seu filho Isaque de Almeida (Fig. 2).

Ao longo dos anos da década de 1470, nomeadamente em 05 de abril de 1470¹⁰⁵, o cabido realiza uma série de novos prazos a judeus de casas confinantes, que certamente se situariam no alçado poente. Assim, e agora de norte para sul, temos as casas de Isaque Montesinho, de Abraão Montesinho e da sua mulher Rica (*Riqua*), de Samuel de Almeida e da sua mulher Ouro, e de Salomão Montesinho. Verifica-se, de facto, que a maior parte da família dos Montesinhos (três homens e uma mulher), uma das mais representadas na *comuna* de Braga¹⁰⁶, deviam viver no alçado poente. No caso de Abraão Montesinho, tratavam-se de umas *casas sobradadas* que confinavam, então, de uma parte com as de Isaque Montesinho e da outra com Samuel de Almeida e entestavam na rua pública, com a obrigação de as *fazerem*, *refazerem* e *corrigirem*. Seguiam-se as *casas sobradadas* de Samuel de Almeida, que partiam de uma parte com casas de Abraão Montesinho e da outra com Salomão Montesinho e confrontam igualmente com a rua pública. Também neste caso com a obrigação de as pôr em bom estado. Por fim, as casas de Salomão Montesinho que confrontavam com as de Samuel de Almeida e com pardieiro da comenda de Rio Frio e entestam na rua pública, igualmente com a obrigação de *fazerem* e *refazerem*. Mais uma vez, torna-se evidente a precariedade do estado de conservação em que muitas destas casas se encontravam.

Também na parte sul do alçado nascente se situavam as casas¹⁰⁷ onde funcionava a sinagoga da *Judiaria nova*, ocupadas anteriormente pelo cónego Pedro Lourenço e

¹⁰² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43.; liv. 3, fl. 34 v.

¹⁰³ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 101.

¹⁰⁴ Arquivo Municipal de Braga, *Livro de Prazos da Camara Secular*, 1428-1509, fol. 97v. (Documento facultado pela Dra. Raquel Martins, a quem agradeço).

¹⁰⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43 e 43 v.; liv. 3, fls. 34 v. e 35.

¹⁰⁶ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 109.

¹⁰⁷ A história ocupacional destas casas, baseada em pesquisa documental, encontra-se realizada por VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St.º António das Travessas”. *Forum* 12/13, (jul/jan., 1992/1993), pp. 17-42.

depois pelo licenciado Fernando Afonso¹⁰⁸. Contrariamente à sinagoga da *Judiaria velha*, bem como ao que seria habitual¹⁰⁹, o edifício agora eleito para funcionar como templo hebraico constituía um dos imóveis de maior destaque, descrito em finais de dezembro de 1511 como “a casa mais *cabeira*” da rua *que havia sido Judiaria*¹¹⁰, preponderância que aliás já possuía em c.1369-80, data em que aparece referida como umas *casas com sua torre*¹¹¹. Sucederam-se vários emprazamentos até ser ocupada pela sinagoga, em data posterior a 29 de julho de 1466 e anterior de 05 de novembro de 1467¹¹². De igual modo, em consequência da decisão régia de expulsar os judeus do reino, em 1496, deixa de funcionar como sinagoga, encontrando-se as casas, no ano de 1502, emprazadas a Diogo Gomes de Abreu, arcediago do couto de Braga¹¹³, as quais confrontavam de “uma parte com as casas do cabido onde vive Diogo Soares, cristão novo, e da outra com casas que são do cabido”¹¹⁴. Sucessivamente emprazada, nomeadamente a cônegos, que lhe foram introduzindo várias modificações arquitetónicas, à semelhança do que se verificou com a esmagadora maioria deste espaços e das judiarias em geral¹¹⁵, o prazo das casas *que eram sinagoga dos judeus* é anexado, em 1644, à casa contígua, para sul, passando a formar um único imóvel harmonizado, nomeadamente em termos de fachada, tal como é representado no *Mapa das Ruas de Braga*, de meados do século XVIII, e que atualmente ainda se pode verificar (Fig. 3).

A comprovar a ocupação destas casas como sinagoga destaca-se nomeadamente uma inscrição hebraica, que ainda se pode observar no edifício atual¹¹⁶, sendo igualmente de valorizar aquela que é a primeira imagem da sinagoga, e respetiva judiaria, representada no *Mapa de Braunio*, de 1594, onde de facto se pode confirmar que se tratam de umas casas grandes.

No final deste alçado, localizado entre um pardieiro de Bouro e a porta sul da judiaria, emprazou, em 15 de Outubro de 1484, Mestre Jacob, físico, um pardieiro para fazer umas cavaliariças, tal como já mencionado.

Refram-se ainda duas casas confinantes emprazadas, em 27 de setembro de 1470, a dois outros judeus. Tratam-se das casas de Mestre Baru (Baruc), que confrontavam de “uma parte com casas do cabido, em que mora Abdias (Abadias) Judeu e da outra com um pardieiro que se diz ser do filho do fouceiro e entestam

¹⁰⁸ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 99.

¹⁰⁹ BALLESTEROS, Carmen – “Das sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais peninsulares: origens e percursos de uma instituição”. In *Guarda. História e cultura judaica*. Guarda: Câmara Municipal e Museu da Guarda, 1999, pp. 144-145.

¹¹⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 7, fls. 7 e 7 v.

¹¹¹ VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St. ° António...”, p. 19.

¹¹² MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 99.

¹¹³ VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St. ° António...”, pp. 17-42.

¹¹⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 7, fl. 95.

¹¹⁵ ANDRADE, Amélia Aguiar – “O Desaparecimento espacial das judiarias...”, pp.143-164.

¹¹⁶ DIAS, Geraldo A.J. Coelho – “Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga...”, p. 45.

com a rua pública”¹¹⁷. Muito embora não seja feita referência direta à sua localização parece-nos ser provável que seria no alçado poente.

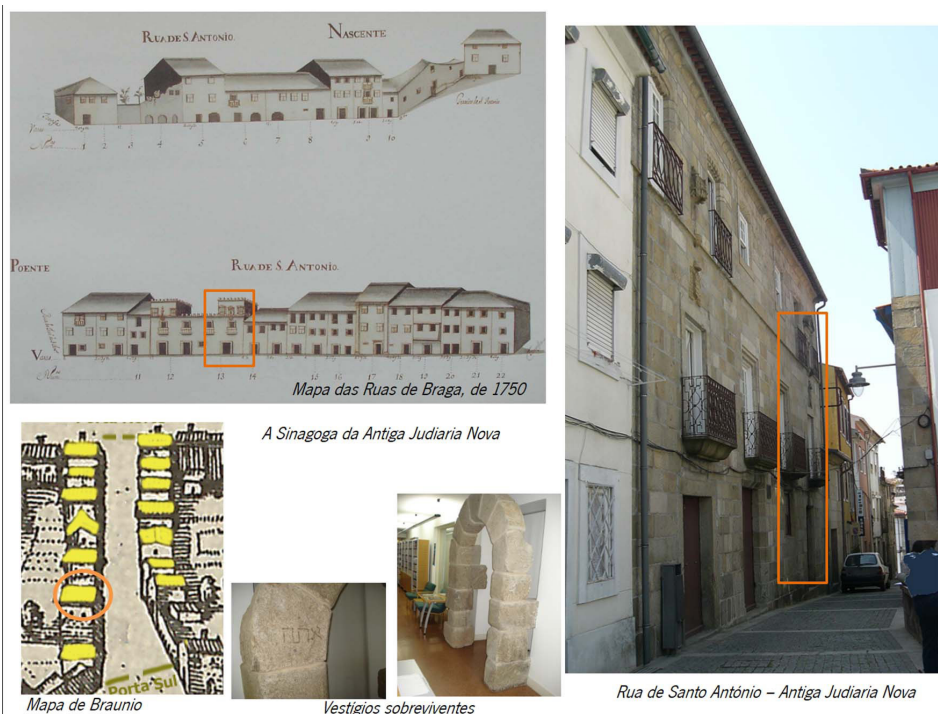


Fig. 3 – A sinagoga da Judiaria nova de Braga.

Deste modo, tendo em conta as referidas confrontações e a sua localização no respetivo alçado, nomeadamente 11 casas de morada no alçado nascente, algumas das quais se situavam no interior do quarteirão, e ainda 3 boticas, assim como no alçado poente 5 casas de morada, a sinagoga, e vários pardieiros, é possível obter uma perspetiva topográfica da *Judiaria nova* de Braga, nomeadamente das parcelas aforadas e respetivos enfiteutas ao cabido, traduzindo o que seria a esmagadora maioria da comuna de Braga (Fig. 2).

Todavia, importa igualmente analisar a referência a dois casais de judeus a viver fora da *Judiaria nova*, na Praça da Cidade ou Praça do Pão, em frente à Catedral. Um destes, Abraão Galego e Grácia, sua mulher, emprazaram, em 19 de agosto de 1472, “umas casas que ora são danificadas situadas na Praça da dita cidade, que partem com casas em que mora Leonor Domingues, tendeira, e da outra com casas em que mora Pêro Eanes de Travassos, com a obrigação de corrigir de novo o frontal e a escada e

¹¹⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 48; liv. 3, fl. 36.

reparar o sobrado¹¹⁸. O outro casal, Menahen Galego, e a sua mulher Dona Alegria¹¹⁹, viviam em 11 de outubro de 1491, numas casas do cabido situadas junto com a *praça da cidade*, que confrontavam com as casas do dito cabido que ora traz Pêro Eanes do Canto, sapateiro, e da outra com casas em que morou Leonor Domingues, a mostardeira¹²⁰, correspondente à casa nº 2, do *Mapa das Ruas de Braga*.

Estes dados permitem especular acerca da insuficiência de espaço da *Judiaria nova* para albergar os judeus, circunstância que poderá ter implicado a instalação de muitos dos recém-chegados, nomeadamente oriundos da Galiza, em áreas cristãs, mas também a questão da inclusão dos judeus no urbanismo medieval de Braga. Na realidade, parece evidente que, apesar da existência da judiaria, a sua exclusividade como bairro da minoria étnica não seria uma questão primordial, encontrando-se alguns judeus a viver dispersos pela cidade, por vezes, em locais bastante importantes para a cristandade.

4. Breves considerações finais.

As expressões físicas que permitem documentar a presença dos judeus no urbanismo medieval de Braga são testemunhos de exclusão, mas simultaneamente, de inclusão dos membros desta minoria étnica, assim como da sua importância para o processo de urbanização da cidade.

Apesar da parcialidade e reduzido número de casos registados, parece evidente que até finais do século XIV se assiste a uma normal convivência entre judeus e não judeus, tendo em conta nomeadamente o carácter disperso da localização das habitações em que residiam. A primeira judiaria, localizada num lugar central, economicamente dinâmico que, embora na submissão da Catedral, constituía um local de passagem quase obrigatório para os cristãos, não garantindo o desejado isolamento da minoria étnica, parecendo igualmente questionável a sua exclusividade, onde, meses depois do contracto, os hebreus permanecem a viver paredes meias com os cristãos, com a sinagoga em funcionamento.

Regista-se, efetivamente, um aumento do número de judeus a viver em casas do cabido na segunda judiaria. Poderíamos pensar em insuficiência de espaço na *Judiaria velha*, mas, atendendo ao parco nível de urbanização da rua da *Erva* para sul, esta não terá sido a única razão, instalando-se, efetivamente, a *Judiaria nova* num local secundário do núcleo urbano, distante do centro religioso e político da cidade, em larga medida erno, para a urbanização do qual os judeus contribuíram bastante,

¹¹⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 67; liv. 3, fl. 40.

¹¹⁹ Dona Alegria foi casada primeiramente com Salomão Samafras e posteriormente com Menahen Galego. A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fls. 81 v. e 82 v.; liv. 3, fl. 84.

¹²⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 222.

pese embora os apenas cerca de 30 anos da existência. A sinagoga, contrariamente ao que se verifica na *judiaria velha*, é instalada num edifício extremamente afastado, situado no extremo sul da judiaria, junto à porta, no entanto, numa das casas mais distintas da rua.

Também paradoxalmente, apesar da *Judiaria nova*, constituída por apenas um arruamento, concentrar a maioria dos judeus que residiam na cidade, encontramos-os a viver em outros locais do espaço urbano, por vezes bastante centrais, circunstâncias que permitem questionar o relacionamento entre gentes de credos opostos, não se verificando, inclusivamente, qualquer pudor em ocupar as casas onde anteriormente, ora cristãos, ora judeus, viveram, inclusivamente a sinagoga.

O valor simbólico e memorável da sinagoga, inquestionável para a comunidade hebraica, pode ser igualmente mensurável para os cristãos, assim como as próprias judiarias, que as continuam a utilizar como elementos de referência depois da sua extinção, nomeadamente os membros do cabido para situar as suas propriedades, reveladores, simultaneamente, da inclusão, mas também da exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval de Braga.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

Arquivo Distrital de Braga (A. D. B.)

Tombo do cabido, fls. 117 a 134.

Prazos do cabido, livros 1 a 5, entre 1465 e 1508.

Livro de Prazos da Câmara Secular, 1428-1509, fol. 97v.

Estudos:

AAVV – *Mapa das Ruas de Braga*. 2 volumes. Braga: Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, 1989-1991.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. In *Estudos de homenagem ao professor José Marques*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 1996, pp. 143-164.

- BALLESTEROS, Carmen – “Das sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais peninsulares: origens e percursos de uma instituição”. In *Guarda. História e cultura judaica*. Guarda: Câmara Municipal e Museu da Guarda, 1999, pp. 144-145.
- BALLESTEROS, Carmen – “A judiaria e a sinagoga medieval de Évora”. In *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 191-218.
- BANDEIRA, Miguel Sopas – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- DIAS, Geraldo Coelho – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade”. In *Os reinos ibéricos na Idade Média*. Vol. 1. Porto: Livraria Civilização, 2003, pp. 424-440;
- DIAS, Geraldo Coelho – “Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga”. *Minia* 2ª série, 5,6, (1982), pp. 38-56.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Tese de doutoramento.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- GOMES, Rita Costa – “Um microcosmos citadino: a judiaria medieval da Guarda”. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000, pp. 111-116.
- GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra: INATEL, 2003.
- LOSA, António – “Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no séc. XV”. in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. V: *Subsídios para a História da Cultura, Subsídios para a História de Portugal*. Guimarães: s.n., 1982, pp. 97-125.
- MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV”. In *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983, pp. 95-117.

MARQUES, José – “As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV”. In *Xudeus e Conversos na Historia*. Vol. 2. Santiago de Compostela: La Editorial de la Historia, 1994, pp. 351-363.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990.

MORENO, Humberto Baquero – “As Pregações de Mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos fins do século XV”. In MORENO, Humberto Baquero (Ed.) – *Exilados, marginais, e contestatários na sociedade portuguesa medieval: Estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 139-148.

RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho, 2 vols., 2008, Tese de Doutoramento.

RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço na Braga medieval”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, no prelo.

RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: Ed. CITCEM, 2012, pp. 145-171.

SILVA, Carlos Guardado (ed.) – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013.

TAVARES, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: CTT, 2010.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. 1ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.

TAVARES, Maria José Ferro – “Entre a história e a lenda: a memória judaica em Portugal ou o desconhecido Portugal judaico”. In SILVA, Carlos Guardado (ed.)

– *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013, pp. 229-267.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. 2 vols. Lisboa: UNL-INIC, 1982-1984.

TAVARES, Maria José Ferro – “Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano”. In *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 141-153.

TAVARES, Maria José Ferro – “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. Ana Maria JORGE e Ana Maria RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 53-54.

TAVARES, Maria José Ferro – “Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. Revoltas e Revoluções”. *Revista de História das Ideias* 6, (1994), pp. 161-173.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo e composição de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2009. Tese de doutoramento, pp. 619-664.

TRINDADE, Luísa – “The Jewish communities in Portuguese late medieval cities: space and identity”. In CARVALHO, Joaquim (ed.) – *Religion, Ritual and Mythology Aspects of Identity Formation in Europe*. Pisa: Pisa University Press, 2006, pp. 68-73.

VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St. ° António das Travessas”. *Forum* 12/13 (jul./jan. 1992/1993), pp. 17-42.

VENTURA, Margarida Garcez – “Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias”. *Revista Portuguesa de História*. 36-1 (2002/2003), pp. 229-240.

A judiaria da Guarda

textos e contextos

Tiago Ramos¹, Alcina Cameijo², Daniel Martins³

Resumo

No presente artigo pretendemos dar a conhecer os resultados de uma abordagem multidisciplinar sobre o estudo da Judiaria da Guarda em época medieval. A referência mais antiga da presença judaica na cidade da Guarda remonta a 1295. Desde esta data até à expulsão/conversão dos judeus em 1496 são numerosos os documentos referente à comunidade judaica, ao urbanismo da judiaria e inclusivamente à sua sinagoga. Este facto leva a que a judiaria da Guarda seja das mais bem documentadas na região centro e consequentemente tenha atraído diferentes investigadores. Não obstante a elevada qualidade científica da grande maioria da investigação realizada, por vezes, a falta de abordagens com disciplinas complementares tem levado a um conhecimento deficitário ou à perpetuação de linhas historiográficas erróneas, nomeadamente a correlação entre marcas cruciformes e presença judaica. Através da conjugação de revisão bibliográfica e das intervenções arqueológicas, de estudos de urbanismo e de novos contributos arquivísticos é-nos agora possível uma melhor compreensão deste espaço urbano, a desmistificação de certas linhas historiográficas e o estabelecimento de futuras linhas de investigação no que concerne ao conhecimento da presença e quotidianos judaicos na cidade da Guarda.

Palavras-chave

Guarda; Judiaria; Fontes documentais; Urbanismo; Arqueologia medieval.

¹ USAL/IEM FCSH-UNL (Bolsêiro Doutoramento FCT SFRH/BD/129777/2017).

² Associação Hereditas, Arqueóloga.

³ Associação Hereditas, Investigador Local.

The Jewish quarter of Guarda – texts and contexts.

Abstract

In this paper we present the results of a multidisciplinary approach on the study of the Jewish quarter of Guarda in Medieval Times.

The earliest reference to the Jewish presence in the city of Guarda dates back to 1295. From this date until the expulsion / conversion of the Jews in 1496 there are numerous documents relating to the Jewish community, Jewish urbanism and even its synagogue. This fact makes that the Jewish quarter of Guarda is one of the best documented in the Portuguese center region and consequently has attracted different investigators. In spite of the high scientific quality of the vast majority of research, sometimes the lack of approaches with complementary disciplines has led to a lack of knowledge or to the perpetuation of erroneous historiographical lines, namely the correlation between cruciform marks and the Jewish presence.

Through the combination of bibliographical review and archaeological interventions, urbanism studies and new archival contributions, a better understanding of this urban space is now possible, the demystification of certain historiographical lines and the establishment of future research lines with regard to the knowledge of Jewish presence and daily life in the city of Guarda.

Keywords

Guarda; Jewish quarter; documentary sources; urbanism; medieval archaeology.

1. Contextualização histórica da cidade da Guarda e da sua Judiaria.

Localizada no centro de Portugal, nas imediações da fronteira com Espanha, a cidade da Guarda estabelece-se num dos últimos contrafortes do sistema montanhoso que constitui a Serra da Estrela (**Fig. 1**). A sua implantação permite um vasto controlo não só do planalto beirão como também das regiões fronteiriças espanholas.

O núcleo urbano inicial, composto por uma torre românica e muralha circundante, e datável pelo menos da segunda metade do século XII⁴, viria no século

⁴ PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina – “Os sistemas defensivos da Guarda Medieval. Contributos para o seu conhecimento”. In FERNANDES, Cristina Isabel (coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*. Volume I. Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 436.

XIII a expandir-se ocupando toda a plataforma regular até ao seu ponto mais alto a sul, a 1056 m. Intrinsecamente um novo sistema defensivo foi erigido (**Fig. 2**). Segundo Rita Costa Gomes⁵ em 1221 estaria já iniciada esta empreitada, que se prolongaria durante todo o século XIII.

Será dentro deste espaço amuralhado que se formará a judiaria medieval da Guarda. Localizada na zona noroeste do burgo (**Fig. 2**), a judiaria da Guarda, ocupava um espaço privilegiado do núcleo urbano, nas proximidades da Praça e da Rua de S. Vicente, sendo propriedade régia. No entanto, estava orientada de modo a que a parede da muralha auxiliasse no seu processo de encerramento, e delimitada pela rua pública que dava acesso à Porta d'El Rei e pela praça da igreja de S. Vicente⁶.

Esta presença judaica na Guarda, atestada desde os finais do século XIII até ao Édito de Expulsão / Conversão forçada ao cristianismo em 1496, é uma das mais bem documentadas na Beira Interior⁷, levando a que alguns investigadores tenham focado os seus estudos nesta realidade. Na maioria dos casos com bastante rigor científico e aportando assim novos dados e linhas de investigação. Destacam-se o estudo pioneiro de Rita Costa Gomes⁸, ou os trabalhos de Maria José Ferro Tavares⁹. Contrariamente, uma outra linha de investigação, no mínimo falaciosa, tem vindo a propagar-se e a ganhar preponderância na comunidade não-académica e na sociedade local. Referimo-nos à ideia que associa a presença de marcas rupestres em fachadas de habitações e certas características arquitectónicas com a presença de comunidade de judeus convertidos, criptojudaísmo e cristãos-novos¹⁰. Por fim, em nenhum caso se enceta uma abordagem que tenha em conta o contributo das intervenções arqueológicas. Ainda que difícil de consubstanciar, como veremos mais à frente, os contextos arqueológicos registados na zona da judiaria da Guarda nunca foram tidos em conta.

⁵ GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. 1ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 35. A autora cita um documento de Tomar referido no Elucidário, vol. I p. 228. Todavia a referência ao citado documentado encontra-se na página 36.

⁶ Este espaço encontrava-se delimitado por marcos divisórios como consta no Tombo da Comarca da Beira de 1395. GOMES, Rita Costa *et alii* – “A judiaria da Guarda em 1395”. *Iberografias* 14 (2018), pp. 81-105.

⁷ TAVARES, Maria Ferro – *Os Judeus em Portugal no século XV*. 1ª ed. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, pp. 69-70.

⁸ GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval ...*; GOMES, Rita Costa – “A Judiaria Medieval da Guarda, um caso singular?”. In SARAIVA, António (Ed.) – *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda*, 2014, pp. 123-132.

⁹ TAVARES, Maria Ferro – *Os Judeus em Portugal ...*; TAVARES, Maria Ferro – “Os judeus da Beira Interior: a comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição” *Sefarad* 68:2 (2008) pp. 369-411; TAVARES, Maria Ferro – “A presença judaica em Portugal: o confronto dos vestígios materiais com a documentação escrita”. In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017, pp. 221-284.

¹⁰ SARAIVA, António; BALLESTEROS, Carmen (coords.) – *Marcas mágico-religiosas no centro histórico. Guarda*. Guarda: Polis, 2006; AFONSO, José – “Judeus, Criptojudeus e Cristãos-novos: Arquitetura Doméstica na Raia Quinhentista”. In SARAIVA, António (ed.) – *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, 2014, pp. 35-63.

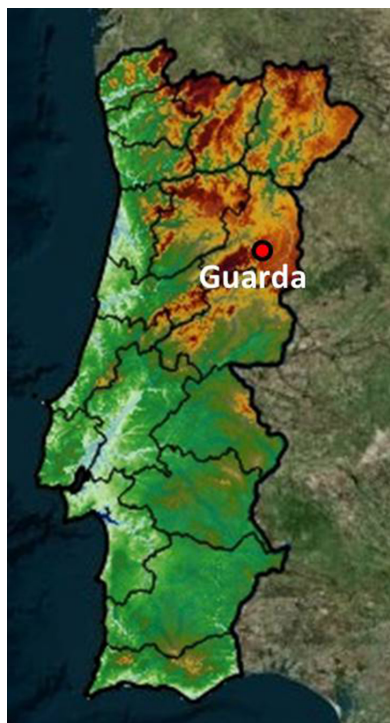


Fig. 1 – Localização da cidade da Guarda.



Fig. 2 – Actual perímetro amuralhado e localização da judiaria medieval.

A presente investigação tem assim como foque uma abordagem multidisciplinar por forma a tentar atingir um melhor conhecimento da judiaria da Guarda em época medieval. Pretende-se assim refutar as recentes falácias historiográficas, (re) criando uma linha de investigação, que possa ser tomada como um case-study na investigação sobre minorias religiosas em território português, neste caso a judaica.

2. A judiaria a partir da documentação medieval.

A mais antiga referência que conhecemos sobre judeus está presente nos “Costumes e Foros da Guarda”, redigidos provavelmente no Séc. XIII. Associava-os às práticas agrárias¹¹, e visava regulamentar a moral, proibindo o trabalho ao Domingo.

No entanto, a primeira informação mais concreta sobre a presença de uma comunidade é obtida a partir dos aforamentos da propriedade régia na cidade da Guarda. Propriedade esta, muito bem delimitada, concentrada num quarteirão, tendo como limites a Sul a rua Direita que vai da Porta d’El Rei para São Vicente, a Este a outra rua Direita que viria da Porta da Covilhã para a Torre Velha, a Oeste a muralha da cidade. A documentação analisada pertence às Chancelarias de D. Dinis, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I e ao Tombo da Comarca da Beira de 1395 (**Tabela 1, anexo**). Embora a análise deste rol de fontes tenha sido exaustiva, ressaltamos que no futuro poderão ainda ser adscritos novos documentos até agora desconhecidos.

O primeiro levantamento sistemático desta propriedade, que temos conhecimento, é elaborado no reinado de D. Dinis, entre 1295 e 1318. Temos notícias de 44 parcelas aforadas: 28 a cristãos e 16 a judeus. Em relação ao número de famílias temos: 26 famílias cristãs e 15 judias a habitarem a propriedade do rei. Estes aforamentos podem ter origens mais recuadas, pois quase todos referem terem uma carta anterior, como é o caso da própria Sinagoga¹² aforada à comunidade, centro da actividade cultural e religiosa.

Ao longo do reinado de D. Afonso IV temos poucos relatos da propriedade ocupada por judeus. Porém, detemos notícias de actividade intelectual. A 26 de Março de 1346, o judeu José Daluiya conclui a reprodução do Comentário ao Pentateuco de Rashi (Samuel Bem Isaac)¹³.

Durante o reinado de D. Fernando assistimos a uma alteração na política

¹¹ “Judeus e mouros nom lavrem en Domingo e syy lavrarem peite II maravedides aos alcaldes.” De acordo com Alexandre Herculano, os Costumes e Foros da Guarda remontam, pelo menos em grande parte, ao tempo de Sancho I. in HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, T. IV, Lisboa: Bertrand, 1981, pp. 254 – 255.

¹² “houveram outra carta dita Casa com sua quinta a qual casa dizem que é a Sinagoga” Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, folha 113.

¹³ MOITA, Tiago – “Os colófonos dos manuscritos hebraicos medievais como fontes de informação histórica relevante. Os manuscritos hebraicos de Seia, Guarda e Sevilha.” *Praça Velha* nº 36 (2016), pp. 151-154.

nacional e local. O reino enfrenta dificuldade como a peste negra, as guerras fernandinas e a crise de 1383-1385 que culmina com a batalha de Aljubarrota. Estas agitações também influenciaram negativamente a urbe da Guarda que já se desenvolvia para os arrabaldes fora das muralhas, tendo como radar de desenvolvimento a nova Sé Catedral que ainda estava em construção no ano de 1305¹⁴. Por precaução, o rei manda derrubar todas as edificações maiores do arrabalde, temendo que pudessem servir de suporte a eventuais invasores¹⁵. É curioso notar que, na carta do rei, datada de 2 de Outubro de 1369, concedendo privilégios aos homiziados que aí quisessem viver, a cidade é descrita como muito despovoada¹⁶. Passados uns anos, em 4 de Setembro de 1377, o cabido, que habitava no arrabalde que foi derrubado, queixa-se ao rei de não poderem viver dentro de muralhas, por as suas casas estarem aforadas e as que estão vagas serem muito caras¹⁷. Aqui a cidade é descrita como sobrepovoada. Todavia, em relação aos judeus temos apenas conhecimento de dois aforamentos.

Após a elevação do Mestre de Avis, D. João, a rei de Portugal, o urbanismo da judiaria altera-se. Conhecemos a doação de casas no adro da Igreja de São Vicente ao Bispo da Guarda, o qual compete na “conquista” do espaço físico e religioso com os judeus¹⁸, mas que não virá a surtir muito efeito como veremos. Em 1389, aparece a primeira referência à Judiaria Velha, acima da Porta d’El Rei¹⁹, na doação de casas a Gil Esteve, Almoxarife da cidade da Guarda. Anos mais tarde, o rei quer saber o estado da sua propriedade, mandando Rui Peres inquirir na Comarca da Guarda. Relativamente à cidade, em 1395, dispomos de uma descrição bastante precisa sobre o estado das propriedades²⁰. Temos um total de 115 parcelas aforadas a 96 famílias, das quais 50 parcelas pertencem a 38 famílias judaicas e 65 parcelas a 58 famílias cristãs. Apesar dos efeitos das guerras anteriores²¹, a população judaica mais que duplicou em número de famílias, subindo também o número de parcelas *per capita*. Passados dez anos do aforamento de casas ao bispo no adro de São Vicente, ainda ali habitavam 5 famílias judias²². Também neste rol de documentos aparece uma carta

¹⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3, folha 40.

¹⁵ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando I*, livro 1, folha 145vº.

¹⁶ “a dita cidade é muito despovoada” Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando I*, livro 1, folha 48.

¹⁷ “os beneficiados da dita igreja nom podem aver dentro na dita cerca casas em que morem salvo as alheas per que dam d aluguer grandes preços” Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando I*, livro 4, folha. 21vº.

¹⁸ Carta de 11 de Abril de 1385 “e arredor dele em que moravam os judeus e por aqueles foros que as eles traziam aforadas. Já não era coisa honesta os judeus morarem no adro da dita igreja.” Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, Folha 125vº.

¹⁹ “Judiaria velha acima da Porta Del Rey” Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura nova*, Beira 2, Folha 251.

²⁰ O Tombo da Comarca da Beira de 1395 foi já alvo de vários estudos, GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval ...*; e de uma recente transcrição actualizada GOMES, Rita Costa *et alii* – “A judiaria da Guarda...”.

²¹ “Uns pardieiros que não têm telha nem madeira, dizem que os estoíram na guerra” Lisboa, Torre do Tombo, *Tombo da Comarca da Beira*, Folha 94vº.

²² Abraão Sofel, Davi Favilho, Salomão Pernica, Moises de Castro e Cid, todos judeus, em 1395 têm casas no adro de São Vicente, Lisboa, Torre do Tombo, *Tombo da Comarca da Beira*.

de D. Dinis a aforar a sinagoga²³ anteriormente referida.

No curto reinado de D. Duarte foram feitos e confirmados aforamentos entre 1435 e 1437. Passados apenas quarenta anos das averiguações de D. João I assistimos a uma drástica quebra na tendência crescente do número de parcelas e famílias aforadas. Temos agora uma diminuição do número total de parcelas e famílias: 82 distribuídas por 68 famílias. Porém, o número de famílias judaicas aumentou para 51 e as propriedades para 65, aumentando assim o número de propriedade *per capita*. As famílias cristãs diminuíram drasticamente para 17 com 17 propriedades. Curiosamente, num aforamento de um chão a Faim de Cáceres, refere-se a judiaria junto do adro de São Vicente²⁴, o que poderemos entender como o crescimento espacial da mesma, ou seja a judiaria nova.

Com D. Afonso V os aforamentos não são sistemáticos, não permitindo assim ter um número aproximado à realidade. É, no entanto, a chancelaria mais rica em cartas de privilégio, num total de 32 concedidas aos judeus da Guarda. Na sua maioria de licença para poderem efectuar transacções de compra e venda com cristãos do reino. Deste rol de cartas destaca-se uma, de 19 de Junho de 1441, para Isaaque Maçom, alfaiate, isentando-o do direito de pousada²⁵. Outra carta importante, datada de 18 de Dezembro de 1441, confirma o aforamento de uma hipotética nova sinagoga. Refere que o foro agora confirmado era do tempo de D. Duarte. A nível formal é mencionado ter um andar para separar os homens das mulheres²⁶. É também durante este reinado que, a 3 de Setembro de 1465, na resposta às queixas dos procuradores da Guarda relativas aos judeus²⁷, apuramos informação muito importante. Na judiaria “apartada” podiam morar entre 50 a 60 (entendemos número de famílias). Já anteriormente a esta data, por motivos de inconvenientes provocados, tinha sido decidido pelos procuradores da cidade que fosse encerrada, o que nunca se veio a verificar. Pedia-se agora novamente que fosse encerrada, reforçando a gravidade do livre-trânsito dos judeus, durante o dia e a noite, principalmente no adro de São Vicente, onde faziam “sujidades” e escarneciam dos cristãos²⁸. É então ordenado que a porta que dava acesso ao referido adro fosse encerrada de imediato e definitivamente, construindo-se uma alternativa às custas dos judeus, e que as restantes portas fossem fechadas durante a noite. Passados dez anos, a 1 de Fevereiro de 1475, sabemos que o encerramento da judiaria ainda não

²³ “a qual lhes é emprazada por carta do rei D. Dinis, que mostraram”, Lisboa, Torre do Tombo, *Tombo da Comarca da Beira*, folha 91 e 91vº.

²⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, Folha 173vº.

²⁵ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2.

²⁶ “Casas de sinagoga de judeus e judias, cada uma sobre si. Este foro já era do tempo de D. Duarte” Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 98.

²⁷ Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 26vº e 27.

²⁸ “e escarnecem e voltam as costas contra a cruz”: Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 26vº e 27.

estava concluído²⁹. Morfologicamente, continuamos com informação relativa a uma Judiaria (nova) e uma Judiaria velha. Terá sido abandonada como consequência da crise no reinado de D. Fernando? Ou simplesmente é velha, comparativamente à nova que continua a crescer? Aparentemente a judiaria desenvolve-se para o Poço do Gado. Anteriormente, temos apenas uma referência desta zona, através de um cristão que tem aforadas duas casas aqui, em 1395³⁰. Agora, frequentemente, aparecem referências ao dito espaço: a 12 de Fevereiro de 1460 é aforado um chão ao judeu Juça Coleima³¹; a 15 de Janeiro de 1465 é aforado outro chão a Salomão Mofejo³²; a 5 de Abril de 1470 existe o aforamento de um chão ao escrivão do almoxarifado Afonso Tavares³³; e por último em 25 de Janeiro de 1477, um aforamento de um chão a Isaque Maçoz³⁴. Constatamos que são só aforados chãos, o que indica tratar-se de uma área não lotada de construções.

Analisando os documentos da chancelaria de D. João II, aparentemente nada nos leva a crer que se tenha alterado a tendência da ocupação do espaço urbano. Os mesmos judeus continuam a habitar a propriedade régia, distribuídos pela Judiaria³⁵, Judiaria velha³⁶ e Judiaria no poço do Gado³⁷. De igual modo, a comuna mantinha a sinagoga activa³⁸.

Por fim, no início do reinado de D. Manuel I, contemplamos uma alteração na política relativamente aos judeus, “ilegalizando-os”. É decretado o Édito de Expulsão de 5 de Janeiro de 1496, com prazo máximo até 31 de Outubro de 1497, de onde resulta a conversão massiva dos judeus para cristãos-novos e consequente desaparecimento legal das judiarias. Na Guarda dispomos apenas de um testemunho. Um cristão-novo, de nome Leonel Henriques, que antes se chamava Samuel Arrari, possuía umas casas aforadas na Rua Novas que antes era a judiaria³⁹.

²⁹ “cerramento da Judiaria que agora se faz”, Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, Folha 96.

³⁰ Geraldo Domingues tem duas casas aforadas no poço do gado, Lisboa, Torre do Tombo, *Tombo da Comarca da Beira*.

³¹ “o qual chão jaz ao poço do gado” Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 3.

³² “um cham que nos avemos na judiaria da dita cidade” nas confrontações “com a rua que vai para o poço do gado” Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 202.

³³ “judiaria da dita cidade” confrontando “do outro cabo com o poço do gado da dita judiaria”, Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 161.

³⁴ “E o dito Senhor há na Judiaria da dita cidade para nele fazer casas que jaz no poço do gado”, Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, folha 91.

³⁵ Aforamento de um chão a Mossem Cofem em 1489, “um chão que está na dita judiaria que parte com o açougue dela”, Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro I, Folha 143.

³⁶ Aforamento de um chão a Juça Ergas a 28 de Janeiro de 1489: “que lhe aforasse um pedaço de chão que esta na Judiaria velha contra o muro”, Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, Folha 98.

³⁷ Aforamento de um chão a Jacob Ergas a 13 de Fevereiro 1486: “o dito Senhor tem na judiaria da dita vila ao beiro dela do poço do gado” Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, Folha 144.

³⁸ Num aforamento de um chão em 1489 “parte contra a Ysnoga”, Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro I, Folha 143.

³⁹ Carta de aforamento de 13 de Novembro de 1497, Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 28, folha 65v°.

3. A planimetria e a arquitectura da(s) judiaria(s).

Em termos de evolução do espaço da judiaria, em 1987, Rita Costa Gomes ensaia uma primeira hipótese de reconstituição da planimetria da judiaria, com base no Tombo da Comarca da Beira de 1395⁴⁰, mas regendo-se um pouco pela actual configuração deste espaço. No entanto, esta não pode ser considerada como totalmente fiável como recentemente ficou demonstrado pela existência de uma azinhaga não representada por esta autora. Assim, para além das ruas conhecidas verificamos a existência de uma azinhaga, da qual ainda restam alguns troços, que ligaria a casa onde se localizaria a sinagoga ao largo de S. Vicente⁴¹ (Fig. 3). É também neste sentido que apontamos a existência de um acesso à muralha no nº11 da Rua do Amparo, encerrado por casas no século XX.



tardo-medieval), apresentando a primeira um traçado mais irregular, com ruas mais estreitas e irregulares e a segunda, a partir do largo da Judiaria, um traçado mais ortogonal e a rua mais larga. Estarão estas diferenças ligadas à concepção de uma “arquitectura judaica”?⁴³ Ou serão fruto da época em que foram (re)construídas e se desenvolveram? Acreditamos tratar-se da segunda hipótese.

Relativamente à arquitectura dos edifícios existentes não constatamos nenhuma característica arquitectónica medieval. Contrariamente, é possível identificar fachadas de casas com características que apontam uma cronologia lata, desde o século XV até ao século XXI. A maioria dos edifícios são compostos por dois pisos – o térreo destinado ao comércio e o 1º piso à habitação, assim como por duas portas, uma larga para o negócio, outra estreita reservada ao acesso da família ao espaço habitacional. No entanto, verificamos que tal tipo de arquitectura não se limita à judiaria, mas surge um pouco por todo a Zona Histórica, não podendo por isso ser apresentada como habitação de judeu mas sim casa de ofício/comércio. Outra característica presente em alguns destes imóveis situados na judiaria, e que os trabalhos arqueológicos realizados neste espaço evidenciaram, é a existência de ligações internas, ao nível do primeiro andar⁴⁴. Constituiriam estas ligações mecanismos de fuga/reunião para os membros da comunidade? Ou serão o resultado da anexação e divisão da mesma propriedade ao longo de mais de cinco séculos de história? Mais uma vez inclinamo-nos claramente para a segunda hipótese. Sendo a judiaria localizada numa área propriedade régia⁴⁵, depois da saída da comunidade estas casas continuaram a ser aforadas a moradores, agora Cristãos (velhos e novos). É o que nos demonstra todo o processo de transformação arquitectónica ocorrido em Época Moderna.

Por fim, embora já extravase o período cronológico aqui abordado, não poderíamos de deixar de referir dois elementos arquitecturais, no mínimo bastante discutíveis, as marcas rupestres e os armários embutidos nas paredes. No primeiro caso, na Guarda encontramos este tipo de marcas um pouco por todo o centro Histórico, sendo menor a incidência na área da antiga Judiaria⁴⁶ (**Fig. 4**). Têm sido avançadas várias explicações para a sua gravação e para a sua associação aos cristãos-novos:

⁴³ Alguns autores como AFONSO, José – “Judeus, Criptojudeus e Cristãos-novos...” avançam a tese de uma arquitectura judaica, da qual discordamos totalmente face à total falta de metodologia científica.

⁴⁴ Entre os imóveis existentes na actual Rua do Amparo e que se encontram encostados à muralha. MARQUES, António; CAMEIJO, Alcina – *Projeto de Reabilitação de Habitação - Rua do Amparo n.º 107-113 - Guarda*. 2012. Policopiado.

⁴⁵ Do tempo em que a propriedade era régia fica-nos a inscrição “Do foro del Rei” no lintel da porta da Rua do Amparo n.º 55. Na tradição oral esta era a casa do Tribunal Judaico ou do Rabi. Será a persistência da memória do Rabi David que tinha as suas “casas balcoadas contra o muro”? GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval*, p. 56. Poderemos aproveitar a tradição oral como fonte para o estudo desta temática? São temáticas, no mínimo discutíveis.

⁴⁶ Veja-se o inventário efectuado em SARAIVA, António; BALLESTEROS, Carmen (coord.) – *Marcas mágico-religiosa...*

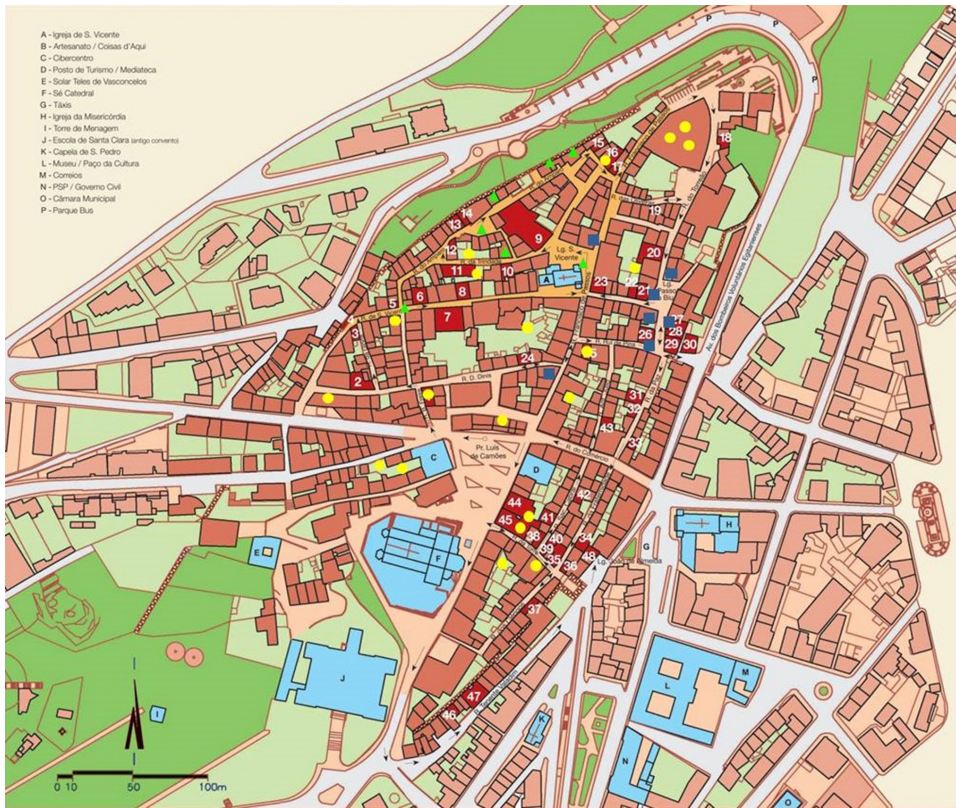


Fig. 4 – Localização das marcas rupestres (vermelho); Poços (amarelo); Armários (azul); intervenções arqueológicas (verde).

vestígios da continuação da obrigação do judeu de marcar a *mezuzah*, na ombreira de porta; acto de sacralização de um espaço tido com herético, em consequência de uma ocupação anterior por membros de um credo religioso minoritário, como foram os judeus; ou vontade ou necessidade de mostrar objectivamente a adesão a um credo religioso e ter sido inscrita por cristãos-novos. Na nossa opinião, este elemento em nada pode ser adscrito cientificamente a cristãos-novos e judeus⁴⁷. Não se conhece em nenhum processo da Inquisição⁴⁸ a referência à marcação de cruciformes em ombreiras. Por outro lado a utilização da cruz como símbolo de propriedade de certos imóveis por ordens religiosos é recorrente⁴⁹, assim como

⁴⁷ Opinião já anteriormente expressada por Marcos Osório em relação ao Sabugal. OSÓRIO, Marcos – “Sobre as marcas cruciformes do Concelho do Sabugal” in SARAIVA, António (ed.) – *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, 2014, pp. 157-166.

⁴⁸ GARCIA, Antonieta - *Denúncias em nome da fé – Perseguição aos judeus no distrito da Guarda de 1607 a 1625*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnografia das Religiões / Universidade Nova de Lisboa, 1996.

⁴⁹ Damos como exemplo as casas pertencentes à Comenda da Ordem de Cristo na aldeia de Maçainhas sinalizadas com uma cruz grega. GONÇALVES, Iria (dir.) – *Tombos da Ordem de Cristo, Comendas da Beira Interior Centro (1508)*. vol. VI. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

o seu uso generalizado por toda a comunidade cristã ao longo de vários séculos. Relativamente aos armários embutidos nas paredes, somos da mesma opinião que, os casos conhecidos na Guarda, como o exemplar do nº31 da Rua Rui de Pina⁵⁰, (Fig. 4) não são passíveis de fazer corresponder inequivocamente a um culto judaico ou criptojudáico. Diferenciar um espaço que teria funcionado como *Aron* de um pequeno oratório cristão, de armários utilitário ou de meras cantareiras, apenas por paralelismos estéticos não nos se afigura verosímil⁵¹. Em suma, não podemos ter em conta estas premissas aquando de um estudo remissivo da posse de certos imóveis de forma a chegar a um proprietário cristão-novo e/ou com ascendência judaica.

4. A judiaria através da arqueologia.

Em Portugal, a arqueologia medieval centrada em espaços judaicas é quase irrelevante⁵² e, mais uma vez, no mínimo muito discutível⁵³. A nível europeu a perspectiva é bastante distinta. Nos últimos anos tem vindo a ocorrer um grande desenvolvimento, o qual se plasma como melhor exemplo nas actas do Colóquio Internacional *Archéologie du judaïsme en France et en Europe* celebrado em Janeiro de 2010⁵⁴ ou na recente síntese de Philippe Blanchard e Paul Salmona⁵⁵. Em Espanha, a investigação arqueológica teve um desenvolvimento menor, mas superior ao caso

⁵⁰ FERNANDES, Lúcia Maria; MARQUES, António – “Vestígios Hebraicos na cidade da Guarda – Sobre um Aron Ha-Kodesh”. *Arqueologia Medieval* 8 (2003), pp.267-277.

⁵¹ Como os casos do Aron da Guarda, FERNANDES, Lúcia Maria; MARQUES, António – “Vestígios...” p. 271 e do Aron de Castelo, BARROCA, Mário Jorge, “O aron de Castelo Mendo”, *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques* – 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 194. Estes elementos são assim caracterizados através da comparação estilística com o “Aron” de Castelo de Vide, o qual se encontra na apelidada “Sinagoga”, edifício que a actual investigação levanta muitas dúvidas sobre a sua função religiosa: TAVARES, Maria Ferro – “A presença judaica em Portugal...”.

⁵² TENTE, Catarina – “Os últimos 30 anos da Arqueologia Medieval em Portugal”. In QUIRÓS CASTILLOS, Juan Antonio (ed.) – *Treinta años de Arqueología Medieval en España*. Oxford: Archaeopress, 2018, pp. 49-94.

⁵³ Referimo-nos concretamente aos estudos de BALLESTEROS, Carmen – “Aspectos da Arqueologia Judaica: Testemunhos da Vida e da Morte em Comunidades Judaicas Peninsulares”. In JORGE, Vítor Oliveira (coord.) – *Actas 3º Congresso de Arqueología Peninsular: “Terrenos” da arqueologia da Península Ibérica*, Vol. 8, Vila Real: ADECAP, 2000, pp.131-150; BALLESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla – “Aspectos da Arqueologia Judaica em Trancoso.” In FERREIRA, Maria do Céu et alii (coords.) – *Beira Interior: história e património: actas das I jornadas de património da Beira Interior*, Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000, p.331-334; SANTOS, Carla; BALLESTEROS, Carmen – “Arqueologia Judaica no Concelho de Trancoso (Novos Elementos)”. *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004), pp. 9-40; BALLESTEROS, Carmen – “A Judiaria e a Sinagoga Medieval de Évora (1ª Campanha de Escavação)”. In BALLESTEROS, Carmen; RUAH, Mery (coords.) – *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, CIDEHUS-UE, Colibri, 2004, pp. 191-218; FERREIRA, Fernando - *Arqueologia alto-medieval no regolfo do Alqueva. Vestígios de uma ocupação judaica nas margens do Guadiana no século VII*. Évora: EDIA / DRCALLEN, 2013.

⁵⁴ SALMONA, Paul; SIGAL, Laurence (dirs.) – *L'archéologie du judaïsme en France et en Europe*. Paris: La Découverte, 2011.

⁵⁵ BLANCHARD, Philippe; SALMONA, Paul – “L'archéologie des communautés juives européennes” in DEMOULE, Jean-Paul et alii (dir.) - *Une histoire des civilisations*. Paris: La Découverte, INRAP, 2018, pp. 446-451.

nacional. Destacam-se o pioneiro trabalho de David Romano⁵⁶ os trabalhos de Jorge Eiroa⁵⁷ e os resultantes do curso de cultura hispano-judaica e sefardi celebrado em 2007⁵⁸.

Poderia ser espectável que uma tão perdurável presença de comunidade judaica nesta zona do burgo (mais de dois séculos) se traduzisse no registo de uma “cultura material judaica” nos contextos arqueológicos? Se pretendemos ver reproduzida a dicotomia entre a materialidade de contextos judaicos versus cristãos, a resposta é negativa. Existem claramente materiais adscritos exclusivamente à cultura judaica⁵⁹, outros cujo uso não é exclusivo mas que podem adquirir um significado particular em mãos judias⁶⁰. Mas sobretudo materiais que pela sua funcionalidade, e face à inexistência de outros elementos e contextos arqueológicos, não nos permitem distinguir o credo/etnia dos seus possuidores⁶¹. Ou seja, na cultura material, nomeadamente quando falamos em espólio cerâmico, salvo raras excepções (como os candis múltiplos, inscrições ou símbolos hebraicos incisos⁶²), não se reconhecem traços identitários característicos de uma população judaica⁶³. Não deixa de ser, no mínimo, curioso que em toda a documentação referente à comunidade judaica da Guarda nunca se constate a profissão de oleiro.

É de salientar, também, que nunca existiu para este espaço um projecto de investigação arqueológica e que os trabalhos arqueológicos aqui realizados decorreram da necessidade da realização de intervenções arquitectónicas em alguns imóveis da antiga judiaria e em espaços públicos. Assim, e no sentido de caracterizar a judiaria medieval da Guarda através dos vestígios arqueológicos, efectuamos o

⁵⁶ ROMANO, David – “Arqueología judía en Cataluña”. In CARRETE, Carlos (ed.) – “*Actas III Congreso Internacional “Encuentro de las Tres Culturas”*”. Toledo: Universidad de Tel-Aviv/Ayuntamiento de Toledo, 1988, pp. 131-136.

⁵⁷ EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos para la identificación de las poblaciones judías medievales hispánicas” *Medievalismo* 26 (2016) p. 88; EIROA, Jorge (2018) – “Arqueología medieval de las minorías religiosas en la Península Ibérica: el caso de los judíos”. In QUIRÓS CASTILLOS, Juan Antonio (ed.) – *Treinta años de Arqueología Medieval en España*. Oxford: Archaeopress, 2018, pp. 315-340.

⁵⁸ CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. 1ª ed., Barcelona: Herder, 2017.

⁵⁹ Neste grupo é necessário ainda uma subdivisão que englobe os materiais judaicos que possam ter sido reaproveitados em épocas posteriores e que adquiram assim contextos e funções distintas das originais.

⁶⁰ CASTAÑOS, Javier – “Entre la Visibilidad y el Escepticismo: Los restos materiales de los judíos de Sefarad y su interpretación.” In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. 1ª ed., Barcelona: Herder, 2017, p. 71

⁶¹ Recordemos que, como os documentos medievais nos indicam, na judiaria habitaram também cristãos.

⁶² Vejam-se os exemplos apresentados neste mesmo volume por Inés Centeno *et alii* e Manuel Fialho.

⁶³ Como exemplo o caso dos contextos medievais datado dos finais do século XII até ao século XIV no Bairro Judaico de Coimbra “em que a comunidade judia não disporia, naturalmente, de uma baixela cerâmica exclusiva, partilhando com os restantes grupos étnico/religiosos (cristãos, moçárabes e muçulmanos) os recipientes convencionados na tradição local” ALMEIDA, Sara; TEMUDO, Susana – “Cerâmica do século XIII, no contexto do bairro judaico de Coimbra (Portugal)”. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, 2016, p. 296.

levantamento dos trabalhos realizados e dos resultados obtidos.

No total temos conhecimento de terem sido efectuadas cerca de 14 intervenções: doze em habitações e duas em espaços públicos (Ruas da Judiaria e Largo de S. Vicente)⁶⁴ (**Fig. 4**). Relativamente ao espólio arqueológico exumado, é de salientar a pequena quantidade e a contemporaneidade cronológica do mesmo, o que não nos permite assim alavancar o conhecimento sobre a época medieval deste espaço.

Esta invisibilidade identitária no registo arqueológico material é repercute-se também na arqueologia de espaços religiosos e de espaços domésticos.

A sinagoga da Guarda, espaço sagrado por excelência para os judeus, conhece-se pelas fontes documentais, mas não pela arqueologia, facto também bastante usual na investigação espanhola⁶⁵. A sua localização foi avançada por Rita Costa Gomes⁶⁶, tendo vindo a ser aceite por investigadores posteriores sem novos dados ou releituras. Trata-se de uma hipótese, devendo assim ser tratada como tal e não como um facto consumado. Por outro lado, o actual imóvel correspondente nunca foi alvo de trabalhos arqueológicos. Todavia, uma futura e hipotética intervenção não será por si a resolução deste pressuposto. Como refere a documentação, a sinagoga era um edifício aforado ao rei, não devendo possuir assim elementos distintivos das restantes casas aforadas neste bairro. E mesmo se se identificarem vestígios de um edifício de cronologia medieval, a sua relação com a sinagoga poderá não ser possível de estabelecer caso não se registe a presença de materiais ligados à prática do ritual religioso em contextos medievais selados.

Indissociáveis à sinagoga estavam as estruturas de apoio aos banhos rituais. Contudo, o único caso em território peninsular que indiscutivelmente se reporta a um *micvé* é o exemplo de Besalú (Girona). Será assim espectável que poderão ter sido utilizados, para o ritual de purificação, outro tipo de estruturas hidráulicas mais rudimentares e inclusivamente nascentes de água ou poços⁶⁷. Todavia, este tipo de estruturas podem ser de difícil caracterização cronológica, ou até não deixar vestígios no registo arqueológico. Numa cidade em que o sistema público de abastecimento só tem expressão na segunda metade do século XX, é normal que tenham proliferado

⁶⁴ De este total apenas existem, por ora, 6 relatórios de intervenções. MARQUES, António; CAMEIJO, Alcina – *Projeto de Reabilitação...*; PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica no âmbito do Projecto de construção de Centro de Dia na Rua de S. Vicente (Guarda)*. 2013. Policopiado. NEVES, Dário – *Alteração de edifício de habitação na Rua do Amparo, São Vicente – Guarda, Relatório Preliminar*, 2012. Policopiado. CAMEIJO, Alcina – *Relatório final de trabalhos arqueológicos no Projeto de reabilitação de habitação na Rua do Amparo, n.º 61-65, Guarda*, 2013. Policopiado; NEVES, Dário – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico. Rua do Amparo, N.º 79/81 – Guarda*, 2010; PEREIRA, Vítor e CAMEIJO, Alcina – *Relatório final do Projecto Reabilitação Urbana do Espaço Público do Centro Histórico da Guarda Zona D*, 2011. Policopiado. Uma vez que temos conhecimento de obras realizadas noutros edifícios deste bairro deveriam ter existido mais trabalhos arqueológicos...

⁶⁵ EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos...”, p. 92.

⁶⁶ GOMES, Rita Costa – “A Guarda medieval...”, p. 35.

⁶⁷ EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos...”, p. 94.

os poços privados e comunitários. Nas intervenções arqueológicas foi identificado no n.º 107/113 da Rua do Amparo uma estrutura escavada no afloramento rochoso, possivelmente um poço⁶⁸. Na obra de Reabilitação Rua de S. Vicente/ Rua do Amparo foi registada uma estrutura rectangular composta por quatro silhares de granito, com cerca de 240 cm de comprimento e 112 cm de largura, que não foi possível identificar a sua funcionalidade⁶⁹. E no n.º 9 da Rua da Trindade foi encontrado um tanque público de época indeterminada. Em nenhum dos casos é possível estabelecer relações com a presença judaica e suas práticas religiosas.

Relativamente à área sepulcral, a sua localização é por agora desconhecida. A documentação medieval é omissa⁷⁰. Segundo a práxis, os cemitérios judios situavam-se fora do recinto urbano, nas imediações de vias de comunicação e de correntes de água, mas por sua vez relativamente próximos do lugar de habitação, o que evitaria assim que as procissões fúnebres atravessassem os bairros cristãos⁷¹. Todavia, nenhuma outra fonte, documental, epigráfica ou arqueológica possibilita comprovar esta localização. Atendendo ao território português desconhecemos qualquer intervenção arqueológica em cemitérios ou enterramentos judaicos. Contrastante é o caso de Espanha, onde foram identificados cemitérios medievais judaicos em Segóvia, Valladolid, Sevilha, Lucena, ou Toledo⁷². A sua identificação como judio vem sendo realizada através de achados epigráficos e/ou documentação vinculada directamente ao sítio, relegando para segundo plano as evidências arqueológicas. Esta premissa deve-se muito ao facto de o ritual fúnebre e a ausência de materiais de adorno nem sempre permitirem a distinção com enterramentos cristãos. Exceptua-se o caso de Toledo onde foi possível identificar o locus (encerramento subterrâneo do túmulo através da construção de uma abóbada) como fóssil director de enterramentos judaicos⁷³, e a delimitação espacial dos cemitérios cristão, muçulmano e judaico⁷⁴.

⁶⁸ MARQUES, António; CAMEIJO, Alcina – *Projeto de Reabilitação...*

⁶⁹ NEVES, Dário – *Alteração de edifício...*

⁷⁰ Em outras cidades portuguesas a documentação medieval indica a sua localização como em Coimbra: GOMES, Saul – “Os Judeus no Reino Português (Séculos XII-XIII)”. In *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica: Período Medieval e Moderno* [Em linha] (2008), pp.79-91. [Consulta de 31/12/18]. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/232>; em Santarém: MARADO, Catarina Almeida – *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (século XIII-XV)*. 1ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p. 243; em Leiria: GOMES, Saul – “Os judeus de Leiria Medieval”. *Revista Portuguesa de História* 28 (1993), p. 12; ou em Lisboa: ANDRADE, Amélia – “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 143-163.

⁷¹ CABRERA, Blas; CABALLERO, Jesús; DÍAZ, Jorge – “El cementerio judío medieval de ‘la encarnación’ en Ávila”. *Sefarad* 73:2 (2013), p. 313.

⁷² EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos...”, p. 96.

⁷³ RUIZ, Arturo – *La vida futura es para los devotos. La muerte en el Toledo medieval*. Madrid: La Ergastula, 2013, pp. 74-80.

⁷⁴ RUIZ, Arturo – “El límite sur de la necrópolis medieval judía del Cerro de la Horca (Toledo) y el problema del contacto con otros cementerios”. *Sefarad* 76:1 (2016), pp. 121-157.

Relativamente à Guarda, apenas conhecemos necrópoles medievais intramuralhas, no Largo da Igreja de São Vicente (junto à judiaria)⁷⁵, Praça Luís de Camões e Largo das Freiras⁷⁶. Os dados arqueológicos e antropológicos recolhidos não permitem constatar nenhum possível enterramento judaico.

Voltemos ao mundo dos vivos e aos espaços não religiosos, quer sejam espaços habitacionais ou espaços produtivos. Como anteriormente mencionado, a judiaria e os imóveis aí situados eram pertença do rei que os aforava a judeus e cristãos. Este facto por si é revelador da inexistência de diferenças arquitecturais passíveis de relacionar com o credo religioso do possuidor. Esta invisibilidade é transmissível ao registo arqueológico que, salvo raríssimas excepções como estruturas associadas a materiais arqueológicos judaicos⁷⁷, não constata elementos estruturais ou construtivos que diferenciem unidades domésticas ou produtivas utilizadas por judeus de outras utilizadas, no mesmo período e contexto geográfico por elementos da comunidade maioritária cristã⁷⁸. Exemplo claro desta premissa são os resultados que vêm sendo obtidos na judiaria do Castelo de Lorca (Múrcia, Espanha)⁷⁹. No caso da Guarda, em consubstancia com os exemplos anteriormente referidos, as intervenções arqueológicas não evidenciaram nenhuma estrutura habitacional ou produtiva de época medieval. Em termos de vestígios identificados destacamos no projecto da Rua S. Vicente /Rua do Amparo um portal manuelino em arco conopial identificado numa parede interna; e uma forja de época contemporânea escavada no nº 115 da Rua do Amparo.

5. Considerações finais e linhas de investigação.

A partir da década de 80 do século XX na Europa reinava um marco general favorável ao desenvolvimento de estudos judaicos tanto presentes como das suas raízes⁸⁰. Esta premissa teve enorme repercussão em Espanha, a qual se vem mantendo até à

⁷⁵ PEREIRA, Vitor; CAMEIJO, Alcina – *Relatório final do...*

⁷⁶ CAMEIJO, Alcina; PEREIRA, V. – “A necrópole do Largo das Freiras (Sé, Guarda): nota preliminar”. *Praça Velha* 29 (2011), pp. 223-232.

⁷⁷ Como o raro exemplo de um pergaminho escrito em hebraico achado no arco de uma porta de uma casa em Caños de Oro de Toledo: RUIZ, Arturo - *Arquitectura residencial y religiosa: Toledo (siglos X a XVIII)*. Madrid: La Ergástula, 2012, pp. 63-66.

⁷⁸ EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos...”, p. 99.

⁷⁹ GALLARDO, Juan; GONZÁLEZ, José Ángel – *La judería del castillo de Lorca en la Baja Edad Media*. Murcia: Estudio arqueológico e CARM, 2009; GALLARDO, Juan e GONZÁLEZ, José Ángel – “La judería medieval de Lorca (Murcia)” In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017 pp. 371-395; EIROA, Jorge – “El parque arqueológico del castillo de Lorca (Murcia). Un nuevo proyecto de investigación en la frontera castellano-nazari”. *Debates de Arqueología Medieval* 2 (2012), pp. 407-419; EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos...”, p. 100.

⁸⁰ SABATÉ, Focel – “La Sefarad cautiva y reinventada, los retos de la arqueología y la divulgación del patrimonio cultural”. In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017, p. 46.

actualidade. Neste país, a tradição de estudos judaicos remontam ao século XVIII, vinculado ao trabalho de grandes hebraístas e focando principalmente sobre epigrafia e arquitectura de edificios monumentais⁸¹. Mas, como anteriormente referido, foi a partir da penúltima década do século XX que o interesse pela presença judaica se propagou. Muitas vezes de forma pouco científica e coadjuvada pela imprensa local e regional e por interesses turísticos e políticos⁸².

Esta necessidade de “materialização” da presença judaica é também reconhecível em território português, tendo o seu expoente máximo na criação do triunvirato marcas mágico-religiosas/arquitectura/criptojudaísmo, tão presente nas abordagens anteriores na cidade da Guarda. Esta abordagem teve como suporte a criação, à semelhança do caso espanhol⁸³, da Rede de Judiarias Portuguesas em 2011. Tinha como objectivo valorizar o património cultural judaico e complementar a sazonalidade do Turismo da Serra da Estrela, pretendendo chamar a atenção para operadores turísticos israelitas. No ano seguinte a Rede viu aprovado, pelo programa Norueguês EEA Grants, um financiamento de 4 milhões de euros, acrescido com um contributo do Estado Português em 15% (705 mil euros) e das câmaras municipais (2,5 milhões de euros)⁸⁴.

Pouco deste financiamento foi direccionado para a investigação científica do passado judaico, como se constata pelo que demonstramos neste artigo. Na sua maioria foi investido em construção de infra-estruturas, criação de eventos, publicações de marketing, ou levantamento e sinalização das “marcas mágico-religiosas”. Esta preocupação com as infra-estruturas e a “criação de provas e factos” advém de uma visão arcaica de um turismo dos monumentos, do palpável, relegando para segundo plano a dimensão do património imaterial.

Como exemplificamos, com o caso da judiaria da Guarda, é possível uma abordagem científica e criteriosa ao passado medieval judaico. Principalmente através das fontes documentais, mas sobretudo de uma metodologia multidisciplinar, recorrendo à arqueologia e a outras ciências sociais. É neste âmbito que uma linha de investigação que reveja toda a bibliografia e documentação existente ou por editar, aliada a estudos genealógicos de famílias de cristãos-novos, ao estudo reversivo dos registos prediais, assim como à revisão dos materiais arqueológicos das intervenções já realizadas e um projecto de escavações arqueológicas, deverá ser tida em conta

⁸¹ EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos...”, p. 88.

⁸² SABATÉ, Focel – “La sefarad cautiva...”; HERVÁS, Marciano – “Las «sinagogas» de Béjar y de Valencia de Alcántara: problemas de interpretación”. in CASTAÑO, Javier (ed.) - *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017, pp. 299-310.

⁸³ Criada em 1996, com o objectivo de “...coordenar la promoción de ochos ciudades com urbanismo medieval en el que durante algún momento se ubicó población judía” SABATÉ, Focel – “La sefarad cautiva...”, p. 35.

⁸⁴ “Rotas de Sefarad encerra com execução de 95% e investimento superior a sete ME Notícia”. *Diário de Notícias* (27/11/2017).

numa futura investigação.

Em suma, acreditamos ter dado o nosso contributo para o estudo de uma franja da sociedade medieval minoritária, muitas vezes alvo de exclusão, e cuja inclusão no panorama da investigação nem sempre seguiu o critério científico.

BIBLIOGRAFIA

- Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura nova*, Beira nº 2, folha 251.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 2.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, livro2, folha 113.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3, folha 40.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, Folha 173vº.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, folha 145vº.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando I*, Livro 1. folha 48.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando I*, Livro 4, folha. 21vº.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, Folha 125v.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 28, folha 65vº.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Tombo da Comarca da Beira*, Folha 94vº.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Tombo da Comarca da Beira*, folha 91 e 91vº.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 98.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 26vº e 27.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 3.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, folha 91.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, Folha 96.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 202.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 2, folha 161.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro I, Folha 143.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, Folha 98.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro da Beira 1, Folha 144.

AFONSO, José – “Judeus, Criptojudes e Cristãos-novos: Arquitetura Doméstica na Raia Quinhentista” In SARAIVA, António (ed.) – *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, 2014, pp. 35-63.

ALMEIDA, Sara; TEMUDO, Susana – “Cerâmica do século XIII, no contexto do bairro judaico de Coimbra (Portugal)”. In GONÇALVES, Maria José e GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coord.) – *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* Silves: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 291-297.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 143-163.

BALLESTEROS, Carmen – “Aspectos da Arqueologia Judaica: Testemunhos da Vida e da Morte em Comunidades Judaicas Peninsulares”. In JORGE, Vitor Oliveira (coord.) – *Actas 3º Congresso de Arqueología Peninsular: “Terrenos” da arqueologia da Península Ibérica*, Vol. 8, Vila Real: ADECAP, 2000, pp.131-150.

BALLESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla – “Aspectos da Arqueologia Judaica em Trancoso”. In FERREIRA, Maria do Céu *et alii* (eds.) – *Beira Interior: história e património: actas das I jornadas de património da beira interior*, Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000, pp. 331-334.

BALLESTEROS, Carmen – “A Judiaria e a Sinagoga Medieval de Évora (1ª Campanha de Escavação)”. In BALLESTEROS, Carmen; RUAH, Mery (coords.) – *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, CIDEHUS-UE, Colibri, 2004, pp. 191-218.

BARROCA, Mário Jorge – “O aron de Castelo Mendo”. In *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques* – 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 183-197.

BLANCHARD, Philippe; SALMONA, Paul – “L’archéologie des communautés juives européennes”. In DEMOULE, Jean-Paul; GARCIA, Dominique; SCHNAPP, Alain (dirs.) – *Une histoire des civilisations*. Paris: La Découverte, INRAP, 2018, pp. 446-451.

CABRERA, Blas; CABALLERO, Jesús; DÍAZ, Jorge – “El cementerio judío medieval de ‘la encarnación’ en Ávila”. *Sefarad* 73:2 (2013), pp. 309-338.

CAMEIJO, Alcina; PEREIRA, Vítor – “A necrópole do Largo das Freiras (Sé, Guarda): nota preliminar”. *Praça Velha* 29 (2011), pp. 223-232.

CAMEIJO, Alcina – *Relatório final de trabalhos arqueológicos no Projeto de reabilitação de habitação na Rua do Amparo, n.º 61-65, Guarda*. 2013. Policopiado.

CAMEIJO, Alcina; CUNHA, Maria Leontina; CUNHA, Telmo – “Contribuição para a história da Judiaria da Guarda”. *Praça Velha* 36 (2016), pp. 177-194.

CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Herder, 2017.

CASTAÑOS, Javier – “Entre la Visibilidad y el Escepticismo: Los restos materiales de los judíos de Sefarad y su interpretación.” In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Herder, 2017, pp. 69-86.

EIROA, Jorge – “El parque arqueológico del castillo de Lorca (Murcia). Un nuevo proyecto de investigación en la frontera castellano-nazari”. *Debates de Arqueología Medieval* 2 (2012), pp. 407-419.

EIROA, Jorge – “Indicadores arqueológicos para la identificación de las poblaciones judías medievales hispánicas”. *Medievalismo* 26 (2016), pp. 87-108.

EIROA, Jorge – “Arqueología medieval de las minorías religiosas en la Península Ibérica: el caso de los judíos”. In QUIRÓS CASTILLOS, Juan Antonio (ed.) - *Treinta años de Arqueología Medieval en España*. Oxford: Archaeopress, 2018, pp. 315-340.

FERREIRA, Fernando – *Arqueologia alto-medieval no regolfo do Alqueva. Vestígios de uma ocupação judaica nas margens do Guadiana no século VII*. Évora: EDIA/DRCALEN, 2013.

FERNANDES, Lúcia Maria; MARQUES, António – “Vestígios Hebraicos na cidade da Guarda: Sobre um Aron Ha-Kodesh” *Arqueologia Medieval* 8 (2003), pp. 267-277.

GALLARDO, Juan; GONZÁLEZ, José Ángel – *La judería del castillo de Lorca en la Baja Edad Media*. Murcia: Estudio arqueológico e CARM, 2009.

- GALLARDO, Juan; GONZÁLEZ, José Ángel – “La judería medieval de Lorca (Murcia)”. In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017, pp. 371-395.
- GARCIA, Maria Antonieta – *Denúncias em nome da fé – Perseguição aos judeus no distrito da Guarda de 1607 a 1525*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnografia das Religiões / Universidade Nova de Lisboa, 1996, pp. 294-303.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- GOMES, Rita Costa – “A Judiaria Medieval da Guarda, um caso singular?” in SARAIVA, António (ed.) – *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, 2014, pp. 123-132.
- GOMES, Rita Costa; JACOB, Berta; MARTINS, Daniel; NETO, Maria José; PINTO, Antonieta; RAMOS, Tiago – “A judiaria da Guarda em 1395”. *Iberografias* 14 (2018), pp. 81-106.
- GOMES, Saul – “Os judeus de Leiria Medieval”. *Revista Portuguesa de História* 28 (1993), pp. 1-23.
- GOMES, Saul – “Os Judeus no Reino Português (Séculos XII-XIII)”. *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica: Período Medieval e Moderno* [Em linha] (2008), pp. 79-91 [Consultado 31/12/18] Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/232>.
- GONÇALVES, Iria (dir.) – *Tombos da Ordem de Cristo, Comendas da Beira Interior Centro (1508)*, vol. VI. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, T. IV, Lisboa: Bertrand, 1981, pp. 254-255.
- HERVÁS, Marciano – “Las «sinagogas» de Béjar y de Valencia de Alcántara: problemas de interpretación”. In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017, pp. 299-310.

- MARADO, Catarina Almeida – *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (século XIII-XV)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.
- MARQUES, António; CAMEIJO, Alcina – *Projeto de Reabilitação de Habitação - Rua do Amparo n.º 107-113 - Guarda*. 2012. Policopiado.
- MOITA, Tiago – “Os colofones dos manuscritos hebraicos medievais como fontes de informação histórica relevante. Os manuscritos hebraicos de Seia, Guarda e Sevilha.” *Praça Velha* 36 (2016), pp. 151-154.
- NEVES, Dário – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico. Rua do Amparo, N.º 79/81 - Guarda*. 2010. Policopiado.
- NEVES, Dário – *Alteração de edifício de habitação na Rua do Amparo, São Vicente - Guarda, Relatório Preliminar*. 2012. Policopiado.
- OSÓRIO, Marcos – “Sobre as marcas cruciformes do Concelho do Sabugal”. In SARAIVA, António (ed.) – *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, 2014, pp. 157-166.
- PEREIRA, Vítor e CAMEIJO, Alcina – *Relatório final do Projecto Reabilitação Urbana do Espaço Público do Centro Histórico da Guarda Zona D*. 2011. Policopiado.
- PEREIRA, Vítor e CAMEIJO, Alcina – “Os sistemas defensivos da Guarda Medieval. Contributos para o seu conhecimento”. In FERNANDES, Cristina Isabel (coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*. Vol. I. Lisboa: Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 435-443.
- PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica no âmbito do Projecto de construção de Centro de Dia na Rua de S. Vicente (Guarda)*. 2013. Policopiado.
- ROMANO, David – “Arqueología judía en Cataluña”. In CARRETE, Carlos (ed.) – *Actas III Congreso Internacional ‘Encuentro de las Tres Culturas’*. Toledo: Universidad de Tel-Aviv/Ayuntamiento de Toledo, 1988, pp. 131-136.

- RUIZ, Arturo – *Arquitectura residencial y religiosa: Toledo (siglos X a XVIII)*. Madrid: La Ergástula, 2012.
- RUIZ, Arturo – *La vida futura es para los devotos. La muerte en el Toledo medieval*. Madrid: La Ergastula, 2013.
- RUIZ, Arturo – “El límite sur de la necrópolis medieval judía del Cerro de la Horca (Toledo) y el problema del contacto con otros cementerios”. *Sefarad* 76:1 (2016), pp. 121-157.
- SABATÉ, Focel – “La sefarad cautiva y reinventada, los retos de la arqueología y la divulgación del patrimonio cultural” in CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017, pp. 29-68.
- SALMONA, Paul; SIGAL, Laurence (dirs.) – *L'archéologie du judaïsme en France et en Europe*. París: La Découverte, 2011.
- SANTOS, Carla; BALLESTEROS, Carmen – “Arqueologia Judaica no Concelho de Trancoso (Novos Elementos)”. *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004), pp. 9-40.
- SARAIVA, António; BALLESTEROS, Carmen (coord.) – *Marcas mágico-religiosas no centro histórico. Guarda*. Guarda: Polis, 2006.
- TAVARES, Maria Ferro – *Os Judeus em Portugal no século XV*. 1ª ed. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, pp. 69-70.
- TAVARES, Maria Ferro – “Os judeus da Beira Interior: a comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição” *Sefarad* 68:2 (2008), pp. 369-411.
- TAVARES, Maria Ferro – “A presença judaica em Portugal: o confronto dos vestígios materiais com a documentação escrita”. In CASTAÑO, Javier (ed.) – *¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*. Barcelona: Heber Editorial, 2017, pp. 221-284.

TENTE, Catarina – “Os últimos 30 anos da Arqueologia Medieval em Portugal”. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (ed.) – *Treinta años de Arqueología Medieval en España*. Oxford: Archaeopress, 2018, pp. 49-94.

“Rotas de Sefarad encerra com execução de 95% e investimento superior a sete ME Notícia”. *Diário de Notícias* (27/11/2017).

Anexo:

Tabela 1: Documentação medieval referente à presença judaica na Guarda.

NOME	Local	Data e Informação	Cota/Referência Bibliográfica
"Comuna dos Judeus"	SINAGOGA	1295-08-06 - Aforamento da casa "dizem que é a Sinagoga ". Tem carta mais antiga.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 113.
Abraão Alacar	Rua da judiaria	1295-08-06 - Aforamento de casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 113vº.
Váz Judeu	largo da Lagea (Judiaria)	1295-08-06 - Aforamento de casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 113vº.
Vizinho Judeu	São Vicente	1295-08-06 - Aforamento de casas com sua quinta e adega.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 112vº.
Isaque	São Vicente	1295-08-06 - Aforamento de duas casas com quintal.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 113vº.
Sanção Judeu	São Vicente	1295-08-06 - Aforamento de uma casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2
Misol	São Vicente	1295-08-06 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2
Valeade Judeu	São Vicente	1295-08-06 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2
Judeus	QUINTAL da SINAGOGA	1295-08-06 - Referido num aforamento de uma casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 113vº.
Judas Mestre Judeu	São Vicente	1295-08-08 - Aforamento de duas casas com eixido.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 113.
Juça, filho de Bolafia	São Vicente	1295-08-11 - Aforamento de casas com adega e pequeno quintal.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 112vº.
Mosem de Valhadolid	São Vicente	1295-08-11 - Aforamento de duas casas.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 2, folha 113.
Isaaque Tecelão	Guarda	1298-06-16 - Aforamento de casas.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 4, folha 9vº.
Lezer Judeu	São Vicente	1298-06-16 - Aforamento de casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 4, folha 9vº.
Isaque de Cáceres	São Vicente	1304-08-13 - Aforamento de casa. 1435-10-21 - Já falecido	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 4, folha 29vº.
Albafacem Judeu / Almofacem	São Vicente	1305-09-15 - Aforamento de casas.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 4, folha 32vº.
Sarmento Judeu	JUDIARIA	1308-05-27 - Aforamento de casas com terreno.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 4, folha 49.

Mestre Jacob	JUDIARIA	1339 - Aforamento de casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso IV, I, 4, fol. 39.
José Daluiya	Guarda	1346-03-26 - Conclusão do comentário ao Pentateuco de José Daluiya, escrito na Guarda.	MOITA, Tiago – “Os colofones dos manuscritos hebraicos medievais como fontes de informação histórica relevante. Os manuscritos hebraicos de Seia, Guarda e Sevilha.” <i>Praça Velha</i> 36 (2016), pp. 151-154
Mestre Mousem	Guarda	1374 . Emprazamento de uma pardieiro.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 2, folha 36.
Cabido da Sé		1377-09-04 - "os beneficiados da dita igreja nom podem aver dentro na dita cerca casas em que morem salvo as alheas per que dam d aluguer grandes preços"	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Fernando, Livro 4, folha. 21vº
Salomão Adida	Guarda	1379-06-03 - Aforamento de dois pardieiros.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 255.
Frei Vasco de Lamego, Bispo da Guarda	Adro de são Vicente	1385-04-11 - Carta porque o dito senhor deu de foro ao Bispo da Guarda as casas que estavam no adro de São Vicente "e arredor dele em que moravam os judeus e por aqueles foros que as eles traziam aforadas. Já não era coisa honesta os judeus morarem no adro da dita igreja."	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro 1, Folha 125v.
Diogo Peres de Avelar, vassalo de D. João I		1385-06-11 - Recebe em tença, as rendas da judiaria , açougagem, portagem, oitavas, mordomado e colheita da cidade da Guarda, tal como tinha Álvaro Gil Cabral.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro I, folha 3.
Gil Esteves, Almoxerife da cidade	JUDIARIA VELHA, acima da Porta Del Rey.	1389-03-22 - Doação de casas a Gil Esteve, Almoxerife da cidade da Guarda, na judiaria velha.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, beira nº 2, folha 251 Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro 2.

Abraão Mamom, sapateiro	Guarda	1395 - Aforamento de casas.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 317.
Abraão de Leiria	Guarda	1395 - Tem casas aforadas.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59.
Alvar Gil, Judeu	São Vicente	1395, - Casa sobradada aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 318.
Favivi	Guarda	1395. - Aforamento de casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319.
Almofacem	Guarda	1395. - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319.
Daniel	Guarda	1395. - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319.
Davi Falilhom e Abraão de Leiria	Guarda	1395. - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 318.
Dona Fadona	Guarda	1395. - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319.
Mestre Juça	Guarda	1395. - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 318.
Santom Mamom	Guarda	1395 - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira.
Suas	Guarda	1395 - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319.
Antom Ergas / Antão Ergas	Rua Direita (da Porta del Rei a São Vicente)	1395 - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319 e 324.
Corocha	Guarda	1395 - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira.
Isaque Caçez	Guarda	1395 - Casa que tem aforada. 1395-10-27 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 317 Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 172 vº
Judeus	SINAGOGA	1395 - Casa que têm aforada. "a qual lhes é emprazada por carta do rei D. Dinis, que mostraram"	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 91 e 91vº.

Abraão Sofel, / Çofel	Adro de São Vicente	1395. - Casa que tem aforada..	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira , folha 320.
Juça de Leiria	Guarda	1395. - Casa que tem emprazada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 317.
Judas de Linhares	Guarda	1395. - Casa que tem.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira.
Davi Favilho	Adro de São Vicente	1395. - Casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Jaco Pernica, sapateiro	Guarda	1395. - Casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Judas, ferreiro	Guarda	1395. - Casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 318.
Salomão Pernica	Adro de São Vicente	1395. - Casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Samuel Cacez	Guarda	1395. - Casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Samuel de Munhom	Guarda	1395. - Casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 318.
Abraão	Guarda	1395. - Casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 317.
Moisés de Crasto	Adro de São Vicente e Rua dos Açougues	1395. - Duas casas sobradadas que tem aforadas.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Rabi Davi	Guarda	1395. - Duas casas sobradadas que tem emprazadas já do tempo de D. Fernando.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319.
Abraão, ferreiro	Guarda	1395. - Em tempos foi foreiro.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira.
Isaque de Crasto	Guarda	1395. - pardieiro e casa sobradada que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 318.
Mestre Moisés	Guarda	1395. - Perdieiro que tem emprazado e uma casa sobradada aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 317 e 324.
Isaque, ferreiro	JUDIARIA	1395. - Tem aforadas casas novas e sobradadas. 1406-01-23 - Aforamento de um pardieiro na judiaria .	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro 3, folha 41. Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 319. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro 3, folha 106.

Baril Judeu	Guarda	1395. - Tem casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira.
David Falido	Guarda	1395. - tem casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira.
Cide	Adro de São Vicente	1395. - Tem casa sobradada aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Belo Infante Juda	Guarda	1395. - Tem casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 318.
Abraão Rodrigo	Guarda	1395. Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Franca, a “Cucaracha”	Guarda	1395. Moradora.	Lisboa, Torre do Tombo, Tombo da Comarca da Beira, folha 320.
Isaque	JUDIARIA	1395-06-27 - Aforamento de casas.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro 3, folha 41.
Abraão Adida	Guarda	1406-01-23 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro 3, folha 106.
Gil Esteves, Almoixerife da cidade	JUDIARIA Velha , acima da Porta Del Rey.	1427-03-22- Doação de uma casa a Gil Esteves, Almoixerife da cidade.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Beira 2, folha 251
Judeus e Judias	SINAGOGA	1433 a 1438, 1º aforamento - Casas de sinagoga de judeus e judias, cada uma sobre si. Este foro já era do tempo de D. Duarte. 1435-10-27 - Confrontações. 1441-12-18 - Confirmação do aforamento anterior.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 98.
Pero Lourenço Ferreira , cavaleiro e criado da casa del rei D. João I, alcaide de Pinhel		1434-01-27 - recebe as rendas do serviço real e nono dos judeus da cidade da Guarda. 1441-06-17 - Confirmação das rendas.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, livro 34, folha 79. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Daniel Barul	Guarda	1435- ultimo de Novembro- Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173.
Cinfa	JUDIARIA	1435- ultimo de Novembro- Tem casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173vº.

Salomão Tovi , ferreiro	Rua pública que vai dos açougues velhos para o Paço del Rey, JUDIARIA que foi.	1435 - ultimo de Novembro- Tem casa aforada. 1444-04-08 - Aforamento de casas na Judiaria que foi.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 173vº. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, Folha 97.
Faym de Cáceres, / Faim / Haim, mercador	Rua que vai dos Açougues velhos para o Paço del Rey. JUDIARIA junto ao Adro de São Vicente (1435) Guarda.	1435-08-17 - Escambo de casas na rua que vai dos Açougues velhos para o Paço del Rey com portas para a rua Direita. 1435-10-28 - Chão aforado na Rua pública que vai para o Paço del Rey 1435-11-18 - Vivia na Judiaria . 1441-12-12 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo. 1442. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, folha 165vº, 166 e 166vº. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova , Livro da Beira 2, folha 236. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2 Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova , Livro da Beira 1, folha 97 a 98vº
Abraão de Crasto	Rua pública que vai dos açougues velhos para o Paço del Rey, Judiaria	1435-08-17 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova , Livro da Beira 2, folha 236.
Abraão de Pinhel, rendeiro	Rua pública da Judiaria Guarda	1435-10- 20 -Aforamento de: um pardieiro sem telha na Rua pública da Judiaria; uma casa pequena; e uma casa sobradada. 1442-12-12 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, folha 173vº, 174. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59vº.
Davi Filholho	Guarda	1435-10-20 - Casas que foram de David Filholho.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, folha 173vº, 174.

Isaque Caracho	Guarda	1435-10-20 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173vº.
Daniel Mourão	Guarda	1435-10-20- Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro1, folha 173vº, 174.
Manafem, sapateiro	Guarda	1435-10-20- Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro1, folha 173vº, 174
Mosem de Chaves	Guarda	1435-10-20- Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro1, folha 173vº, 174
Jaco de Alva	Rua Direita, que vem da Porta Del Rey (1435)/ JUDIARIA da rua da Porta del Rey (1435)	1435-10-21 - Tem quatro casas aforadas. 1464-08-15 - Apresenta o instrumento de aforamento.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 12.
Samuel Arrai	Judiaria	1435-10-21 - Tem uma casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173.
Isaque Tovi	Guarda	1435-10-21- Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173vº.
Samuel Catarribas	Guarda	1435-10-21- Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173vº
Abraão Tovi, sapateiro	Guarda	1435-10-23 - Aforou um chão onde já fez uma casa. 1442.- teve carta. 1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 172 vº Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159.
Mossem Candul	Guarda	1435-10-23 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 172 vº

Suas Judeu	Guarda	1435-10-27 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 172 vº
Samuel Abudente, gibiteiro	Judiaria Guarda	1435-10-27 - Tem casas aforadas. 1441-12-11 - Carta de privilégio Samuel Abudente, gibiteiro da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo. 1460-01-09 - Testemunha num processo de um aforamento.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 172 vº Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Samuel Querido	Judiaria	1435-10-27 . Tem casa sobradada aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 172 vº
Almardel / Almadel	Guarda	1435-11-10. Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, Folha 174.
Jacob de Castro	Guarda	1435-11-17 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173vº.
Isaque Maçoz, alfaiate	Guarda	1435-11-18 - Casa aforada na rua pública. 1441-12-12 - Carta de privilégio Isaque Maçoz, alfaiate da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 172vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Jaco de Leiria, ferreiro	Guarda	1435-11-18 - Chão que tem aforado.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 163.
Pernucna Fernandes, Castelão	Guarda	1435-11-18 - Chão que tem aforado.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173
Salomão Amado	Rua Direita	1435-11-18 - Mora.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173.
Salomão Cucaracho	Rua Direita	1435-11-18 - Mora.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173.

Yanto Caçoz	Guarda	1435-11-18 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, folha 173vº.
Isaque Maçoz	Rua que vai para o açougue	1435-11-18 - Tem casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 173
Gouveia Judeu	Rua pública que vai do açougue velho para o Paço del Rey	1435-11-18 - Tem casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 173
Mestre Isaque, físico	Rua pública da JUDIARIA (1435)	1435-11-18 Aforamento de sua casa na Guarda. 1442-12-29 - Carta de privilégio Mestre Isaque, físico da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 173 Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59vº.
Salomão Falilho / Favilho	Ruas públicas da JUDIARIA (1435)	1435-11-18 Aforamento de uma casa. 1442-11-09 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 173 Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59vº.
Isaaque Cucaracho	Guarda	1435-11-18. Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, Folha 173vº
Isaque Alvangil	Guarda	1435-11-18. Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 173.
Jaco de Alva e Dona Oraboa	Guarda	1435-11-18. Têm casa com chão aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, Folha 173vº
Juto Cacez	Judiaria	1435-11-19 - Casa que tem aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, Folha 173.
Juda (Dom)	Guarda	1435-11-19 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, folha 173vº.

Abraão Pernica	Judiaria Guarda	1435-11-23 - Aforamento de casas. 1441-12-12 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 173. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 58vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 36, folha 31vº a 32.
Mestre Mousem	Travessa que vai para os açougues velhos	1436 -fim de Dezembro - Casas aforadas.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 174
Mosem Adida, tecelão	Rua da JUDIARIA Guarda	1436-01-05 - Tem casas aforadas na Rua da judiaria. 1442-12-11 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 235vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59 vº.
Abraão Mamom	Guarda	1436-01-06 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, Folha 235vº
Mosem Mamom	Guarda	1436-01-06 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, Folha 235vº
Juça Armadel / Almardel, sapateiro	Rua pública da JUDIARIA Guarda	1436-01-06 - Tem casas aforadas, que foram de Abraão Mamom. 1441-01-11 - Carta de privilégio Juça Armadel, sapateiro da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, 59vº.

Mosem de Cáceres, mercador	Judiaria Guarda	1436-10-10 - Aforamento de metade de umas casas. 1441-12-12 - Carta de privilégio Mosem de Cáceres, mercador da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro I, Folha 174 Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Juça Calafora	Rua pública da JUDIARIA	1437- 10-10 - Morador, tem casa caforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 174
Manafem Castelão	Guarda	1437- 10-10 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte , Livro 1, Folha 174
Isaque Maçom, alfaiate	Guarda	1441-06-19 - Carta de confirmação privilégio a Isaac Maçom, judeu, alfaiate e morador na Guarda, <u>isentando-o do direito de pousada</u> , salvo sob ordem régia.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Juça Maçoz	Guarda	1441-11-27 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Juça Ergas, mercador	Guarda	1441-11-30 - Carta de privilégio Juça Ergas, mercador da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 60.
Davi Maçoz	Guarda	1441-12-11 - Carta de privilégio Davi Macoz, rendeiro da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, 59vº.

Abraão de Leiria	Guarda	1441-12-12 - Carta de privilégio Abraão de Leiria da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59.
Jaco Caro, sapateiro	Guarda	1441-12-12 - Carta de privilégio Jaco Caro, sapateiro da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, 59vº.
Juça Alacar, gibiteiro	Guarda	1441-12-12 - Carta de privilégio Josepe Alacar, gibiteiro da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59.
Judas Acit, ferreiro	Guarda	1441-12-12 - Carta de privilégio Judas Acit, ferreiro da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 58vº.
Salomão Pernica	Guarda	1441-12-12 - Carta de privilégio Salomão Pernica da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 58vº.
Abraão Cyno	Guarda	1441-12-12 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.

Abraão, Rabi	Guarda	1441-12-12 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Juça Cofem, sapateiro	Guarda	1441-12-18 - Morador. 1442 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Beira 2, folha 97. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 83vº.
Samuel Armadel	JUDIARIA	1441-12-18 - Tem aforado um chão junto da Sinagoga.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira II, Folha 98.
Juça Tovi	Rua pública da JUDIARIA Guarda	1441-12-24 - Aforamento de casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 98.
Samuel Marcos	Guarda	1441-12-28 - Carta de privilégio Samuel Marcos, sapateiro da Guarda, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, 59.
Abraão Sofel, mercador	Guarda	1441-12-29 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2.
Salomão Mofejo, mercador	Guarda, JUDIARIA da Guarda na Rua que vai para o Poço do Gado	1441-12-29 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo. 1464-08-15 - Aforamento de um chão. 1465-01-15 - Aforamento de um chão.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59vº. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 12.

Maior, tendeira	Guarda	1441-12-30 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, 59vº.
Fabibi Tovi, sapateiro	Guarda	1441-12-30 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo. 1465. - Morador . Será o tutor de Jacob que foge para Castela?	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59.vº. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Estremadura, livro 10, folha 298vº.
Moisés Mamam	Guarda	1442 - Teve carta.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, filha 102vº.
Salomão Caragão, sapateiro	Guarda	1442 . - Teve carta.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, filha 102vº.
Samara Faravom	Guarda	1442.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº.
Abraão Navarro, gibiteiro	JUDIARIA - Ruas Públicas da cristandade e judiaria (1454)	1442. 1454-04-02 - Aforamento de casas na Judiaria. 1459. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Beira 2, Folha 205.
Anto Roga, sapateiro	Guarda	1442. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº.
Isaque Amigo	Guarda	1442. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº.
Jaco Caregam, sapateiro	Guarda	1442. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº.
Jaco de ..., ferreiro	Guarda	1442. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, filha 114vº.
Jaco Pasilhas, sapateiro	Guarda	1442. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº.
Moisés de Crasto, sapateiro	Guarda	1442. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, filha 114.

Juça de Gouveia, sapateiro	Guarda	1442. - Morador 1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159.
Jaco Pernica, sapateiro	Guarda	1442. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 83vº.
Sete, viuva de Daivi	Guarda	1442. - Moradora	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº.
Jaco (??)	Guarda	1442. -Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 100.
Jaquy Oesed	Guarda	1442. -Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 100.
Menasem Adida	Guarda	1442-01-08 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo. 1444. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59vº Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, folha 97 a 98vº..
Samuel Macotel	Guarda	1442-12-11 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, 59vº.
Isaque Mofejo	Guarda	1442-12-11 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo. 1463. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, folha 59vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 9, folha 79.
Davi, ferreiro	Guarda	1442-12-12 - Carta de privilégio, concedendo-lhe licença para poder efetuar transações de compra e venda, com cristãos do reino, pagando de imediato ou a longo prazo.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 114.

Jacob Cofem	Guarda	1449. - Foi privilegiado pois desempenhava sempre bem os trabalhos de que fora incumbido. 1456. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 102vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 13, folha 122vº.
Mestre Moisés	Guarda	1451. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 36vº a 37vº.
Isaque Caçez, sapateiro	Guarda	1451. - Morador 1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 36vº a 37 vº; Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159.
Juça de Leiria, ferreiro	Guarda	1451. - Morador 1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 36vº a 37vº; Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96vº.
Fayam Cofem	Guarda	1454. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, folha 24.
Jeminala	Guarda	1454. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 36vº a 37vº.
Salomão de Estelha	Guarda	1454. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, Folha 205vº.
Isaque Maçoz, tosador	JUDIARIA no Poço do Gado. (1477)	1454. - Morador. 1475. - Morador 1477-01-25 - Aforamento de um chão para fazer casa. 1480-02-23 - Confirmação do aforamento.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 16, folha 7; Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 26, folha 60. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Beira 1, folha 91.
Mossem Navarro, mercador	Guarda	1454.- Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 16, folha 7.
Abraão Adida, sapateiro	Guarda	1455. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159.
Antom Maçoz	Guarda	1455. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159.
Salomão Tovi, o moço	Guarda	1455. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159.

Samuel Cacez , sapateiro	Guarda	1455. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96vº.
Daniel Adida, o moço, sapateiro	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159 Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96.
David Maçoude	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96.
Isaque Corrojom	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96.
Jaco Mocatel, tecelão	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96.
Jaco Tovi, o moço, sapateiro	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96.
Moisés Pasilhas, sapateiro	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96.
Mossem Najares, sapateiro	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96.
Samuel de Leiria, ferreiro	Guarda	1455. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159.
Moises Tovi, sapateiro	São Vicente JUDIARIA	1455. - Morador. 1464 - Morador 1465 - Aforamento de chão para construir casa. 1489. Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 96vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, folha 159. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 24.. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, folha 24.
Junça Coleima	Poço do Gado	1460-02-12 - Aforamento de um Chão no Poço do Gado.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, beira nº 2, folha 3

Juça Coleima, mercador	JUDIARIA Poço do gado (1486)	1460-02-12 - Aforamento de um chão para construir casa, no Poço do gado 1472 - confirmação do aforamento 1484-10-20 - Aforamento de um chão para nele fazer casa. 1485-01-06 - Confirmação do aforamento. 1489 - Casa aforada.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, livro da beira 1, Folha 3vº. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, livro da beira 1, Folha 150.
Moisés Adida, sapateiro	Guarda	1464 - Morador 1467 - Morador. 1490 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, folha 24 e 25. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, Folha 12..
Samuel Coleima, (Mestre), servidor do Rei, físico sirurgião do infante D. Fernando.	Guarda	1464. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 14, folha 62vº..
Daniel de Caceres	Guarda	1464. - Morador. 1465. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 24..
Salomão Abul e Mosse Adida	JUDIARIA da Guarda	1464. - Morador. 1467-08-06 - Confirmação de um aforamento de um chão na judiaria da Guarda.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 12
PORTAS da JUDIARIA	JUDIARIA (Cerramento)	1465- 09-03 - Resposta às cortes da Guarda, o rei ordena que se encerre definitivamente a porta da judiaria que dá para o adro de São Vicente e restantes portas sejam fechadas durante a noite.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 26vº e 27.
Moisés Coleima	Guarda ?	1465, 09-15. São aforadas casas na judiaria de Lisboa.	Leitura Nova, Livro de Estremadura 10, folha 298vº.
Moisés Maçoz		1465-01-15. - Morador 1468. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 2, folha 202.
Afonso Tavares, escrivão do almoxarifado Afonso Tavares	JUDIARIA , Poço do gado	1470, 5 de Abril é aforado a Afonso tavares , escrivão do almoxarifado um chão na “ judiaria da dita cidade” confrontando “do outro cabo com o poço do gado da dita judiaria”	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Beira 2, Folha 161.
Mestre Jaco Tovi, físico	Guarda	1473. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, folha 44.

Jacob Mofejo	JUDIARIA que foi junto da Muralha	1475-02-01 - Confirmação de um aforamento de um chão. 1481 - Aforamento de um Chão para construir casa. 1496. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, Folha 96. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 26, folha 60. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 40, folha 40.
PORTAS da JUDIARIA	JUDIARIA (Cerramento)	1475-02-1 - Ainda estava em construção as portas da Judiaria "cerramento da Judiaria que agora se faz " desde 1465. Num aforamento de uma casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, Folha 96.
Guedelha Zaboca	Guarda	1476. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 6, folha 66vº.
Salomão de Leiria, filho de Abraão de Leiria	Guarda	1476. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 6, folha 25vº.
João de Sousa , comendador da Ferreira, da ordem de Santiago, do concelho del Reu.		1476-05-11 - Tenha em sua vida , sua mulher e filho a judiaria da Guarda direitos e rendas a ela pertencentes. 1496-10-06 - Confirmação da renda da Judiaria da Guarda . 1497-11-28 - a partir de 1 de Janeiro de 1498, recebe uma tença de 20\$000 reais, , em satisfação do prejuízo com a renda da judiaria da Guarda que deixa de receber em virtude do decreto real para que no Reino não houvessem judeus.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, livro 43, folha 27vº. Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, livro 28, folha 96vº.
Mosem Adida, mercador	Guarda	1480. - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, folha 41.
Salomão Valencim	Guarda	1482 . - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 2, folha 26vº.
Jacob Ergas	Guarda JUDIARIA no beoeiro do poço do Gado	1484-10-20 - Morador. 1490-03-19 - confirmação do aforamento de casas na Judiaria da Guarda	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, livro da beira 1, Folha 150. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira I, Folha 144.

Isaque Mofejo, o moço, mercador	Guarda	1485. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Livro 1, folha 46v°.
Samuel Maçoz	Guarda	1486. - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 8, folha 37.
Juça de Cáceres, rabi	Guarda	1487- Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 20, folha 119.
Samuel Tovi, mercador	Guarda	1487. Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 20, folha 119 e 130..
Mosem Maçoude, Mestre, físico	Guarda	1488 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria bde D. João II, Livro 18, folha 121.
Juda Alcaide	JUDIARIA	1489 - Morador, chão aforado para fazer casa. 1490-06-14 - Aforamento de um chão.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1
Davi Navarro	Guarda	1489 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira 1, Folha 143 - 143v°.
Mestre Juça Maçoz, físico	Guarda	1489 - Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 16, folha 18.
Mossem Custem / Cofem?	Guarda	1489 - Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro I, Folha 148v° e 149.
Mossem Cofem	JUDIARIA Açougue da JUDIARIA SINAGOGA	1489. - Tem um chão emprazado. 1490 - Confirmação	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira I, Folha 93.
Jacob Samas, pregoeiro	Guarda	1489. Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 17, folha 40v°.
Rabyoça	JUDIARIA	1489. Morador	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro I, Folha 93.
Samuel Abudente, (mestre) físico	Guarda	1489. Morador.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 25, folha 99.

Juça Ergas, genro de Salomão Mofejo	JUDIARIA Velha	1489-01-28 - Aforamento de um chão para fazer nele casa., na judiaria velha junto ao muro. 1489-12-27 - Aforamento de um chão para construir casa.	Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira I, folha 148. Lisboa, Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro da Beira I, Folha 98.
Salomão Adida, Mestre, cirurgião	Guarda	1490.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, livro 13, folha 70v°.
Abraão Aborracar, Rabino, Castelhana, cirurgião.	Guarda	1496-10-30. Mercê do ofício de cirurgia em forma.	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 14, folha 39.
D. Manuel		1496-12-05 - Decreto de expulsão dos hereges, concedendo-lhes prazo até 31 de Outubro de 1497	
		1497-10-31 - Fim do prazo de conversão ou expulsão dos hereges.	
Leonel Henriques, antes chamava-se Samuel Arrari	Rua Nova que foi JUDIARIA da cidade	1497-11-13 - No aforamento de uma casa a Leonel Henriques, antes chamava-se Samuel Arrari	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, folha 65v°.
João de Sousa, do conselho real	Guarda	1497-11-28 - Doação de uma tença de 20\$000 reais, a partir de 1 de Janeiro de 1498, em satisfação do prejuízo com a renda da judiaria da Guarda que deixa de receber em virtude do decreto real para que no Reino não houvessem judeus	Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, folha 50.

PARTE IV
*Inclusão e Exclusão
no Registo Material.
Perspectivas desde a Arqueologia*

Cronología del entorno arqueológico del Arco de las Pesas (Granada).

¿Integración del Arrabal del Albayzín en la vida urbana granadina o segregación de las propiedades reales?

Moisés Alonso Valladares¹

Alberto García Porras²

Resumen

La datación de la construcción tanto del Arco de las Pesas (Albayzín, Granada) como de los lienzos de muralla que parten de él ha sido objeto de continuas controversias. Originalmente se fecharon en época zirí y almorávide atendiendo a razones de tipo documental, urbanístico y formal. Sin embargo, en los últimos años se ha consolidado la idea de una construcción en época almohade por razones de índole arquitectónica y arqueológica. Las últimas intervenciones en el entorno invitan a repensar las atribuciones cronológicas, sin descartar una posible construcción en época nazarí.

Estas diferentes cronologías tendrían, a su vez, distintas connotaciones en la interpretación de su construcción. En una atribución a época almohade, primarían las necesidades urbanas – conexión de un arrabal en crecimiento con el centro de la ciudad. En cambio, una cronología nazarí implicaría un elemento simbólico adicional: reforzar la segregación de las propiedades de la realeza, en un momento en el que las defensas urbanas ya estaban cubiertas con la muralla exterior del Albayzín.

Palabras clave

Murallas urbanas, Arco de las Pesas; Almohade; Nazarí; tapial calicastro.

¹ Universidad de Granada. E-mail: moaloval@gmail.com

² Universidad de Granada. E-mail: agporras@ugr.es

Chronology of the archaeological area of the Arco de las Pesas (Granada). Integration of the Albayzín suburb in the urban life of Granada or segregation of the royal properties?

Abstract

The building date of the Arco de las Pesas (Albayzin, Granada) as well as the urban walls that emerge from it has been a subject of controversy. Originally, they were dated in Zirí and Almoravid period using documentary sources and their urbanistic and formal characteristics. However, in the past few years, a dating in the Almohad period has been suggested based on architectonic and archaeological reasons. Last interventions in the surrounding area lead to rethink the chronological dating, not discarding a possible construction in the Nasrid period.

These different chronologies would have, at the same time, diverse connotations in the interpretation of the building. In a dating in the Almohad period, urban requirements would prevail -connection between a growing suburb and the downtown-. In contrast, a dating in the Nasrid period would imply an additional symbolic meaning: strengthening the segregation of the royal properties, at a time when the urban defences were solved with the exterior walls of the Albayzín.

Keywords

Urban walls; Arco de las Pesas; Almohad; Nasrid; calicastrado rammed earth.

1. Introducción.

La ocupación de la zona alta del Albayzín, así como la cronología de las distintas murallas que recorren esta zona de la ciudad han sido objeto de continua controversia. La cuestión tuvo ya un problemático punto de partida con las falsificaciones realizadas por Juan de Flores en el siglo XVIII y el posterior juicio contra él³. La polémica sobre la ocupación antigua y altomedieval de la ciudad de Granada quedaba servida, prolongándose hasta nuestros días. Sin embargo, no es ese el objeto del presente estudio, sino una cuestión colateral a este debate: la cronología del sector

³ SOTOMAYOR MURO, Manuel – *Don Juan de Flores y Oddouz, pícaro y mártir: cultura y picaresca en la Granada de la Ilustración*. Granada: Universidad de Granada, 2007.

septentrional de las murallas de la alcazaba Qadima de Granada. La interpretación de las mismas se ha visto directamente condicionada por el discurrir historiográfico de los estudios sobre la evolución urbana de Granada y, más concretamente, del área contigua a donde Juan de Flores supuestamente halló el foro de la urbe romana. Sólo en las últimas décadas las murallas se han convertido en objeto de estudios individualizados y no ha sido hasta fechas recientes cuando se ha conseguido desgajar su interpretación de la ocupación antigua y altomedieval de la colina.

En un pormenorizado estudio, García Granados⁴ evidenció el peso que la visión contrarreformista mantuvo en los estudios históricos de Granada. Desde que Luis del Mármol Carvajal⁵ planteara un origen antiguo para la urbe, la fuerza de esta idea ha condicionado cualquier interpretación que se ha hecho de los restos existentes durante casi cuatro siglos. Esta perspectiva tenía sus consecuencias directas sobre los vestigios arqueológicos: cualquier hallazgo era interpretado bajo la premisa de una ocupación continuada e intensa de la zona alta de la colina desde época íbera hasta la Granada medieval. Así, se intentaban encajar los distintos hallazgos en un discurso histórico preexistente al que sólo venían a ilustrar, forzándose en la mayoría de los casos las interpretaciones⁶. La datación de las murallas no quedó ajena a esta dinámica. Sólo a finales del siglo XX se empieza a plantear la idea de un posible origen medieval y no antiguo para Granada. Las evidencias arqueológicas en este sentido son abrumadoras sobre la importancia que tuvo el siglo XI en la configuración urbana de la ciudad⁷. No queremos poner aquí en duda la ocupación del espacio de la colina ni en época romana ni altomedieval, sino evidenciar de qué forma la prevalencia de un discurso en el que los períodos antiguo y altomedieval cobraban gran importancia ha condicionado la lectura arqueológica de la cerca medieval de Granada hasta la fecha.

El inesperado hallazgo de un tramo de muralla interno al actualmente visible en el lienzo al W del Arco de las Pesas durante las excavaciones de los años 1980 apenas alteró las interpretaciones en un primer momento⁸. Tradicionalmente la cerca exterior se venía considerando de época zirí, por lo que la datación de la nueva muralla en un período anterior se realizó en base a este condicionante⁹. Estas consideraciones se veían influenciadas por el sesgo interpretativo de que restos de

⁴ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “La primera cerca medieval de Granada. Análisis historiográfico”. *Arqueología y territorio medieval* 3 (1996), Universidad de Jaén, pp. 911-48.

⁵ MÁRMOL CARVAJAL, Luis del – *Rebelión y castigo de los moriscos*. Málaga: Arguval, 1991.

⁶ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”. In CRESSIER, Patrice; SALVATIERRA CUENCA, Vicente - *Las Navas de Tolosa 1212-2012: miradas cruzadas*. Jaén: Universidad de Jaén, 2014, pp. 484-498.

⁷ MALPICA CUELLO, Antonio – *Granada, ciudad islámica. Mitos y realidades*. Granada: Liberbolsillo, 2000.

⁸ SOTOMAYOR MURO, Manuel, SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada íbero-romana y árabe*. Granada: Universidad de Granada, 1984.

⁹ SOTOMAYOR MURO, Manuel, SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada...*

distinta naturaleza constructiva implicaban necesariamente dos períodos históricos alejados en el tiempo, circunstancia que ya pondría de manifiesto García Granados¹⁰.

Así, el problema de la datación cronológica de los distintos tramos de muralla documentados está lejos de haber sido resuelto, permaneciendo hoy día la polémica sobre su adscripción crono-cultural. En este sentido, no se ha alcanzado aún una respuesta satisfactoria desde la materialidad arqueológica a las cuestiones de diversa índole (social, económica, constructiva, urbanística, etc.) que los vestigios conservados siguen presentando.

2. La intervención en Callejón de San Cecilio, 1.

En el verano de 2014 se acometió una intervención arqueológica de carácter preventivo a la rehabilitación del inmueble sito en Callejón de San Cecilio, 1 (Granada). Se trataba de la parcela ubicada inmediatamente a oriente del Arco de las Pesas, por lo que la actuación revestía gran interés a la luz del debate existente.

La vivienda, de 81 m², se ubicaba intramuros de la muralla que tradicionalmente se había considerado como límite de la alcazaba Qadima o Vieja de la ciudad. De planta poligonal, su frente N se apoyaba directamente sobre la muralla, por lo que se hacía necesaria una intervención arqueológica con carácter previo a la remodelación. Esta consistió en una serie de sondeos estratigráficos en el solar y una lectura paramental de la vivienda y de la muralla con carácter previo a su restauración. Los sondeos arqueológicos no arrojaron apenas información de la ocupación histórica de la parcela, al tener que detener los trabajos a un metro de profundidad aproximadamente debido a la inestabilidad de los terrenos. El estudio principal se centró entonces en el tramo de muralla de aproximadamente 13 m que delimitaba el frente N de la vivienda.

La muralla posee una fábrica mixta realizada en una única fase. Así, se detectan dos modos constructivos: la mayor parte del alzado está realizado siguiendo la técnica del tapial calicastro, mientras que los niveles superiores están realizados en tapial de tierra. El tramo analizado se ejecutó con la técnica de cajón corrido a lo largo de los 13 m de superficie. No se aprecian divisiones verticales que individualicen módulos en todo el paño y sólo se documenta un cambio físico-constructivo en el punto en el que la muralla realiza un quiebro en busca de la zona de Bab al-Qastar. La distancia entre mechinales es variable, siendo la dimensión media del cajón unos 0,65 m y contando con aproximadamente 10 tongadas por cada nivel de encofrado.

El paño parte directamente del Arco de las Pesas al SW con orientación NE, para

¹⁰ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “La primera cerca medieval de Granada. Análisis historiográfico”..., pp. 91-148. GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

posteriormente, tras el quiebro, continuar ligeramente hacia el SE (**Fig. 1**). Asimismo, se pudo observar cómo el límite oriental de la rosca del Arco de las Pesas se introduce en la vivienda. En las reducidas dimensiones de esta área, en la línea de la imposta oriental, la rosca del arco parece encontrarse encastrada en el paño de muralla. De esta forma conforman ambas estructuras un único momento constructivo, por lo que puerta y lienzo parecen corresponder a la misma fase.

En cuanto a su grado de deterioro, se puede considerar que el tramo de muralla se encuentra en buenas condiciones, aunque la erosión y las diversas construcciones que se han apoyado históricamente sobre la muralla han provocado la pérdida de la capa exterior en gran parte del paño. Sin embargo, en algunos tramos aún es posible identificar la impronta de las maderas y los clavos usados en el cajón para la elaboración del encofrado (**Fig. 2**). Igualmente se aprecian diversos cajeados en el lienzo de muralla producto de la inserción de las vigas de las sucesivas construcciones que han ocupado el espacio, así como el desgaste en la zona de los mechinales. En todos ellos se realizó una limpieza de vegetación e insectos parásitos que habían podido anidar en su interior.

Durante el proceso de restauración se pudieron recuperar dos piezas de madera, procedentes de sendas agujas aún insertas en la muralla, a las que se les realizó pruebas de datación por C14. Los resultados de los análisis¹¹ han sido realmente sorprendentes, ofreciendo un rango de fechas muy amplio para la primera muestra, siendo la cronología más probable entre 1457 y 1521; y algo más ajustado para la segunda de las muestras, con un intervalo más probable entre 1425 y 1456. Estos datos supondrían considerar la construcción como propia de finales del emirato nazarí, con las implicaciones y posibles contradicciones que esto supone.

3. Las murallas del entorno del Arco de las Pesas, de ziríes a almohades.

Las excavaciones arqueológicas realizadas en la década de 1980, primero bajo la dirección de Sotomayor Muro y posteriormente de Roca Roumens y Moreno Onorato, sacaron a la luz una nueva línea de muralla, desconocida hasta la fecha, que discurría paralela a la ya conocida entre Puerta Monaita y el Arco de las Pesas. En un primer momento, dicha muralla se dató de primera época musulmana¹², bajo el pretexto de que la cerca externa pertenecía al siglo XI; sin embargo, tal adscripción ha ido cambiando con el tiempo. Excavaciones más recientes identificaron igualmente un nuevo lienzo de muralla al E del Arco de las Pesas, en el tramo que discurría entre

¹¹ Los análisis se realizaron en dos piezas lúneas recuperados durante la restauración del paño de muralla. Se llevaron a cabo entre septiembre y diciembre de 2015 por parte del laboratorio de datación por C-14 del Centro de Instrumentación Científica de la Universidad de Granada.

¹² SOTOMAYOR MURO, Manuel; SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada ibero-romana y árabe...*



Fig. 1 – Vista aérea de la zona estudiada.



Fig. 2 – Impronta de maderas y clavos del encofrado.

esta puerta y Bab al-Qastar, aunque algunos metros más al S¹³.

La datación de la muralla interior como altomedieval estaba claramente condicionada, por un lado, por la adscripción tradicional de la cerca externa a época zirí, y por otro, por la presunción de una ocupación de la colina con carácter urbano y de forma continuada desde época íbera hasta la Edad Media. Así, se hacía necesario encajar los vestigios arqueológicos aparecidos en aquellos períodos para los que aún no se habían documentado restos¹⁴. Vemos, por tanto, que se databa las construcciones partiendo de las necesidades del discurso historiográfico preexistente y no de la propia materialidad de los restos.

No es hasta la década siguiente cuando se propone una cronología medieval, concretamente del siglo XI para la muralla interna¹⁵. La datación se realiza en función de los restos cerámicos hallados en la base de la muralla y de la propia técnica constructiva empleada, el tapial, cuyas primeras apariciones en alAndalus datan del siglo X¹⁶. Es entonces cuando se rescata la idea de Torres Balbás de que la cerca externa -la única que vio el arquitecto- podía ser posterior al siglo XI. Torres Balbás ya observó dos tramos bien diferenciados en la muralla de la Cuesta de la Alhacaba que, en un primer momento, identificó como del período zirí -de una etapa temprana y tardía respectivamente-, pero se decantaría finalmente por una cronología almorávide para el tramo superior y el Arco de las Pesas¹⁷.

Desde entonces, múltiples son las adscripciones cronológicas que se le han atribuido a las murallas. En un primer momento, como se ha visto, se le asignó una cronología zirí¹⁸, que algunos investigadores siguen manteniendo¹⁹. Predominan en esta interpretación razones de tipo urbanístico (cercanía del alcázar zirí y del principal aljibe de la ciudad) y formal (similitud con una hipotética fortaleza de Velillos conocida a través de las fuentes escritas), dejando a un lado otras consideraciones. Siguiendo la datación de Torres Balbás²⁰, hay investigadores que mantienen una cronología almorávide para la muralla y el Arco de las Pesas²¹, aunque apoyándose en

¹³ RODRÍGUEZ AGUILERA, Ángel - *Granada arqueológica*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 2001.

¹⁴ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio - "Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica"..., pp. 484-498.

¹⁵ MALPICA CUELLO, Antonio - "Las murallas de Granada". In TITOS, Manuel - *Nuevos paseos por Granada y sus contornos*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 1992.

¹⁶ AZUAR RUIZ, Rafael - "Las técnicas constructivas en la formación de al-Andalus". *Arqueología de la arquitectura* 4 (2005), pp. 149-160.

¹⁷ TORRES BALBÁS, Leopoldo - "Nuevas perspectivas sobre el arte de al-Andalus bajo el dominio almorávide". *Al-Andalus* 17 (1952), pp. 402-433.

¹⁸ MALPICA CUELLO, Antonio - *Granada, ciudad islámica...*

¹⁹ SARR MARROCO, Bilal - *La Granada zirí (1013-1090)*. Granada: Alhulia, 2011.

²⁰ TORRES BALBÁS, Leopoldo - "Nuevas perspectivas sobre el arte de al-Andalus bajo el dominio almorávide". *Al-Andalus* 17 (1952), pp. 402-433.

²¹ MARCOS COBALEDA, María - *Los almorávides: arquitectura de un imperio*. Granada: Universidad de Granada, 2015.

fuentes documentales en lugar de las razones de tipo arquitectónico y arqueológico que ofreciera el ilustre arquitecto. En fechas más recientes ha cobrado fuerza la idea de la construcción del paño exterior de la muralla en período almohade. Diversas son las razones que llevan a los autores a considerar tal autoría: desde similitudes constructivas y formales con otras puertas coetáneas²², a características constructivas y decorativas²³. Como vemos, se han ofrecido hasta ahora una pléyade de argumentos, a veces complementarios, a veces contradictorios, para ubicar cronológicamente el tramo de la muralla de Granada entre las puertas Monaita y Bab al-Qastar. Siendo conscientes de las cautelas con las que hemos de tomar los múltiples resultados arqueológicos del entorno, creemos indispensable una relectura de la información histórica y arqueológica disponible para tratar de ofrecer una imagen más precisa del momento de construcción de la muralla.

4. Una muralla bajomedieval.

Múltiples son las adscripciones cronológicas atribuidas a las murallas, aunque rara vez se ha evaluado su compleja vida constructiva. Generalmente se han adscrito a una u otra etapa histórica, concebidas como el producto de las necesidades de un único momento. Sin embargo, como ya advirtiera García Granados²⁴, la materialidad de las construcciones parece contradecir tal concepción, detectándose al menos tres fases constructivas en el recinto interior y dos en el exterior. Esta secuencia evidenciaría una vida compleja con múltiples reformas, producto de una multiplicidad de factores en la construcción de las murallas.

Ante esta evidencia de reparaciones, refuerzos e, incluso, levantamiento de nuevos tramos, la atribución de la construcción de las cercas basándose sólo en las fuentes escritas resulta, cuando menos, problemático. Sin cuestionar la veracidad de la información recogida en tales documentos, queremos reseñar que cada uno de ellos no tiene por qué ser necesariamente excluyente de los demás, pudiendo en algunos casos corresponderse las distintas reformas y construcciones documentadas por la arqueología con los diferentes relatos transmitidos por las fuentes. No obstante, no es el objetivo del presente estudio establecer una correlación entre los documentos y cada una de las fases identificadas arqueológicamente.

Una vez alcanzado cierto consenso historiográfico sobre la consideración de la primera cerca de tapial interna como propia del siglo XI y, por tanto, de un primer

²² MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “Recursos formales y constructivos de la arquitectura militar almohade de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 5 (2008), pp. 115-134.

²³ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

²⁴ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

recinto zirí, la datación de la muralla externa sigue siendo objeto de controversia. Aunque en el presente estudio nos centraremos en el análisis del tramo en el que hemos intervenido arqueológicamente, su interpretación posee implicaciones y vinculaciones con el tramo de muralla que conecta actualmente Puerta Monaita y el Arco de las Pesas.

Se trata de un paño de muralla que se desarrolla al E del Arco de las Pesas, por aproximadamente 55-60 m, que viene a sustituir al lienzo preexistente entre el entorno de la citada puerta y Bab al-Qastar. La muralla primigenia, como sacara a la luz la excavación practicada en Callejón de San Cecilio, 4, discurría algunos metros al S, en una hipotética prolongación de la cerca interior documentada al W de la puerta²⁵. El tramo que ahora nos ocupa parece presentar una continuidad físico-constructiva tanto con el Arco de las Pesas como con el tramo externo de muralla que se desarrolla a occidente, sin embargo, hace falta un análisis estratigráfico detallado justo en las zonas de transición entre la puerta y cada uno de los lienzos de muralla para corroborar dicha hipótesis.

El paño que se desarrolla a occidente conserva en algunos tramos falso despiece decorativo sobre el tapial²⁶, técnica que no se ha podido documentar en nuestro tramo. El estudio realizado por García Granados²⁷ señaló la cronología eminentemente almohade para esta decoración, y, por tanto, para los lienzos de muralla en los que aparecía, si bien contando con proyecciones en períodos anteriores y posteriores. A esta circunstancia habría que sumar la similitud formal detectada por Márquez Bueno y Gurriarán Daza²⁸ entre las puertas del Capitel de la Alcazaba de Badajoz y el Arco de las Pesas, hecho que vendría a abundar en una datación almohade para la puerta y el lienzo de muralla asociado, inscritos en un proceso edilicio general de refortificación urbana llevado a cabo en todo al-Andalus.

En el tramo analizado, varias son las cuestiones de índole arqueológica que invitan a reflexionar sobre esta adscripción cronológica. Como se señalara en la descripción de la intervención arqueológica, para la construcción de la muralla se empleó un sistema constructivo de tapial calicostrado en cajón corrido, similar al documentado en la muralla Alberzana del Albayzín, una fábrica atribuida al siglo XIV²⁹. En nuestro caso no se han documentado, sin embargo, divisiones oblicuas

²⁵ RODRÍGUEZ AGUILERA, Ángel – *Granada arqueológica...*

²⁶ ALEGRE PARICIO, Eusebio; CAMPOS LÓPEZ, Daniel; LÓPEZ MARTÍNEZ, Diego; CASTILLA RUIA, Eduardo; GUERRERO RODRÍGUEZ, Nicomedes – “Intervención arqueológica preventiva en el Parque Lineal de la muralla zirí (Granada)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (2005), pp. 1509-1518.

²⁷ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

²⁸ MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “Recursos formales y constructivos de la arquitectura militar almohade de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 5 (2008), pp. 115-134.

²⁹ FERNÁNDEZ NAVARRO, Esteban – “La construcción en época medieval. Recreación del proceso constructivo de un tramo de la cerca exterior nazari de la ciudad de Granada”. In GARCÍA PORRAS, Alberto – *Arqueología de la producción en época medieval*. Granada: Alhulia, 2013, pp. 101-126.

para cada una de las distintas jornadas de trabajo. Esta circunstancia vendría a plantearnos la pervivencia de este modo constructivo, utilizado desde época almohade hasta avanzado el período nazarí. Una técnica que tiene sus primeros ejemplares conocidos en la segunda mitad del siglo XII³⁰. Si tomásemos como cierta la datación tradicional para la muralla de Granada en el período zirí o almorávide, implicaría considerarla como el ejemplo más antiguo de esta técnica documentado para al-Andalus, sin la existencia de otro ejemplo hasta varias décadas después, condición sin duda problemática para tal atribución. Profundizando en los datos arqueológicos obtenidos en la intervención hay que remarcar el hallazgo de un fragmento de cerámica inserto en el tapial de la muralla (**Fig. 3**). Se trata de una pieza de cocina, probablemente una marmita, de cronología almohade o nazarí, que vendría a corroborar una cronología posterior a la segunda mitad del siglo XII para la construcción del lienzo. No podemos dejar de mencionar aquí los resultados obtenidos de las dataciones por C14 realizados a las maderas recuperadas en el transcurso de la intervención. Ofrecieron como la cronología más probable para la construcción de la muralla el siglo XIV, con las pertinentes cautelas que hay que tener ante este tipo de análisis.

Analizando el entorno más próximo de la muralla destaca la intervención llevada a cabo en el número 8 de Plaza Larga³¹. En ella, los arqueólogos identificaron una casa nazarí próxima a la cara externa de la muralla, sin documentarse niveles medievales previos, aunque hay investigadores que han evidenciado las similitudes con viviendas del período almohade³². Esta circunstancia ha sido interpretada en la línea de que este espacio sólo se ocupa en una época avanzada debido a la presión urbanística que experimentaría el arrabal del Albayzín a finales de la Edad Media³³. Sin embargo, está atestiguada arqueológicamente la ocupación de otros espacios anexos así como el desarrollo urbano del arrabal ya en el siglo XII³⁴, mucho antes incluso de que en torno a 1327, bajo el reinado de Yusuf I, se levantara la muralla exterior del Albayzín para acoger a la población allí asentada. Dado el grado de desarrollo urbano que alcanzó esta zona de la ciudad desde el siglo XII, no podemos descartar

³⁰ MILETO, Camilla; VEGAS LÓPEZ-MANZANAREZ, Fernando – “La técnica constructiva de la tapia en la arquitectura militar defensiva en España. Variantes e invariantes”. In HUERTA, Santiago; LÓPEZ ULLOA, Fabián (eds.) – *Actas del Octavo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2013, pp. 681-687, espec. pp. 684-685.

³¹ BURGOS JUÁREZ, Antonio; MORENO ONORATO, Auxilio; PUERTA TORRALBO, Dolores; CONSUEGRA CRESPO, Pedro; JIMÉNEZ CORTÉS, Inmaculada; GARCÍA CANO, Pilar – “Excavaciones realizadas durante los años 1991-1992 en el solar situado en el nº 8 de Plaza Larga en el barrio del Albaicín, Granada”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (1992), pp. 304-309.

³² MALPICA CUELLO, Antonio – “Las murallas de Granada”..., 1992.

³³ BONET GARCÍA, María Teresa; RUIZ JIMÉNEZ, Ana – “Un área del Albayzín granadino: el entorno del Arco de las Pesas”. In MALPICA CUELLO, Antonio; GARCÍA PORRAS, Alberto – *Las ciudades nazaríes. Nuevas aportaciones desde la arqueología*. Granada: Alhulia, 2011, pp. 81-106.

³⁴ GONZÁLEZ LEÓN, Marc – “Una aproximación a los arrabales de las ciudades del Reino Nazarí de Granada”. *Tudmir: Revista del Museo Santa Clara*, Murcia 3 (2013), pp. 98-113.

la posibilidad de que los niveles de épocas anteriores y espacialmente inmediatos a la muralla hayan sido arrasados con la construcción de la misma, conservándose únicamente elementos urbanos de época nazarí posteriores a la construcción del lienzo de muralla

Un elemento adicional a considerar es el propio nombre del Arco de las Pesas en época medieval: Bab al-Ziyada. Como ya evidenciara Seco de Lucena³⁵, la traducción al castellano de este nombre sería Puerta del Ensanche, compartiendo



Fig. 3 – Cerámica inserta en el tapial.

denominación con la plaza contigua. Este nombre vendría a señalar la existencia de un arrabal extramuros y, por tanto, de una expansión urbana o “ensanche” en la zona alta de la ciudad, el barrio del Albayzín. El nombre de la puerta enmarcaría entonces su construcción en una época en la que el arrabal ya tenía carta de naturaleza, formando parte por tanto de una reforma urbanística del área para dar respuesta a las necesidades de una población creciente.

Mención especial merece igualmente el relato de al-Umari, recogido a su vez por alQalqasandi, en el que el geógrafo egipcio enumera las puertas de las ciudad

³⁵ SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “La Plaza Larga y el Arco de las Pesas en el Albayzín de Granada”. *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección Árabe-Islam* 2 (1953), pp. 131-133.

de Granada³⁶. Entre ellas no menciona al Arco de las Pesas o Bab al-Ziyada. Esta particular circunstancia se ha interpretado desde la lógica de que al haber quedado intramuros debido al crecimiento urbano del Albayzín, sumado a la creación de una nueva muralla exterior para el arrabal, el geógrafo centraría su interés descriptivo en otros elementos urbanos³⁷. No obstante, no podemos descartar la hipótesis de que en la primera mitad del siglo XIV no existiera dicha puerta, razón por la que no sería entonces mencionada en el texto árabe.

Varios y de diversa índole son los argumentos que nos permiten reflexionar sobre la cronología de la muralla del entorno del Arco de las Pesas, cuestión algo más compleja es alcanzar a determinar las razones últimas que llevaron a la realización de tales reformas urbanas. La apertura de una nueva puerta, así como la construcción de un lienzo de muralla constituyen una de las reformas de mayor envergadura que se pueden afrontar en una ciudad medieval, e implican necesariamente la acción por parte del poder. Especialmente significativo resulta el hecho de que tanto la puerta como el lienzo de muralla se hayan levantado en un momento en el que ya existía un arrabal en desarrollo en esta zona de la ciudad. Si tomásemos como cierta la datación almohade para las construcciones, estas importantes actuaciones urbanísticas se enmarcarían en la necesidad de ofrecer una comunicación entre el espacio intramuros y el pujante arrabal, pues hasta entonces, se carecía de un acceso entre ambas áreas desde Puerta Monaita hasta Bab alQastar. De esta forma, la zona en expansión de la ciudad se integraría de manera definitiva en la vida urbana. En cambio, una datación más tardía, ya en época nazarí, gozaría de otras implicaciones adicionales. Ya en el siglo XIV el área no precisaba de defensas al encontrarse dentro de un nuevo perímetro amurallado exterior (la muralla externa del Albayzín) y bajo una fuerte presión urbanística. La construcción de una puerta y un lienzo de estas características se podría interpretar entonces desde la óptica del mantenimiento de una segregación de las propiedades reales respecto al entorno urbano más próximo. A pesar de que el centro de poder se había traslado a la Alhambra desde la primera mitad del siglo XIII, no podemos olvidar que esta importante área donde se había ubicado el Alcázar zirí seguía en manos reales, por lo que se seguirían precisando elementos divisorios, tanto físicos como simbólicos, entre ambos ámbitos.

Resulta igualmente tentador vincular esta reforma urbana a otras cuestiones de tipo histórico (acontecimientos bélicos de guerra civil al final del emirato), urbanístico (creación de una liza de comunicación desde Puerta Monaita o acceso complejo junto a Bab alQastar) o arquitectónico (existencia de tramos arruinados). Sin embargo, carecemos de la suficiente información de carácter arqueológico para

³⁶ SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “Un tratado árabe del siglo XV sobre España extraído del “Subh al-A’sa” de al-Qalqasandi”. *Boletín de la Universidad de Granada* 6869 (1942), pp. 87-162.

³⁷ MALPICA CUELLO, Antonio – “Las murallas de Granada”....

que puedan pasar de meras hipótesis.

5. Conclusiones.

El Arco de las Pesas y los lienzos de muralla que parten de él han recibido históricamente diversas atribuciones cronológicas. El estudio de este elemento urbano de Granada no se ha podido desgajar hasta fechas recientes de la polémica que implicaba la existencia o no de un poblamiento urbano continuado en la zona desde época íbera hasta la Edad Media. Sólo últimamente las murallas han sido objeto de estudios más o menos pormenorizados atendiendo a la problemática histórica y arqueológica específica que presentaban por sí mismas.

Desde unas primeras adscripciones como ziríes y almorávides, se ha ido asentando en los últimos años una datación bajomedieval y, más específicamente almohade, para las murallas. Sin embargo, a la luz de nuestra intervención arqueológica y de los argumentos expuestos, consideramos que no se puede descartar una cronología nazarí tanto para la puerta como para los lienzos.

Ambas dataciones tienen sus implicaciones en relación con su entorno urbanístico más próximo. Una construcción en época almohade habría que interpretarla desde la óptica de la integración del arrabal del Albayzín en la vida urbana de Granada. Un barrio que había crecido extramuros desde comienzos del siglo XII en la zona alta de la colina y que carecía de la necesaria conexión con el resto de la ciudad. Se trataría, por tanto, de la creación de un nuevo elemento urbano de comunicación: una puerta inexistente hasta entonces (Arco de las Pesas) acompañada de un nuevo tramo de muralla, que articularía la relación entre la zona de crecimiento urbano y el área intramuros, integrando plenamente el arrabal en la configuración urbana.

Sin embargo, una datación de la construcción en época nazarí, especialmente desde mediados del siglo XIV, tendría implicaciones adicionales a las meramente urbanísticas. Las necesidades de defensa de la ciudad se hallaban cubiertas con la construcción de la cerca exterior del Albayzín, un populoso barrio que se interponía entre la antigua alcazaba Qadima y la nueva muralla externa. Por este motivo, no deberíamos entender la creación del Arco de las Pesas y, sobre todo, de las murallas asociadas únicamente como un elemento urbano de comunicación, sino también como el refuerzo de un elemento segregador de las propiedades reales en esta zona de la ciudad. Así, la creación de una nueva cerca interna en la época final del dominio musulmán carecería de sentido defensivo e incidiría en razones de tipo urbanístico y simbólico, delimitando el área de propiedad real.

BIBLIOGRAFÍA

- ALEGRE PARICIO, Eusebio; CAMPOS LÓPEZ, Daniel; LÓPEZ MARTÍNEZ, Diego, CASTILLA RUIA, Eduardo; GUERRERO RODRÍGUEZ, Nicomedes – “Intervención arqueológica preventiva en el Parque Lineal de la muralla zirí (Granada)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (2005), pp. 1509-1518.
- AZUAR RUIZ, Rafael – “Las técnicas constructivas en la formación de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 4 (2005), pp. 149-160.
- BONET GARCÍA, María Teresa; RUIZ JIMÉNEZ, Ana – “Un área del Albayzín granadino: el entorno del Arco de las Pesas”. In MALPICA CUELLO, Antonio; GARCÍA PORRAS, Alberto – *Las ciudades nazaríes. Nuevas aportaciones desde la arqueología*. Granada: Alhulia, 2011, pp. 81-106.
- BURGOS JUÁREZ, Antonio; MORENO ONORATO, Auxilio; PUERTA TORRALBO, Dolores; CONSUEGRA CRESPO, Pedro; JIMÉNEZ CORTÉS, Inmaculada; GARCÍA CANO, Pilar – “Excavaciones realizadas durante los años 1991-1992 en el solar situado en el nº 8 de Plaza Larga en el barrio del Albaicín, Granada”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (1992), pp. 304-309.
- FERNÁNDEZ NAVARRO, Esteban – “La construcción en época medieval. Recreación del proceso constructivo de un tramo de la cerca exterior nazarí de la ciudad de Granada”. In GARCÍA PORRAS, Alberto – *Arqueología de la producción en época medieval*. Granada: Alhulia, 2013, pp. 101-126.
- GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “La primera cerca medieval de Granada. Análisis historiográfico”. *Arqueología y territorio medieval* 3 (1996), pp. 91-148.
- GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”. In CRESSIER, Patrice y SALVATIERRA CUENCA, Vicente - *Las Navas de Tolosa 1212-2012: miradas cruzadas*. Jaén: Universidad de Jaén, 2014, pp. 484-498.
- GONZÁLEZ LEÓN, Marc – “Una aproximación a los arrabales de las ciudades del Reino Nazarí de Granada”. *Tudmir: Revista del Museo Santa Clara* 3 (2013), pp. 98-113.

- MALPICA CUELLO, Antonio – “Las murallas de Granada”. In TITOS, Manuel – *Nuevos paseos por Granada y sus contornos*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 1992.
- MALPICA CUELLO, Antonio – *Granada, ciudad islámica. Mitos y realidades*. Granada: Liberbolsillo, 2000.
- MARCOS COBALEDA, María – *Los almorávides: arquitectura de un imperio*. Granada: Universidad de Granada, 2015.
- MÁRMOL CARVAJAL, Luis del – *Rebelión y castigo de los moriscos*. Málaga: Argual, 1991.
- MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “Recursos formales y constructivos de la arquitectura militar almohade de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 5 (2008), pp. 115-134.
- MILETO, Camilla; VEGAS LÓPEZ-MANZANAREZ, Fernando – “La técnica constructiva de la tapia en la arquitectura militar defensiva en España. Variantes e invariantes”. In HUERTA, Santiago, LÓPEZ ULLOA, Fabián (eds.) – *Actas del Octavo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan Herrera, 2013, pp. 681-687.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, Ángel – *Granada arqueológica*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 2001.
- SARR MARROCO, Bilal – *La Granada zirí (1013-1090)*. Granada: Alhulia, 2011.
- SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “La Plaza Larga y el Arco de las Pesas en el Albayzín de Granada”. *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección Árabe-Islam* 2 (1953), pp. 131-133.
- SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “Un tratado árabe del siglo XV sobre España extraído del “Subh al-Aṣa” de al-Qalqasandi”. *Boletín de la Universidad de Granada* 68-69 (1942), pp. 87-162.
- SOTOMAYOR MURO, Manuel – *Don Juan de Flores y Oddouz, pícaro y mártir: cultura y picaresca en la Granada de la Ilustración*. Granada: Universidad de Granada, 2007.

SOTOMAYOR MURO, Manuel; SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada ibero-romana y árabe*. Granada: Universidad de Granada, 1984.

TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Nuevas perspectivas sobre el arte de al-Andalus bajo el dominio almorávide”. *Al-Andalus* 17 (1952), pp. 402-433.

Investigaciones arqueológicas en el yacimiento de La Mota de los Judíos, en Castrillo (Burgos)

*Inés María Centeno Cea¹, María J. Negrodo García²,
Ángel L. Palomino Lázaro³, Manuel Moratinos García⁴*

Resumen

La intervención arqueológica en el yacimiento de “La Mota” se integra en un ambicioso proyecto de recuperación y puesta en valor del legado sefardí en la localidad burgalesa de Castrillo Mota de Judíos (hasta 2015 Castrillo Matajudíos). El estudio documental realizado permitió establecer una secuencia histórica bastante precisa para este enclave, desde su origen el año 1035 a partir del desplazamiento de la aljama judía de Castrojeriz hasta este lugar, hasta su desaparición en el año 1311 cuando se permite el regreso de la comunidad al lugar del que habían sido expulsados. En este lapso de tiempo tiene lugar el origen del pueblo actual, situado a unos 300 m al norte de “La Mota”, donde se fueron instalando los conversos que dieron continuidad, ya bajo una nueva fe religiosa, a la comunidad judía originaria. El yacimiento de “La Mota” constituye así una buena oportunidad para conocer, aplicando la metodología arqueológica, las dinámicas de ocupación *ex novo* que tienen lugar en este espacio y las transformaciones que se producen en el yacimiento como consecuencia de unas circunstancias históricas cuyo relato conocemos con bastante precisión. La oportunidad de contrastar y complementar ambos registros, arqueológico y textual, permitirá elaborar un relato histórico bastante ajustado a la realidad social y material de una comunidad sefardí en este sector del reino de Castilla.

Palabras-clave

Sefardí; Aljama; Mota; Converso; Cerámica.

¹ imc2.arqueologia@gmail.com

² marianegrodo@patrimoniointeligentecyl.com

³ angelpalomino@patrimoniointeligentecyl.com

⁴ manutinos@gmail.com

Archaeological research in the site of Mota de Judios, in Castrillo (Burgos)

Abstract

The archaeological excavation in the site of “La Mota” is part of an ambitious project to recover and enhance the Sephardic legacy in Castrillo Mota de Judíos (Castrillo Matajudíos before 2015). The documentary study carried out in the first phase of development of this project allowed to establish a very precise historical sequence for this site, from its origin in 1035 from the displacement of the Jewish quarter of Castrojeriz to this place, until its disappearance in the year 1311 when the community was allowed to return to the place from which they were expelled. In this period of time the origin of the present town, located 300m north from “La Mota”, takes place, where the converts were installed continuing, under a new religious faith, with the original Jewish community. Consequently, “La Mota” is a good opportunity to know, applying the archaeological methodology, *ex novo* occupation dynamics that take place in this space and the transformations that occur in the site as a consequence of historical circumstances whose story we know quite accurately. The opportunity to contrast and complement both archaeological and documental records, will allow us to elaborate a historical account which is very close to the social and material reality of a Sephardic community in this area of the Kingdom of Castile.

Keywords

Sephardic; Jewish quarter; Hillock; Convert; Pottery.

1. Introducción

El yacimiento de La Mota se localiza en el municipio burgalés de Castrillo Mota de Judíos, a apenas 300 m al sur del núcleo urbano. Se trata esta de una pequeña localidad, localizada a 48 km al oeste de la ciudad de Burgos, conocida en los medios de comunicación a raíz de la iniciativa tomada en el año 2014 por su alcalde de promover, a partir de un plebiscito popular, el cambio del nombre del municipio, del peyorativo Castrillo Matajudios⁵ al mencionado, más acorde con su pasado histórico.

⁵ Por los datos que tenemos el cambio de nombre se produjo a mediados del siglo XVI, modificando el original Castil de Judios o Castriello/Castrillo de Judios con el que aparece en las fuentes medievales. Esta

Este nuevo nombre, Castrillo Mota de Judíos, hace referencia, efectivamente, a una mota o pequeño teso que se levanta sobre el valle del río Odrilla, afluente del Pisuerga por su margen izquierda y que albergó, entre los siglos XI y XIV una importante judería, que está siendo investigada tanto a partir de las referencias documentales como de los datos proporcionados por las intervenciones arqueológicas. Esta judería está vinculada igualmente con el origen de la localidad actual de Castrillo, generada a partir del traslado de los propios conversos que dieron continuidad, ya bajo credo católico, a la comunidad judía primigenia.

Hasta la fecha se ha realizado un análisis detallado de las fuentes documentales así como tres campañas de excavación en los años 2014, 2016 y 2017⁶, financiadas por la Junta de Castilla y León, incorporándose en 2017 la Diputación de Burgos. Igualmente hay que destacar el apoyo institucional del Centro Sefarad-Israel, que está contribuyendo significativamente a su protección y promoción internacional. Desde el punto de vista técnico y científico el proyecto se desarrolla por un amplio equipo de profesionales tanto en aspectos históricos como arqueológicos coordinados por la empresa Patrimonio Inteligente, S.L.

Estas investigaciones se engloban en un proyecto de mayor amplitud, bien detallado ya en otros trabajos por lo que no incidiremos aquí demasiado en ello⁷, para centrarnos en cuestiones vinculadas directamente con la investigación desarrollada hasta el momento. Solo indicar que se trata de un ambicioso plan de recuperación de memoria judía de esta localidad a varios niveles –investigación, consolidación, restauración, desarrollo de un plan de divulgación y socialización de los datos para acercar el lugar al visitante– que se concretará finalmente en la instalación de un Centro de la Memoria Sefardí, que pretende no sólo ser un centro de gestión y promoción del proyecto sino también un punto de encuentro, reunión y entendimiento de una comunidad, la sefardí, dispersa por el mundo como consecuencia de su expulsión de los reinos hispanos a partir de 1492; una comunidad que aún conserva, a pesar del paso del tiempo, algunos de los valores y signos culturales que la hicieron y la hacen portadora de una identidad propia.

modificación posiblemente deba entenderse en el ambiente de intolerancia y persecución fomentado por el Concilio de Trento.

⁶ PALOMINO LÁZARO, Ángel Luis; NEGREDO GARCÍA, María José – *Informe técnico. Excavación de sondeos arqueológicos en el yacimiento de “La Mota”, en Castrillo Matajudíos (Burgos)*. Junta de Castilla y León. Inédito, 2015. PALOMINO LÁZARO, Ángel Luis; NEGREDO GARCÍA, María José – *Excavación arqueológica en el yacimiento “La Mota, en Castrillo Mota de Judíos (Burgos). Excavación y Proyecto cultural 2016*. Junta de Castilla y León. Inédito, 2017. PALOMINO LÁZARO, Ángel Luis; NEGREDO GARCÍA, María José – *Recuperación arqueológica y puesta en valor. Yacimiento “La Mota. Castrillo Mota de Judíos (Burgos). Campaña de excavación 2017*. Junta de Castilla y León. Inédito, 2017.

⁷ NEGREDO GARCÍA, María José *et alii* – “La Mota de los judíos de Castrillo. Investigación arqueológica de una comunidad rural sefardí en la Corona de Castilla”. In LORENZO LIZALDE, José Ignacio (ed.) – *Congreso Nacional de Arqueología Profesional. Zaragoza 2017*. Zaragoza: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de Aragón, 2018, pp. 43-51.

2. Algunos datos geográficos.

Como hemos señalado el yacimiento aprovecha la superficie de una destacada mota perfectamente individualizada en el fondo del valle del río Odrilla, dominando por tanto una amplia extensión de la vega, sobre todo en dirección norte. La mota propiamente dicha se diferencia como una destacada plataforma estructural de pequeño tamaño, ya que ha perdido parte de su superficie original por la intensa erosión sufrida, que presenta una orientación NO/SE, emplazada en el centro de un alomamiento de perfil aterrazado mucho más amplio.

El lugar mantiene una conexión directa con el cerro del castillo de la vecina villa de Castrojeriz, núcleo de poder importante en la zona ya desde la segunda Edad del Hierro y fundamental, como veremos, en el devenir histórico de La Mota.

Finalmente hay que destacar la cercana presencia del Camino de Santiago, que cumple en Castrojeriz una de sus etapas principales y cuyo trazado primigenio – modificado por la redefinición moderna del Camino- discurría por las inmediaciones de La Mota, manteniendo la judería una estrecha vinculación con dicho itinerario.

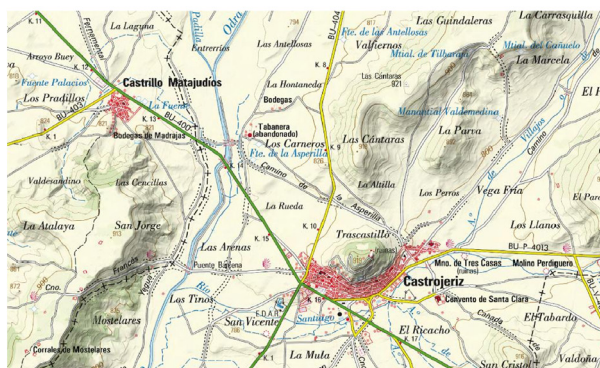


Fig. 1 - Localización de Castrillo Mota de Judíos (Matajudíos aún en el mapa) y Castrojeriz. Vista del teso de La Mora.

3. La Mota. Referencias documentales.

Los orígenes del asentamiento de La Mota están vinculados, con absoluta certeza, a la expulsión de la comunidad judía establecida en Castrojeriz. Se tiene constancia así de que en el año 1035, en los comienzos del reinado de Fernando I de Castilla, una serie de revueltas acaecidas en la villa de Castrojeriz determinaron la clausura de su aljama y el traslado al cercano cerro de La Mota. Las fuentes señalan así literalmente “Migravit a seculo Sanctus rex et surrexerunt homines de Castro et occiderunt IIII saiones in palacio de rex in Mercatello et LX iudeos, et illos alios prendamos totos, et traximus illos de suas xasas et de suas hereditates, et fecerunt populare ad Castello” (Emigró de esta vida el rey Sancho y se alzaron los hombres de Castro y mataron a cuatro sayones en el palacio del rey en Marcadillo y a sesenta judíos y a todos los demás los saqueamos, los arrancamos de sus casas y heredades y los hicimos poblar en Castrillo)⁸. A partir de este momento Castrillo comienza a ser citado en la documentación medieval como un barrio de Castrojeriz, con su judería allí asentada durante un largo periodo de tiempo.

Importantes datos acerca del origen de esta aljama en el periodo que aún reside en Castro, los aporta el denominado *Fuero de Castrojeriz*, otorgado a la villa por el conde García Fernández en el año 976. Este documento, al margen de incluir la primera referencia a esta minoría en el viejo Condado de Castilla, señala en uno de sus artículos la relación de igualdad que habría de establecerse entre la minoría judía y sus convecinos cristianos. Esta circunstancia parece poner de manifiesto tanto la importancia de la aljama de Castro como el importante grado de integración que esta población judía había alcanzado, al menos en esta villa, en los momentos finales de la alta Edad Media. Este documento incluye así, en su artículo 16 la siguiente fórmula: “Et si homines de Castro matarent judeo tantum pectet pro illo quomodo per christiano et licores similiter hominem villanum” (Si los hombres de Castro mataran un judío paguen por su muerte la misma pena que por un cristiano o por un hombre libre)⁹.

El final, o el comienzo del final del establecimiento judío de La Mota, se encuentra referido igualmente en las fuentes documentales. En este caso se trata de un texto del año 1311 en el que el rey Fernando IV, en la concesión de una serie de prebendas a la colegiata de Santa María del Manzano de Castrojeriz, señala el otorgamiento de “la prestamería de los judíos, que agora moran o moraren de aquí adelante y en la villa de Castrojeris”¹⁰, de lo que se deduce claramente el permiso concedido a esta comunidad

⁸ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Los fueros de Castrojeriz*. Burgos: Rico Adrados, S.L., 2010, pp. 54 y 77.

⁹ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Los fueros...*, pp. 53 y 76.

¹⁰ HUIDOBRO y SERNA, Luciano – “La judería de Castrojeriz”. *Sefarad* 7:1 (1947), pp. 137-145, en p. 141.

de La Mota para volver a su lugar originario. Esta circunstancia unida sin duda al aumento de las conversiones –un fenómeno bien constatado, fundamentalmente a partir del siglo XIII en la mayor parte de las comunidades judías del Reino de Castilla y muy particularmente en las dependencias del obispado de Burgos¹¹- determinará el progresivo abandono de este emplazamiento, el surgimiento de la villa de Castrillo en el lugar ocupado en la actualidad y el resurgir nuevamente de la judería de Castro hasta su definitivo abandono como consecuencia de la expulsión decretada en Castilla por los Reyes Católicos en 1492.

Las fuentes documentales acotan así el marco cronológico preciso en el que se desarrolló la judería de La Mota. Otras referencias mencionan igualmente el asentamiento durante estos casi tres siglos de mantenimiento en referencia a diferentes aspectos. Es el caso de referencias motivadas por el desarrollo de nuevos conflictos, como el producido en 1109 a la muerte del rey Alfonso VI y el ascenso al trono de Urraca I de Castilla y su esposo Alfonso I el Batallador¹²; por cuestiones de índole fiscal y financiero, como es el caso del Repartimiento de Huete de 1290, que registra la tributación fijada por el rey Sancho IV para las aljamas de la Corona de Castilla¹³ o por otras cuestiones más pintorescas como es el caso del mandato emitido también en tiempos de Sancho IV, en 1285 en concreto, en el que se obliga a las autoridades de Burgos a prohibir las casas de juegos existentes tanto en la ciudad como en Castrillo¹⁴.

4. La Mota. Datos de las intervenciones arqueológicas

Analizamos en este apartado los importantes datos recabados en las intervenciones arqueológicas desarrolladas hasta la fecha en el sitio. Los datos arqueológicos, de este modo complementan, enriquecen y matizan considerablemente la información aportada por las fuentes documentales. Es esta, a nuestro juicio, una de las grandes riquezas del proyecto: la posibilidad, no muy frecuente, de poder abordar el estudio de un yacimiento aprovechando los diferentes recursos, potencialidades, lenguajes y metodologías de dos ciencias –la Historia documental y la Arqueología.- cuyo objetivo final no es otro que el de construir discursos históricos coherentes. En este sentido no está de más señalar el valor y la importancia que adquiere la Arqueología,

¹¹ CADIÑANOS, Inocencio – *Judíos y mudéjares en la provincia de Burgos*. Burgos: Diputación Provincial de Burgos, 2011. CANTERA MONTENEGRO, Enrique – “Cristianos y judíos en la Meseta Norte castellana: la fractura del siglo XIII”. In MORENO KOCH, Yolanda; IZQUIERDO BENITO, Ricardo (Coords.) – *Del pasado judío en los reinos medievales hispánicos: afinidad y distanciamiento: XIII curso de Cultura Hispanojudía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La Mancha*. Cuenca. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2005, pp. 45-88.

¹² MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Los fueros...*, pp. 55 y 78.

¹³ CARRETE, Carlos – “El Repartimiento de Huete de 1290”. *Sefarad* 36:1 (1976), pp. 121-140.

¹⁴ CADIÑANOS, Inocencio – *Judíos y mudéjares...* p. 184.

como se ha destacado en múltiples ocasiones, en la reconstrucción de procesos sociales en particular e históricos en general, aportando una visión en determinados aspectos más objetiva de los hechos históricos, no mediatizada por el carácter en ocasiones parcial de unos relatos escritos en un momento determinado con unas determinadas intenciones o relatos acríticamente en momentos posteriores a los de su desarrollo¹⁵.

Hasta la fecha se han realizado, como indicábamos líneas arriba, tres campañas de excavación. En la primera de ellas, realizada en 2014, se excavó una superficie total de 42 m² repartida en tres sectores localizados en la plataforma intermedia de La Mota, en sus laderas NE, NO y SE, coincidiendo con áreas que mostraban una alta concentración de evidencias y de cara a valorar su potencial estratigráfico. En la campaña de 2016 continuó muestreándose el cerro en otros sectores, intensificándose ya la excavación en extensión en el denominado sondeo 6, localizado en la ladera SE de La Mota, en el que los restos documentados pusieron de manifiesto la existencia de estructuras domésticas de entidad, alcanzando la excavación en este caso a 211 m² –incluyendo la superficie propia de la campaña anterior. La última de las intervenciones, realizada en 2017, se concentró de modo exclusivo en este sector 6, ampliándose la superficie excavada en 140 m².

Son varios ya los datos que tanto a nivel de urbanismo, técnicas constructivas u organización funcional de la aldea podemos aportar partir de los restos exhumados.

Hay que señalar así, en primer lugar, que los datos arqueológicos muestran la imagen de un poblado organizado y estructurado que ha sido objeto de una clara planificación, lo que claramente contrasta y matiza esa precipitación e improvisación que se desprende del relato documental. Parecería, en este sentido, más adecuado hablar de un proceso de ocupación dilatado y pautado en el tiempo, que muy posiblemente no estaría completado hasta momentos avanzados del siglo XI. De esta planificación hablan claramente las obras de aterrazamiento detectadas en las laderas del cerro y destinadas, sin duda, a la creación de amplias plataformas a diferentes niveles, que cortan y explanan el terreno, obteniendo superficies de ocupación más regulares para la disposición de estructuras.

¹⁵ En este sentido Santiago Castellanos ha destacado recientemente (CASTELLANOS, Santiago – *En el final de Roma (ca. 455-480)*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2013, p. 35) el carácter elitista de los textos escritos en lo relativo fundamentalmente al siglo V, en el sentido de ser mayoritariamente un documento escrito por las elites y dirigido a las elites, el único sector de la población capacitado intelectualmente para ello; panorama este que, puede extenderse a la Edad Media, fundamentalmente a sus momentos más antiguos. Estos textos serían así, mayoritariamente una representación del mundo, de su mundo, cuando no un elemento de propaganda al servicio de determinados poderes. En esta misma línea interpretativa J. Moreland ha recogido y desarrollado en una serie de trabajos la idea de que la Arqueología, la materialidad de la Historia pues, reconstruye o puede reconstruir la Historia de los “sin voz”, de las amplias poblaciones eminentemente campesinas ajenas a los poderes establecidos (MORELAND, John – “Arqueología histórica. Más allá de las ‘evidencias’”. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (ed.) – *La materialidad de la historia: la arqueología en los inicios del siglo XXI*. Madrid: Akal, 2013, pp. 37-65, p. 30.



Fig. 2 – Localización de las áreas de intervención en la superficie del teso.

El urbanismo, en lo que ha podido ser rastreado hasta el momento, se encuentra igualmente organizado a partir de una calle empedrada que discurre por la zona media alta de la ladera del cerro y que se ha documentado tanto en el sector NO como en el SE, por lo que se supone que podría circunvalar el teso, organizando así la disposición de las estructuras. Del mismo modo, se intuye la presencia de nuevos ejes viales en niveles inferiores de las laderas, aunque este dato aún no ha sido contrastado arqueológicamente.

Se rastrea asimismo una importante variedad estructural en las áreas sondeadas, constatándose diferencias evidentes en lo referente a fábricas, técnicas constructivas o dimensiones que permiten apuntar la existencia de zonas destinadas a diferentes usos y funciones. Las estructuras documentadas parcialmente en el sector noroccidental del cerro parecen identificar la presencia de un área de carácter eminentemente artesanal, dedicada por tanto al desarrollo de diferentes oficios. En este sentido cabría destacar la presencia de una serie de cubetas revocadas al interior en el sondeo 4, últimos indicios tal vez de unas tenerías; y fundamentalmente, la existencia de una importante área de carácter doméstico en la ladera meridional, en el sector 6.

Centrándonos en este sector meridional, hay que señalar que se han puesto al

descubierto una serie de estancias – hasta 8 –, sin que pueda precisarse si corresponden a una o varias viviendas. Estas estancias se disponen en dos plataformas o terrazas, a diferente nivel, lo que ha determinado que las relaciones establecidas entre las diferentes estructuras o depósitos resulten en ocasiones poco nítidas y de difícil lectura. En el sector sur se encuentran delimitadas por esa calle empedrada a la que hacíamos alusión anteriormente.

Se constata claramente la superposición de determinadas estructuras, lo que ha permitido la identificación de dos fases estratigráficas sucesivas.

La fase más antigua comienza con el acondicionamiento del cerro mediante la explanación de amplias plataformas y la construcción de la calle empedrada. Los escasos restos constructivos asociados a esta primera etapa se documentan básicamente en la terraza inferior, en la que limita inmediatamente con la calle. Se han identificado en concreto dos recintos o estancias exentas, muy alteradas y deterioradas por las construcciones que se las superponen, delimitadas por muros de mampostería de medio metro de grosor y alzado de tapial. En el interior de cada una de ellas se documentado sendas estructuras excavadas en el nivel geológico, y recrecidas con muretes de adobe. La más completa de las dos exhumadas se identifica perfectamente con una pila contenedor de planta rectangular recubierta al interior por una gruesa capa de mortero de cal y yeso que claramente impermeabiliza su superficie. Uno de los rellenos que la colmataban contenía – se han realizado análisis arqueobotánicos – una importante cantidad de semillas de uva, por lo que puede suponerse que se trate de pilas destinadas a su procesado.

A esta primera fase corresponden también tres hoyos excavados en el substrato geológico, en este caso en la terraza superior. Cabe sospechar que su uso primigenio estuvo vinculado con el almacenamiento de cereal – silos –, aunque finalmente fueron amortizados con toda una serie de vertidos que incluyen material constructivo, restos cerámicos, huesos de fauna, muy posiblemente como consecuencia del acondicionamiento del terreno previo al levantamiento de las estructuras asociadas a la segunda fase.

En definitiva, a partir de los escasos retazos exhumados cabe sospechar que en un primer momento este sector de la ladera meridional del cerro fue aprovechado como un espacio destinado al almacenamiento y procesado de materias primas.

Una vez colmatadas las estructuras anteriores, preparando y nivelando con ello la superficie, se levantan en los dos niveles de terrazas una serie de estancias –8, ya hemos indicado – que determinan una ocupación más densa del espacio, vinculada en este caso con un uso eminentemente residencial. Estas estancias, asientan en muros de considerable entidad, de entre 95 y 130 cm de anchura, con zócalos de grandes mampuestos y alzados de tapial. En la parte superior de la terraza los muros están enfoscados con una gruesa capa de cal y cuentan además con un banco corrido de

adobes adosado a sus lados largos. Los suelos son de tierra apisonada, detectándose trazas de tabiques interiores para compartimentar espacios. Sobre estos suelos se han documentado las improntas y restos de varias vigas de madera correspondientes al entramado de sujeción de un segundo piso. En una de estas estancias, en la 2 en concreto, se documentó un amplio hoyo o silo de gran capacidad – casi 3 m^3 – de sección en forma de botella, que se encontraba vacío, lo que parece indicar que estuvo en uso hasta el momento del abandono del poblado o, al menos, de este sector del poblado, no perdiendo así su función originaria para ser relleno de vertidos y basuras. Tampoco se colmató durante el proceso de derrumbe de la estancia por lo que suponemos que debió contar con una tapadera de la que no se han conservado restos (de madera ¿?), sobre la que posteriormente se desploma el parapeto o estructura de mampuestos y tapial que acabó por sellar el hueco subterráneo.

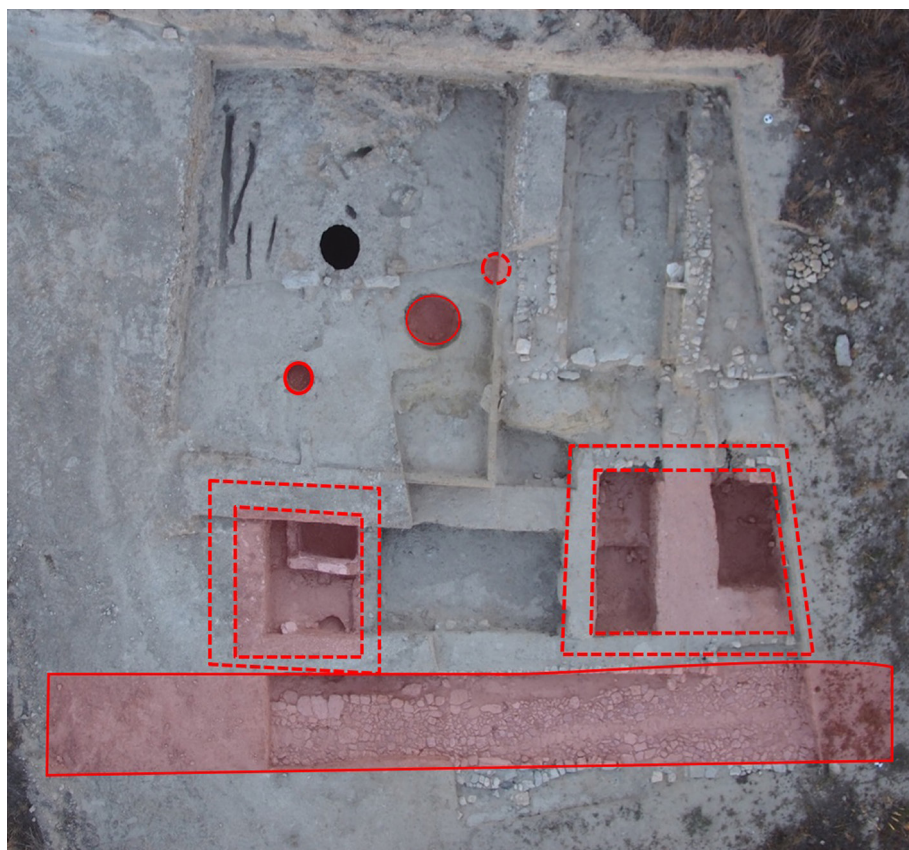


Fig. 3 – Estructuras exhumadas en el sector 6. Marcadas en rojo las correspondiente a la primera fase secuencial.

En la terraza inferior, colindante pues con la calle empedrada, las dependencias presentan un menor tamaño, siendo además más profundas y no presentando sus muros ningún tipo de revestimiento; circunstancias estas que podrían estar sugiriendo su uso como sótanos destinados al almacenamiento.

La construcción de una nueva fachada que delimita por el sur estas estructuras acaba por afectar tanto a las estructuras de la terraza inferior como a la propia calle, a la que secciona en su sector norte, obligando a recolocar bloques de mayor tamaño delimitando su perímetro. La presencia del basamento de un pilar enfrentado a otro contrafuerte adosado al muro de la vivienda permite suponer la existencia de un pórtico de entrada.

Contamos por tanto en este sector meridional con una serie de estancias complejas, delimitadas en su sector sur por una calle que recorre longitudinalmente la ladera del teso articulando el espacio y que, en un determinado momento, fue ligeramente alterada y modificada para la construcción de un posible pórtico. No contamos sin embargo aún con los datos suficientes que nos permitan señalar si nos encontramos ante una o varias unidades domésticas, circunstancia que, esperemos, pueda ser resuelta en futuras campañas de excavación.



Fig. 4 – Estructuras del sector 6, con la calle empedrada en el centro.

5. La Mota. Los Materiales Arqueológicos

En los depósitos que rellenaban las estructuras descritas, en los sedimentos destinados a nivelar las superficies sobre la que construir, en los rellenos de hoyos y silos que albergaron en su día las reservas de grano o en los derrumbes de los muros y techumbre de viviendas y almacenes, documentamos restos materiales cuyas características nos permiten no solo aportar una cronología para las diferentes estructuras, sino también acercarnos a la realidad social, económica, cultural y religiosa o simbólica de los judíos que habitaron La Mota. Junto a algunos fragmentos de soleras de molino de granito, que hablan de una dedicación fundamentalmente agrícola, o piezas de metal de diferente consideración -entre las que se documentan algunas finas agujas de bronce o clavos de hierro de sujeción de vigas y techumbres así como una pequeña estrella de seis puntas utilizada posiblemente como aplique en algún elemento mueble-, destacan los abundantes conjuntos cerámicos, cuyas características resultan muy similares, no sólo en los sedimentos correspondientes a las dos fases secuenciales diferenciadas en las estructuras domésticas del sector 6 – por lo que las suponemos inmediatas, sin ningún hiato temporal-, sino también en el resto de sondeos efectuados hasta la fecha en diferentes sectores de La Mota.

Se trata por tanto de conjuntos cerámicos muy coherentes que remiten a momentos avanzados del siglo XII y al siglo XIII. Las diferentes producciones identificadas cubren las necesidades básicas de un establecimiento de carácter habitacional, documentándose así tipos destinados tanto a funciones culinarias, de almacenamiento como a servicios de mesa. Tampoco faltan, como veremos, otro tipo de piezas auxiliares, destinadas a la iluminación, por ejemplo, y aún otras con un claro significado simbólico, vinculado al sistema de creencias propio de la comunidad judía, como es el caso de los candiles múltiples o *janukiot*.

La importancia cuantitativa y cualitativa de los lotes analizados permite además realizar importantes inferencias acerca de las relaciones y vías comerciales en activo en estos sectores de la cuenca del Duero en momentos avanzados de la plena Edad Media, así como vislumbrar algunas de las importantes transformaciones productivas que comienzan a producirse en el mundo de la cerámica en estos momentos transicionales ya hacia la baja Edad Media. En cualquier caso, lo que resulta evidente es que las producciones cerámicas documentadas en La Mota son similares a las documentadas en cualquier asentamiento del momento, como ha podido constatararse igualmente en las intervenciones desarrolladas en el cercano castillo de Castrojeriz¹⁶,

¹⁶ CENTENO CEA, Inés María *et alii* – “El Castillo de Castrojeriz (Burgos). Producciones cerámicas de los siglos XIV-XVII. Evolución temporal, influencias y vías comerciales”. In GIRÓN ANGUIOZAR, Lourdes; LAZARICH GONZÁLEZ, María; LOPES, Maria da Conceição (coords.) – *Actas del I Congreso Internacional de cerámica. Homenaje a la Dra. Mercedes Vegas*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2013, pp. 1476-1508; CENTENO CEA, Inés María *et alii* – “Cerámica de cocina rugosa de pastas claras/campurriana *versus* cerámica granítica/

de cuya villa es originaria, como venimos repitiendo, la comunidad judía de La Mota

Son varias por tanto las producciones identificadas hasta el momento. La mayoría de ellas se corresponden con tipos que hacen su aparición en la fase final de la plena Edad Media, como consecuencia fundamentalmente de las innovaciones introducidas por una serie de comunidades mudéjares que comienzan a instalarse en los principales enclaves castellanos y que se dedican en gran medida a actividades vinculadas con el trabajo del barro. Junto a estos tipos conviven, en franco proceso de retroceso y desaparición, todo un elenco de producciones cuyo origen se remonta a la alta Edad Media y que comienzan a quedar obsoletas ante la pujanza de los nuevos tipos indicado.

Los repertorios de mesa y almacén se nutren fundamentalmente de tipos de cerámica engobada y de cerámica común. Se trata de producciones facturadas por mudéjares, fundamentalmente a partir de finales del siglo XII, cuyas rasgos básicos fueron establecidos por O. Villanueva (1998, 2011) a partir del análisis de los alfares de la ciudad de Valladolid. Son bien conocidas en otros enclaves castellanos como Burgos o el castillo de Castrojeriz¹⁷, por citar algunos de los puntos más cercanos. Son piezas facturadas a torno rápido con pastas depuradas que incluyen finas partículas calizas. Presentan generalmente tonalidades marrones o rojizas, como consecuencia de cocciones eminentemente oxidantes. La única diferencia existente entre los dos tipos mencionados es el recubrimiento, o no, de una o ambas superficies con un engobe de tonalidad marrón, negruzco o rojizo que, en algunos casos, adquiere un característico brillo metalescente. Este tipo de engobe brillante parece reservado para determinadas piezas asociadas siempre al servicio de mesa como son los denominados saleros o tazas polilobuladas, algunos platos, tajadores para servir carne o escudillas de carena alta. Recubiertos con engobes mates o con las superficies simplemente alisadas se documentan otro tipo de recipientes como jarros/jarritos, tapaderas. Con el almacenamiento están vinculados otro tipo de recipientes correspondientes a la serie botija, cántaro/cantarilla u olla/orza. Superficies alisadas presentan mayoritariamente los candiles de pellizco, para el alumbrado. Genuinas y exclusivas del mundo hebreo y sus tradiciones resulta un tipo de candil múltiple o *janukiá* (plural *janukiot*) del que se han recuperado ya varias piezas. Están vinculados a una de las festividades propias del pueblo judío como es la fiesta de las luces o *Janucá*. Son piezas de ocho o habitualmente nueve receptáculos –uno diario más

zamorana. Patrones de distribución y expansión en época Bajomedieval y en la transición a la Edad Moderna en el norte de Castilla y León". In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Silves / Mértola: Câmara Municipal de Mértola / Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 692-700.

¹⁷ ORTEGA MARTÍNEZ, Ana Isabel – "Yacimiento de Burgos". In MUÑOZ PÁRRAGA, María del Carmen (coord.) – *Memoria de Sefarad*. Madrid: Sociedad Estatal para la Acción Exterior, 2002, pp. 133-140. CENTENO CEA, Inés María *et alii* – "El Castillo de Castrojeriz (Burgos). Producciones...".

otro de servicio- que iban iluminándose progresivamente cada uno de los ocho días que duraba la mencionada fiesta. Piezas de similar carácter y funcionalidad se documentan igualmente en la judería de Lorca¹⁸

Los repertorios de mesa se completan con un tipo cerámico muy minoritario y exclusivo en estos momentos, y de filiación nuevamente mudéjar, como es la cerámica esmaltada. Se trata en todos los casos de producciones monocromas. De pastas depuradas, sus superficies se presentan cubiertas al interior o exterior, o más raramente en ambas superficies, con vidriados de tonalidad melada o verde. Por lo que va conociéndose hasta la fecha, este tipo de producciones comienzan a formar parte de los servicios de las mesas más pudientes desde los momentos finales del siglo XII en ciertos núcleos como Vitoria, para generalizarse a lo largo del siglo XIII en los diferentes enclaves castellanos¹⁹. Su presencia en los mercados del siglo XIII está atestiguada así en villas como Valladolid, Ávila o Burgos²⁰. Posteriormente, ya en el siglo XIV, comienzan a aparecer las producciones policromas como los tipos verde manganeso, para, en la segunda mitad de la centuria, y, sobre todo, a lo largo del siglo XV, hacer su aparición los tipos procedentes del área valenciana: las afamadas lozas azul cobalto o de reflejo dorado²¹. La práctica ausencia de este tipo de piezas en la Mota (únicamente se ha recuperado un fragmento de loza verde manganeso y en uno de los depósitos superiores) parece indicar que, efectivamente, y tal como sugieren las fuentes documentales, La Mota pudo irse abandonando, progresivamente, a lo largo de la primera mitad del siglo XIV.

Volviendo a estas producciones monocromas documentadas en La Mota, reiterar que se trata de tipos integrados de modo exclusivo en los servicios de mesa. Se constata sobre todo la presencia de fragmentos de plato o ataífor, de fondo plano y pared abierta, carenada en muchos casos en la parte superior, y con pie anular destacado al exterior. Alguna de estas piezas presenta al interior, bajo el vidriado y en

¹⁸ GALLARDO CARRILLO, Juan; GONZÁLEZ BALLESTEROS, José Ángel – *La judería del castillo de Lorca en la Baja Edad Media. Estudio arqueológico*. Murcia: Ediciones Tres Fronteras, 2009.

¹⁹ ESCRIBANO RUIZ, Sergio; SOLAUN BUSTINZA, José Luis – “La introducción y normalización de la cerámica vidriada en el cantábrico oriental a la luz del registro oriental a la luz del registro cerámico de Vitoria-Gasteiz (siglos XII-XV)”. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Silves / Mértola: Câmara Municipal de Mértola / Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 534-548.

²⁰ VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – *Actividad alfarera en el Valladolid bajomedieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Valladolid, 1998.

CRUZ SÁNCHEZ, Pedro Javier – “Cristianos y mudéjares en el Ávila de los siglos XIII al XV: una aproximación desde los documentos arqueológicos”. In SANCHIDRIÁN GALLEGÓ, Jesús María; RUIZ ENTRECANALES, Rosa (eds.) – *Mercado Grande de Ávila*. Ávila: Ayuntamiento de Ávila, 2003, pp. 91-150; ORTEGA MARTÍNEZ, Ana Isabel – “Yacimiento de Burgos”. *La judería...*

²¹ COLL CONESA, Jaume – “La loza decorada en España”. *Ars Longa* 17 (2008), pp. 151-168. GARCÍA PORRAS, Alberto – *La cerámica en azul y dorado valenciana del siglo XIV e inicios del XV*. Valencia: Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí, 2009. LÓPEZ ELUM, Pedro; COLL CONESA, Jaume – “La producción cerámica de lujo en la Baja Edad Media: Manises y Paterna”. Valencia: Amigos del Museo Nacional de Cerámica y de las Artes Suntuarias González Martí, 2006.

la transición pared-fondo una fina moldura o ranura concéntrica, decoración que se complica en otra de las piezas, que desarrolla parte de un esquema geométrico. En mucha menor medida, casi testimonial, se ha recuperado algún fragmento de salero, candil o escudilla. Las formas cerradas presentan un mayor grado de indefinición.

Contamos con algún fragmento de pared y arranque de cuello estrecho, que

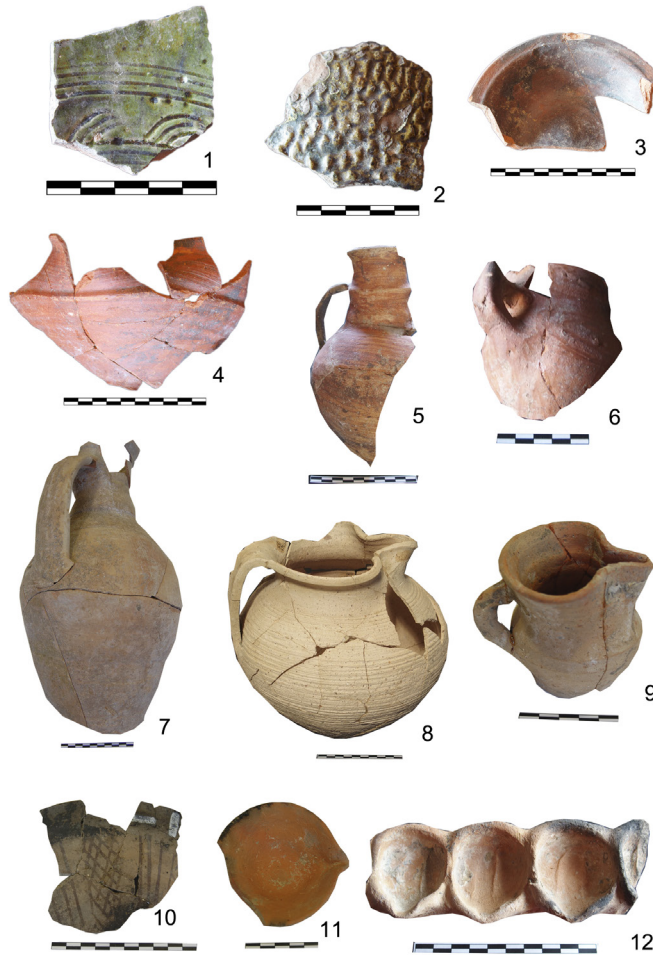


Fig. 5 –Materiales Cerámicos: Cerámica esmaltada. Fondo de atafior y pared de pieza cerrada con decoración de escamas (1, 2); Engobada. Plato, salero y cantarilla (3, 4, 5); Bruñida alfar La Morterona. Jarrita (6); Bruñida. Cántaro (7); Cerámica campurriana de cocina. Jarra (8); Cerámica común alisada. Jarrita (9); Cerámica campurriana. Barreño pintado (10); Engobada. Candil de pellizco (11); Cerámica común. Janukiá.

parecen corresponder a jarras. Algunas de estas piezas presentan finas líneas incisas en la pared, bajo el vidriado, mientras otro fragmento de pared presenta una curiosa

decoración a molde, en forma de escamas. Esta decoración, aunque no es habitual, sí está representada en contextos pleno-bajomedievales vinculados a talleres de filiación mudéjar, como es el caso de Valladolid o Burgos²².

Junto a estas producciones se documentan otras, destinadas igualmente a los servicios de mesa y almacén que resultan herederas de tiempos anteriores y que se encuentran en franco proceso de retroceso productivo y comercial, por la lógica imposición de los productos facturados por mudéjares descritos, de mayor calidad técnica y mayor variedad formal.

El principal de estos tipos es sin duda la cerámica gris, que encuentra sus orígenes en la cerámica estriada identificada en los años 60 por García Guinea como *de repoblación* y tipificada para el sector norte peninsular en varios trabajos publicados en la obra coordinada por J.A. Gutiérrez y R. Bohigas en el año 1989. Su origen, no bien precisado aún, se remonta a la alta Edad Media para desarrollarse fundamentalmente en los momentos finales de este periodo y en la plena Edad Media. A lo largo del siglo XIII experimentan importantes transformaciones en los modos de elaboración, que se concretan en la sustitución de la torneta por el torno y de las cocciones reductoras por las oxidantes²³.

Las piezas recuperadas en La Mota responden aún al tipo facturado con ayuda de torno lento. Son piezas de pastas grises que se corresponden en todos los casos con recipientes cerrados, tipo olla o cántaro, de cuerpo piriforme o globular y fondo plano. Presentan habitualmente la pared decorada con una serie de acanaladuras o estriado horizontal de trazo irregular, precisamente por el uso de la torneta. Este rasgo tecnológico resulta perceptible también en el interior de las paredes de las piezas, en las que resultan evidentes en muchos casos las huellas digitales dejadas por el alfarero en el proceso de levantar y regularizar el vaso.

En similar proceso de retroceso productivo parece encontrarse la cerámica bruñida. Se trata este de un tipo muy ecléctico y heterogéneo, y lamentablemente aún muy mal estudiado, que podría arrancar básicamente, en lo relativo a sus orígenes, en los momentos finales de la alta Edad Media en el sector occidental de la cuenca del Duero, para evolucionar posteriormente en diversas familias de diferente consideración y muy posiblemente, de cruzadas influencias. Como dato cronológico relevante, y en lo relativo a sus momentos finales, al menos en sectores geográficos como el que nos ocupa, hay que señalar que, en la vallisoletana calle de Duque de la Victoria en los niveles inferiores de la secuencia, y junto a las primeras producciones

²² VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – *Actividad alfarera en el Valladolid...*; ORTEGA MARTÍNEZ, Ana Isabel – “Yacimiento de Burgos...”.

²³ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, Jose Avelino; BENÉITEZ GONZÁLEZ, Carmen – “La cerámica medieval en León”. In BOHIGAS, Ramón; AVELINO GUTIÉRREZ, José (coords.) – *La cerámica medieval en el norte y noroeste de la Península Ibérica: aproximación a su estudio*. León: Universidad de León, 1989, pp. 211-260.

engobadas, conviven aún algunas piezas bruñidas²⁴.

Su presencia, como en el caso de los tipos grises, es minoritaria, pero se constata a lo largo de toda la secuencia exhumada, sin que nos permita por tanto, realizar inferencias cronológicas tomando como base el dato de su presencia/ausencia.

Son piezas de pastas marrones, depuradas, que presentan al exterior en el caso de las formas cerradas y al interior, en el caso de las abiertas, finas líneas bruñidas verticales y paralelas a modo de decoración. El repertorio es limitado, documentándose cántaros, fragmento mayoritariamente, exceptuando una pieza que conserva gran parte de su contorno, y escudillas de carena alta.

Un carácter singular entre estos tipos bruñidos lo constituyen una serie de fragmentos de jarritas procedentes del alfar de Camino de La Morterona, en Saldaña²⁵. Son piezas de pequeñas dimensiones, facturadas a torno, de fondo plano, pared globular, cuello y borde rectos o de trazado ligeramente cóncavo al interior. Algunas de estas piezas conservan una asita de sección rectangular que arranca de la zona media del cuello y alcanza la zona alta de la pared. En su parte superior presenta un característico remate cónico. Las paredes al exterior presentan abigarrados motivos bruñidos, en forma de círculos o espirales.

Son estas unas piezas muy características y peculiares, para las que se han aportado, en virtud sobre todo de su asociación a ciertas piezas numismáticas, una cronología de la segunda mitad del s. XII y para las que se parecen rastrear igualmente influencias islámicas, lo que parece sugerir la concurrencia de artesanos mudéjares en su elaboración. En cualquier caso, pocos son los datos que a ciencia cierta contamos -acerca de los modos de facturación, sus artífices o su capacidad de difusión- para una producción que resulta claramente singular en el panorama de las cerámicas del norte peninsular, dominadas aún en este momento, por las especies estriadas y acanaladas derivadas de las mal llamadas cerámicas de repoblación de García Guinea. Su asociación en algunos contextos con las que parecen ser las primeras producciones de cerámica engobada mudéjar, está constatada igualmente en el entorno de la misma villa de Saldaña²⁶.

Las producciones de cocina están dominadas muy mayoritariamente por los tipos de cerámica de origen campurriano. Son vasos de pastas duras de tonalidades claras -beige mayoritariamente- que incluyen abundantes partículas de cuarzo que afloran en la superficie de unas piezas de paredes especialmente delgadas. Este tipo

²⁴ VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – *Actividad alfarera en el Valladolid...*

²⁵ PEÑIL MÍNGUEZ, Javier – “El testar medieval de Saldaña (Palencia): Camino de la Morterona”. *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española, T. III*. Madrid: Consejería de Cultura Dirección General de Patrimonio Cultural, 1987, pp. 613-620.

²⁶ CARRO REGLERO, Montserrat; SANTAMARÍA GONZÁLEZ, José Enrique – “El material medieval de la excavación de la ermita de Santa María del Castillo (Saldaña)”. In *Actas del III Congreso de Historia de Palencia*. Tomo I: *Prehistoria, Arqueología e Historia Antigua*. Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 1996, pp. 477-492.

de piezas son efectivamente muy bien conocidas en varios yacimientos del área de la vieja merindad de Campoo, el entorno de la villa de Aguilar de Campoo y los valles cántabros de Valdeolea y Valderredible; sector que parece albergar los talleres en los que se produjeron. Dentro de esta área nuclear destaca el yacimiento de El Torrejón de las Henestrosas, enclave militar cuya destrucción parece directamente vinculada a mediados del siglo XIV con la contienda que enfrentó a Pedro I de Castilla y Enrique de Trastámara²⁷. En cuanto a su difusión fuera de esta área nuclear ha sido relevante el trabajo de J.L. Solaun de la cerámica medieval del País Vasco²⁸, al rastrear la presencia de esta producción en varios yacimientos del área alavesa y riojana fundamentalmente a lo largo de los siglos XIII/XIV. En los últimos tiempos se ha conseguido igualmente rastrear su difusión en sectores meridionales de las provincias de Palencia y Burgos²⁹. Entre estos puntos se encuentra, como no podía ser de otra manera, el castillo de Castrojeriz, en los niveles inferiores de la secuencia, encuadrados en la baja Edad Media.

Volviendo a los tipos representados en La Mota, hay que señalar que se constata mayoritariamente un tipo de orza muy difundida también en los yacimientos de el País Vasco (tipo B2 en la clasificación de El Torrejón de las Henestrosas y 9X en la de J. L. Solaun). Se trata de una pieza de borde recto de labio apestañado, corto cuello curvo, pared globular decorada con acanaladuras horizontales y paralelas, y fondo plano. Las asas, planas y de cinta, que arrancan del labio y alcanzan la zona media baja de la pared, presentan impresiones circulares u ovaladas que pueden perforar la pieza. Menos abundantes son las ollas de borde exvasado, las jarras de boca trebolada y pared globular; tipos decorados con las mismas acanaladuras. En mucha menor medida se han documentado también formas abiertas: tajadores de paredes divergentes, barreños de amplias dimensiones y pared cóncava y alguna escudilla de carena alta. La presencia de estas formas abiertas constituye una clara novedad, por cuanto hasta la fecha no se había documentado su presencia fuera del área nuclear de producción.

Similar origen suponemos para una serie de piezas de características idénticas en cuanto a la pasta, decoradas en este caso con motivos pintados en marrón o marrón rojizo, de tipo geométrico. Estos motivos pintados son similares a los constatados tanto en algunas de las piezas de El Torrejón de las Henestrosas como en diversos talleres del norte peninsular que se incardinan en el mundo de la cerámica pintada y estriada de Repoblación de García Guinea, categoría conceptualmente superada en la actualidad pero igualmente precisa en lo referente a los tipos que incluye. Se

²⁷ GARCÍA ALONSO, Manuel – “La cerámica de ‘El Torrejón’ de las Henestrosas de Valdeolea. Revisión y nuevas aportaciones”. *Sautuola* 6 (1999), pp. 521-539.

²⁸ SOLAUN BUSTINZA, José Luis – *La cerámica medieval en el País Vasco (siglos VIII-XIII)*. EKO B nº 2. Departamento de Cultura. Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, Vitoria, 2005.

²⁹ CENTENO CEA, Inés María *et alii* – “Cerámica de cocina rugosa de pastas claras...”.

ha recuperado en La Mota un conjunto limitado de estas piezas, que formalmente corresponden a recipientes tipo jarra u olla y a barreños de amplias dimensiones.

Otro tipo de cerámica de cocina que hace su presencia en La Mota aunque de modo muy excepcional es la cerámica de pastas graníticas. Se han recuperado apenas una docena de fragmentos. Las características de los barro, permiten la elaboración de unos recipientes de particularmente aptos para su uso culinario dada su resistencia al choque térmico. Son piezas de pastas de tonalidad beige, que incluyen abundantes partículas de mica plateada. Desde el punto de vista formal únicamente ha podido identificarse la presencia de algunos fragmentos de pared globular que podrían corresponder a ollas, así como de otros de mayores dimensiones identificables con vasos de almacenamiento. El origen de estas piezas en el entorno de la capital de Zamora parece remontarse a la plena Edad Media, aunque se muestra aún muy difuso³⁰. Sí parece evidente que a partir del siglo XIV estas producciones protagonizan un importante proceso de expansión comercial, alcanzando los sectores central y septentrional de las provincias de Palencia y Burgos³¹. La reducida presencia en La Mota parece redundar nuevamente en esa cronología de abandono que suponemos para el cerro en la primera mitad del siglo XIV.

Un último tipo está representado por las piezas de cerámica común tosca. Sus características en lo relativo a la pasta –a nivel macroscópico– resultan muy similares a las apuntadas para las piezas engobadas y sobre todo comunes de superficies alisadas. Así las pastas, en este caso de tonalidades pardas o grises, incluyen junto a las partículas calizas otras cuarcíticas que facilitan la resistencia al choque térmico. Las superficies no presentan tratamiento alguno. Desde el punto de vista formal se identifican con ollas de borde corto y más o menos recto o exvasado. Habitualmente se presentan ennegrecidas como consecuencia de su exposición al fuego.

6. Conclusiones.

Una de las grandes riquezas y potencialidades del proyecto, como venimos señalando a lo largo de este trabajo, es la posibilidad de reconstruir la historia de un importante enclave judío aunando y complementando para ello la información recabada tanto desde la materialidad como desde los documentos escritos. Realizando las preguntas oportunas a cada una de las ciencias implicadas y teniendo en cuenta sus potencialidades y limitaciones, podemos reconstruir un discurso histórico coherente acerca de La Mota, en el que confluyan y se articulen los distintos aspectos, políticos,

³⁰ VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – “La ollería y alcallería en la cuenca del Duero a lo largo de la Edad Media y Moderna”. In COLL, Jaume (Coord.) – *Manual de Cerámica Medieval y Moderna*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, 2011, pp. 87-115.

³¹ CENTENO CEA, Inés María *et alii* – “Cerámica de cocina rugosa de pastas claras/campurriana...”.

sociales, económicos y culturales, de su vivir cotidiano.

En este sentido, datos de sustancial interés comienzan a aportar también una serie de ciencias complementarias que están analizando determinados materiales recuperados en el enclave. Nos referimos en concreto a los análisis arqueobotánicos y arqueozoológicos, que están permitiendo realizar un avance importante acerca del conocimiento de la agricultura y la dieta vegetal y carnívora de la comunidad. En primer lugar, se constata el cultivo de varios tipos de cereal, tales como trigos desnudos, cebada vestida y centeno, especies que se adaptan bien a las condiciones ecológicas del entorno y cuya variedad sugiere un importante desarrollo de la agricultura – recordemos en este sentido la presencia de fragmentos de molino en algunos de los depósitos exhumados –. La presencia además de numerosos restos de trilla pone de manifiesto el carácter local del cultivo. Muy significativas resultan también, las semillas, pepitas y granos de uva, que, junto a la exhumación de una estructura interpretada como un posible lagar, ponen de manifiesto la importancia de la producción de vino. En lo que respecta al consumo cárnico, predominan claramente las cabañas domésticas, destacando entre ellas la caprina, seguidas por el vacuno y los ovinos. La presencia de aves de corral (gallinas y ocas) pone de manifiesto igualmente una dieta variada, mientras que la ausencia de suidos y especies cinegéticas se relaciona con el seguimiento de las normas dictadas en este sentido por la religión judía.

En definitiva, el proyecto de investigación generado en torno a la judería de La Mota constituye una oportunidad excepcional para conocer la realidad de una comunidad judía en este sector del Reino de Castilla. A ello hay que sumar la importancia que un valor patrimonial de estas características puede aportar a la propia localidad, no solo a nivel económico, sino también a nivel identitario, al recuperar y rehabilitar esa parte de su pasado intencionalmente ocultado durante los últimos siglos como consecuencia de procesos históricos ya resueltos. Este valor identitario y rehabilitador pretende exceder, como hemos señalado, el marco de la localidad del ya denominado justamente Castrillo Mota de Judíos para adquirir un carácter internacional, que alcance a la comunidad judía en general y a la sefardí en particular, cuya historia se pretende rescatar y dar a conocer a través del mencionado Centro de La Memoria Sefardí, cuyos contenidos explicarán, a través del asentamiento de La Mota, la realidad de la presencia judía en el marco de la Península Ibérica a lo largo del tiempo.

BIBLIOGRAFÍA

- CADIÑANOS, Inocencio – *Judíos y mudéjares en la provincia de Burgos*. Burgos: Diputación Provincial de Burgos, 2011.
- CANTERA MONTENEGRO, Enrique – “Cristianos y judíos en la Meseta Norte castellana: la fractura del siglo XIII”. In MORENO KOCH, Yolanda; IZQUIERDO BENITO, Ricardo (Coords.) – *Del pasado judío en los reinos medievales hispánicos: afinidad y distanciamiento: XIII curso de Cultura Hispanojudía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La Mancha*. Cuenca. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2005, pp. 45-88.
- CARRETE, Carlos – “El Repartimiento de Huet de 1290”. *Sefarad* 36:1 (1976), pp. 121-140
- CARRO REGLERO, Montserrat; SANTAMARÍA GONZÁLEZ, José Enrique – “El material medieval de la excavación de la ermita de Santa María del Castillo (Saldaña)”. In *Actas del III Congreso de Historia de Palencia*. Tomo I: *Prehistoria, Arqueología e Historia Antigua*. Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 1996, pp. 477-492.
- CASTELLANOS, Santiago – *En el final de Roma (ca. 455-480)*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2013.
- CENTENO CEA, Inés María *et alii* – “El Castillo de Castrojeriz (Burgos). Producciones cerámicas de los siglos XIV-XVII. Evolución temporal, influencias y vías comerciales”. In GIRÓN ANGUIOZAR, Lourdes; LAZARICH GONZÁLEZ, María; LOPES, Maria da Conceição (coords.) – *Actas del I Congreso Internacional de cerámica. Homenaje a la Dra. Mercedes Vegas*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2013, pp. 1476-1508.
- CENTENO CEA, Inés María *et alii* – “Cerámica de cocina rugosa de pastas claras/campurriana *versus* cerámica granítica/zamorana. Patrones de distribución y expansión en época Bajomedieval y en la transición a la Edad Moderna en el norte de Castilla y León”. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Silves / Mértola: Câmara Municipal de Mértola / Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 692-700.

COLL CONESA, Jaume – “La loza decorada en España”. *Ars Longa* 17 (2008), pp. 151-168.

CRUZ SÁNCHEZ, Pedro Javier – “Cristianos y mudéjares en el Ávila de los siglos XIII al XV: una aproximación desde los documentos arqueológicos”. In SANCHIDRIÁN GALLEGÓ, Jesús María; RUIZ ENTRECANALES, Rosa (eds.) – *Mercado Grande de Ávila*. Ávila: Ayuntamiento de Ávila, 2003, pp. 91-150.

ESCRIBANO RUIZ, Sergio; SOLAUN BUSTINZA, José Luis – “La introducción y normalización de la cerámica vidriada en el cantábrico oriental a la luz del registro oriental a la luz del registro cerámico de Vitoria-Gasteiz (siglos XII-XV)”. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Silves / Mértola: Câmara Municipal de Mértola / Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 534-548.

GALLARDO CARRILLO, Juan; GONZÁLEZ BALLESTEROS, José Ángel – *La judería del castillo de Lorca en la Baja Edad Media. Estudio arqueológico*. Murcia: Ediciones Tres Fronteras, 2009.

GARCÍA ALONSO, Manuel – “La cerámica de ‘El Torrejón’ de las Henestrosas de Valdeolea. Revisión y nuevas aportaciones”. *Sautuola* 6 (1999), pp. 521-539.

GARCÍA PORRAS, Alberto – *La cerámica en azul y dorado valenciana del siglo XIV e inicios del XV*. Valencia: Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí, 2009.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino; BENÉITEZ GONZÁLEZ, Carmen – “La cerámica medieval en León”. In BOHIGAS Ramón; AVELINO GUTIÉRREZ, José (coords.) – *La cerámica medieval en el norte y noroeste de la Península Ibérica: aproximación a su estudio*. León: Universidad de León, 1989, pp. 211-260.

HUIDOBRO y SERNA, Luciano – “La judería de Castrojeriz”. *Sefarad* 7:1 (1947), pp. 137-145.

LÓPEZ ELUM, Pedro; COLL CONESA, Jaume – “La producción cerámica de lujo en la Baja Edad Media: Manises y Paterna”. Valencia: Amigos del Museo Nacional de Cerámica y de las Artes Suntuarias González Martí, 2006.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Los fueros de Castrogeriz*. Burgos: Rico Adrados S.L., 2010.

MORELAND, John – “Arqueología histórica. Más allá de las ‘evidencias’”. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (ed.) – *La materialidad de la historia: la arqueología en los inicios del siglo XXI*. Madrid: Akal, 2013, pp. 37-65.

NEGREDO GARCÍA, María José *et alii* – “La Mota de los judíos de Castrillo. Investigación arqueológica de una comunidad rural sefardí en la Corona de Castilla”. In LORENZO LIZALDE, José Ignacio (ed.) – *Congreso Nacional de Arqueología Profesional. Zaragoza 2017*. Zaragoza: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de Aragón, 2018, pp. 43-51.

ORTEGA MARTÍNEZ, Ana Isabel – “Yacimiento de Burgos”. In MUÑOZ PÁRRAGA, María del Carmen (coord.) – *Memoria de Sefarad*. Madrid: Sociedad Estatal para la Acción Exterior, 2002, pp. 133-140.

PALOMINO LÁZARO, Angel Luis; NEGREDO GARCÍA, María José – *Informe técnico. Excavación de sondeos arqueológicos en el yacimiento de “La Mota”, en Castrillo Matajudíos (Burgos)*. Junta de Castilla y León. Inédito, 2015.

PALOMINO LÁZARO, Angel Luis y NEGREDO GARCÍA, María José – *Excavación arqueológica en el yacimiento “La Mota, en Castrillo Mota de Judíos (Burgos). Excavación y Proyecto cultural 2016*. Junta de Castilla y León. Inédito, 2017.

PALOMINO LÁZARO, Angel Luis y NEGREDO GARCÍA, María José – *Recuperación arqueológica y puesta en valor. Yacimiento “La Mota. Castrillo Mota de Judíos (Burgos). Campaña de excavación 2017*. Junta de Castilla y León. Inédito, 2017.

PEÑIL MÍNGUEZ, Javier – “El testar medieval de Saldaña (Palencia): Camino de la Morterona”. *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*. Madrid: Consejería de Cultura, Dirección de General de Patrimonio Cultural, 1987, pp. 613-620.

SOLAUN BUSTINZA, José Luis – *La cerámica medieval en el País Vasco (siglos VIII-XIII)*. EKO B nº 2. Departamento de Cultura. Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, Vitoria, 2005.

VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – *Actividad alfarera en el Valladolid bajomedieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Valladolid, 1998.

VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – “La ollería y alcallería en la cuenca del Duero a lo largo de la Edad Media y Moderna”. In COLL, Jaume (Coord.) – *Manual de Cerámica Medieval y Moderna*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, 2011, pp. 87-115.

Fora das muralhas de Viseu: *o caso do sítio arqueológico do* *Loteamento do Quintal*

Catarina Meira¹

Resumo

O sítio do Loteamento do Quintal situa-se na cidade de Viseu, junto à igreja de São Miguel de Fetal. As primeiras alusões ao sítio referem a presença de uma necrópole romana e tardia, localizada assim no exterior da cidade romana e junto à porta oriental da muralha.

Esta zona é uma das mais antigas de Viseu, uma vez que se manteve durante séculos como uma das principais saídas da cidade e que, tal como revelam os materiais arqueológicos, permaneceu ativa durante a Alta Idade Média, tendo-se posteriormente tornado na mais reconhecida área cemiterial, em redor da Igreja de São Miguel.

Palavras-chave

Arqueologia; Antiguidade Tardia; extramuros; sepulturas; igreja.

Outside the walls of Viseu: the archaeological site of **Loteamento do Quintal**

Abstract

The site of Loteamento do Quintal is located in the city of Viseu, near the Church of São Miguel de Fetal. Its first written allusion refers to the existence of a roman and late roman necropolis, which was placed on the exterior of the roman city and close to the eastern door of the wall.

¹ Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/118391/2016). Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa (IEM / NOVA-FCSH). catarinabmeira@gmail.com

This area is one of the oldest in Viseu, since it remained as one of the city's main exit/entrance for centuries. As evidenced by the archaeological assets, this door kept active during the Early Middle Ages, later becoming the most recognized cemetery around the Church of São Miguel.

Keywords

Archaeology; Late Antiquity; outskirts; tombs; church.

1. A configuração do subúrbio oriental de Viseu... ... a partir do sítio do Loteamento do Quintal.

O sítio do Quintal situa-se na cidade de Viseu (Portugal), na freguesia de Santa Maria, num terreno delimitado pelas ruas João Mendes, Simões Dias, 5 de Outubro e o troço da circunvalação junto à igreja de S. Miguel de Fetal (**Fig. 1**). As primeiras alusões ao sítio arqueológico do Quintal foram feitas por Manoel Botelho Ribeiro Pereira, quando em 1632, ao tecer algumas considerações sobre a cidade de Viseu, fruto da recolha de algumas inscrições recolhidas na zona de São Miguel, na zona da Sé e junto à Igreja do Carmo, acaba por indicar os locais onde se situavam as necrópoles de época romana² (**Fig. 2**).

Apenas em 1983 é que se volta a recuperar a memória do sítio, quando se desenvolve a primeira escavação com carácter arqueológico na cidade. A mesma foi levada a cabo por João Luís Inês Vaz e Celso Tavares da Silva aquando da construção do troço da circunvalação entre as rotundas da Rua 5 de Outubro e a do Fontelo. A escavação culminou na identificação de uma necrópole tardia³, pelo que foi escavada uma sepultura e os vestígios de outra, ambas de inumação⁴.

O conhecimento atual situa esta necrópole no exterior da cidade romana, junto à porta oriental da muralha e alinhada com o extremo Este do *decumanus maximus* e que se orientava para Mangualde. Esta importante via ligaria o troço oriental da muralha até ao fórum, localizado na acrópole da cidade.

O primeiro testemunho arqueológico associado à necrópole que envolveria a atual Igreja de São Miguel de Fetal foi descoberto aquando da abertura da estrada Viseu-Magualde; este consistia num sarcófago de mármore, o qual foi dado a

² PEREIRA, Manoel Botelho Ribeiro – “Dialogos Moraes e Politicos” (1630). *Beira Alta* (1955).

³ VAZ, João Inês – “Espaço e tempo na acrópole de Viseu”. *Monumentos* 13 (2000), p. 45.

⁴ VAZ, João Inês – “Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe”. *Beira Alta* LXVIII-LXIX (2009), pp. 180-181.



Fig. 1 – Localização da cidade de Viseu no mapa de Portugal (Google Earth, 2019).



Fig. 2 – Traçado da cidade de Viseu (Google Earth, 2019).

conhecer em 1886 numa notícia publicada no jornal *O Viriato*⁵. Além deste achado, José Coelho também ali identificou outros tipos de sepulturas, nomeadamente um sarcófago em granito, sepulturas de lajes graníticas e sepulturas construídas com *tegula* e *imbrex*, algumas com vestígios de argamassas⁶.

Face à conhecida proliferação de vestígios arqueológicos de época romana no local desde finais do século XIX, o sítio do Quintal foi intervencionado em 2005 e em 2006 pela empresa de Arqueologia Arqueohoje, pois para aí se previa construir um loteamento. A primeira fase de trabalhos implicou a abertura de 17 sondagens de 6 x 2 metros cada uma. A maioria das sondagens não permitiu identificar vestígios arqueológicos, à exceção das sondagens 10, 12 e 18 que conservavam níveis arqueológicos, o que suscitou uma alteração das opções metodológicas da escavação em 2006, levando ao alargamento dessas sondagens e originando as sondagens 13, 14, 20, 21, 22 e 23. Foi, assim, sondada uma área total de 252 m² (**Fig. 3**). Nesta segunda fase dos trabalhos, as intervenções arqueológicas incidiram em zonas com maior ocorrência de vestígios, pelo que a escavação foi subdividida em duas áreas de 10 x 10 metros, correspondendo cada uma a um sector. Cada sector foi marcado com 25 quadrículas de 2 x 2 metros. Esta segunda campanha foi suspensa antes do final previsto dos trabalhos, o que poderá explicar a inexistência de desenhos de estruturas, de perfis estratigráficos e de uma planta geral do sítio.

Perante tal insuficiência do registo produzido, compreende-se uma série de incoerências que dificultam a interpretação do sítio. Soma o facto de a escavação das áreas sondadas ter sido realizada por camadas artificiais, o que dificulta a associação entre os materiais arqueológicos recolhidos, as estruturas identificadas e as distintas fases de ocupação. As primeiras sondagens realizadas permitiram avaliar o estado de conservação do sítio, que se encontrava extremamente revolidado e tinha uma reduzida potência estratigráfica, fruto de uma série de aterros efetuados em meados ou finais do século XVIII para nivelar o terreno com a finalidade de ser agricultado⁷. O grau de revolvimento do sítio demonstrou-se pela mistura de sedimentos, bem como de materiais arqueológicos de diversas cronologias logo nas camadas superiores (camadas 1, 2 e 3), resultantes de ações de remoção de terras para aterro. Nessas camadas surgiram materiais de cronologia romana/tardo-romana, faianças de época moderna (algumas datáveis do século XVIII) e espólios contemporâneos.

Tal como se observa no perfil estratigráfico (**Fig. 4**), esses níveis de aterro

⁵ VAZ, João Inês – “Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe”..., pp. 178-179.

⁶ COELHO, José – *Importância de Viseu na Época romana*. Viseu: [s.n.], 1943; COELHO, José – *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo da Beira*. Vol. 1. Viseu: [s.n.], 1949.

⁷ CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*. Relatório disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 10.



Fig. 3 – Área de escavação e respetivas sondagens de diagnóstico do Loteamento do Quintal (CARVALHO, 2007).

correspondentes às camadas 1, 2 e 3 cobrem seguidamente um nível de derrube (camada 5) composto por fragmentos de *tegulae* e *imbrices*, alguns de grande dimensão, por pedras de pequena e média dimensão e pela presença de elementos arquitetónicos descontextualizados. Esta camada pressupõe uma fase de abandono do sítio e evidencia a relativa conservação dos contextos arqueológicos inferiores. O corte estratigráfico da Figura 4 permite destrinçar outras duas fases de ocupação distintas: as estruturas e os níveis de ocupação de época romana alto-imperial (camada 8) que são sucedidos por um momento de abandono e que foi depois sobreposto pela implantação de sepulturas de inumação tardo-romanas (camada 7).

Segundo o relatório produzido após o final da intervenção, as estruturas arqueológicas identificadas foram atribuídas à existência de uma área residencial do Alto Império cuja cronologia é calculada entre os séculos II-V d.C.⁸. As poucas estruturas postas parcialmente a descoberto trataram-se, na sua maioria, de muros que dividiam compartimentos de casas e caleiras de escoamento de águas residuais.

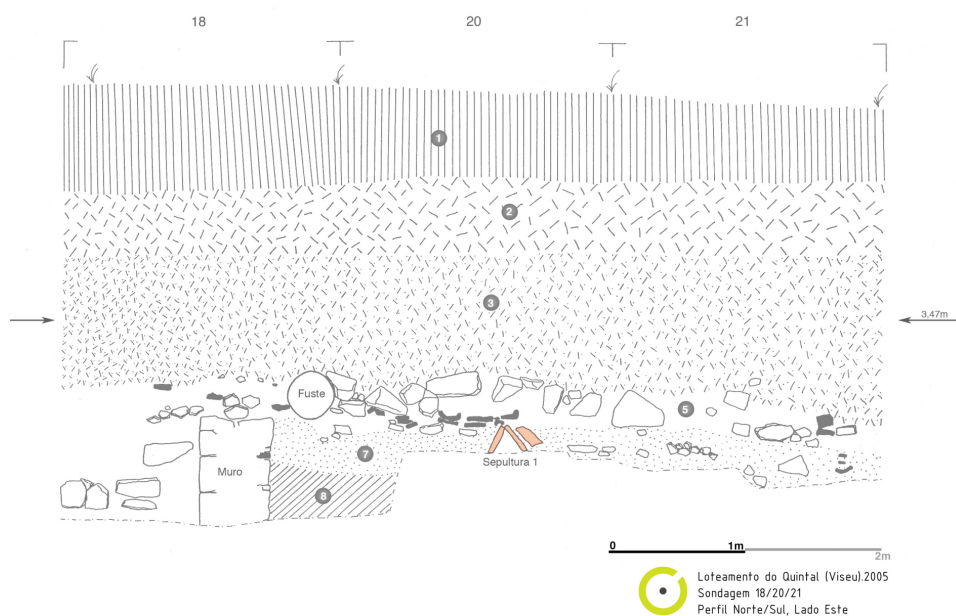


Fig. 4 – Sondagem 18/20/21, perfil Norte/Sul: relação estratigráfica da sepultura tardia (Sep. 1) com as estruturas romanas (CARVALHO, 2007).

⁸ CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*..., p. 45.

Os muros detetados, de cronologia romana imperial, foram construídos com blocos de granito afeiçãoados de médias dimensões, não apresentando quaisquer sinais de argamassas⁹. Por outro lado, as caleiras foram construídas com duas paredes de pedras em granito de pequena e média dimensão e com um fundo em *tegulae* ou *imbrices*¹⁰. As paredes das caleiras apresentavam normalmente cunhas para nivelamento em *tegulae* ou *imbrices*. Há que destacar também a Estrutura 10 como um lajeado composto por lajes de granito de pequena e média dimensão¹¹.

Outros testemunhos a salientar nesta intervenção foi o reconhecimento de um tanque e de duas sepulturas. A estrutura interpretada como tanque (estrutura 11) ocupava uma área de 5,30 m x 4,60 m. A escavação da parede Sudeste deixa prever que todas seriam construídas com blocos de granito afeiçãoados de médias dimensões. É possível que a face interna das paredes teria sido revestida. Apesar da ausência dos restantes três paramentos do tanque, prevê-se a sua existência dada a presença de faixas de *opus signinum* sobre o chão, supostamente encostadas aos vestígios das paredes. O *opus* serviria como impermeabilizador das juntas entre as paredes e o chão, assim como de todo o recinto interior. O piso teria um primeiro nível de preparação elaborado através de pequenos seixos de quartzito bem compactados e nivelados, sendo posteriormente coberto por *opus signinum*¹² (Fig. 5).

No que aos enterramentos tardo-romanos concerne, a sepultura 1, parcialmente escavada, tinha 1,04 m de comprimento visível e 0,26 m de largura; apresentava uma estrutura de *tegulae* justapostas, rematadas por fragmentos de *tegulae*. Por não ter sido escavada na totalidade, desconhece-se a solução aplicada no fundo da sepultura e se o vértice das tégulas seria fechado por outra tégula. O enterramento apresentava uma orientação NE/SW.

A sepultura 2, também parcialmente escavada, encontrava-se igualmente orientada NE/SW. Apresentava uma estrutura semelhante à anterior, com *tegulae* justapostas, mas o seu fundo era formado por uma única tégula. Tinha 0,70 m de comprimento visível e 0,40 m de largura. Face ao conhecimento pré-existente deste sítio arqueológico e aos enterramentos tardios identificados pelos arqueólogos João Luís Inês Vaz e Celso Tavares da Silva em 1983 na mesma área, supõe-se que as sepulturas do Loteamento do Quintal integrassem uma necrópole de inumação de maior dimensão, provavelmente datável de finais do século III-IV d.C.¹³.

⁹ CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*..., p. 16.

¹⁰ CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*..., pp. 17-18.

¹¹ CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*..., p. 18.

¹² CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*..., pp. 21-22.

¹³ CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de*

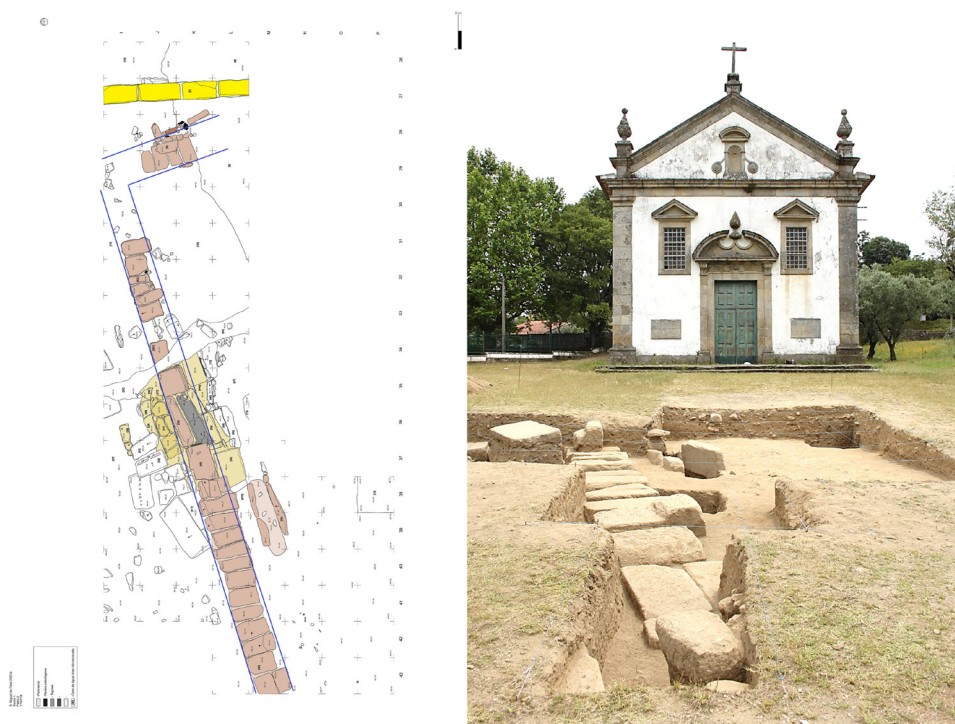


Fig. 5 – São Miguel de Fetal. Fundações da parede Norte da igreja medieval (ALVES e TENTE, 2017).

... e dos materiais arqueológicos aí recolhidos.

O espólio arqueológico proveniente da escavação realizada em 2005 e 2006 encontra-se a ser estudado no âmbito da tese de doutoramento da autora *Da Cidade Imperial à Cidade Episcopal. As transformações urbanas de Viseu entre os séculos IV a XI* e cuja análise passará essencialmente pela caracterização das produções cerâmicas; pela determinação em termos funcionais do contexto arqueológico; e, por fim, pela identificação dos centros de produção e das redes de circulação dos produtos cerâmicos. A coleção artefactual do sítio do Quintal é composta exclusivamente por espólio cerâmico, sendo constituída por um total de 1921 fragmentos, entre os quais 525 bordos, 413 fundos, 117 asas ou arranques de asas, 833 bojos e 33 outros elementos, como 25 testos, 5 marcas de jogo, 1 peso e 2 possíveis fragmentos de assador. Uma série de fatores jogaram desfavoravelmente na recuperação de peças de perfil completo, nomeadamente o alto grau de fragmentação da coleção, a erosão dos

materiais arqueológicos e a acidez dos solos graníticos que não permite a preservação de engobes ou vernizes e, por esse motivo, de correlacionar fragmentos ou melhor identificar certas produções, nomeadamente as *Terra Sigillata*.

A sua análise permite aferir que se trata de um conjunto artefactual muito diversificado, já que correspondem essencialmente a produções de cerâmica comum e em menor número de *Terra Sigillata*. São maioritariamente peças de servir à mesa, de armazenamento, de cozinha e de contentores de líquidos. Foi apurado um *Número Mínimo de Recipientes* (NMR) de 105, o que resulta do alto nível de fragmentação da coleção e da consequente impossibilidade de correlacionar fragmentos. De referir que o NMR obtido inclui fragmentos de diversas cronologias, incluindo moderna e contemporânea, pelo que, excluídos aqueles correspondentes a épocas mais recentes, este NMR vê-se reduzido a 81. Note-se que o número de peças individualizadas corresponderá sempre a um número inferior à real quantidade de peças existentes no registo arqueológico. No entanto, considerando o grande nível de fragmentação dos conjuntos cerâmicos, esta foi a forma mais fiável de os tratar sem incorrer em erros por excesso.

Os potes são as formas mais frequentes da coleção do Loteamento do Quintal, com cerca de 52% dos exemplares. Tratam-se, na sua maioria, de recipientes de bordo exvertido, colo estrangulado e cujo diâmetro máximo do bojo é superior ao diâmetro da boca. Todos os fragmentos de potes denunciam montagens a torno e cozeduras, quer em ambiente redutor, quer em ambiente oxidante, ou combinando mais do que um tipo de cozedura. A grande representatividade desta forma fica a dever-se ao facto de se tratar de uma peça polifuncional, podendo ser utilizada como contentor de armazenamento de alimentos cozinhados ou crus, sólidos (cereais, por exemplo) ou líquidos (água, azeite, entre outros) e, ocasionalmente, como recipiente para a confeção de alimentos, como sugerem as marcas de fogo detetadas em alguns fragmentos de pote. As dimensões das diferentes peças permitem colocar algumas hipóteses acerca da sua função, já que os potes de maior tamanho não seriam tão bem manuseáveis na confeção diária de refeições. A utilização dos potes como recipientes de preparação de alimentos sugere o consumo de refeições à base de cozidos e estufados¹⁴.

Depois dos potes, as taças são as formas mais frequentes nesta coleção (cerca de 26%). São maioritariamente peças de bordo direito e cujo diâmetro máximo do bojo é igual ou superior ao diâmetro do bocal. À semelhança dos potes, as taças são também formas associadas a várias funções, nomeadamente como recipientes de servir à mesa e de cozinha para preparação de alimentos. Os seus bordos têm morfologias

¹⁴ SOUZA, Gabriel Venturini de – *O sítio alto-medieval de S. Gens (Celorico da Beira). Contributo para o estudo da produção cerâmica identificada nas campanhas realizadas entre 2011 e 2013*. Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à NOVA FCSH, p. 51.

redondas, biseladas ou quadrangulares, pelo que a totalidade dos fragmentos desta tipologia foram montados a torno e cozidos em ambiente redutor, oxidante ou misto. A presença de decoração é muito residual em toda a coleção, sendo que nas taças os motivos decorativos ficam limitados a pintura a branco, decoração plástica, linhas incisas em zigzag ou combinações de linhas direitas e em zigzag, pelo que estas últimas surgem combinadas essencialmente sob a superfície de bordos em aba.

No grupo das formas fechadas, os jarros/garrafas teriam como função transportar, servir e/ou conter líquidos. Todos os jarros presentes nesta coleção (cerca de 6%), montados a torno, apresentam pastas cujas tonalidades sugerem a sua cozedura em ambiente oxidante. A decoração dos jarros limita-se a pintura a branco nas zonas do colo e do bojo, bem como linhas incisas direitas no colo e no bojo. Estas peças possuem colos cilíndricos estreitos e bordos redondos ou biselados orientados para o exterior da peça, um dos quais de configuração trilobada. Apenas alguns apresentam vestígios do arranque da asa, sendo estes orientados verticalmente em relação à peça e de secção retangular ou ovalada. É possível que as asas fossem exclusivas deste tipo de formas, uma vez que em nenhum dos potes desta coleção se verificou vestígios da sua existência. O alto grau de fragmentação desta coleção não permite reconstituir totalmente as formas destes jarros; ainda assim, supõe-se que este tipo de peças apresentassem fundos planos e corpos globulares ou piriformes.

Outra tipologia que pertence às formas abertas é os pratos. A presença desta forma, ainda que em menor representação do que as anteriormente referidas (cerca de 5%), associa-se eventualmente a séries de *Terra Sigillata*; no entanto, uma vez que se tratam de materiais arqueológicos muito rolados e dada a acidez dos solos graníticos que não permitem conservar os seus típicos engobes, a sua classificação é muito limitada. A pouca representação de pratos no repertório cerâmico também coloca em hipótese a existência de recipientes do mesmo tipo em madeira ou cortiça e cuja perecibilidade não permitiu a sua conservação no registo arqueológico¹⁵. Apesar disso, a presença deste tipo de loiça de servir à mesa sugere o consumo de refeições de forma individual. Todos os pratos foram montados a torno, ora cozidos em ambiente oxidante, ora em ambiente redutor-oxidante. A maioria das peças apresentam bordos redondos ou biselados orientados para o exterior e somente um fragmento se encontra decorado, ostentando uma linha incisa simples. Apenas foi possível associar um fundo de pé anelar a uma tipologia de prato Drag. 15 ou 17, uma *Terra Sigillata* Hispânica produzida em La Rioja.

Outra das formas com menor representação nesta coleção é os *dollia*/talhas (cerca de 5%). São, na sua maioria, peças de colo estrangulado e cujo diâmetro

¹⁵ TENTE, Catarina – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Lisboa, 2010. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia apresentada à NOVA FCSH, p. 400.

máximo do bojo é superior ao diâmetro do bocal. Os bordos que caracterizam as talhas observadas possuem configurações redondas ou quadrangulares, encontrando-se orientados para o exterior da peça. Os fragmentos de talha denunciam montagens a torno e cozeduras, quer em ambiente oxidante, quer em ambiente redutor ou redutor-oxidante. Nenhum dos fragmentos exibia qualquer tipo de decoração.

Por fim, a fechar as formas com menor representação no NMR está um fragmento de almofariz, cuja função primordial era a de moer pequenas quantidades de alimentos. São normalmente formas abertas de paredes grossas nas quais se coloca o produto a ser moído utilizando um pilão. A peça em questão apresenta um bordo espessado e cozedura em ambiente oxidante, não se verificando vestígios de decoração.

Em termos de fabricos e pastas, a análise macroscópica da coleção permitiu observar a predominância do torno como tecnologia de produção cerâmica, registando-se somente o caso de um jarro cujo bordo pode ter sido modelado manualmente dada a sua configuração trilobada.

No que respeita aos elementos não-plásticos empregues (ENP) no fabrico das peças, verifica-se que a presença de micas e quartzos em todos os fragmentos analisados, assim como de feldspatos. Grande parte do conjunto apresenta uma densidade média de ENP's, observando-se apenas 17 casos em que se nota uma concentração fraca (21%) e 3 com uma concentração abundante (4% do NMR). As peças que apresentam uma densidade média a baixa têm ENP's de menor dimensão, variando entre <1 mm e >3 mm, pelo que aquelas que apresentam uma densidade mais elevada têm desengordurantes de maior dimensão, entre os 3 e 5 mm.

Atendendo aos tipos de cozedura, cerca de 73% dos recipientes reconhecidos apresentam cozedura oxidante, 16% foram cozidos em ambiente redutor e cerca de 10% apresentam cozeduras mistas, sendo que 3 peças têm cozeduras oxidantes-redutoras, 5 têm cozeduras redutoras-oxidantes e 1 apresenta cozedura oxidante-redutora-oxidante. Pelo reduzido número de peças cozidas em ambientes mistos, supõe-se que essas cozeduras não tenham sido deliberadas, uma vez que a cozedura de algumas peças não apresenta linhas divisórias bem definidas. Tal facto pode dever-se ao não controlo da entrada de oxigénio no interior dos fornos e ao desconhecimento dos processos de cozedura.

Através das cozeduras mencionadas registam-se assim uma grande diversidade de colorações nas pastas das peças. Os recipientes cozidos em ambiente oxidante ostentam tonalidades entre o laranja, vermelho, bege, castanho e o rosado. Por outro lado, os recipientes cozidos em ambiente redutor possuem tons que variam entre o cinzento, o negro e o esbranquiçado.

As técnicas decorativas são também bastante variadas, pelo que existe uma maior representação de motivos incisos (linhas direitas e em ziguezague) que podem

ser combinados com outras técnicas decorativas, seguindo-se os cordões plásticos, as caneluras e a pintura (a branco, preto e/ou vermelho). Verificou-se que cerca de 11% das peças exibiam algum tipo de decoração (**Tab. 1**). As talhas e os potes foram as formas em que não foram identificados quaisquer vestígios de decoração, enquanto as taças são os recipientes que foram mais profusamente decorados. É de salientar que todos os motivos decorativos surgem na face externa dos recipientes e que a maioria foi realizada no bordo ou no bojo das peças.

O espólio evidencia inequivocamente o carácter doméstico do contexto arqueológico, sugerido igualmente pela presença de 5 marcas de jogo e 1 peso de tear.

Face à inexistência de datações absolutas, seleccionou-se um conjunto de fragmentos de *Terra Sigillata* para uma aferição cronológica relativa do contexto. Esta opção metodológica deve-se, em primeiro lugar, à diversificação do espólio cerâmico e à utilização prolongada de algumas formas de cerâmica comum romana em época tardo-romana. Em segundo lugar, a escolha desta amostra de fragmentos de *Terra Sigillata* obedece ao facto de este tipo de fabricos ter períodos de produção e circulação mais restritos e mais bem conhecidos, o que permite balizá-los no tempo e avançar com algumas hipóteses acerca da cronologia de ocupação do sítio. Ainda assim, reconhece-se a limitação desta opção metodológica, não só devido às circunstâncias de conservação já referidas deste tipo de cerâmica, mas também ao facto de a sua maioria ser proveniente das camadas artificiais superiores correspondentes aos níveis de aterro modernos e contemporâneos. Note-se também que, para este efeito da obtenção de uma cronologia relativa, esta amostra seleccionada de *Terra Sigillata* corresponde a 34 fragmentos e apenas 24 são passíveis de classificação tipológica.

N.º de peça NMR	Tipo	Técnica decorativa	Localização da decoração
9	Jarro	Linhas incisas	Colo e bojo
12	Taça	Pintura a branco	Bojo
14	Taça	Incisão+incisão em ziguezague	Bordo
15	Jarro	Pintura a branco	Colo e bojo
16	Taça	Cordão plástico	Bojo
17	Taça	Incisão em ziguezague	Bordo
19	Taça	Incisão+incisão em ziguezague	Bordo

Tabela 1 – Peças decoradas presentes no NMR.

De entre a amostra seleccionada constam fragmentos de *Terra Sigillata* imperial produzida na Hispânia entre os séculos I e II nas oficinas de Andújar (Jaén,

Andaluzia) e La Rioja (no vale do Rio Ebro). Entre os fragmentos classificáveis foram reconhecidos um bordo de Drag. 27 de perfil clássico; bojos de Drag. 29 ou 37 estilo círculos e estilo métopas; um bordo de Drag. 24/25; bojos de Drag. 37 estilo círculos; um fundo de Drag. 15/17; e um bojo de perfil avançado de Drag. 27¹⁶. Ambos os centros produtores encontram grande parte da sua inspiração em exemplos sudgálicos, quer no repertório de formas lisas clássicas, quer nas decorações realizadas a molde de motivos circulares ou de grinaldas dispostas em métopas.

Constam também nesta amostra fragmentos de *Terra Sigillata Africana Clara* (TSAf) datados entre os séculos II e V que demonstram o início de uma corrente comercial preponderante que se difundiu a partir do Norte de África para toda a bacia do Mediterrâneo durante o período imperial e a Antiguidade Tardia. Entre os fragmentos classificáveis foram reconhecidos um bordo de TSAf A2 da forma Hayes 27/Lamboglia 9a 2, datado entre 160 d.C. e 220 d.C.; um bordo de TSAf C2/C3 da forma Hayes 50B (350-400 d.C.); um bordo de TSAf C3 com relevos aplicados da forma Hayes 52B (280/300 - inícios do século V); um bordo de TSAf D1 da forma Hayes 61A (325-400/420 d.C.); e um fundo de TSAf D1 de Hayes estilo A[ii] (350-420 d.C.)¹⁷.

Nesta época, estes produtos africanos concorriam com as produções tardias de *Terra Sigillata Hispânica* (TSHT). Tal como as *sigillatas* hispânicas imperiais, as que se produziram a partir do século IV revelam grande inspiração nas cerâmicas africanas e gálicas mais tardias, mas denotam uma simplificação do processo produtivo e o surgimento de novas séries tipológicas e novos tipos de decoração¹⁸. Destas produções tardias de TSHT foi possível reconhecer imitações de formas africanas, como um bordo Palol 3 datado do século IV d.C. produzido nas oficinas de La Rioja e que imita um prato de TSAf C da forma Hayes 45¹⁹. Também é de particular relevância a presença de bojos decorados Estilo I e Estilo II de Mayet datados de finais do século IV e do século V respetivamente²⁰ e produzidos nas oficinas que nesta altura se estabeleceram na bacia do Rio Douro, o que supõe que esta seria uma via privilegiada para executar o abastecimento até ao consumidor²¹.

Outros fragmentos que não incluem a categoria de cerâmicas finas, mas que se revelam bons indicadores cronológicos são as produções de *Cerâmicas de Imitação*

¹⁶ FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I.; ROCA ROUMENS, M. – “Producciones de *Terra Sigillata* Hispánica”. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBEIRA I LACOMBA, A. (eds.) – *Cerâmicas hispanorromanas: Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cadiz, 2008, pp. 307-332.

¹⁷ HAYES, John W. – *Late Roman Pottery*. Londres: The British School at Rome, 1972.

¹⁸ CARNEIRO, André; SEPÚLVEDA, Eurico – “*Terra Sigillata* hispânica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7:2 (2004), p. 444.

¹⁹ PALOL, P.; CORTÉS, J. – “La villa romana de La Olmeda, Pedrosa de La Vega (Palencia). Excavaciones de 1969 y 1970”. *Acta Arqueológica Hispánica* 7 (1974). Madrid: Ministerio de Cultura.

²⁰ MAYET, Françoise – *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule ibérique sous l'Empire romain*. Paris: De Boccard, 1984.

²¹ CARNEIRO, André; SEPÚLVEDA, Eurico – “*Terra Sigillata* hispânica tardia...”, p. 444.

de Engobe Vermelho (IEV) e de Cerâmicas de Imitação de Sigillata (CIS). A Cerâmica de Imitação de Engobe Vermelho (IEV) é uma produção de cerâmica comum local ou regional que tende a imitar as formas e os engobes de *Terra Sigillata*, inspirando-se especialmente em protótipos africanos e hispânicos²². Apesar de a produção de IEV ocorrer a partir do século III d.C. em quantidades mais residuais, o seu *boom* produtivo data de inícios do século V d.C. em *Bracara Augusta*, bem como em sítios do Vale do Tejo.

A Cerâmica de Imitação de Sigillata (CIS) constitui uma produção local ou regional que tentava, entre a 2ª metade do século V e os finais do século V/inícios do VI d.C.²³, suprir a procura por produtos de qualidade, à medida que se assiste ao paulatino desaparecimento da cerâmica fina peninsular²⁴. Este tipo ceramológico caracteriza-se pela presença de decoração estampilhada nos fundos e/ou nas superfícies externas das peças e pela produção de formas relativamente semelhantes às formas de algumas séries de *sigillatas* tardias. Os padrões ornamentais estão muito vinculados às correntes decorativas da TSHT, incluindo a técnica da estampilhagem. Tanto as produções de IEV, como as produções de CIS, eram elaboradas em centros especializados e comercializadas principalmente através de rotas terrestres.

De entre os fragmentos passíveis de classificação destes tipos de produções reconheceram-se dois bordos de IEV que imitam a forma 181 de Hayes; um bordo de IEV que reproduz a forma Hayes 61; e ainda um fundo e um bordo de CIS que imitam a forma 70 de Hayes²⁵.

Uma das principais vias utilizadas seria a Via da Prata por onde circulavam comerciantes que levavam a vários pontos da Península Ibérica este tipo de bens de consumo. Uma grande quantidade de *Terra Sigillata* Hispânica seria produzida no Vale do Ebro, tendo-se igualmente reconhecido na coleção do Loteamento do Quintal restos oriundos do centro produtor andaluz de Andújar. Na Lusitânia, os principais centros de distribuição seriam *Emerita Augusta* (Mérida) e *Bracara Augusta* (Braga).

Os resultados preliminares do Loteamento do Quintal mostram que as rotas comerciais romanas que abasteciam Viseu estiveram ativas, pelo menos até ao século IV. A partir de então, e após o fim do Império Romano na Península Ibérica, verifica-se um progressivo abandono destas rotas, mas tal deriva do novo panorama

²² QUARESMA, José Carlos – “A evolução crono-estratigráfica do ateliê da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V”. In FABÍÃO, Carlos, *et alli* (eds.) – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa: UNIARQ/CMS/CAA, 2017, p. 295.

²³ JUAN TOVAR, Luis Carlos – “Las cerámicas imitación de *sigillata* en el occidente de la Península Ibérica durante el siglo V d.C.”. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidade de Cádiz, 2012, p. 123.

²⁴ JUAN TOVAR, Luis Carlos – “Las cerámicas imitación de *sigillata* en el occidente de la Península Ibérica durante el siglo V d.C.”..., pp. 97-98.

²⁵ HAYES, John W. – *Late Roman Pottery*..., 1972.

sociopolítico e não de eventuais eventos políticos catastróficos, tais como os que a historiografia tradicional atribuía à entrada dos povos ditos germânicos na Península Ibérica a partir de 409.

2. Do sítio à cidade: breve abordagem arqueológica ao subúrbio viseense durante a Alta Idade Média.

Como se pode depreender pelas incoerências do registo arqueológico, pelo método de escavação por camadas artificiais adotado, pela imprecisão das camadas de proveniência dos materiais arqueológicos e pela afetação dos níveis de aterro modernos e contemporâneos na sequência estratigráfica do sítio, os espólios recolhidos levantam dificuldades à interpretação do sítio e não coadunam para a sua atribuição cronológica. No entanto, o sítio do Loteamento do Quintal apresenta, pelo menos, 5 fases de utilização/abandono do espaço detetáveis:

1. Ocupação romana do Alto Império: utilização do espaço como possível local de habitação caracterizado pela presença de muros que compartimentam casas, um tanque pavimentado em *opus signinum*, sistemas de condutas de água, um piso com lajes em granito e materiais de construção romanos, como *tegulae* e *imbrices* que fariam parte da cobertura destes espaços.

2. Abandono dos edifícios romanos na Antiguidade Tardia: as estruturas romanas terão sido abandonadas provavelmente em finais do século III ou inícios do século IV, dada a presença de um nível de derrube bem pronunciado, constituído por elementos pétreos de variadas dimensões e por fragmentos de *tegulae* e *imbrices* que desabaram da cobertura dos espaços. É provável que os edifícios tenham sido também desmantelados e que os seus materiais construtivos tenham sido reutilizados noutras construções e/ou com outras funções.

3. Necrópole tardo-romana: perante a perda da função original do sítio como local de habitação, o espaço adquire um novo significado através da implantação de sepulturas de inumação. Apenas foram escavadas parcialmente duas sepulturas que poderão ter reaproveitado materiais de construção resultantes do desmantelamento dos edifícios romanos e que podem ter pertencido a uma necrópole de maiores dimensões.

4. Abandono do local num momento posterior de cronologia desconhecida: o hiato temporal entre a utilização do espaço como necrópole e o momento de ocupação que se segue – de aterro e regularização do solo – pressupõe um período

de longa inatividade do local, desconhecendo-se através do registo arqueológico qualquer atividade que se tenha desenvolvido no sítio.

5. Aterro moderno/contemporâneo: movimentação de terras em meados ou finais do século XVIII para nivelação e consequente exploração agrícola do solo.

Esta sequência de acontecimentos no sítio do Loteamento do Quintal, na cidade de Viseu, é sintomática do que se observa noutras cidades hispânicas a partir do século III d.C. Assiste-se à perda das funções originais dos edifícios públicos e ao seu consequente abandono ou transformação. Ao mesmo tempo que se desenvolve uma desarticulação da cidade clássica romana²⁶, constata-se igualmente a progressiva cristianização da topografia urbana, a qual passa primeiramente pela disseminação de sepulturas pós-romanas em necrópoles suburbanas alto-imperiais, assim como sob antigos edifícios romanos abandonados e/ou em ruínas. Posteriormente esses enterramentos formaram áreas de necrópole de relativa dimensão, privilegiando a sua implantação junto a edifícios de culto martirial²⁷, o que os torna, durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, verdadeiros pólos de atração religiosos, cultuais e funerários, ainda que localizados fora de muralhas e, portanto, em contexto suburbano.

O setor oriental de Viseu, onde se situam a Igreja de São Miguel de Fetal e o sítio do Loteamento do Quintal, é um dos mais antigos da cidade, uma vez que se manteve durante séculos como uma das suas principais saídas, tendo-se posteriormente tornado na mais reconhecida área cemiterial, em redor da Igreja de São Miguel. É possível que esta igreja já existisse na época da Monarquia visigoda, já que a tradição oral aponta para ali se encontrar a sepultura de Rodrigo, o último rei visigodo. Tal significa a contínua ocupação daquela área para fins funerários até ao século XIX no interior e no adro da igreja, mas também para a realização do culto ainda durante o século XII, onde São Teotónio celebrava a missa semanal²⁸. Assim se percebe que esta área se manteve como a mais importante referência religiosa da cidade até os condes D. Teresa e D. Henrique darem forma à nova Sé românica no ponto mais alto da urbe²⁹.

²⁶ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino – “Procesos de formación de ciudades en la alta Edad Media en el norte peninsular”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa/Castelo de Vide: IEM / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 19-85.

²⁷ CHAVARRÍA, Alexandra – “Suburbio, iglesias y obispos. Sobre la errónea ubicación de algunos complejos episcopales en la Hispania tardoantigua”. *Monografías de Arqueología cordobesa* 18 (2010), p. 439.

²⁸ PEDRO, Ivone; VAZ, João Inês – “Basílica e necrópole altomedievais de Viseu”. In GURT, Josep M. (ed.) – *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 28-30 Setembro/1-2 Outubro 1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1995, pp. 348-350.

²⁹ SARAIVA, Anísio M. S. – “Viseu – do Governo Condal ao Reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185): a renovação de um perfil urbano”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10 (2010), p. 21.

A atual igreja, do século XVIII, sobrepõe outra provavelmente de entre finais do século IX e XI d.C., a qual incorporou uma sepultura mais antiga, de carácter excecional, construída com materiais romanos reaproveitados³⁰. Apesar da dificuldade em aferir a datação desta estrutura, coloca-se a hipótese de se tratar de um espaço de culto ou de enterramento posterior ao século IV d.C.³¹, o que seria consonante com a tradição oral, que aponta para ali se encontrar a sepultura de Rodrigo, o último rei visigodo (Fig. 5).

Além da presença de enterramentos tardios, os mitos alusivos à sepultura de um Rei visigodo no local permitem pensar que São Miguel de Fetal poderia ter sido o lugar de implantação de uma igreja suburbana da qual apenas resta a estrutura de uma sepultura excecional. Poderia, pois, tratar-se de um enterramento privilegiado que potenciou a construção de um *memoria* ou *martyrium/mausoleum*, tornando-se um ponto de atração urbana, religiosa e funerária, originando a formação de um cemitério. Isso explicaria a manutenção de culto daquele local, uma vez reconhecida a igreja medieval e a atual igreja. Há, inclusivamente, autores que relacionam a Igreja de São Miguel à primitiva basílica episcopal da cidade³². Nada parece comprovar essa ideia, uma vez que, por norma, os complexos episcopais encontravam-se intramuros e em áreas centrais da cidade³³, tal como evidenciam as estruturas arqueológicas de carácter edilício identificadas na Praça D. Duarte/Varanda dos Cónegos, na zona da atual Sé Catedral de Viseu³⁴.

Mesmo fora de muralhas, o sítio do Loteamento do Quintal e a Igreja de São Miguel de Fetal foram locais que demonstraram, em época tardo-antiga, determinado dinamismo que não os excluiu dos processos de transformação do traçado urbano desencadeados no interior da cidade durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. A somar às mudanças que se iam operando no centro do aglomerado nessa época, o sítio do Quintal transformou-se por si só: da exclusão como espaço habitado pelos vivos passou a incluir-se num local de referência para visitar e prestar homenagem aos mortos.

³⁰ ALVES, Carlos; TENTE, Catarina – “The church of São Miguel de Fetal (Viseu, Portugal). From the archeological excavation to the documental evidence”. *Debates de Arqueologia Medieval* 7 (2017), p. 75.

³¹ ALVES, Carlos; TENTE, Catarina – “The church of São Miguel de Fetal (Viseu, Portugal). From the archeological excavation to the documental evidence”..., p. 79.

³² SARAIVA, Anísio M. S. – “Viseu – do Governo Condal ao Reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185): a renovação de um perfil urbano”..., pp. 21-22.

³³ CHAVARRÍA, Alexandra – “Suburbio, iglesias y obispos. Sobre la errónea ubicación de algunos complejos episcopales en la Hispania tardoantigua”..., pp. 436-437.

³⁴ PEDRO, Ivone; VAZ, João Inês – “Basílica e necrópole altomedievais de Viseu”..., pp. 343-352.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Carlos; TENTE, Catarina – “The church of São Miguel de Fetal (Viseu, Portugal). From the archeological excavation to the documental evidence”. *Debates de Arqueologia Medievale* 7 (2017), pp. 71-86.
- CARNEIRO, André; SEPÚLVEDA, Eurico – “*Terra Sigillata* hispânica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7:2 (2004), pp. 435-458.
- CARVALHO, Pedro Sobral de – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*. Relatório inédito disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.
- CHAVARRÍA, Alexandra – “Suburbio, iglesias y obispos. Sobre la errónea ubicación de algunos complejos episcopales en la Hispania tardoantigua”. *Monografías de Arqueología cordobesa* 18 (2010), pp. 435-454.
- COELHO, José – *Importância de Viseu na Época romana*. Viseu: [s.n.], 1943.
- COELHO, José – *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo da Beira*. Vol. 1. Viseu: [s.n.], 1949.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I.; ROCA ROUMENS, M. – “Producciones de *Terra Sigillata* Hispánica”. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBEIRA I LACOMBA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas: Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2008, pp. 307-332.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino – “Procesos de formación de ciudades en la alta Edad Media en el norte peninsular”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa/Castelo de Vide: IEM / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 19-85.
- HAYES, John W. – *Late Roman Pottery*. Londres: The British School at Rome, 1972.

- JUAN TOVAR, Luis Carlos – “Las cerámicas imitación de *sigillata* en el occidente de la Península Ibérica durante el siglo V d.C.”. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidade de Cádiz, 2012, pp. 97-129.
- MAYET, Françoise – *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule ibérique sous l'Empire romain*. Paris: De Boccard, 1984.
- NOLEN, Jeanette – “Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos”. *O Arqueólogo Português*. IV Série, 13/15 (1995-1997). Lisboa, pp. 347-392.
- PALOL, P.; CORTÉS, J. – “La villa romana de La Olmeda, Pedrosa de La Vega (Palencia). Excavaciones de 1969 y 1970”. *Acta Arqueológica Hispánica* 7 (1974).
- PEDRO, Ivone; VAZ, João Inês – “Basílica e necrópole altomedievais de Viseu”. In GURT, Josep M. (ed.) – *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 28-30 Setembro/1-2 Outubro 1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1995, pp. 343-352.
- PEREIRA, Manoel Botelho Ribeiro – “Dialogos Moraes e Politicos” (1630). *Beira Alta* (1955).
- QUARESMA, José Carlos – “A evolução crono-estratigráfica do ateliê da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V”. In FABIÃO, Carlos, *et alli* (eds.) – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa: UNIARQ/CMS/CAA, 2017, pp. 275-306.
- SARAIVA, Anísio M. S. – “Viseu – do Governo Condal ao Reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185): a renovação de um perfil urbano”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10 (2010), pp. 11-36.
- SOUZA, Gabriel Venturini de – *O sítio alto-medieval de S. Gens (Celorico da Beira). Contributo para o estudo da produção cerâmica identificada nas campanhas realizadas entre 2011 e 2013*. Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à NOVA FCSH.

TENTE, Catarina – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Lisboa, 2010. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia apresentada à NOVA FCSH.

VAZ, João Inês – “Espaço e tempo na acrópole de Viseu”. *Monumentos* 13 (2000), pp. 44 -51.

VAZ, João Inês – “Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe”. *Beira Alta* LXVIII-LXIX (2009), pp. 147-201.

PARTE V
*Acolher ou Excluir:
Os Estrangeiros na Cidade*

Experts recherchés et réfugiés répudiés?

Société urbaine, accueil et expulsion de forains en France et en Allemagne à la fin du Moyen Âge

Gisela Naegle¹

Résumé

L'accueil des artisans et experts forains divisa parfois les gouvernements urbains et leurs seigneurs. À l'époque de la guerre de Cent Ans, le roi et les princes français poursuivirent le but d'assurer le bon ravitaillement des villes et d'offrir à leurs sujets menacés par les opérations militaires un lieu de refuge et la possibilité de gagner leur vie. Au niveau discursif, leurs mesures furent surtout inspirées par la charité, l'idée du bien commun et les obligations du bon prince envers ses sujets. Pourtant, des procès devant le Parlement témoignent des efforts des villes concernées de faire partir et d'exclure ces intrus. En Allemagne et en France, les gouvernements urbains promulguèrent des mesures contre l'installation de pauvres et de mendiants. Dans les deux pays, certaines villes recherchèrent les conseils d'experts extérieurs (banquiers italiens, horlogers, imprimeurs, médecins, juristes, experts d'artillerie, etc.). Cependant, pour se protéger des ingérences potentielles dans leurs affaires internes, d'autres refusèrent systématiquement leur admission, particulièrement celle de juristes, dans leurs Conseils. Les apprentis et compagnons itinérants furent vus comme risque pour la paix urbaine et furent soumis à un contrôle étroit. Adoptant la perspective de l'histoire juridique et politique, l'article compare les mesures des seigneurs des villes et des autorités urbaines.

Mots-clés

Réfugiés; admission aux métiers; expulsion; experts; France et Empire médiéval.

¹ *Lehrbeauftragte*, Justus-Liebig-Universität, Giessen. Gisela.C.Naegle@geschichte.uni-giessen.de

Sought-after experts and dismissed refugees? Urban society, admission and expulsion of strangers in France and Germany at the end of the Middle Ages

Abstract

The reception of foreign craftsmen could divide urban governments and the lords of the towns. During the Hundred Years' War, inspired by charity, common weal and the obligations of the good prince, the king and French princes tried to provide a safe shelter for their subjects threatened by military campaigns. The latter should be able to gain their living and contribute to a good supply. On the other side, law suits before the *Parlement* show the efforts of concerned towns to get rid of those foreign intruders. In Germany and France, protecting local interests, urban governments promulgated measures against strangers and the influx of poor people. Specialized experts were much sought-after. By creating favourable conditions, certain towns tried to attract foreign experts (Italian bankers, horologists, printers, physicians, learned jurists, experts of artillery, etc.), while others, striving to prevent any interference of outsiders in their internal affairs, systematically tried to exclude them (particularly in the case of learned jurists). Strictly controlled by urban authorities, foreign apprentices and journeymen were seen as a potential risk for urban peace. Adopting the viewpoint of legal and political history, the article compares the measures of town lords and urban authorities and the regulations of craft corporations.

Keywords

Refugees; admission of foreign craftsmen; expulsion; experts; France and Medieval Germany.

Au cours des dernières années, le sujet de l'inclusion et de l'exclusion a de plus en plus retenu l'attention des chercheurs. L'article se réfère à quelques aspects choisis de la comparaison entre villes allemandes et villes françaises. Bien que ce sujet pourrait également être traité du point de vue de l'histoire économique, cet article adoptera la perspective de l'histoire politique et juridique comparée. Il examinera les instruments juridiques de la résolution de conflits (comme, pour le cas français, des procès judiciaires devant le Parlement) et les mesures législatives et administratives des villes et des princes pour définir et régler le statut juridique des étrangers et

forains. Procès juridiques peuvent offrir des aperçus intéressants sur l'admission et l'exclusion de forains aux corporations de métiers. Cependant, la différence des sources et particulièrement le caractère des sources judiciaires ainsi que l'organisation du système de justice respectif y impose certaines limites. Pour la justice médiévale, la situation des sources françaises et allemandes est totalement différente. Par exemple, contrairement aux archives du Parlement médiéval, pour le tribunal suprême de l'Empire, il n'existe pas de fonds archivistique comparable sous forme d'un dépôt central. À la dissolution du *Reichskammergericht* (1806), les dossiers ont été rendus aux parties. Ils sont éparpillés partout en Europe - ce qui réduit considérablement les possibilités d'études comparées. Pour son prédécesseur, le *königliches Kammergericht* (attestée de façon sûre depuis 1415), les sources, souvent conservées en Autriche, sont encore très peu connues².

En France, le contexte de la guerre de Cent Ans posa le problème des loyautés politiques et des réfugiés ainsi que du traitement des partisans de l'adversaire après la reconquête de territoires³. Après quelques remarques sur le cadre théorique et méthodologique, la deuxième partie sera consacrée aux tentatives juridiques d'exclusion et inclusion d'artisans forains dans la France de la guerre de Cent Ans (qui donnèrent lieu à des procès devant le Parlement), la troisième se référera aux mesures législatives et administratives des villes françaises et allemandes à l'égard de compagnons forains et à l'accueil réservé aux experts. D'après les idées reçues, des experts qualifiés auraient toujours été recherchés et bien accueillis. L'article posera la question si ce constat est vraiment si évident.

Cadre théorique et méthode comparative : la quête difficile de la pierre philosophale

Jusqu'alors, en dépit de nombreuses tentatives, il n'existe pas de modèle théorique satisfaisant pour la comparaison entre entités géographiques étendues dont la situation des sources est si divergente. À juste titre, en 1928, dans son discours au Congrès International des Sciences Historiques d'Oslo, Marc Bloch constata à propos de la comparaison historique, que "deux conditions sont nécessaires pour qu'il y ait, historiquement parlant, comparaison: une certaine similitude entre les faits observés – cela va de soi – et une certaine dissemblance entre les milieux où ils se sont produits"⁴.

² MAGIN, Christine – "Einleitung". *Die Protokoll- und Urteilsbücher des Königlichen Kammergerichts aus den Jahren 1465 bis 1480*. Éd. Friedrich Battenberg; Bernhard Diestelkamp. Vol. III. Cologne / Weimar: Böhlau, 2004, pp. 1-13, ici p. 1.

³ GAUVARD, Claude – "Pardonner et oublier après la guerre de Cent Ans". In MARCOWITZ, Reiner; PARAVICINI, Werner (dir.) – *Vergeben und Vergessen ? / Pardonner et oublier ?*. Munich: Oldenbourg, 2009, pp. 27-55.

⁴ BLOCH, Marc – "Pour une histoire comparée des sociétés européennes". In BLOCH, Marc – *Mélanges historiques*. T.I. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1983, pp. 16-40, ici p. 17.

Depuis son temps, on peut constater une croissance considérable de la littérature secondaire sur la méthode comparative⁵, y compris sur la comparaison avec des cultures extra-européennes⁶, les phénomènes de coexistence religieuse et interculturelle, l'hybridisation⁷ et le transfert culturel⁸. Néanmoins, jusqu'alors, nombreuses études ont conscience qu'en fait, les problèmes méthodiques n'ont pas encore trouvé de solution vraiment satisfaisante (qu'on ne trouvera probablement jamais). Depuis des décennies, indépendamment de l'approche méthodique retenue, les études comparatives sont la cible privilégiée de polémiques. Ainsi, comme de nombreux auteurs le reconnaissent, chaque comparaison est une expérience : souvent, ces auteurs parlent de 'laboratoire', de 'Spannungsbogen' ou de 'testes' de chemins (*das Testen von Wegen*)⁹. Ils soulignent le caractère expérimental et que, jusqu'alors, personne n'a vraiment trouvé la 'voie royale' (*Königsweg*)¹⁰ dont la quête ressemble à celle de la pierre philosophale des alchimistes médiévaux. Nombreuses approches privilégient les réseaux de communication et mettent l'accent sur l'importance et l'énorme diversité des formes et types d'interaction et d'échange (dont le commerce, la migration, les pèlerinages, etc.)¹¹. Dans l'Empire médiéval et en France, les différences régionales sont trop prononcées pour comparer 'la' ville française et 'la' ville allemande. Dans les deux pays, on parla littéralement des langues différentes. Des parties de l'Empire n'étaient pas germanophones¹², en France, on parla ou parle encore plusieurs langues régionales comme le breton (celte), le franco-provençal, occitan, gascon, basque, catalan, etc. En France, certaines régions,

⁵ Voir par exemple: WELSKOPP, Thomas – "Stolpersteine auf dem Königsweg. Methodenkritische Anmerkungen zum internationalen Vergleich in der Gesellschaftsgeschichte". *Archiv für Sozialgeschichte* 35 (1995), pp. 339-376; WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (dirs.) – *De la comparaison à l'histoire croisée*. Longjumeau: Seuil, 2004; BORGOLTE, Michael – "Europäische Geschichten. Modelle und Aufgaben vergleichender Historiographie". In LÖWENER, Marc (dir.) – *Die "Blüte" der Staaten des östlichen Europa im 14. Jahrhundert*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2004, pp. 303-328; SCHNABEL-SCHÜLE, Helga (dir.) – *Vergleichende Perspektiven – Perspektiven des Vergleichs. Studien zur europäischen Geschichte von der Spätantike bis ins 20. Jahrhundert*. Mayence: von Zabern, 1998; KAEUBLE, Hartmut; SCHRIEWER, Jürgen (dirs.) – *Vergleich und Transfer. Komparatistik in den Sozial-, Geschichts- und Kulturwissenschaften*. Francfort-sur-le-Main: Campus, 2003; DREWS, Wolfram; OESTERLE, Jenny R. (dirs.) – *Transkulturelle Komparatistik. Beiträge zu einer Globalgeschichte der Vormoderne*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2008.

⁶ BORGOLTE, Michael; TISCHLER, Matthias M. (dirs.) – *Transkulturelle Verflechtung im mittelalterlichen Jahrtausend. Europa, Ostasien und Afrika*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2012.

⁷ BORGOLTE, Michael; SCHNEIDMÜLLER, Bernd (dirs.) – *Hybride Kulturen im mittelalterlichen Europa*. Berlin: Akademie Verlag, 2010.

⁸ Voir par exemple: MIDDELL, Mathias (dir.) – *Kulturtransfer und Vergleich*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2000.

⁹ BORGOLTE, Michael (dir.) – *Das europäische Mittelalter im Spannungsbogen des Vergleichs*. Berlin: Akademie Verlag, 2001; BORGOLTE, Michael et alii (dirs.) – *Mittelalter im Labor. Die Mediävistik testet Wege zu einer transkulturellen Europawissenschaft*. Berlin: Akademie Verlag, 2008.

¹⁰ WELSKOPP, Thomas – "Stolpersteine auf dem Königsweg...".

¹¹ Voir HEHL, Ernst-Dieter – "Einleitung". In FRIED, Johannes; DEMEL, Walter (dirs.) – *Wissenschaftliche B[uch]G[esellschaft]-Weltgeschichte. T. III. Weltdeutungen und Weltreligionen 600-1500*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2010, pp. 1-14, ici p. 14.

¹² NAEGLE, Gisela – "Diversité linguistique, identités et mythe de l'Empire à la fin du Moyen Âge". *Revue française d'histoire des idées politiques* 36 (2012), pp. 253-279.

les *pays de droit écrit* étaient plus fortement imprégnés par le droit romain que les autres, les *pays de coutumes*. Par exemple, sous l'angle de la résolution de conflits et de la comparaison du droit médiéval, des villes universitaires comme Montpellier et Cologne, ou des villes de foires sans université comme Lyon, Nuremberg et Francfort présentent davantage de points communs que certaines villes françaises et allemandes appartenant au même royaume. Ainsi, la suite de l'article s'appuiera sur des études de cas, car la grande diversité des régions allemandes et françaises interdit une comparaison globale.

La théorie sociologique de la différenciation (*soziologische Differenzierungstheorie*) et la *Systemtheorie*¹³, d'auteurs tels que Niklas Luhmann¹⁴ (dont, par la suite, les idées furent modifiées, critiquées et adaptées par d'autres auteurs) et Rudolf Stichweh ont développé des approches méthodiques et théoriques¹⁵ qui sont bien adaptés à l'analyse des cas ici retenus. Jusqu'alors, ces théories, très discutées dans l'historiographie germanophone, sont relativement peu appliquées en France, mais certaines œuvres phares ont fait l'objet de traductions françaises¹⁶ ou anglaises. Pour l'analyse des facteurs culturels, des phénomènes de xénophobie et de proto-nationalisme, l'idée des traditions et 'communautés inventées' fournit un cadre utile. La xénophobie peut également concerner des forains qui viennent du prochain village ou de la prochaine ville. Ainsi, les concepts développés par Benedict Anderson (*Imagined Communities*, 1983)¹⁷ et Eric J. Hobsbawm (*Invention of tradition*, 1983)¹⁸ peuvent bien être appliqués à l'histoire urbaine: une ville peut bien être une 'communauté imaginée' dans le sens défini par Anderson. Ceci vaut particulière-

¹³ Sur les concepts sociologiques et leur genèse, voir par exemple les études suivantes: STICHWEH, Rudolf – *Inklusion und Exklusion. Studien zur Gesellschaftstheorie*. 2^e éd. augmentée. Bielefeld: Transcript, 2016, particulièrement "Inklusion und Exklusion und die Soziologie des Fremden", pp. 179-188 et le résumé de l'état actuel de la réflexion théorique: "Inklusion und Exklusion. Logik und Entwicklungsstand einer gesellschaftlichen Unterscheidung", pp. 219-235, ici p. 219, 222 et, du même auteur: STICHWEH, Rudolf – *Der Fremde. Studien zu Soziologie und Sozialgeschichte*. Francfort-sur-le-Main, Berlin: Suhrkamp, 2010.

¹⁴ Voir par exemple: LUHMANN, Niklas – "Inklusion und Exklusion". In BERDING, Helmut (dir.) – *Nationales Bewusstsein und kollektive Identität*. Francfort-sur-le-Main: Suhrkamp, 1994, pp. 15-45.

¹⁵ Voir par exemple: GONTHIER, Nicole (dir.) – *L'Exclusion au Moyen Âge*. Lyon: Université Jean Moulin, Centre d'histoire médiévale, 2006; GESTRICH, Andreas; RAPHAEL, Lutz (dirs.) – *Inklusion/Exklusion. Studien zu Fremdheit und Armut von der Antike bis zur Gegenwart*. 2^e éd. Francfort-sur-le-Main: Lang, 2008; GESTRICH, Andreas; RAPHAEL, Lutz; UERLINGS, Herbert (dirs.) – *Strangers and Poor People: Changing Patterns of Inclusion and Exclusion in Europe and the Mediterranean World from Classical Antiquity to the Present Day*. Francfort-sur-le-Main, Bern, Bruxelles: Lang, 2009; ARLINGHAUS, Franz-Josef – *Inklusion und Exklusion. Funktionen und Formen des Rechts in der spätmittelalterlichen Stadt. Das Beispiel Köln*. Vienne / Cologne: Weimar, 2018.

¹⁶ Voir par exemple la traduction suivante: LUHMANN, Niklas – *Systèmes sociaux: esquisse d'une théorie générale*. Traduction française Lukas K. Sosoe. Québec: Presses universitaires de l'Université Laval, 2010; sur Luhmann (en français, voir par exemple): GUIBENTIF, Pierre – *Foucault, Luhmann, Habermas, Bourdieu. Une génération repense le droit*. Paris: LDGJ, 2010; FERRARESE, Estelle – *Niklas Luhmann, une introduction*. Paris: Pocket, 2007.

¹⁷ ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. London: Verso, 1983.

¹⁸ HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (dirs.) – *The invention of tradition*. 21^e éd. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ment pour les villes allemandes avec leurs propres systèmes juridiques et leur riche tradition de chroniques urbaines qui ont créé leurs propres identités culturelles. De même, dans leurs procès devant le Parlement, dans les mémoires pour défendre ou obtenir des privilèges et dans leurs contacts avec le roi et ses officiers, les villes françaises se créent une image et une tradition de fidélité au roi. Pour démontrer leur bonne renommée et leur caractère notable, elles renvoient à leur histoire, leur fondation ancienne et leurs relations privilégiées avec la royauté¹⁹.

Hobsbawm décrit une telle ‘invention de tradition’ de la façon suivante : “*Invented tradition*’ is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past. In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past”²⁰. Il souligne que les ‘traditions inventées’ utilisent l’histoire comme légitimation d’action et ciment de cohésion collective d’un groupe (*as a legitimator of action and cement of group cohesion*)²¹. Cette observation peut très bien être appliquée aux communautés urbaines médiévales et particulièrement aux villes impériales et villes libres allemandes dont les ‘grandes’ développèrent une forte identité urbaine. Conformément à la ‘théorie des systèmes’ (*Systemtheorie*) qui vient d’être évoquée, l’inclusion et l’exclusion se réfèrent à trois niveaux de la genèse de systèmes: l’interaction, l’organisation et la société. D’après cette approche, c’est par le moyen de *communications* que les systèmes d’interaction règlent l’inclusion ou l’exclusion d’autres²². L’exclusion et l’inclusion n’obéissent pas uniquement à des motifs économiques. Comme le montrent les exemples de l’époque nazie, l’ancien *Apartheid* en Afrique du Sud et le statut juridique particulier des juifs et musulmans dans les pays chrétiens médiévaux (ou celui des chrétiens dans les pays musulmans avec leurs règlements à propos des *dhimmis*)²³, entre autres, l’exclusion peut aussi bien être basée sur des critères, raciaux, culturels, religieux ou sociaux. Une partie des recherches médiévistes se concentre sur des groupes définis comme

¹⁹ NAEGLÉ, Gisela – “Vérités contradictoires et réalités constitutionnelles. La ville et le roi en France à la fin du Moyen Âge”, *Revue Historique* 632 (2004), pp. 727-762.

²⁰ HOBBSAWM, Eric J. – “Introduction: Inventing traditions”. In HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (dirs.) – *Invention of tradition*. 21^e éd. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 1- 14, ici p. 1.

²¹ HOBBSAWM, Eric J. – “Introduction: Inventing traditions...”, p. 12.

²² STICHWEH, Rudolf – *Inklusion und Exklusion...*, p. 219.

²³ BOISSELLIER, Stéphane; TOLAN, Johan (dirs.) – *La cohabitation religieuse dans les villes européennes. X^e-XV^e siècles*. Turnhout: Brepols, 2014.

marginaux (*Randgruppen*)²⁴. Ce qualificatif procède de leur statut social (pauvres²⁵, mendiants, vagabonds, professions malhonnêtes²⁶, étrangers à la ville ou au royaume, migrants, minorités, criminels²⁷) ou de leur genre (femmes), leur âge, leur état de santé (malades et handicapés)²⁸ ou de leur appartenance ethnique, religieuse (dont les juifs, musulmans ou hérétiques) ou politique. Cependant, contrairement à la perspective adoptée par la plupart des études, en réalité, l'exclusion n'est pas uniquement un problème de marginaux. Elle peut même concerner les élites urbaines: dans l'Empire, de riches artisans n'étaient pas autorisés à participer aux associations et danses des patriciens²⁹ et ces derniers étaient exclus des tournois de la noblesse ou de l'entrée à certaines fondations de couvents nobles (*Stiftsfähigkeit*)³⁰.

Conformément aux approches méthodiques qui viennent d'être citées, pour l'analyse de l'inclusion et de l'exclusion au Moyen Âge, la communication joue un rôle central. Dans les cas retenus, elle prend à plusieurs reprises la forme de procès

²⁴ HERGEMÖLLER, Bernd-Ulrich – *Randgruppen in der spätmittelalterlichen Gesellschaft*. Nouvelle éd. remaniée. Warendorf: Fahlbusch, 2001; IRSIGLER, Franz; LASSOTTA, Arnold – *Bettler und Gaukler, Dirnen und Henker: Außenseiter in einer mittelalterlichen Stadt, Köln 1300-1600*. 12^e éd. Munich: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2010; GRAUS, František – "Randgruppen in der städtischen Gesellschaft im Spätmittelalter". In KONSTANZER ARBEITSKRIES (éd.) – *Ausgewählte Aufsätze von František Graus*. Stuttgart: Thorbecke, 2002, pp. 303-350; REXROTH, Frank – *Das Milieu der Nacht: Obrigkeit und Randgruppen im spätmittelalterlichen London*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999; GEREMEK, Bronislaw – *Les marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles*, trad. du polonais par Daniel Beauvois. Paris: Flammarion, 2009; HERBERS, Klaus; JASPERT, Nikolas (dirs.) – *Integration – Segregation – Vertreibung. Religiöse Minderheiten und Randgruppen auf der Iberischen Halbinsel (7.-17. Jh.)*. Berlin / Münster: Lit, 2011.

²⁵ MOLLAT DU JOURDIN, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge*. Paris: Hachette, 1978.; OEXLE, Otto Gerhard (dir.) – *Armut im Mittelalter*. Ostfildern: Thorbecke, 2004.

²⁶ ROSSIAUD, Jacques – *Amours vénales. La prostitution en Occident, XII^e-XVI^e siècle*. Paris: Aubier, 2010.

²⁷ D'ALTEROCHE, Bernard – *De l'étranger à la seigneurie à l'étranger au royaume XI^e – XV^e siècle*. Paris: LDGJ, 2002; SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC (dir.) – *L'étranger au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2000; BORGOLTE, Michael (dir.) – *Migrationen im Mittelalter. Ein Handbuch*. Berlin: de Gruyter, 2017; BORGOLTE, Michael et alli (dirs.) – *Europa im Geflecht der Welt. Mittelalterliche Migrationen in globalen Bezügen*. Berlin: Akademie Verlag, 2012; CONTAMINE, Philippe – "Qu'est-ce qu'un étranger pour un français de la fin du Moyen Âge?". In CAROZZI, Christian; TAVIANI-CAROZZI, Huguette (dirs.) – *Peuples du Moyen Âge. Problèmes d'identification*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1996, pp. 27-43; BOTTIN, Jacques; CALABI, Donatella (dirs.) – *Les étrangers dans la ville*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999; TRANCHANT, Mathias (dir.) – *Au risque de l'étranger. Le protéger et s'en protéger dans les sociétés littorales de l'Europe atlantique du Moyen Âge à l'époque moderne*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010; MOAL, Laurence – *L'étranger en Bretagne au Moyen Âge*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008; synthèse de la recherche française récente: FRAY, Jean-Luc – "Polyethnizität und Migration als Chance und Gefahr in den französischen Städten des Mittelalters". In JÄSCHKE, Kurt-Ulrich; SCHRENK, Christhard (dirs.) – *Vieler Völker Städte. Polyethnizität und Migration in Städten des Mittelalters – Chancen und Gefahren*. Heilbronn: Stadtarchiv Heilbronn, 2012, pp. 189-200 (avec références bibliographiques complémentaires).

²⁸ NOLTE, Cordula (dir.) – *Phänomene der "Behinderung" im Alltag. Bausteine zu einer Disability History der Vormoderne*. Affalterbach: Didymos, 2013; NOLTE, Cordula (dir.) – *Homo debilis. Behinderte – Kranke – Versehrte in der Gesellschaft des Mittelalters*. Korb: Didymos, 2009; NOLTE, Cordula; FROHNE, Bianca; HALLE, Uta; KERTH, Sonja (dirs.) – *Disability History der Vormoderne. Ein Handbuch. Premodern Disability History. A Companion*. Affalterbach: Didymos, 2017.

²⁹ FOUQUET, Gerhard (dir.) – *Geschlechtergesellschaften, Zunft-Trinkstuben und Bruderschaften in spätmittelalterlichen und frühneuzeitlichen Städten*. Ostfildern: Thorbecke, 2003.

³⁰ ZOTZ, Thomas – "Adel in der Stadt des deutschen Spätmittelalters. Erscheinungsformen und Verhaltensweisen". *Zeitschrift für die Geschichte des Oberrheins* 141 (1993), pp. 22-50.

juridiques, qui par les exigences procédurales mêmes revêtent automatiquement la forme d'un dialogue, donc d'une *communication* directe entre opinions contraires. En se référant à ce facteur de la *communication*, Rudolf Stichweh souligne les fortes relations historiographiques entre le concept actuel d'inclusion / exclusion et les recherches sur la pauvreté médiévale et sa sémantique: "Exclusion est un phénomène pluridimensionnel de la non-appartenance et du refus de prise en compte communicatif. C'est seulement en se penchant sur le concept de pauvreté de la fin du Moyen Âge européen (qui connut également d'extensions au-delà de l'économie et qui inclut également les expériences d'impuissance et d'exclusion des possibilités d'action) qu'on peut apercevoir les relations étroites entre la compréhension actuelle d'inclusion et exclusion et la tradition du concept de pauvreté"³¹. Se référant à l'inclusion ou à l'exclusion à un certain type de communauté au niveau de la ville, les études historiques sont souvent liées à la question de l'identité de cette dernière³², de la définition des différentes catégories d'habitants ou celle des 'étrangers'. Ce type de différenciation qui recourt à une définition juridique abstraite est applicable indépendamment de l'espace géographique. Néanmoins, contrairement au français, où le mot 'étranger' peut désigner à la fois des personnes originaires d'un pays étranger et des inconnus³³ la langue allemande distingue entre 'étrangers' (*Ausländer*) et 'personnes d'ailleurs / de l'extérieur' (*Fremde*)³⁴. Le droit joua toujours un rôle central pour la définition de l'étranger qui fut souvent désavantagé par rapport aux locaux. Entre le XI^e et XIII^e siècle, en France, la variation de la terminologie juridique de l'étranger fut encore considérable: *extraneus*, *foraneus*, *advena*, *aliegena*, *viator*, *alibannus* / aubain, hôte, etc. Cependant d'après Bernard d'Alteroche (et, de même pour l'espace germanophone d'après Karl Härter)³⁵, "les vocables utilisés, loin d'être indifférents, traduisent la manière dont ce dernier [l'étranger], se détermine par rapport à l'autorité sous laquelle il se place, au lieu dans lequel il choisit de s'installer ou encore au groupe au-

³¹ STICHWEH, Rudolf – *Inklusion und Exklusion...*, p. 223: "Exklusion ist ein mehrdimensionales Phänomen der Nichtzugehörigkeit und kommunikativen Nichtberücksichtigung. Erst wenn man sich dem Armutsbegriff des europäischen Spätmittelalters zuwendet, der gleichfalls weit über Ökonomie hinausgriff und die Erfahrungen der Machtlosigkeit und den Ausschluß von Handlungsmöglichkeiten meinte, sieht man die enge Verwandtschaft zwischen dem gegenwärtigen Verständnis von Inklusion und Exklusion und der Tradition des Armutsverständnisses" (traduction française de l'auteure).

³² BORGOLTE, Michael – "Selbstverständnis und Mentalitäten. Bewußtsein, Verhalten und Handeln mittelalterlicher Menschen im Verständnis moderner Historiker". *Archiv für Kulturgeschichte* 79 (1997), pp. 189-210; STEIN, Robert – "Selbstverständnis oder Identität? Städtische Geschichtsschreibung als Quelle für die Identitätsforschung". In BRAND, Hanno; MONNET, Pierre; STAUB, Martial (dirs.) – *Memoria, Communitas*. Ostfildern: Thorbecke, 2003, pp. 181-202.

³³ Voir la définition suivante: "étranger, - ère, adjectif et substantif". In *Le Trésor de la langue française informatisé* (ATILF). [consulté le 25 avril 2019] Disponible sur:

<http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/tlfiv5/visusel.exe?11;s=501385080;r=1;nat=;sol=0>.

³⁴ HÄRTER, Karl – "Fremde, Fremdenrecht". *HANDWÖRTERBUCH zur deutschen Rechtsgeschichte*. Ed. Albrecht Cordes *et alii*. T. 1. 2^e éd. Berlin: Schmidt, 2008, col. 1791-1798.

³⁵ HÄRTER, Karl – "Fremde, Fremdenrecht...", col. 1792.

quel il tend à s'agréger"³⁶. L'étranger se définit donc toujours par rapport aux 'autres'. Plus un groupe social est cohérent, plus il s'oppose à celui qui n'en fait pas partie³⁷, ce qui engendre l'exclusion. Ce phénomène peut être particulièrement prononcé dans les petites communautés comme villes et villages. En France et dans l'Empire, le droit des étrangers présente des 'points de contact' directs : en 1220, l'empereur Frédéric II rendit une constitution sur les *peregrini*, qui, d'abord intégré dans le *Code* et connu sous forme de l'Authentique *Omnes peregrini et advenae*, fut, beaucoup plus tard, intégrée en annexe, dans les *Libri feudorum*, et, en 1315, sous le règne du roi Louis X le Hutin, dans la législation royale française³⁸. Au cours des siècles, dès les années 1330, on peut y observer une évolution qui conduit à l'incapacité successorale des étrangers. Le roi de France tend à s'attribuer la succession des non-régnicoles morts sans enfants dans le royaume, sauf en cas de privilège spécial³⁹ - et il faut attendre la charnière des XV^e et XVI^e siècles pour constater un léger infléchissement de cette tendance en faveur des enfants de l'étranger nés dans le royaume⁴⁰. À cet égard, en France, il y a lieu de constater des différences juridiques entre le Nord et le Sud. Dans le Sud, pour définir l'étranger, plusieurs coutumes, dont celle de Sérignac (1273) et de Toulouse, se basent sur la situation géographique du nouveau venu. À Sérignac, on définit comme 'étranger' toute personne qui demeure à trois lieues hors la ville. À Toulouse, il s'agit de quelqu'un résidant hors de la ville et du faubourg⁴¹. En France comme en Allemagne, les citoyens / bourgeois de plein droit n'étaient qu'une catégorie d'habitants urbains parmi d'autres. La question de l'inclusion ou exclusion se posait également à propos des différentes formes de corporations ou pour la participation des corporations à la vie politique et publique⁴². En exemple, on peut citer la question des corporations de métier exclusivement féminines ou 'mixtes'. Aux XIV^e et XV^e siècles, à Rouen, il exista des corporations féminines, mais, au niveau de l'action collective, le pouvoir des femmes fut fortement restreint par la présence des hommes⁴³.

³⁶ D'ALTEROCHE, Bernard - *De l'étranger à la seigneurie...*, sur la terminologie pp. 11-47, citation p. 47.

³⁷ D'ALTEROCHE, Bernard - *De l'étranger à la seigneurie...*, p. 27; BOULET-SAUTEL, Marguerite - "L'aubain dans la France coutumière du Moyen Âge". In *Recueils de la Société Jean Bodin*, 10, 2^e partie: *l'étranger*. Bruxelles: Éditions de la Librairie Encyclopédique, 1958, pp. 65-100, ici p. 68.

³⁸ D'ALTEROCHE, Bernard - *De l'étranger à la seigneurie...*, pp. 198-199.

³⁹ D'ALTEROCHE, Bernard - *De l'étranger à la seigneurie...*, p. 198.

⁴⁰ D'ALTEROCHE, Bernard - *De l'étranger à la seigneurie...*, p. 206.

⁴¹ D'ALTEROCHE, Bernard - *De l'étranger à la seigneurie...*, pour les villes et sur les différences entre Nord et Sud, voir particulièrement pp. 44-46, ici p. 45.

⁴² Voir par exemple: HEUSINGER, Sabine von - "Von, Antwerk' bis, Zunft'. Methodische Überlegungen zu den Zünften im Mittelalter". *Zeitschrift für Historische Forschung* 37 (2010), pp. 37-71; HEUSINGER, Sabine von - *Die Zunft im Mittelalter. Zur Verflechtung von Politik, Wirtschaft und Gesellschaft in Straßburg*. Stuttgart: Franz Steiner, 2009; GLOOR, Maximilian - *Politisches Handeln im spätmittelalterlichen Augsburg, Basel und Straßburg*. Heidelberg: Winter, 2010, pp. 149-412.

⁴³ RIVIÈRE, François - "Women in Craft Organisations in Rouen (14th-15th Century)". In JULLIEN, Eva; PAULY, Michel (dirs.) - *Craftsmen and Guilds in the Medieval and Early Modern Periods*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2016, pp. 93-124, ici pp. 108-111.

Exclusion et admission de forains aux métiers.

En France comme en Allemagne, l'accueil réservé aux artisans forains divisa parfois les gouvernements urbains et leurs seigneurs. À l'époque de la guerre de Cent Ans, le roi et les princes français poursuivirent le but d'assurer le bon ravitaillement des villes et d'offrir à leurs sujets menacés par les opérations militaires un lieu de refuge et la possibilité de gagner leur vie. Leur argumentation fut basée sur l'idéal de charité, les devoirs du bon prince et le bien commun. Dans le discours explicite des registres judiciaires, hormis l'argument du bon ravitaillement de la population, les arguments économiques sont très marginaux. Des procès devant le Parlement témoignent des efforts des villes concernées de faire partir et d'exclure les intrus et de protéger leurs intérêts, qui pouvaient également procéder d'un protectionnisme urbain: cependant, ce dernier n'apparaît qu'indirectement sous façon camouflée (par le renvoi au bien commun, la qualité de produits, etc.) Pour les villes seigneuriales, le problème se posait d'une façon différente, d'abord du point de vue du droit constitutionnel, mais également, parce que les intérêts du seigneur de la ville et du roi n'étaient pas forcément les mêmes. Et celles d'une ville concernée par un afflux des réfugiés de guerre pouvaient encore en différer. Intérêts politiques et économiques s'entremêlèrent. À l'époque du Parlement d'exil du futur Charles VII à Poitiers (1418-1436)⁴⁴, il y eut plusieurs procès à propos de l'admission d'artisans réfugiés qui témoignent de ces aspects⁴⁵. Tours, Chinon et Orléans comptaient parmi les villes concernées. La situation de ces villes ne fut pas une exception: face aux dangers de la guerre, partout des habitants des campagnes et des réfugiés essayèrent de s'abriter dans les villes fortifiées. Ce fait créa non seulement une demande accrue de vivres et de produits artisanaux, mais, du point de vue de leurs seigneurs, il était souhaitable que ces nouveaux venus trouvassent des possibilités de gagner leur vie et ne tombassent pas en mendicité. L'ampleur de ces mouvements est difficile à évaluer.

Ainsi, à Tours, il y eut un procès entre le procureur du roi de Sicile, duc de Touraine, l'archevêque et le trésorier de Saint Martin. Dans ce cas, l'archevêque appuya les

⁴⁴ Sur ce Parlement, voir: LITTLE, Roger G. – *The Parlement of Poitiers: War, Government and Politics in France 1418-1436*. London: Royal Historical Society, 1984; MORGAT-BONNET, Monique – “De Paris à Poitiers”. In DAUBRESSE, Sylvie; MORGAT-BONNET, Monique; STOREZ-BRANCOURT, Isabelle (dirs.) – *Le Parlement en exil ou Histoire politique et judiciaire des translations du Parlement de Paris (XV^e-XVIII^e siècle)*. Paris: Champion, 2007, pp. 119-300.

⁴⁵ Sur les procès urbains devant le Parlement de Poitiers, voir: NAEGLE, Gisela – *Stadt, Recht und Krone. Französische Städte, Königtum und Parlement im späten Mittelalter. Fallstudien. Städtische Prozesse vor dem Parlement von Poitiers*. Vol 2. T. II. Husum: Matthiesen, 2002. Sur les procès d'artisans, voir particulièrement pp. 587-636. Les cas traités ci-dessous y sont présentés d'une façon beaucoup plus détaillée. Résumé sur procès urbains en français: NAEGLE, Gisela – “La justice et les villes. Procès urbains devant le Parlement de Poitiers”. In DESCAMPS, Olivier; HILDESHEIMER, Françoise; MORGAT-BONNET, Monique (dirs.) – *le Parlement en sa cour. Études en l'honneur de Professeur Jean Hilaire*. Paris: Champion, 2012, pp. 425-442.

bouchers de Tours, le duc les *forains*⁴⁶. Le procureur de ce dernier parla de “l'affluence du peuple es bonnes villes”⁴⁷ et donna une description de la situation particulière de ce type de villes particulièrement important pour le roi⁴⁸. Au moins en principe, l'archevêque admit la nécessité d'agrandir l'offre de viande, et d'accueillir des forains, mais il tenta de protéger ses droits et intérêts économiques. À son avis, l'admission ne devait se faire qu'aux boucheries soumises à sa propre seigneurie⁴⁹. L'argumentation des représentants du roi de France et du duc fut centrée sur le bien commun. Ils soulignèrent que, dans cette question, leurs officiers respectifs partagerent leur avis⁵⁰. À Chinon, la situation fut semblable. L'archevêque de Tours s'était uni avec un groupe d’“eulx disans bouchiers jurez de la boucherie et forsbourgs de Chinon, demandeurs et complaignans en cas de saisine et de nouvelleté” contre le procureur de la reine de Sicile et quelques *bouchiers*. Dans ce cas, on parla également d'aspects du droit ‘constitutionnel’ et des privilèges de succession des fils et gendres de bouchers (un droit qu'on retrouve également très fréquemment dans les statuts d'autres villes françaises comme Poitiers et des villes allemandes)⁵¹. En expliquant que les bouchers locaux ne pensaient qu'à leur propre profit, la partie adverse renvoya également au bien commun:

“...dit et presuppose comment pour le fait de la guerre qui est notoire plusieurs

⁴⁶ Procès de “l'arcevesque de Tours et les bouchers dicelle ville d'une part. Et le duc de Touraine ou son procureur et certains bouchers forains (...) d'autre part” (Archives Nationales [ci-après cité comme AN], Paris, Parlement de Poitiers, AN X/1a/9198, fol.150v, 22 avril 1426).

⁴⁷ AN X/1a/9198, fol. 140v.

⁴⁸ Sur la notion des bonnes villes, voir: CHEVALIER, Bernard – *Les bonnes villes de France du XIV^e au XV^e siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1982; RIGAUDIÈRE, Albert – “Qu'est-ce qu'une bonne ville dans la France du Moyen Âge?”. In RIGAUDIÈRE, Albert – *Gouverner la ville au Moyen Âge*. Paris: 1993, pp. 53-112; sur la comparaison avec les villes allemandes, voir: NAEGLE, Gisela – “‘Bonnes villes’ et ‘güte stete’”. Quelques remarques sur le problème des ‘villes notable’ en France et en Allemagne à la fin du Moyen Âge”. *Francia* 35 (2008), pp. 115-148.

⁴⁹ AN X/1a/9198, fol.140v.

⁵⁰ AN X/1a/9198, fol.140v: “Rabateau pour le roy de Sicile dit que le roy en sa terre et juridiction puet bien establir boucherie *pour la nécessité de la chose publique* ainsi a esté fait (...). Le procureur du roy dit que on dit que les gens du roy l'ont fait avec les gens du roy de Sicile et est bien seant que la provision requise se face”. (mises en relief de l'auteure).

⁵¹ AN X/1a/9199, fol.135r (3 mars 1428/29). “Jouvenel pour les demandeurs dit que a cause des droiz de la duchie de Touraine et de l'arceveschié de Tours lesd. complaignans ont belle prerogative et communauté avec le roy en la boucherie et forsbourgs de Chinon, et sont lesd. Thibaut Lienart, Guillaume Ribot et autres bouchiers complaignans dessus nommez jurez de ladce. boucherie, ont droit et sont en possession et saisine lesd. complaignans que nul de quelque estat n'a droit de boucherie en la ville et forsbourgs de Chinon que eulx, (...) et de instituer de par le roy bouchiers nouveaux quant le cas le requiert et mestier en est et que a eulx et a nul autres est licite de tuer, vendre chairs en la ville et forsbourgs de Chinon et fault qui veult estre bouchier qu'il soit filz ou gendre de bouchier legitime”. Dans un cas de Saint-Maixent, l'argumentation fut semblable: “... moiennant les quelles choses aucuns, fors les bouchiers et jurés de la dicte ville et ceulx qui sont nefz et procréés des dits bouchiers en droicte ligne des ditz bouchiers ou mariez avecques les filles en droicte ligne des ditz bouchiers n'ont droit ne leur peut ou loyst vendre ne expouser en vente aucunes chaires en la dicte ville ...” [La citation provient d'un accord entre l'abbaye de Saint-Maixent et les bouchers de cette ville. L'objet principal de l'accord fut le règlement de la vente de viande les jours de dimanche. Cité d'après: RICHARD, Alfred (éd.) – *Chartes et documents pour servir à l'histoire de l'abbaye de Saint-Maixent*. Deuxième partie, *Archives Historiques du Poitou* 18 (1886), p. 234.

se sont retraiz (...) es bonnes villes de pardeca comme Tours, Chinon etc. et dit que les singuliers opposans sont bons marchans et bouchiers et ont accoustumé d'eulx en entremectre. Dit que les parties adverses voyanz l'affluence du pueple ont fait monopole (...) a leur *singulier profit*...”⁵²

Selon cette argumentation, les bouchers sur place avaient profité frauduleusement de la situation pour augmenter les prix et vendre des produits de mauvaise qualité. Leurs agissements auraient induit la population à chercher l'aide du bailli qui aurait rapporté le cas au roi qui avait autorisé l'installation de bouchers supplémentaires qui seraient soumis aux mêmes exigences de contrôle et la *visitacion* de leur produits⁵³. Cette argumentation renvoie à un conflit de valeurs: en principe, du point de vue chrétien et du bien commun, au niveau discursif, une argumentation purement économique qui ne tiendrait compte que de l'intérêt égoïste et du profit individuel est exclue. Ainsi, cette stratégie argumentative peut être utilisée pour discréditer les arguments de la partie adverse. Cependant, à Chinon, le roi n'était pas le seigneur immédiat et, pour cette raison, la procédure à suivre fut plus compliquée. Le *bailli* convoqua une assemblée commune avec le procureur royal, le “juge ordinaire du lieu pour la royne”, les “conseillers et esleuz de la police” et le procureur de l'archevêque. À l'issue de cette assemblée, on promulgua une mesure temporaire, une *provision* qui permit l'installation de bouchers supplémentaires (sans préjudice pour les droits des bouchers déjà établis). Mais, après un certain temps, la partie adverse réussit à obtenir une *impetracion* contraire et une défense de vente de chair⁵⁴. Selon les plaignants, l'admission de forains serait “... la destrucion de la boucherie juree”. Ils employèrent également un autre argument très fréquent. La maxime *quod omnes tangit* n'avait pas été respectée⁵⁵. L'opposition entre bien public et bien privé est un trait caractéristique de toute l'argumentation, il ne fallait “... ne rompre ou destruire ce qui d'ancienneté est pour le bien publique” ou poursuivre uniquement son “commodo privato”: “... et qui *au(c)tore pretore possidet, iuste possidet*. A ce que les bouchiers n'ont esté appelez, repond qu'il n'y convenoit appeler que ceulx qui avoient interest, or n'en y avoient eulx point *ne recevable ne seroit contre le profit publique*. Dit que ce qui a esté fait *judicialiter* ne puet estre dit *fait privé*...”⁵⁶

Dans ce genre de procès, le bien commun est un argument omniprésent qui

⁵² AN X/1a/9199, fol.135r.

⁵³ AN X/1a/9199, fol.135r. “... et sur ce et autres faultes les bourgeois et le conseil parlerent au bailli des ressors pour y pourveoir que *remisit eas ad regem* et le roy, ouye leur supplication, manda au bailli des ressors et exemptions ou a son lieutenant qu'il y pourvueist en mettant et instituant bouchiers oultre le nombre des autres qui feussent experts et puissent vendre chair en ladce. ville en lieu convenable”.

⁵⁴ AN X/1a/9199, fol. 135v.

⁵⁵ AN X/1a/9199, fol.135v. “...par l'entreprise de parte adverse la chair est encherie et que a l'ordonnance du bailli ilz n'ont point esté appelez, ne il n'y a eu forme ne ordre de droit ne de juge gardé”.

⁵⁶ AN X/1a/9199, fol.135v (mises en relief de l'auteur).

est invoqué et instrumentalisé par les deux côtés⁵⁷. Dans de nombreux procès, on ne connaît pas l'issue et ils disparaissent des registres. Parfois, de tels conflits finirent par un accord, comme dans un cas d'Angers entre les "bouchiers jurez d'Angiers, demandeurs et complaignans en cas de saisine et nouvelleté", et quelques "bouchiers venuz et affuiz, partie du païs du Maine et partie du païs d'Aniou, en la ville d'Angiers, et illec retraiz pour le fait desdictes guerres, deffendeurs et opposans" de 1449⁵⁸. Dans ce cas, les réfugiés venaient de régions voisines et du même duché. Les *bouchiers jurez* renvoyaient aux "previlleges, statuz et ordonnances", "promulgués par le duc d'Anjou et ses officiers "a l'utilité publique" qui exigeaient que personne n'était autorisé à vendre viande à Angers et sa banlieue, "si non qu'il fust cree bouchier juré par le maistre et bouchiers de la ville d'Angiers". Dans les années avant 1436, il y avait eu de nombreuses personnes qui avaient vendu de la viande sans faire partie du métier jurée, mais entre-temps une partie d'eux y avait renoncé ou était morte⁵⁹. L'accord mentionne les motifs du duc pour admettre des réfugiés à exercer le métier de boucher:

"...fut respondu (...) que a l'occasion de ce qu'ilz estoient fugitifs des païs d'Aniou et du Maine pour le fait et fortune de la guerre et retraiz en ceste ville d'Angiers, et qu'ilz estoient bouchiers et marchans savans et cognoissans en fait de boucherie et de ce avoient acoustumé gagner leur vie pour eulx, leurs femmes et enfens. Et aussi afin qu'ilz ne mandiasent la vie d'eulx, leurs femmes et enfans, et pour autres justes causes (...), ilz avoient tué et vendu char a detail en la poissonnerie et ailleurs en la ville d'Angiers"⁶⁰. Dans les exemples qui viennent d'être cités, les conséquences de la guerre sont omniprésentes et, au moins sur le niveau discursif, hormis le bon ravitaillement en denrées alimentaires et produits de base, ils priment par rapport à d'éventuels considérations économiques générales. Dans un autre cas, le duc de Bretagne poursuivit une politique semblable, qui, indépendamment d'éventuels motifs économiques, aida en même temps des fugitifs de guerre. Ce duc permit à des réfugiés particulièrement bien formés, il s'agissait d'artisans du secteur textile, de s'installer à Vannes et, pour faciliter leurs débuts, ils les affranchit

⁵⁷ NAEGLE, Gisela – "Armes à double tranchant? Bien commun et chose publique dans les villes françaises au Moyen Âge". In LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie; VAN BRUAENE, Anne-Laure (dirs.) – *De Bono communi*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 55-70.

⁵⁸ AN X/1c/179A, fol. 208v (20 mai 1451).

⁵⁹ AN X/1c/179A, fol. 208v. "Et pource que iceulx proces sont hayneux et que les aucunes des parties sont alees de vie a trespas, iceulx supplians et ceulx qui sont demourez en vie, contre lesquelz sont lesd. proces, pour nourrir paix et amour entr'eulx accordoient volentiers ensemble de et sur lesdiz proces ..." [AN X/1c/179A, fol. 209r (lettres royales, Chinon 28 mai 1449)]. Sur le destin des réfugiés de guerre, voir: CINTRÉ, René – "À propos des immigrés et réfugiés normands dans les villes bretonnes proches de la frontière durant la guerre de Cent Ans". In LARDIN, Philippe; ROCHE, Jean-Louis (dirs.) – *La ville médiévale en deçà et au-delà de ses murs. Mélanges Jean-Pierre Leguay*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 2000, pp. 139-149, ici p. 139 et suiv. Sur la situation d'ensemble des étrangers en Bretagne, voir: MOAL, Laurence – *L'étranger en Bretagne...*

⁶⁰ AN X/1c/179A, fol. 208v.

d'impôts: "... afin de leur donner attrait de venir demeurer en icelle ville et forsbourgs de Vannes. Et mesmes, que c'est le profit et l'utilité du bien publique"⁶¹. Dans le cas du procès d'Angers, au moins selon l'argumentation des bouchers locaux, après la fin du danger, les réfugiés devaient quitter la ville⁶². L'accord prévoit la solution suivante: les nouveaux venus renonceraient à leurs droits et cesseraient de vendre viande à Angers, mais les *bouchiers jurez* les dédommageraient de leurs frais de procès⁶³. Ce document est particulièrement intéressant parce que les frais de procès sont difficiles à évaluer (ils n'apparaissent pas dans les sources du Parlement même). Dans ses registres, on trouve un grand nombre de procès menés par des artisans et autres personnes qui ne faisaient pas partie de l'élite sociale du temps, mais s'y rendaient dans l'espérance d'y trouver une justice plus équitable et littéralement éloignée des conflits locaux. Mais, surtout quand une procédure durait plusieurs décennies, les frais sous-estimés par les parties pourraient éventuellement être responsables pour ces disparitions. Dans un cas d'Orléans (1431), qui concerna des tisserands, l'argumentation des parties impliquées fut toute semblable. Dans ce cas, parce que le roi s'y était immiscé, lui (au côté des forains) et le duc d'Orléans et ses officiers (pour les membres du métier juré) furent impliqués dans le procès qui concerna aussi leurs compétences respectives puisque le duc se sentait lésé par les mesures royales. Du point de vue du roi, les réfugiés étaient des sujets loyaux "textiers en linge, touz puvres simples gens, chargez de femmes et plusieurs petit enfans, consors en ceste partie"⁶⁴. Au niveau discursif, cette vision est inspirée par la charité et l'obligation du prince d'aider ses sujets en détresse. Du point de vue économique, l'accueil de *pauvres* tisserands dont les nombreux enfants en bas âge réduiraient la capacité de travail de leurs parents ne serait pas souhaitable. Pour cette raison, tourné davantage vers des considérations de profit économique, le projet de repeuplement d'Arras de Louis XI prévoit même des aides pour ce type de travailleurs afin d'augmenter leur capacité de travail : dans le cas des colons de Troyes, pour les enfants en bas âge, la ville assura pour une année les frais d'une mise en nourrice. L'envoi de pauvres artisans fut sévèrement critiqué et, dans une phase ultérieure, les colons devaient de préférence être des couples mariés avec enfants plus âgés⁶⁵. Dans le cas du procès

⁶¹ CINTRÉ, René – "À propos des immigrés...", p. 147 (acte du duc Pierre II de Bretagne, 12 novembre 1451).

⁶² "Et de present soient les païs occupez par les anglois au temps de ce proces encommancé reduiz en l'obbeissance du roy par quoy ung chacun desdiz deffendeurs a faculté de retourner es païs dont ilz estoient affuiz et retraiz (...) parquoy ne peuvent et ne doivent plus user desdictes marchandise a detail de boucherie en ceste ville ..." (AN X/1c/179A, fol. 208v).

⁶³ NAEGLE, Gisela – *Stadt, Recht und Krone...*, t. 2, p. 620.

⁶⁴ Dans d'autres documents, les *forains* sont également désignés comme "textiers en linge, tous povres simples gens" (lettres du "garde de la prevosté du roy [...] des ressors et exemptions du duché d'Orleans" et à un sergent royal (1431), AN X/1c/173, fol. 162r).

⁶⁵ Présentation détaillée de ce projet dans: NAEGLE, Gisela – *Stadt, Recht und Krone...*, t. 1, pp. 194-214; sur les mesures citées, voir p. 205.

d'Orléans de 1431, les réfugiés étaient originaires de "de divers lieux situez es païs de Normandie, du Perche, de Beausse, Gastinois et Sauloigne" et qui⁶⁶ "ont esté contrains de noz ennemis les anglois et guerres qui ont esté et sont en nostre royaume, a laisser les lieux et manoirs (?) dont ilz sont nez et atraiz et se sont venuz retraire en la ville d'Orleans pour illec excercer leurdit mestier et y gaigner la vie d'eulx et leurs enfans et mesnages en nostre obeissance"⁶⁷. Comme dans le cas précédant, la mesure devait être provisoire: "... jusques a ce qu'ilz puissent retourner demourer seurement es lieux ou ilz demourroien..."⁶⁸. Quand le procès devant le Parlement fut engagé, le roi leur permit de continuer à exercer leur métier⁶⁹ et tenta de faire accélérer la procédure⁷⁰. Finalement, au moins deux des forains réussirent à se faire admettre définitivement à Orléans comme tisserands. Le document contient des réflexions intéressantes sur la formation et la reconnaissance des apprentissages effectués dans une autre ville: "... le procureur de mondit sr. le duc et lesd. maistres jurez tixiers, informez que Gilles Jehan et Robin Naudon qui sont du nombre desd. forains tixiers ont appris et usé de leur mestier en villes jurees de ce royaume et par ce peuvent excercer led. mestier en toutes villes jurees et joir des privileges des anciens maistres dud. mestier esdces. villes, ont esté et sont d'acord que lesd. Gilet Jehan et Robin Naudon excercent led. mestier de texiers en ladce. ville d'Orleans et joyssent des franchises, libertez et privileges acoustumez garder d'ancienneté par lesd. texiers ..." On y trouve l'idée qu'une formation devait être reconnue au niveau du royaume.

De fait, les statuts des métiers dans les villes allemandes étaient semblables. Dans les deux cas, parmi les exigences fréquentes pour devenir maître et/ou acquérir la bourgeoisie, qui fut la même pendant des siècles, compta la résidence dans la ville pour une certaine durée (en général plusieurs années) et souvent, il fallait posséder une maison. Le mariage avec la fille d'un bourgeois pouvait faciliter la situation. Cette exigence montre clairement le motif d'assurer la cohésion de la communauté

⁶⁶ Normandie; Perche: région à l'ouest du bassin parisien; Beauce: région du bassin parisien, entre la vallée de l'Eure au nord et celle de la Loire au sud; Gâtinais: région du bassin parisien, limité au Nord-est par la Seine et la Yonne et au sud par la Puisaye et la Loire; région du bassin parisien, limitée au nord par la vallée de la Loire et au sud par celle du Cher.

⁶⁷ AN X/1c/173, fol.161 (lettres royales, Jargueau, 27 octobre 1431).

⁶⁸ AN X/1c/173, fol.161 (lettres royales, Jargueau, 27 octobre 1431), "ouvroient de leur dit mestier audevant desdiz empeschemens et guerres adce que a leur dit mestier puissent gangner la vie d'eulx, leursdces. femmes, enfans et mesnages, sans preiudice des droiz et franchises que autres maistres dicelui mestier estans en ladce. ville d'ancienneté se dient avoir a cause dicelui mestier, et par ainsy qu'ilz seront visitez selon les ordonnances sur ce faictes en ladce. ville".

⁶⁹ AN X/1c/173, fol. 161.

⁷⁰ "Et en oultre mandons a nostredit baillif de Chartres et au prevost desdces. exemptions ou a leurs lieutenans, et pource qu'ilz sont noz plus prochains juges apres nostredit baillif de Montargiz, commectons par ces presentes et a chascun d'eulx premier sur ce requis, que s'il leur appert de nostredit octroy sur ce fait ausdiz supplians par nosdces. autres lettres ou tant que souffire doye, ilz et chascun d'eulx les facent joir et user dicelui nostre octroy en leur permettant user de leurdit mestier par nostre main comme souveraine pendant ledit appel interieté de nostredit frere sans preiudice dicelui et iusques a ce que par nostredce. court en soit autrement ordonné." (AN X/1c/173, fol.161).

déjà existante: du point de vue économique, le mariage avec les citoyens anciens ne serait pas nécessaire. Ces exigences entrèrent très tôt dans le droit urbain et le cas de Montpellier en fournit un bel exemple précoce. Dans cette ville, les conditions de l'accueil des forains varièrent en fonction de la situation économique et démographique, mais le souci d'assurer une bonne intégration des nouveaux venus dans la société urbaine est évident. La charte de 1204 exempta les migrants du service de guet, de chevauchée et d'ost pour une année s'ils se marièrent avec une Montpelliéraine. Cependant, dans les métiers du drap, des nouveaux venus ne furent pas autorisés à teindre des draps de laine, *en grana* ou d'en faire le commerce. En 1226, il fut autorisé qu'en cas de mariage avec une Montpelliéraine, les étrangers pussent exercer ce droit après deux années tandis que ceux qui restèrent célibataires ou étaient déjà mariés au moment de leur arrivée devaient attendre cinq ans. Depuis 1251, un nouvel habitant devait prouver une installation de deux ans dans la ville et posséder plus de 300 livres melgoriennes⁷¹.

Si dans les cas français, qui viennent d'être présentés, à cause de la guerre, les mécanismes d'exclusion et inclusion furent élargis à l'échelle d'une région ou du royaume par le roi ou des ducs, dans le Saint Empire, afin de régler certains problèmes, parfois les villes essayèrent elles-mêmes de trouver des accords communs avec d'autres villes partenaires, comme dans l'exemple suivant. En 1421, les villes de Francfort, Mayence et Spire (qui coopéraient aussi dans d'autres questions) étaient convenues de promulguer certaines dispositions communes sur les compagnons artisans. Entre autres, la version de Francfort prévoit qu'ils devaient prêter un serment de loyauté et obéissance aux maires, échevins, Conseil et la ville de Francfort. En cas de litiges avec des citoyens de la ville ou ses institutions, ils devaient reconnaître la juridiction de la ville et ne pas recourir à des tribunaux étrangers (sans autorisation : Les apprentis et compagnons itinérants furent vus comme risque potentiel pour la paix urbaine. On essaya de limiter leurs possibilités de réunion et de contrôler leurs fêtes et réjouissances⁷²: ils ne devaient pas créer des locaux de convivialité spéciale (*sundern dringstoben*), devaient célébrer leurs enterrements pendant les jours fériés, respecter le droit urbain, les maîtres devaient présenter leurs nouveaux employés aux autorités. Le dernier article est particulièrement digne d'intérêt: il prescrit qu'en cas de désobéissance contre ces dispositions, un compagnon ne pût plus être employé

⁷¹ Pour Montpellier, voir LAUMONIER, Lucie – *Solititudes et solidarités en ville. Montpellier, mi XIII^e-fin XV^e siècles*. Turnhout: Brepols, 2015, p. 193.

⁷² 20 juillet 1421, n°. 184, in WOLF, Armin (éd.) – *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main im Mittelalter*. Francfort-sur-le-Main: Kramer, 1969, pp. 274-275. Sur les *Zunfttrinkstuben* voir HEUSINGER, Sabine von – "Von 'Antwerk' bis 'Zunft'...", pp. 48-52; ADRIAN, Dominique – *Augsbourg à la fin du Moyen Âge*. Ostfildern: Thorbecke, 2013, pp. 334-340; SIMON-MUSCHEID, Katharina – "Zunft-Trinkstuben und Bruderschaften: 'Soziale Orte' und Beziehungsnetze im spätmittelalterlichen Basel". In FOUQUET, Gerhard (dir.) – *Geschlechtergesellschaften, Zunft-Trinkstuben und Bruderschaften in spätmittelalterlichen und frühneuzeitlichen Städten*. Ostfildern: Thorbecke, 2003, pp. 140-162 et autres articles dans ce volume.

par un maître dans les autres villes partenaires⁷³. Les réseaux d'information entre villes allemandes pouvaient être denses. Certaines villes entretenaient des réseaux de communication réguliers ou faisaient même partie de ligues urbaines formelles. Parfois, avant de promulguer des statuts, on essaya de se renseigner dans d'autres villes. Pour le domaine des aumônes urbaines, les résultats de l'enquête menée par l'officier strasbourgeois Alexander Berner en 1531 fournissent quelques éléments intéressants sur les relations entre sources normatives et pratiques effectives du temps. À la fin de sa mission, Berner rédigea un rapport dans lequel il donne de courtes caractérisations des villes visitées. Dans le cas de Nuremberg, il exprime des critiques⁷⁴. Après sa visite à Nuremberg, il donne aussi des renseignements précieux sur les effets d'une stigmatisation de fait des pauvres, même des pauvres honnêtes locaux. Dans cette ville, au moins en principe, les 'pauvres honnêtes' (*Hausarme*) étaient obligés de porter un signe distinctif. Fréquemment, ils ne le faisaient pas parce qu'ils en avaient honte⁷⁵.

Experts recherchés et experts répudiés.

Dans certaines villes, comme Nuremberg, ou Cologne, les gouvernements urbains s'assurèrent les services de juristes savants et facultés de droit pour obtenir des conseils et avis juridiques⁷⁶. Elles employèrent les juristes comme scribes, mais longtemps (dans plusieurs cas, dont celui de Cologne, jusqu'au début du XVI^e siècle), ce type de gradués ne fit pas partie du Conseil⁷⁷. À Nuremberg, cette exclusion frappa même des docteurs en droit issus du patriciat⁷⁸. Des mesures d'exclusion à l'égard des

⁷³ 20 juillet 1420, n° 184. In WOLF, Armin (éd.) – *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main ...*, pp. 274-275.

⁷⁴ Sur ce rapport et Nuremberg, voir: NAEGLE, Gisela – "Discipline et contrôle, représentation et discours: travailler dans une ville médiévale allemande". In SOLORZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MELO, Arnaldo Sousa (dirs.) – *Trabajar en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018, pp. 103-129 particulièrement pp. 127-129.

⁷⁵ WINCKELMANN, Otto (éd.) – *Das Fürsorgewesen der Stadt Straßburg vor und nach der Reformation bis zum Ausgang des 16. Jahrhunderts*. 2 t. en 1 vol., Leipzig: M. Heinsius Nachfolger, 1922: n° 8, Renseignements d'Alexander Berner sur la législation et sur les œuvres caritatives (*Armenwesen*) à Nuremberg, Augsburg, Ulm, Memmingen, Isny, Lindau, St. Gallen, Constance, Zurich, Bâle, le markgraviat de Bade, Wurtemberg, Schwäbisch-Gmünd, Dinkelsbühl et Onolsbach (1531): pp. 266-283, n° 8, chapitre sur Nuremberg: n° 8, pp. 266-267.

⁷⁶ ISENMANN, Eberhard – "Funktionen und Leistungen gelehrter Juristen für deutsche Städte im Spätmittelalter". In CHIFFOLEAU, Jacques; GAUVARD, Claude; ZORZI, Andrea (dirs.) – *Pratiques sociales et politiques judiciaires dans les villes de l'Occident à la fin du Moyen Âge*. Rome: École française de Rome, 2007, pp. 243-322; WALTHER, Helmut G., "Die Rezeption Paduaner Rechtswissenschaft durch die Aufnahme Paduaner Konsilien in die Nürnberger Ratschlagsbücher". In BAUMGÄRTNER, Ingrid (dir.) – *Consilia im späten Mittelalter*. Sigmaringen: Thorbecke, 1995, pp. 207-224.

⁷⁷ ARLINGHAUS – *Inklusion – Exklusion...*, pp. 153-154 (comparaison avec Nuremberg), p. 359.

⁷⁸ SCHEURL, Christoph – *Christoph Scheurl's Epistel über die Verfassung der Reichsstadt Nürnberg, 1516*. In *Die Chroniken der fränkischen Städte, Nürnberg*, vol. 5.2, éd. Carl HEGEL (*Die Chroniken der deutschen Städte vom 14. bis ins 16. Jahrhundert*, vol. 11), Leipzig: Hirzel, 1874, pp. 379-804: "Noch ains kann ich anzezaigen nicht umbgeen, das kain doctor, er sei vom geschlecht wie edel er imer woll, in rat gesetzt würt" (citation, p. 792).

élites se retrouvent aussi en Italie, où certaines villes développèrent une importante législation contre les magnats⁷⁹. Aux années 1470, dans un procès de Memmingen devant le *Königliches Kammergericht*, les patriciens reprochèrent au gouvernement urbain dominé par les métiers de les exclure de la vie politique et de la prise des décisions⁸⁰. Dans le même procès, on trouve un témoignage du souhait de protéger les affaires urbaines de l'ingérence non bienvenue d'experts juridiques. D'après les représentants de la ville impériale de Memmingen, "les gouvernements des villes ne sont pas pareils; chaque ville doit être gouvernée selon sa situation et ses activités commerciales et artisanales (*hantierung*). Si les villes devaient toutes être gouvernées d'après le droit écrit [...] partout les citoyens devraient être des docteurs et des gens savants [...], et si c'était le cas et les villes du Saint Empire étaient gouvernées d'après l'opinion d'Ehinger [le représentant du roi des Romains / empereur Frédéric III [*Fiskalprokurator*], un juriste savant et adversaire du Conseil de Memmingen dans ce procès, G.N.], ce serait un dommage général et désastre"⁸¹. Particulièrement au début du XVI^e siècle, ce refus de juristes savants prit une forme proverbiale: "Juristen böse Christen" (les juristes sont de mauvais chrétiens)⁸². Dans les années 1480, à Lyon, pour une grande partie des familles appartenant aux cercles dirigeants de la ville qui furent fortement impliquées dans le commerce, la défense de ses foires fut une préoccupation constante, mais une autre question qui fut l'objet de discussions récurrentes controverses est de savoir si on allait essayer d'obtenir un Parlement de droit écrit⁸³. Sur ce sujet, les opinions furent partagées, tout comme sur la question d'une éventuelle université. Finalement, tout comme Nuremberg, à la fin du Moyen Âge, Lyon resta une ville à prédominance marchande sans université. Francfort-sur-le-Main, une autre ville importante de foires, adopta un comportement semblable : jusqu'en 1914, cette ville impériale, l'une des capitales de l'Empire, le lieu des élections médiévales du roi des Romains, resta sans université et, à l'époque médiévale, elle ne souhaita pas l'installation du tribunal suprême de l'Empire, le *Reichskammergericht* dans ses murs. Quand cette cour y fut installée pour une courte période, elle exclut

⁷⁹ Voir par exemple: KLAPISCH-ZUBER, Christiane – *Retour à la cité. Les magnats de Florence, 1340-1440*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2006.

⁸⁰ NAEGLE, Gisela; SOLORZANO TELECHEA, Jesús Ángel – "Geschlechter und Zünfte, *Principales und Común*. Städtische Konflikte in Kastilien und dem spätmittelalterlichen Reich". *Zeitschrift für Historische Forschung* 41/4 (2014), pp. 561-618.

⁸¹ "Es weren die Regiment in Stetten nit gleich; man muste yede nach irer gelegenheit und hantierung regiern. Dann solten die Stette all nach geschriben rechten regirt werden [...], so musten alber die burger Doctores und gelert lewt sein, [...] und wo die Stette in dem heiligen reich nach Ehingers meynung regirt werden solten, wer ein gemeiner schad und verderben"(STAATSARCHIV AUGSBURG, *Reichsstadt Memmingen*, Urk. 405).

⁸² LIEBERWIRTH, Rolf – "Juristen, böse Christen". *HANDWÖRTERBUCH zur deutschen Rechtsgeschichte*. Ed. Albrecht Cordes et alii. 2^e éd. Berlin: Schmidt, 2008, t. 2, col. 1426-1429.

⁸³ FARGEIX, Caroline – *Les élites lyonnaises du xv^e siècle au miroir de leur langage*. Paris: De Boccard, 2007, pp. 252, 258, 333, 391, 479; GUIGUE, Marie-Claude (éd.) – *Registres consulaires de la ville de Lyon*. T. I. Lyon : Brun, 1882, p. 162, p. 196, p. 218, p. 230, p. 231 (1419, Parlement); AM Lyon, *Délibérations*, BB 7, fol. 305v (1462, Parlement).

ses membres des activités sociales de l'élite urbaine⁸⁴. Ce comportement est tout opposé à celui de Poitiers, ville universitaire, où après le départ du Parlement de Poitiers (1418-1436), qui, en 1436, après la reconquête du royaume par Charles VII, fut réuni de nouveau avec celui de Paris. Poitiers mit tout en œuvre pour obtenir de nouveau l'installation d'un Parlement⁸⁵.

Par contre, en dépit des cas d'exclusion, dans les deux pays, les experts qualifiés étaient souvent recherchés⁸⁶. On leur offrait des conditions propices d'installation et prit des mesures contre le 'transfert' de techniques. Dans les villes impériales, ce genre dispositions faisait partie du droit urbain promulgué par la ville même. Comme dans le cas de Montpellier qui vient d'être décrit, certains métiers qui exigeaient une qualification particulière et qui étaient particulièrement importants pour l'économie locale ou, sans véritable intérêt économique, pour le prestige ou la défense militaire de la ville firent l'objet d'une attention et d'un contrôle accru de la part des autorités urbaines. Afin d'empêcher le départ d'artisans hautement qualifiés, on promulgua une législation spéciale et tenta de sauvegarder leurs secrets professionnels. Le métier de *Rotschmied* compta parmi ceux qui furent sujets à de telles restrictions (*gesperrte Handwerke*). Leur exercice était réservé aux bourgeois et fils de bourgeois, qui devaient pratiquer exclusivement à Nuremberg et n'étaient pas autorisés à s'installer ailleurs⁸⁷. Dans les deux pays, les villes recherchèrent les conseils d'experts extérieurs (banquiers italiens, horlogers, imprimeurs, médecins, juristes, experts d'artillerie, etc.). Les registres de délibération de Poitiers contiennent plusieurs exemples du recours aux experts. Ceci concerne la navigabilité du Clain, l'un des grands projets de la ville, mais aussi l'horloge, un objet représentatif important pour le prestige de la ville, pour la réparation de laquelle, en 1454, on fit venir un horloger de Paris et un bon ouvrier expert en la matière de Limoges⁸⁸. En Bretagne, dans les années 1480, Rennes fit venir un spécialiste parisien (1486) pour son horloge. Nantes employa un Allemand (comme gouverneur de son horloge). Un des compatriotes de ce dernier, Hances Hires, fut canonnier au siège de Nantes en 1487⁸⁹. Experts en artillerie, dont particulièrement ceux de Nuremberg, ou imprimeurs circulèrent partout en Europe.

⁸⁴ MONNET, Pierre – "Des juristes en ville. Le *Reichskammergericht* à Francfort, aspects politiques et sociaux d'une brève histoire (1494-1497)". In CAUCHIES, Jean-Marie (dir.) – *Les juristes en ville, Publications du Centre européen d'études bourguignonnes* 40 (2000), pp. 107-127.

⁸⁵ Description de ces tentatives dans: NAEGLE, Gisela – *Stadt, Recht und Krone...*, T. I., pp. 328-346.

⁸⁶ Sur les 'experts' au Moyen Âge, voir: SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC (dir.) – *Experts et expertise au Moyen Âge. Consilium quaeritur a perito*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012; RÖCKELEIN, Hedwig – "Einleitung: Experten zwischen *scientia* und *experientia*". In RÖCKELEIN, Hedwig; FRIEDRICH, Udo (dirs.) – *Experten der Vormoderne zwischen Wissen und Erfahrung*. Berlin: Akademie-Verlag, 2012, pp. 1-144, pp. 3-7.

⁸⁷ REICHEL, Jörn – *Der Spruchdichter Hans Rosenplüt*. Stuttgart: Steiner, 1985, pp. 142-143.

⁸⁸ FAVREAU, Robert (éd.) – *Poitiers de Charles VII à Louis XI. Registres de délibérations du corps de ville n° 4 et 5 (début) (1449-1466)*. Poitiers: Société des Antiquaires de l'Ouest, 2014, p. 71 (Paris), p. 73 (Limoges).

⁸⁹ MOAL, Laurence – *L'étranger en Bretagne...* pp. 99-100.

Par les armuriers de Paris, la concurrence allemande et italienne fut mal vue. À partir de 1407, la guerre de factions entre Armagnacs et Bourguignons provoqua une libéralisation du commerce des armes et armures et ils essayèrent en vain de garder le monopole, y compris (en 1412 et 1416) par des procès contre les marchands ‘forains’⁹⁰. À partir de 1417, tout comme dans les villes de la vallée de la Loire mentionnées ci-dessus, les événements de la guerre de Cent Ans furent à l’origine de l’installation d’ouvriers forains, dans ce cas des drapiers normands à Rennes, Vitré, Fougères, Dinan et Nantes⁹¹. Les médecins de formation universitaire comptaient également parmi ces experts recherchés. Pour Augsbourg, on conserve des contrats qui montrent qu’il s’agissait souvent d’étrangers à la ville. Au XV^e siècle, il y eut deux médecins au service de la ville même (*Stadtärzte*). En 1475, la ville retenait pour trois ans les services d’un docteur en médecine, Johannes Herdlin, qui fut originaire de la petite ville de Büdingen en Hesse. Il devait habiter dans la ville et n’était pas autorisé à la quitter sauf avec l’autorisation du Conseil⁹². Dans les années 1460, on avait engagé un médecin assermenté à vie qui venait de Rottweil et, en 1510, pour dix ans, un docteur en médecine originaire de Zurich. Il n’obtint pas la qualité de bourgeois, mais de nombreux privilèges (dont d’importants privilèges fiscaux) pour lui-même et sa famille. En cas de décès, sa veuve pourrait rester à Augsbourg et serait exempte de tout impôt⁹³. Par contre, bien que sa faculté de médecine connût une renommée européenne, la ville de Montpellier eut des réticences à collaborer avec des médecins académiques et préféra longtemps les barbiers locaux. Comme dans le cas de Cologne, où le gouvernement urbain, souvent en conflit avec l’archevêque, garda ses distances avec des membres de l’université, ce refus pourrait être motivé par la réticence des gouvernants urbains d’impliquer trop les membres d’une telle corporation ‘étrangère’ à la ville (l’université fut dominée par des clercs jouissant de privilèges particuliers et surtout non soumis à la juridiction urbaine) dans les processus de décision. Quand la collaboration avec les médecins de l’université fut mise en place, à Montpellier, elle concernait surtout des maladies dont le diagnostic exigeait un savoir d’experts comme la lèpre et elle ne prit qu’une vraie ampleur qu’à partir du XV^e siècle⁹⁴. Le cas

⁹⁰ BERNARD, Marion – “L’organisation du travail des armuriers parisiens, entre réglementation et réalité(s) de terrain (XIII^e-XV^e siècle)”. In JÉHANNO, Christine; BOVE, Boris (dirs.) – *Travailler à Paris. Médiévales* 69 (automne 2015), pp. 49-70, ici p. 65.

⁹¹ MOAL, Laurence – *L’étranger en Bretagne...* p. 101.

⁹² KINTZINGER, Manfred – “*Status medicorum*. Mediziner in der städtischen Gesellschaft des 14. bis 16. Jahrhunderts”. In JOHANEK, Peter (dir.) – *Städtisches Gesundheit- und Fürsorgewesen vor 1800*. Cologne / Vienne: Böhlau, 2000, pp. 63-91, ici pp. 68-69; KINTZINGER, Manfred – “*Heimat auf Zeit. Medizinisches Fachpersonal in mittelalterlichen Städten*”. In GESTRICH, Andreas; KLEINSCHMIDT, Harald; SONNABEND, Holger (dirs.) – *Historische Wanderungsbewegungen*. Münster / Hamburg: Lit, 1991, pp. 79-99.

⁹³ KINTZINGER, Manfred – “*Status medicorum...*”, p. 69.

⁹⁴ DUMAS, Geneviève – “Bien public et pratiques de la santé. Montpellier au XVe siècle”. In GALANO, Lucie; LAUMONIER, Lucie (dirs.) – *Montpellier au Moyen Âge. Bilan et approches nouvelles*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 77-92.

de la lèpre, une maladie hautement contagieuse avec laquelle les malades peuvent vivre pendant des décennies est fondamentalement différent de celui de la peste. En dépit de leurs conséquences démographiques désastreuses, les épidémies de peste furent de courte durée (quelques semaines ou mois). Les malades moururent vite ou recouvrirent leur santé et purent reprendre leur vie antérieure. Contrairement aux lépreux, qui furent frappés d'une exclusion totale et d'une 'mort sociale' et accueillis dans des institutions spécialisées avec des statuts qui pouvaient rassembler à celui d'ordres religieux ou couvents, la peste n'exigea pas la création d'institutions durables. En France comme en Allemagne, à cause de la dangerosité de la maladie, les hôpitaux spéciaux se trouvèrent souvent à l'extérieur de la ville et il y eut des vagues de persécution. Comme l'aide aux réfugiés de guerre fournie par le seigneur à ses sujets, des mesures d'assistance sociale et l'accueil des lépreux comptaient parmi les tâches charitables et obligations religieuses que les villes devaient assurer. Dans les deux pays, elles essayèrent de réserver des mesures d'assistance sociale et l'admission aux hôpitaux à leurs propres habitants comme le montrent les débats rapportés par les registres de délibération de Poitiers⁹⁵ ou les dispositions sur l'accueil à l'hôpital Saint-Esprit et le *Gutleuthof* (hôpital des lépreux) de Francfort⁹⁶. De nouveau, la qualité d'étranger à la ville ou celle de citoyen et leurs définitions juridiques respectives furent décisives pour l'accès à ces prestations sociales.

Conclusions.

Comme le montrent par exemple la question de l'accueil des réfugiés de guerre en France ou celui des mesures de l'aide aux pauvres locaux de Nuremberg (qui risqua de devenir une stigmatisation néfaste pour eux), l'inclusion et l'exclusion sont deux côtés de la même médaille qui furent liées à l'honneur, à la prospérité économique et démographique des villes. Dans le discours du temps, l'argument du bien commun et, dans le cas des réfugiés de guerre, celui de la charité, fut omniprésent. Le renvoi au bien commun camoufla parfois des intérêts économiques, le protectionnisme urbain ou la xénophobie contre tout élément étranger à la communauté locale établie. Potentiellement, l'inclusion et l'exclusion pouvaient concerner toutes les couches de la société médiévale. Contrairement aux idées reçues, l'exclusion pouvait également

⁹⁵ Accueil d'un lépreux pauvre dans la maladerie urbaine de Poitiers, "parce qu'il est natif d'icelle" avec la condition "qu'il sera tenu de paier le devoir acoustumé a paier pour l'entree d'un malade quant il aura de quoy le faire". (Poitiers, Conseil, 19 septembre 1475. in FAVREAU, Robert – (éd). *Poitiers sous le règne de Louis XI de 1471 à 1482, Registre de délibérations du corps de ville n° 7*. Poitiers, Société des Antiquaires de l'Ouest, 2015, p. 152). Défense générale d'accueillir des étrangers à la léproserie urbaine: "Et a esté derechef ordonné que d'ores en avant aucun malade ne sera receu en ladite maladerie s'il n'est natif de ladite ville ou chastellenie" (Poitiers, Conseil, 24 janvier 1476 [n.st.]), dans la même édition, p. 163).

⁹⁶ WOLF, Armin (éd.) – *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main ...*, n° 40, 18 août 1387 (Hôpital Saint Esprit), pp. 153-154; n° 121, 1^{er} décembre 1407 (accueil au *Gutleuthof*), p. 212.

concerner des experts qualifiés. L'exclusion systématique de juristes savants du Conseil de Nuremberg et leur acceptation tardive dans autres villes allemandes, ainsi que les réticences des gouvernants des villes universitaires de Montpellier et Cologne de collaborer avec les membres de leurs universités respectives, montrent que cette perspective d'un bon accueil d'experts en vue d'une professionnalisation et spécialisation croissante serait trop simple. En même temps, la question de l'exclusion et de l'inclusion pose également la question de la solidarité: celle du seigneur des villes ou du roi avec ces sujets en danger, mais aussi celle des habitants d'une ville contre des intrus jugés non désirables. Dans ce dernier cas, leur exclusion renforça parfois la solidarité et la cohésion interne de la ville en tant que 'communautés imaginées', ainsi que son identité. Ces évolutions pouvaient s'opposer aux mesures d'aide du seigneur de la ville ou du roi pour leurs sujets 'extérieurs' à la ville. À cet égard, la situation est différente par rapport à leurs mesures pour faire participer forains et membres du clergé aux charges de la défense urbaine (qui fut conforme aux intérêts urbains). Les exemples d'une intégration ou inclusion durable et réussi d'étrangers dans les villes incitent à creuser davantage les facteurs qui favorisèrent une telle issue favorable.

BIBLIOGRAPHIE

Sources manuscrits:

Archives municipales, Lyon:

AM Lyon, Délibérations, BB 7

Archives Nationales, Paris:

AN X/1a/9198, Parlement de Poitiers, Parlement civil, Plaidoiries

AN X/1a/9199, Parlement de Poitiers, Parlement civil, Plaidoiries

AN X/1c/151, Parlements de Poitiers et Paris, Accords

AN X/1c/173, Parlements de Poitiers et Paris, Accords

AN X/1c/179A, Parlements de Poitiers et Paris, Accords

STAATSARCHIV AUGSBURG, Reichsstadt Memmingen, Urk. 405

Sources imprimées:

FAVREAU, Robert (éd.) – *Poitiers de Charles VII à Louis XI. Registres de délibérations du corps de ville n° 4 et 5 (début) (1449-1466)*. Éd. Poitiers: Société des Antiquaires de l'Ouest, 2014.

FAVREAU, Robert (éd.) – *Poitiers sous le règne de Louis XI de 1471 à 1482. Registre de délibérations du corps de ville n° 7*. Poitiers: Société des Antiquaires de l'Ouest, 2015.

GUIGUE, Marie-Claude (éd.) – *Registres consulaires de la ville de Lyon*. T. I. Lyon: Brun, 1882.

RICHARD, Alfred (éd.) – *Chartes et documents pour servir à l'histoire de l'abbaye de Saint-Maixent*, deuxième partie, *Archives Historiques du Poitou* 18 (1886).

SCHEURL, Christoph – *Christoph Scheurl's Epistel über die Verfassung der Reichsstadt Nürnberg, 1516*. in *Die Chroniken der fränkischen Städte, Nürnberg*, vol. 5.2. Éd. Carl Hegel (*Die Chroniken der deutschen Städte vom 14. bis ins 16. Jahrhundert*, vol. 11). Leipzig 1874, Réimpression Stuttgart 1961, pp. 379-804.

WINCKELMANN, Otto (éd.) – *Das Fürsorgewesen der Stadt Straßburg vor und nach der Reformation bis zum Ausgang des 16. Jahrhunderts*. 2 t. en 1 vol. Leipzig: M. Heinsius Nachfolger, 1922.

WOLF, Armin (éd.) – *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main im Mittelalter*. Francfort-sur-le-Main: Kramer, 1969.

Études:

ADRIAN, Dominique – *Augsbourg à la fin du Moyen Âge*. Ostfildern: Thorbecke, 2013.

ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. London: Verso, 1983.

ARLINGHAUS, Franz-Josef – *Inklusion und Exklusion. Funktionen und Formen des Rechts in der spätmittelalterlichen Stadt. Das Beispiel Köln*. Vienne / Cologne: Weimar, 2018.

BERNARD, Marion – “L’organisation du travail des armuriers parisiens, entre réglementation et réalité(s) de terrain (XIII^e-XV^e siècle)”. In JÉHANNO, Christine; BOVE, Boris (dirs.) – *Travailler à Paris. Médiévales 69* (automne 2015), pp. 49-70.

BLOCH, Marc – “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. In BLOCH, Marc – *Mélanges historiques*. T. I. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1983, pp. 16-40.

BOISELLIER, Stéphane; TOLAN, Johan (dirs.) – *La cohabitation religieuse dans les villes européennes. X^e-XV^e siècles*. Turnhout: Brepols, 2014.

BORGOLTE, Michael – “Selbstverständnis und Mentalitäten. Bewußtsein, Verhalten und Handeln mittelalterlicher Menschen im Verständnis moderner Historiker”. *Archiv für Kulturgeschichte* 79 (1997), pp. 189-210.

BORGOLTE, Michael (dir.) – *Das europäische Mittelalter im Spannungsbogen des Vergleichs*. Berlin: Akademie Verlag, 2001.

BORGOLTE, Michael – “Europäische Geschichten. Modelle und Aufgaben vergleichender Historiographie”. In LÖWENER, Marc (dir.) – *Die “Blüte” der Staaten des östlichen Europa im 14. Jahrhundert*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2004, pp. 303-328.

BORGOLTE, Michael (dir.) – *Migrationen im Mittelalter. Ein Handbuch*. Berlin: de Gruyter, 2017.

- BORGOLTE, Michael *et alii* (dirs.) – *Mittelalter im Labor. Die Mediävistik testet Wege zu einer transkulturellen Europawissenschaft*. Berlin: Akademie Verlag, 2008.
- BORGOLTE, Michael; SCHNEIDMÜLLER, Bernd (dirs.) – *Hybride Kulturen im mittelalterlichen Europa*. Berlin: Akademie Verlag, 2010.
- BORGOLTE, Michael *et alii* (dirs.) – *Europa im Geflecht der Welt. Mittelalterliche Migrationen in globalen Bezügen*. Berlin: Akademie Verlag, 2012.
- BORGOLTE, Michael; TISCHLER, Matthias M. (dirs.) – *Transkulturelle Verflechtung im mittelalterlichen Jahrtausend. Europa, Ostasien und Afrika*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2012.
- BOTTIN, Jacques; CALABI, Donatella (dirs.) – *Les étrangers dans la ville*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999.
- BOULET-SAUTEL, Marguerite – “L’aubain dans la France coutumière du Moyen Âge”. In *Recueils de la Société Jean Bodin, 10, 2^e partie: l'étranger*. Bruxelles: Éditions de la Librairie Encyclopédique, 1958, 65-100.
- CHEVALIER, Bernard – *Les bonnes villes de France du XIV^e au XV^e siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.
- CINTRÉ, René – “À propos des immigrés et réfugiés normands dans les villes bretonnes proches de la frontière durant la guerre de Cent Ans”. In LARDIN, Philippe; ROCHE, Jean-Louis (dirs.) – *La ville médiévale en deçà et au-delà de ses murs. Mélanges Jean-Pierre Leguay*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 2000, pp. 139-149.
- CONTAMINE, Philippe – “Qu'est-ce qu'un étranger pour un français de la fin du Moyen Âge?”. In CAROZZI, Christian; TAVIANI-CAROZZI, Huguette (dirs.) – *Peuples du Moyen Âge. Problèmes d'identification*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1996, pp. 27-43.
- D'ALTEROCHE, Bernard – *De à la seigneurie à l'étranger au royaume XI^e – XV^e siècle*. Paris: LDGJ, 2002.

DREWS, Wolfram; OESTERLE, Jenny R. (dirs.) – *Transkulturelle Komparatistik. Beiträge zu einer Globalgeschichte der Vormoderne*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2008.

DUMAS, Geneviève – “Bien public et pratiques de la santé. Montpellier au XVe siècle”. In GALANO, Lucie; LAUMONIER, Lucie (dirs.) – *Montpellier au Moyen Âge. Bilan et approches nouvelles*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 77-92.

“Étranger, - ère , adjectif et substantif”. In *Le Trésor de la langue française informatisé* (ATILF). [consulté le 25 avril 2019] Disponible sur: <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/tlfiv5/visusel.exe?11;s=501385080;r=1;nat=;sol=0;>

FARGEIX, Caroline – *Les élites lyonnaises du xve siècle au miroir de leur langage*. Paris: De Boccard, 2007.

FERRARESE, Estelle – *Niklas Luhmann, une introduction*. Paris: Pocket, 2007.

FOUQUET, Gerhard (dir.) – *Geschlechtergesellschaften, Zunft-Trinkstuben und Bruderschaften in spätmittelalterlichen und frühneuzeitlichen Städten*. Ostfildern: Thorbecke, 2003.

FOUQUET, Gerhard – “Zwölf-Brüder-Häuser und die Vorstellung vom verdienten Ruhestand im Spätmittelalter”. In BULST, Neithard; SPIESS, Karl-Heinz (dirs.) – *Sozialgeschichte mittelalterlicher Hospitäler*. Ostfildern: Thorbecke, 2007, pp. 37-76.

FRAY, Jean-Luc – “Polyethnizität und Migration als Chance und Gefahr in den französischen Städten des Mittelalters”. In JÄSCHKE, Kurt-Ulrich; SCHRENK, Christhard (dirs.) – *Vieler Völker Städte. Polyethnizität und Migration in Städten des Mittelalters – Chancen und Gefahren*. Heilbronn: Stadtarchiv Heilbronn, 2012, pp. 189-200.

GAUVARD, Claude – “Pardonner et oublier après la guerre de Cent Ans”. In MARCOWITZ, Reiner; PARAVICINI, Werner (dirs.) – *Vergeben und Vergessen ? / Pardonner et oublier ?*. Munich: Oldenbourg, 2009, pp. 27-55.

GEREMEK, Bronislaw – *Les marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles*. Traduction du polonais par Daniel Beauvois. Paris: Flammarion, 2009.

- GESTRICH, Andreas; RAPHAEL, Lutz (dirs.) – *Inklusion/Exklusion. Studien zu Fremdheit und Armut von der Antike bis zur Gegenwart*. 2^e éd. Francfort-sur-le-Main: Lang, 2008.
- GESTRICH, Andreas; RAPHAEL, Lutz; UERLINGS, Herbert (dirs.) – *Strangers and Poor People: Changing Patterns of Inclusion and Exclusion in Europe and the Mediterranean World from Classical Antiquity to the Present Day*. Francfort-sur-le-Main / Bern / Bruxelles: Lang, 2009.
- GLOOR, Maximilian – *Politisches Handeln im spätmittelalterlichen Augsburg, Basel und Straßburg*. Heidelberg: Winter, 2010.
- GONTHIER, Nicole (dir.) – *L'Exclusion au Moyen Âge*. Lyon: Université Jean Moulin, Centre d'histoire médiévale, 2006.
- GUIBENTIE, Pierre – *Foucault, Luhmann, Habermas, Bourdieu. Une génération repense le droit*. Paris: LDGJ, 2010.
- HEHL, Ernst-Dieter – “Einleitung”. In FRIED, Johannes; DEMEL, Walter (dirs.) – *W[issenschaftliche]B[uch]G[esellschaft]-Weltgeschichte*. T. III. *Weltdeutungen und Weltreligionen 600-1500*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2010, pp. 1-14.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (dirs.) – *The invention of tradition*. 21^e éd. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- GRAUS, František – “Randgruppen in der städtischen Gesellschaft im Spätmittelalter”. In KONSTANZER ARBEITSKRIES (éd.) – *Ausgewählte Aufsätze von František Graus*. Stuttgart: Thorbecke, 2002, pp. 303-350.
- HÄRTER, Karl – “Fremde, Fremdenrecht”. *HANDWÖRTERBUCH zur deutschen Rechtsgeschichte*. Ed. Albrecht Cordes *et alii*. 2^e éd. Berlin: Schmidt, 2008-, t. 1, col. 1791-1798.
- HERBERS, Klaus; JASPERT, Nikolas (dirs.) – *Integration – Segregation – Vertreibung. Religiöse Minderheiten und Randgruppen auf der Iberischen Halbinsel (7.-17. Jh)*. Berlin / Münster: Lit, 2011.

HERGEMÖLLER, Bernd-Ulrich – *Randgruppen in der spätmittelalterlichen Gesellschaft*. Nouvelle édition remaniée. Warendorf: Fahlbusch, 2001.

HEUSINGER, Sabine von – “Von ‚Antwerk‘ bis ‚Zunft‘. Methodische Überlegungen zu den Zünften im Mittelalter”. *Zeitschrift für Historische Forschung* 37 (2010), pp. 37-71.

HEUSINGER, Sabine von – *Die Zunft im Mittelalter. Zur Verflechtung von Politik, Wirtschaft und Gesellschaft in Straßburg*. Stuttgart: Franz Steiner, 2009.

IRSIGLER, Franz; LASSOTTA, Arnold – *Bettler und Gaukler, Dirnen und Henker: Außenseiter in einer mittelalterlichen Stadt, Köln 1300-1600*. 12^e éd. Munich: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2010.

ISENMANN, Eberhard – “Funktionen und Leistungen gelehrter Juristen für deutsche Städte im Spätmittelalter”. In CHIFFOLEAU, Jacques; GAUVARD, Claude; ZORZI, Andrea (dirs.) – *Pratiques sociales et politiques judiciaires dans les villes de l'Occident à la fin du Moyen Âge*. Rome: École française de Rome, 2007, pp. 243-322.

KAELBLE, Hartmut; SCHRIEWER, Jürgen (dirs.) – *Vergleich und Transfer. Komparatistik in den Sozial-, Geschichts- und Kulturwissenschaften*. Francfort-sur-le-Main: Campus, 2003.

KINTZINGER, Manfred – “Heimat auf Zeit. Medizinisches Fachpersonal in mittelalterlichen Städten”. In GESTRICH, Andreas; KLEINSCHMIDT, Harald; SONNABEND, Holger (dirs.) – *Historische Wanderungsbewegungen. Migration in Antike, Mittelalter und Neuzeit*. Münster / Hamburg: Lit, 1991, pp. 79-99.

KINTZINGER, Manfred – “*Status medicorum*. Mediziner in der städtischen Gesellschaft des 14. bis 16. Jahrhunderts”. In JOHANEK, Peter (dir.) – *Städtisches Gesundheit- und Fürsorgewesen vor 1800*. Cologne, Vienne: Böhlau, 2000, pp. 63-91.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane – *Retour à la cité. Les magnats de Florence, 1340-1440*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2006.

LAUMONIER, Lucie – *Solitudes et solidarités en ville. Montpellier, mi XIII^e-fin XV^e siècles*. Turnhout: Brepols, 2015.

- LIEBERWIRTH, Rolf – “Juristen, böse Christen”. *HANDWÖRTERBUCH zur deutschen Rechtsgeschichte*. Ed. Albrecht Cordes *et alii*. 2^e éd., Berlin: Schmidt, 2008-, t. 2, col. 1426-1429.
- LITTLE, Roger G. – *The Parlement of Poitiers: War, Government and Politics in France 1418-1436*. Londres: Royal Historical Society, 1984.
- LUHMANN, Niklas – “Inklusion und Exklusion”. In BERDING, Helmut (dir.) – *Nationales Bewusstsein und kollektive Identität*. Francfort-sur-le-Main: Suhrkamp, 1994, pp. 15-45.
- LUHMANN, Niklas – *Systèmes sociaux: esquisse d'une théorie générale*. Traduction française par Lukas K. Sosoe. Québec: Presses universitaires de l'Université Laval, 2010.
- MAGIN, Christine – “Einleitung”. *Die Protokoll- und Urteilsbücher des Königlichen Kammergerichts aus den Jahren 1465 bis 1480*. Éd. Friedrich Battenberg; Bernhard Diestelkamp. Vol. III. Cologne / Weimar: Böhlau, 2004, pp. 1-13.
- MIDDELL, Mathias (dir.) – *Kulturtransfer und Vergleich*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2000.
- MOAL, Laurence – *L'étranger en Bretagne au Moyen Âge*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008.
- MOLLAT DU JOURDIN, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge*. Paris: Hachette, 1978.
- MONNET, Pierre – “Des juristes en ville. Le *Reichskammergericht* à Francfort, aspects politiques et sociaux d'une brève histoire (1494-1497)”. In CAUCHIES, Jean-Marie (dir.) – *Les juristes en ville, Publications du Centre européen d'études bourguignonnes* 40 (2000), pp. 107-127.
- MORGAT-BONNET, Monique – “De Paris à Poitiers”. In DAUBRESSE, Sylvie; MORGAT-BONNET, Monique; STOREZ-BRANCOURT, Isabelle (dirs.) – *Le Parlement en exil ou Histoire politique et judiciaire des translations du Parlement de Paris (XV^e-XVIII^e siècle)*. Paris: Champion, 2007, pp. 119-300.
- NAEGLE, Gisela – *Stadt, Recht und Krone. Französische Städte, Königtum und Parlement im späten Mittelalter. Fallstudien. Städtische Prozesse vor dem*

Parlement von Poitiers. Vol 2. T. II. Husum: Matthiesen, 2002.

NAEGLE, Gisela – “Vérités contradictoires et réalités constitutionnelles. La ville et le roi en France à la fin du Moyen Âge”. *Revue Historique* 632 (2004), pp. 727-762.

NAEGLE, Gisela – “‘Bonnes villes’ et ‘güte stete’. Quelques remarques sur le problème des ‘villes notables’ en France et en Allemagne à la fin du Moyen Âge”. *Francia* 35 (2008), pp. 115-148.

NAEGLE, Gisela – “Diversité linguistique, identités et mythe de l’Empire à la fin du Moyen Âge”. *Revue française d’histoire des idées politiques* 36 (2012), pp. 253-279.

NAEGLE, Gisela – “Armes à double tranchant? Bien commun et chose publique dans les villes françaises au Moyen Âge”. In LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie; VAN BRUAENE, Anne-Laure (dirs.) – *De Bono communi*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 55-70.

NAEGLE, Gisela – “La justice et les villes. Procès urbains devant le Parlement de Poitiers”. In DESCAMPS, Olivier; HILDESHEIMER, Françoise; MORGAT-BONNET, Monique (dirs.) – *Le Parlement en sa cour. Études en l’honneur de Professeur Jean Hilaire*. Paris: Champion, 2012, pp. 425-442.

NAEGLE, Gisela; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Geschlechter und Zünfte, *Prinzipales* und *Común*. Städtische Konflikte in Kastilien und dem spätmittelalterlichen Reich”. *Zeitschrift für Historische Forschung* 41/4 (2014), pp. 561-618.

NAEGLE, Gisela – “Discipline et contrôle, représentation et discours: travailler dans une ville médiévale allemande”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MELO, Arnaldo Sousa (dirs.) – *Trabajar en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018, pp. 103-129.

NOLTE, Cordula (dir.) – *Homo debilis. Behinderte – Kranke – Versehrte in der Gesellschaft des Mittelalters*. Korb: Didymos, 2009.

NOLTE, Cordula (dir.) – *Phänomene der “Behinderung” im Alltag. Bausteine zu einer Disability History der Vormoderne*. Affalterbach: Didymos, 2013.

NOLTE, Cordula; FROHNE, Bianca; HALLE, Uta; KERTH, Sonja (dirs.) – *Disability History der Vormoderne. Ein Handbuch. Premodern Disability History. A Companion*. Affalterbach: Didymos, 2017.

OEXLE, Otto Gerhard (dir.) – *Armut im Mittelalter*. Ostfildern: Thorbecke, 2004.

REICHEL, Jörn – *Der Spruchdichter Hans Rosenplüt*. Stuttgart: Steiner, 1985.

REXROTH, Frank – *Das Milieu der Nacht: Obrigkeit und Randgruppen im spätmittelalterlichen London*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999.

RIGAUDIÈRE, Albert – “Qu’est-ce qu’une bonne ville dans la France du Moyen Âge?”. In RIGAUDIÈRE, Albert – *Gouverner la ville au Moyen Âge*. Paris: Anthropos Economica, 1993, pp. 53-112.

RIVIÈRE, François – “Women in Craft Organisations in Rouen (14th-15th Century)”. In JULLIEN, Eva; PAULY, Michel (dirs.) – *Craftsmen and Guilds in the Medieval and Early Modern Periods*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2016, pp. 93-124.

RÖCKELEIN, Hedwig – “Einleitung: Experten zwischen *scientia* und *experientia*”. In RÖCKELEIN, Hedwig; FRIEDRICH, Udo (dirs.) – *Experten der Vormoderne zwischen Wissen und Erfahrung*. Berlin: Akademie-Verlag, 2012, pp. 1-144.

ROSSIAUD, Jacques – *Amours vénales. La prostitution en Occident, XII^e-XVI^e siècle*. Paris: Aubier, 2010.

SCHNABEL-SCHÜLE, Helga (dir.) – *Vergleichende Perspektiven – Perspektiven des Vergleichs. Studien zur europäischen Geschichte von der Spätantike bis ins 20. Jahrhundert*. Mayence: von Zabern, 1998.

SIMON-MUSCHEID, Katharina – “Zunft-Trinkstuben und Bruderschaften: ‚Soziale Orte‘ und Beziehungsnetze im spätmittelalterlichen Basel”. In FOUQUET, Gerhard (dir.) – *Geschlechtergesellschaften, Zunft-Trinkstuben und Bruderschaften in spätmittelalterlichen und frühneuzeitlichen Städten*. Ostfildern: Thorbecke, 2003, pp. 140-162.

SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L’ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC (dir.) – *L’étranger au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2000.

SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR
PUBLIC (dir.) – *Experts et expertise au Moyen Âge. Consilium quaeritur a perito*.
Paris: Publications de la Sorbonne, 2012.

STEIN, Robert – “Selbstverständnis oder Identität? Städtische Geschichtsschreibung als
Quelle für die Identitätsforschung”. In BRAND, Hanno; MONNET, Pierre; STAUB,
Martial (dirs.) – *Memoria, Communitas*. Ostfildern: Thorbecke, 2003, pp. 181-202.

STICHWEH, Rudolf – *Der Fremde. Studien zu Soziologie und Sozialgeschichte*.
Francfort-sur-le-Main, Berlin: Suhrkamp, 2010.

STICHWEH, Rudolf – *Inklusion und Exklusion. Studien zur Gesellschaftstheorie*. 2^e
éd. augmentée. Bielefeld: Transcript, 2016.

TRANCHANT, Mathias (dir.) – *Au risque de l'étranger. Le protéger et s'en protéger dans
les sociétés littorales de l'Europe atlantique du Moyen Âge à l'époque moderne*.
Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010.

WALTHER, Helmut G. – “Die Rezeption Paduaner Rechtswissenschaft durch die
Aufnahme Paduaner Konsilien in die Nürnberger Ratschlagsbücher”. In
BAUMGÄRTNER, Ingrid (dir.) – *Consilia im späten Mittelalter*. Sigmaringen:
Thorbecke, 1995, pp. 207-224.

WELSKOPP, Thomas – “Stolpersteine auf dem Königsweg. Methodenkritische
Anmerkungen zum internationalen Vergleich in der Gesellschaftsgeschichte”.
Archiv für Sozialgeschichte 35 (1995), pp. 339-376.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (dirs.) – *De la comparaison à
l'histoire croisée*. Longjumeau: Seuil, 2004.

ZOTZ, Thomas – “Adel in der Stadt des deutschen Spätmittelalters. Erscheinungs-
formen und Verhaltensweisen”. *Zeitschrift für die Geschichte des Oberrheins* 141
(1993), pp. 22-50.

Fiscalidad, intereses mercantiles locales y presencia extranjera: un pleito de 1433 entre barceloneses y genoveses

*Elena Maccioni*¹

Resumen

En 1433, la *Natio* genovesa y los mercaderes barceloneses, representados por el Consulado del Mar, se enfrentaron en un procedimiento judicial llevado a cabo ante la reina de Aragón a causa del impuesto controlado por la mercadería barcelonesa: el *Dret del Pariatge*. Ese enfrentamiento judicial, que concluyó con la derrota de los genoveses, se considera como una de las varias causas de la ruptura entre los italianos, los catalanes y el rey Alfonso V. La “media vuelta” política de la ciudad ligur y la captura del Magnánimo en Ponza (1435) serían el símbolo del definitivo cambio de actitud de los genoveses y del desplazamiento de sus intereses comerciales hacia Castilla y los puertos atlánticos.

A través del análisis de documentación inédita elaborada durante el procedimiento judicial y de las decisiones políticas, económicas y fiscales aplicadas a los extranjeros por parte de las élites mercantiles y navales catalanas, se interpretarán las dinámicas de conexión entre los intereses particulares de las oligarquías locales, las políticas “públicas” proteccionistas, y los proyectos diplomáticos y militares reales a gran escala, en un momento clave para la historia económica y política del Mediterráneo medieval.

Palabras clave

Fiscalidad; Consulado del Mar; Génova; Barcelona; Justicia internacional.

¹ Università di Cagliari.

Tax system, local traders and strangers: a 1433 trial between Barcelona and Genoa

Abstract

In 1433, the Genoese *Natio* and the merchants of Barcelona, represented by the Consulate of the sea, confronted each other during a trial in front of the queen of Aragon because of a duty controlled by the merchants of Barcelona: the *dret* of *Pariatge*.

That trial, ended with the Genoese defeat, is considered one of the reasons for the breakdown in relationships between Italians, Catalanians and the king Alfonso V. The Genoese change of mind and the imprisonment of the *Magnánimo* in Ponza (1435) could be the symbol of a general change of attitude, and the definitive relocation of the Italian commercial interest towards Castilian and Atlantic ports.

Through the analysis of unpublished documents and political, economic and fiscal decisions applied to the strangers by the merchant and maritime elite, we are going to comment dynamics of connection between the interest of the local oligarchy, the protectionist laws and military and diplomatic projects of the king, in a key moment of the economic and political history of the medieval Mediterranean Sea.

Keywords

Tax system; Consulate of the sea; Genoa; Barcelona; International justice.

Marco general².

En los primeros días del mes de agosto del año 1435, cerca de la isla italiana de Ponza, Alfonso el Magnánimo, rey de la Corona de Aragón, sufrió una terrible derrota en su asedio a la ciudad de Gaeta. Era la primera etapa de la ansiada conquista de Nápoles, tras haberse autonombrado rey de dicho reino a consecuencia de la muerte de Luis de Anjou y de la reina Juana de Nápoles. La victoria genovesa y milanesa (al estar Génova bajo el dominio de Milán en ese momento) fue coronada por la inesperada captura del rey catalanoaragonés. Este hecho tan importante irónicamente se concluyó con el nacimiento de la alianza entre los Visconti, señores de Milán, y

² Quiero agradecer a Victòria A. Burguera Puigserver la revisión formal del texto en castellano.

el Magnánimo, y la consiguiente ruptura entre Génova y la ciudad lombarda³. Por otra parte, la enemistad entre las dos rivales, Génova y la Corona de Aragón, arraigaba en un siglo caracterizado por la práctica de la guerra de corso, la piratería, la competencia económico y militar en Córcega, Cerdeña, así como también en el Levante. Los barceloneses figuraban entre los principales enemigos de los ligures ya desde principios del siglo XIV⁴.

El proceso fiscal que he decidido considerar como ejemplo para el estudio de las dinámicas de exclusión y de las políticas de autoprotección y de defensa de los intereses de las élites locales en las ciudades de la Corona de Aragón, se inscribe en un momento de fuerte tensión en las relaciones entre Génova y Barcelona, especialmente determinado por una guerra continuada y, al mismo tiempo, por una intensa actividad diplomática atestiguada por unas paces y treguas muy poco eficaces. Alfonso V, entre la segunda y la tercera década del siglo XV, había intentado mantener una situación de paz en el Mediterráneo, probablemente para evitar un enfrentamiento directo con la potente flota genovesa, en función del proyecto de regresar a Italia para la conquista del Reino napolitano. Como es sabido, el éxito de 1442 se preparó en dos momentos: el primero, en los años veinte del siglo XV, que terminó con el regreso de Alfonso a la península ibérica al no haber podido llevar a cabo la empresa militar, y el segundo, iniciado en 1431, que concluyó con el famosísimo ingreso del rey Trastámara en la capital meridional de Italia⁵.

El proceso.

Para entender los antecedentes del proceso de 1433 es importante saber que en 1426 el rey Alfonso había firmado una paz estratégica con el duque de Milán, Filippo Maria Visconti, ratificada en 1428 con la ciudad de Génova (hay que recordar que la ciudad ligur estaba bajo el poder de los Visconti milaneses desde 1421)⁶. Sus cláusulas

³ La historiografía se ha interesado largamente por las relaciones entre Alfonso, las ciudades de Milán y Génova. Para los antecedentes de la segunda misión italiana de los años treinta, véase RYDER, Alan – *Alfonso el Magnánimo: rey de Aragón, Nápoles y Sicilia, 1396-1458*. Valencia: Alfons el Magnànim, 1992, pp. 221-262; sobre todo para el asedio de Gaeta y la batalla de Ponza, pp. 252-262.

⁴ La cantidad de estudios sobre la rivalidad entre genoveses y catalanoaragoneses es muy importante. Sobre la primera mitad del siglo XV, véanse FOSSATI RAITERI, Silvana – “Alfonso d’Aragona e Tommaso di Campofregoso tra Catalogna, Genova e Milano, arbitri della politica del loro tempo (1415-1428)”. In *XVI Congresso internazionale di Storia della Corona d’Aragona*. vol. 1, Napoli: Paparo, 2001, pp. 345-360; y FOSSATI RAITERI, Silvana – “Genova nei trattati di pace con l’Aragona nella prima metà del secolo XV: aspetti politici ed economici”. In *XIV congresso di storia della Corona d’Aragona*. Vol. II-III, Sassari: Carlo Delfino, 1996, pp. 433-447.

⁵ RYDER, Alan – *Alfonso el Magnánimo...*, pp. 67-312.

⁶ La historia de la ciudad de la “Lanterna”, entre finales del siglo XIV y durante todo el siglo XV, está caracterizada por un gran belicismo interior y por una serie de dominaciones extranjeras, entre las cuales sobresalen las de Milán y del reino de Francia, en diferentes ocasiones. Véanse para esta historia interna: NEGRI, Teofilo de – *Storia di Genova*. Firenze: Giunti, 2003, y el volumen misceláneo dedicado especialmente a las conexiones entre el dominio extranjero y el control del territorio de SCHNETTGGER, Matthias; TAVIANI,

reiteraban más o menos las de los acuerdos que desde principios del siglo XV habían caracterizado la historia de los contactos entre la Corona y la ciudad italiana. Se trataba esencialmente de acuerdos para la limitación de la piratería y de convenios de tipo fiscal⁷.

De hecho, desde los fracasados intentos de expulsión de los italianos de su territorio (sobre todo de los florentinos)⁸ en 1401, los catalanoaragoneses habían puesto en marcha un sistema de impuestos especiales sobre los negocios mercantiles de los italianos, el llamado *dret dels italians*, gracias a su capacidad de negociación con el rey⁹. En ese caso, pero, los genoveses y los pisanos habían obtenido una exención, por lo menos hasta 1413. Durante las negociaciones para la paz de ese año, hubo un cambio en la actitud de los catalanes, que se tradujo en un mayor esfuerzo por parte de los genoveses para ver garantizados sus privilegios fiscales. Esta línea fue reproducida en las paces de 1417 y de 1426-28. Las cláusulas de estos tratados están, de hecho, repletas de rúbricas dedicadas al corso, al comercio y, sobre todo, al trato fiscal. Las preocupaciones genovesas surgían porque dentro de la misma Corona los puntos de vista y los intereses podían ser muy diferentes.

Para toda la primera mitad del siglo XV – momento en el que empieza a manifestarse una cierta competencia entre los diferentes puertos de la Corona –, mientras Barcelona mantenía una fuerte política proteccionista y hostil a la presencia extranjera sobre su territorio, Valencia y Mallorca, por el contrario, a menudo se

Carlo (eds.) – *Libertà e dominio: il sistema politico genovese: le relazioni esterne e il controllo del territorio*. Roma: Viella, 2001.

⁷ FOSSATI RAITERI, Silvana – “Genova nei trattati di pace...”; COSTA, Maria-Mercé – “La pau del 1428 i els mercaders genovesos de la Corona d’Aragó”. *Anuario de Estudios Medievales* 10 (1980), pp. 555-576. En Génova, como en Barcelona, los concejos municipales estaban interesados en esta cuestión e intentaban limitar o, por lo menos, disuadir la piratería. En Génova, desde el siglo XIV, existía un *Officium* creado de manera explícita para este intento. Su objetivo era sancionar a los piratas genoveses y reembolsar a las víctimas para evitar que la comunidad entera fuese perjudicada por las consecuencias de las represalias: ROCCATAGLIATA, Ausilia – *L’Officium Robarie del comune di Genova (1394-1397)*. Genova: Università di Genova, 1989. En Barcelona se organizó un parlamento dedicado exclusivamente a recoger las peticiones de las ciudades marítimas. Entre estas peticiones, sobresalían las necesidades de limitar las perturbaciones causadas por los propios piratas catalanes a sus propios conciudadanos en Cerdeña: FERRER MALLOL, Maria Teresa – “Barcelona i la política mediterrània catalana: el Parlament de 1400-1401”. In *XIV Congresso di Storia della Corona d’Aragona*. Vol. II-I, Sassari: Carlo Delfino, 1996, pp. 427-443.

⁸ Sobre las conexiones Corona-Florenia y también para las referencias bibliográficas sobre esta cuestión véase SOLDANI, Maria Elisa – *Uomini d’affari e mercanti toscani nella Barcellona del Quattrocento*. Barcelona: CSIC, 2010, así como el resto de sus publicaciones.

⁹ FOSSATI RAITERI, Silvana – “I genovesi e il dret italià”. In MUTGÉ VIVES, Josefina; SALICRÚ LLUCH, Roser; VELA AULESA, Carles (ed.) – *La Corona catalanoaragonesa, l’Islam i el món mediterrani*. Barcelona: CSIC, 2013, pp. 259-264. Irónicamente, la colecta del *dret* fue concedida en distintas ocasiones a italianos ciudadanos de Barcelona: FERRER MALLOL, Maria Teresa – “Els italians a terres catalanes (segles XII-XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 10 (1980), pp. 420-423. Véanse también, por reciprocidad, CALLURA CECCHETTI, Rosa; LUSCHI, Giovanna; ZUNINO, Stella Maris – *Genova e Spagna nel XIV secolo. Il «Drictus catalanorum»* (1386, 1392-93). Genova: Fratelli Bozzi, 1970, y ZUNINO, Stella Maris; DASSORI, Noemi – *Genova e Spagna nel XV secolo. il «Drictus catalanorum»* (1424, 1453. 1454). Genova: Fratelli Bozzi, 1970.

hacían eco de peticiones de moderación en este sentido¹⁰. No hay que olvidar que la ciudad de Valencia fundaría su industria sedera en la segunda mitad del siglo XV, promoviendo, entre otras cosas, la instalación de mano de obra artesana especializada proveniente de Génova, con el apoyo del rey, después de la conquista de Nápoles¹¹. Durante estas contiendas, a principios de siglo, Barcelona todavía podía contar con un primado papel económico y político dentro de la Corona, y encontraba en Alfonso V un aliado y defensor eficiente de sus intereses. Por estas razones, si el rey Martín I, en 1401, retornó a una política de acogida del capital extranjero tras haber echado a los florentinos, Alfonso V fue el rey que desencadenó la guerra contra Florencia y echó sin arrepentimiento a los florentinos de sus tierras en dos ocasiones: en diciembre 1447 y en el año 1451¹².

Dos elementos tuvieron un peso importante en la determinación de estas resoluciones: por un lado, la competencia comercial y financiera entre las dos naciones; por el otro, la madurez económica y financiera de los operadores catalanes¹³. De hecho, el siglo XV (especialmente desde la segunda década hasta el estallido de la guerra civil catalana de 1462) fue una época muy complicada para los extranjeros que quisieron concluir sus negocios en Barcelona.

Se caracterizó, además, por ser un siglo de gran avance en los sistemas de exacción fiscal. El mismo Consulado del Mar había mejorado, de manera progresiva, sus técnicas de autofinanciación, construcción de una deuda estable y exacción fiscal. La corporación mercantil, en su proyecto de defensa de los intereses de los mercaderes y patrones, inició, en 1401, la recaudación de un impuesto sobre las mercaderías que llegaban y salían del puerto de Barcelona, llamado *dret del Pariatge*, aplicado a mercaderes locales y extranjeros sin distinción¹⁴.

¹⁰ Muy interesante en este sentido es la reflexión de BERNABEU BORJA, Sandra – “L’oligarquia municipal de la ciutat de València durant el regnat d’Alfons el Magnànim i Joan II (1416-1479)”. In IRADIEL, Paulino et alii (eds.) – *Identidades urbanas Corona de Aragón-Italia. Redes económicas, estructuras institucionales, funciones políticas (siglos XIV-XV)*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2016, pp. 93-113.

¹¹ La industria sedera fue en gran parte “genovesa” y devino el motor para el éxito internacional de los productos séricos genoveses: NAVARRO ESPINACH, Germán; IGUAL LUIS, David – “Los genoveses en España en el tránsito del siglo XV al XVI”. *Historia. Instituciones. Documentos* 24 (1997), pp. 261-332; NAVARRO ESPINACH, Germán – *El despegue de la industria sedera en la Valencia del siglo XV*. Valencia: Consell valencià de Cultura, Generalitat valenciana, 1992.

¹² DEL TREPPO, Mario – *I mercanti catalani e l’espansione della Corona d’Aragona nel secolo XV*. Napoli: L’arte Tipografica, 1972, pp. 310-337.

¹³ IGUAL LUIS, David; NAVARRO ESPINACH, Germán – *La tesorería general y los banqueros de Alfonso V el Magnánimo*. Castellón de la Plana: Sociedad castellonense de cultura, 2002.

¹⁴ Las evoluciones del sistema fiscal regional y municipal han interesado a la historiografía desde hace algunos años, sobre todo a los investigadores de la IMF (Institución Milá i Fontanals) y de las universidades de Barcelona y Girona. Un texto clásico y general, útil para enmarcar el problema es SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel – *El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya: segles XII-XIV*. Vic: Eumo, 1995. Véanse, igualmente, los sucesivos trabajos del autor. Resultan también importantes las siguientes obras: ORTÍ GOST, Pere – “Les finances municipals a la Barcelona dels segles XIV i XV: del censal a la taula de canvi”. *Quaderns d’història* 13 (2007), pp. 257-282, y VERDÉS PIJUAN, Pere – “Per ço que la vila no vage a perdicció: la gestió del deute públic en un municipi català (Cervera, 1387-1516)”. Barcelona: CSIC, 2004.

Precisamente, el pago del *dret del Pariatge* fue el objeto de la disputa entre el grupo genovés, desprovisto de representación consular, y los mercaderes locales, representados por su corporación, el Consulado del Mar¹⁵. Este episodio, el único que, por lo que yo conozco, desembocó en un proceso internacional ante la curia de la reina, se conserva en un registro de 170 folios guardado en la Biblioteca Nacional de Cataluña. Su testimonio es el resultado de una copia realizada por orden del jurista y notario Joan Oliver, representante legal del Consulado barcelonés durante ese pleito¹⁶.

Gracias a este registro, sabemos que el día 4 de junio de 1433 Cristòfol de Podio (o Despuig), vecino de Génova, pero claramente catalán, suplicó justicia a la reina y a su consejo como representante de la entera *natio* genovesa. Resulta especialmente significativo que se eligiese a un catalán residente en Génova para llevar a cabo la resolución: un personaje que tenía muchos intereses en la defensa de su ciudad de acogida, quizás porque esto significaba, por reciprocidad, un trato semejante en Italia. Despuig pedía la devolución de las mercaderías embargadas a los genoveses por orden de los cónsules del mar de Barcelona. Esos bienes habían sido embargados como fianza (o represalia) para asegurar el pago del *dret del Pariatge*, que los genoveses se negaban a pagar debido a que el Consulado del Mar de Barcelona había aumentado la tasa del 0,2% al 0,6%, quebrantando los acuerdos fiscales firmados durante las negociaciones de 1426/28¹⁷. Según sus argumentaciones, la paz había asegurado hasta entonces el mantenimiento del *status quo* fiscal anterior a 1426 (exención del pago del *dret dels italians* y conservación del impuesto del *Pariatge* de medio dinero por libra).

Poco después, se presentó ante la reina la parte adversaria: los catalanes. Alegaron sus razones y pidieron al consejo la organización de un proceso caracterizado por la presentación de pruebas, testigos, documentos (privilegios y tratados de paz) y, en fin, debates entre los representantes legales de las dos partes. Todo debería desarrollarse frente a un comisario o relator, el cual tendría la misión de llevar a cabo los procedimientos según las normas legales y presentar los actos y conclusiones a

¹⁵ Como es sabido, los mercaderes en tierra extranjera podían apoyarse en instituciones representativas como los consulados de ultramar. También con respecto a este tema el debate historiográfico cuenta con historiadores de primer orden. Se señalan solo los estudios más importantes sobre las relaciones entre catalanes y genoveses: PETTI BALBI, Giovanna – *Comunità forestiere e «nationes» nell'Europa dei secoli XIII-XVI*. Napoli: GISEM, 2001; PETTI BALBI, Giovanna – “Un sistema di negoziazioni politico-commerciali: i consolati genovesi nel basso Medioevo”. In FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.) – *Negociar en la Edad Media: actas del Coloquio celebrado en Barcelona los días 14, 15 y 16 de octubre de 2004*. Barcelona / Madrid / Val-de-Marne: CSIC / Casa de Velázquez / Université de Paris XII, 2005, pp. 475-487; SOLDANI, Maria Elisa – “Comunità e consolati catalanoaragonesi in Toscana, Liguria e Sardegna nel tardo Medioevo”. In TANZINI, Lorenzo; TOGNETTI, Sergio (eds.) – *Il governo dell'economia. Economia e politica tra Italia e Penisola Iberica nel tardo Medioevo*. Roma: Viella, 2014, pp. 257-284; véanse también los estudios en el volumen VV. AA. – *Mediterraneum. L'esplendor de la Mediterrània medieval s. XIII-XV*. Barcelona: IEMed, 2004.

¹⁶ Biblioteca Nacional de Catalunya (desde ahora en adelante BC), JC 199-VI.

¹⁷ BC, JC 199-VI, c. 2r-3v.

la reina y a sus consejeros a través de un informe, a partir del cual el supremo poder judicial declararía su sentencia definitiva¹⁸.

El proceso tardó más de un año en resolverse: iniciado en junio 1433, concluyó en octubre de 1434 con la derrota judicial genovesa. Faltaba menos de un año para que Alfonso V volviese a reanudar la guerra en Nápoles y fuese capturado por la flota genovesa en Ponza¹⁹.

El procedimiento se desarrolló a través de una serie de sesiones, no siempre contiguas, presididas por el comisario Francesc Dalsamora y, en los últimos momentos, por Bernat Ferrer, los dos, juristas. Durante las reuniones, cada una de las partes presentaba sus peticiones, alegaciones y declaraciones, a las cuales la parte opuesta podía replicar, gracias a la gestión de los *porters* de la reina, oficiales de los tribunales ordinarios y especiales.

Durante el pleito, mientras los genoveses fundaron sus razones en las resoluciones del tratado de 1426, los catalanes basaron sus defensas en la superioridad de sus derechos respecto a los acuerdos internacionales y, en especial, en el privilegio de 1401, que había permitido al consulado de Barcelona crear y gestionar, según sus necesidades, el impuesto sobre mercaderías del *dret del Pariatge*²⁰. Esta línea de defensa fue practicable gracias al sistema jurídico de tipo pactista vigente en la Corona de Aragón en la Baja Edad Media²¹. De acuerdo con este mecanismo, para los mercaderes catalanes, las peticiones de los genoveses no solo no eran legales, sino que ni siquiera hubiera podido considerarse legítima una injerencia directa por parte de la reina María en contra del privilegio, de ahí que el proceso se revelase imprescindible.

Uno de los puntos más interesantes de los capítulos presentados por parte catalana, poco desarrollado a lo largo del proceso, por cierto, se refiere a la aplicación del principio de reciprocidad, según el cual las buenas relaciones entre dos estados en paz debían ser garantizadas por actitudes *grosso modo* parecidas. Se trataba de un principio central en el sistema de aplicación de la justicia internacional y del instituto de la represalia; sin embargo, resultaba también fundamental para el sistema aduanero. Según las declaraciones del representante consular, durante las negociaciones entre los genoveses y los catalanes para la paz de 1428, un tema central había sido la entidad del *dret del Pariatge* que los genoveses deberían pagar. Así, en

¹⁸ BC, JC 199-VI, c. 6r-7v.

¹⁹ La sentencia la encontramos en el interior del mismo registro, en las cartas 168v-171r y publicada en DE CAPMANY, Antoni – *Memorias históricas sobre la marina, comercio y artes de la antigua ciudad de Barcelona*. Vol. II-II, Barcelona: Cámara oficial de comercio y navegación de Barcelona, 1963, p. 442.

²⁰ Las dos partes presentaron dos relaciones en las cuales se exponían las razones de sus reclamaciones: BC, JC 199-VI, c. 20r-24v; 34r-36r.

²¹ El sistema pactista ha sido muy estudiado. Para una visión general y sintética: MONTAGUT ESTRAGUES, Tomàs – “Pactisme i absolutisme a Catalunya: les grans institucions de govern (s. XV-XVI)”, *Anuario de Estudios Medievales* 19 (1989), pp. 669-679.

1431, el embajador genovés Casano Spinola se reunió con los representantes de la ciudad de Valencia, los consejeros de Barcelona y los cónsules del mar. La comisión se decidió por una imposición del 2,5% aplicable sobre la circulación de mercaderías en cada uno de los dos puertos. Pasados los seis meses de transición al nuevo régimen fiscal, los catalanes denunciaban que los genoveses todavía no habían aplicado las nuevas resoluciones, provocando, como reacción legítima, el regreso al sistema previo: la aplicación del *Pariatge* según las necesidades de la *mercadería* catalana.

El papel de las cuestiones fiscales en las relaciones diplomáticas entre estados con intereses mercantiles internacionales no constituye un tema novedoso; en este sentido los mismos capítulos de la paz de 1426-28 son reveladores²². Aun así, desde la documentación procesal es posible reconocer un hecho a penas considerado por la historiografía, esto es la capacidad política que el tribunal-corporación marítimo-mercantil barcelonés había alcanzado en los años treinta del siglo XV. En esos momentos, el Consulado no limitaba sus intervenciones a las cuestiones más estrictamente jurisdiccionales y locales, sino que se hacía garante de la calidad de la estancia de sus propios mercaderes en el extranjero y de los intereses de los afincados en el país, a través de unas intervenciones activas en los encuentros diplomáticos²³.

Sin embargo, los dos abogados discutieron de manera especial acerca de la real práctica fiscal en el pasado: ¿era cierto que hasta ese momento los genoveses habían pagado solo medio dinero por libra? Para averiguar la verdad, procedieron a la copia de numerosas partidas contenidas en decenas de libros de cuentas de los ingresos del *Pariatge*, donde estaban registrados los movimientos de la aduana y, por lo tanto, las tasas aplicadas a las diferentes mercaderías. Precisamente este proceso nos atestigua, de manera indirecta pero igualmente eficaz, lo acaecido en el puerto de Barcelona entre 1401 y 1433 y, sobre todo, para con los genoveses. ¿Quiénes eran los que traficaban en Barcelona? ¿Cuántos eran? ¿Y qué tipo de mercaderías vendían y compraban? Estas noticias resultan muy valiosas teniendo en cuenta que ninguno de estos registros ha sobrevivido a la dispersión de la documentación consular medieval²⁴.

Dando por seguro que los escribanos del proceso hayan copiado, como atestiguan, unos ejemplos fiables de la presencia genovesa en Barcelona, los datos extraídos de la fuente nos enseñan, en términos de circulación comercial, una gran cantidad de materias tintóreas (como el pastel lombardo), especias de todo tipo y substancias diversas, tejidos de escaso valor, cueros, pieles de cordero y sacos de

²² COSTA, Maria-Mercé- "La pau del 1428...", pp. 563-564.

²³ El fenómeno ha sido estudiado sobre todo para la realidad hanseática. Véase por ejemplo WUBS-MROZEWICZ, Justyna; JENKS, Stuart (eds.) - *The Hanse in Medieval and Early Modern Europe*, Leiden; Boston: Brill, 2013; Para Barcelona: MACCIONI, Elena - *Il Consolato del mare di Barcellona: tribunale e corporazione di mercanti (1394-1462)*, Barcellona-Roma: IRCVM-Viella, [in uscita].

²⁴ BC, JC 199-VI, c. 51r-52v; 70r-82r; 91r-142r.

lana, seda bruta y tejida, hilos de oro para la elaboración de sedas preciosas, algunos esclavos (un negocio de gran valor), y mercaderías típicas de la producción agrícola catalanoaragonesa: pasas, miel, frutos secos; y de la producción en la costa catalana y francesa mediterránea, como los objetos de coral. Típicas de la industria genovesa eran las telas de seda y el papel, el hilo de oro o el pastel de Lombardia²⁵. Se evidencia la casi total ausencia de paños de lana catalanes de mediana calidad (los *draps* de la tierra o de la zona de Girona o Perpiñán), al tratarse durante todo el siglo XV de un monopolio en manos de los mercaderes locales²⁶.

Los nombres de los hombres de negocios que aparecen en la fuente son bastante conocidos por los historiadores: los Palomar, los Grimaldi y los Squarciafico destacan en las primeras cuatro décadas del siglo, mientras que otras figuras como los Cataneo figuran menos, solo entre 1411-1414. Entre finales del trescientos y el siglo sucesivo estaban activos en Barcelona tres hermanos Palomar (Antonio, Jacopo, Pietro), pertenecientes a una familia de plateros y mercaderes. De manera especial, Antonio, activo en los negocios con la Corona de Aragón desde los años ochenta del siglo XIV, había incluso obtenido el cargo de *argenter* oficial del rey Martín I²⁷. Los Squarciafico y los Grimaldi están igualmente presentes en el grupo de los frequentadores más asiduos del puerto catalán. Especialmente significativo resulta no tanto el radical descenso de las estancias en el periodo entre la paz del 1417 y el 1430, hecho remarcable también en otras fuentes y estudios²⁸, cuanto la estabilidad de la actividad de Clemente Squarciafico, Pietro Palomar y Geronimo Grimaldi. Es altamente probable que estos personajes pudiesen apoyarse sobre un conjunto de vínculos personales con el poder local y regio, indispensables para la consecución de los salvoconductos (*guiatges*) que, a su vez, eran imprescindibles para mantener los contactos comerciales en periodos de crisis.

A partir de estos escritos maduramos la idea de cómo podía ser la aplicación de un impuesto en el siglo XV barcelonés. Entre 1400 y 1450 el *dret* del *Pariatge* fluctuó entre el medio dinero por libra (malla) y los dos dineros y medio de manera bastante irregular. A la tasa fundamental (una malla) se aplicaban aumentos provisionales con

²⁵ Véanse para esta cuestión: MAINONI, Patrizia – *Mercanti lombardi tra Barcellona e Valenza nel basso Medioevo*. Bologna: Cappelli, 1982, p. 23; ZUNINO, Stella Maris; DASSORI, Noemi – *Genova e Spagna nel XV secolo...*, pp. 13-15; y CARRÈRE, Claude – *Barcelone centre économique à l'époque des difficultés (1380-1462)*. Vol. I, Paris: École pratique des hautes études, 1961, pp. 591-600. Y para el comercio genovés: HEERS, Jacques – *Gènes au XVe siècle: activité économique et problèmes sociaux*. Paris: SEVPEN, 1961.

²⁶ COULON, Damien, *Barcelona i el gran comerç d'Orient a l'Edat Mitjana. Un segle de relacions comercials amb Egipte i Síria-Palestina (c. 1330-c. 1430)*, Barcelona: Editorial Base, 2013, pp. 357-494. De hecho, solo entre 1401 y 1411 podemos localizar el origen real del cargo, pero en estos casos, el copista no especifica nunca la tipología de las mercaderías transportadas. De todos modos, podemos deducir que las mercaderías venían desde Génova, Damasco, Francia en algunos casos (quizás Aigues-Mortes), Valencia, Sevilla, Pisa y, en un caso, Trápani, y salían sobretodo para Aigues-Mortes, pero también hacia Pisa, Génova y Valencia. BC, JC 199-VI, c. 51r-52v; 70r-79v.

²⁷ FERRER MALLOL, Maria Teresa – “Els italians a terres catalanes...”, p. 447.

²⁸ Por ejemplo, véase ZUNINO, Stella Maris; DASSORI, Noemi – *Genova e Spagna nel XV secolo...*

1401	Ugo Squarciafico Gregorio Squarciafico Arrigo Squarciafico Baptista <i>Xapa</i> Geronimo <i>Boxoneda</i> Baptista <i>Marcho</i> Pietro Re Giovanni <i>Asopardo</i>	1411	Eduardo Palomar Carlo Grillo Primerano <i>Geromini</i> Girardo Cataneo	1414	Bernardo Cataneo Pere Palomar Pere Andreu (¿genovés?) Lançalot de Génova Andrea Gambo	1415	Clemente Squarciafico Pietro Palomar Cristoforo Grillo
1416	Clemente Squarciafico Pietro Palomar Cristoforo Grillo	1417	Clemente Squarciafico Pere Palomar	1418	Clemente Squarciafico Pere Palomar	1419	Clemente Squarciafico Pere Palomar
1420	Clemente Squarciafico Pere Palomar	1427	Pietro Palomar Geronimo Grimaldi	1428	Pietro Palomar Geronimo Grimaldi	1429	Geronimo Grimaldi Francesco Salvatge (¿Salvago?)
1430	Geronimo Grimaldi Francesco Salvago Pellegrino Italiano Giovanni Gregori	1431	Geronimo Grimaldi Andrea Squarciafico Francesco Salvago Giovanni <i>Marcho</i> Andrea Spinola Pere Aytanti “per genoves” Pere Ayanti por Tommaso Doria	1433	Geronius Grimaldi Andrea Squarciafico		

Tabela 1 – Los mercaderes genoveses en el puerto de Barcelona según los registros del Pariatge (1401-1433).

el fin de saldar los gastos de las diferentes acciones de promoción de la *mercaderia*, financiadas a través del sistema de los *censals* o de los préstamos de los particulares (en principio, personajes involucrados en la gestión directa del Consulado)²⁹. Se descubre, no obstante que, como había sucedido en otras realidades “públicas” (principalmente en el municipio) este sistema fiscal había empezado a desarrollarse con uniformidad y continuidad solo con la fijación de un cierto volumen de deuda pública y, por consiguiente, con la disminución de los tipos de interés³⁰.

Las primeras décadas del cuatrocientos fueron cruciales para la élite mercantil y naviera barcelonesa. Si durante el último tercio del siglo anterior habían conseguido una cierta importancia económica, especialmente gracias al decisivo aumento de la exportación de los tejidos de lana locales hacia el Levante, durante los primeros años del siglo XV este papel económico encontró una traducción política por medio de un desdoblamiento de las funciones del Consulado del Mar. Desde el siglo XIII, éste había sido un tribunal “privativo”, expresión de las necesidades de un sector especial de la sociedad, pero a partir de 1394 y sobre todo desde 1401, la creación de un aparato representativo y, por consiguiente, corporativo, financiado, además, por una gabela aplicada sobre la circulación de mercaderías, representó un verdadero salto de calidad. Por un lado, fue una consecuencia de la acumulación previa de capitales, pero al mismo tiempo constituyó la premisa para las siguientes reivindicaciones de participación política de esa élite mercantil, a menudo en oposición con la de los poderosos *ciutadans honrats*³¹.

La adquisición de tal posición en la sociedad barcelonesa, por consiguiente, abrió a los mercaderes espacios de primer nivel en el sistema de vida asociada, pertenecientes a la esfera del derecho público: participaron en cuestiones fiscales y de política internacional a través de la financiación de misiones diplomáticas, acciones colaterales al control de los territorios conquistados por la Corona³².

²⁹ No me voy a centrar en este tema porque no influye en las cuestiones y reflexiones sobre el proceso judicial aquí analizado, y también por haber sido ya tratado en MACCIONI, Elena – *Il Consolato del mare di Barcellona...* Sin embargo, resulta conveniente especificar que los cambios en la imposición correspondían a la necesidad de financiar algunas iniciativas del Consulado, resumidas en la defensa de la costa y el reembolso a las víctimas de la descontrolada piratería catalana. Fue precisamente en coincidencia con una de estas iniciativas, particularmente dispendiosa, que el Consulado empezó a financiarse a través de la construcción de una deuda pública constituida por instrumentos de renta llamados *censals*. Gracias al apoyo sobre un sistema de deuda pública (además de sobre la *Taula de canvi* pública, creada en 1401) se asistió a un verdadero salto de calidad en la política económica local e internacional del Consulado del Mar barcelonés. A parte del registro perteneciente al proceso objeto de estudio, podemos encontrar informaciones sobre las fluctuaciones del *Pariatge* en los libros de los tesoreros del *dret* (los libros de Clavaria del Consulado) y en BC, JC 195.

³⁰ ORTÍ GOST, Pere – “Les finances municipals...”

³¹ MACCIONI, Elena – *Il Consolato del mare di Barcellona...*

³² Entre estas, hay que considerar la gestión directa de algunas misiones de abastecimiento de las tropas catalanas en Cerdeña durante los primeros años del siglo XV: MACCIONI, Elena – “Il ruolo del Consolato del mare di Barcellona nella guerra catalano-aragonesa contro i Giudici d’Arborea”. In SCHENA, Olivetta; TOGNETTI, Sergio (eds.) – *Commercio, finanza e guerra nella Sardegna tardo medievale*. Roma: Viella, 2017, pp. 167-196.

De esta manera, si durante el proceso para el pago del *Pariatge*, a un lado aparecía la potente ciudad de Génova, con todo su “Commonwealth”, al otro lado actuaba una corporación local cada vez más potente y beneficiada por el apoyo del soberano, a su vez interesado en que la rica élite catalana financiara sus proyectos de conquista territorial (las campañas en el Mediterráneo, por ejemplo)³³.

Precisamente por esta razón, algunos mercaderes genoveses que quizás residían en Barcelona en ese momento intentaron llegar a un acuerdo privado con los cónsules antes de derivar al proceso³⁴. Conocemos así la existencia de una doble vía de negociación: una más evidente i oficial, donde intervenían las instituciones de la república genovesa, y otra previa, más clandestina y, de hecho, privada, a través de la cual los mercaderes, en pequeños grupos, negociaban la calidad de su estancia en el territorio extranjero directamente con las élites político-económicas locales, las cuales no siempre coincidían con el gobierno de la ciudad³⁵.

Son muchos e importantes los estudios que se han ocupado de las relaciones político-económicas entre Génova y Barcelona. Recientemente, pero, se ha destacado la necesidad de ocuparse no solo de los efectos de las relaciones diplomático-comerciales más conocidas, sino también de otras dinámicas más o menos ocultas, relacionadas con las realidades políticas locales y los equilibrios internos de los estados³⁶. Se trata de un enfoque inserido en una novedosa (o renovada) dirección en la historia de las relaciones diplomáticas y de la economía marítimo-mercantil de la Baja Edad Media mediterránea y atlántica³⁷.

De esta manera, se manifiestan como protagonistas de las relaciones internacionales entre los estados las ciudades, más o menos autónomas, con sus consejos municipales, y las élites, defendiendo sus intereses. Al mismo tiempo, al observar las instituciones desde otro punto de mira, se comprenden mejor las dinámicas internas, como son las relaciones entre la ciudad y el soberano, entre la ciudad y los extranjeros, y entre una ciudad y la otra. Solo queda por descubrir cómo los diferentes intereses político-económicos de Valencia y Barcelona han afectado a

³³ La negociación de las represalias es un ejemplo: MACCIONI, Elena- “Una rappresaglia contro mercanti genovesi gestita dal Consolato del Mare di Barcellona (1417-1422)”. In MACCIONI, Elena; TOGNETTI, Sergio (eds.) – *Tribunali di mercanti e giustizia mercantile nel tardo Medioevo*, Firenze: Olschki, 2016, pp. 127-156.

³⁴ BC, JC 199-VI, c. 16r-17v; 20r-24v.

³⁵ Como ocurría con los florentinos: SOLDANI, Maria Elisa – *Uomini d'affari...*

³⁶ Es cierto sobre todo en el ámbito ibérico; Génova representa todavía un caso de estudio en parte inexplorado: siguen sin respuestas las preguntas acerca de la práctica cotidiana desarrollada en los tribunales especiales. Véase PIERGIOVANNI, Vito – *Norme, scienza e pratica giuridica tra Genova e l'Occidente medievale e moderno*. Vol. 2, Genova: Società ligure di storia patria, 2012, pp. 1173-1174.

³⁷ Muy interesante y claro es el estudio sobre un entorno no marítimo: GALLO, Alexandra – “Le développement d'un réseau diplomatique par le conseil de ville de Sisteron au XIVe siècle”. In *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux. XLIIe Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 219-225. Véanse también los estudios publicados en SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; SICKING, Louis; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz (eds.) – *Diplomacia y comercio en la Europa Atlántica Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015.

menudo el desarrollo de las cortes y las financiaciones militares, así como el destino de los mercaderes extranjeros instalados en la Corona de Aragón³⁸.

Por un lado, muchos estudios han puesto de relieve la conexión entre la eficiencia institucional y la autonomía ciudadana, por una parte, y el crecimiento del volumen del comercio y la capacidad de atraer capitales extranjeros, por otra. Otros, sin oponerse, pero tampoco apoyando del todo esa teoría, han demostrado que el número de mercaderes foráneos no crecía tanto en relación con las características de las instituciones, como a las posibilidades de negociar una cierta calidad de sus estancias a través, por ejemplo, del sistema de salvoconductos. Por consiguiente, en este segundo caso, se tendría que entender qué tipo de poder contractual podían ejercer los extranjeros en el momento en que se discutían sus privilegios³⁹. El mismo Consulado del Mar se fue transformando con el tiempo en un medio de defensa de los intereses de una élite, más que en una máquina de eficiencia judicial⁴⁰.

Volviendo al proceso entre barceloneses y genoveses celebrado en los años treinta del cuatrocientos, podemos llegar a algunas reflexiones estimuladas por estos enfoques. Durante el análisis de las cartas del proceso, e intentando conectar las estrategias de defensa llevadas a cabo por las dos partes interesadas con la sentencia final, no resulta para nada fácil conceder la razón a ninguno de los querellados⁴¹. Por lo tanto en esos momentos los intereses proteccionistas de la élite mercantil barcelonesa y la voluntad militar de la Corona coincidieron en una sentencia en contra de los genoveses. Triplicar la tasa del *dret*, aunque fuese una medida extendida a todos los mercaderes, tuvo consecuencias sobre la circulación mercantil y sobre las relaciones internacionales, dado que ese aumento se manifestaba como una clara lesión de los tratados con los genoveses, y también porque hasta entonces su colectivo siempre había tenido garantizado un trato fiscal especial. Podemos decir que la confluencia de intereses marítimo-mercantiles y de tipo militar condicionaron el proceso concluido en 1434. Y este, al mismo tiempo, fue el resultado de dos fenómenos combinados: la aplicación de una ideología antigenovesa por parte de la élite mercantil, consciente de su influencia en las negociaciones y, en segundo lugar, la crisis del poder contractual de los genoveses.

³⁸ BERNABEU BORJA, Sandra – “L’oligarquia municipal...”, p. 95; FERRER MALLOL, Maria Teresa – “Els italians a terres catalanes...”, p. 413.

³⁹ Véanse, por ejemplo, los diferentes casos en WUBS-MROZEWICZ, Justyna – “Danzig (Gdańsk). Seeking stability and autonomy”. In BLOCKMANS, Wim; KROM, Mikhail; WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.) – *The Routledge handbook of maritime trade around Europe 1300-1600*. London: Routledge, 2018, pp. 248-272; y MIRANDA, Flávio – “Conflict management in western Europe: the case of the Portuguese merchants in England, Flanders and Normandy, 1250-1500”. *Continuity and Change* 32 (1) (2017), pp. 11-36.

⁴⁰ Véase el caso de los mercaderes toscanos en Barcelona: SOLDANI, Maria Elisa – *Uomini d'affari...* Y también MACCIONI, Elena – *Il Consolato del mare...*

⁴¹ Quizás no sea un caso que la reina necesitara meses para emitir la sentencia, una vez terminado el proceso. ¿Habría consultado con el soberano o estaría esperando y valorando las evoluciones políticas en el marco italiano?

Epílogo: los genoveses en Barcelona.

A pesar de que las relaciones entre genoveses y catalanoaragoneses hubiesen sido desde el siglo XIII muy intensas, gracias, en parte, a la colaboración militar, a finales de la Edad Media los italianos prefirieron instalarse en los puertos castellanos, sobre todo en Sevilla y Cádiz. Eran puertos situados estratégicamente a lo largo de las rutas atlánticas, las cuales habían sido trazadas precisamente por los genoveses hacia los mares del norte (especialmente Inglaterra y los Países Bajos).

El reinado de Alfonso V fue quizás uno de los periodos más complicados para las relaciones entre catalanes y ligures, en particular a causa de la intensa actividad pirática. Desde que los privilegios fiscales fueron cancelados, sus vínculos se hicieron aún más difíciles. El eje Sevilla-Valencia fue, de esta manera, potenciado bajo los Reyes Católicos, tanto que Barcelona fue, a la práctica, excluida del sistema internacional genovés⁴².

Al contrario, para los barceloneses la ciudad de Génova representó siempre un lugar de gran estabilidad, especialmente desde la segunda mitad del siglo XV en adelante, una vez terminada la fuerte vacilación que habían conllevado las guerras en Córcega, Cerdeña e Italia meridional⁴³. Sin embargo, ese mismo siglo se caracterizó por un considerable desequilibrio: si los catalanes (incluidos los mallorquines y valencianos) constituyeron siempre una comunidad numerosa en Génova, aunque no muy interesada en la estabilidad a largo plazo, en la capital del principado, los genoveses fueron siempre escasos y sin representantes consulares⁴⁴. La realidad fue mejorando, especialmente después de la muerte de Alfonso V, pero la situación de conflictividad total descendió solo con la salida de Barcelona de la escena militar y mercantil internacional⁴⁵.

Para concluir, podemos decir que el proceso judicial desencadenado por las desavenencias en el pago del *Pariatge* fue la manifestación de una situación de crisis. La práctica de una política militar intensamente agresiva por parte del rey y

⁴² NAVARRO ESPINACH, Germán; IGUAL LUIS, David – “Los genoveses en España...”

⁴³ Para los dos enfoques principales véanse: HEERS, Jacques – “Les catalanes a Gênes vers 1450. Étude sociale”. In *Atti del III convegno di studi colombiani. Genova 7 e 8 ottobre 1977*. Genova: Civico Istituto Colombiano, 1979, pp. 19-50, y PETTI BALBI, Giovanna – “I catalani nella Genova tardomedievale”. In CIFUENTES COMAMALA, Lluís; SALICRÚ LLUCH, Roser; VILADRICH GRAU, M. Mercè (eds.) – *Els catalans a la Mediterrània medieval. Noves fonts, recerques i perspectives*. Barcelona: IRCVM-Viella, 2015, pp. 263-281.

⁴⁴ PETTI BALBI, Giovanna – *Negoziare fuori patria. Nazioni e genovesi in età medievale*. Bologna: Clueb, 2005, pp. 149-153.

⁴⁵ OLGATI, Giustina – *Classis contra regem Aragonum (Genova, 1453-1454). Organizzazione militare ed economica della spedizione navale contro Napoli*. Cagliari: C.N.R., 1994; BASSO, Enrico – “Ferro, fame ac ferro oppressa: l'ammiraglio Bernat de Vilamarí e il blocco navale di Genova (1456-1458)”. *Anuario de Estudios Medievales* 24 (1994), pp. 539-555.

de una política proteccionista por parte ciudadana⁴⁶ tuvo consecuencias negativas (aunque provisionales) también en uno de los sectores más importantes de las conexiones mercantiles entre las dos partes: la trata de esclavos (específicamente africanos). Según la literatura clásica, durante las primeras décadas del siglo XV los catalanoaragoneses (barceloneses, valencianos y mallorquines) se apropiaron de un tercio de los esclavos vendidos en el mercado genovés⁴⁷, pero con el agravamiento de la situación en el Mediterráneo occidental se produjeron algunas fluctuaciones a la baja, la más importante de las cuales se situó, no casualmente, entre 1434 y 1443⁴⁸. La reciprocidad fiscal y el respeto de los pactos internacionales tuvieron, en este específico contexto, un papel de primer orden por lo que concierne a la presencia internacional en los respectivos puertos⁴⁹.

Hasta los años treinta del siglo XV, a pesar del fuerte belicismo entre ellos, se mantuvieron las relaciones comerciales entre genoveses y catalanes gracias a los intereses compartidos: la lana de baja calidad y los productos agrícolas del territorio de la Corona, unidos a la sal de Ibiza, para los genoveses, y los esclavos y productos de la industria sedera, las especias, el pastel y el alumbre (indispensable para la industria textil lanera), para los de Barcelona. Con el final de la *pax* fiscal garantizada a los ligures se empujó a las embarcaciones genovesas hacia otras costas⁵⁰.

Valencia fue una de las ciudades más beneficiadas por el desplazamiento de los flujos comerciales genoveses hacia occidente: emergió su sector mercantil y financiero mientras Barcelona se aproximaba a la guerra civil (1462-1472) y retrocedía en términos económicos. La capital del reino de Valencia se transformó en un verdadero polo comercial y financiero, con una importante presencia de capitales extranjeros. La historiografía de los últimos años ha puesto de relieve este proceso y ha llegado a definir el XV como “el siglo de oro del comercio valenciano”⁵¹, por caracterizar un modelo original de conexión entre la economía local e internacional,

⁴⁶ Para una comparación véanse: BASSO, Enrico – “I genovesi in Inghilterra fra tardo Medioevo e prima età moderna”. In GALLINARI, Luciano (ed.) – *Genova una «porta» del Mediterraneo*. Genova: Brigati, 2005, pp. 523-574, y también MUNRO, John H. – “Il bullionismo e la cambiale in Inghilterra, 1272-1663: politica monetaria e pregiudizio popolare”. In LOPEZ, Roberto Sabatino *et alii* (eds.) – *L'alba della banca: le origini del sistema bancario tra Medioevo ed età moderna*. Bari: Dedalo, 1982, pp. 193-269.

⁴⁷ En 1413 se llega a un 34%: HEERS, Jacques – *Esclaves et domestiques au Moyen Age dans le monde méditerranéen*. Paris: Fayard, 1981.

⁴⁸ Para esta cuestión véanse: PISTARINO, Geo – “Tratta di schiavi tra Genova e la Spagna nel secolo XV”. *Medievalia* 7 (1987), pp. 125-149 y GIOFFRÉ, Domenico – *Il mercato degli schiavi a Genova nel secolo XV*. Genova: Fratelli Bozzi, 1971.

⁴⁹ Sobre los catalanes en Génova véanse: HEERS, Jacques – “Les catalanes a Gênes vers 1450...” y PETTI BALBI, Giovanna – “I catalani nella Genova tardomedievale...”

⁵⁰ Existe una gran cantidad de literatura sobre esta cuestión, véanse dos trabajos fundamentales sobre el siglo XV: HEERS, Jacques – *Gênes au XVe siècle...*, y IGUAL LUIS, David – *Valencia e Italia en el siglo XV: rutas, mercados y hombres de negocios en el espacio económico del Mediterráneo occidental*. Castelló: Bancaixa, fundació Caixa Castelló, 1998, pp. 65-100.

⁵¹ IRADIEL, Paulino – *El Mediterráneo medieval y Valencia. Economía, sociedad, historia*. Valencia: PUV, 2017, pp. 347-366.

la producción (de tejidos de seda, sobre todo) y el mercado agrícola interior.

La guerra civil catalana, los cambios en el mercado internacional mediterráneo, unas políticas ciudadanas más atentas a la presencia extranjera, y una fortuna tardía garantizaron la suficiente seguridad para que, desde principios de siglo y claramente en la segunda mitad, Valencia fuese la preferida por los genoveses y, en general, por todos los mercaderes extranjeros⁵².

BIBLIOGRAFÍA

Biblioteca Nacional de Catalunya JC 199-VI.

BASSO, Enrico – “Ferro, fame ac ferro oppressa: l’ammiraglio Bernat de Vilamari e il blocco navale di Genova (1456-1458)”. *Anuario de Estudios Medievales* 24 (1994), pp. 539-555.

BASSO, Enrico – “I genovesi in Inghilterra fra tardo Medioevo e prima età moderna”. In GALLINARI, Luciano (ed.) – *Genova una “porta” del Mediterraneo*. Genova: Brigati, 2005, pp. 523-574.

BERNABEU BORJA, Sandra – “L’oligarquia municipal de la ciutat de València durante l regnat d’Alfons el Magnànim i Joan II (1416-1479)”. In IRADIEL, Paulino *et alii* (eds.) – *Identidades urbanas Corona de Aragón-Italia. Redes económicas, estructuras institucionales, funciones políticas (siglos XIV-XV)*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2016, pp. 93-113.

CALLURA CECCHETTI, Rosa; LUSCHI, Giovanna; ZUNINO, Stella Maris – *Genova e Spagna nel XIV secolo. Il “Drictus catalanorum” (1386, 1392-93)*. Genova: Fratelli Bozzi, 1970.

CARRÈRE, Claude – *Barcelone centre économique à l’époque des difficultés (1380-1462)*. Vol. I, Paris: École pratique des hautes études, 1961, pp. 591-600.

⁵² Aunque la guerra entre Alfonso V y Florencia (1447-1450 y 1452-1455) tuvo consecuencias desastrosas también para la comunidad florentina residente en Valencia: IGUAL LUIS, David – *Valencia e Italia en el siglo XV...*, pp. 57-61; para esto también DEL TREPPO, Mario – *I mercanti catalani...* y SOLDANI, Maria Elisa – *Uomini d’affari e mercanti toscani...*

COSTA, Maria-Mercé – “La pau del 1428 i els mercaders genovesos de la Corona d’Aragó”. *Anuario de Estudios Medievales* 10 (1980), pp. 555-576.

COULON, Damien – *Barcelona i el gran comerç d’Orient a l’Edat Mitjana. Un segle de relacions comercials amb Egipte i Síria-Palestina (c. 1330-c. 1430)*, Barcelona: Editorial Base, 2013.

DEL TREPPO, Mario – *I mercanti catalani e l’espansione della Corona d’Aragona nel secolo XV*. Napoli: L’arte Tipografica, 1972.

FERRER MALLOL, Maria Teresa – “Barcelona i la política mediterrània catalana: el Parlament de 1400-1401”. In *XIV Congresso di Storia della Corona d’Aragona*, vol. II-I, Sassari: Carlo Delfino, 1996, pp. 427-443.

FERRER MALLOL, Maria Teresa – “Els italians a terres catalanes (segles XII-XV)”. *Anuario de Estudios medievales* 10 (1980), pp. 393-466.

FOSSATI RAITERI, Silvana – “Alfonso d’Aragona e Tommaso di Campofregoso tra Catalogna, Genova e Milano, arbitri della politica del loro tempo (1415-1428)”. In *XVI CONGRESSO internazionale di Storia della Corona d’Aragona*. vol. 1. Napoli: Paparo, 2001, pp. 345-360.

FOSSATI RAITERI, Silvana – “I genovesi e il dret italià”. In MUTGÉ VIVES, Josefina; SALICRÚ LLUCH, Roser; VELA AULESA, Carles (eds.) – *La Corona catalanoaragonesa, l’Islam i el món mediterrani*. Barcelona: CSIC, 2013, pp. 259-264.

FOSSATI RAITERI, Silvana – “Genova nei trattati di pace con l’Aragona nella prima metà del secolo XV: aspetti politici ed economici”. In *XIV congresso di storia della Corona d’Aragona*. Vol. II-III. Sassari: Carlo Delfino, 1996, pp. 433-447.

GALLO, Alexandra – “Le développement d’un réseau diplomatique par le conseil de ville de Sisteron au XIVe siècle”. In *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux. XLIIe Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 219-225.

GIOFFRÉ, Domenico – *Il mercato degli schiavi a Genova nel secolo XV*. Genova: Fratelli Bozzi, 1971.

HEERS, Jacques – *Gênes au XVe siècle: activité économique et problèmes sociaux*. Paris: SEVPEN, 1961.

HEERS, Jacques – “Les catalanes a Gênes vers 1450. Étude sociale”. In *Atti del III convegno di studi colombiani. Genova 7 e 8 ottobre 1977*. Genova: Civico Istituto Colombiano, 1979, pp. 19-50.

HEERS, Jacques – *Esclaves et domestiques au Moyen Age dans le monde méditerranéen*. Paris: Fayard, 1981.

IGUAL LUIS, David – *Valencia e Italia en el siglo XV: rutas, mercados y hombres de negocios en el espacio económico del Mediterráneo occidental*. Castelló: Bancaixa, fundació Caixa Castelló, 1998.

IGUAL LUIS, David; NAVARRO ESPINACH, Germán – *La tesorería general y los banqueros de Alfonso V el Magnánimo*. Castellón de la Plana: Sociedad castellonense de cultura, 2002.

IRADIEL, Paulino – *El Mediterráneo medieval y Valencia. Economía, sociedad, historia*. Valencia: PUV, 2017.

IRADIEL, Paulino et alii (eds.) – *Identidades urbanas Corona de Aragón – Italia. Redes económicas, estructuras institucionales, funciones políticas (siglos XIV-XV)*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2016, pp. 93-113.

MACCIONI, Elena – “Il ruolo del Consolato del mare di Barcellona nella guerra catalano-aragonesa contro i Giudici d’Arborea”. In SCHENA, Olivetta; TOGNETTI, Sergio (eds.) *Commercio, finanza e guerra nella Sardegna tardo medievale*. Roma: Viella, 2017, pp. 167-196.

MACCIONI, Elena – “Una rappresaglia contro mercanti genovesi gestita dal Consolato del Mare di Barcellona (1417-1422)”. In MACCIONI, Elena; TOGNETTI, Sergio (eds.) – *Tribunali di mercanti e giustizia mercantile nel tardo Medioevo*, Firenze: Olschki, 2016, pp. 127-156.

MACCIONI, Elena – *Il Consolato del mare di Barcellona: tribunale e corporazione di mercanti (1394-1462)*, Barcellona-Roma: IRCVM-Viella, [in uscita].

MAINONI, Patrizia – *Mercanti lombardi tra Barcellona e Valenza nel basso Medioevo*. Bologna: Cappelli, 1982.

MIRANDA, Flávio – “Conflict management in western Europe: the case of the Portuguese merchants in England, Flanders and Normandy, 1250-1500”. *Continuity and Change* 32 (1) (2017), pp. 11-36.

MONTAGUT ESTRAGUES, Tomàs – “Pactisme i absolutisme a Catalunya: les grans institucions de govern (s. XV-XVI)”. *Anuario de Estudios Medievales* 19 (1989), pp. 669-679.

MUNRO, John H. – “Il bullionismo e la cambiale in inghilterra, 1272-1663: politica monetaria e pregiudizio popolare”. In LOPEZ, Roberto Sabatino *et alii* (eds.) – *L'alba della banca: le origini del sistema bancario tra Medioevo ed età moderna*. Bari: Dedalo, 1982, pp. 193-269.

NAVARRO ESPINACH, Germán; IGUAL LUIS, David – “Los genoveses en España en el tránsito del siglo XV al XVI”. *Historia. Instituciones. Documentos* 24 (1997), pp. 261-332.

NAVARRO ESPINACH, Germán – *El despegue de la industria sedera en la Valencia del siglo XV*. Valencia: Consell valencià de Cultura, Generalitat valenciana, 1992.

NEGRI, Teofilo de – *Storia di Genova*. Firenze: Giunti, 2003.

OLGIATI, Giustina – *Classis contra regem Aragonum (Genova, 1453-1454). Organizzazione militare ed economica della spedizione navale contro Napoli*. Cagliari: C.N.R., 1994.

ORTÍ GOST, Pere – “Les finances municipals a la Barcelona dels segles XIV i XV: del censal a la taula de canvi”. *Quaderns d'història* 13 (2007), pp. 257-282.

PETTI BALBI, Giovanna – *Comunità forestiere e “nationes” nell'Europa dei secoli XIII-XVI*. Napoli: GISEM, 2001.

PETTI BALBI, Giovanna – “I catalani nella Genova tardomedievale”. In CIFUENTES COMAMALA, Lluís; SALICRÚ LLIUCH, Roser; VILADRICH GRAU, M. Mercè (eds.) – *Els catalans a la Mediterrània medieval. Noves fonts, recerques i perspectives*, Barcelona: IRCVM-Viella, 2015, pp. 263-281.

- PETTI BALBI, Giovanna – “Un sistema di negoziazioni politico-commerciali: i consolati genovesi nel basso Medioevo”. In FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.) – *Negociar en la Edad Media: actas del Coloquio celebrado en Barcelona los días 14, 15 y 16 de octubre de 2004*. Barcelona / Madrid / Val-de-Marne: CSIC / Casa de Velázquez / Université de Paris XII, 2005, pp. 475-487.
- PETTI BALBI, Giovanna – *Negoziare fuori patria. Nazioni e genovesi in età medievale*, Bologna: Clueb, 2005.
- PIERGIOVANNI, Vito – *Norme, scienza e pratica giuridica tra Genova e l'Occidente medievale e moderno*. Vol. 2. Genova: Società ligure di storia patria, 2012, pp. 1173-1174.
- PISTARINO, Geo – “Tratta di schiavi tra Genova e la Spagna nel secolo XV”. *Medievalia* 7 (1987), pp. 125-149.
- ROCCATAGLIATA, Ausilia – *L'Officium Robarie del comune di Genova (1394-1397)*. Genova: Università di Genova, 1989.
- RYDER, Alan – *Alfonso el Magnánimo: rey de Aragón, Nápoles y Sicilia, 1396-1458*. Valencia: Alfons el Magnànim, 1992.
- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel – *El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya: segles XII-XIV*. Vic: Eumo, 1995.
- SCHNETTGER, Matthias; TAVIANI, Carlo (eds.) – *Libertà e dominio: il sistema politico genovese: le relazioni esterne e il controllo del territorio*. Roma: Viella, 2001.
- SOLDANI, Maria Elisa – *Uomini d'affari e mercanti toscani nella Barcellona del Quattrocento*. Barcelona: CSIC, 2010.
- SOLDANI, Maria Elisa – “Comunità e consolati catalanoaragonesi in Toscana, Liguria e Sardegna nel tardo Medioevo”. In TANZINI, Lorenzo; TOGNETTI, Sergio (eds.) – *Il governo dell'economia. Economia e politica tra Italia e Penisola Iberica nel tardo Medioevo*. Roma: Viella, 2014, pp. 257-284.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesus Angel; SICKING, Louis; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz (eds.) – *Diplomacia y comercio en la Europa Atlántica Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015.

VELA AULESA, Carles (ed.) – *La Corona catalanoaragonesa, l'Islam i el món mediterrani*. Barcelona: CSIC, 2013, pp. 259-264.

VERDÉS PIJUAN, Pere – “*Per ço que la vila no vage a perdicó*”: la gestió del deute públic en un municipi català (Cervera, 1387-1516). Barcelona: CSIC, 2004.

VV. AA. – *MEDITERRANEUM. L'esplendor de la Mediterrània medieval s. XIII-XV*. Barcelona: IEMed, 2004.

WUBS-MROZEWICZ, Juastyna; JENKS, Stuart (eds.) – *The Hanse in Medieval and Early Modern Europe*. Leiden; Boston: Brill, 2013.

WUBS-MROZEWICZ, Justyna – “Danzig (Gda'nsk). Seeking stability and autonomy”. In BLOCKMANS, Wim; KROM, Mikhail; WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.) – *The Routledge handbook of maritime trade around Europe 1300-1600*. London: Routledge, 2018, pp. 248-272.

ZUNINO, Stella Maris; DASSORI, Noemi – *Genova e Spagna nel XV secolo. il “Drictus catalanorum” (1424, 1453. 1454)*. Genova: Fratelli Bozzi, 1970.

Inclusión y exclusión de los navegantes del Norte de Castilla en las sociedades portuarias irlandesas a finales de la Edad Media.

*Estudio de caso de San Vicente
de la Barquera y Laredo (España)*

Javier Añíbarro Rodríguez¹

Resumen

Durante la Baja Edad Media muchos navegantes castellanos del mar cantábrico se adentraron en las aguas del Atlántico en búsqueda de oportunidades y riquezas. Durante del desarrollo de sus actividades (comerciales y pesqueras, principalmente), los castellanos entablaron relaciones con los habitantes de villas portuarias de otros reinos. Algunas de esas relaciones fueron meramente comerciales, pero existieron otras políticas (negociaciones con autoridades locales de derechos), culturales (marineros que se ordenaban religiosos en Irlanda), o incluso personales (intercambios de favores por intereses comunes). Los objetivos que nos proponemos en nuestra investigación son identificar a través de las fuentes las relaciones existentes entre marineros de Laredo y San Vicente de la Barquera con habitantes de Irlanda; además, comprobaremos si hubo una inclusión o exclusión hacia los castellanos a partir de los casos estudiados. En este punto deberemos atender a una lectura detallada y crítica de las fuentes, especialmente de testimonios que los propios navegantes aportaron en pleitos y procesos judiciales.

Palabras Clave

Mar; Irlanda; Convivencia; Castilla; Comercio.

¹ Profesor Contratado Doctor Interino. Universidad de Cantabria.

Inclusion and exclusion of navigators from the North of Castile in Irish port societies at the end of the Middle Ages. Case Study of San Vicente de la Barquera and Laredo (Spain).

Abstract

During the Late Middle Ages many Castilian navigators from the Cantabrian Sea entered the waters of the Atlantic in search of opportunities and wealth. During the development of their activities (mainly trade and fishing), Castilians established relationships with the inhabitants of port towns of other kingdoms. Some of these relationships were purely commercial, but also there were political (negotiations with local rights authorities), cultural (sailors who entered the priestly order in Ireland), or even personal (exchanges of favors for common interests). The objectives that we propose in our investigation are to identify the existing relations between sailors of Laredo and San Vicente de la Barquera with inhabitants of Ireland through the sources; in addition, we will check if there was an inclusion or exclusion towards the Castilians from the cases studied. At this point, we must attend to a detailed and critical reading of the sources, especially testimonies that the navigators themselves contributed in lawsuits and judicial processes.

Keywords

Sea; Ireland; Coexistence; Castile; Trade.

Introducción.

El trabajo que presentamos a continuación se basa en varios casos de inclusión y/o exclusión entre los comerciantes y marineros del norte de la península ibérica (concretamente de San Vicente de la Barquera y Laredo) que visitaban las costas de Irlanda y habitantes de éstas. Nuestro principal objetivo es demostrar cómo a través de las fuentes jurídicas es posible detectar trazos de esa convivencia, y también rescatar algunos testimonios para tratar de reconstruir el tipo de relaciones que tuvieron lugar entre los castellanos y los irlandeses.

Por fuentes jurídicas nos referimos a la información que se halla contenida en documentos como ordenanzas municipales, procesos judiciales, o denuncias

emitidas por la autoridad. Dichos documentos se hallan custodiados en Archivos Estatales españoles, entre los cuales destacan la Real Chancillería de Valladolid y el Archivo General de Simancas, que han sido los más empleados para realizar el presente trabajo. El historiador encontrará en las Reales Ejecutorias de la Real Chancillería de Valladolid una documentación rica y precisa sobre el desarrollo de los procesos judiciales, en especial los testimonios de los testigos que fueron llamados a declarar en los pleitos. En el Archivo General de Simancas, se puede acceder a otros documentos más sintéticos pero igualmente útiles: en la Cámara de Castilla (tanto en la sección Pueblos como en Memoriales), y en el Registro del Sello de Corte pueden hallarse las resoluciones de juicios, que si no aportan una información tan minuciosa como las Reales Ejecutorias, siguen siendo de gran utilidad para el historiador, pues muchos de los casos que nos han llegado hasta nuestros días se han conservado únicamente en estas secciones.

En todo caso se trata de una documentación que ofrece problemas si no se trata de la manera adecuada. Es necesario que el historiador tenga en cuenta que la información de esas fuentes se fundamenta en conflictos que superaron una serie de filtros hasta llegar a un proceso judicial, y ello no tiene por qué reflejar la tónica general. Es una documentación sesgada, parcial e incompleta; consecuentemente, sería pertinente que el historiador se preguntara si, a la hora de estudiar la inclusión o exclusión de castellanos en Irlanda, el sesgo de esa documentación estaría arrojando una imagen excesivamente conflictiva y belicosa de la convivencia. La respuesta es, como veremos más adelante, que no necesariamente: si el historiador realiza un análisis cualitativo y profundo de esa información y la contextualiza adecuadamente, percibirá que la sociedad que reflejan esas fuentes no era necesariamente belicosa, que los casos de conflictos que se presentan son aislados, pero que de ellos se pueden deducir los comportamientos normales entre castellanos e irlandeses.

Otro aspecto importante que debemos explicar es el enfoque que queremos proyectar sobre nuestro trabajo: castellanos en Irlanda, pero a través de fuentes castellanas. Se trata por tanto de determinar cómo se percibía en la Corona de Castilla el trato y la convivencia de sus súbditos en tierras irlandesas. Este enfoque viene determinado porque eran los navegantes del mar cantábrico quienes se desplazaban a Irlanda para comerciar. La ausencia de tierra aprovechable para el cultivo de cereal como el trigo en las tierras del cantábrico obligaba a sus gentes a buscar riqueza en aguas extranjeras para obtener el dinero necesario para importar trigo, y esa riqueza la encontraban en los abundantes caladeros irlandeses.

La interacción entre irlandeses y castellanos, fruto de aquella necesidad, dio lugar a todo tipo de relaciones: desde acuerdos puramente comerciales a los amorosos, pasando por los préstamos personales o culturales. Veamos a continuación algunos de aquellos casos.

Los vínculos afectivos entre marineros castellanos y mujeres irlandesas.

El primer caso del que nos ocuparemos se refiere a la necesidad afectiva. El desempeño de la actividad comercial en los puertos del Atlántico llevó a los marineros a visitar tabernas, burdeles, y en general, aquellos lugares donde pudieran encontrar mujeres. No solamente hablamos de prostitución y explotación sexual de la mujer: también debemos incluir otras relaciones afectivas que podían causar perjuicios a la tripulación; pensemos en disputas entre marineros castellanos y familiares o conocidos de una mujer irlandesa. El hecho de que un hombre quisiera quedarse en Irlanda porque había encontrado una mujer de la que se enamoró, podía acarrear problemas a una tripulación que requería de toda la mano de obra posible, o que tenía que dar explicaciones a sus familiares a la vuelta en Castilla. Y viceversa: la mujer que yacía con un hombre y quedaba encinta, quedaba a merced de la miseria, la pobreza y el estigma social, por no hablar de la humillación de su familia. En consecuencia, en términos generales, este tipo de vínculos afectivos generaban disputas y riñas, y no estaban bien vistos ni por la sociedad del puerto que visitaban, ni por los propios marineros.

Por esta razón encontramos ordenanzas que trataron de limitar, o al menos regular, estas prácticas en puertos extranjeros. Así, en 1487 San Vicente de la Barquera ordenó que "...por quanto algunos navios iban a pescar fuera de la villa en Pravia y Codillero, a Galicia y Portugal, e en Andalucia, e Bretaña, e Francia e Irlanda, e en otros qualquier lugares, asi de este Reyno de Castilla, como en otros qualesquier Reynos e Señorios, algunos compañeros iban a buscar algunas mujeres, e por las ir a buscar se les rescrescian encordios, como roidos, e otras muchas cosas que enflaquecian, e venían muchos males, lo qual era en desservicio de Dios nuestro Señor, e de sus conciencias y haciendas, ordenaron que de aquí adelante que qualquier que hubiese qualquier dapno de los susodichos por causa de qualquier mujer, que non le fagan quiñón en quanto estuviere malo..."².

De ese documento se puede deducir que los vínculos afectivos entre marineros que viajaban y mujeres de un puerto eran comunes, y además, demuestra la mala fama que se asociaba a estas prácticas. El texto es demasiado escueto como para determinar si la naturaleza de estas relaciones se refería únicamente a contactos puntuales consentidos, o si incluían la prostitución y otros abusos.

En todo caso, las relaciones sexuales no distinguen de lugares; se habla indistintamente de puertos asturianos, gallegos, andaluces, franceses y, por supuesto,

² SAINZ DIAZ, Valentín – *Notas Históricas sobre la villa de San Vicente de la Barquera*. Santander: Librería Estvdio, 1986, p. 529; SAÑEZ RUART, Antonio – *Diccionario Histórica de los artes de pesca nacional*. Tomo II. Madrid: Lunweg, 1988, p. 436.

irlandeses. Independientemente de la región o el reino, los encuentros sexuales entre hombres y mujeres se ven con sospecha porque tienden a causar conflictos que incluían riñas y peleas entre marineros de la propia tripulación (que el maestre debía de solventar), o entre los marineros y locales del lugar, lo cual era contraproducente para futuros negocios (en especial si las autoridades locales decidían intervenir). En la ordenanza también se habla de que la compañía de las mujeres generaba en los marineros “cosas que enflaquecían”, es decir, se está hablando de enfermedades de transmisión sexual, que causaban debilidad en la tripulación. Dado que el maestre necesitaba que toda su tripulación se encontrara en óptimas condiciones, se emitió esta ordenanza para evitar que este tipo de molestias menoscabaran la capacidad de los marineros.

Sin embargo, es necesario destacar que la ordenanza no prohíbe las relaciones sexuales entre marineros y mujeres de distintos puertos; en lugar de ello las permite o consiente, pero siempre que no perjudiquen a nadie, por eso la normativa se limita a castigar exclusivamente a aquellos que resultasen dañados por estas prácticas.

Relaciones de interés mutuo entre los *oireacht* y los marineros castellanos.

Irlanda fue uno de los destinos preferentes para los marineros castellanos del norte de la península ibérica y fue cada vez más visitado conforme avanza la Edad Media y comienza la Edad Moderna³. Durante la Baja Edad Media, Irlanda fue una zona muy rica en bancos de pescado, aunque paradójicamente los naturales de ese reino no parecían dedicarse a la pesca; por el contrario, los señores locales irlandeses, llamados *oireacht* o *pobal*, preferían conceder licencias de pesca a los extranjeros a cambio de dinero, y comerciar con productos como pieles y cueros que eran muy apreciados en el continente⁴.

Algunos de los marineros que frecuentaron aquellas las costas irlandesas fueron los vecinos de San Vicente de la Barquera, que visitaban concretamente la península de Beara de manera anual a comienzos del siglo XVI. El *oireacht* de Beara, Donal

³ AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Pesca y comercio entre Castilla e Irlanda a finales de la Baja Edad Media. El caso de los marineros de San Vicente de la Barquera en Irlanda (1489-1517)”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel (eds.) – *Las sociedades portuarias de la Europa Atlántica en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2016, pp. 137-162, pp. 156-157; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Gentes de mar en los puertos medievales del Cantábrico”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; BOCHACA, Michel; ANDRADE, Amélia Aguiar (eds.) – *Gentes de mar en la Ciudad Atlántica Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Medievales, 2012, pp. 19-44, pp. 42-43; CHILDS, Wendy; O’NEILL, Timothy – “Overseas trade”. In CROSGROVE, Art (ed.) – *A new History of Ireland*. Vol. II. Oxford / New York: Oxford University Press / Clarendon Press, 1987, pp. 492-524, p. 504.

⁴ DUFFY, Patrick; EDWARDS, David; FITZPATRICK, Elizabeth – “Introduction”. In DUFFY, Patrick; EDWARDS, David; FITZPATRICK, Elizabeth (eds.) – *Gaelic Ireland c. 1200-1650. Land, Lordship and Settlement*. Dublin: Four Courts Press, 2001, pp. 21-73, p. 39; CHILDS, Wendy – “Ireland’s Trade with England in the Later Middle Ages”. *Irish Economic and social history* 9 (1982), pp. 5-33, p. 6.

O'Sullivan, estableció una serie de acuerdos de interés mutuo entre los marineros del cantábrico y él mismo⁵. Por un lado, los vecinos de San Vicente de la Barquera llevaban a Irlanda bienes de lujo como vino tinto y blanco, alumbre, sedas, corales y azafrán que ocupaban poco espacio en las bodegas y servían para obtener una alta liquidez. Junto a ello los marineros también traían importantes cantidades de sal que utilizarían en las pesquerías, pero que también podían vender a los irlandeses para emplearla en su industria de cueros⁶. Además de acceder a ese tipo de mercancías, muy difíciles de obtener en el mercado europeo, los irlandeses vendían pertrechos como víveres, agua dulce, madera, telas y otras mercancías necesarias para mantener a la tripulación y arreglar los daños sufridos en las embarcaciones por las travesías⁷. De ese modo los vecinos de San Vicente contribuían a mantener la economía local. También los castellanos debían contribuir económicamente mediante el pago de tasas fiscales al *oireacht* en concepto de permisos de paso, acceso a las pesquerías, y protección mientras faenaran en aquellas aguas frente a ataques de corsarios u otros señores locales. En la aceptación y pago de aquellas tasas, también se reconocía al *oireacht* como autoridad de aquellas tierras, con lo cual se legitimaba frente a sus súbditos, que percibían que, gracias a su gestión, llegaban productos y riquezas a la villa.

Existencia de acuerdos de tipo informal: el préstamo de embarcaciones castellanas a los irlandeses.

Acuerdos como los antes mencionados cristalizaron en forma de convivencia pacífica, aunque también hubo episodios de tensión. Paradójicamente es a través de los conflictos que quedaron registrados como el historiador es capaz de percibir hasta qué punto era normal la relación cotidiana entre marineros castellanos y los naturales irlandeses. En el caso en el que a continuación nos referiremos esa tensión no es ni siquiera entre irlandeses y castellanos, sino entre los propios castellanos.

En 1503 se registraron unas desavenencias sobre la propiedad de unas pequeñas embarcaciones que unos vecinos de San Vicente de la Barquera habían dejado en Irlanda. El problema estribaba en que esas barcas se habían perdido en Irlanda, y

⁵ AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Merchants ambushed in foreign lands in the Late Middle Ages: the case of seafarers from Cuatro Villas in the North of Castille, Spain”. *Comparative Legal History* 5:1 (2017), pp. 72-87, pp. 81-82.

⁶ AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Pescadores, mulateros y mercaderes de los puertos cantábricos: la distribución del pescado irlandés en el norte de Castilla a finales de la Edad Media”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 341-356, p. 347.

⁷ NAESSENS, Paul – “Gaelic lords of the sea: the coastal tower houses of South Connemara”. In DORAN, Linda; LYTTLETON, James (eds.) – *Lordships in medieval Ireland. Image and reality*. Dublin: Heritage Council of Ireland, 2007, pp. 217-235, p. 223.

sus propietarios exigían una compensación que se estimaba alrededor de los 7.000 maravedís. Si analizamos el caso en profundidad, es posible averiguar que aquellas embarcaciones eran las pequeñas pinazas que empleaban los castellanos cuando iban a pescar a los caladeros de Irlanda y que iban adosadas a las naos, más grandes, que empleaban para transportarse: traer esas embarcaciones de vuelta a Castilla implicaba una pérdida de espacio que podía ser empleado en almacenar mercancía de mayor valor que las propias barcas; además eran embarcaciones de poco calado, ligeras y fáciles de volcar ante el mar embravecido de finales de otoño que les esperaba a su regreso a Castilla. Por esta razón los castellanos se las confiaban a los irlandeses que habían conocido durante la campaña pesquera de verano, quienes podían hacer uso de ellas durante el invierno⁸.

En términos generales eran chalupas que podían volver a utilizarse en la campaña siguiente, durante unos dos o tres años (en el documento que analizamos se indica que eran nuevas, una tenía apenas un año y otra dos o tres), pero que también debían de renovarse frecuentemente. Los propios vecinos de San Vicente de la Barquera eran conscientes de que los irlandeses se internaban en las peligrosas aguas de Irlanda durante el invierno y perecían con ellas, o simplemente eran lo suficientemente valiosas como para que alguien las robara mientras sus legítimos propietarios se hallan ausentes⁹. Los irlandeses confiaban en que las barcas de los castellanos estuvieran en buenas condiciones, pues las empleaban a su antojo incluso arriesgando su vida al emplearlas en invierno; además sabían que sus propietarios no les iban a responsabilizar de la pérdida de las embarcaciones (recordemos que el pleito es entre castellanos, no entre castellanos e irlandeses); desde la parte de los castellanos, estos confiaban en que los irlandeses cuidaran de sus embarcaciones sin pedir nada a cambio.

Desconocemos los detalles en este tipo de acuerdos. El hecho de que los castellanos no pleiteen contra los irlandeses sugiere que, o bien no querían enfrentarse a ellos, o bien que en el acuerdo tácitamente se asumía un alto riesgo de perder la embarcación. Esta circunstancia evidencia que este tipo de acuerdos eran de carácter informal, y se basaban más en la confianza entre las partes que en un contrato escrito. Pero precisamente por la naturaleza informal del contrato, se nos revela que había un grado de integración indiscutible entre los castellanos y los irlandeses: se comunicaban con las mismas personas año tras año, y aunque el idioma y la cultura

⁸ Valladolid, Archivo de la Real Chancillería de Valladolid. *Reales Ejecutorias* c. 213/18; citado en PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés – “La práctica mercantil marítima en el Cantábrico Oriental (siglos XV-XIX), *Cuadernos de Historia del derecho* 7 (2000), pp. 13-128, p. 39.

⁹ Valladolid, Archivo de la Real Chancillería de Valladolid. *Reales Ejecutorias* c. 213/18. Cuando Juan de Mioño fue a buscar las barcas a Irlanda “... le fuera dicho por las personas a que avya quedando las dichas varcas que la una de ellas avya perdido en la mar con *çiertos* yreses (irlandeses) que en ella pasavan de un puerto a otro e que la otra que avya hurtado non sabya quyen como otras muchas varcas que solian hurtar de los vecinos de la dicha villa quando asy las dexavan en la dicha Yrlanda de un año para otro”.

fueran diferentes, irlandeses y castellanos conectaron y con el tiempo entablaron relaciones de confianza mutua que se perciben en este tipo de acuerdos¹⁰.

El conocimiento de los castellanos de la geografía y gente irlandesa.

Las relaciones de convivencia con los irlandeses no siempre fueron pacíficas, también hubo episodios de tensión. Así, cuando unos marineros de San Vicente de la Barquera a las órdenes de Pedro Gutiérrez de Comillas visitaron aguas cerca de Bantry en 1515, sabemos que el hijo primogénito del *oieracht* de Beara, Donal O'Sullivan, atacó, secuestró y robó a unos vecinos de San Vicente que se habían adentrado en aquellas aguas para pescar y comerciar, a pesar de contar los castellanos con un seguro y el amparo de su padre. El problema es que este episodio lo conocemos únicamente por los testimonios que dieron los castellanos cuando regresaron a Castilla, pues alegaron que "(...) los vecinos de esta vylla [de San Vicente de la Barquera] van cada un año al dicho Reyno de Yrlanda en sus navíos e el dicho señor [Donal O'Sullivan, señor de Beara] los asegurese, les lleva por cada navyo çiertos ducados porque los asegura"¹¹.

Lo primero que nos llama la atención, y que confirma lo ya expuesto antes, es que, en los albores del siglo XVI, los castellanos se hallan integrados dentro de las sociedades portuarias de Irlanda, hasta el punto de que visitan las mismas zonas y a las mismas gentes año tras año. Ello demuestra el éxito de las expediciones anteriores, y el compromiso de mantener esos contactos en el futuro. El episodio de Bantry demuestra que los marineros castellanos que visitaban la península de Beara y sus alrededores conocían la zona. Lo demuestran hechos como que Pedro Gutiérrez de Comillas, al comprobar que iban a ser atacados y robados, convenció a un joven mozo llamado Juan Román para que escapara del barco y, con la ayuda de 400 reales de plata que le dio (y que había obtenido de la venta de ciertas mercancías que había traído de la península ibérica), buscara ayuda. El joven sabía hacia dónde dirigirse: había un monasterio franciscano en el que consiguió refugiarse¹². El dinero

¹⁰ AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Pesca y comercio entre Castilla e Irlanda...” pp. 152-153.

¹¹ Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 360.

¹² Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 360, fol 2v, en donde el propio Pedro Gutiérrez de Comillas pregunta a los testigos “sy saben que de mas de lo que dicho es, fueron a la yglesia de Sant Françisco donde se refuxo un conpanero de los que comigo yban en el dicho lugar de Bientres [Bantry] e le sacaron por fuerça de la dicha yglesia e asy sacado ponyendole los cochyllos a los pechos e faziendole otras ynjuryas e queriendole matar. De fecho le tomaron e robaron por fuerça e contra su voluntad quatroçientos reales e nueve ducados de oro segund la estimaçion del dicho Reyno de Yrlanda”. Esta pregunta es confirmada por el propio testigo Juan Roman más adelante, en 5r “que este testigo [Juan Roman] es el mysmo que sacaron de la dicha Yglesia el dicho Danol [Donal O'Sullivan] e su gente, e le tomaron la dicha moneda como es contenyo en la dicha pregunta, e que todo ello es asy muy çierto e notorio”, y otro testigo llamado Juan, hijo de Fernando de Robredo, afirmó que el plan de escapar con el dinero y acogerse a sagrado se planeó en el propio barco, 6r: “es çierto que la dicha moneda era del dicho Pedro Gutierrez, e vio como el dicho Pedro Gutierrez lo dio a Juan Roman conpanero que yba en el dicho barco para que se acogiese con ello

se lo dio al mozo antes de ser atacados y abordados en el barco, y algunos testigos afirman que el propio Pedro Gutiérrez de Comillas le dio indicaciones sobre a dónde ir y qué hacer. El propio Juan Román siguió las indicaciones, llegó y consiguió que le abrieran las puertas. Lamentablemente para él, los hombres de Donal O'Sullivan se enteraron de ello y tras dirigirse al monasterio franciscano, sacaron al mozo de la iglesia por la fuerza y a punta de cuchillo.

No sólo conocían el urbanismo y la geografía de la zona: también conocían a los vecinos más importantes: aseguran que todos los españoles que visitaban Irlanda conocían tanto a Donal O'Sullivan (padre) como a su hijo, razón por la cual pudieron identificar sin ningún problema a sus agresores: Donal O'Sullivan hijo¹³. Además, hay otro indicio que nos permite deducir que los castellanos no eran completos extraños en la zona: pese a robarles, y maltratarles, les mantuvieron con vida. En lugar de ejecutarles, les abandonaron y dejaron en lo alto de una montaña: “e nos llevaron presos atados como dicho es, las manos atrás e con violartes a los pescueços, a unas montanas arriba en que nos dexaron donde nos venymos asy robados e maltratados”.

Sobre este caso no se puede averiguar con total certitud cuál fue el origen de la ruptura de la convivencia: resulta extraño que unas gentes que eran ya conocidas en la villa de Bantry y que visitaban a sus gentes para comerciar y pescar año tras año, sean maltratadas de ese modo. La pregunta que se nos plantea es obvia: ¿qué hicieron los castellanos para generar ese comportamiento? El propio Pedro Gutiérrez de Comillas afirmó que tras lo ocurrido pidió cuentas a Donal O'Sullivan padre, pero que sus peticiones cayeron en balde, con lo cual no parece que los castellanos hubieran incurrido en alguna ilegalidad¹⁴. También aseguran haber pagado el seguro que pagaban cada año. La impresión tras leer los testimonios de los castellanos es que Donal O'Sullivan (hijo) actuó por su cuenta, al margen de su padre, pero esa versión es la que interesa a los castellanos, y no explica algunos cabos sueltos como por qué, si Donal O'Sullivan hijo actuaba al margen de su padre, nadie opuso resistencia cuando asaltaron el monasterio franciscano, o por qué el propio Donal O'Sullivan (padre) no quiso reparar el daño hecho por su hijo, con los costes económicos y de prestigio que ello suponía (dejarían de visitar la zona, pagar las tasas, traer mercancía exótica, etc...). Tal vez alguna de las claves resida en el contexto; desde las últimas décadas

al dicho monasterio por que no ge lo robasen, e la dicha moneda dixo que viera que el dicho Pedro Gutierrez lo fiziera de las dichas mercadoryas que llevara al dicho Reyno de Yrlanda”.

¹³ Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 360, fol. 4v “que en toda la tierra de Yrlanda es avido e thenydo el dicho Danol [Donal O'Sullivan] por hijo legitimo del dicho señor de Viaran [Beara] y es mayorasgo de los hijos que el tiene y por todos los españoles lo tienen por tal su hijo”.

¹⁴ Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 360, fol. 3r en palabras del propio Pedro Gutierrez de Comillas: “e sy saben que yo me quexe al dicho señor de Viaran [Beara] del dicho su hijo el qual no estante que supo todo lo suso dicho ser asy nunca me quysio remediar ny faser justicia, antes lo avya por bueno”.

del siglo XV y comienzos del XVI, la Corona Inglesa empezó a prestar atención al tráfico marítimo de Irlanda y se percibe un intento de control fiscal en estas zonas que contravenían a los intereses de los *oireacht* locales, lo cual generó tensiones entre ambos poderes¹⁵. Tal vez este ataque se produjo en el contexto de alguna de estas tensiones, por ejemplo, al pagar los castellanos a las autoridades inglesas alguna tasa que hasta entonces habían pagado a los irlandeses¹⁶.

El respeto y la empatía hacia un preso castellano en Cork.

En el caso de Bantry que acabamos de exponer, indicábamos que los agresores irlandeses decidieron dejar con vida y liberar a los marineros castellanos en lo alto de una montaña, probablemente porque les conocían. Sin embargo, tenemos un ejemplo de otro marinero que fue hecho prisionero y al cual los irlandeses no conocían de nada: es el caso de Sancho González de la Obra, un vecino de Laredo que fue apresado en 1487 cuando viajaba de Youghal hacia Kinsale por unos asaltantes de Cork¹⁷. Su caso nos servirá para comprender, en la medida de lo posible, las relaciones existentes entre irlandeses y castellanos en un claro caso de exclusión.

Cuando Sancho González de la Obra fue llevado a Cork le condujeron a una “torre fuerte” y allí le pusieron cerrojos en pies y manos durante seis meses. Pese a ello, el prisionero no parece que fuera maltratado, al contrario; el propio Sancho González de la Obra admitió en su testimonio que existía comunicación entre sus captores: le explicaron que fue apresado porque otros súbditos de Castilla, concretamente unos guipuzcoanos, les habían robado previamente. Sancho, pese a estar preso, pudo realizar diligencias y autos suplicando su liberación, hasta que finalmente logró que sus captores negociaran con él y le soltaran. Para ello tuvo que asumir la deuda de los guipuzcoanos y pagársela a los irlandeses, aunque ellos sabían que no era culpa de Sancho: “E dis que consoçiendo ellos [los irlandeses] el ser ynoçente e syn culpa del dicho caso, le dieron poder para quel cobrase las dichas tresyentas coronas de oro de los tales tomadores e forçadores de su navio e mercancías”. Así pues, los irlandeses de Cork le facilitaron a Sancho el nombre de los ladrones guipuzcoanos y un documento de poder. De eso modo, cuando regresó a Castilla, Sancho pudo reclamar a los guipuzcoanos el dinero perdido.

Los irlandeses de Cork podrían haber ejecutado a Sancho González de la Obra y quedarse con su barco y mercancía, de modo que no tendrían que encerrar a un hombre extranjero ni alimentarle durante meses. Pero no lo hicieron por varios

¹⁵ KOWALESKI, Maryanne – “The expansion of the South-Western Fisheries in Late Medieval England”. *The Economic History Review. New Series* 53,3 (2000), pp. 429-454, p. 443.

¹⁶ AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Merchants ambushed...” p. 82.

¹⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Política Internacional de Isabel la Católica*. Tomo II. Valladolid: Universidad de Valladolid, Departamento de Historia Medieval, 1969, p. 417, doc. 109.

motivos: uno de ellos era que Irlanda, en su conjunto, se beneficiaba del comercio marítimo entre la península ibérica y la isla, y a las autoridades no les interesaba que esas relaciones se deterioraran por culpa de ataques puntuales. Ello explica que las autoridades de Cork optasen por actuar acorde con unas normas encaminadas a mejorar la convivencia y no a generar más conflictos. Además, el hecho de encerrar a Sancho González de la Obra transmitía a un mensaje a Castilla: que los ataques de los castellanos a los irlandeses no quedarían impunes.

A ello debemos de sumar que el propio Sancho afirma que los irlandeses le tienen por inocente, lo que presupone cierta empatía por parte de sus captores, que pudo haber facilitado la convivencia. El propio Sancho González de la Obra, pese a permanecer preso, no fue aislado completamente: sus captores le respetaron su barco y su mercancía en todo momento, que no fue vendida ni subastada; se le permitió una defensa legal, pues pudo llevar a cabo autos y diligencias, para lo cual probablemente tuvo que contar con algún tipo de ayuda como algún traductor o procurador. El resultado de esa defensa fue la negociación de su libertad, y lo logró sin que tuviera que pedir dinero a nadie, pues se le permitió pagar con la mercancía que le había sido prendida.

La promoción social a través del ordenamiento de clérigos castellanos en Irlanda.

El último caso que trataremos se centra en otra de las consecuencias de las frecuentes visitas de súbditos castellanos a Irlanda. Anteriormente en este mismo estudio vimos que en Bantry los castellanos tenían contactos con los *oireacht* locales. No sería extraño que también establecieran algún tipo de vínculo con los poderes eclesiásticos de la zona, al fin y al cabo, los castellanos conocían un monasterio franciscano al cual pudieron acceder. Este tipo de relaciones con la Iglesia irlandesa trascendieron hasta el punto de que algunos marineros que lo solicitaron fueron ordenados clérigos “de corona” en Irlanda, lo cual podría generar en el historiador multitud de preguntas: ¿la vocación religiosa en Irlanda era más intensa que en Castilla? ¿Había algo en la cultura irlandesa que atraía al fiel a adoptar un mayor compromiso con los Evangelios? ¿Estaban tan integrados los castellanos en Irlanda que hasta se promocionaban socialmente mediante el sacramento del orden sacerdotal? La respuesta a estas preguntas es que, a juzgar por las fuentes que nos informan de este tipo de nombramientos eclesiásticos, la motivación del sacramento poco tenía que ver con la cultura o la religión.

Estas prácticas las conocemos desde 1513 por las quejas emitidas desde el Corregimiento (administración territorial castellana con jurisdicción civil), concretamente desde la villa de San Vicente de la Barquera, hacia los reyes, por lo

cual debieron de haberse iniciado mucho antes¹⁸. En primer lugar, en dichas quejas se indica lo desproporcionado del porcentaje de marineros que se ordenaban “de corona”: “los veçinos de la dicha villa de San Viçente van en cada un año a sus pesquerias al reyno de Yrlanda mas de quinientos o seisçientos onbres, e que los años pasado se han ordenado de corona en el dicho Reino de Irlanda de los vezinos de la dicha villa mas de quatroçientos hombres”. Más adelante se concluye que “son tantos los dichos coronados que casi en la dicha villa no hay quien no sea de corona de Irlanda ordenado”.

Es decir, según las autoridades civiles castellanas, más de dos tercios del total de hombres que visitaban las pesquerías de Irlanda se hacían “coronar” allí, lo cual lleva a presuponer que lo hacían prácticamente por sistema. Recordemos que eran marineros y pescadores, no intelectuales, y que muchos de los cuales tenían mujeres e hijos en tierra, pero ello tampoco parecía ser un impedimento para obtener “la corona” o tonsura en Irlanda, pues lo adquirieron “siendo muchos de ellos casados e desposados, e otros sin saber leer ni escribir”.

El grado del orden sacerdotal al que accedían estos vecinos era el más bajo, la tonsura, que en la documentación figura como ordenamiento “de corona” por afeitarse una parte concreta de la cabeza para manifestar su nueva posición, pero que era suficiente para que en Castilla escapasen de la jurisdicción civil (seglar) y solamente pudieran ser juzgados por un tribunal eclesiástico: éste era el motivo de queja desde el corregimiento a los reyes: “se ordenan de corona muchos de los dichos veçinos a cuya causa han hecho e cometido muchos delitos en la dicha villa los tales coronados de Yrlanda y no han sido punidos e ni castigados por que luego se llaman a las dichas coronas y el juez eclesiástico descomulga al corregidor e justiçia de la dicha villa, e de ello se sigue deservioçio a vuestra alteza e se usurpa su jurisdioçion real y los delitos quedan syn punyçion e castigo”. Los delitos concretos se detallan en otro documento de 1516, que refleja una tensión constante entre los poderes seglares y eclesiásticos en la villa de San Vicente de la Barquera¹⁹.

Por ello podemos concluir que los castellanos obtenían la tonsura en Irlanda debido a cuestiones legales, no culturales. Los requisitos para acceder a este nuevo estatus jurídico en Irlanda eran mucho más laxos que en Castilla, lo cual fue aprovechado por los vecinos de San Vicente de la Barquera en su favor. Cuando los

¹⁸ Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 383.

¹⁹ Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 367, la regesta aparece en BLANCO CAMPOS, Emma; ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – *Documentación referente a Cantabria en el Archivo General de Simancas. Sección Cámara de Castilla (años 1483-1530)*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 2005, doc. 506, p. 323, el documento es de 1516 y los crímenes concretos que se mencionan en la regesta son “tomar las armas, excomulgar a las justicias de la villa, tomar corona en Irlanda, cometer y amparar delitos, no enviar a los culpables al obispo de Burgos, hacer cohechos, levantar cruces y maldecir a un regidor con salmos y tirarle piedras en unión de los frailes del convento de San Francisco, y por último, comprar y vender vino y otras mercancías sin querer pagar por ellos.”

nuevos ordenados regresaban a Castilla, aprovechaban su nueva condición social para cometer todo tipo de abusos e ilegalidades con impunidad, sabedores que solamente un juez eclesiástico tendría competencias sobre ellos.

Aunque podríamos calificar este tipo de prácticas como un tipo de fraude (y en realidad, lo eran), ello no impide que nos aporten una valiosa información para estudiar la inclusión o exclusión de los marineros castellanos en Irlanda. Este episodio, de hecho, demuestra que los castellanos supieron entablar relaciones no sólo con poderes civiles o seculares, sino también eclesiásticos. En ese proceso probablemente los castellanos acudieron a misas, ceremonias, oficiaron servicios, y sobre todo, sobornaron o pagaron de algún modo a cargos importantes de la iglesia irlandesa. En otras palabras: los castellanos estaban completamente familiarizados con los mecanismos y códigos que permitían acceder a la tonsura en Irlanda; eran conscientes de las facilidades que les ofrecía la corrupción interna de la iglesia irlandesa a comienzos del siglo XVI y lo aprovecharon para conseguir promocionarse socialmente.

Conclusiones.

A lo largo de este estudio hemos empleado diferentes enfoques para determinar los vínculos y la convivencia existente entre los marineros castellanos del norte peninsular y los irlandeses de las regiones que visitaron. Aunque todas las fuentes empleadas son de naturaleza jurídica, la información que el historiador puede extraer de ellas trasciende la mera legalidad. Al identificar y analizar las fuentes procedentes de procesos judiciales, y si se realiza una cuidosa lectura de las mismas, es posible identificar patrones que demuestran que existió una convivencia y cierta integración de los marineros castellanos en las villas irlandesas.

Las ordenanzas de cofradías demuestran la existencia de relaciones afectivas entre marineros y mujeres de otros reinos, aunque se consideran arriesgadas. El intento de las cofradías por regular este tipo de comportamientos está encaminado a mantener las buenas relaciones entre visitantes y naturales de un lugar, y por tanto de mantener una convivencia pacífica entre ambas partes.

La simbiosis entre los mercaderes y pescadores castellanos con los *oireacht* o señores locales demuestra un interés mutuo en mantener contactos que enriquecían a castellanos e irlandeses y legitimaba a los gobernantes locales.

El préstamo de embarcaciones castellanas a los irlandeses entre invierno y primavera demuestra no sólo la existencia de una relación de convivencia entre ambas partes, sino también de que dicha convivencia se mantuvo a lo largo de varios años. El hecho de que el préstamo de barcas se realizara mediante acuerdos informales, probablemente de carácter oral, presupone la existencia de un conocimiento del

lenguaje (aunque sea rudimentario) y una confianza mutua entre irlandeses y castellanos.

El caso del ataque en las inmediaciones de Bantry debe contextualizarse como un episodio aislado. Los mismos testigos aclaran que visitaron durante varios años esa región y conocían la geografía y a las gentes del lugar. Aunque no podemos acreditarlo con pruebas, parece que los castellanos también eran bien conocidos en Bantry, puesto que sus agresores los dejaron libres en una montaña cercana.

El episodio de Cork demuestra que algunos irlandeses apresaron a castellanos inocentes como castigo de delitos cometidos contra irlandeses por otros súbditos castellanos. En sí, este comportamiento no supone una novedad: se trata de un mecanismo similar al funcionamiento de una carta de marca. Lo interesante es cómo trataron al preso: se le respetó, dentro de lo posible, hasta el punto de que se percibe cierta empatía entre el excluido y la sociedad; esa empatía facilitó una negociación en la que todos lograron algo: los irlandeses el pago por lo robado y el castellano su liberación y documentos para poder pleitear en Castilla lo robado por sus compatriotas.

El hecho de que los castellanos se hagan ordenar clérigos en grado de tonsura en Irlanda demuestra que eran capaces de integrarse dentro de los mecanismos de promoción eclesiástica irlandesa, aunque en realidad ya hemos demostrado que tras ello se escondían malas prácticas y corruptelas.

En suma, es posible afirmar que las relaciones de pescadores y mercaderes castellanos en Irlanda trascendieron el carácter meramente comercial de las actividades que desempeñaron en la isla. Por consiguiente, pudieron integrarse en las villas irlandesas. Sin embargo, estamos hablando de una integración limitada, que no se desarrolló plenamente dado el carácter estacional, intermitente y no continuado de las relaciones.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes manuscritas:

Valladolid. Archivo de la Real Chancillería de Valladolid. *Reales Ejecutorias* c. 213/18.

Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 360.

Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 383.

Valladolid. Archivo General de Simancas. *Cámara de Castilla. Pueblos*. Leg. 17, doc. 367.

Fuentes impresas:

BLANCO CAMPOS, Emma; ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – *Documentación referente a Cantabria en el Archivo General de Simancas. Sección Cámara de Castilla (años 1483-1530)*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 2005.

SAINZ DIAZ, Valentín – *Notas Históricas sobre la villa de San Vicente de la Barquera*. Santander: Librería Estvdio, 1986.

SAÑEZ RUART, Antonio – *Diccionario Histórica de los artes de pesca nacional*, Tomo II, Madrid: Lunweg, 1988.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Política Internacional de Isabel la Católica*. Tomo II. Valladolid: Universidad de Valladolid, Departamento de Historia Medieval, 1969.

Estudios:

AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Merchants ambushed in foreign lands in the Late Middle Ages: the case of seafarers from Cuatro Villas in the North of Castille, Spain”. In *Comparative Legal History* 5:1 (2017), pp. 72-87.

AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Pesca y comercio entre Castilla e Irlanda a finales de la Baja Edad Media. El caso de los marineros de San Vicente de la Barquera en Irlanda (1489-1517)”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel (eds.) – *Las sociedades portuarias de la Europa Atlántica en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2016, pp. 137-162.

AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Pescadores, mulateros y mercaderes de los puertos cantábricos: la distribución del pescado irlandés en el norte de Castilla a finales de la Edad Media”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 341-356.

- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Gentes de mar en los puertos medievales del Cantábrico”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; BOCHACA, Michel; ANDRADE, Amélia Aguiar (eds.) – *Gentes de mar en la Ciudad Atlántica Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Medievales, 2012, pp. 19-44.
- CHILDS, Wendy – “Ireland’s Trade with England in the Later Middle Ages”. *Irish Economic and Social History* 9 (1982), pp. 5-33.
- CHILDS, Wendy; O’NEILL, Timothy – “Overseas trade”. In CROSGROVE, Art (ed.) – *A new History of Ireland*. Vol. II. Oxford / New York: Oxford University Press / Clarendon Press, 1987, pp. 492-524.
- DUFFY, Patrick. J.; EDWARDS, David; FITZPATRICK, Elizabeth – “Introduction”. In DUFFY, Patrick; EDWARDS, David; FITZPATRICK, Elizabeth (eds.) – *Gaelic Ireland c. 1200-1650. Land, Lordship and Settlement*. Dublin: Four Courts Press, 2001, pp. 21-73.
- KOWALESKI, Maryanne – “The expansion of the South-Western Fisheries in Late Medieval England”. *The Economic History Review. New Series* 53, 3 (2000), pp. 429-454.
- NAESSENS, Paul – “Gaelic lords of the sea: the coastal tower houses of South Connemara”, in DORAN, Linda; LYTTLETON, James (eds) – *Lordships in medieval Ireland. Image and reality*. Dublin: Heritage Council of Ireland, 2007, pp. 217-235.
- PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés – “La práctica mercantil marítima en el Cantábrico Oriental (siglos XV-XIX)”. *Cuadernos de Historia del derecho* 7 (2000), pp. 13-128.

Los extranjeros en los gobiernos de las ciudades de la Andalucía atlántica a finales de la Edad Media

Enrique José Ruiz Pilares¹

Resumen

La estructura del gobierno de las ciudades andaluzas bajomedievales es un tema de estudio que ha recibido gran atención por la historiografía en las últimas décadas. A pesar de ello, son pocos –y muy dispersos– los trabajos que han analizado la composición interna de la sociedad política urbana. En la presente investigación hemos pretendido conocer el grado de integración e incorporación en los órganos de poder de las ciudades de los extranjeros, principalmente los dedicados a los negocios mercantiles y financieros, los cuales fueron habituales en la región mucho antes de su conquista por los castellanos en el siglo XIII. Los resultados obtenidos nos han permitido minimizar el protagonismo real de estas comunidades en la cúspide del poder político urbano, al menos directamente, ya que no se debe menospreciar la influencia indirecta que ejercían estos colectivos, especialmente los genoveses, sin los cuales no puede comprenderse el dinamismo y desarrollo económico de la región en la Baja Edad Media.

Palabras clave

Extranjeros; mercaderes; gobierno urbano; Andalucía; Baja Edad Media.

¹ Universidad de Cádiz.

Foreigners in the urban governments of the Atlantic Andalusia in the Late Middle Ages

Abstract

The urban governments in the Andalusian late Middle Ages is research topic that has received a great deal of attention by historiography in the last decades. Nevertheless, there are few works that have analyzed the social structure. In this investigation, we have tried to know the degree of integration and incorporation of the foreigners in the organs urban power. We focus mainly on those dedicated to commercial and financial activities, whose presence in the region was before the Castilian conquests of the thirteenth century. The results obtained have allowed us to minimize the real leading role of these communities in the urban structures power. Even so, the indirect influence of these merchants is undeniable: they were the protagonists of the development and economic dynamism of the region in the Late Middle Ages.

Keywords

Foreigners; merchants; urban government; Andalusia; Late Middle Ages.

Introducción².

Cuando las tropas castellanas conquistaron Andalucía Occidental a los almohades en el siglo XIII, la presencia de comunidades mercantiles extranjeras en la región, como genoveses o portugueses, era ya frecuente³. No extraña que personajes de estas comunidades aparezcan en los registros de repobladores de las poblaciones conquistadas. Ello no significó que su integración fuese lo habitual en las sociedades locales. La mayoría de estos mantuvieron su condición de estante – transeúnte – y su participación en la vida urbana se limitó a sus intereses económicos en la región,

² Este trabajo forma parte del proyecto de investigación financiado por el Ministerio de Educación y que lleva por título “*Solidaridad y/o exclusión en las fronteras marítimas. Castilla en la baja Edad Media*” (referencia HAR2013-48433-c2-2-p).

³ Un amplio estado de la cuestión de la problemática, centrado en las comunidades de origen italiano, en GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Presencia diferencial italiana en el sur de la Península Ibérica en la Baja Edad Media. Estado de la cuestión y propuesta de investigación”. *Medievalismo*. 23, (2013), pp. 175-208.

como se ha constatado en diferentes espacios castellanos⁴. Tomando como referencia los últimos trabajos de Raúl González Arévalo, a finales de la Edad Media solo un 10-15% de los genoveses – la comunidad extranjera más importante – que llegaban a las costas andaluzas se asentaban definitivamente en ellas⁵. De este reducido porcentaje, en este trabajo nos interesa resaltar el papel jugado por un número de personajes aún menor: aquellos que ascendieron socialmente y consiguieron alcanzar un asiento en los concejos urbanos, órganos que regulaban y controlaban la vida pública de las ciudades bajomedievales. Aunque contamos con trabajos centrados en diferentes concejos de la zona que incluyen referencias de contexto sobre la penetración de estas comunidades en la vida política local – como se señalará en este estudio –, son pocos los estudios que incluyen referencias generales sobre este fenómeno. Motivo suficiente para emprender una investigación de estas características.

La hipótesis principal que nos planteamos en este trabajo es conocer el grado real de ascenso social de estas comunidades foráneas en las ciudades de la costa atlántica, más allá de las referencias generales que aporta la historiografía. Nos interesa exclusivamente el control de los oficios de gobierno urbano —regidores y jurados—, descartando aquellos cargos vinculados a las finanzas —como los arrendamientos—, donde era habitual la presencia de extranjeros por su condición de mercaderes y prestamistas. Tampoco nos interesa el ejercicio de oficios de carácter militar —como alcaldías de castillos— o de carácter religioso, ya que, aunque son indicadores de su integración social, en ningún caso significa el acceso directo a los resortes del poder urbano, asunto central de esta investigación⁶.

La segunda cuestión, interrelacionada con la primera, es conocer los lugares de concentración de este fenómeno. Para acometer esta investigación hemos acotado el marco de estudio a todas las ciudades y villas de la costa Atlántica de mayor entidad poblacional – un mínimo de 400 vecinos, en torno a 1.500 o 2.000 habitantes – desde Ayamonte, en la frontera con Portugal hasta el estrecho de Gibraltar, en donde las aguas del océano se encuentran con las del Mediterráneo. Para ello se ha tomado como referencia el censo de vecinos –no de habitantes– realizado por la corona

⁴ BELLO LEÓN Juan Manuel – *Extranjeros en Castilla (1474-1501): notas y documentos para el estudio de su presencia en el reino a fines del siglo XV*. Tenerife: ed. Los Realejos, 1994; VALDEON BARUQUE, Julio – “Las colonias extranjeras en Castilla: II. Al sur del Tajo (los italianos en Andalucía en la Baja Edad media)”. *Anuario de estudios Medievales* 10, (1980-1982), pp. 487-503; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los genoveses en Sevilla y su región (siglos XIII-XVI): elementos de permanencia y arraigo”. In LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.) – *Los mudéjares de Castilla y otros estudios de Historia Medieval andaluza*. Granada: Universidad de Granada, 1989, pp. 283-312. SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Protéger et contrôler la présence et les activités des étrangers dans les villes portuaires du Nord de la Couronne de Castille au Moyen Age”. *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest* 117, 1 (2010), pp. 209-222.

⁵ GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Integración y movilidad social de las naciones italianas en la Corona de Castilla: genoveses, florentinos y venecianos en la Andalucía bajomedieval”. In TANZINI, Lorenzo; TOGNETTI, Sergio (coords.) – *La mobilità sociale nel Medioevo italiano. Competenze, conoscenze e saperi tra professioni e ruoli sociali (secc. XII-XV)*. Roma: Viella, 2016, p. 400.

⁶ Varios ejemplos de acceso a este tipo de oficios se recogen en los trabajos citados en la nota anterior.

castellana entre 1528 y 1534, aunque algo tardío para nuestro marco de estudio, es el único que ofrece datos completos y extensibles a todas las poblaciones del entorno⁷. Se trata de un amplio territorio con una realidad jurisdiccional muy compleja, con cuatro grandes señoríos nobiliarios – los duques de Medina Sidonia, Arcos de la Frontera, Medinaceli y los marqueses de Tarifa – que rodeaban dos grandes ciudades de realengo – es decir, bajo jurisdicción directa de los monarcas – como Sevilla y Jerez de la Frontera (**Fig. 1**)⁸.

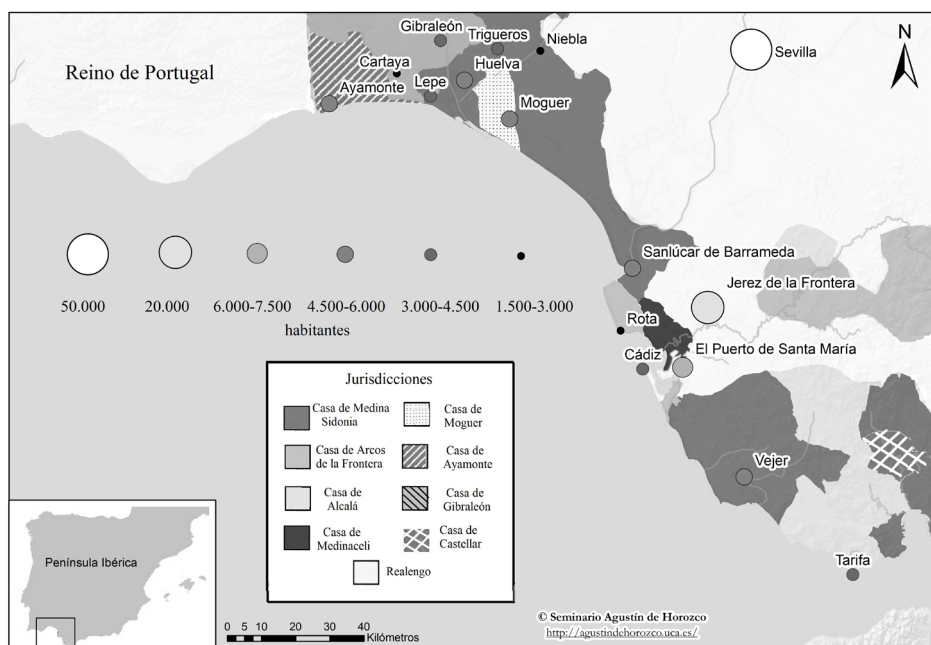


Fig. 1 - Localidades con más de 400 vecinos en 1534.

Antes de profundizar en los resultados de la investigación, consideramos necesario, aunque sea de manera muy sucinta, explicar brevemente la estructura sociopolítica de los concejos andaluces, a cuyo acceso por parte de los extranjeros

⁷ Se han tomado como referencia los datos procedentes tanto de los llamados vecinos enteros, cuya cabeza de familia era un varón, como de los procedentes de viudas, menores y pobres. Este censo, cuyos datos seguimos en este trabajo, fue publicado hace varios años por DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio – “La población del Reino de Sevilla en 1534”. En *Cuadernos de Historia. Anexos Hispania* 7 (1977), pp. 337-355. Véase también FLORES VARELA, Carlos – “La evolución de la población urbana de Andalucía en los siglos XV y XVI”. En *la España Medieval* 28, (2005), pp. 97-125.

⁸ COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Los señoríos andaluces: análisis de su evolución territorial en la Edad Media”. *Historia. Instituciones. Documentos*. 6, (1979), pp. 89-112; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Andalucía en el siglo XV: estudios de Historia política*. Madrid: Centro Superior de Investigaciones Científicas, 1973.

se centra nuestro estudio. El gobierno de estas ciudades, como ocurría en el resto de Europa, se caracterizaba por quedar restringido al control de un reducido grupo de familias – independientemente a si los oficios fuesen vitalicios o renovables periódicamente⁹. En Andalucía, estas familias se identificaban por el control de los recursos agropecuarios y su modo de vida caballeresco, el cual se había forjado en su continua lucha fronteriza con el reino nazarí de Granada¹⁰. Sin embargo, era posible el ascenso social de aquellos enriquecidos con el comercio que supieron relacionarse con el viejo grupo dirigente¹¹. El control de los principales oficios del concejo – regimiento y juradurías – era el elemento definitorio de este grupo dirigente¹². El cuerpo de regidores era el más importante de todos. Con derecho a voz y voto, era el puesto anhelado por todas las personas influyentes de la ciudad. Por su parte, los jurados, solo tenían derecho a elevar su opinión ante el resto de compañeros, pero el simple derecho de asistir a las reuniones era un honor nada despreciable ante los limitados puestos existentes en el regimiento. Acceder a estos oficios era una condición *sine qua non* para instalarse en la cúspide sociopolítica¹³.

1. La presencia e integración de los extranjeros desde los procesos repobladores a mediados del siglo XV.

La presencia de extranjeros – empleamos este término en su significado contemporáneo, incluyendo a foráneos de otros reinos peninsulares como el de Aragón – en la zona de estudio esta constatada antes de las conquistas cristianas del siglo XIII, en especial de los comerciantes catalanes, genoveses y de la vecina Portugal.

⁹ VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Las oligarquías urbanas”. In VV.AA. – *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica: II Congreso de Estudios Medievales*. León: Fundación Sánchez Albornoz, 1990, pp. 507-536; PEINADO SANTAELLA, Rafael G. – “Las élites de poder en las ciudades de la Andalucía Bética”. In LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, José Enrique; GALÁN SÁNCHEZ, Ángel – *Las ciudades andaluzas (Siglos XIII-XVI)*. *Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval Andaluza*. Málaga: Universidad de Málaga, 1991, pp. 337-356. MONSALVO ANTÓN, José María – *Las ciudades europeas del Medievo*. Madrid: ed. Síntesis, 1997, pp. 199-240; MILLÁN DA COSTA, Adelaide – “Elites and oligarchies in the late medieval urban world”. *Imago Temporis. Medium Aevum* III (2009), pp. 67-82.

¹⁰ SÁNCHEZ SAUS, Rafael – “La frontera en la caracterización de la aristocracia andaluza el memorial de servicio de los Orbaneja de Jerez (1488)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 13 (1986), pp. 283-314; ASENJO GONZÁLEZ, María (ed.) – *Urban Elites and Aristocratic Behaviour in the Spanish Kingdoms at the End of the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2003.

¹¹ VAL VALDIVIESO, María Isabel del – “Ascenso social y lucha por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV”. *En la España Medieval* 17 (1994), pp. 157-184. RUIZ PILARES, Enrique José – “La estructura del poder de las élites andaluzas bajomedievales: familiares, amigos y vecinos. El caso de Jerez de la Frontera (España)”. in COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 467-483.

¹² BERTELLI, Sergio – *Il potere oligarchico nello stato-città medievale*. Firenze: La nuova Italia, 1978, p. 109.

¹³ MONSALVO ANTÓN, José María – “Gobierno municipal, poderes urbanos y toma de decisiones en los concejos castellanos bajomedievales (consideraciones a partir de concejos salmantinos y abulenses)”. In VV.AA. – *Las sociedades urbanas en la España medieval*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2003, pp. 409-488.

Esta realidad se mantuvo y reforzó en los procesos de repoblación que tuvieron lugar tras las campañas de los monarcas castellanos Fernando III y Alfonso X, que dejaron en manos de su reino el control de la cuenca del Guadalquivir y la costa atlántica andaluza. Tres de los ejemplos que mejor reflejan la aparición de colectivos foráneos en las plazas recién conquistadas proceden de los primeros repartimientos urbanos de Cádiz (1268), Jerez de la Frontera (1269) y Vejer (1288).

Para el caso gaditano, se conserva el repartimiento de una serie de tierras y casas para los repobladores de Cádiz en un espacio que a partir de 1281 se desgajará de su término para fundar – sobre la alquería musulmana de Alqanatif – la villa de El Puerto de Santa María. Entre los 240 nuevos habitantes aparece un 11% de foráneos: 10 catalanes, 9 navarros, 7 portugueses, y otros dos procedentes de Aragón y del Norte de África, respectivamente¹⁴. Por su parte, en la vecina Jerez, tan solo un año después del reparto gaditano, el porcentaje se reduce al 8%, si bien el número de extranjeros es proporcionalmente mayor que en Cádiz – 147 – a tenor de la gran población jerezana – 1828 habitantes. Se trataba de 44 catalanes, 34 navarros, 30 portugueses y 27 aragoneses¹⁵. En último lugar, en la repoblación de Vejer, iniciada en 1288, de los 176 primeros pobladores, al menos otro 7 u 8% tiene procedencia extranjera: 2 del reino de Aragón, 3 probablemente del principado de Cataluña, 3 portugueses, 3 de diferentes territorios de Francia, 1 navarro y 1 genovés¹⁶.

Esta población extranjera, cercana al 10% en los primeros años de andadura de los nuevos concejos de la costa atlántica, en muchos casos se asentó definitivamente, no siendo descartable que formara parte de los primeros grupos dirigentes de estas localidades. Así intuimos que debió ocurrir en poblaciones cercanas a la frontera portuguesa, donde los intercambios poblacionales debieron ser frecuentes, aunque el parecido y castellanización de sus apellidos no nos permita señalar ejemplos que confirmen esta realidad. Sin embargo, no debió de ser muy diferente a lo que si hemos podido constatar en el caso de muchos apellidos de origen catalán, como Bernalt – castellanizado como Bernal o Bernalte – o Guillén, habituales desde el siglo XIII en muchas poblaciones al sur del Guadalete, como Sanlúcar, Cádiz o Vejer, donde

¹⁴ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *Repartimiento de El Puerto de Santa María*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002, p. CXXXIV.

¹⁵ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; GONZÁLEZ GÓMEZ, Antonio – *El Libro del repartimiento de Jerez de la Frontera. Estudio y edición*, Cádiz: Diputación, 1980, pág. XLVII.

¹⁶ LADERO QUESADA, Miguel Ángel; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La población en la frontera de Gibraltar y el repartimiento de Vejer (siglos XIII y XIV)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 4 (1977), p. 282.

incluso llegaron a alcanzar puestos de relevancia dentro de la institución concejil¹⁷.

Entre las primeras repoblaciones y finales del siglo XV transcurrieron más de un centenar de años donde estos episodios de integración y ascenso social de extranjeros se fueron sucediendo sin interrupción, aunque con alcance muy limitado. Los mejores ejemplos proceden de la mencionada ciudad de Cádiz, que por su situación estratégica en las rutas de navegación entre el Atlántico y el Mediterráneo se había convertido en una plaza comercial a la que no fueron ajenas comunidades mercantiles de toda Europa, con especial atención de los catalanes y los genoveses¹⁸.

En algún momento que desconocemos del poco documentado siglo XIV andaluz, los Estopiñán, familia de probada ascendencia aragonesa o catalana, se asentaron en la ciudad de Cádiz. En esta localidad hicieron negocios y se incorporaron algunos de sus miembros en el seno de la élite, hasta que, en 1466, cuando Rodrigo Ponce de León – marqués de Cádiz – tomó la ciudad, sus ramas familiares más influyentes y vinculadas al ducado de Medina Sidonia, encabezadas por Diego y Remón Estopiñán, se trasladaron a Jerez, donde tardaron pocos años en integrarse en la élite caballeresca jerezana¹⁹.

El hijo de Remón, Pedro de Estopiñán, se convirtió en la persona más relevante del linaje durante el reinado de los Reyes Católicos. Nacido en torno a 1470, fue criado al servicio de los duques de Medina Sidonia, a quienes sirvió como paje, capitán y contador. En septiembre de 1497 le otorgaron la misión de comandar una armada para conquistar la plaza norteafricana de Melilla. Tras el éxito de su expedición, fue recompensado con una regiduría jerezana y una encomienda de Santiago por parte de los monarcas. A pesar de estas nuevas responsabilidades, solo participó en algunas sesiones capitulares donde se trataron asuntos que concernían a las relaciones entre la ciudad con su señor. Prefirió residir en Sanlúcar de Barrameda, donde servía a los Guzmán y estaba implicado en el comercio marítimo, siguiendo la tradición familiar. Como ejemplo, tenemos constancia de que fletó barcos cargados de vino – producido en las numerosas viñas que poseía en el pago jerezano de Parpalana – con destino a Flandes²⁰.

¹⁷ Para el caso de Cádiz y Vejer nos remitimos a los repartimientos ya citados. Para el caso concreto de Sanlúcar agradezco las notas que amablemente me ha pasado mi colega y amigo Javier Enrique López de Eguileta de la conferencia presentada en las XV Jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas celebrada en junio de 2017 las “Familias y escribanos: los Guillén de Barad en Sanlúcar de Barrameda a principios del siglo XV”. Sobre las familias catalanas véase BELLO LEÓN, Juan Manuel – “La presencia catalana en la Andalucía Occidental a finales de la Edad Media”, *Anuario de estudios medievales* 40-1, (2010), pp. 93-127.

¹⁸ SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana*. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1986.

¹⁹ SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes medievales de Jerez de la Frontera*. T. 1. Sevilla: ed. Guadalquivir, 1996, pp. 79-83; SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval...*, pp. 163-164.

²⁰ RUIZ PILARES, Enrique José – “Jerez de la Frontera: el gran centro productor del complejo portuario de la Bahía de Cádiz a finales de la Edad Media”. *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales* 20 (2018), pp. 355-386, pp. 375-376.

Una penetración similar en la sociedad política gaditana tuvieron los Marrufo genoveses. Debían estar bien asentados en la ciudad entre finales del XIV y comienzos del XV, lo que explica que Tomás Marrufo ya aparezca mencionado en algunos documentos de 1435 como canónigo de su cabildo catedralicio. Varios años después, Jerónimo Marrufo – 1467-1486 – consiguió hacerse con un puesto dentro de regimiento gaditano que se mantuvo dentro del seno de su familia durante generaciones. A partir de esos años es habitual encontrar a varios integrantes del linaje ocupando simultáneamente diferentes asientos en el concejo urbano y puestos de responsabilidad en la ciudad²¹.

Un último y relevante ejemplo de este tipo de movilidad social dentro de las sociedades urbanas de la Andalucía Atlántica la encontramos en la familia de ascendencia ligur de los Zaccaria o Zacarías, según aparece en los archivos andaluces tras su castellanización. Entre finales del siglo XIII y comienzos del siglo XIV Benedetto Zaccaria fue almirante de Castilla y señor de El Puerto de Santa María, siendo el encargado de defender el estrecho de Gibraltar y la costa gaditana de los reinos norteafricanos. Aunque el señorío y el almirantazgo escapó del control de su familia, alguno de sus descendientes se asentaron en Jerez de la Frontera, donde alcanzaron cierto protagonismo político a lo largo del siglo XIV – por ejemplo Fernando Gil Zacarías fue jurado en 1397–, el cual se fue difuminando en el siglo XV al quedar integrados por vía femenina en el poderoso linaje local de los Villavicencio²².

2. Los extranjeros y el cierre de los grupos dirigentes a finales de la Baja Edad Media.

El lento proceso, a modo de goteo, por el que penetraron las familias extranjeras en el seno de las élites concejiles desde los primeros compases de la conquista, no parece que viviese un ritmo diferente conforme avanzamos a finales del siglo XV, y a lo que convencionalmente se viene llamando el final de la Baja Edad Media en la historiografía española. Durante el reinado de los Reyes Católicos se reforzó un proceso de cierre cuasi definitivo de los grupos dirigentes caballerescos que ya venía clarificándose desde finales del siglo XIV²³. Ello no significó que se imposibilitará de sangre nueva al frente de estos concejos, siendo un buen ejemplo de ello la mencionado rápida asimilación de los Estopiñán en la cúspide del gobierno jerezano, cuyo grupo dirigente estaba mucho más consolidado que su homólogo gaditano a esas alturas del siglo XV²⁴. Sin embargo, como ahora se verá en el caso de los

²¹ FORNELL FERNÁNDEZ, Francisco Javier – *Linajes gaditanos en la Baja Edad Media: Breve estudio de la oligarquía local (siglos XIII-XV)*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2010, pp. 148-152.

²² SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes medievales de Jerez...*, t. I., pp. 230-231.

²³ PEINADO SANTAELLA, Rafael G. – “Las élites de poder...”, pp. 337-356.

²⁴ RUIZ PILARES, Enrique José – “El gobierno de la ciudad...”, pp. 65-82.

extranjeros, comenzando nuestro recorrido en el Guadiana y finalizándolo en el estrecho de Gibraltar, será una realidad limitada a unas pocas personas y a unos espacios muy concretos.

2.1. La costa onubense.

Nada sabemos de la penetración de extranjeros en los gobiernos de las villas del condado de Ayamonte, señorío de los Zúñiga desde 1475. A pesar de contar con referencias a comerciantes extranjeros en la propia Ayamonte o Lepe²⁵, localidades que alcanzaron los 1035 y 738 vecinos, respectivamente, en 1534, la falta de documentación y trabajos específicos sobre el gobierno urbano de estas localidades no nos permiten profundizar en la cuestión. No es descartable la presencia de regidores o jurados de ascendencia portuguesa, los cuales se integraban sin solución de continuidad en la ciudad desde su conquista a manos cristianas en el siglo XIII, pero no parece que otros colectivos en periodos más tardíos, especialmente en el reinado de los Reyes Católicos, alcanzasen notoriedad en la vida pública de la localidad, a tenor de los nombres y apellidos de los oficiales conocidos²⁶.

Los datos no son más halagüeños para el lindero señorío de Gibraleón, en manos también de los Zúñiga desde comienzos del siglo XV. Es probable que Gibraleón – 654 vecinos –, como Cartaya, la segunda localidad de entidad del señorío – con 516 vecinos el en citado censo –, tuviesen dirigentes de ascendencia lusa en sus gobiernos locales fruto de intercambios de población con el cercano reino portugués. Teniendo en cuenta que uno de los principales oficios de los vecinos de ascendencia lusa era el de marino, entre los que destacaban los maestros de embarcaciones, no nos extrañaría que se beneficiasen de las ordenanzas que promulgó Álvaro de Zúñiga en torno a 1509. En uno de sus capítulos privilegiaban a los propietarios de carabelas, entre los cuales se elegirían cada año por el señor de la villa los cuatro regidores que se ocuparan *de las cosas de la mar*, frente a los otros cuatro que se encargarían de los asuntos de la tierra²⁷. La presencia de otras comunidades extranjeras, constatadas desde finales del XV, tampoco da muestras de una integración social a la luz de las pocas fuentes conservadas²⁸.

En contraste, para las localidades que se encontraban entre el río Odiel y

²⁵ AZNAR VALLEJO, Eduardo – “Andalucía y el Atlántico Norte a fines de la Edad Media”. *Historia. Instituciones. Documentos* 30 (2003), pp. 103-120.

²⁶ MARTÍNEZ Y SANCHEZ, Luis – “La población de Lepe en los siglos XIV y XV”. *Revista de Estudios de la Administración Local y Autonómica* 74, (2011), pp. 216-228.

²⁷ QUINTANILLA RASO, María Concepción – “La reglamentación de una villa de señorío en el tránsito de la Edad Media a la Moderna. Ordenanzas de Cartaya (Huelva) (Fines s. XV-primera mitad S. XVI)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 13, (1986), pp.189-259, p. 197.

²⁸ DOMÍNGUEZ DOMÍNGUEZ, Rosa María, *et alii* – “El concejo de Gibraleón de la Edad Media a la Moderna”. *Huelva en su Historia* 2, (1988), pp. 231-318.

el Guadalquivir – territorios onubenses del señorío de los Duques de Medina Sidonia–, los datos son mucho más precisos. Los padrones de vecinos de 1503 de las principales villas de la zona, Huelva, Trigueros y Niebla – 1.009, 659 y 402 vecinos, respectivamente, en el censo de 1534 –, nos permiten conocer detalladamente el elenco de oficiales concejiles²⁹. En ninguna de las localidades aparece un oficial extranjero recientemente naturalizado, ni tan siquiera de la vecina Portugal. La única excepción es el regidor Martín Toscano de Trigueros, pariente de Juan González Toscano y Pedro Rodríguez Toscano, cuyo apellido solo parece señalar que procede de ascendientes de la susodicha región italiana, y que parece haber quedado ya bastante fosilizado como patronímico a comienzos del siglo XVI³⁰.

2.2. Sevilla.

Bien entrado el río y las marismas del Guadalquivir, pero con vocación plenamente marinera, se encontraba la ciudad de Sevilla. Capital y centro neurálgico de todas las poblaciones de la costa atlántica andaluza, llegó a alcanzar una población de 9.003 vecinos en 1534, convirtiéndose en la más importante no solo de Andalucía, sino de todo el reino castellano. A diferencia de las poblaciones ya mencionadas, conocemos bastante bien la procedencia de las familias que integraron el gobierno urbano de la ciudad desde el siglo XIII gracias a la numerosa documentación conservada que ha sido objeto de varios trabajos prosopográficos y genealógicos por Rafael Sánchez Saus. Desde los primeros procesos de repoblación de la ciudad tras su conquista castellana en 1248 se han localizado toda una serie de familias de origen extranjero que rápidamente alcanzaron una posición pujante en la vida pública hispalense, como los Monsalve aragoneses, y con probabilidad los Portocarrero portugueses y los De las Casas franceses. A estos se sumaron principalmente el linaje aragonés de los Tous – siglo XIV – y los genoveses Boccanegra – también en el XIV –, Cattaneo y Pinelli – en el XV³¹.

Aunque la relevancia de los extranjeros fue mayor en Sevilla que en resto de las ciudades ya estudiadas, ello no significó que su presencia en los gobiernos fuese numerosa y constante en durante la Baja Edad Media. En tiempos de los Reyes

²⁹ Del concejo de Niebla aparecen los regidores Bartolomé García de Parrales, Alfonso González de Montemolín, García Rodríguez, Francisco Jiménez, Juan de Mérida, Gonzalo de Briviesca y el jurado Alonso Gómez. Respecto a Trigueros, los regidores Martín Toscano, Ramiro Pérez, Diego de Sanlúcar y Fernando Alonso, y los jurados Francisco Minchón y Antón Rodríguez. ANASAGASTI VALDERRAMA, Ana María; RODRÍGUEZ LIÁÑEZ, Laureno – *Niebla y su tierra en la Baja Edad Media. Historia y documentos*. T. 2. Huelva: Diputación de Huelva, 2006, pp. 1310-1325.

³⁰ ANASAGASTI VALDERRAMA, Ana María; RODRÍGUEZ LIÁÑEZ, Laureno – *Niebla y su tierra...*, T. II., pp. 1321-1322.

³¹ SÁNCHEZ SAUS, Rafael – “Los orígenes sociales de la aristocracia sevillana del siglo XV”. *En la España medieval* 9 (1986), pp. 1119-1140.

Católicos (1474-1504), solo algunas de las familias mencionadas, las cuales llevaban décadas plenamente integradas en la sociedad hispalense, tenían un puesto en el regimiento. Entre ellos destacaban los Portocarrero, que habían conseguido situarse dentro alta nobleza castellana³². Fernando Portocarrero, regidor desde 1440 y señor de Mocejón – Toledo –, traspasó su oficio a su hijo Luis Méndez en 1479, el cual mantuvo durante décadas. Otra regiduría, al menos desde 1495, estaba en manos de su pariente Luis Fernández Portocarrero, señor de la villa cordobesa de Palma del Río³³. Todo ello unido a que, Pedro de Portocarrero, señor de Moguer y Villanueva del Fresno, era alcalde mayor de la ciudad durante todos esos años³⁴. Por su parte, el regidor Pedro de Monsalve, sucedido en el oficio por su hijo Juan en 1493, pertenecía a un linaje de origen catalán plenamente asentado a la ciudad³⁵. A pesar de ello, seguía manteniendo estrechos lazos con su tierra de origen, lo que explica el entronque con otra familia de esta procedencia recién llegada a la ciudad, como los Tous, a finales del siglo XIV, más de siglo y medio después de haberse asentado en la ciudad³⁶. Como podemos ver, son casos aislados, y siendo estrictos en la consideración del concepto extranjero, hacia mucho tiempo que no eran considerados así, tras décadas o siglos habitando en la ciudad. Su presencia no parece extraña, teniendo en cuenta que el regimiento hispalense estaba monopolizado en su mayor parte por familias que se remontaban a tiempos de la conquista³⁷.

Más presencia de familias de origen foráneo hubo entre los jurados hispalenses de finales del XV, especialmente entre personajes de origen italiano cuya llegada a la ciudad era mucho más reciente, como es el caso de los Cataño y Pinelo –tras su castellanización–. En estos casos si podemos hablar propiamente de extranjeros dentro del gobierno urbano, ya que así todavía eran reconocidos tanto por ellos mismos como para la sociedad sevillana. La que tuvo mayor presencia fue la de los Cattaneo, que venían ocupando oficios relevantes en la ciudad desde mediados del XV. Entre el más de medio centenar de jurados hispalenses, aparecen nombrados Diego Cattaneo, jurado de Triana, que en 1475 traspasó el oficio a su hijo Diego, Juan Cattaneo, jurado de San Juan – desde 1495 ya lo era su hijo Diego –, Rodrigo Cattaneo – jurado de Santa María la Blanca desde 1483 – y un poco más tarde,

³² SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes sevillanos medievales*. T. I. Sevilla: ed. Guadalquivir, 1991, pp. 243-247.

³³ NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla en el reinado de Isabel I (1474-1504)*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2007, pp. 221-236.

³⁴ NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla...*, p. 281.

³⁵ NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla...*, p. 281.

³⁶ Pedro Monsalve era hijo a su vez de un Juan de Monsalve, quien es posible que fuese fruto de los amores del monarca castellano Juan II y su madre María de Monsalve. Como bien señala Sánchez Saus, el hecho de que tomase el apellido materno, y no el de su padre, Pedro de Tous, no hace más que reafirmar esta posibilidad. Sobre este linaje véase SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes sevillanos medievales...*, t. I, pp. 311-313.

³⁷ SÁNCHEZ SAUS, Rafael – “Los orígenes sociales...”, pp. 1131-1132.

otro Jorge Cattaneo, se hace con una juraduría de San Bartolomé – 1505³⁸. Por su parte, Francesco Pinelli, relevante banquero y comerciante de la ciudad, primer representante de este linaje en Sevilla, aparece como jurado – también fue fiel ejecutor– al menos desde 1488³⁹. Para comprender como consiguieron acceder a estos oficios, más allá de entroncar con las familias gobernantes como empezaron a realizar los Cattaneo en el siglo XV, tenemos el ejemplo de Marco Castiglione. Este personaje, sin ningún tipo de vínculos en la ciudad más allá de los económicos, no dudó en formar parte de este escalón inferior de oficiales concejiles a través de la compra de oficios. En su caso, adquirió una juraduría de San Román en el año 1500 por 70 mil maravedíes⁴⁰.

2.3. Sanlúcar y la Bahía de Cádiz.

En una amplia comarca que se extiende hacia el sur desde el estuario del Guadalquivir hasta la Bahía de Cádiz, parece que la situación fue más propicia para la instalación de los extranjeros en el seno del grupo dirigente. Según Moreno Ollero, en Sanlúcar de Barrameda el regidor Juan Dinarte, que ocupó este oficio y el consulado flamenco entre finales del XV y mediados del XVI, era de origen o ascendencia inglesa. Comunidad, por otro lado, muy nutrida en esos años en la villa, con medio centenar de individuos documentados entre 1512 y 1540, que se relacionaban estrechamente con las principales familias de la villa, conservándose referencias de apadrinamientos entre integrantes de ambos colectivos⁴¹. Respecto a las otras comunidades foráneas asentadas en la localidad, especialmente los bretones, con un barrio propio y numerosos privilegios desde 1466, no se ha documentado un interés mayor por acceder oficio de gobierno. Lo mismo podemos decir de los flamencos. En contraste, Julián de Médicis, de probable origen florentino, ocupó el cargo de regidor ya en fechas más tardías, entre 1520 y 1530, aunque desconocemos las causas – probablemente compra o el pago de una deuda – que permitieron a este personaje, sin lazos aparentes en la ciudad, acceder a este puesto de relevancia⁴².

La presencia de extranjeros en los concejos urbanos se hace más presente conforme nos adentremos en la Bahía de Cádiz, aunque sería más acertado hablar del corredor Guadalete-Bahía, concepto utilizado en algunos trabajos por Emilio Martín para explicar el funcionamiento de un espacio geohistórico que no puede

³⁸ OTTE SANDER, Enrique – *Sevilla y sus mercaderes a fines de la Edad Media*. Sevilla: Universidad de Sevilla y Fundación El Monte, 1977, pp. 213-214; SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes sevillanos medievales...*, t. I, pp. 74-75.

³⁹ SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes sevillanos medievales...*, t. I, pp. 401-402.

⁴⁰ OTTE SANDER, Enrique – *Sevilla y sus mercaderes...*, p. 213.

⁴¹ MORENO OLLERO, Antonio – *Sanlúcar de Barrameda a fines de la Edad Media*. Cádiz: Diputación de Cádiz, 1983, pp. 129-130.

⁴² MORENO OLLERO, Antonio – *Sanlúcar de Barrameda...*, pp. 133-134.

ser ajeno al papel jugado por Jerez y su término a pesar de situarse río arriba en el interior de la comarca⁴³. En este espacio, Cádiz, El Puerto de Santa María, Rota y Jerez de la Frontera fueron las poblaciones más destacadas.

Sobre la villa de Rota, cuyo señorío se integró en los dominios de los Ponce de León desde 1303, apenas conocemos datos certeros más allá de la tardía cifra de 447 vecinos pecheros de 1534. Alfonso Franco menciona la existencia de una colonia de extranjeros, fundamentalmente genoveses y flamencos operando en esta localidad a finales del siglo XV, pero no parece que accediesen a los órganos de gobierno, muy mediatizados por los hombres de confianza de su señor⁴⁴.

La situación era diferente en El Puerto de Santa María, villa que alcanzaba los 1.072 vecinos en 1534. Señorío de la Casa de Medinaceli desde 1306 – en su totalidad desde 1357 –, a finales del siglo XV era un punto de referencia en las escalas de navegación entre el Atlántico y el Mediterráneo. Animados por toda una serie de privilegios y franquicias que favorecían el asentamiento de extranjeros en la villa desde su fundación – 1281 –, salvaguardados y ampliados por los Medinaceli, a finales del siglo XV es habitual encontrar en la localidad a mercaderes, principalmente genoveses, aunque también flamencos, ingleses o portugueses – estos últimos fueron especialmente importantes en el sector del transporte marítimo⁴⁵.

Un documento fechado en 1478 nos transmite un completo elenco de los personajes que integraban los principales oficios del concejo portuense. Entre ellos no aparece ninguno de procedencia extranjera⁴⁶. Realidad que cambió pocos años después. A partir de la década de 1480 consiguieron acceder a estos cargos al menos dos foráneos, los genoveses Gerónimo Cattaneo y Giacomo Doméstico, regidores ya en 1489⁴⁷. Más duras sobre su procedencia ofrece el jurado Agustín Asilo, que también ocupó el cargo de mayordomo de la iglesia en 1489. Según Paulino Iradiel su procedencia también es ligur, aunque tampoco hemos localizado una correlación entre su apellido y el de un albergo ligur conocido⁴⁸.

⁴³ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “Paisajes imaginados y paisajes reales a finales de la Edad Media. Humedales y marismas en las comarcas gaditanas”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel (coord.) – *El agua en el imaginario medieval. Los reinos ibéricos en la Baja Edad Media*. Alicante: Universidad, 2017, pp. 17-40.

⁴⁴ FRANCO SILVA, Alfonso – *Rota en la Edad Media*. Rota: Fundación Alcalde Zoilo Ruiz-Mateos, 1983, p. 50.

⁴⁵ IRADIEL MURUGARREN, Paulino – “El Puerto de Santa María y los genoveses en el Mediterráneo Occidental”. In *El Puerto de Santa María entre los siglos XIII y XVI*. El Puerto de Santa María: Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 1993, pp. 5-36, 14-19. SANCHEZ DE SOPRANIS, Hipólito – *La colonia portuguesa del Puerto de Santa María: siglo XVI, notas y documentos inéditos*. Jerez de la Frontera: Centro de Estudios Históricos Jerezanos, 1940.

⁴⁶ Se trataba de los regidores Andrés Fernández, Diego Martínez de Sevilla, Bartolomé Ruiz, Alfonso García Cobo, Juan Jiménez y Guillén de Segovia, y los jurados Francisco Pérez y Juan Jiménez, PIQUERAS RODRÍGUEZ, Belén – “Estudio del fondo documental medieval del archivo municipal de El Puerto de Santa María”. En *El Puerto de Santa María entre los siglos XIII y XVI*. El Puerto de Santa María: Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 1993, pp. 79-102, p. 99.

⁴⁷ BELLO LEÓN, Juan Manuel – *Extranjeros en Castilla (1474-1501)*..., p. 93.

⁴⁸ IRADIEL MURUGARREN, Paulino – “El Puerto de Santa María...”, p. 9.

Una realidad diferente ofrecía Cádiz. Aunque albergaba una población menor que El Puerto – 672 vecinos – en 1534, fue desde su conquista en el siglo XIII residencia y lugar de paso habitual de multitud de extranjeros de toda Europa. En un padrón fechado en 1467 aparece un número destacado de extranjeros, principalmente genoveses avecindados en la ciudad, más allá del sinfín de transeúntes que llegaban diariamente a su puerto⁴⁹. Sin embargo, salvo los Marrufo y los Estopiñán, mencionadas con anterioridad, hasta comienzos del siglo XVI no ascendieron políticamente nuevas familias de origen foráneo: los Negrone, los Gentil y los Fonte. Todos, menos este último – catalán –, de procedencia ligur. Algunos autores incluyen en esta lista a los Cabrón, argumentando su origen genovés⁵⁰.

Mientras en una lista de 15 regidores elaborada en 1469 no aparece ningún extranjero de primera generación – la familia de Jerónimo Marrufo llevaba años en Cádiz –, lo mismo que en un elenco de 14 regidores fechado en 1485 – en esta ocasión aparecen Lucían y Pedro Marrufo acompañando a su pariente Jerónimo –, en 1505 ya se recoge junto a los asimilados Marrufo la figura de Polo Batista Negrón, en 1508 la de Rafael Fonte y en 1514 y 1519 las Simón y Esteban Gentil, respectivamente⁵¹. Menos interés parece que tuvieron por las juradurías, ya que no tenemos ninguna referencia sobre extranjeros ocupando este oficio durante esos años. Un ascenso social que no puede entenderse sin una activa política matrimonial de sus miembros, como es el caso de Polo Batista de Negrón, que casó con la hija del regidor Nuño de Argumedo, proveniente de la familia de más raigambre e influencia en la ciudad desde el siglo XIII.

Estas familias vinculadas al comercio internacional reforzarán un grupo dirigente que se venía caracterizando a lo largo del periodo bajomedieval por sustentar la base de su poder en el comercio y el control del poder urbano, una característica muy diferente a las élites terratenientes de sus alrededores, como las de El Puerto y Jerez. Eso no significa que sus gobernantes no invirtiesen en bienes rústicos, especialmente para la producción de sus exportaciones, como recientemente se ha podido reconstruir a través de la documentación notarial⁵².

Jerez de la Frontera era la localidad más importante de la costa Atlántica tras Sevilla en la Baja Edad Media. Así lo constatan sus 3.751 vecinos en 1534. Como ya se ha comentado, en esta ciudad la presencia de extranjeros está documentada desde fechas muy tempranas, pero hasta la segunda mitad del XV no empezaron a

⁴⁹ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “Nuevos datos sobre la población y los genoveses en la ciudad de Cádiz. Una relectura del padrón de vecinos de 1467”. *En la España Medieval* 29 (2006), pp. 187-223.

⁵⁰ FORNELL FERNÁNDEZ, Francisco Javier – *Linajes gaditanos...*, pp. 99-108; 133-136; 149-152; 157-162. Sobre los Fonte véase BELLO LEÓN, Juan Manuel – “Presencia catalana...”, pp. 119-121.

⁵¹ SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval...*, pp. 190-192.

⁵² MINGORANCE RUIZ, José Antonio – *Los extranjeros en Jerez de la Frontera a fines de la Edad Media* [En línea]. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2013. [Consultado a 10 de septiembre de 2018]. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10433/755>

ser relevantes numérica y políticamente. La comunidad más importante, la genovesa, contaba en 1490, según la documentación notarial, con 41 vecinos y 42 estantes. A esas alturas era incontestable el rol de los ligures como principales exportadores e importadores de la comarca, contando con sólidos lazos económicos con los mercaderes-artesanos locales, intermediarios en muchos de sus negocios⁵³. Sin embargo, solo una familia – tras el intento fallido de los Spínola a mediados de la centuria⁵⁴ – consiguió integrarse en el concejo a finales del siglo XV: los Adorno.

Desde la década de 1460 el mercader Francesco Adorno, integrante de una de las principales familias de la república de Génova, realizaba negocios en el reino de Sevilla⁵⁵. En torno a 1475 ya había centrado sus negocios en la comarca jerezana, gozando de la protección del marqués de Cádiz – y corregidor de Jerez entre 1471 y 1477 –, de quien fue uno de sus principales prestamistas, arrendadores y proveedores. Francesco estuvo acompañado por su hermano Lorenzo – que alternó sus negocios entre Sevilla y Jerez – y su hermano menor Giacomo, que alcanzará gran protagonismo en esta última ciudad desde comienzos del siglo XVI. En esos años Francesco se convirtió en personaje reconocido por sus negocios y su solvencia económica – fue designado como cambiador por el concejo jerezano en 1482 –, la que supo aprovechar para comprar un oficio de jurado – mecanismo ilegal pero habitual para acceder a este tipo de oficios por parte de los extranjeros como se ha visto en el caso hispalense- y hacerse con un asiento en la asamblea concejil en 1484 sin la oposición de los capitulares⁵⁶. Dentro del concejo su gestión se centró en la defensa de las prerrogativas de los comerciantes extranjeros, especialmente sus paisanos genoveses, y mejorar las deterioradas relaciones de la élite caballeresca dirigente con la Casa de Arcos tras más de un lustro de gobierno autoritario del marqués.

Francesco consolidó en pocos años su posición en la ciudad invirtiendo parte de su capital mercantil en la compra de tierras y propiedades urbanas. El paso definitivo para integrarse dentro del grupo dirigente fue el casamiento de su primogénito, Leonís Adorno, con una mujer del linaje Dávila – uno de los más poderosos de la ciudad – en torno a 1496, fecha en la que también invirtió parte de su numerario

⁵³ MINGORANCE RUIZ, José Antonio – *Los extranjeros en Jerez...*, pp. 131-143.

⁵⁴ El mercader genovés Agustín Spinola, persona influyente en la corte de Enrique IV, y que contaba con el apoyo de su valido Juan Pacheco y el marqués de Cádiz, no pudo hacer valer en Jerez la más importante de las mercedes que recibió del monarca, un asiento en el regimiento de la ciudad. La élite local se opuso a que un individuo con tanto poder en la Corte formase parte del órgano concejil, GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Integración y movilidad social de las naciones italianas en la Corona de Castilla...”, p. 378 y SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes medievales de Jerez...*, t. I, pp. 163-166.

⁵⁵ Sobre este personaje seguimos a MINGORANCE RUIZ, José Antonio – *Los extranjeros en Jerez...*, pp. 1055-1507. Véase también BELLO LEÓN Juan Manuel – “Mercaderes del siglo XV en Jerez de la Frontera”. *Historia. Instituciones. Documentos* 41 (2014), pp. 11-44.

⁵⁶ Sobre este mecanismo véase TOMAS Y VALIENTE, Francisco – “Origen bajomedieval de la patrimonialización y la enajenación de oficios públicos en Castilla”. In *Actas del I Simposium de Historia de la Administración*. Madrid: Instituto de Estudios Administrativos, 1970, pp. 125-159.

en la compra de un oficio de regidor para su hijo. A partir de este momento los Adorno se convirtieron definitivamente en un linaje más dentro de aquellos que se repartieron el control de la ciudad en los años venideros⁵⁷.

El de los Adorno es un caso prácticamente anecdótico en Jerez de penetración en las altas esferas políticas de la ciudad por parte de extranjeros. Ya se ha hablado de los Estopiñán, cuyo origen aragonés llevaba años diluido tras décadas asentados en Cádiz, que entraron en escena en la década de 1460. Para encontrar a nuevos personajes y familias foráneas habrá que esperar a la segunda década del XVI, cuando los Font catalanes y, sobre todo, los Benavent, consigan hacerse con un puesto en el órgano rector de la vida concejil⁵⁸. Poco más tarde algunas familias genovesas como los Spínola también conseguirán el mismo objetivo, pero su análisis queda fuera de los objetivos de nuestro trabajo.

2.4. La costa suroeste.

Tras la bahía de Cádiz, descendiendo hacia el sur, un poco al interior pero bien conectada a la costa a través del río Barbate, se encuentra otras de las villas más pobladas de los Medina Sidonia, Vejer de la Frontera. Esta localidad alcanzaba en 1534 los 927 vecinos. En la introducción se ha mencionado como un reducido número de extranjeros –aragoneses, catalanes, bretones o genoveses- formaron parte del proceso repoblador de la villa tras su conquista iniciado en 1288⁵⁹. Tras el proceso repoblador los datos son escasos para conocer la estructura social de la villa hasta bien entrado el siglo XVI. Datos indirectos procedentes de la documentación notarial conservada en la villa para mediados de esa centuria tampoco parecen indicar la penetración extranjera en su grupo dirigente⁶⁰.

Los datos sobre Tarifa son escasos y tardíos, pero nos aproximan a la composición del grupo dirigente en el primer tercio del siglo XVI, la cual no debió ser muy diferente al de la centuria anterior. El concejo de esta villa, que en 1534 tenía 613 vecinos censados, estaba compuesto según los datos procedentes de una pesquisa elaborada por el marqués de la Tarifa en 1527, por toda una serie de regidores y jurados de procedencia autóctona muy vinculados a su señor que formaban parte de las “veynte e cinco personas ricas” de la localidad. Parece que esos “caminantes y estranxeros” de los que habla una ordenanza contemporánea, habituales en una ciudad de tránsito

⁵⁷ MINGORANCE RUIZ, José Antonio – *Los extranjeros en Jerez...*, pp. 1647-1651.

⁵⁸ BELLO LEÓN, Juan Manuel – “La presencia catalana...”, pp. 118-122.

⁵⁹ LADERO QUESADA, Miguel Ángel; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La población en la frontera...”, p. 282.

⁶⁰ En 1543 sabemos que eran regidores Bartolomé González, Cristóbal Martínez de Vejer y su hijo Juan Martínez de Vejer, ABELLÁN PÉREZ, Juan – “El ajuar de las viviendas vejeriegas en la primera mitad del siglo XVI: la cocina”. *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales* 19 (2017), pp. 31-60.

entre el Mediterráneo y el Atlántico, y que en algunos casos sabemos que estaban avecindados en ella, tampoco se integraron en el grupo dirigente. Excepción como ya se ha mencionado es el caso de los portugueses, cuya similitud en los apellidos no nos permite en muchos casos discernir si el origen de algunos capitulares era luso: el regidor Diego Martín porta el mismo apellido que el portugués Juan Martín, vecino y hombre influyente en la villa con voz en la mencionada averiguación de 1527⁶¹.

Conclusiones.

El objetivo principal de este trabajo ha sido realizar una síntesis de conjunto que representase la realidad de la integración y movilidad social de las comunidades extranjeras en el seno de los gobiernos urbanos de la Andalucía atlántica. Aunque hemos contado con toda una amplia bibliografía que nos ha permitido aproximarnos a la estructura sociopolítica de cada núcleo urbano, somos conscientes de las limitaciones de muchos de estos trabajos – que en su gran mayoría trataron la problemática de los extranjeros tangencialmente –, lo que haría necesario estudios más profundos a partir de las fuentes primarias conservadas, como ha sido el caso de los protocolos notariales para el caso de Jerez o Sevilla, para tener una visión más nítida de este tema de estudio. A pesar de todo, y teniendo siempre en cuenta estas salvedades y matizaciones posteriores, hemos aportado una visión general y sintética sobre la problemática.

En primer lugar, se ha constatado que la penetración de las comunidades extranjeras en los oficios de toma de decisiones en los gobiernos urbanos de la zona fue un proceso limitado hasta mediados del siglo XVI. Ni tan siquiera el hecho de que formaran cerca del 10% de la población repobladora en el siglo XIII fue motivo para que, salvo casos aislados, consiguiesen alcanzar los escalafones superiores de la sociedad política. Parece que estuvieron más preocupados por otras parcelas de la vida urbana, como el control del mercado y la fiscalidad, ámbitos bien estudiados por la historiografía en las últimas décadas. Solo en espacios geográficos muy concretos, como fueron Sevilla, Sanlúcar de Barrameda y el corredor Guadalete-Bahía de Cádiz, consiguen acceder, aunque limitadamente, a los resortes del poder. Se trataba de las comarcas donde las actividades mercantiles de las comunidades extranjeras tuvieron un peso mayor. Solo tuvieron un peso realmente destacado en Cádiz, ya que por su estratégica posición marítima, se convirtió en el objetivo de importantes e influyentes familias de origen genovés y catalán, grandes dinamizadores de las rutas

⁶¹ Entre los regidores se conoce el nombre de Antonio de Mendoza – también alcalde de la justicia –, Diego Martín, Juan Notario, Antón del Puerto, Alonso de Paterna, Francisco de Piña y los jurados Ginés Díaz y Alonso de Liesca, MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio –“Estructura económica y grupos de campesinos en la villa de Tarifa a finales de la Edad Media”. En *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 30 (2009-2010), pp. 333-358.

internacionales de la época. Ambos colectivos también fueron los más destacados, aunque con una representación numérica menor, en otras localidades, como es el caso de los Adorno y Estopiñán en Jerez o los Cattaneo y Monsalve en Sevilla.

BIBLIOGRAFÍA

Estudios:

ABELLÁN PÉREZ, Juan – “El ajuar de las viviendas vejeriegas en la primera mitad del siglo XVI: la cocina”. *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales* 19 (2017), pp. 31-60.

ANASAGASTI VALDERRAMA, Ana María; RODRÍGUEZ LIÁÑEZ, Laureno – *Niebla y su tierra en la Baja Edad Media. Historia y documentos*. Huelva: Diputación de Huelva, 2006.

ASENJO GONZÁLEZ, María (ed.) – *Urban Elites and Aristocratic Behaviour in the Spanish Kingdoms at the End of the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2003.

AZNAR VALLEJO, Eduardo – “Andalucía y el Atlántico Norte a fines de la Edad Media”. *Historia. Instituciones. Documentos* 30 (2003), pp. 103-120.

BELLO LEÓN, Juan Manuel – *Extranjeros en Castilla (1474-1501): notas y documentos para el estudio de su presencia en el reino a fines del siglo XV*. Tenerife: ed. Los Realejos, 1994.

BELLO LEÓN, Juan Manuel – “La presencia catalana en la Andalucía Occidental a finales de la Edad Media”. *Anuario de estudios medievales* 40-1 (2010), pp. 93-127.

BELLO LEÓN, Juan Manuel – “Mercaderes del siglo XV en Jerez de la Frontera”. *Historia. Instituciones. Documentos* 41 (2014), pp. 11-44.

BERTELLI, Sergio – *Il potere oligarchico nello stato-città medievale*. Firenze: La nuova Italia, 1978.

- COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Los señoríos andaluces: análisis de su evolución territorial en la Edad Media”. *Historia. Instituciones. Documentos* 6 (1979), pp. 89-112.
- COSTA, Adelaide Millán da – “Elites and oligarchies in the late medieval urban world”. *Imago Temporis. Medium Aevum* III (2009), pp. 67-82.
- DOMÍNGUEZ DOMÍNGUEZ, Rosa María, *et alii* – “El concejo de Gibrleón de la Edad Media a la Moderna”. *Huelva en su Historia* 2 (1988), pp. 231-318.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio – “La población del Reino de Sevilla en 1534”. *Cuadernos de Historia. Anexos de la revista Hispania* 7 (1977), pp. 337-355.
- FLORES VARELA, Carlos – “La evolución de la población urbana de Andalucía en los siglos XV y XVI”. *En la España Medieval* 28 (2005), pp. 97-125.
- FORNELL FERNÁNDEZ, Francisco Javier – *Linajes gaditanos en la Baja Edad Media: Breve estudio de la oligarquía local (siglos XIII-XV)*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2010.
- FRANCO SILVA, Alfonso – *Rota en la Edad Media*. Rota: Fundación Alcalde Zoilo Ruiz-Mateos, 1983.
- GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Integración y movilidad social de las naciones italianas en la Corona de Castilla: genoveses, florentinos y venecianos en la Andalucía bajomedieval”. In TANZINI, Lorenzo; TOGNETTI, Sergio (coords.) – *La mobilità sociale nel Medioevo italiano. Competenze, conoscenze e saperi tra professioni e ruoli sociali (secc. XII-XV)*. Roma: Viella, 2016, pp. 375-401.
- GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Presencia diferencial italiana en el sur de la Península Ibérica en la Baja Edad Media. Estado de la cuestión y propuesta de investigación”. *Medievalismo* 23 (2013), pp. 175-208.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *Repartimiento de El Puerto de Santa María*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; GONZÁLEZ GÓMEZ, Antonio – *El Libro del repartimiento de Jerez de la Frontera. Estudio y edición*. Cádiz: Diputación de Cádiz, 1980.

- IRADIEL MURUGARREN, Paulino – “El Puerto de Santa María y los genoveses en el Mediterráneo Occidental”. In *El Puerto de Santa María entre los siglos XIII y XVI*. El Puerto de Santa María: Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 1993, pp. 5-36.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Andalucía en el siglo XV: estudios de Historia política*. Madrid: Centro Superior de Investigaciones Científicas, 1973.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Los genoveses en Sevilla y su región (siglos XIII-XVI): elementos de permanencia y arraigo”. In LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.) – *Los mudéjares de Castilla y otros estudios de Historia Medieval andaluza*. Granada: Universidad de Granada, 1989, pp. 283-312.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La población en la frontera de Gibraltar y el repartimiento de Vejer (siglos XIII y XIV)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 4 (1977), pp.199-316.
- MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “Estructura económica y grupos de campesinos en la villa de Tarifa a finales de la Edad Media”. *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 30 (2009-2010), pp. 333-358.
- MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “Nuevos datos sobre la población y los genoveses en la ciudad de Cádiz. Una relectura del padrón de vecinos de 1467”. *En la España Medieval* 29 (2006), pp. 187-223.
- MARTÍNEZ Y SANCHEZ, Luis – “La población de Lepe en los siglos XIV y XV”. *Revista de Estudios de la Administración Local y Autonómica* 74 (2011), pp. 216-228.
- MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “Paisajes imaginados y paisajes reales a finales de la Edad Media. Humedales y marismas en las comarcas gaditanas”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel (coord.) – *El agua en el imaginario medieval. Los reinos ibéricos en la Baja Edad Media*. Alicante: Universidad de Alicante, 2017, pp. 17-40.
- MINGORANCE RUIZ, José Antonio – *Los extranjeros en Jerez de la Frontera a fines de la Edad Media* [En línea]. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2013. [Consultado a 10 de septiembre de 2018]. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10433/755>

MONSALVO ANTÓN, José María – “Gobierno municipal, poderes urbanos y toma de decisiones en los concejos castellanos bajomedievales (consideraciones a partir de concejos salmantinos y abulenses)” . In VV.AA. – *Las sociedades urbanas en la España medieval*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2003, pp. 409-488.

MONSALVO ANTÓN, José María – *Las ciudades europeas del Medievo*. Madrid: ed. Síntesis, 1997.

MORENO OLLERO, Antonio – *Sanlúcar de Barrameda a fines de la Edad Media*. Cádiz: Diputación de Cádiz, 1983.

NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla en el reinado de Isabel I (1474-1504)*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2007.

QUINTANILLA RASO, María Concepción – “La reglamentación de una villa de señorío en el tránsito de la Edad Media a la Moderna. Ordenanzas de Cartaya (Huelva) (Fines s. XV-primer mitad S. XVI)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 13 (1986), pp.189-259

OTTE SANDER, Enrique – *Sevilla y sus mercaderes a fines de la Edad Media*. Sevilla: Universidad de Sevilla y Fundación El Monte, 1977.

PEINADO SANTAELLA, Rafael G. – “Las élites de poder en las ciudades de la Andalucía Bética”. In LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, José Enrique; GALÁN SÁNCHEZ, Ángel – *Las ciudades andaluzas (Siglos XIII-XVI)*. *Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval Andaluza*. Málaga: Universidad de Málaga, 1991, pp. 337-356.

PIQUERAS RODRÍGUEZ, Belén – “Estudio del fondo documental medieval del archivo municipal de El Puerto de Santa María”. in *El Puerto de Santa María entre los siglos XIII y XVI*. El Puerto de Santa María: Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 1993, pp. 79-102.

RUIZ PILARES, Enrique José – “El gobierno de la ciudad. El concejo de Jerez de la Frontera a fines de la Edad Media”. In SÁNCHEZ HERRERO, José; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (dirs.) – *750 aniversario de la incorporación de Jerez a la Corona de Castilla: 1264-2014*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez de la Frontera, 2014, pp. 65-82.

- RUIZ PILARES, Enrique José – “Jerez de la Frontera: el gran centro productor del complejo portuario de la Bahía de Cádiz a finales de la Edad Media”. *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales* 20 (2018), pp. 355-386.
- RUIZ PILARES, Enrique José – “La estructura del poder de las élites andaluzas bajomedievales: familiares, amigos y vecinos. El caso de Jerez de la Frontera (España)”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 467-483
- SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana*. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1986.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael – “La frontera en la caracterización de la aristocracia andaluza el memorial de servicio de los Orbaneja de Jerez (1488)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 13, (1986), pp. 283-314.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes medievales de Jerez de la Frontera*. Sevilla: ed. Guadalquivir, 1996.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes sevillanos medievales*. Sevilla: ed. Guadalquivir, 1991.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael – “Los orígenes sociales de la aristocracia sevillana del siglo XV”. *En la España medieval* 9, (1986), pp. 1119-1140.
- SANCHO DE SOPRANIS, Hipólito – *La colonia portuguesa del Puerto de Santa María: siglo XVI, notas y documentos inéditos*. Jerez de la Frontera: Centro de Estudios Históricos Jerezanos, 1940.
- SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Protéger et contrôler la présence et les activités des étrangers dans les villes portuaires du Nord de la Couronne de Castille au Moyen Âge”. *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest* 117, 1, (2010), pp. 209-222.

- TOMAS Y VALIENTE, Francisco – “Origen bajomedieval de la patrimonialización y la enajenación de oficios públicos en Castilla”. in *Actas del I Simposium de Historia de la Administración*. Madrid: Instituto de Estudios Administrativos, 1970, pp. 125-159.
- VAL VALDIVIESO, María Isabel del – “Ascenso social y lucha por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV”. *En la España Medieval* 17, (1994), pp. 157-184.
- VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Las colonias extranjeras en Castilla: II. Al sur del Tajo (los italianos en Andalucía en la Baja Edad media)”. *Anuario de estudios Medievales* 10, (1980-1982), pp. 487-503.
- VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Las oligarquías urbanas”. in VV.AA. – *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica: II Congreso de Estudios Medievales*. León: Fundación Sánchez Albornoz, 1990, pp. 507-536.

Al Servicio de la Corona. Los casos de Manuel Pessanha y Egidio Bocanegra: *una perspectiva comparada*

*Lorenzo Lage Estrugo*¹

Resumen

En la primera mitad del siglo XIV Portugal y Castilla recabaron los servicios de un genovés para que sirviese al mando de sus respectivas marinas, como almirantes. Junto a la obvia pericia marinera de los genoveses subyacen otros factores, frutos del contexto en el cual tanto Egidio Bocanegra como Manuel Pessanha entraron a servir ambas coronas. Los resultados de dicho servicio fueron muy dispares, pero su comparación es significativa dentro de la evolución de la trayectoria marítima de Portugal y Castilla. Así como, ambos genoveses suponen dos ejemplos exitosos de integración de extranjeros en el reino y aprovechamiento de su capital intangible dentro de las políticas marítimas de ambas coronas. El nivel de profunda interconexión política e institucional de Portugal y Castilla se hace evidente en ambos casos, fruto de un *feedback* constante entre los reinos producto de una rivalidad geopolítica, dinástica y geoestratégica. Sin embargo, cada uno de los casos ofrece particularidades únicas para la caracterización de cada almirantazgo.

Palabras clave

Almirantazgo; genoveses; historia comparativa; siglo XIV.

¹ Universidad de Cádiz.

At the Crown's service. The cases of Manuel Pessanha and Egidio Bocanegra: a comparative perspective.

Abstract

In the first half of the 14th century, both Castile and Portugal sought the service of a Genoese, to serve at the command of their fleets, as admirals. Alongside the obvious experience as sailors both men shared, there are other subjacent factors, byproducts of the own context within Egidio Bocanegra and Manuel Pessanha entered to serve both crowns. The outcome of said employment were quite irregular, but their comparison draws light about the maritime trajectory of Portugal and Castile. Furthermore, both Genoese are quite good and successful examples of the integration of foreigners in the realm and the profiting of their intangible capital in the application of maritime politics for both crowns. The deep level of political and institutional integration of Portugal and Castile is evident in both cases, caused by a constant feedback between the kingdoms, derived by their geopolitical, dynastic and geostrategic rivalry. However, both cases offer unique particularities for the characterization of both admiralships.

Keywords

Admiralship; Genoese; comparative history; 14th century.

Las coronas de Castilla y Portugal en un espacio temporal concreto contrataron, de manera muy similar, a dos genoveses para que asumieran el control de sus respectivas marinas de guerra. Aunque, ello pueda parecer evidente desde una perspectiva externa, es decir quién mejor que un genovés para liderar una flota, en su elección confluyeron factores muy diferentes. Lo cual, sin embargo, no excluye que ambas coronas tuvieran una motivación concreta. El 1 de febrero de 1317, Dinis I firmaba un contrato vinculante con un genovés, Manuel Pessanha, para que éste dirigiese la flota portuguesa, comenzando una asociación de dicha familia con la corona lusa que duraría hasta el siglo XV². En 1340-1341, Alfonso XI de Castilla, nieto materno de Dinis I y casado con María de Portugal, su prima hermana, contrataba a Egidio Bocanegra, también genovés, para que sirviese a la corona castellano-leonesa en la batalla por el Estrecho de Gibraltar, en la cual también participarían Manuel Pessanha

² Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 8.

y su hijo, Carlos, comandando una escuadra portuguesa³. Ambos personajes, pues cruzaron caminos, y pese que eran individuos muy diferentes no pueden obviarse las similitudes. A su vez, las mencionadas diferencias y paralelismos entre ambos, examinadas a la luz del contexto nos ofrecen una visión más clara de la situación de ambas coronas, su actitud frente a los asuntos navales y su creciente interés por proyectarse en el escenario marítimo como dos potencias regionales de primer nivel, además en frecuente competencia. El contexto de ambas coronas en la primera mitad del siglo XIV está inextricablemente unido, no sólo por la lógica interconexión de dos monarquías fronterizas, conectadas profundamente a nivel económico, político y social, sino también por la estrecha relación dinástica entre los monarcas de ambos reinos, algo evidente por el alto número de matrimonios endogámicos entre los dos linajes regios⁴. En ambos casos hay una necesidad intrínseca de recurrir a individuos de origen extranjero, pero hay factores que particularizan a ambos y convierten cada situación en plenamente característica.

Manuel Pessanha, nacido en Génova en torno al año 1280 contrae un contrato vasallático de primer nivel con el rey de Portugal en el año 1317. Los términos del contrato, bastante minuciosos, establecen buena parte de los privilegios, derechos y deberes del nuevo oficio, así como suficientes detalles acerca de la retribución de las rentas asociadas y la relación de dicha institución, con la corona. El contrato estaría vigente hasta la muerte del último descendiente masculino, Lanzarote Pessanha II, miembro de la casa del infante don Enrique de Avís en 1453⁵, tras lo cual varios linajes con parentesco por vía femenina asumieron el almirantazgo⁶. La extraordinaria continuidad de la relación entre el linaje de orígenes genoveses y la corona lusa no sólo

³ María de Portugal personalmente pidió ayuda a su padre: “La Reyna Doña Maria de Castiella (...) mandó facer sus cartas mucho afincadas para el Rey de Portugal, su padre: et envíole su mandadero, que fue Velasco Feranez Dean de Toledo su Chanciller”. CERDÁ Y RICO, Francisco (ed.) – *Crónica de Alfonso el Onceno*. Madrid: imprenta de D. Antonio de Sancha, 1758, p. 395.

⁴ Dinis I era hijo de Beatriz de Castilla, hija natural primogénita de Alfonso X. Su hija, Constanza, sería esposa y reina de Fernando IV, mientras que su hijo y heredero, Alfonso IV, casó con la hermana de éste, otra Beatriz de Castilla. Finalmente, Alfonso XI casaría con su prima hermana con ambas partes, María de Portugal.

⁵ DIFFIE, Bailey W.; WINIUS, George D. – *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*. Minneapolis: University of Minnesota, 1977, pp. 74-79; FERNANDES, Fátima – “Los genoveses en la Armada portuguesa: Los Pessanha”. In *Edad Media: revista de historia 4: Contestación social y mundo campesino*, (2001), pp. 209-210.

⁶ El primero de los almirantes no perteneciente a los Pessanha fue Pedro de Meneses, conde de Vila Real, que ostentó el cargo por su matrimonio con Ginebra Pessanha, hija de Carlos Pessanha, aún en vida de su suegro. Posteriormente, el esposo de la hermana de Ginebra, Rui de Melo, sería almirante de Portugal, en minoridad de su hijo, Lanzarote Pessanha II. Ante la falta de descendencia, la relación de los almirantes con los Pessanha será indirecta: Nuño Vázquez de Castelo Branco era hijo de Catalina Pessanha, nieta de Lanzarote Pessanha I. A su vez sería sucedido por su sobrino, Lopo Vaz de Azevedo, que inauguraría una línea dinástica de almirantes. SEVERIM DE FARIA, Manuel – *Noticias de Portugal*. Valladolid: Ed. Maxtor, 2010, p. 65. La carta de donación del almirantazgo a Antonio de Azevedo se ha conservado, así como un documento de la cancellería regia relativo a la herencia de su padre, ambos de 1501, fecha de la muerte de Lopo Vasques. Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 49; Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 90.

se explica por la supervivencia de los Pessanha, sino también en buena medida por lo sólido del contrato en sí y por la propia ideología imperante en el período, donde la heredabilidad de oficios y cargos comenzaba a ser una máxima. Los almirantes del linaje desempeñarían su oficio, pues, según los términos establecidos por don Dinis durante el período mencionado, únicamente con el breve paréntesis del ejercicio del cargo por Juan Alfonso Tello de Meneses

Ambos almirantes, Manuel Pessanha y Egidio Bocanegra tenían unos orígenes geográficos idénticos: ambos eran genoveses. A su vez, ambos tenían, o se les suponía, pericia destacada en el manejo de los asuntos marítimos. Pero ahí terminan las similitudes entre ambos. Los Bocanegra eran un linaje señalado, como los Doria, Fieschi, Grimaldi o Spínola, mientras que los Pessanha habían alcanzado cierta preminencia comercial en la generación del propio Manuel, pues sus hermanos eran agentes comerciales y marítimos al servicio de las cortes europeas, uno de ellos en la corte inglesa de Eduardo I y Leonor de Castilla, y el segundo en la papal de Aviñón, pero no puede considerárseles como pertenecientes a una de las grandes familias de la escena política ligur⁷. Es decir, uno contaba con un trasfondo inmediato meramente comercial, mientras que el otro pertenecía a un linaje aristocrático que se movía en planos superiores económica y políticamente a los Pessanha. Mientras que uno fue enviado en el contexto de las alianzas entre Castilla y Génova en la batalla del Estrecho, el otro simplemente fue solicitado por el rey Dinis I en el contexto de formación de la flota portuguesa.

El contrato portugués de 1317 tiene un nivel de detalle práctico que los nombramientos castellanos no contaban. Mientras que los documentos castellanos son generalistas, en muchos aspectos, moviéndose en un plano teórico ciertamente nebuloso en su aplicación real en un contexto cotidiano, el documento portugués tiene una naturaleza mucho más pragmática. Hemos de tener en cuenta varios factores. Primero, el contrato de 1317 es el documento fundacional del almirantazgo portugués, ello necesariamente requiere un mayor nivel de detalle en algunos ámbitos,

⁷ ROSSI VAIRO, Giulia – “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”. *Medievalista* [Em linha] 13 (Janeiro-Junho 2013), pp. 3-4 [Consultado 11.11.2018]. Disponible en <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>.

Curiosamente, en enero de 1317 Eduardo I escribía a los líderes de la Comuna ligur, solicitando permiso para que Leonardo Pessanha (hermano de Manuel) pudiese armar cinco galeras para la guerra con Escocia:

Rex, nobilibus viris abbati, potestati et capitaneo civitatis ianuensis, amicis suis carissimis, salutem, Cum mittamus dilectum nobis Leonardum Pessaigne de Janua ad partes vestras, ad providendum ibidem, sumptibus nostris, quinque galeas defensabiles in subsidium guerre nostre Scocie, et ad eas hominibus armatis, armaturis, victualibus et omnibus aliis necessariis, pro ut melius expedire viderit, et pro ut sibi per nos plenius est iniunctum, muniendas (...)

El paralelismo con su hermano Manuel Pessanha y su contrato con Dinis I es significativo y nos indica la versatilidad de estos marinos que o bien comandaban galeras o conducían comercio indistintamente. BELGRANO, L. T. – “Documenti e genealogia dei Pessagno genovesi, ammiragli del Portogallo, pel socio L.T. Belgrano”. In *Atti della Società Ligure di Storia Patri*, XV. Génova, Tipografia del R. Istituto sordo-muti, 1881, pp. 252-253.

necesario para el establecimiento del oficio, además, el rey contrae un acuerdo con un no natural del reino y necesita forzosamente atarlo a la corona portuguesa, lo cual justifica la inclusión de algunos elementos dentro del cuerpo del texto. Ello no ocurre en la corona castellano-leonesa, donde el marco legal e institucional del almirantazgo había sido establecido por Alfonso X en el siglo XIII, en el marco de la proyección exterior de Castilla tras la conquista de la Bahía de Cádiz⁸. Con lo cual, en buena medida los nombramientos de los almirantes castellanos podían permitirse ser algo teóricos y generalistas, ya que la institución tenía prácticamente medio siglo de trayectoria y un ya rico trasfondo institucional. Sin embargo, para el caso portugués es una nueva fundación, que pese a tener el referente claro del almirantazgo castellano – es imposible descartar una influencia de la tradición legal e institucional castellano-leonesa teniendo en cuenta la interconexión de las dos coronas – es una nueva creación que necesita dotarse de un marco legal sólido que evitase conflictos jurisdiccionales. En todo ello hay que considerar un elemento muy importante, la propia personalidad del monarca don Dinis. El rey de Portugal era un administrador altamente competente que manejaba con soltura y decisión la aplicación de las diferentes políticas regias, cuya presencia se dejaba sentir en la documentación producida bajo su reinado, como explicita José Augusto de Sotto Mayor Pizarro en su estudio sobre las *Inquisições* del susodicho monarca⁹. Dicho autor ha evidenciado a lo largo del tiempo no sólo la implicación del monarca, sino sus pretensiones de ostentar un poder creciente, una autoridad indiscutida dentro del reino¹⁰. Así pues, teniendo en cuenta la personalidad del monarca no es de extrañar que el documento fuese minucioso, tanto más cuando dicho contrato es un elemento primordial en la configuración de la flota real y en el planteamiento de una política naval coherente. En el documento incluso se detallan los sueldos que debían percibir los hombres contratados por Pessanha: aquellos que sirviesen como alcaldes de galeras deberían recibir doce libras y media y su manutención en bizcocho y agua mientras estuviesen en servicio activo; aquellos que fuesen arraíces, una condición inferior a alcalde de galera, debían recibir ocho libras mensuales, e igualmente “pan e bizcocho e agua como dito be”. Ese nivel de detalle se encontraba en las ordenanzas

⁸ El almirantazgo castellano surge en el contexto de la anexión de territorios de la Baja Andalucía por parte de Alfonso X. Para ver la definición legal de dicha institución, véase la Segunda Partida alfonsí, título IX, ley XIV y título XIV, ley III. Alfonso X detalla tanto las atribuciones teóricas como parte del aparatage ceremonial y simbólico del oficio, que sería copiado casi literalmente en la corona portuguesa. SÁNCHEZ-PRIETO, B.; DÍAZ MORENO, R.; TRUJILLO BELSO, Elena – *Edición de textos alfonsíes: Siete Partidas [en línea]*. Madrid: Real Academia Española.

⁹ *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis: 1284*. Edição de José Augusto PIZARRO. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2007.

¹⁰ Dinis I sentó las bases de su gobierno personal desde un inicio, afirmándose sobre la nobleza y sus familiares y colaboradores heredados de su padre en 1283, cuando derogó todos los privilegios y donaciones concedidos desde su ascenso al trono en 1279. PIZARRO, José Augusto – *D. Dinis*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2012, pp. 219-223.

navales de la corona castellana o la aragonesa, pero no en los nombramientos de los almirantes, que solían tratar otros temas¹¹.

Así pues, ¿qué elementos se pueden observar en el contrato de Manuel Pessanha? Primeramente, el rey hace donación al genovés del lugar da Pedreira, sito en la capital lisboeta, en el lugar en que originariamente había “casas de judeos”, esto es, una judería¹². Que el barrio otorgado al almirante como posesión estuviese en una judería es interesante, en tanto en cuanto es posible tuviese demarcaciones físicas, es decir estuviese físicamente separado del resto de la ciudad; ello es importante para uno de los puntos más interesantes del propio documento. El lugar da Pedreira en sí debía de proporcionar unas rentas al almirante, puesto que la posesión de un terreno tal dentro de la propia capital del reino podía derivar en la percepción de rentas y alquileres, ya que al almirante se le donan “casas y terrenos”, es decir el barrio en su totalidad, con todas las casas y edificios que contuviese. La concesión de una extensión de terreno considerable en la propia Lisboa debe verse como una iniciativa regia de don Dinis no sólo para centralizar el almirantazgo en la ciudad, dotándolo de una sede física que cimentara su poder en la urbe, sino también probablemente como modo de controlar atentamente la nueva institución, pudiendo supervisarla más adecuadamente en Lisboa que en cualquier otro sitio. Es de sobras conocido que Lisboa es la cabeza del reino de Portugal desde temprano, y un elemento articulador del territorio y de la costa lusa fundamental: la presencia del almirante en el que era el mayor y más próspero puerto de la monarquía debe entenderse como una maniobra para la centralización de las funciones y la jurisdicción del almirantazgo.

La donación de lugares, villas y rentas dependientes de la administración de un territorio concreto era un elemento usado por los monarcas como forma de asentar a un servidor, incentivando su servicio y asegurando su lealtad. Ello sucede de idéntica manera en el caso castellano. A Egidio Bocanegra se le hace donación de Palma del Río, villa cordobesa junto al Guadalquivir, señorío que heredará primero Ambrosio

¹¹ Fundamentalmente, los elementos que conformaban los nombramientos de los almirantes castellano-leoneses eran de carácter jurisdiccional, más que económico. Ejemplo de ello el nombramiento de Ambrosio Bocanegra, el más cercano al de su padre Egidio, recogido en: CASARIEGO, Jesús Evaristo – *Historia del Derecho y de las Instituciones marítimas del mundo hispánico*. Madrid: José Ruiz Alonso, impr. 1947, pp. 228-229. Calderón Ortega recoge los nombramientos de varios almirantes, incluyendo el de Alonso Enríquez, en su obra sobre el almirantazgo castellano. CALDERÓN ORTEGA, José Manuel – *El almirantazgo de Castilla: historia de una institución conflictiva*. Alcalá de Henares: servicio de publicaciones de la Universidad de Alcalá de Henares, 2013.

¹² La judería de Pedreira fue un intento de Dinis I de establecer un nuevo barrio judío en la capital. La ciudad de Lisboa contaba con una Judiaria Velha y una Judiaria Pequena, pero en 1303 el rey otorgó a título perpetuo las casas de Pedreira, que habían albergado los estudios generales, a una familia de judíos, los Navarro. El lugar estaba situado entre el largo do Carmo y la calçada do Sacramento. Cualquiera fuesen las pretensiones del monarca de crear una judería nueva estas habían fracasado en 1317, cuando el rey hizo concesión del mismo espacio a Manuel Pessanha. TAVIM, José Alberto – “Judeus e judiarias de Lisboa nos alvares dos Descobrimentos. Perspectivas dos espaços e das gentes”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coords.) – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, p. 440.

Bocanegra, su primogénito, y luego su segundogénito, Alfonso, y su nieto, después de lo cual pasará el señorío al linaje de los Portocarrero¹³. La donación de un señorío a un almirante no era algo nuevo en la trayectoria del almirantazgo castellano-leonés: en 1332 Alonso Jofré Tenorio recibió en señorío la villa de Moguer. Sin embargo, hay una donación por parte de Alfonso XI más cercana al ejemplo portugués que el señorío de Palma del Río, la concesión de dos casas en Sevilla, que habían sido intercambiadas por una aldea con Diego Fernández de Medina. Las casas en Sevilla estaban valoradas en 85.000 maravedís, pero lo relevante de la donación no es la cuantía exacta, si no que se otorguen dos casas en Sevilla¹⁴. La ciudad hispalense era la sede de la marina castellana desde la conquista por parte de Fernando III, y por ende era la ciudad principal dentro de la corona castellano-leonesa para el almirantazgo. Las atarazanas, el fuerte flujo comercial de la ciudad y la presencia de una importante comunidad de extranjeros, muchos de ellos con conexiones marítimas, justificaba la presencia de dicha institución en Sevilla; lo cual no es sino un reflejo de la presencia del almirante Pessanha en la propia Lisboa. En sí ambos casos son bastante similares en ese respecto: el rey busca asegurar la lealtad de un no natural del reino, para lo cual hace diversas donaciones en una ciudad importante; ciudad que por otro lado es fundamental dentro de la marina de sus respectivas coronas. Las mercedes realizadas a Bocanegra hubieron de ser bastante satisfactorias, ya que Eduardo III enviaría agentes para contratar al genovés, pero éste bien por lealtad a su señor o por falta de interés permaneció al servicio de Alfonso XI, rechazando la oferta inglesa¹⁵.

¿Por qué la donación de un barrio dentro de la capital lisboeta? Al margen de las razones ya comentadas hay un elemento más que incluir en la ecuación: Dinis I establece que Pessanha debe mantener en nómina veinte “hombres buenos” de Génova, para que sirviesen como alcaldes de galeras y arraíces dentro de la flota portuguesa. Esto es un elemento distintivo del almirantazgo portugués, que no tiene equivalente en el caso castellano. Estos veinte hombres debían ser especialistas en

¹³ La donación de Palma del Río por parte de Alfonso XI fue confirmada en un privilegio rodado por parte de Pedro I en 1361, según menciona un documento muy posterior relativo a la sucesión del estado de Palma del Río tras la muerte del original poseedor en 1367. La villa cordobesa no sería la única concesión territorial a Bocanegra, su hijo Ambrosio recibiría en juro de heredad la villa de Linares, en Jaén, pero también cercano al gran vertebrador territorial que es y era el río Guadalquivir. El privilegio de concesión de Linares es de 1372, dos años posterior al nombramiento de Ambrosio como almirante y tres desde el ascenso de Enrique II de Trastámara, a quien tanto Egidio como Ambrosio habían apoyado. Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, *LUQUE*, C.597, D.344; Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, *FERNAN NUÑEZ*, C.312, D.17; Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, *OSUNA*, C.2988, D.2.

¹⁴ El documento en sí es un traslado de un privilegio rodado de Alfonso XI a Egidio Bocanegra. El documento original fue redactado el 10 de junio de 1344, en Sevilla, mientras que el traslado es del 29 de mayo de 1413, y fue realizado en Toro. El documento detalla tanto la concesión de las casas mencionadas como la concesión al tesorero real, Diego Fernández, de la villa de Bobadilla, que estaba en Medina del Campo. Valladolid: Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, *PERGAMINOS*, CARPETA, 88, 10.

¹⁵ GARCÍA DE CASTRO, Francisco Javier – *La Marina de guerra de la corona de Castilla en la Baja Edad Media. Desde sus orígenes al reinado de Enrique IV*. Valladolid: s.n., 2011, Tese de doutoramento, p. 175.

el mundo marino, profesionales. Y para que estuviesen a disposición permanente del almirante, y por ende del monarca luso, debían de residir en un mismo lugar, ¿dónde? Sencillamente, la opción más simple era afincarlos en el barrio que el propio almirante tenía en la capital. Si los veinte hombres contaban con su residencia en un espacio concreto podían estar a disposición de la marina de manera casi permanente, teniendo la corona un acceso directo con esta serie de personajes muy especializados que habrían de componer el elemento articulador de la recién creada flota portuguesa. Desgraciadamente, es desconocida la naturaleza e identidad de dichos veinte hombres contratados personalmente por Pessanha, pero sería interesante conocer si estaban unidos entre sí por lazos de parentesco o si formaban parte de una potencial red clientelar de los Pessanha en la propia Génova¹⁶.

Otro elemento concreto que aparece en el contrato y que no tiene equivalente en Castilla es la mención a unas rentas concretas. Es decir, Manuel Pessanha no sólo percibiría los ingresos derivados de su ejercicio del almirantazgo y de su posesión de un barrio en la ciudad lisboeta, sino que además debía percibir una suma anual por parte del monarca, tres mil libras en moneda portuguesa, a pagar en tres momentos diferentes del año, en tres partes idénticas: una el 1 de enero, la segunda el primer día de mayo y por último un tercer pago el 1 de septiembre; es decir, los primeros de mes cada cuatro meses. Ello no aparece en ninguno de los nombramientos contemporáneos de almirantes castellanos, cuyas rentas debían percibirse en forma de la administración y percepción de diversas imposiciones y tasas de las cuales poseía un porcentaje concreto, como el tercio del quinto real. Es decir, las rentas del almirantazgo castellano eran flotantes, dependían del contexto concreto, como la actividad naval del año, la entidad de los flujos comerciales, o incluso la posibilidad de percibir o no dichas rentas¹⁷. Sin embargo, los Pessanha tienen una asignación anual, en moneda de Portugal. Una renta fija, de lo cual carecen los almirantes castellanos en calidad de tal, ya que los Enríquez, que tendrán asiento en el Consejo Real, tendrán asignación anual como miembros de éste, y no por su dignidad de almirantes de Castilla. Como se puede ver el almirantazgo portugués tiene una vertiente mucho

¹⁶ Únicamente se podría deducir la identidad de uno de ellos, Lanzarote Malocelo o Lanzarote da Franca, con cuya hija casó Manuel Pessanha en segundas nupcias. Sin embargo, su adscripción a los 20 hombres buenos traídos en 1317 por el almirante portugués es una mera hipótesis.

¹⁷ En muchos casos las rentas del almirantazgo estaban enajenadas o usurpadas por terceros, no siendo percibidas por el almirante y sus agentes. Ejemplo de ello es la usurpación del tercio del quinto por parte de Pedro de Estopiñán, acostado del duque de Medina Sidonia, en una cabalgada en Orán, lo cual ocasionó un pleito del Almirante Fadrique con sus herederos entre 1505 y 1507. La usurpación de derechos del almirantazgo por parte de Rodrigo Ponce de León o de los Guzmanes era constante. Ello simplemente era consecuencia lógica de la señorialización de Andalucía a lo largo del siglo XV. Para el extenso pleito, véase, Simancas: Archivo General de Simancas, CRC 5.2. Los monarcas castellanos apoyarán al almirante en la afirmación de sus derechos, como por ejemplo la carta del 23 de diciembre de 1475 enviada a Jerez, Sevilla, Cádiz y otras localidades menores recordándoles que respeten los privilegios de dicha institución. Simancas: Archivo General de Simancas, *Registro del Sello*, RGS, LEG, 147512, 791.

más práctica, mucho más asentada en la realidad del reino luso que el almirantazgo castellano, cuyas amplias atribuciones y privilegios se desarrollan un campo teórico. Éstas rentas debían ser completadas con un elemento del cual también disfruta el almirante castellano-leonés, el quinto. Sin embargo, mientras que el almirante castellano disfruta inicialmente un porcentaje mínimo del quinto, luego ampliado a un tercio, luego a un medio y temporalmente a su totalidad, el almirante Pessanha recibe el quinto real en su totalidad, y ello es mencionado explícitamente: un quinto de todas aquellas presas que se tomasen en la lucha o bien “enemigos de nossa fe” o contra los “enemigos de mha terra”. La concesión de la totalidad del quinto es muy importante, y confirma que en su concepción el almirantazgo portugués gozaba de unas atribuciones bastante importantes. Hay una serie de cláusulas jurisdiccionales que son en esencia muy similares a los nombramientos castellanos, aquellas que alegan que el almirante debe ser respetado como si fuese el rey mismo, o que bajo su jurisdicción se hallan todos los puertos del reino, lo cual son elementos comunes a todos los almirantazgos. Ahí incide la codificación legal del almirantazgo castellano por parte del rey Alfonso X en las Partidas, que detalla dichos términos como parte de la jurisdicción del almirantazgo y sus atribuciones. Sin embargo, Dinis I no deja margen al azar, y ordena que en cada galera vayan escribanos reales, para que se aseguren se respetan sus derechos, las regalías que el rey en ningún momento había cedido a su nuevo almirante. Este nivel de supervisión encaja con el autoritarismo regio portugués, y difiere de la supervisión más laxa, el mayor nivel de delegación que se puede observar en el caso castellano-leonés.

Una de las cuestiones más significativas tanto en el caso de Egidio Bocanegra como de Manuel Pessanha es que ambos eran no naturales del reino, habiendo los dos marinos nacido en Génova, como se ha mencionado reiteradamente. Aunque la respuesta a la naturalidad pueda ser evidente, los genoveses eran los más profesionales marinos del siglo XIV, la respuesta puede tener más niveles. Anteriormente, Castilla había contado con no-naturales del reino en el oficio, aunque de una manera mucho más circunstancial y efímera, en todo caso, muchos castellanos habían ostentado el almirantazgo, y tras la muerte de Jofré Tenorio otro podía haber ascendido a tal dignidad. Sin embargo, tras el nombramiento de Bocanegra hay elementos a considerar. Hermano menor del dogo de Génova, su nombramiento como almirante aseguraba la colaboración de la *Signoria* en un momento crítico, durante el cual Castilla estaba intentando rearmarse tras una contundente derrota naval; las quince galeras mencionadas en la Crónica de Alfonso Onceno son la evidencia de la ayuda

prestada a Alfonso XI por parte de la república ligur¹⁸. Además, en una coyuntura delicada Alfonso XI necesitaba de un almirante muy capacitado. La excelencia y la pericia de los especialistas genoveses eran una ventaja evidente en el campo de batalla, tanto más cuando sus adversarios muchas veces distaban de dicha profesionalidad, siendo simplemente reclutas estacionales o incluso forzosos, o los mandos podían llegar a carecer de la necesaria experiencia en combate naval con la cual contaban en buena medida los oficiales genoveses. Así pues, aunque se presupone hubiese algún castellano-leonés que fuese capaz de asumir la dignidad de almirante del reino, es altamente probable que simplemente la política exterior hiciese más beneficioso el nombramiento de Bocanegra como tal.

En Portugal, Dinis I no buscaba la ayuda de la República de Génova, ni se encontraba en una coyuntura especialmente complicada, al menos no en el escenario marítimo del momento, como era el caso castellano en 1341. El rey luso simplemente necesitaba organizar una flota, ahora que el dominio portugués sobre el Algarve estaba asentado y teniendo en cuenta la creciente relevancia del escenario atlántico, en sí y por sí mismo y a la luz de la conflictividad y rivalidad con el reino vecino, Castilla. Dinis I necesitaba un hombre capacitado, un especialista experimentado, para lo cual recurre a Pessanha. El marino genovés serviría como elemento articulador de la nueva flota, sobre todo con sus veinte buenos hombres genoveses, que habrían de servir de caballo de batalla de la armada, como un contingente humano altamente especializado que aportase su capital intangible, su experiencia y saber hacer en asuntos navales. Sin embargo, y al contrario que Bocanegra, Pessanha no trae galeras por su cuenta, ni aporta una ventaja real, física, tras firmar el contrato, únicamente tras el reclutamiento de los veinte genoveses (que debía realizarse en un margen de ocho meses tras la firma del contrato, es decir octubre de 1317), un poco más tarde, hay un

¹⁸ Posteriormente, según indica la Crónica de Alfonso Onceno, citada por Francisco Javier García de Castro, las galeras al servicio de la marina castellana serán doce. Probablemente, hubo un ajuste en el tratado entre Génova y Castilla: “et otrosí dexó en la guarda de la mar á Don Egidio, su Almirante mayor con cuarenta galeas, las doce de Genova, et las veinte y ocho de Castiella, et con treinta naves de las villas de las marismas de Castiella”. GARCÍA DE CASTRO, Francisco Javier – *La Marina de guerra de la corona de Castilla en la Baja Edad Media...*, p. 260.

resultado tangible del acuerdo entre ambas partes¹⁹. Un elemento plenamente original dentro del contrato entre Dinis I y Manuel Pessanha es la cláusula que establece un mayorazgo en la persona del genovés. Es decir, el rey inmediatamente establece que la dignidad del almirantazgo portugués había de ser heredada por los sucesores de Pessanha, en línea directa y legítima de varón, excluyendo teóricamente a los hijos ilegítimos²⁰. Ello no tiene parangón en ninguno de los almirantazgos peninsulares, ni en Aragón ni en Castilla. Aunque oficiosamente el oficio tendía a recaer en personajes relacionados entre sí por lazos de afinidad o sangre, nunca se había establecido en los marcos legales castellano o aragonés una automática heredabilidad del oficio. En el reino castellano sólo había habido un caso de transferencia del oficio entre dos familiares cercanos, hermanos: Nuño Díaz de Castañeda sería almirante de Castilla tras la muerte de Pedro Díaz de Castañeda. Sin embargo, tras la creación de un almirantazgo patrimonializado dentro de un linaje, los Pessanha, en Castilla habrá que esperar a una continuidad padre-hijo del cargo hasta los propios Bocanegra; tras la ejecución de Egidio Bocanegra en 1367, eventualmente Enrique II confirmará como almirante a su hijo mayor, Ambrosio Bocanegra. Ciertamente es que la concesión de Dinis I supone la primera patrimonialización del oficio dentro de un linaje nobiliario concreto, sentando un precedente para el resto de los almirantazgos peninsulares. La continuidad del linaje a lo largo del siglo XIV aportó al almirantazgo una solidez evidente: las redes clientelares de los almirantes eran heredadas por sus sucesores, evitando transferencias de poder e influencias residuales de previas tenencias. Se teoriza que Lanzarote Pessanha, en su exilio castellano durante la crisis de 1383-1385, estaba acompañado por los veinte hombres buenos que debían estar a su servicio, aunque se desconozca la exacta composición de ese contingente humano a fines del XIV, cuando no puede ya presuponerse siguieran siendo profesionales contratados

¹⁹ El 5 de febrero de 1317 Manuel Pessanha recibía autorización de D. Dinis para partir hacia Génova y contratar los veinte hombres buenos requeridos. Lisboa: Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 109. Como indica Sotto Mayor Pizarro, su desempeño como almirante debió ser satisfactorio, ya que se le concedió la villa de Odemira en 1319 y en 1322 se aumentó su renta. PIZARRO, José Augusto – *D. Dinis...*, p. 242. La concesión de Odemira en sí misma explicita el contentamiento de Dinis con su almirante:

“Por todas estas razoes, assinaadamente querendo uos fazer maior graca e mercee por grandes serviços que mi uos fezestes, en guisa que uos e os uossos sucessores que este feu herdarem aiades ma tença onrrada como perteece a este officio do Almirantado; tenho por bem de uos dar logo e outorgar por jur de herdade o meu castello e a mha uila d’ Odemira com todos seus direitos e rendas e pertengas, assi como o eu ey e de direito deuo auer, e com a justiça e com todo jur e jurisdiçom e senhoryo real que eu ey e de direito deuo a auer, saluo o montado dos gaados do termho d’Odemira, que deue ser meu e dos meus sucessores como agora he.” BELGRANO, L.T. – “Documenti e genealogia dei Pessagno genovesi, ammiragli del Portogallo, pel socio L.T. Belgrano...”, p. 264.

²⁰ Sin embargo, la debilidad del linaje propició la legitimación de bastardos como titulares del almirantazgo portugués y Carlos Pessanha II subvertiría literalmente los términos del contrato original al ceder en vida su oficio a su yerno. También favoreció que accediese a tal titularidad su nieto por vía femenina, Lanzarote, que adoptó el nombre Pessanha. La descendencia en vía femenina o ilegítima era irregular y no estaba contemplada en el documento de 1317, pero la mala suerte biológica de los últimos titulares acabó en la búsqueda de soluciones diferentes al problema de la heredabilidad del cargo. FERNANDES, Fátima – “Los genoveses en la Armada portuguesa: los Pessanha...”, pp. 207-211.

en Génova²¹. Se podrían relacionar las contundentes derrotas de la flota portuguesa a manos de los Tenorio castellanos con dicha pérdida del elemento organizador y articulador de los veinte alcaldes de galera y arraíces al servicio de los Pessanha en 1317; sin obviar la escasa pericia técnica como caudillo naval del hermano de la reina Leonor, Juan Alfonso Tello, el Mozo, conde de Barcelos.

La nueva relación de ambos almirantes, Egidio Bocanegra y Manuel Pessanha, con sus reinos de adopción se significa de manera evidente con el enlace con miembros de la nobleza castellana y portuguesa, entroncando con los linajes castellanos y portugueses y asentando sus respectivas familias en las dos coronas. Ambrosio Bocanegra, hijo mayor del almirante, casará con Beatriz Fernández de Carrillo, hija del señor cordobés, Gómez Fernández de Carrillo, II señor de Santa Eufemia o Santofimia, mientras que el segundogénito, Alfonso, casará con Urraca Alfonso de Córdoba, hija de Gonzalo Fernández de Córdoba, señor de Aguilar y de Priego de Córdoba, y la tercera, Violante, con el maestre de Calatrava y Santiago, Pedro Muñiz de Godoy y Sandoval, uno de los principales nobles de la corte de Enrique II; tres enlaces con tres miembros destacados de la corte y del reino de Sevilla²². Manuel Pessanha, quien debía ser relativamente joven en el momento de su llegada a Portugal, contrajo matrimonio con Ginebra Pereira, y todos sus hijos y sucesores nacerían en dicho reino. El segundogénito, Bartolomé, casaría con Leonor Gómez de Azevedo, un linaje señalado del Portugal del momento. El propio almirante casaría, una vez enviudado con la hija de Lanzarote Malocelo o da Franca, señalado personaje en la historia marítima y naval portuguesa, Leonor Alfonso da Franca.

Finalmente, hay un aspecto muy sobresaliente del contrato: Pessanha podía emplear los hombres a su servicio en tiempos de paz como agentes comerciales. Aunque al almirantazgo portugués en su momento fundacional no se le concedan las numerosas atribuciones económicas con las cuales contaba su homólogo castellano, ampliadas además a lo largo del siglo XIV, Pessanha sí tiene la potestad de emplear los navíos y los hombres a su servicio para participar del comercio del reino, pudiendo enviarlos a "(...) Frandes ou a Genua ou alguas outras partes (...)". Ello es una concesión muy importante y que refleja en buena medida la trayectoria de Pessanha como mercader y marino, pudiendo participar del gran circuito comercial de la época, "la muda de Flandes" con los barcos del propio rey y con los veinte hombres

²¹ Una de las escasas evidencias del exilio de Lanzarote Pessanha en Castilla es la concesión a éste por parte de Juan I de Castilla de la fortaleza de Gibralfaró, en Huelva. Plaza importante por su situación en el río Odiel, su proximidad a la costa onubense y a la propia frontera con Portugal. El documento en cuestión es un testimonio de las capitulaciones para la entrega de dicha plaza el 20 de diciembre de 1379. Toledo: Archivo histórico de la nobleza, OSUNA, C.378, D.26. Para el exilio de Pessanha, véase: FERNANDES, Fátima - "Los genoveses en la Armada portuguesa: los Pessanha...", pp. 217-218.

²² Véase la tabla genealógica elaborada por Salazar y Castro. RAH, Salazar, 9/256, fº 232 v.

buenos que a su servicio estaban. Esa concesión no tiene parangón en Castilla hasta que Fernando el Católico concede a Alonso Enríquez la posibilidad de fletar dos navíos sin costes de fletes y tasas para comerciar en todos los puertos y posesiones de la corona castellano-leonesa, casi dos siglos después de que Pessanha firmase el contrato con Dinis I²³. Ello refleja tanto las inquietudes de Pessanha, quién ganaba así una base de operaciones en Lisboa, puerto esencial en la ruta entre Italia y Flandes, y un número de naves que dedicar al ejercicio de dichas actividades mercantiles, como la creciente importancia a lo largo del siglo XIV de las conexiones con los mercados del norte europeo.

Para concluir, vemos que, aunque las similitudes entre las instituciones castellana y portuguesa son numerosas, el almirantazgo luso cuenta con unas señas de identidad propias, derivadas tanto de la particularidad del contexto en el cual fue configurada la institución como de la propia personalidad de los agentes implicados, Dinis I y Manuel Pessanha. Mientras que los nombramientos castellanos del período ya contaban con toda una tradición en la cual se hallaban enmarcados en la práctica y la teoría, Dinis I configura prácticamente *ex novo* la institución en suelo portugués, lo cual explica una parte de las características del contrato, que debe servir, en buena medida, de documento fundacional. Pese a que Bocanegra y Pessanha fueron ambos contratados como especialistas, profesionales de lo marino, para servir como almirantes de sendas monarquías, sus casos tienen especificaciones propias. La necesidad de las monarquías en un momento determinado es satisfecha por los grandes profesionales en lo naval del mundo mediterráneo, los genoveses, pero compensada en dos contextos diferentes y con unas especificaciones contrapuestas. Sí, ambas coronas tenían una necesidad intrínseca de contar con un agente articulador de sus armadas, en un caso como reformador de la escuadra tras la derrota crítica frente a los meriníes y en otro como un agente de primer nivel en la proyección naval de la corona portuguesa. En ambos casos, la iniciativa de ambos reyes fue acertada, teniendo en cuenta la duración de los respectivos almirantazgos de Bocanegra y Pessanha, extendiéndose a lo largo de la totalidad del reinado de los sucesores tanto de Dinis I como de Alfonso XI. Así pues, vemos que, pese a la similitud de los casos expuestos, Dinis configura un almirantazgo que, aun siendo influido por el caso del reino vecino, cuenta con un carácter propio derivado de la propia particularidad de la corona lusa y sus modelos de gestión y gobernanza. Mientras que el almirantazgo de Egidio y Ambrosio Bocanegra se entroncan con la tradición castellana preexistente, con una institución con numerosas atribuciones

²³ Carta de merced expedida el 20 de julio de 1478, en Sevilla a favor de Fadrique Enríquez. El almirante recibía licencia “para que de aquí adelante en cada un año pueda libremente armar dos caravels de mercadería e de armada por los mares e puertos e abras de todo el regno”, lo cual suponía un beneficio comercial y económico importante. Simancas: Archivo General de Simancas, *Registro del Sello*, RGS,LEG,147807,58.

económicas, judiciales y marítimas, la creación de Dinis I busca un almirantazgo estable, con solución de continuidad y bajo una supervisión más estrecha por parte de la corona y sus agentes, con un carácter intrínsecamente militar. Todo ello, perceptible a través del análisis de los nombramientos tanto de Pessanha como de Ambrosio Bocanegra y sus sucesores inmediatos, que muestran cómo ambas coronas, portuguesa y castellana, respondieron a unos interrogantes similares y cómo decidieron configurar sus instituciones navales a la hora de proyectarse marítimamente de manera contundente a lo largo del siglo XIV. Dos instituciones que chocarían a lo largo del tiempo, debido a la profunda y enraizada rivalidad entre Castilla y Portugal, lo cual no enmascara la interconexión entre ambas. Interconexión que nunca fue más evidente que cuando Manuel Pessanha y su hijo Carlos Pessanha fueron enviados al Estrecho de Gibraltar, por Alfonso IV, para apoyar la escuadra liderada por Egidio Bocanegra en el contexto de la campaña del Salado²⁴.

²⁴ Tal y como explicita la Crónica de Alfonso el Onceno en su relato de aquellos días: “et a pocos días veno por el rio allí á Sevilla Manuel Pezano et su fijo Carlos, los que el Rey avia soltado de la prisión et traxieron la flota del rey de Portugal”. CERDÁ Y RICO, Francisco (ed.) – *Crónica de Alfonso el Onceno...*, p. 396.

BIBLIOGRAFIA

Fuentes primarias:

- Lisboa: Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 8 e 109.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 49.
 Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 90.
 Madrid: RAH, *Salazar*, 9/256, fl. 232 v.
 Simancas: Archivo General de Simancas, CRC 5.2.
 Simancas: Archivo General de Simancas, *Registro del Sello*, RGS, LEG,147807,58.
 Toledo: Archivo histórico de la nobleza, OSUNA,C.378, D.26
 Valladolid: Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, *PERGAMINOS*, CARPETA, 88, 10.

Fuentes impresas:

- BELGRANO, L.T. – “Documenti e genealogia dei Pessagno genovesi, ammiragli del Portogallo, pel socio L.T. Belgrano”. In *Atti della Società Ligure di Storia Patri*, XV. Génova: Tipografia del R. Istituto sordo-muti, 1881, pp. 241-316.
- CERDÁ Y RICO, Francisco (ed.) – *Crónica de Alfonso el Onceno*. Madrid: imprenta de D. Antonio de Sancha, 1758.
- Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis: 1284*. Edição de José Augusto PIZARRO. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2007.
- SÁNCHEZ-PRIETO, B.; DÍAZ MORENO, R.; TRUJILLO BELSO, Elena – *Edición de textos alfonsíes: Siete Partidas [en línea]*. Madrid: Real Academia Española.
- Estudios:**
- CALDERÓN ORTEGA, José Manuel – *El almirantazgo de Castilla: historia de una institución conflictiva*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá de Henares, 2013.
- CASARIEGO, Jesús Evaristo – *Historia del Derecho y de las Instituciones marítimas del mundo hispánico*. Madrid: 1947.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2008.

DIFFIE, Bailey W., WINIUS, George D. – *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*. Minneapolis: University of Minnesota, 1977.

FERNANDES, Fátima – “Los genoveses en la Armada portuguesa: los Pessanha”. *Edad Media: revista de historia* 4: *Contestación social y mundo campesino*, (2001), pp. 199-226.

GARCÍA DE CASTRO, Francisco Javier – *La Marina de guerra de la corona de Castilla en la Baja Edad Media. Desde sus orígenes al reinado de Enrique IV*. Valladolid: s.n., 2011, Tese de doutoramento.

PIZARRO, José Augusto – *D. Dinis*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2012.

ROSSI VAIRO, Giulia – “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”. *Medievalista* [Em linha]. 13, (Janeiro - Junho 2013). [Consultado 11.11.2018]. Disponível em:
<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>

ROSSI VARIO, Giulia – “La Lisbona di Manuel Pessanha”. In ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro; RUSSO, Mariagrazia; SABATINI, Gaetano (orgs) – *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò, Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de estudios sefarditas “Alberto Benviste”, 2013, pp. 19-38.

SEVERIM DE FARIA, Manuel – *Noticias de Portugal*. Valladolid: Ed. Maxtor, 2010.

TAVIM, José Alberto – “Judeus e judiarias de Lisboa nos alvares dos Descobrimentos. Perspectivas dos espaços e das gentes”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coords.) – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, pp. 439-463.

VIANA, Mário – “O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Ángel; BOCHACA, Michel; ANDRADE, Amélia Aguiar (eds.) – *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. La Rioja: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, pp. 313-344.

Os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o terceiro volume resultante das *Jornadas Internacionais de Idade Média*, cujo título retoma o tema dessa mesma edição: *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimento de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar -português, espanhol, francês e inglês- os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

